

O DESIGN EM ASSEMBLEIAS PROJETUAIS:

DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA
A SUSTENTABILIDADE DO PROJETO
PARTICIPADO EM BAIRROS VULNERÁVEIS

Carlos Delano Rodrigues

ORIENTADORES

Doutora Rita Assoreira Almendra

Professora Associada com Agregação

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Doutor Carlo Franzato

Decano da Escola da Indústria Criativa

Universidade Unisinos

**TESE ESPECIALMENTE ELABORADA PARA A OBTENÇÃO
DO GRAU DE DOUTOR | DOCUMENTO DEFINITIVO
FEVEREIRO DE 2020**



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA | UNIVERSIDADE
DE LISBOA

O DESIGN EM ASSEMBLEIAS PROJETUAIS: DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE DO PROJETO PARTICIPADO EM BAIRROS VULNERÁVEIS

Carlos Delano Rodrigues

PRESIDENTE

Doutora Maria Manuela Ferreira Mendes
Professora Auxiliar
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

VOGAIS

Doutora Rita Assoreira Almendra
Professora Associada com Agregação
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Doutor Paula Maria Vieira Reaes Pinto
Professora Auxiliar
Universidade de Évora

Doutora Ana Margarida Thudichum de Serpa Vasconcelos
Professora Auxiliar
Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa

Doutor André Galhardo Lopes de Castro
Professor Auxiliar
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Doutora Katja Christina Tschimmel
Professora Convidada
Laurea University of Applied Sciences

LISBOA, 2020

Para as comunidades dos bairros da
Cova da Moura, Desterro e Prodac,
por resistirem apesar das adversidades.

Agradecimentos

Atravessar esta jornada só foi possível porque muitas pessoas colaboraram e estiveram ao meu lado durante esses 4 anos de vida. Por isso gostaria de poder demonstrar a minha gratidão.

À Universidade Federal do Maranhão e à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo suporte para a realização desta investigação.

Aos professores Rita Almendra e Carlo Franzato, o meu eterno agradecimento pelos ensinamentos, por abrirem minha cabeça a cada conversa, pela liberdade dada para que eu pudesse seguir o caminho pretendido, pela paciência nos momentos de ansiedade com os prazos e pela amizade. Espero tê-los por perto nas futuras parcerias que surgirão.

Às amigas Carolina Leite e Nádia Rodrigues, pela ajuda substancial na chegada à cidade de Lisboa.

Aos amigos Miguel Carvalho, Junia Ferrari, Fabiana Pavel, Marina Orrico e João Domingues, pelo apoio substancial em um momento de extrema dificuldade, o período de enfrentamento do quadro de depressão nos anos de 2015 e 2016.

Àqueles que mesmo à distância, se esforçaram em me ajudar a buscar referências bibliográficas em suas universidades, o meu muito obrigado à minha amiga, professora Luiziane Saraiva da UFMA, e ao Rosendy Jess Galabo, investigador na Universidade de Lancaster, Inglaterra.

A Maria de Jesus, a “Dijé”, Denis Cutrim, Fonseca Maranhão, Raybi, dona Graça, Thiago e seu Zeca, por suas histórias e receptividade que me abriram as portas do bairro do Desterro.

Aos professores, alunos e técnicos do IFMA - Centro Histórico, em especial ao professor Doutor Carlos Alexandre Amaral, pelo apoio essencial ao proporcionar o acesso à estrutura desta instituição.

Aos profissionais da Casa do Bairro do Desterro, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência de São Luís, em especial à psicóloga social Huaína Guimarães, pelo esforço de aproximação dos jovens do Desterro com esta investigação.

A todos os participantes do projeto Kowork - Cova da Moura e do LABDES - Laboratório de Design Social do Desterro, o meu muito obrigado pela parceria e aprendizado.

Aos professores Jana Lopes, Maud Neiro-Vasquez, Leanjoelson Andrade e Helton Costa; e aos designers Jaana Pinheiro, Carlos Sales e Bianca Alcântara pelo apoio na primeira fase do LABDES.

Ao Tiago Mota Saraiva, do Ateliernob, pela receptividade e aprendizado.

Aos senhores Miguel Ferreira do Prodac - Norte e José Augusto do Prodac Sul, pela receptividade nas inúmeras visitas aos bairros Prodac.

À minha família gaúcha em Portugal, Cris, Eduardo, Anita e Catarina, obrigado por me receberem por tantas vezes em “minha” casa de Aveiro.

Ao Jorge Amorim, à Marisa Viegas, à Juliana Lobo e à Camila Gaspar pela amizade e revisão final deste documento.

À amiga Carolina Sattie, pela ajuda valiosa na diagramação deste documento.

Aos Várzea, minha família portuguesa, em especial a Carla, Henrique e Bruno, por tornarem Portugal a minha segunda casa.

Aos meus pais, Everardo e Tereza; meus irmãos Helana, Silvana e Júnior; meus cunhados Mariane e Gustavo; e minhas pequeninas sobrinhas Camila, Manuela e Olívia, minha amada família, pelo apoio irrestrito em todos os meus projetos de vida.

E por fim, à Sónia Várzea, minha melhor companhia e amiga, estar ao teu lado foi o meu melhor presente de Portugal.

Epígrafe

“Eu sei, sei, cansa
Quem morre ao fim do mês
Nossa grana ou nossa esperança?
Delírio é,
Equilíbrio entre nosso martírio e nossa fé.
Foi foda contar migalha nos escombros,
Lona preta esticada, enxada no ombro e nada vim,
Nada enfim.
Recria sozim,
com alma cheia de mágoa e as panela vazia.
Sonho imundo,
Só água na geladeira e eu querendo salvar o mundo.
No fundo é tipo David Blaine, mãe assume, pai some,
De costume, no máximo é um sobrenome,
Sou terror dos clone.
Esses boy conhece Marx, nóiz conhece a fome,
Então cerre os punhos, sorria,
E jamais volte pra sua quebrada de mão e mente vazia.

Quem costuma vir de onde eu sou,
Às vezes não tem motivos pra seguir,
Então levanta e anda, vai,
Levanta e anda, vai,
Levanta e anda.

(Levanta e anda, Emicida e Rael da Rima, 2013)

Resumo

Esta tese investiga como a cultura de design pode ajudar a criar e dar sustentabilidade às Assembleias Projetuais, espaços simbólicos montados a partir de questões de interesse comum, onde designers especialistas e amadores se juntam a outras partes interessadas para dialogar e projetar soluções destinadas aos bairros em situação de vulnerabilidade social. Para esta finalidade, foi realizada uma revisão teórica a respeito do papel social do designer e das abordagens históricas do design social e participativo. A partir disso, foi desenvolvido um experimento de campo no Bairro do Desterro, centro-histórico da cidade de São Luís do Maranhão, Brasil, através da metodologia da investigação-ação, que utilizou instrumentos de coleta de dados como as anotações, o diário de campo e as entrevistas em profundidade. Nele, foi possível confirmar que o trabalho do design participativo em contextos de bairros em situação de vulnerabilidade é de difícil continuidade, e a sua sustentabilidade em longo prazo é prejudicada pela ausência de uma infraestrutura sociotécnica e pela carência de mecanismos de financiamento adequados. Em seguida, foi realizado um estudo de caso no Bairro Prodac, em Marvila, zona oriental de Lisboa, para observar a experiência participativa entre o Ateliernob (estúdio lisboeta de arquitetura e design) e as associações de moradores do Prodac Norte e Prodac Sul, que apresentaram possibilidades para a formação e sustentabilidade de Assembleias Projetuais e para a sobrevivência financeira de designers que atuam na área social, através do BIP/ZIP, programa de financiamento da Câmara Municipal de Lisboa. Os resultados indicam a necessidade do designer desenvolver a capacidade de compreensão dos instrumentos de diálogo burocrático, legal e político, e, assim, atuar como mediador entre a micropolítica e a macropolítica. Além disso, há a necessidade de adoção de uma postura ativista e política que, por meio da transferência de cultura de design, proporcione autonomia às pessoas que vivem nesses contextos.

Palavras-chave

Assembleias projetuais

Design participativo

Design de coisas

Infraestruturação

Sustentabilidade projetual

Abstract

This thesis investigates how the design culture can help to create and give sustainability to the Project Assemblies, symbolic spaces assembled from issues of common interest, where expert designers and amateurs join other interested parties to dialogue and design solutions for the neighborhoods in situation of social vulnerability. For this purpose, a theoretical review was carried out regarding the social role of the designer and the historical approaches to social and participatory design. From this, a field experiment was developed in Bairro do Desterro, historic center of the city of São Luís do Maranhão, Brazil, through the action-research methodology, which used data collection instruments such as annotations, the diary of field and in-depth interviews. In it, it was possible to confirm that the work of participatory design in contexts of vulnerable neighborhoods is difficult to continue, and its long-term sustainability is hampered by the absence of a socio-technical infrastructure and by the lack of adequate financing mechanisms. Then, a case study was carried out in Bairro Prodac, in Marvila, in the eastern part of Lisbon, to observe the participatory experience between Ateliermob (Lisbon architecture and design studio) and the residents' associations of Prodac Norte and Prodac Sul, which presented possibilities for the formation and sustainability of Project Assemblies and for the financial survival of designers working in the social area, through BIP / ZIP, a financing program from the Lisbon City Council. The results indicate the need for the designer to develop the ability to understand the instruments of bureaucratic, legal and political dialogue, and thus act as a mediator between micropolitics and macropolitics. In addition, there is a need to adopt an activist and political stance that, through the transfer of design culture, provides autonomy to people living in these contexts.

Keywords

Design Assemblies

Participatory design

Design Things

Infrastructuring

Design sustainability

Acrónimos e abreviaturas

AVS - Atlas de Vulnerabilidade Social

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPAL - Comissão Económica para a América Latina

CNAI - Centro de Apoio ao Imigrante

DTRS - Design Thinking Research Symposium

EDP - Energias de Portugal

ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing

FAUL - Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

FUMPH - Fundação Municipal de Património Histórico

GESTUAL/CIAUD - Grupo de Estudos Sócio-territoriais Urbanos e de Acção Local do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design

HDX - Humanitarian Data Exchange

IFMA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis

IPEA - Instituto de Pesquisa Económica Aplicada

IPHAN - Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional

IVS - Índice de Vulnerabilidade Social

LABDES - Laboratório de Design Social do Desterro

LBDI - Laboratório Brasileiro de Desenho Industrial

MIT - Massachusetts Institute of Technology

N-design - Encontro Nacional de Estudantes de Design

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SEBRAE - Serviço de Apoio às micro
e pequenas empresas

SEMCAS - Secretaria Municipal da Criança
e Assistência Social

TIC - Tecnologias de Informação
e Comunicação

UBRA - União de Brasília

UEMG - Universidade Estadual de Minas
Gerais

UFMA - Universidade Federal do
Maranhão

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio
dos Sinos

UnB - Universidade de Brasília

Índice de Figuras

Figura 01: Professor Carlos Alberto Pereira a conduzir uma das sessões do “Democratizando o Design”	5
Figura 02: Dinâmicas realizadas com os moradores do bairro do Desterro	11
Figura 03: Igreja do Desterro	12
Figura 04: Estudos para a criação da marca visual a partir de elementos da Igreja do Desterro	12
Figura 05: Símbolo inspirado nas “cebolas” da Igreja do Desterro e na serralharia ornamental colonial e conjunto símbolo/ logotipo da marca visual	13
Figura 06: Mobile e totem do projeto Sustentar	14
Figura 07: Mapa da estrutura do projeto DREAM:IN Brasil	16
Figura 08: Processo de capacitação Dream:In UFMA	17
Figura 09: Equipe de alunos da UFMA realizando pesquisa em bairros da cidade de São Luís	18
Figura 10: Participantes do Conclave São Luis a assistir aos sonhos captados em vídeo e prototipar soluções a partir dos mesmos	18
Figura 11: Página do Livro de oportunidades DREAM:In – UFMA	19
Figura 12: Manifestantes atravessam a ponte José Sarney durante protesto em São Luís - MA	21

Figura 13: Nina Diniz segurando o seu cartaz “Por um redesign do país” durante protesto das Jornadas de junho em São Luís -MA	22
Figura 14: Concentração de manifestantes no Largo da Batata coordenado pelo Movimento Passe Livre em 18 de junho 2013	24
Figura 15: Atividades de ocupação e intervenção no Largo do Batata	24
Figura 16: Peças de mobiliário construídas pelo coletivo a Batata Precisa de Você	25
Figura 17: Diagrama que explica o sistema de espaços do design thinking	26
Figura 18: Alunos atuando em espaços da d.school na Universidade de Stanford	43
Figura 19: Lamparina feita de bulbos de lâmpadas e outros elementos reciclados	65
Figura 20: Imagem característica de uma “bike-lanches”	68
Figura 21: Cabazes do Fruta Feia	75
Figura 22: Sessão de apoio a crianças emigrantes na sede da Renovar a Mouraria	76
Figura 23: Atelier do Avó Veio Trabalhar	77
Figura 24: Desenvolvimento de kit para evento, trabalho em parceria com trabalhadores da Rede de Saúde Mental e Ecosol em São Paulo	78
Figura 25: Visualização de tela do HDX com informações sobre a área afetada pelo ciclone Dineo ocorrido em Moçambique em fevereiro de 2017	80
Figura 26: Manifesto “First things first”	105
Figura 27: Parte do projeto de Identidade para o High Line Park em Nova York	113

Figura 28: Um modelo do projeto do playground foi apresentado em um programa de TV exibido no dia 21 de fevereiro 1969	120
Figura 29: Visita de reconhecimento por parte dos alunos de mestrado e doutoramento ao Bairro da Torre no dia 11 de abril de 2015	169
Figura 30: Localização do bairro da Cova da Moura	180
Figura 31: Modelo Double Diamond	184
Figura 32: Exercício Egg Drop Project	185
Figura 33: Fase de descoberta dos problemas e potencialidades da Cova da Moura	186
Figura 34: A fase de definição das soluções para a Cova da Moura	187
Figura 35: Levantamento do espaço para intervenção na Cova da Moura	188
Figura 36: Visita ao do espaço para intervenção na Cova da Moura	189
Figura 37: Prototipagem de ideias para a intervenção na Cova da Moura	190
Figura 38: Refinamento da ideia para a intervenção na Cova da Moura	191
Figura 39: Desenho da solução para a intervenção na Cova da Moura	191
Figura 40: Encontro de confraternização do Kowork	192
Figura 41: Cartaz e resultados da oficina Kowork	195
Figura 42: Localização do bairro do Desterro	212
Figura 43: Convento das Mercês	214

Figura 44: Ação de desocupação de casarão na esquina das ruas da Palma e da Saúde no Desterro	215
Figura 45: Casa abandonada localizada na esquina das ruas da Palma e da Saúde	216
Figura 46: Ação de reordenamento urbano na Praça do Pescador	217
Figura 47: Exercício Egg Drop Project	219
Figura 48: Participantes caminham pelo Desterro e realizam uma cartografia do bairro	220
Figura 49: Participantes moradores mapeiam os pontos relevantes do Desterro	221
Figura 50: Conjunto de tópicos elencados no questionário e mapeamento afetivo do bairro do Desterro	222
Figura 51: Formulário adaptado da técnica 5W2H	222
Figura 52: Participante morador fala de uma área potencial de intervenção	223
Figura 53: Área localizada na esquina das ruas Jacinto Maia e 28 de Julho no Desterro	224
Figura 54: Participantes especulam como o espaço poderá ser ocupado	225
Figura 55: Participantes pesquisam artefactos e discutem como estes poderiam compor o espaço escolhido	226
Figura 56: Primeiro dia de workshop de Sketchup	227
Figura 57: Último dia de workshop para a finalização da proposta de intervenção	227

Figura 58: Proposta de intervenção para o espaço na esquina da rua 28 de julho no Desterro	228
Figura 59: Proposta de intervenção para o espaço na esquina da rua 28 de julho no Desterro	228
Figura 60: Convite para apresentação do projeto	229
Figura 61: Apresentação do projeto	230
Figura 62: Segunda reunião de apresentação do projeto	231
Figura 63: Reunião do dia 11/03/16	233
Figura 64: Reunião do dia 18/03/16	234
Figura 65: Ação de limpeza no terreno - 18/03/16	236
Figura 66: Ação "Comunidade na praça" - 02/04/16	236
Figura 67: Sessão do "Cine Parede" - 16/04/16	239
Figura 68: Sessão do "Cine Parede" - 30/04/16	239
Figura 69: Reunião - 20/04/16	240
Figura 70: Cartaz para angariar materiais para a oficina de mobiliário	242
Figura 71: Última reunião antes da oficina de mobiliário	243
Figura 72: Oficina de mobiliário	244
Figura 73: Resultados da oficina de mobiliário	244
Figura 74: Imagem dos móveis que restaram enviada por morador em 02/08/16	245
Figura 75: Diagrama de ações do LABDES em 2016	246
Figura 76: Apresentação do LABDES - 05/01/17	267
Figura 77: Ferramenta FOFA/SWOT	270

Figura 78: Mapa de partes interessadas (Stakeholders)	270
Figura 79: Assembleia dia 02/02/17	272
Figura 80: Material de divulgação do LABDES	273
Figura 81: Primeira assembleia do LABDES	274
Figura 82: Material de divulgação do LABDES para redes sociais	275
Figura 83: Desafio projetual construção de banco de papelão	276
Figura 84: Desenhos desenvolvidos por grupo participante do desafio projetual - banco de papelão	276
Figura 85: Percepções dos participantes sobre o LABDES e o Desterro - Grupo 01	278
Figura 86: Percepções dos participantes sobre o LABDES e o Desterro - Grupo 02	278
Figura 87: Percepções dos participantes sobre o LABDES e o Desterro - Grupo 03	279
Figura 88: Percepções dos participantes sobre o LABDES e o Desterro - Grupo 04	279
Figura 89: Jovens participantes caminham pelo Desterro e conversam com moradores	280
Figura 90: Mapeamento de problemas e oportunidades do bairro do Desterro	281
Figura 91: Jovens observando o local da possível intervenção	285
Figura 92: Jovem desenha alternativa aos formulários apresentados	286
Figura 93: O “canvas das meninas”	287
Figura 94: Anúncio de convocação desenvolvido por participante	289

Figura 95: Conversa com a liderança do bairro	289
Figura 96: Participantes discutem detalhes da intervenção	290
Figura 97: No primeiro quadro, local onde irá ocorrer a intervenção. Nos demais, as sugestões de intervenção no espaço	291
Figura 98: Mapa de partes interessadas desenhados pelos jovens participantes	293
Figura 99: Integrantes do coletivo de Permacultura trabalham na construção do jardim	298
Figura 100. No primeiro quadro, trabalho de pintura dos casarões. Nos demais, movimentação dos participantes e construção dos vasos para o jardim	299
Figura 101. Início do trabalho de pintura dos murais de graffiti	300
Figura 102. Resultado final do “Rua da Palma Viva”	302
Figura 103: Diagrama de ações do LABDES em 2017	303
Figura 104: Matérias veiculadas no Jornal O Imparcial - 03/04/17	305
Figura 105: Moradores da Prodac Norte a trabalhar na requalificação do bairro	328
Figura 106: Moradores da Prodac Norte a trabalhar na requalificação do bairro	328
Figura 107: Morador da Prodac Sul a visualizar as propostas de intervenção	331
Figura 108: Ficha de votação de propostas	331
Figura 109: Votação de propostas para intervenção na Prodac Sul	332

Figura 110: Votação de propostas para intervenção na Prodac Sul	332
Figura 111: Moradores trabalham na construção do anfiteatro na Prodac Sul	333
Figura 112: Inauguração do anfiteatro na Prodac Sul	334
Figura 113: Obras do anfiteatro na Prodac Norte	335
Figura 114: Obras do anfiteatro na Prodac Norte	336

Índice

DEDICATÓRIA	III
AGRADECIMENTOS	IV
EPÍGRAFE	VI
RESUMO	VIII
PALAVRAS-CHAVE	IX
ABSTRACT	X
KEYWORDS	XI
ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	XII
ÍNDICE DE FIGURAS	XIV
1. Introdução	2
1.1. Por um design ético: a influência dos pioneiros	3
1.2. O 6º N-Design: Democratizando o design	4
1.3. A proposta de investigação inicial	6
1.4. Um “designer social” em formação ou como chegamos até aqui	9
1.4.1. A marca territorial do Desterro	10
1.4.2. Dream:In Brasil: o design catalisador de sonhos	15
1.4.3. As jornadas de 2013: como projetar um novo país	20
1.4.4. A Batata precisa de você: ocupar para projetar uma nova relação com a cidade	23
1.5. A definição do tema	26
1.6. A questão de investigação	27
1.7. Os objetivos da investigação	28
1.8. As escolhas metodológicas	29

1.9. Estrutura da tese	31
1.10. Referências bibliográficas do capítulo	33
2. Design: Pensamento, capacidade e prática	38
2.1. As formas de conhecer do designer	45
2.2. Design ability: todos somos designers?	59
2.3. A “gambiarra” ou “desenrascanço”: a potência do design em situações de escassez	63
2.4. Design: propriedades e potencial emergentes	70
2.5. Manzini e os novos significados do design	74
2.6 Sobre a cultura do design	81
2.7. Referências bibliográficas do capítulo	90
3. Sobre as responsabilidades do design	102
3.1. A busca do “social” no design	112
3.2. Richard Sennett e os tipos de cooperação	123
3.3. Formas de cooperação no design	134
3.4. Referências bibliográficas do capítulo	154
4. Preparando o trabalho de campo	161
4.1. Microplaneamento: Dimensionando a ação	171
4.2. O Kowork E5G	179
4.2.1. O bairro do Alto da Cova da Moura	180
4.2.2. Os workshops de co-design	182
4.3. Referências bibliográficas do capítulo	199
5. Explorando o campo: O bairro do desterro	205
5.1. O bairro do Desterro	211
5.2. O Laboratório de Design Social do Desterro	217

5.3. Compreendendo os efeitos da intervenção	246
5.4. A Assembleia Projetual: construindo o espaço para exercer o político	257
5.5. O LABDES como assembleia projetual	266
5.6. Referências bibliográficas do capítulo	308
6. Olhando para o futuro do design participativo em bairros vulneráveis	314
6.1. A relação entre Ateliermob e os bairros Prodac	319
6.2. Construindo questões comuns	326
6.3. Referências bibliográficas do capítulo	339
7. Considerações finais	343
7.1. Resultados alcançados	345
7.2. Desdobramentos futuros	349
8. Referências Bibliográficas	363
ANEXOS	386

CAPÍTULO 01

INTRODUÇÃO

1. Introdução

O tema de investigação, na maioria das vezes, surge de um processo de reflexão das vivências e inquietações do investigador. Muitos não imaginam como as suas motivações iniciais serão transformadas ao longo dos quatro anos de dedicação ao doutoramento.

A busca do tema que será objeto de uma investigação científica é um processo que gera grande ansiedade. O desafio da escolha do tema passa pela consciência de que este deverá ser desenvolvido com coerência, consistência, originalidade e distanciamento da natureza subjetiva do investigador.

Pretendo, com esta introdução, apresentar o percurso pessoal que me levou a explorar a temática escolhida no doutoramento em design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Acredito que este relato poderá ajudar a compreender as decisões que precisei adotar para lidar com a imprevisibilidade da pesquisa científica.

Entender a subjetividade desse processo é fundamental, “pois atrás das escolhas da investigação existe um autor, um sujeito que decide os passos a serem dados” (Goldenberg, 2011, “(Re) aprendendo a olhar”, para. 4).

Estive sempre consciente dessa subjetividade, principalmente pela escolha de ultrapassar o viés de observador e ter adotado a atitude de agente do processo investigativo, apoiado na postura dos cientistas sociais que investigam os “significados das ações sociais de outros indivíduos e deles próprios” (Goldenberg, 2011, “Pesquisa qualitativa em ciências sociais”, para. 11).

E foi justamente pelo facto de ter me tornado sujeito e objeto deste percurso que escolhi escrever o texto desta investigação na 1ª pessoa.

1.1. Por um design ético: a influência dos pioneiros

Passados mais de 20 anos da minha graduação em Desenho Industrial na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, hoje visualizo as sementes deixadas por professores como Carlos Alberto Sá Barros (in *memorian*), cujas aulas apontavam para a necessidade de pensarmos as questões urgentes do Brasil através de uma perspectiva periférica; Carlos Alberto Pereira e sua experiência com o LBDI - Laboratório Brasileiro de Desenho Industrial¹, em Florianópolis, o qual tivemos a oportunidade de visitar em 1991, abrindo os nossos horizontes sobre uma nova forma de atuação; e de Inocência Andrade, que nos ensinou que o objetivo final do design era atuar para atender as necessidades das pessoas.

Nessas aulas, a utopia da possibilidade de um design ético e responsável era recorrente e trazia entusiasmo a jovens idealistas (e, por que não, ingênuos) que esperavam fazer algo para mudar a realidade do Maranhão, um dos estados mais pobres do Brasil. Situado na região nordeste do Brasil, o Maranhão ocupa atualmente a 26^a posição entre as 27 unidades federativas brasileiras no Índice de Desenvolvimento Humano, segundo os levantamentos do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, IPEA, & FJP, 2013).

Ao regressar a esse rastro do passado, é impossível não pensar nas aulas da UFMA onde pude conhecer os pioneiros que pregavam um discurso de design com um viés socialmente responsável.

¹ Laboratório dirigido, em sua primeira fase (1983-1986), pelo designer e pensador Gui Bonsiepe e, em seguida, pelos designers Eduardo Barroso e Marcelo de Resende. Ele foi instituído no período final da ditadura militar brasileira e reverbera políticas tecnológicas adotadas nos anos 1970 que visavam autonomia tecnológica e apoio a pequenas empresas. Seu modelo de ensino distanciou-se do adotado nas universidades e entendeu o design como prática integrativa de diversos saberes, organizados em torno de projetos concretos (Leon, 2015).

Trata-se de autores como Buckminster Fuller e a sua ideia de “pensamento abrangente” (Fuller, 1969); Victor Papanek e a sua agenda de tecnologias “alternativas” para o design (Papanek, 1971); ou Gui Bonsiepe (1985, 1992), e a urgente necessidade de pensar o design e a inovação tecnológica a partir da visão da “periferia”².

Hoje reconheço que esses professores e autores trouxeram questões relevantes que influenciaram a minha trajetória e vejo o quanto eles estão presentes nesta investigação e nos factos relatados a seguir.

1.2. O 6º N-Design: Democratizando o design

Ainda como estudante do último ano do curso de Desenho Industrial da UFMA, tive a oportunidade, junto a um grupo de colegas, de organizar e realizar o 6º Encontro Nacional de Estudantes de Design, 6º N-design, que aconteceu em São Luís, capital do estado do Maranhão, Brasil, entre os dias 06 e 13 de julho de 1996. Até aos dias de hoje, o N-design é o maior evento de design do Brasil em número de participantes.

Na altura, a nossa intenção era trazer o foco do debate para a ideia de dar acesso ao design a quem não podia pagá-lo ou até mesmo àqueles que não investiam por não compreenderem o seu valor. E, assim, com energia e idealismo dos jovens, perguntávamo-nos se seria possível “democratizar” o design.

O projeto do Encontro foi apresentado e aprovado em 1995 no 5ºN-design, realizado na cidade do Recife e tinha a seguinte proposta:

2 Conceito utilizado pelo economista da Comissão Económica para a América Latina (CEPAL) Raul Prebisch (1964), que apontava a disparidade entre os avanços técnicos entre os países, que se dividiriam entre o centro industrial e a periferia da economia mundial, na qual estavam os países que produziam matérias-primas e produtos agrícolas, todos commodities, para os países do centro industrializado (Leon, 2015).

Partindo da ideia de que toda profissão só é notada quando se torna essencial na vida das pessoas, criou-se o “Democratizando o Design” como forma de enfatizar o valor que o Design pode ocupar na sociedade. O “DD” será constituído em equipes de estudantes de Projeto de Produto e Programação Visual orientadas por supervisores que trabalharão conjuntamente, desenvolvendo projetos para a comunidade de São Luís. (Conde 6°N-Design, 1995).

O tema “Democratizando o Design” (“democratizar o design”) mobilizou estudantes, acadêmicos e profissionais do Brasil inteiro em ações de design que propuseram soluções para questões apresentadas por entidades públicas, instituições sem fins lucrativos, micro e pequenas empresas da cidade de São Luís do Maranhão (Figura 01).

Figura 01

Professor Carlos Alberto Pereira a conduzir uma das sessões do “Democratizando o Design”.

(Fonte: Cristiane Fernandes, 1996)



Na altura, não tínhamos qualquer entendimento de um design social, participativo e/ou colaborativo. O que nos movia era a consciência de viver num país com imensas desigualdades.

O processo foi rico em aprendizagens e diversas propostas foram apresentadas aos que então chamávamos de “clientes”, como se usava e ainda se usa na metalinguagem do desenho industrial, mas que hoje chamaríamos de “parceiros”. Entretanto, as ideias precisavam ser aprimoradas para uma posterior implementação.

Vivíamos na época pré-internet, quando poucos eram os que podiam ter acesso a um computador e a internet discada (dial-up) ainda não era acessível em todas as universidades. A nossa forma usual de comunicação era através de cartas e telegramas, já que as ligações interestaduais eram muito dispendiosas, o que muitas vezes gerava alguns pequenos contratempos com os nossos pais.

A dificuldade em conectar as equipas de projeto ocasionou dispersão e a consequente impossibilidade de implementação das ideias; “elas morreram na praia”.

Passados mais de 20 anos, e mesmo com todas as ferramentas de comunicação que possuímos atualmente, a dificuldade de implementação de projetos com enfoque social ainda se apresenta como uma questão relevante, que estará no cerne desta investigação.

O potencial da colaboração projetual das partes interessadas, apesar de estarem distantes geograficamente, também fará parte das reflexões desta investigação.

1.3. A proposta de investigação inicial

Da minha ação como docente em cursos de design e comunicação, desde 1998, tenho acompanhando as grandes mudanças proporcionadas na área pelas rápidas transformações ocorridas nas últimas duas décadas.

É sabido que a atividade do design está vinculada a prática de projeto (Celaschi, 2008; Germak & De Giorgi, 2008; Vassão, 2010; Bonsiepe, 2011; Franzato, 2016). E o ensino e reflexão

da prática de projeto sempre me foi de grande interesse. Tive a oportunidade de exercitá-lo através de diversos caminhos: seja coordenando equipes interdisciplinares em estúdios de design, no espaço de sala de aula, viabilizando a aproximação de estudantes com o mercado de trabalho através do campo de estágio, ou participando de questões políticas da profissão.

Entretanto, dentre todos esses caminhos, um deles influenciou-me de forma significativa na decisão de realizar o doutoramento. Entre os anos de 2009 e 2013, estive à frente da coordenação de estágio do curso de Design da Universidade Federal do Maranhão – UFMA e, perante o desafio de tentar ajudar os alunos a encontrarem um espaço de aprendizagem prático, observei que, dentro daquele contexto, as tensões entre mercado de trabalho e o meio acadêmico eram evidentes.

Por um lado, ouvia os depoimentos de colegas acadêmicos que relatavam uma postura acrítica dos alunos, envolta num desinteresse pela leitura, e uma crescente dispersão causada pela internet e todas as tecnologias de informação e de comunicação.

Por outro, no mercado de trabalho era bastante comum ouvir de profissionais de estúdios de design (que se configuravam como campo de estágio) relatos de que os alunos não saíam devidamente preparados para a prática profissional. Muitos acreditavam que isso era resultado de algum distanciamento dos docentes com a prática do design, e assim diziam que os professores eram muito acadêmicos e, por isso, não sabiam projetar.

Essa questão é uma discussão antiga no Brasil. Gui Bonsiepe (2011) chamou essa possível “anomalia” como o “processo de desprofissionalização do ensino do design” (p. 250).

Ele cita o professor e autor Itiro Iida para evidenciar esse fenômeno no contexto brasileiro:

Há professores de design graduados em design, que

nunca exerceram a profissão na prática. Isso acontece principalmente nas universidades federais, onde se valorizam os títulos acadêmicos de mestre e de doutor, mas a experiência prática vale muito pouco. Por outro lado, o regime de trabalho exige dedicação exclusiva, o que impede que esses professores exerçam a profissão prática de design nas empresas. Então há estudantes de design que fazem cursos de mestrado e doutorado e tornam-se professores sem nunca terem trabalhado como designers, pois a experiência deles é puramente acadêmica. Esse processo vai se autoalimentando e a prática do design fica cada vez mais distante. (Iida, 2009 comunicação pessoal in Bonsiepe, 2011, p. 250).

É notório que a aproximação das áreas de investigação e ensino com o campo da prática profissional proporciona muitos benefícios para a produção de conhecimento relevante para a formação de profissionais com atuação crítica e contextualizada.

Quando me inscrevi no doutoramento em design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, em Abril de 2014, propus o tema: “Metodologias colaborativas e transdisciplinares: Fundamentos, tendências e contribuições para o ensino de práticas projetuais em cursos de design”.

Na altura, tinha a intenção de explorar a problemática do ensino de projeto em um momento em que o mercado profissional alardeava a falta de preparo dos designers formados pelas universidades.

De maneira paradoxal, o *design thinking* e sua profusão de métodos “inovadores” ganhou notoriedade em palestras, cursos livres e na estratégia de empresas, porém ao mesmo tempo era

questionado por uma boa parte do meio acadêmico.

O momento era oportuno para a análise mais detalhada destas inúmeras abordagens metodológicas que estavam amparadas no conceito de *design thinking*, e o quanto elas poderiam reconfigurar a relação professor-aluno e as características do espaço de prática de projeto nas universidades.

A co-criação, o uso de ferramentas *on-line* que poderiam facilitar a inclusão de novos participantes no processo projetual, mesmo sem a presença física, seria também um ponto de observação da investigação.

Entretanto, a amálgama de nascer, viver e realizar a minha formação num lugar periférico como o Maranhão, aliado à experiência com os projetos “Sustentar - Bairro do Desterro”, nos anos de 2007/2008, e “*DREAM:In* – Brasil”, em 2012, e, por fim, a influência das “jornadas de 2013” e o contacto com o coletivo “A batata precisa de você”, em Setembro de 2014, me levaram a novas reflexões sobre a minha atuação como designer, que tiveram um impacto profundo nesta investigação.

Todos esses acontecimentos, que irei aprofundar a seguir apontaram para um caminho que veio ao encontro de uma visão do mundo que estava presente desde minha formação, mas que, entretanto, ficou adormecida pelas necessidades de sobrevivência profissional.

A minha intenção aqui é apresentar alguns dos encontros e reencontros que me levaram a desvios de rota, mesmo sem abandonar a questão central do ato de projetar.

1.4. Um designer social em formação ou como chegamos até aqui

O “desvio de rota” da temática do ensino de projeto nas universidades para a prática do projeto em contextos socialmente vulneráveis ocorreu através de um processo longo.

Hoje compreendo que esse reencontro se deu pelo interesse latente em atuar com uma perspectiva social e ambientalmente responsável através do design.

Pretendo aqui contextualizar esse caminho por entender que este ato poderá colaborar com futuros doutorandos na escolha dos seus temas de investigação, principalmente aqueles que tenham especial interesse na área do design participativo e do design para a inovação social.

1.4.1. A marca territorial do Desterro

As inquietações que levaram ao objeto desta investigação começaram a emergir no ano de 2007. Na Altura eu contava com uma experiência profissional de dez anos na área do desenvolvimento de identidades corporativas e projetos de inovação e *Branding*.

Naquele ano, fui convidado, juntamente com outros dois colegas, a atuar como consultor em design no projeto “Sustentar Desterro”, iniciativa financiada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão, SEBRAE-MA, com o intuito de estabelecer uma rota de turismo sustentável no bairro do Desterro, centro histórico da cidade de São Luís.

O nosso objetivo era o desenvolvimento de um projeto de marca territorial para esse bairro, englobando um sistema de identidade visual, uma sinalização e diretrizes estratégicas para o uso da marca.

O desenvolvimento do projeto partiu da elaboração de um *briefing* que visava a entender a forma como os grupos sociais envolvidos com o Desterro – moradores ou trabalhadores cooperados – se relacionavam com o território e entre os seus pares. Para isso foi desenvolvida uma pesquisa que recorreu à etnografia como metodologia aplicada ao Design para a construção e mapeamento de um imaginário no desenvolvimento de marcas visuais (Figura 02).

Figura 02

Dinâmicas realizadas com os moradores do bairro do Desterro.

(Fonte: doutorando, 2007)



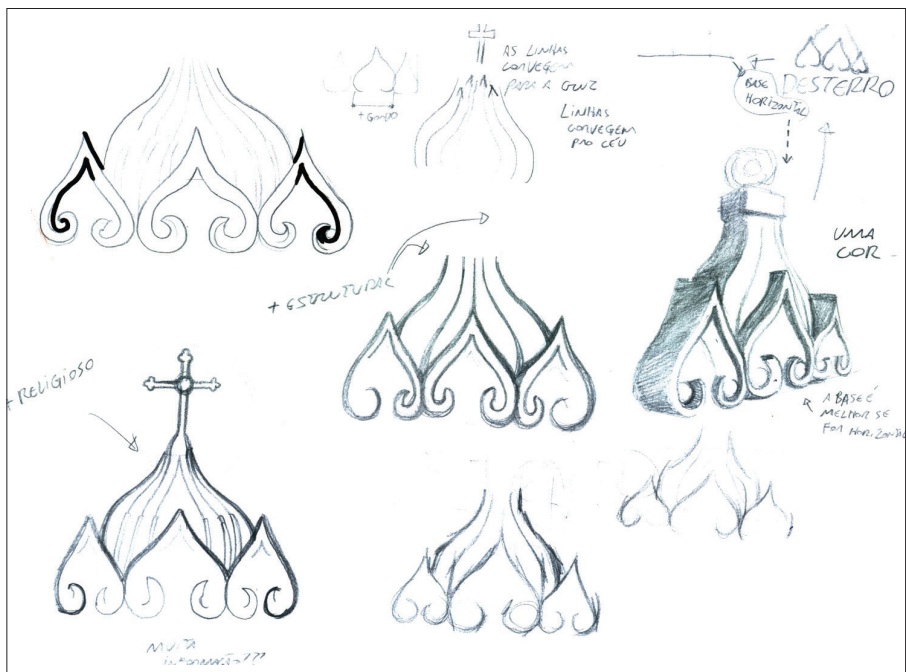
A intenção era buscar informações que facilitassem a compreensão do que os moradores apontavam como “características essenciais do bairro para eles mesmos e o que reconheciam, a partir do seu ponto de vista, como elementos relevantes para os turistas que visitam o Desterro” (Noronha, Oliveira, & Rodrigues, 2008, p. 2).

O desenvolvimento do projeto de identidade visual aconteceu através da interação da equipa de designers com os moradores, entidades e lideranças reconhecidas do bairro, abrangendo desde crianças até idosos. Na pesquisa realizada sobre o imaginário dos moradores, as características formais da Igreja do Desterro foram apontadas como o principal elemento simbólico do bairro (Figura 03).

O desenho do símbolo foi concebido a partir dos elementos presentes na fachada da Igreja, com seus característicos “bulbos estilizados em perfil” (Bueno, 2015), os quais os moradores do bairro chamavam de forma coloquial por “cebolas”, devido à semelhança com o corte longitudinal do legume.

No estudo para a marca visual (Figura 04), foi evitado o uso da cruz cristã, símbolo ligado à igreja católica, com o intuito de

Igreja do Desterro
(Fonte: doutorando,
2007)



O DESIGN EM ASSEMBLEIAS PROJETUAIS

que recebe a todos” (Noronha et al., 2008, p. 7).

Outro aspecto importante era a necessidade dos elementos da marca e principalmente o seu símbolo poderem ser aplicados através de técnicas conhecidas pelos moradores, já que muitos trabalhavam em oficinas gráficas e tipográficas, de serigrafia, serralharia ou eram artesãos.

Para esse fim, nos inspiramos nos gradeamentos de serralharia ornamental, encontrados na maioria das fachadas do casario colonial do Desterro (Figura 05).

Figura 05

Símbolo inspirado nas “cebolas” da Igreja do Desterro e na serralharia ornamental colonial e conjunto símbolo/logotipo da marca visual

(Fonte: doutorando, 2007)



O Projeto Sustentar pretendia sinalizar cada casa, ateliê e oficina existentes no bairro, construindo uma rota turística que pudesse indicar que ali havia uma pessoa da comunidade disposta a dividir um pouco da experiência do que era viver no bairro do Desterro.

O sistema de sinalização desenvolvido replicava a forma do símbolo em um móvel de metal com fitas coloridas que seria colocado nas casas de moradores participantes do Projeto Sustentar, além de totens que explicavam o tipo de experiência que o turista poderia encontrar em cada casa do bairro (Figura 06).

Figura 06

Mobile e totem do projeto Sustentar
(Fonte: doutorando,
2007)



As cores das fitas representariam um campo do saber local, para identificar o tipo de experiência que os turistas teriam: Laranja – Temperos desta terra; Roxo – Histórias desta terra; Vermelho – Artistas desta terra; Azul – Fazeres desta terra; Amarelo – Produtos desta terra; e, Verde – Saberes desta terra.

A primeira etapa envolveu a capacitação dos moradores vinculados à experiência “Temperos desta terra”. As cozinheiras de culinária tradicional do Maranhão residentes no Desterro, participaram em cursos de boas práticas e segurança alimentar conduzidos pelo SEBRAE-MA, para que assim pudessem receber os turistas nas suas moradas, com a intenção de construir a experiência de “comer como um local”.

O objetivo principal do projeto era inserir o Desterro no roteiro turístico da cidade de São Luís através do incentivo à formação de pequenos negócios mediante uma estratégia de desenvolvimento sustentável apoiada pelo SEBRAE-MA.

O projeto foi apresentado em Julho de 2007 e obteve um retorno bastante positivo da comunidade do Desterro, gerando grande expectativa entre os moradores. Entretanto, houve uma mudança na gestão do SEBRAE-MA no ano de 2008 e a implementação do projeto não foi considerada prioritária.

Durante o ano de 2008 ainda tentei procurar parceiros privados que pudessem financiar a implementação do projeto Sustentar, mas sem sucesso. A dificuldade de implementação do projeto trouxe-me uma grande frustração, bem como para os meus colegas e para os moradores do Desterro.

Foi a primeira vez que refleti sobre a problemática da sustentabilidade financeira desses tipos de iniciativas e a consequente complexidade para implementá-las em territórios vulneráveis do ponto de vista social – questão esta com a qual infelizmente os designers não eram usualmente confrontados a lidar em sua formação.

Outro ponto relevante foi poder constatar que, na maioria das vezes, essas iniciativas pecam pela falta de autonomia, já que não há transferência de conhecimento suficiente para que os moradores possam administrar e implementar projetos do género.

1.4.2. *DREAM:In* Brasil: o design como catalisador de sonhos

O segundo projeto que contribuiu para a formação do objeto desta investigação foi o *DREAM:In* Brasil, do qual fui um dos professores colaboradores e coordenador do projeto na UFMA.

A experiência do *DREAM:In* na UFMA envolveu professores e profissionais de diversas instituições do Brasil, além da colaboração de consultores de inovação e um grupo de 42 alunos do curso de graduação em Design dessa universidade que atuaram de forma voluntária, sem qualquer vínculo a disciplinas do curso.

O *DREAM:In* foi um projeto internacional iniciado em Janeiro e Fevereiro de 2011 na Índia, replicado no Brasil durante o ano de 2012 e na China, em 2013.

O objetivo era a aplicação do *design thinking* na identificação, desenvolvimento e implementação de políticas públicas

e negócios empreendedores, com a aplicação de métodos inovadores em design. O *DREAM:In* foi uma iniciativa global, que envolveu universidades na Índia, Brasil, China, Austrália e Estados Unidos (Davis et al., 2011).

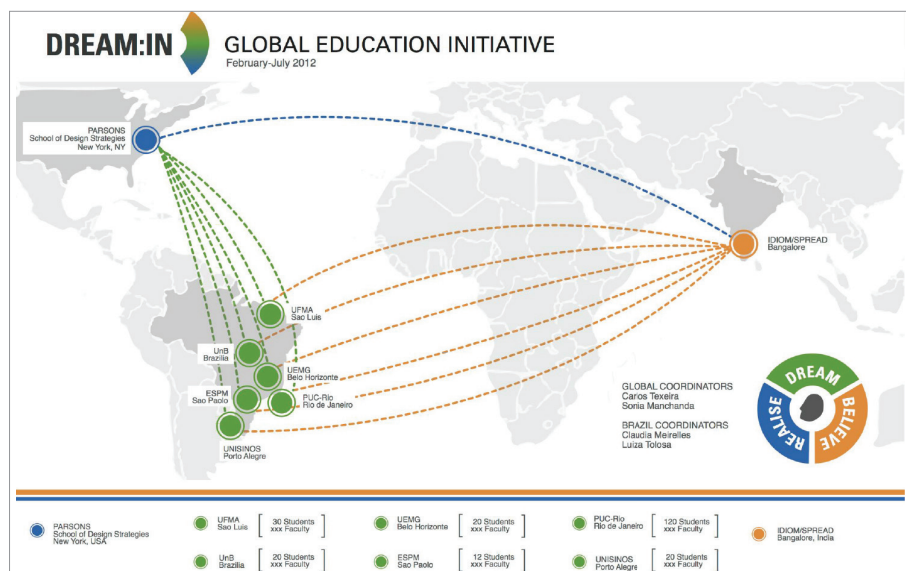
No Brasil contou com a participação de seis universidades, representando as cinco regiões brasileiras que implementaram o método *DREAM:In* em 2012: PUC-Rio - Rio de Janeiro-RJ, ESPM - São Paulo-SP, UEMG - Belo Horizonte-MG, UNISINOS - Porto Alegre-RS, UnB - Brasília-DF e UFMA - São Luís-MA.

A sua intenção foi conectar o Instituto Vivarta, organização não governamental sediada em São Paulo, e as universidades brasileiras com alunos, participantes e idealizadores de outros países sob a supervisão dos criadores do método, Sonia Manchanda, indiana, sócia fundadora da empresa *Idiom Design and Consulting* (Idiom.co.in), e José Carlos Teixeira, brasileiro que na altura era professor associado e diretor académico do departamento de estratégias de design na *Parsons The New School for Design*, em Nova York (Figura 07).

Figura 07

Mapa da estrutura do projeto *DREAM:In* Brasil.

(Fonte: Davis et al., 2011)



O método *DREAM:In* apoiava-se em três etapas denominadas de: “Sonhar”, “Acreditar” e “Realizar”. Cada uma delas era materializada numa fase de projeto chamadas, respetivamente

, “Jornada”, “Conclave” e “Empreender” (Davis et al., 2011).

Na fase da “Jornada”, os estudantes voluntários vinculados às diversas universidades parceiras passaram por um processo prévio de treino do método *DREAM:In*, onde foram capacitados para desempenhar os três papéis essenciais para a captação dos sonhos: olheiro (*spotter*), compositor (*framer*) e leitor (*reader*) (Figura 8).

Figura 08

Processo de capacitação Dream:In UFMA.

(Fonte: doutorando, 2012)



O olheiro tinha a função de realizar a abordagem inicial de convencimento das pessoas que seriam entrevistadas, além de posteriormente ser quem aplicaria a entrevista. O *compositor* era responsável pela captação em vídeo da entrevista. Já o *leitor* tinha a função de “leitura” do ambiente e da pessoa que seria entrevistada, descrevendo observações, estando atento aos detalhes da cena da entrevista (Figura 09).

A segunda fase, chamada de “Acreditar”, correspondeu ao Conclave, que consistiu numa oficina de prototipagem de ideias, que ocorreu durante um dia inteiro. Nesse dia, foram reunidos no mesmo espaço empresários, universitários, líderes da iniciativa privada, pública e do terceiro setor para discussão e avaliação dos sonhos captados em vídeo pelos alunos da UFMA, com o

objetivo de identificar oportunidades e desenvolver soluções inovadoras de produtos, serviços e políticas públicas (Figura 10).

Figura 09

Equipa de alunos da UFMA realizando pesquisa em bairros da cidade de São Luís.

(Fonte: doutorando, 2012)



Figura 10

Participantes do Conclave São Luís a assistir aos sonhos captados em vídeo e a prototipar soluções a partir dos mesmos.

(Fonte: doutorando, 2012)



A “Jornada” e o “Conclave” foram realizados por todas as universidades parceiras, e os resultados das interações entre os participantes deram origem a documentos regionais intitulados: “Caderno de oportunidades”.

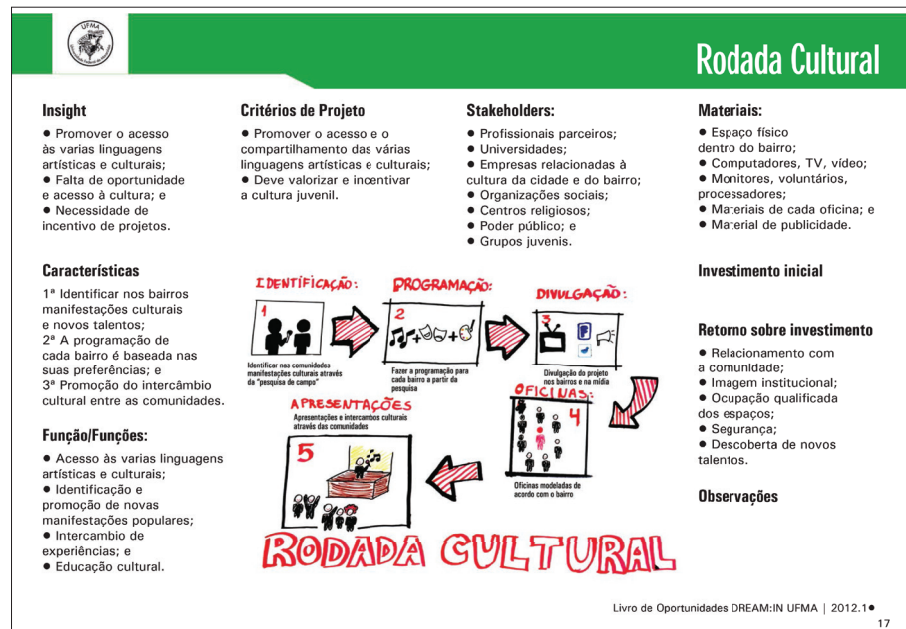
Estes continham, em fichas padrão, as principais informações sobre as ideias prototipadas. Estes documentos foram

posteriormente disponibilizados de forma gratuita por todas as universidades com o intuito de encontrar o apoio necessário para a implementação das referidas ideias (Figura 11).

Figura 11

Página do Livro de oportunidades
DREAM:In – UFMA .

(Fonte: doutorando, 2012)



A terceira fase correspondente ao “Realizar”, que compreendia o estabelecimento de parcerias com universidades, incubadoras, agências de fomento e investidores para a implementação das ideias geradas nos conclaves regionais, que jamais foram viabilizadas em nenhuma das universidades.

Mais uma vez, se impunha a problemática em torno da dificuldade de implementação dessas iniciativas. Ao mesmo tempo, parecia-me necessária uma reflexão sobre a eficácia dos processos apoiados em um discurso heróico e na performance do novo *design thinking* (Badke-Schaub, Roozenburg, & Cardoso, 2010), os quais aprofundarei melhor no segundo capítulo deste trabalho.

O *DREAM:In* foi uma dinâmica que, apesar de longa e desgastante, conseguiu unir uma grande rede de pessoas de forma voluntária, gerando forte empatia e esperança. No entanto, não se encontraram caminhos eficazes para disponibilizar meios para viabilizar as ideias prototipadas.

Aqui levanto uma questão: afinal, o que seria mais importante? Estruturar ideias mirabolantes em processos ritualísticos (que no final apenas entregam representações visuais atraentes) ou pensar de forma crítica em como consolidar ideias viáveis de implementação?

1.4.3. As jornadas de 2013: como projetar um novo país

A partir de maio de 2013, diversos protestos contra o aumento das tarifas de transportes públicos, aconteceram em cidades brasileiras.

Entretanto, foi o episódio de violência policial contra manifestantes (ocorrido no dia 13 de junho de 2013 na cidade de São Paulo) que marcou o início de uma onda de protestos que se espalhou por todo o Brasil.

A mobilização, que originalmente começou como forma de protesto contra o aumento do preço das passagens de autocarro, de R\$ 3,00 (3 Reais) para R\$ 3,20, ampliou-se, de forma difusa, para uma pauta que ultrapassava tal questão.

Os eventos que ficaram conhecidos como “as jornadas de junho de 2013”, tornaram-se “a maior série de manifestações de rua desde o movimento pelo impeachment do presidente Fernando Collor, 21 anos antes” (Charleaux, 2017, “O que foram, afinal, as Jornadas de Junho de 2013”, para. 1).

A frase “não é por R\$ 0,20”, espalhada por vários muros da capital paulista, “deixou claro o desejo de extrapolar a reivindicação original” (Charleaux, 2017, “O que foram, afinal, as Jornadas de Junho de 2013”, para. 2).

Os protestos também chegaram à cidade de São Luís, apesar de não terem sido motivados por um aumento de tarifas no transporte público local. A indignação com os vários problemas vividos tanto na capital do Maranhão, como no restante do estado gerou uma onda de manifestações que geraram esperança de que

mudanças significativas poderiam chegar através da participação cívica.

Perguntava-me se seria possível concentrar essa energia das manifestações de forma a haver um maior envolvimento em torno das questões públicas, pois como disse o jornalista Bruno Torturra na altura: “Junho abriu uma janela para a rua” (Torturra in Charleaux, 2017).

Na ocasião, acompanhei com entusiasmo o envolvimento de meus alunos do curso de design da UFMA e, junto com eles, participei (e registei) de muitas das manifestações que eram convocadas através do Facebook, twitter e WhatsApp (Figura 12).

Figura 12

Manifestantes atravessam a ponte José Sarney durante protesto em São Luís - MA.

(Fonte: doutorando, 2013).



Entretanto, era necessário que tamanha potência social criasse esse “novo espaço público”, um espaço que não se limitasse à internet, mas se tornasse visível nos lugares da vida social (Castells, 2014).

Na altura, ao ver o cartaz de minha ex-aluna Nina Diniz, com os dizeres “Por um redesign do país”, perguntava-me como o design poderia ajudar a cidade de São Luís a se tornar mais justa e igualitária (Figura 13).

O facto é que quando os espaços públicos são ocupados, eles

desempenham um papel relevante na história da mudança social (Castells, 2014).

Figura 13

Nina Diniz segurando o seu cartaz “Por um redesign do país” durante protesto das Jornadas de junho em São Luís -MA.

(Fonte: doutorando, 2013).



Porém, após cinco anos desses eventos é possível dizer que, da extensa pauta levantada pelos manifestantes, a grande maioria dos problemas não foi enfrentado pelo poder público e, em alguns casos, como nas áreas de saúde e segurança, se agravaram.

No entanto, um facto relevante foi observado na altura. Os preços das tarifas dos transportes públicos caíram em mais de 100 cidades brasileiras, e os manifestantes conseguiram deslocar “momentaneamente – e com impactos duradouros – o controle político da gestão do transporte” (Movimento Passe Livre - São Paulo, 2013).

As Jornadas de junho de 2013 trouxeram para esta investigação as questões sobre como o design pode atuar na melhoria dos problemas causados pela complexidade urbana e qual o impacto das TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação na construção de redes quando atuamos em torno de objetivos comuns.

Da mesma forma, diversos acontecimentos ocorridos nos anos seguintes – tanto no Brasil como nos Estados Unidos, no Reino

Unido, na Itália e, em tempos recentes, na França – demonstram o quanto as TIC podem ser usadas para pautar objetivos comuns por agendas de grupos que agem de forma oculta. Nesse sentido, é emblemático o caso da manipulação da comunicação política durante as últimas eleições presidenciais americanas (Roncolato, 2018; “Cambridge Analytica”, 2018).

1.4.4. A Batata precisa de você: ocupar para projetar uma nova relação com a cidade

Desde 2014, acompanho o projeto “A Batata precisa de você”, iniciativa de ocupação do Largo da Batata, região do distrito de Pinheiros, zona oeste da cidade de São Paulo, Brasil.

O Largo foi um importante entreposto comercial desde o início do século XX e seu nome vem da prática da venda de batata por imigrantes japoneses. A partir da década de 1930, recebeu linhas de bonde elétricos e, assim, passou a ser uma zona de transição entre a região de Pinheiros e o centro da cidade de São Paulo (Coletivo A Batata precisa de você, 2015).

Nas décadas seguintes, passou por grandes reconversões até que, no ano de 2010, o local foi entregue juntamente com a obra da estação de Metrô Faria Lima, porém vazio e sem mobiliário urbano (Coletivo A Batata precisa de você, 2015).

O Batata ganhou destaque na comunicação social brasileira e internacional quando se tornou palco para as manifestações do Movimento Passe Livre, nas Jornadas de junho de 2013 (Coletivo A Batata precisa de você, 2015) (Figura 14).

A partir de janeiro de 2014, um grupo com cerca de 10 participantes passou a ocupar o Largo da Batata, munidos de algumas cadeiras de praia e guarda-sóis (Figura 15), e passou a promover encontros regulares em todas as sextas-feiras, onde eram realizados debates e apresentações artísticas (Coletivo “A batata precisa de você”, 2015).

Essas ações deram origem ao **Coletivo A Batata Precisa de**

Você, um movimento de apropriação do espaço público pautado pelo direito à cidade - conceito cunhado pelo filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (Coletivo “A batata precisa de você”, 2015).

Figura 14

Concentração de manifestantes no Largo da Batata coordenado pelo Movimento Passe Livre em 18 de junho 2013.

(Fonte: Revista Forum, 2013).



Figura 15

Atividades de ocupação e intervenção no Largo do Batata

(Fonte: A Batata precisa de você, 2014/2015).



O coletivo funcionava através da ação conjunta de seus participantes, onde:

A partir de improvisos e gambiarras³, o espaço do Largo transformou-se. Seus bancos de paletes, feitos por membros do coletivo e participantes esporádicos, abrigam agora um espaço de diversão, cultura, descanso e, principalmente, de discussão, tornando esse espaço um verdadeiro laboratório público a céu aberto. (Coletivo A batata precisa de você, 2015, p. 7).

Desde então, um espaço vazio, árido, sem árvores e mobiliário urbano foi sendo reconfigurado pelo coletivo, que, através de uma rede de pessoas, conseguiu construir uma infraestrutura social e técnica que mudou a relação das pessoas com o lugar.

De maneira voluntária, os participantes do coletivo desenvolveram mobiliários a partir de paletes, realizaram a arborização gradual do espaço e, à medida que o projeto ganhava visibilidade, foram realizadas parcerias entre entidades públicas e privadas que permitiram o desenvolvimento de novas ações de melhoria do espaço (Figura 16).

Figura 16

Peças de mobiliário construídas pelo coletivo a Batata Precisa de Você

(Fonte: doutorando, 08/02/2016).



3 No Brasil, o uso popular da expressão remete a qualquer solução improvisada para resolver um problema.

Em dezembro de 2015, após o início do doutoramento na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, ao visitar a cidade de São Paulo, fui convidado pelo designer e amigo Flávio “Barão” di Sarno a conhecer de perto o trabalho do coletivo “A batata precisa de você”.

Na ocasião, também pude participar de uma reunião sobre a formação do Instituto a “Cidade Precisa de Você”, uma evolução do projeto que visava a expansão das ações, para outras regiões da cidade, através do conhecimento gerado a partir da experiência no Largo da Batata.

A aproximação com este projeto me trouxe interesse por entender o funcionamento desses coletivos e se suas estratégias poderiam ser adaptadas para outros contextos, como os que serão tratados nesta investigação.

1.5. A definição do tema

O conjunto de experiências vividas como estudante e professor da UFMA e outras universidades brasileiras, juntamente com a participação dos projetos “Sustentar - Bairro do Desterro” e *DREAM:In* - Brasil; e, por fim, as “jornadas de 2013” e o trabalho do coletivo “A batata precisa de você” foram essenciais para a formação do tema desta investigação.

A questão inicial relacionada ao impacto dos processos colaborativos na prática de projeto se mantém, entretanto ela foi ampliada para abranger a sua eficácia e sustentabilidade quando aplicados em contextos complexos como os de bairros que vivem em situação de vulnerabilidade social, escolhidos como campo de estudo desta investigação.

Portanto, a investigação, agora intitulada: *O Design em Assembleias projetuais: desafios e alternativas para a sustentabilidade do projeto participado em bairros vulneráveis*, trabalha com a temática da atuação do designer em processos participativos de projeto em bairros em situação de vulnerabilidade social.

1.6. A questão da investigação

Os desdobramentos gerados pelo trabalho de campo, aliados ao levantamento bibliográfico apresentaram inúmeras questões sobre a sustentabilidade do design participativo nesses contextos. Essas iniciativas sofrem com dificuldades de implementação e continuidade, e dessa problemática surge a questão desta investigação: **Como pode a cultura de design proporcionar a sustentabilidade do design participativo em comunidades de bairros vulneráveis?**

Nesse sentido, o objetivo é verificar como o saber e a visão crítica oriundos daqueles que possuem algum tipo de treinamento de design podem ser transferidos para “não designers” em processos de design participativo, e, assim, proporcionarem o conhecimento necessário para implementar e sustentar iniciativas que busquem soluções para problemas sociais vivenciados nos territórios investigados. Da questão central abrem-se subquestões.

1. A primeira está relacionada com a necessidade de compreensão de como é construída a participação e as exigências dos projetos nesses contextos. Desse modo, entender a partir de que olhares é realizado o diagnóstico do projeto, para que este possa garantir que as necessidades, sonhos e desejos de quem será diretamente impactado estejam realmente bem interpretados.

2. A segunda se refere ao entendimento dos métodos e processos utilizados no design participativo com foco em questões sociais, e qual é o seu nível de eficácia para a recolha de informações e implantação dos resultados do projeto.

3. A terceira questão tem relação com os recursos necessários para a continuidade e sustentabilidade desses projetos, e se estes podem sobreviver à ausência de apoios estatais e de uma liderança institucional clara.

4. E, por último, se é possível, e de que forma, o designer

sobreviver profissionalmente atuando nesses contextos do design social.

Como apresentarei no capítulo 5, no desdobramento da investigação, elegi o conceito de “assembleias projetuais” para enfrentar essas problemáticas, e o fiz baseado no princípio de proporcionar espaços híbridos entre a prática “parlamentar” e “laboratorial” (Binder et al., 2015), onde o papel do designer especialista não deverá ser reduzido apenas ao de “facilitador”, mas deverá englobar as posturas de “ativista”, “estrategista” e “crítico” (Manzini, 2015).

1.7. Os objetivos da investigação

O objetivo geral desta investigação é compreender como a cultura de design pode ajudar a criar e sustentar “assembleias projetuais” em bairros em situação de vulnerabilidade social, através de estudos empíricos e da observação de outras iniciativas de design participativo, para assim analisar a natureza de seus processos e de que forma tais iniciativas podem se tornar práticas sustentáveis de projeto. Para tanto, definimos os seguintes objetivos específicos:

- Investigar e contextualizar historicamente as questões metodológicas do Design Participativo e Social.
- Realizar uma revisão crítica sobre o pensamento, habilidades e potencialidades do design.
- Discutir como se estrutura a ideia da colaboração projetual entre designers e membros de uma comunidade e como se dá a transferência mútua de conhecimento.
- Realizar estudos empíricos apoiados na metodologia de investigação-ação, para o estabelecimento de assembleias projetuais em um bairro vulnerável da cidade São Luís, capital do estado do Maranhão, Brasil.
- Analisar a natureza dos processos desses estudos e como se configuram as questões relacionadas com a problematização

e implementação de projetos participativos.

A hipótese levantada é que o trabalho do design participativo em contexto de bairros em situação de vulnerabilidade não é sustentável porque a sua manutenção no longo prazo não está a ser garantida. Uma segunda hipótese é que não há infraestrutura social e técnica para que o trabalho do design participativo em bairros vulneráveis seja sustentável.

1.8. As escolhas metodológicas

Esta investigação é de carácter exploratório, tendo como objetivo explorar um problema para construir critérios e compreensão de um determinado contexto. Para Gil (2002), a finalidade desse tipo de pesquisa é “o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (p. 41). A pesquisa exploratória possui planeamento flexível, o que se alinha à complexidade do campo.

A pesquisa foi conduzida a partir do método da investigação-ação: um tipo de investigação social empírica que é concebida e realizada através de uma ação ou resolução de um “problema coletivo no qual investigadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (Thiollent, 2011, p. 20).

O papel do investigador nesse tipo de pesquisa é ativo, tanto na análise dos problemas apresentados quanto no acompanhamento e avaliação do desdobramento das ações que foram delineadas a partir dos problemas. Não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Neste tipo de pesquisa os investigadores devem atuar “na própria realidade dos fatos observados” (Thiollent, 2011, p. 22).

No método da investigação-ação, a coleta de dados utiliza diversos instrumentos, como a entrevista coletiva nos locais de moradia ou de trabalho e a entrevista individual em profundidade. Além dessas técnicas, podem ser aplicados questionários para

gerar dados em maior escala. Alguns investigadores recorrem também a técnicas antropológicas, como a observação participante, os diários de campo, as histórias de vida, entre outros (Thiollent, 2011).

Na escolha das ferramentas de investigação, além das entrevistas individuais em profundidade e as discussões e atas das “assembleias”, decidi adotar o diário de campo para registo de informações coletadas.

O passo seguinte foi o alinhamento da investigação-ação com os propósitos da investigação em design. O projeto *Kowork* - Cova da Moura, que facilitou o delineamento do Laboratório de Design Social do Desterro (ambos serão aprofundados no decorrer desta tese) adotou o workshop como estratégia para a estruturar a investigação.

Binder (2007) afirma que esse é um modelo que ganhou atenção considerável, seja através de workshops onde participantes e designers colaboram em atividades de projeto, seja naqueles onde muitas partes interessadas estão envolvidas, na ênfase das oficinas, como um veículo de colaboração, seja, por último, na investigação de design conduzida num ambiente académico.

Entretanto, Binder (2007) propõe que a investigação de design possa ser conduzida como um “laboratório para a mudança” (p. 2). E enfatiza que, mesmo que essa abordagem possa fazer uso extensivo do formato de workshop, a noção de um laboratório onde as partes interessadas exploram soluções de maneira aberta e colaborativa, através de um processo transparente e escalável, pode oferecer uma estrutura mais consistente para a investigação em design.

O *Kowork* foi apoiado na questão “o que o design pode fazer pelo bairro do Alto da Cova da Moura?”. O workshop contou com jovens do bairro e utilizou como base de compreensão do pensamento do design o modelo *double diamond design process*, do Design Council (2005). Entretanto, o processo tornou-se

aberto, produzindo um cruzamento entre design e antropologia.

Já o Laboratório de Design Social do Desterro surgiu com o propósito de construir uma infraestrutura social e técnica, através de “assembleias criativas participativas” que buscariam compreender as “demandas e oportunidades” (Manzini, 2008) e transformá-las em projetos coletivos para o bairro do Desterro, Centro Histórico de São Luís do Maranhão.

As iniciativas exploraram a perspectiva do que Nigel Cross (1990, 1995, 2011) denomina como *design ability*, que visualiza o ato de projetar como uma capacidade inerente a todos os seres humanos, conceito que explorarei em profundidade no próximo capítulo.

1.9. Estrutura da tese

Esta tese está estruturada em cinco capítulos dispostos da seguinte forma:

O **Capítulo 1** é de caráter introdutório, onde contextualizo o percurso de escolha do tema, a questão e objetivos da investigação, além das abordagens metodológicas utilizadas.

O **Capítulo 2** dá início à revisão teórica ao tratar das temáticas do *design thinking*, *design ability*, a potência da prática do design amador (Cross, 1990, 1995) que emerge em situações de escassez de recursos, o encontro entre o design “difuso” e “especialista” (Manzini, 2016) e o que configura a cultura de design.

No **Capítulo 3**, trabalho com as discussões a respeito da perspectiva de um design ético e responsável ao longo da história, além de explorar o conceito de cooperação e realizar uma revisão teórica da temática do design participativo e social.

No **Capítulo 4**, inicio a preparação do trabalho de campo e abordo o papel do design na construção da cooperação em torno de questões comuns em contextos complexos. Para tal exploro os conceitos de microplaneamento a partir da experiência do

Projeto *Kowork*, realizado no bairro do Alto da Cova da Moura, Amadora, distrito de Lisboa, Portugal entre os anos de 2015 e 2016.

Já no **Capítulo 5**, descrevo o trabalho de campo realizado no Bairro do Desterro em São Luís, Maranhão, Brasil, e, a partir das conclusões advindas de tal experiência, desenvolvo a temática da sustentabilidade projetual através da formação de assembleias projetuais.

O **Capítulo 6** apresenta um cenário de possibilidades através de um estudo de caso sobre a experiência participativa das comunidades dos Bairros Prodac Norte e Sul, junta de Marvila, zona oriental de Lisboa, e o estúdio de design e arquitetura português Ateliermob, que foram apoiadas por instrumentos de financiamento público da Câmara Municipal de Lisboa.

O **Capítulo 7** encerra esta tese com as discussões e considerações finais obtidas no percurso desta investigação, além de projetar os desdobramentos para futuros trabalhos acadêmicos.

Este documento também contém os elementos pré-textuais e pós-textuais, além dos anexos onde constam materiais gerados no trabalho de campo realizado no Laboratório de Design Social do Desterro no ano de 2016/2017 e a transcrição das entrevistas realizadas no estudo de caso dos Bairros Prodac Norte e Sul.

1.10. Referências bibliográficas do capítulo

- Badke-Schaub, P., Roozenburg, N., & Cardoso, C. (2010). *Design thinking: a paradigm on its way from dilution to meaninglessness. In Proceedings of 8th Design Thinking Research Symposium (DTRS8)* (pp. 39–49).
- Binder, T. (2007). Why Design: Labs? *Nordes*, (2). Obtido em <https://archive.nordes.org/index.php/n13/article/view/171/154>
- Binder, T., Brandt, E., Ehn, P., & Halse, J. (2015). Democratic design experiments: between parliament and laboratory. *CoDesign*, 11(3-4), 152-165. Obtido em: <https://doi.org/10.1080/15710882.2015.1081248>
- Bonsiepe, G. (2011). *Design, cultura e sociedade* (1st ed.). São Paulo, SP: Blucher.
- Bonsiepe, G. (1992). *Teoria e prática do design industrial: elementos para um manual crítico* (1st ed.). Lisboa, PT: Centro Português de Design.
- Bonsiepe, G. (1985). *El diseño de la Periferia: Debates y experiencias* (1st ed.). Barcelona, ES: Editorial Gustavo Gili.
- Bueno, B. I. (2015) *Monumentos Históricos do Maranhão: Reflexão, atualização e análise crítica - 1979 a 2015* (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação não publicado). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA.
- Cambridge Analytica aceitou a dados de 87 milhões de utilizadores. (4 abr. 2018). *Público Jornal*. Obtido em <https://www.publico.pt/2018/04/04/tecnologia/noticia/cambridge-analytica-aceitou-a-dados-de-87-milhoes-de-utilizadores-1809156>
- Castells, M. (2014). *Redes de Indignação e Esperança. Movimentos Sociais na Era da Internet* (2nd ed.). Rio de

Janeiro, RJ: Zahar.

- Celaschi, F. (2008). Design as Mediation Between Areas of Knowledge: The integration of knowledge in the training of contemporary designers. In C. Germak (Ed.), *Uomo al centro del progetto Design per un nuovo umanesimo / Man at the Centre of the Project Design for a New Humanism* (1st ed., p. 171). Torino, IT: Umberto Allemandi & C.
- Charleaux, J. P. (2017). O que foram, afinal, as Jornadas de Junho de 2013. E no que elas deram. *Nexo Jornal*. Obtido em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>
- Coletivo “A batata precisa de você.” (2015). *Ocupe Largo da Batata: Como fazer ocupações regulares no espaço público*. São Paulo, SP. Obtido em: <http://largodabatata.com.br/wp-content/uploads/2015/07/publicacaoFINALagosto2015.pdf>.
- Conde 6ºN-Design (1995). *Projeto de candidatura - 6º Encontro Nacional de Estudantes de Design*.
- Cross, N. (1990). The nature and nurture of design ability. *Design Studies*, 11(3), 127–140. Obtido em: [http://doi.org/10.1016/0142-694X\(90\)90002-T](http://doi.org/10.1016/0142-694X(90)90002-T)
- Cross, N. (1995). Discovering Design Ability. In R. Buchanan & V. Margolin (Eds.), *Discovering Design: Explorations in Design Studies* (1st ed., pp. 105–120). The University of Chicago Press.
- Cross, N. (2011). *Design thinking: understanding how designers think and work* [e-book]. Berg.
- Davis, C. M. et al. (2014). *Projeto DREAM-IN Brasil: Design and Social Impact: A Cross-Sectoral Agenda for Design Education, Research, and Practice*. New York, NY: The Smithsonian’s Cooper-Hewitt, National Design Museum.
- Design Council (2005). *A Study of the Design Process*

- *The Double Diamond*. Obtido em: [https://www.designcouncil.org.uk/sites/default/files/asset/document/ElevenLessons_Design_Council%20\(2\).pdf](https://www.designcouncil.org.uk/sites/default/files/asset/document/ElevenLessons_Design_Council%20(2).pdf)
- Fórum, R. R. (2013). SP: veja como foi o 50 protesto contra o aumento das tarifas. *Revista Fórum*. Obtido em <https://www.revistaforum.com.br/sp-acompanhe-aqui-o-50-protesto-contr-o-aumento-das-tarifas/>.
- Franzato, C. (2016). Design como articulador de uma inovação social. *Revista IHU Online*, (493). Obtido em <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6611-carlo-franzato>.
- Fuller, R. B. (1969). *Operating manual for spaceship earth*. Pocket Books.
- Germak, C., & De Giorgi, C. (2008). Design dell'esplorazione (Exploring Design). In C. Germak (Ed.), *Uomo al centro del progetto Design per un nuovo umanesimo / Man at the Centre of the Project Design for a New Humanism* (1st ed., p. 171). Umberto Allemandi & C.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (Quarta). São Paulo, SP: Atlas.
- Goldenberg, M. (2011). *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais* (1st ed.). Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Leon, E. (2015). *Um laboratório de design na periferia, o caso de Canasvieiras*. Lisboa, PT: Design Policies; Between Dictatorship and Resistance (The Radical Designist). Obtido em <https://docplayer.com.br/20104373-Um-laboratorio-de-design-na-periferia-o-caso-de-canasvieiras.html>
- Manzini, E. (2008). *Design para a inovação social e sustentabilidade* (1st ed.). Rio de Janeiro, RJ: E-papers.
- Manzini, E. (2015). *Design, when everybody designs: an introduction to design for social innovation*. The MIT Press.

- Manzini, E. (2016). Design Culture and Dialogic *Design*. *Design Issues*, 32(1), 52-59. Obtido em: http://doi.org/10.1162/DESI_a_00364
- Movimento Passe Livre - São Paulo. (2013). Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (Coleção Tinta Vermelha). São Paulo, SP: Boitempo Editorial.
- Noronha, R., Oliveira, H., & Rodrigues, D (2008). Lugares comuns: a marca territorial do Desterro, identidade e etnografia. *AcademiaEdu*. Obtido em: <https://www.academia.edu/5539676/Lugares_comuns_a_marca_territorial_do_Desterro_identidade_e_etnografia>.
- Papanek, V. (1973). *Design for the real world. Design for the Real World: Human Ecology and Social Change*. Toronto, CA/New York, NY/London, UK: Bantam Books.
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, & FJP - Fundação João Pinheiro. (2013). *O índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro*. Brasília, DF: PNUD, IPEA e FJP. Obtido em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal_pt.pdf.
- Roncolato, M. (2018). O uso ilegal de dados do Facebook pela Cambridge Analytica. E o que há de novo. *Nexo Jornal*. Obtido em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/19/O-uso-ilegal-de-dados-do-Facebook-pela-Cambridge-Analytica.-E-o-que-h%C3%A1-de-novo>.
- Thiollent, M. (2011) *Metodologia da Pesquisa-Ação* (18th ed.). São Paulo, SP: Cortez Editora.
- Vassão, C. (2010). *Metadesign: Ferramentas, Estratégias e Ética para a Complexidade* (1st ed.). São Paulo, SP: Blucher.

CAPÍTULO 02

DESIGN: PENSAMENTO, CAPACIDADE E PRÁTICA

2. Design: pensamento, capacidade e prática

A partir da década de 1960, intensificou-se o debate sobre as bases de formação do conhecimento do design. Apesar dos esforços em descobrir os fundamentos do seu pensamento nas belas artes, nas ciências naturais, ou, mais recentemente, nas ciências sociais, o design escapa da redução a um só campo de conhecimento e continua a ser uma atividade surpreendentemente flexível.

O aumento e a variedade significativa de pesquisas publicadas em conferências, jornais, artigos de revistas e livros especializados sugere que o design continua a expandir os seus significados, limites e conexões, revelando inesperadas dimensões na sua prática, bem como na sua compreensão.

Não há uma definição única para o termo design que abranja de forma adequada a diversidade de ideias e métodos reunidos sob o rótulo (Buchanan, 1992; Frankel & Racine, 2010; Stolarski, 2005, 2009, 2012).

Ao considerar a pluralidade de múltiplas abordagens e a forma como o termo se disseminou em nosso dia a dia, tentar definir o design é escolher enveredar por um território movediço, como disse André Stolarski:

Chovem exemplos que mostram que o design é tanto uma profissão quanto um meio; que ele não requer formação específica para todas as suas variantes; que não se limita à indústria nem à produção seriada; que não é necessariamente funcional nem universal; que não é uma ciência; que cria problemas no exato instante que os resolve; que não se limita a produzir artefatos concretos, mas também processos e ideias abstratas;

e que frequentemente se confunde com certas disciplinas de que lança mão, afirmando-se como arte, arquitetura, planejamento urbano, engenharia, publicidade, moda, música, literatura e tantas outras (Stolarski, 2009, p. 54).

Neste imenso universo de interpretações, mais do que seguir por discussões que procurem uma definição, parece-me ter maior importância empreender sobre como são constituídas as relações do design com seu contexto, ou melhor, qual seria o papel do designer em um mundo cada vez mais complexo.

Numa sociedade onde o conhecimento é cada vez mais fragmentado e os problemas mais complexos, “o grande trabalho do design tem sido ajustar conexões entre coisas que antes eram desconexas” (Cardoso, 2012, “Compressão e complexidade”, para. 6).

O que implica utilizar uma perspectiva sistêmica, onde o designer atue em rede, assumindo o papel de elemento integrador, construindo plataformas que facilitem processos e ajudem a partilha dos *inputs* necessários para a implementação de soluções, além de mediar as relações que surgem da colaboração, numa perspectiva dialógica, e que procure a construção coletiva (Franzato, 2016).

Nos últimos anos o design assumiu uma grande importância e protagonismo e muito disto deve-se ao termo *design thinking* e ao mito construído à volta dele.

A ascensão do termo trouxe notoriedade e uma aura “mítica” (Norman, 2010) e/ou heróica para o designer, que se tornou um “solucionador geral de problemas” (Badke-Schaub, Roozenburg, & Cardoso, 2010) ou parafraseando um grupo de humor

brasileiro: “com o design seus problemas acabaram!”¹.

Nos últimos dez anos observamos a disseminação do *design thinking* como uma estratégia diferencial nos negócios (Brown, 2009; Martin, 2009; Stewart, 2011). E muito disso se deve a busca da apropriação do termo através de uma tática estratégia agressiva de propaganda e relações públicas por parte da IDEO, consultoria de design e inovação norte-americana.

Há uma intensa produção literária sobre o tema e numerosos artigos foram publicados em revistas importantes do setor de gestão e negócios. Não esquecendo da imensa variedade de cursos introdutórios sobre as aptidões de *Design Thinking* para não designers que proliferaram em escolas e universidades.

A estratégia da IDEO foi potencializada com o lançamento do livro “*Change by design*” escrito por Tim Brown, diretor executivo da empresa (Badke-Schaub et al., 2010; Björgvinsson, Ehn, & Hillgren, 2012).

No livro, ao tratar da origem do *design thinking*, Brown (2009, “We need new choices, para. 3) afirmou que este tipo de pensamento surgiu “com as competências que os designers aprenderam ao longo de muitas décadas na sua busca para atender às necessidades humanas com os recursos técnicos disponíveis considerando as restrições dos negócios”². Então ele conclui que tinha chegado a hora de “colocar essas ferramentas nas mãos de pessoas que nunca se imaginaram a si mesmas como designers e aplicá-las a uma gama muito maior de problemas”³.

Para Brown (2008, 2009), o processo de *design thinking* não é linear e ordenado, ele afirma que é melhor pensá-lo como “um sistema de sobreposição de espaços” (2008, p. 88). Sendo

1 Jargão utilizado pelo grupo de humor Casseta & Planeta.

2 “Design thinking begins with skills designers have learned over many decades in their quest to match human needs with available technical resources within the practical constraints of business.”

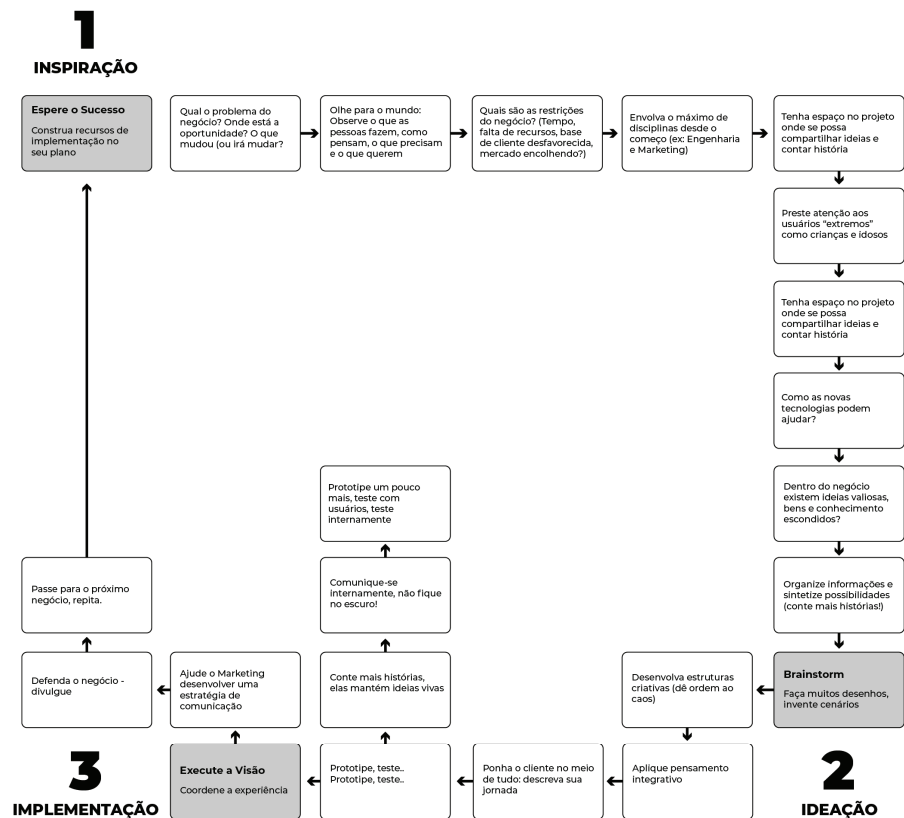
3 “...which is to put these tools into the hands of people who may have never thought of themselves as designers and apply them to a vastly greater range of problems.”

eles denominados como: inspiração, ideação e implementação (Figura 17).

Figura 17

Diagrama explicativo do sistema de espaços do design thinking - IDEO

(Fonte: Adaptado de Harvard Business Review, 2008)



A inspiração refere-se ao problema ou a oportunidade que motiva a busca de soluções; a idealização (ou ideação para alguns) é a fase onde as ideias são geradas, desenvolvidas e testadas; e a implementação, que é o caminho que leva a ideia do estúdio de projeto para o mercado.

O trabalho de propaganda e relações públicas da IDEO foi tão eficaz, que muitos acreditam que o conhecimento constituído e por consequência o próprio termo tenha sido criado pela empresa. Uma pesquisa breve de imagens em motores de busca de internet com o termo *design thinking*, remete-nos para diversas variações do diagrama desenvolvido por esta empresa de design.

O próprio Tim Brown afirma em artigo escrito em 2010. No

tópico “A origem do *design thinking*” como isto ocorreu:

Para distinguir esse novo tipo de trabalho de design, começamos a nos referir a ele como “design com um d minúsculo”. Mas essa frase nunca pareceu totalmente satisfatória. David Kelley, também fundador do Instituto Hasso Plattner da Universidade de Stanford (também conhecido como “d.school”), observou que toda vez que alguém lhe perguntava sobre design, ele se via inserindo a palavra “pensamento” para explicar o que os designers fazem. Eventualmente, o termo *design thinking* colado⁴. (Brown & Wyatt, 2010, “The Origin of Design Thinking”, para. 3).

Outro fator importante para a disseminação desse “novo *design thinking*” (Badke-Schaub et al., 2010) foi a criação do Instituto Hasso Plattner na Universidade de Stanford, Califórnia, mais conhecida como *d-school*, uma espécie de “templo”, onde os ambientes foram especialmente preparados para a performance do design thinking. Espaços modulares, com quadros brancos, canetas e muitos *post-its* (Figura 18).

Para alguns, esta forma de trabalhar seria uma nova categoria do design conhecida por *Post-it design* (Drazin, 2013; Manzini, 2015; Jen, 2018). Porém, ao longo dos anos, essa forma de execução reduziu o designer especialista a um papel administrativo, protocolar, que não traz grandes contribuições

4 “To distinguish this new type of design work, we began referring to it as “design with a small d.” But this phrase never seemed fully satisfactory. David Kelley, also the founder of Stanford University’s Hasso Plattner Institute of Design (aka the “d.school”), remarked that every time someone asked him about design, he found himself inserting the word “thinking” to explain what it was that designers do. Eventually, the term design thinking stuck.”

para o processo, além de construir uma visualização agradável do quadro do projeto (Manzini, 2015).

Figura 18

Alunos atuando em espaços da d.school na Universidade de Stanford

(Fonte: twitter d.school, <https://bit.ly/2Nflbvp> 09/09/2017).



Assim como em outro momento o *branding* trouxe notoriedade a muitos estúdios de design pelo mundo (Rodrigues, 2013) a premissa de ser o guardião do valioso conhecimento que os designers detêm, construiu a notoriedade não só da IDEO, mas de várias consultoras como a Frog Design, Continuum Innovation, Insitum, Live|Work, entre outras.

É importante destacar aqui que não questiono a qualidade ou capacidade técnica dos profissionais destas empresas. Pelo contrário, não apenas são muito bons, mas também ajudaram no trabalho de promoção do design e de divulgação do conhecimento na área. Não obstante é possível questionar o *design thinking* nos moldes que a IDEO disseminou pode ser replicado para qualquer pessoa ou organização.

É importante lembrar que há mais de dez anos antes da popularização do uso do termo, mais precisamente no ano de 1987, Peter G. Rowe, professor de arquitetura e urbanismo em Harvard, lançava o livro intitulado “Design Thinking” (Rowe, 1987; Dorst, 2011; Vinsel, 2017).

Já em 1991, Nigel Cross, Kees Dorst e Norbert Roozenburg coordenaram o primeiro evento do “*Design Thinking Research Symposium*” (DTRS) na Universidade Tecnológica de Delft na Holanda (Cross, Dorts, & Roozenburg, 1992; Lloyd, McDonnell, & Cross, 2007).

O facto da IDEO não reconhecer a existência anterior do termo e do conhecimento agregado a ele, causa desconforto tanto no mercado como no meio académico (Badke-Schaub, Roozenburg, & Cardoso, 2010; Vinsel, 2017; Jen, 2018).

Apesar da discussão sobre o uso e apropriação do termo ser fértil, ela já foi bem explorada por Petra Badke-Schaub, Norbert Roozenburg e Carlos Cardoso (2010), e também por Donald Norman (2010) em artigos que fundamentam este capítulo.

O posicionamento adotado aqui não é de oposição ao termo “pensamento de design”, já que este trouxe novas perceções do papel do designer. Como Norman (2010) propõe, a ênfase no “pensamento”, “faz com que o design seja mais do que uma cara bonita: tem substância e estrutura”⁵. E isto amplia a visão de que é possível a aplicação dos seus métodos a problemas diferentes.

O que me parece importante para esta investigação é saber o quanto a aura de “heroísmo” do designer tem contribuído a nosso favor, e também se o pensamento do design pode ser aplicado em contextos complexos como os de bairros que enfrentam cenários de vulnerabilidade socioeconómica.

Neste capítulo pretendo explorar a compreensão da relação do design com a ideia de “resolução de problemas” e de que forma tem se configurado uma cultura de projeto.

5 “The emphasis on “thinking” makes the point that design is more than a pretty face: it has substance and structure.”

2.1. As formas de conhecer do designer

No editorial do primeiro número da revista *Design Studies*, Sidney Gregory, editor chefe do jornal afirmou: “o design é um dom e uma atividade para todas as pessoas”⁶ (Gregory, 1979, p. 2)

Essa afirmação de que “todos são designers” em algum grau, e que de algum modo possuem uma capacidade específica ou agem como tal, tem sido recorrente na literatura de design (Simon, 1969; Papanek, 1973; Schön, 1983, 2003; Bonsiepe, 2011; Stolarski, 2012; Manzini, 2008, 2015; Cross, 1990, 1995, 2006, 2011).

Ao iniciar sua trajetória, a *Design Studies* escolheu o desafio de tentar procurar dados que pudessem identificar o Design como uma disciplina, com os seus próprios recursos, mesmo reconhecendo o seu caráter interdisciplinar. E desse esforço nasceram três ensaios que tiveram como objetivo fundamentar a ideia do design como uma disciplina independente (Archer, 1979; Nadler, 1980; Cross, 1982).

No primeiro deles, intitulado “*Whatever became of Design Methodology?*” (O que foi feito da Metodologia de Design?), de Bruce Archer (1979), o autor afirmava que: “A metodologia de design está viva e bem, e vivendo sob o nome de investigação de Design”⁷ (p. 18).

No entanto, anos antes Archer havia empreendido um esforço para sistematizar o método do design, tentando aliviar a ênfase do seu caráter intuitivo. Ele estava especialmente interessado em estabelecer parâmetros que pudessem garantir que os aspectos qualitativos do design fossem tão defensáveis como as considerações predominantemente quantitativas, e essa sua busca deu origem ao estudo “*Systematic Methods for Designers*” de 1963/1964. A obra que causou grande impacto na época foi

6 “Design is a skill and an activity for all people.”

7 “Design methodology is alive and well, and living under the name of Design research.”

imediatamente questionada por nomes como John Chris Jones e Christopher Alexander (Davis & Gristwood, 2016).

Jones foi o mais enfático ao criticar o nível de racionalidade da proposta de Archer por considerá-la demasiada rígida, como “um kit de ferramentas”, “que obrigavam os designers e responsáveis do planeamento a agir como máquinas, surdos a todos os gritos humanos e incapazes de rir”⁸ (Jones, 1980, p. 173).

No entanto Bruce Archer reconheceu que desperdiçou demasiado tempo neste empreendimento ao “tentar dobrar os métodos de pesquisa operacional e de técnicas de gestão para os propósitos do design”⁹ (Archer, 1979) e assim propôs a existência de uma outra forma de conhecimento:

Minha crença atual, formada nos últimos seis anos, é que existe uma maneira *designerly*¹⁰ de pensar e comunicar que é diferente das formas científica e académica de pensar e se comunicar, e tão poderosa quanto os métodos científicos e académicos de investigação, quando aplicada a seus próprios tipos de problemas¹¹ (Archer, 1979, p. 17).

Archer propôs também a ideia de uma terceira área na educação, preocupada com os aspectos do “produzir e fazer”

8 “That obliged designers and planners to act like machines, deaf to every human cry and incapable of laughter.”

9 “I wasted an awful lot of time in trying to bend the methods of operational research and management techniques to design purposes.”

10 Não existe uma tradução literal da palavra “designerly” para o português, entendo que ela indica algo “característico do designer”, uma “forma de ser do designer”. Já a frase “designerly way of thinking” poderia ser traduzida como “Formas de pensar do designer.”

11 “My present belief, formed over the past six years, is that there exists a designerly way of thinking and communicating that is both different from scientific and scholarly ways of thinking and communicating, and as powerful as scientific and scholarly methods of enquiry, when applied to its own kinds of problems.”

presentes na cultura material, uma área que se distinguiu da Ciência e das Humanidades pela existência de uma abordagem de conhecimento distinta. Esta área teria um caráter aspiracional.

Para ele, a ciência era a área de conhecimento teórico baseada “na observação, medição, hipótese e teste”, já as Humanidades teriam o seu corpo de “conhecimento interpretativo baseado em contemplação, crítica, avaliação e discurso”, a terceira área seria o corpo de “conhecimento prático baseado na sensibilidade, invenção, validação e implementação” (Archer, 1979, p. 20).

Então como dar nome a essa terceira área? Archer concluiu que o termo “as Artes” seria o ideal, entretanto a expressão já tinha sido apropriada e usada com um sentido próximo ao de Humanidades. Contemplou a possibilidade de uso dos termos “Estética” ou “Técnica”, mas as palavras de alguma forma já tinham sido contaminadas por outros significados (Archer, 1979).

Ele observou que o termo “Design, escrito com um “D maiúsculo” (é interessante aqui lembrar do design com o “d” minúsculo proposto por Tim Brown) já era usado em escolas secundárias da Inglaterra e do País de Gales, com um sentido adicional ao usual que era utilizado por arquitetos, engenheiros e designers profissionais (Archer, 1979).

Assim, o Design, poderia ser uma terceira área da educação que a ser equiparada à Ciência e às Humanidades, seria a área da experiência humana, com um tipo de capacidade e compreensão utilizada para adaptar o seu meio material.

Esta área estaria relacionada com a capacidade de configurar, dar significado, valor e propósito aos fenômenos humanos. Archer propôs adotar o termo “consciência projetual” como um equivalente à alfabetização e numeracia¹². Que para ele era “a capacidade de compreender e lidar com essas ideias que são

12 Do inglês “numeracy” - capacidade de entender e trabalhar com números - <https://www.merriam-webster.com/dictionary/numeracy>

expressas pelos meios do ato de fazer e produzir”¹³(Archer, 1979, p. 20).

Quando tratou da linguagem essencial de cada área, Archer disse que a da ciência seria a notação, especialmente a notação matemática. Nas Humanidades seria a linguagem natural, especialmente a linguagem escrita. E a do Design seria a modelagem, para ele um modelo seria uma representação de algo (Archer, 1979).

No Design poderiam ser expressos de diversas formas: “através de uma variedade de mídias, como desenhos, diagramas, representações físicas, gestos, algoritmos - para não mencionar a linguagem natural e notação científica”¹⁴ (Archer, 1979, p. 20).

Já em 1980, Gerald Nadler deu continuidade à discussão na *Design Studies* em torno da possibilidade do Design vir a se tornar a terceira área da educação, ao lado das ciências e humanidades. O seu objetivo era entender qual seria o fenômeno do design. E para isso ele propôs um modelo dual englobando planejamento e design (Nadler, 1980).

No artigo Nadler (1980) sustenta seus pensamentos através de diversos diagramas e tabelas que não me parecem relevantes para serem expostas aqui. Por isso concentrarei meu foco nos pontos que me parecem essenciais para esta investigação.

O primeiro deles é que para Nadler, o humano é o único ser que procura melhorar o seu meio ao desenvolver soluções para lidar com os seus problemas. E essa busca só é perseguida caso seja percebida como um progresso por um determinado grupo. Para isto seria necessário que as pessoas envolvidas aceitassem certos propósitos na perspectiva que estes fossem alcançados, ou melhor, implementados (Nadler, 1980).

13 “the ability to understand and handle those ideas which are expressed through the medium of doing and making.”

14 “A variety of media such as drawings, diagrams, physical representations, gestures, algorithms - not to mention natural language and scientific notation.”

Nesse sentido, Nadler propôs uma teoria de “planeamento e design”, baseada em propósitos humanos. Para esclarecer o que significa algo com caráter “proposital”, ele disse: “significa ter qualidades de, e caracterizadas por um propósito (missão, objetivo, direção, interesse primário). Além disso, conota algo construtivo, legítimo, organizacionalmente necessário, socialmente necessário e aceitável ¹⁵” (Nadler, 1980, p. 299).

Nadler (1980) complementa que a busca de propósitos só é eficiente quando estes possibilitam aumentar o escopo para atividades adicionais, ou seja, o propósito como atividade intencional deve estimular outros propósitos.

Um ponto do pensamento de Nadler que me pareceu especialmente importante para esta investigação é sua ideia de especulação ou o que ele designou como “retrato de futuro” (Nadler, 1980, p. 300).

Para Nadler (1980), tais retratos podem ser muitas vezes falhos por assumirem um caráter do que é certo e assim aqueles que fazem a previsão adotam uma postura de “vender uma solução” em vez de tentar resolver um problema, e por isso presumem que apenas alcançar o status descrito seja “a solução” e, portanto, omitem a mudança contínua e a capacidade de desenvolvimento como parte do futuro”¹⁶ (p. 301).

A visão do modelo dual de planeamento e design de Nadler é importante para compreender a complexidade dos problemas de design, ao mesmo tempo que reconhece a necessidade de inovação contínua nestes processos, parafraseando a linguagem informática seria uma espécie de “modo beta”¹⁷.

15 “Purposeful means having the qualities of and characterized by purpose (mission, aim, direction, primary concern). In addition, it connotes constructive, legitimate, organizationally needed, socially needed, and socially acceptable.”

16 “the solution and thus omit continuing change and development capability as a part of the future.”

17 A versão beta de um software ou produto é a versão em estágio ainda de desenvolvimento, mas que é considerada aceitável para ser lançada para o público, mesmo que ainda possua bugs e problemas que precisarão ser reparados pelos desenvolvedores antes do lançamento definitivo do produto ao mercado na sua versão final (Canaltech, n.d.).

Ele acreditava que a única maneira de compreender o futuro (e alcançar objetivos, não apenas produzir especulações) estava no estabelecimento de um cronograma claro de implementação das soluções, e afirmava que:

A implementação e a mudança efetiva contínua, flexível e guiada (ao longo do tempo) de qualquer condição presente no fenômeno de interesse para uma condição mais desejável de existência, são medidas críticas de sucesso para a atividade proposital de Planejamento & Design ¹⁸(Nadler, 1980, p. 301).

Importante enfatizar que Bruce Archer (1979) também via a implementação como um elemento constituinte do corpo de conhecimento desta terceira área, juntamente com a sensibilidade, invenção e validação.

No terceiro artigo da série “*Design as a discipline*”, Nigel Cross (1982), ao escrever o clássico “*Designerly ways of knowing*” retoma a argumentação em torno do design como uma terceira área da educação, junto com as ciências e humanidades.

Cross (1982) afirmava que essas “três culturas” do conhecimento e competências humanas, precisavam conter três aspectos relevantes: a capacidade de transmissão de conhecimento sobre um fenômeno de estudo; um treino de métodos apropriados de investigação e por último uma iniciação aos sistemas de crenças e valores desta “cultura”.

Cada cultura deveria possuir o seu conjunto de valores, que nas ciências seriam a objetividade, racionalidade, neutralidade e preocupação com a “verdade”. As humanidades estariam

18 “Implementation and continued, flexible and guided effective change (along the timeline) from whatever present condition exists in the phenomenon of interest to a more desirable condition of existence are critical real-world measures of success for the P&D purposeful activity.”

baseadas na subjetividade, imaginação, compromisso, e uma preocupação com a “justiça”. Já o design deveria estar apoiado na praticidade, criatividade, empatia e uma preocupação com a “adequação” (Cross, 1982).

Para fundamentar o seu pensamento, Cross observou experiências como as desenvolvidas por Bryan Lawson (1980) que comparavam o comportamento de estudantes de pós-graduação em arquitetura com os de ciências ao desenvolver soluções para um problema simples, como montar blocos coloridos obedecendo a certas regras. Na altura, Lawson explicou as suas descobertas da seguinte forma:

Os cientistas concentraram sua atenção na descoberta da regra, os arquitetos estavam obcecados em alcançar o resultado desejado. Os cientistas adotaram uma estratégia geralmente focada no problema e os arquitetos uma estratégia focada na solução. Embora seja perfeitamente possível usar a abordagem dos arquitetos para obter a melhor solução sem realmente descobrir a gama completa de soluções aceitáveis, de facto, a maioria dos arquitetos descobriu algo sobre a regra que governa as combinações de blocos permitidas. Em outras palavras, eles aprenderam sobre a natureza do problema em grande parte como resultado de experimentação de soluções, enquanto os cientistas se propuseram especificamente a estudar o problema. (Lawson, 1980, p. 32).

Ao comentar as experiências de Lawson, Nigel Cross (1982) concluiu que a forma como os cientistas resolvem os problemas

é baseada em análise, enquanto os designers baseiam-se na síntese da questão apresentada. Para ele a característica central da atividade de design, é sua dependência em gerar rapidamente uma solução satisfatória, em vez de explorar qualquer análise prolongada do problema.

Cross também reconheceu que a maneira *designerly* de proceder, provavelmente não é apenas fruto de quaisquer insuficiências intrínsecas de designers e da sua educação, mas está mais relacionada com a natureza da tarefa de design e dos tipos de problemas que os designers enfrentam (Cross, 1982).

Assim como Nadler (1980), Cross apontou que uma das características *designerly* é a necessidade de produzir um resultado praticável dentro de um limite específico de tempo. O que difere da forma como cientistas lidam com o tempo, pois é possível para eles suspender seus julgamentos e decisões até que seja viável aprofundá-los, o que muitas vezes faz com que “uma solução final” seja contornada pela conclusão justificável de que: “uma investigação adicional é necessária” (Cross, 1982, p. 224).

Cross também abordou as questões levantadas por Horst Rittel e Melvin Webber ao concordar sobre a natureza dos problemas de design.

Rittel e Webber, professores da Universidade da Califórnia em Berkeley procuraram uma alternativa para contrapor a ideia do modelo linear “passo a passo” então explorado por muitos designers e teóricos até os anos 1960, para explicar o processo de design.

Havia até então a percepção que através da investigação das bases de formação da sua metodologia projetual seria possível delinear um processo ordenado e sistemático para se chegar a uma solução de design através de diagnósticos obtidos por prescrição. Como apontei anteriormente, essa postura também foi sustentada por Bruce Archer durante alguns anos, antes de abandoná-la a partir dos anos 1970.

Essa procura por uma linearidade no processo de design foi

um esforço para validar o campo como ciência. Essa percepção foi compartilhada por diversos pensadores do design e foi a base da premissa de que a metodologia de design, os seus procedimentos ou métodos de conceção, poderiam ser considerados objeto de pesquisa científica válida, na altura havia uma necessidade de “cientificar” o design (Cross, 2001, 2006; Frankel & Racine, 2010).

Este crescente interesse pela questão metodológica no design, proporcionou a origem de uma série de discussões em torno do tema. Nos anos de 1962, 1965 e 1967 ocorreram as conferências *Design Methods* na Inglaterra que levaram à formação da *Design Research Society* em 1966, que é responsável pela publicação da revista *Design Studies* até os dias de hoje (Buchanan, 1992; Cross, 2001).

Embora na altura houvessem muitas variações deste modelo linear, aqueles que defendiam essa ideia afirmavam que “o processo de design é dividido em duas fases distintas: a definição do problema e a solução do problema”¹⁹ (Buchanan, 1992, p. 15).

A definição do problema seria uma sequência analítica na qual o designer determina todos os elementos que o constituem e especifica todos os requisitos que uma solução de design eficaz deveria ter.

Já a solução do problema é uma sequência sintética na qual os vários requisitos são combinados e equilibrados uns com os outros, obtendo-se um projeto final a ser encaminhado para a produção.

Esse entendimento de um caminho projetual linear permaneceu bastante atraente para muitos designers e investigadores em design e, de certo modo, este equívoco tem voltado a acontecer nos dias de hoje.

Uma grande parte vem da necessidade de encontrar um entendimento lógico para o processo do design. Em contraposição

19 “The design process is divided into two distinct phases: problem definition and problem solution.”

a este pensamento vigente, alguns questionaram a abordagem do design como ciência.

Em um editorial de 1967, C. West Churchman apresentou pela primeira vez o conceito de *Wicked problems* de Rittel, ao argumentar que a maioria dos problemas abordados por designers eram problemas capciosos.

Rittel apontava, entre outras coisas, para o facto de que uma metodologia sequencial estruturada seria inadequada para compreender problemas complexos de design (Buchanan, 1992).

Os *Wicked problems* referem-se,

àquela classe de problemas do sistema social que são mal formulados, onde a informação é confusa, onde há muitos clientes e tomadores de decisão com valores que estão em conflito e onde as ramificações em todo o sistema são completamente confusas”²⁰(Churchman, 1967, B-141).

Mais à frente, Rittel e Webber (1973) apontaram que a questão estava pautada pela falta de entendimento sobre a diferença entre os tipos de problemas com os quais os designers lidam, e os problemas fechados, especializados, “inofensivos” ou “domesticados”²¹ sob uma metodologia única das outras áreas.

Outro pensador que desafiou a ideia do design como uma abordagem linear de pensamento de projeto foi o filósofo,

20 “...class of social system problems which are ill-formulated, where the information is confusing, where there are many clients and decision makers with conflicting values, and where the ramifications in the whole system are thoroughly confusing.”

21 “The problems that scientists and engineers have usually focused upon are mostly “tame” or “benign” ones. As an example, consider a problem of mathematics, such as solving an equation; or the task of an organic chemist in analyzing the structure of some unknown compound; or that of the chessplayer attempting to accomplish checkmate in five moves. For each the mission is clear. It is clear, in turn, whether or not the problems have been solved.”

pedagogo e professor do MIT - Massachusetts Institute of Technology, Donald Schön.

Em 1983, no seu livro “*The Reflective Practitioner*”, Schön propôs uma nova “epistemologia da prática” que tomava como ponto de partida a competência e o talento já inerentes à prática profissional (Schön, 1983, 2003).

Esse conhecimento ou prática habilidosa era chamada por ele como “reflexão-na-ação” (o pensar o que fazem, enquanto o fazem) que está naturalmente presente quando os profissionais atuam e desenvolvem soluções “em situações de incerteza, singularidade e conflito” (Schön, 2003, p. 24).

Para ele, os tipos de competências que os profissionais experientes demonstravam nessas situações podiam ser chamadas de “talento artístico”. Alertava que o ensino das universidades contemporâneas que se dedicavam à investigação privilegiava o conhecimento sistemático, de preferência científico, não aproveitando as potencialidades do talento artístico.

Afirmava ainda que o currículo normativo das escolas e a separação entre investigação e a prática não deixavam espaço para a “reflexão-na-ação”, criando, assim, um dilema entre rigor e a relevância para educadores, profissionais e estudantes (Schön, 2003).

Schön foi um crítico feroz da visão de Herbert Simon, e de seu clássico *The Sciences of the Artificial* de 1969, onde defendia a criação de uma “ciência do design” (Simon, 1969).

Simon via o design como um meio instrumental para solucionar problemas: um processo de otimização (Schön, 2003), “onde situações existentes eram transformadas em situações preferidas” (Simon, 1969, p. 111).

Entretanto, para Schön, essa era uma abordagem para resolver problemas bem definidos, enquanto a prática profissional em design precisa enfrentar e lidar com “situações confusas e problemáticas”. Para ele o design era um processo de construção

e não somente de otimização (Schön, 2003).

Quando realizamos atividades em nossa vida quotidiana, através de um desempenho espontâneo e intuitivo, apresentamos ter um conhecimento especial. Entretanto, muitas vezes, não conseguimos verbalizar o que sabemos. Quando tentamos descrever o ato, sentimos-nos perdidos, ou produzimos descrições pouco claras. Mas quando nos encontramos com uma situação semelhante, conseguimos utilizar a informação gerada por experiências anteriores.

Para Schön (1983), o nosso conhecimento “é ordinariamente tácito, implícito em nossos padrões de ação e em nossa percepção das coisas com as quais estamos lidando. Parece certo dizer que nosso conhecimento está em nossa ação” ²²(p. 49).

Schön utilizava o termo “conhecimento tácito” criado pelo cientista e filósofo húngaro Michael Polanyi (1967), para se referir aos processos espontâneos de reconhecimento e apreciação, que muitas vezes, são normativos, e conclui que “tal capacidade parece ter muito a ver com a maneira como aprendemos novas habilidades” (Schön, 1983, 2003, p. 30).

A sua teoria foi construída através de métodos de observação das ciências sociais, com base na análise dos processos de concepção reais desenvolvidos por profissionais em diferentes áreas de atuação, onde a premissa era não forçar o uso de metodologias prescritas e estruturadas. O seu maior interesse era saber como “o praticante aborda o problema da prática como um caso único”²³ (Schön, 1983, p. 129).

Para Schön, os artistas constroem coisas e portanto, em um certo sentido, podem ser considerados designers, e os profissionais experientes também são construtores de “artefactos” e nessa ótica “todas as pessoas que praticam uma atividade

22 “...our knowing is ordinarily tacit, implicit in our patterns of action and in our feel for the stuff with which we are dealing. It seems right to say that our knowing is in our action.”

23 “...the practitioner approaches the practice problem as a unique case.”

são profissionais do design”. Ele completa exemplificando: “advogados constroem casos, argumentos, acordos e peças de legislação. Médicos constroem diagnósticos e sistemas de teste e tratamento” (Schön, 2003, p. 44).

O designer faz coisas que em algumas situações poderão vir a ser materializadas em um produto finalizado; entretanto o mais comum é que ele faça uma representação de algo a ser construído - um plano, um programa ou uma imagem - por outros (Schön, 1983).

O designer atua em situações particulares, e muitas vezes complexas, usando materiais e uma linguagem específicos. Por causa desta complexidade, os seus movimentos tendem, felizmente ou infelizmente, a produzir consequências além daquelas pretendidas inicialmente.

Quando isso acontece, ele pode levar em consideração as mudanças não intencionais originadas da situação, formando novas apreciações e entendimentos e fazendo novos movimentos, em um processo cíclico. “Ele molda a situação, de acordo com sua apreciação inicial, a situação “fala de volta”, e ele responde às falas da situação”²⁴, uma conversa reflexiva entre o designer e a situação do problema (Schön, 1983, p. 89).

Ao fundamentar este subcapítulo com as ideias de autores como Bruce Archer, Gerald Nadler, Nigel Cross, Horst Rittel e Donald Schön assumo a minha escolha por um entendimento do que para mim me parece o “pensamento do design”.

Ao longo da trajetória desta investigação, em algumas oportunidades fui sujeito, em outras, objeto. A minha forma de pensar como designer e sobre o design foi sendo reconfigurado ao longo dos quatro anos de doutoramento e das experiências advindas dele. Sou designer de formação, entretanto aprendi muito sobre design com “não designers”.

24 “He shapes the situation, in accordance with his initial appreciation of it, the situation “talks back,” and he responds to the situation’s back-talk.”

Quando ainda fazia o meu bacharelado em design me ficou na memória uma frase de uma professora (excelente por sinal) ao deparar-se com um cartão de visitas de um aluno do último ano onde junto ao seu nome via-se a palavra “designer”. A professora indignada perguntou como ele poderia se intitular como tal se ainda não era “formado”, “um absurdo!”.

Hoje vemos a popularização, para o bem e para o mal, da palavra design, e muito disso vem da disseminação do termo *design thinking*. Tenho conhecido muitos que se intitulam *design thinkers* em suas formas de apresentação.

Entretanto, longe de querer fazer qualquer juízo de valor, o meu interesse é compreender o que ocorre quando o designer que sai do ensino formal das universidades encontra o designer do quotidiano, principalmente aqueles que vivem em realidades complexas e de extrema escassez, como a dos territórios que enfrentam cenários de vulnerabilidade socioeconómica. E surge a questão sobre qual seria a metodologia de design mais adequada para atuar nestes contextos.

Aqui utilizo a perspectiva de Nigel Cross para “metodologia de design”:

o estudo de como os designers trabalham e pensam, o estabelecimento de estruturas apropriadas para o processo de design, o desenvolvimento e a aplicação de novos métodos, técnicas e procedimentos de design e a reflexão sobre a natureza e extensão do conhecimento em design e sua aplicação nos problemas de design.²⁵

(Cross, 1984, p. vii; 2001, p. 53).

25 “...the study of how designers work and think, the establishment of appropriate structures for the design process, the development and application of new design methods, techniques and procedures, and reflection on the nature and extent of design knowledge and its application to design problems.”

2.2. Design ability: todos somos designers?

Ao iniciar o primeiro capítulo de seu livro *“Design for the Real World”*, Vitor Papanek fez a seguinte afirmação: “Todos os homens são designers. Tudo o que fazemos, quase todo o tempo, é design, pois o design é básico para toda a atividade humana”²⁶ (Papanek, 1973, p. 23).

Para Nigel Cross (2011), “Todos podem - e fazem - design”²⁷ (“Design Ability”, para. 1). E isto ocorre quando planejamos algo novo e os colocamos em prática, seja quando cozinhamos um prato “com o que há no frigorífico”, quando arrumamos os móveis da casa, ou escolhemos um caminho alternativo para ir ao trabalho. Portanto, esta capacidade é algo inerente à cognição humana; é uma parte fundamental do que nos torna humanos.

Já Richard Sennett (2008) afirma que do ponto de vista material, “os seres humanos são hábeis criadores de um lugar para si mesmos no mundo”²⁸ (“The Craftsman; Warriors and Priests; the Foreigner”, para. 15) Essa necessidade de adaptar o seu meio material é algo que nos acompanha desde sempre, desde tempos muito remotos.

Estudos arqueológicos comprovaram que os seres humanos têm uma longa história ligada ao pensamento projetual, através de artefactos de civilizações antigas, ou nas tradições do design vernacular e do artesanato tradicional que ainda persistem em diversos lugares.

E o “design” nem sempre foi considerado como algo que requer competências especiais. A habilidade de design costumava ser de alguma forma um conhecimento coletivo ou compartilhado, e é apenas em épocas recentes que se tornou uma espécie de

26 “All men are designers. All that we do, almost all the time, is design, for design is basic to all human activity.”

27 “Everyone can – and does – design.”

28 “Materially, humans are skilled makers of a place for themselves in the world.”

talento excepcional. É possível afirmar que “qualquer coisa que não seja um pedaço simples e intocado da natureza foi projetado por alguém”²⁹ (Cross, “Design Ability”, 2011, para. 1).

E como veremos adiante, esta habilidade de projetar e adaptar o nosso mundo material, afetou profundamente, para o bem e para o mal, a qualidade de nossas vidas.

Essa capacidade ou habilidade de projetar, tem sido objeto de extensa investigação por parte de Nigel Cross (1990, 1995, 1999, 2001, 2006, 2011) e é nomeada por ele como *design ability*.

Ao longo desse tempo, Cross se debruçou em diversos estudos de observação do comportamento cognitivo de projetistas atuando em seu ambiente de trabalho, através de abordagens etnográficas e de estudos de caso, que foram realizados por nomes como: David Marples (1960), Peter Levin (1966), Lionel March (1976), Donald Schön (1983), Robert Davies (1985), Peter Rowe (1987), Dianne Murray (1993), Larry Bucciarelli (1994), Henrik Gedenryd (1998), culminando com o seu próprio exercício de observação no livro “*Design thinking: understanding how designers think and work*” lançado em 2011.

Nesses estudos vários designers definiram que o seu trabalho, em um sentido mais profundo, surgia de uma forma de pensamento “intuitivo”, que não se baseava em abordagens convencionais de inferências lógicas. A palavra “intuição” é bastante conveniente e resume para muitos o que ocorre no *design thinking*.

Entretanto Cross (2011) afirma que o conceito mais útil que tem sido usado por estes investigadores para explicar os processos de raciocínio dos designers é que o pensamento do design é abdutivo, pois configura-se em um tipo de raciocínio diferente dos conceitos mais familiares de raciocínio indutivo e dedutivo, o que configura a lógica peculiar do design.

29 “Anything that isn’t a simple, untouched piece of nature has been designed by someone.”

É essa lógica particular que fornece os meios para mudar e transferir o pensamento entre o propósito exigido a alguma atividade e as formas apropriadas para buscar satisfazê-lo.

Para exemplificar a distinção do raciocínio abdutivo do design em detrimento das formas indutiva e dedutiva, Nigel Cross cita a investigação de Lionel March (1976) que diferencia o modo de raciocínio do design, dos da lógica e da ciência, ao ressaltar que: “a lógica está interessada em formas abstratas, a ciência investiga formas existentes, já o design cria novas formas”³⁰ (March, 1976 apud Cross, 2011, “Thinking about designers do”, para. 3).

March fundamentou o seu trabalho nos estudos do filósofo e linguista Charles Sanders Peirce (1839-1914), que afirmava que a dedução prova que algo deve ser; a indução mostra que algo realmente é operacional; e a abdução sugere que algo pode ser. É essa hipótese do que pode vir a ser, o ato de produzir especulações, que é central para o design.

March complementa que as duas formas convencionais de raciocínio - dedutivo e indutivo - só se aplicavam logicamente a tipos de atividade analítica e avaliativa. Mas o tipo de atividade mais intrinsecamente ligada ao design é a síntese, para a qual não há uma forma de raciocínio comumente reconhecida. Lionel March preferiu substituir o termo abdutivo por “raciocínio produtivo”, porque o designer precisa produzir uma composição ou produto (March, 1976 apud Cross, 1995, 2011).

Porém para Cross o termo mais adequado seria “raciocínio posicional”, devido ao facto do designer oferecer uma proposta para uma solução que, quando justaposta ao problema, parece ser uma resposta apropriada. Ao contrário da lógica convencional, uma solução de design não pode ser derivada diretamente do problema, mas só pode ser correspondida a ela. Ao contrário do cientista, que procura muitos casos para substanciar uma

30 “Logic has interests in abstract forms. Science investigates extant forms. Design initiates novel forms.”

regra, e depois um caso para falsificá-la, o designer pode ser recompensado por ser capaz de produzir apenas um caso satisfatório que apresente um resultado adequado (Cross, 2011).

A *design ability* está relacionada com o processo de compreensão para a busca de resolução de problemas mal definidos, que adota estratégias cognitivas focadas na solução, emprega o pensamento abdutivo ou de oposição, e utiliza meios de modelagem não verbais (Cross, 1990, 1995, 2011).

Os estudos desenvolvidos por diversos investigadores e especialmente por Nigel Cross nos últimos 25 anos, são fundamentais para o entendimento da natureza do pensamento e da habilidade do design.

Não é o propósito desta investigação, entretanto abre-se uma questão quando nos deparamos com o facto de que grande parte da notoriedade do “novo” *design thinking* foi construída na possibilidade de aprendizagem, transferência ou potencialização da habilidade de design por “não designers”.

Se “todos somos designers” como muitos afirmam, é cada vez mais necessário o desenvolvimento de estudos que evidenciem os efeitos da aprendizagem do *design thinking* ao longo do tempo, fora do ensino formal de design.

Esta habilidade de design que se apresenta fora dos espaços dos ateliês e dos estúdios de design, e que está presente em diversas culturas, está materializada em uma série de soluções de projeto que podemos encontrar principalmente em locais onde há escassez de recursos, como as periferias e favelas brasileiras; e os bairros sociais e de lata (de barracas) ainda existentes em Portugal.

Estas soluções estão expressas na forma de artefactos do quotidiano, nos métodos de construção vernacular e nos inúmeros serviços informais oferecidos nestes sítios, que no Brasil é identificado como “gambiarra” e em Portugal como “desenrascanço”.

2.3. A “gambiarra” ou “desenrascanço”: a potência do design em situações de escassez

Buckminster Fuller (1969) dizia que lhe causava entusiasmo o engenho extraordinário e às vezes muito oportuno da humanidade.

Ele imaginava uma situação hipotética de um naufrágio onde todos os barcos de salvamento já haviam partido, e logo avistava-se um tampo de piano emergindo e flutuando à deriva, onde alguém imaginaria usá-lo como um salva-vidas improvisado, mesmo tendo a consciência de que aquela peça não seria o objeto ideal para conceber um salva-vidas (Fuller, 1969).

Ao tratar da situação, ele queria provar que os nossos cérebros podiam aprender a lidar com essas experiências específicas, e assim estabelecer princípios que, detetados e dominados, nos proporcionariam vantagens para enfrentar as situações de adversidade que emergiam a todo momento em nossas vidas (Fuller, 1969).

A sua colocação era uma crítica à busca da especialização que tolhia o pensamento abrangente. Para Fuller, esse tipo de iniciativa espontânea, intuitiva, vinha sendo impedida, muitas vezes inadvertidamente, já na primeira infância, prejudicando nossos potenciais criativos, e a consequência seria a diminuição da capacidade de interferir no mundo (Fuller, 1969).

Essa capacidade de improviso diante de situações adversas está ligada de forma intrínseca a prática habilidosa. Embora algumas vezes seja comum pensarmos antes de agir, também é verdade que, “em grande parte do comportamento espontâneo da prática hábil, revelamos um tipo de conhecimento que não provém de uma operação intelectual anterior”³¹ (Schön, 1983).

31 “Although we sometimes think before acting, it is also true that in much of the spontaneous behavior of skillful practice we reveal a kind of knowing which does not stem from a prior intellectual operation.”

Para Schön, o uso da improvisação nesses casos é comum, e se dá quando o “caso não está no manual”, e ela ocorre na invenção e teste de estratégias situacionais (Schön, 2003, p. 15), seria o que chamamos da prática de “tentativa e erro”. Sendo assim, a improvisação pode ser considerada um tipo de ação ou atitude humana que se caracteriza pela ausência de preparo prévio, de um plano ou projeto (Bouffleur, 2006).

Este modo de atuação “fora do manual” pode gerar soluções através do uso não convencional, da adaptação ou modificação de partes ou do todo de objetos. Mas também se reflete em uma capacidade de improvisação e invenção na busca de soluções para demandas do cotidiano, que utilizam abordagens inovadoras, e criam novos produtos, serviços e oportunidades empreendedoras.

Aloísio Magalhães em sua conferência “Da invenção e do fazer” de 1976 já tratava dessa capacidade de invenção ao falar dos habitantes do nordeste brasileiro (Magalhães, 1997).

Na altura ele citava exemplos como os das lixeiras feitas de restos de pneumáticos ou dos objetos popularmente conhecidos por “lamparinas” que utilizavam o bulbo de lâmpadas convencionais descartadas para armazenar o querosene utilizado, fonte de energia que proporcionava a iluminação das casas localizadas nas regiões mais pobres do Brasil, onde não havia oferta de energia elétrica.

Ao falar deste tipo específico de lamparina, Magalhães dizia ser um caso de invenção com caráter “poético”, e que continha um certo sentido de humor, pois: “já que eu não tenho luz elétrica, fisicamente, transformo, altero ele para uma lâmpada, também lâmpada com outro tipo de tecnologia” (Magalhães, 1997, p. 179).

Magalhães dizia que essa capacidade de invenção observada nestes artefactos da vida cotidiana, era caracterizada por uma atitude de “pré-design”. Que fazia parte de uma categoria de “artesanato” diferente, pois na verdade era “um designer em potencial, muito mais do que propriamente um artesão no

sentido clássico” (Magalhães, 1997, p. 181).

Ele acreditava na potência desta inventividade oriunda do improviso, entretanto não a romantizava. Com seu sentido crítico e enorme sensibilidade, sabia que ela estava relacionada com a escassez e a pobreza presentes na região nordeste do Brasil (Magalhães, 1997).

Por meus pais terem nascido na região do semiárido do nordeste brasileiro, localidade que ainda convive com índices significativos de pobreza, esses objetos fizeram parte do imaginário de minha infância e adolescência.

Entretanto é interessante notar que nos dias de hoje, devido ao processo de eletrificação rural empreendido nos últimos anos, já não é possível encontrar com facilidade este tipo de lamparinas.

Ao realizar uma procura na internet, encontrei uma versão semelhante, mas que considero mais elaborada, e já não era apresentada como um objeto utilitário, mas sim como uma peça de decoração que utilizava material “reciclado” (Figura 19).

Figura 19

Lamparina feita de bulbos de lâmpadas e outros elementos reciclados

(Fonte: <http://bit.ly/2NL6gN7>)



Essa potência de design expressa no “pré-design” de Aloísio Magalhães, aparece com outras denominações em diversos estudos acadêmicos como: design vernacular (Cross, 1990; Stairs,

2002; Woodham, 2006; Finizola, 2010; Clarke, 2011), design espontâneo (Santos, 2003; Wild, 2011; Riul et al., 2015), design não profissional (Cross, 1990, 1995), design amador (Cross, 1990, 1995), design intuitivo (Manzini & Tassinari, 2013) e de certo modo essas interpretações convergem para o conceito de *design ability* tratado anteriormente.

Os exemplos da lixeira e da lamparina, além de uma grande diversidade de soluções encontradas em periferias brasileiras (Bouffleur, 2006; Riul et al., 2015; De Bono Holanda & van Dijk, 2017) ou de países africanos (Stairs, 2002), fazem parte de uma prática que no Brasil é denominada popularmente pelo termo “gambiarra”, que em Portugal se aproxima do significado da palavra “desenrascanço”.

Em Portugal a palavra “gambiarra” possui um outro significado que remete a um tipo de “extensão elétrica, com fio comprido e uma lâmpada na sua extremidade, que permite levar luz a sítios afastados” (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013).

Inicialmente, a palavra possuía significado semelhante no Brasil, entretanto ao longo tempo foi sendo ressignificada. Em grande parte por causa da prática de realizar ligações clandestinas na rede de energia, ou seja, “fazer uma gambiarra para puxar a luz do poste” ou “fazer um gato”³², o que ainda é um hábito bastante comum em favelas e nas localidades mais pobres do Brasil, e em menor escala, nos poucos “bairros de lata” que ainda existem em Portugal.

Essa interpretação faz com que seja bastante comum que a prática da gambiarra esteja muito presente no cotidiano de contextos de escassez de recursos e pobreza, como o do bairro onde foi desenvolvido o trabalho de campo desta investigação de doutoramento.

32 Desvio ou extensão ilegal de um ponto de fornecimento de energia elétrica.

Como afirma Rodrigo Bouffleur (2006), o termo gambiarra as vezes pode remeter a conotações positivas relacionadas com a inventividade, inteligência, criatividade, capacidade de adaptação e resolução alternativa de problemas. Mas também pode expressar algo negativo quando está relacionada a um meio de obter vantagem indevida, uma ilegalidade, algo mal construído, precário, ou realizado sem o devido cuidado.

A ideia da gambiarra está relacionada com a construção de um artefacto ou solução improvisada, que muitas vezes tem a função de resolver um problema emergencial, utilizando os recursos que “estão à mão”. Para Bouffleur, a prática da gambiarra envolve com frequência:

uma intervenção alternativa, o que também poderíamos definir como uma “técnica” de re-apropriação material: uma maneira de usar ou constituir artefatos, através de uma atitude de diferenciação, improvisação, adaptação, ajuste, transformação ou adequação necessária sobre um recurso material disponível, muitas vezes com o objetivo de solucionar uma necessidade específica. (Bouffleur, 2006, p. 25).

A diversidade de artefactos que são apropriados por esse tipo de abordagem é imensa. Uma bastante disseminada no imaginário popular brasileiro, e que possui uma variedade de soluções para o “problema”, é o arranjo das fitas dos chinelos do tipo “havaianas” quando estas rompem. Desde derreter o material com um isqueiro até o uso de pregos, clips, botões e outros materiais, diversos tipos de estratégia são utilizados para aumentar a vida útil do produto.

Entretanto o pensamento da gambiarra se estende para um imenso universo de soluções que se materializam não só em

artefactos, mas também em serviços e outras estratégias de adaptação e sobrevivência nestes cenários com escassez de recursos.

Uma delas é um serviço muito popular em São Luís do Maranhão e em outras cidades do nordeste que é chamado de “bike lanches”. É uma espécie de snack-bar ambulante adaptado em uma bicicleta, onde se vendem sandes, salgados e bebidas.

Este serviço não se encaixa na categoria delivery, pois não é contatável por telefone, e trabalha com uma espécie de agenda diária onde os clientes sabem o horário exato que este estará disponível em sua localidade. É bastante comum encontrá-lo nas periferias e bairros mais pobres e tem como diferenciais, além da comodidade, preços mais acessíveis à população de baixo rendimento.

O artefacto/serviço é normalmente construído com cestos plásticos de feira, caixas térmicas de esferovite (isopor), caixas plásticas de diversos tamanhos e toda uma variedade de objetos adaptados, sem qualquer projeto prévio, a bicicleta vai sendo configurada com a necessidade e com o que “está a mão” do seu dono/criador, onde a medida em que consegue capitalizar o “negócio” passa a implementar melhorias (Figura 20).

Figura 20

Imagem característica de uma “bike-lanches”
(Fonte: <http://bit.ly/2MHYj6E> em 09/09/2017).



O interesse em entender essas práticas inovadoras de “baixo para cima” é cada vez maior. Existe uma curiosidade em compreender mais de perto como se dão essas expressões vernaculares de improvisação com os meios disponíveis em áreas com escassez de recursos (Bannon & Ehn, 2013). E isto se expande quando vemos casos de apropriação de tecnologias já existentes para dar suporte a outras finalidades.

Exemplos como o *UBRA* (União da Brasilândia), que surgiu para tentar corrigir a ausência de acesso a aplicações de viagens rápidas, semelhantes ao Uber em zonas que enfrentam desafios de segurança pública (Souza, 2017).

O serviço foi criado no bairro da vila Brasilândia, distrito da periferia da zona norte de São Paulo, por dois moradores com uma estrutura simples, que por não possuir aplicação própria, utiliza o WhatsApp como ferramenta de contato com os clientes, em 2017 a empresa já contava com 40 veículos registrados, e uma grande quantidade de clientes na região (Souza, 2017).

Outro serviço com a lógica da apropriação é a *Godnet*, empresa que disponibiliza internet no bairro de Heliópolis nos arredores de São Paulo.

O pequeno provedor surgiu quando Augusto Santana, ex-morador da região, que na altura era um montador de móveis, fez uma mudança para um cliente e “herdou” no meio dos móveis, uma imensidão de cabos de rede que não seriam utilizados e tinham como destino o lixo (Escola de Jornalismo Énois & data_labe, 2017)

Impressionado com a quantidade do material e ao saber para que serviam, Augusto identificou a oportunidade e após comprar um link de uma operadora começou o negócio de distribuição de internet em Heliópolis em 2009. No ano de 2017 ele já atendia cerca de 1.700 famílias que antes não tinham acesso à internet na região (Escola de Jornalismo Énois & data_labe, 2017)

Esses dois exemplos demonstram o potencial da lógica da improvisação, quando as pessoas se apropriam de tecnologias

da informação e da comunicação (TIC) em contextos de escassez de recursos como as regiões de bairros vulneráveis (Bannon & Ehn, 2013; Bergamin, 2015).

Grande parte deste espírito inventivo da improvisação do “faça você mesmo” (*Do it yourself*) também é compartilhado pelas culturas maker e hacker, que atuam de forma coletiva com novas tecnologias de uso de dados e prototipagem 3D, através dos *FabLabs* e *Hacklabs*, linguagens de código-aberto, Open Design e licenças Creative Commons (Rocha, 2015).

O que difere o “design da gambiarra” das culturas *maker* e *hacker*, é que este geralmente acontece em um cenário de escassez de recursos, e na maioria das situações a solução é individual e utiliza ferramentas *low-tech*.

O desafio que se apresenta é como o designer profissional pode mediar as relações entre esses mundos do fazer, projetar e empreender; unindo-se aos “designers amadores” que agem no dia a dia e a outros especialistas, para potencializar a prática do design na direção de objetivos comuns.

É sobre esse universo de possibilidades que podem emergir dessas conexões que irei tratar a seguir.

2.4. Design: propriedades e potencial emergentes

A capacidade de design evidenciada aqui até o momento, é normalmente exercida quando nos encontramos com contextos, questões e problemas que requerem uma solução, e para conseguirmos enfrentá-los, somos orientados pelos nossos desejos e necessidades (Stolterman, 2008; Cross, 2011; Bannon & Ehn, 2013).

Nessa perspectiva, todos os dias somos convocados a praticá-la, para assim projetar o nosso cotidiano e modos de vida, dessa maneira todos podemos projetar, “fazer design” (Manzini, 2008, 2015; Cross, 2011).

Entretanto há diferenças entre a forma como é dada a relação entre os problemas e as soluções no universo do design amador e profissional.

Para o designer amador existe uma “urgência prática” (Meroni, 2007). O que aqui parafraseio como “urgência do fazer acontecer”, que se refere à procura de uma solução imediata para um problema, que por sua vez, devido a inexistência de recursos adequados, adia uma solução mais elaborada.

Esta urgência é fruto de uma criatividade “desencadeada pelo contexto real de necessidades, recursos, princípios e capacidades”³³(Meroni, 2007, p. 09), e está relacionada com a necessidade de sobrevivência em situações de pobreza e vulnerabilidade. O que Tomás Maldonado chamava de “povos submersos pela pobreza e necessidade” e afirmava que:

a vontade de sobreviver é identificada com a vontade de projetar, porque, para eles, projetar é principalmente o equipamento mais básico contra a hostilidade repressiva da necessidade, isto é, conceber estruturas que lhes permitam, por um lado, maximizar os escassos recursos disponíveis e, em segundo lugar, minimizar os fatores que podem contribuir para o desperdício desses recursos (Maldonado, 1970, p. 66).³⁴

Já os designers profissionais tendem a especular soluções como uma busca da compreensão do problema. Por suas características *wicked*, “o problema” de design não pode ser

33 “...triggered by the real context of needs, resources, principles and capabilities.”

34 “...la volontà di sopravvivere si identifica con la volontà di progettare, perché, per essi, progettare è principalmente munirsi delle attrezzature più elementari contro l'ostilità repressiva dell'indigenza, è cioè concepire strutture che consentano loro, da un lato, di massimizzare le scarse risorse disponibili e, dall'altro, di minimizzare i fattori che possono contribuire allo spreco di queste stesse risorse.”

plenamente entendido se for separado de sua “solução”.

É natural que a especulação em torno da solução deva ser usada como um meio para ajudar a explorar e a entender a formulação do problema, ou seja, o problema e sua solução têm uma relação de dependência mútua, eles tendem a evoluir de maneira paralela, eles “co-evoluem”. Neste processo uma solução pode ser algo nunca imaginado antes, tanto pelo “cliente”, quanto pelo designer (Dorst & Cross, 2001; Cross, 2006, 2011).

Esta “co-evolução” exige que em algum momento do processo, o designer passe de uma situação incerta do “e se?” para um estado de decisão, um “nó de design”, com implicações vinculantes que podem vir a gerar outros movimentos futuros (Schön, 1983, p. 100).

Para Cross, a co-evolução indica que o design utiliza princípios da Emergência, já que suas características essenciais surgem em conceitos experimentais da solução, e podem ser reconhecidas como “tendo propriedades que sugerem como o conceito de solução em desenvolvimento pode ser combinado com o conceito de problema também em desenvolvimento” ³⁵(Cross, 2006, 2011, “Asking Designers about what they Do”, para. 5).

As propriedades emergentes não podem ser observadas separando um sistema e observando as suas partes (reducionismo). Elas podem, no entanto, ser estudadas olhando para cada uma das partes no contexto do sistema como um todo (Bar-Yam, 1997).

O design pode ser identificado como um fenômeno emergente pois abrange tarefas, funções cognitivas, múltiplos agentes, objetivos e competências que produzem um “novo todo” com outras características que não poderiam ser reunidas de forma única, dadas as propriedades dessas “partes” individuais, ou seja, a soma das partes não produz simplesmente o todo, portanto o

35 “... as having properties that suggest how the developing solution-concept might be matched to the also developing problem-concept.”

todo é qualitativamente diferente das partes (Alexiou, 2010).

Nesse sentido, a Emergência é o processo pelo qual novas propriedades, anteriormente não identificadas, são percebidas como parte de um design existente. E a propriedade emergente do design é reconhecida, numa solução prévia, ou parcial, que não foi conscientemente escolhida ou desejada (Cross, 2006, 2011).

Por outras palavras, o design pode ser considerado como um fenómeno emergente e o produto de sua atividade - um objeto de design ou a sua descrição - pode ser entendido como uma entidade emergente (Alexiou, 2010).

Manzini trata da possibilidade de um “design emergente”, que está a ser constituído para atuar no cenário de complexidade em que vivemos. É um design focado na solução e baseado em problemas, cuja característica que o define não vem dos produtos, serviços e artefactos comunicativos originados por ele, e sim das ferramentas e métodos utilizados (Manzini, 2016)

Nele, o papel do designer profissional é cultivar esses métodos e ferramentas, aplicando-os de maneira eficaz de forma a que façam sentido. Disseminando a capacidade de análise crítica e reflexão, com a qual os designers produzem conhecimento, visões e critérios de qualidade que possam viabilizar propostas viáveis que abranjam desde uma solução local única até a evolução de todo o sistema sociotécnico (Manzini, 2016).

Entre a “solução urgente”, iminente, imprescindível, do design amador e a “solução emergente”, resultante da atividade do design profissional existe um campo de oportunidades para enfrentar os problemas da vida quotidiana, através do encontro dessas duas formas de design.

2.5. Manzini e os novos significados do design

Manzini enfatiza que nos dias de hoje, a percepção sobre a importância do design expandiu-se, e que portanto, o termo “design” assumiu três significados diferentes: o design difuso, o design especializado e o co-design. E suas competências são expressas para a resolução de problemas e na produção de sentido (Manzini, 2015, 2016).

Para ele, o “design difuso” é aquele que se refere à capacidade humana natural de adotar uma abordagem de projeto, que resulta da combinação de sentido crítico, criatividade e sentido prático (Manzini, 2016). É aquele exercido por “não especialistas”, que aqui já chamei anteriormente de “design amador”.

O design difuso orientado para a resolução de problemas abrange as organizações de base, formadas por grupos de pessoas que pretendem enfrentar problemas de uma determinada localidade, como por exemplo a ausência de áreas verdes, espaços de lazer, acesso a alimentos orgânicos, formas alternativas de mobilidade, entre outras questões.

Manzini afirma que com certa frequência essas organizações podem surgir orientadas por fortes razões ideológicas ou políticas (Manzini, 2015).

Um excelente exemplo deste gênero é a cooperativa de consumo “Fruta Feia”, projeto iniciado em 2013 na cidade de Lisboa, que atua para a diminuição do desperdício de frutas e legumes que são rejeitados pelos canais convencionais de distribuição por não se encaixarem em padrões estéticos para o ponto de venda ao terem “imperfeições” de formato, cor e calibre, exigência que “resulta num desperdício de cerca de 30% do que é produzido pelos agricultores” (Fruta Feia, n.d, para. 2).

O serviço funciona como uma forma de intermediação entre agricultores e consumidores, onde a cooperativa compra a um preço justo as frutas e legumes rejeitados e repassa cabazes com

4 a 8kg de alimentos aos associados (Figura 21).

Figura 21

Cabazes do Fruta Feia

(Fonte: <https://bit.ly/2pSXijh>).



Todas as semanas o Fruta Feia consegue distribuir cerca de 1 tonelada de alimentos para seus associados através de seus 11 pontos de distribuição localizados em várias partes de Portugal.

O Fruta Feia ganhou grande notoriedade e hoje há uma longa fila de espera para inscrição de novos associados.

Já o design difuso orientado para a produção de sentido abrange as pessoas envolvidas com espaços que promovam atividades culturais, possibilitando o surgimento de exposições, apresentações e troca de experiências. Existem uma variedade de iniciativas que se encaixam nesse perfil: grupos e coletivos de teatro, cinema, literatura, música e arte de rua, rádios comunitárias a centros sociais autogeridos (Manzini, 2015).

Um exemplo bastante conhecido na cidade de Lisboa é a Associação Renovar a Mouraria. Fundada em 2008, é uma organização privada sem fins lucrativos que atua com “o objectivo de revitalizar o bairro histórico da Mouraria, em Lisboa, a nível social, cultural, económico e turístico” (Renovar a Mouraria, n.d., para. 1).

A maior parte do seu trabalho é desenvolvido na Casa Comunitária da Mouraria, chamada de “Mouradia”, onde são oferecidos cursos de português para imigrantes, a alfabetização, o apoio ao estudo de crianças e jovens, um gabinete de apoio jurídico e a medicina tradicional chinesa ou o cabeleireiro solidário (Figura 22).

Figura 22

Sessão de apoio
a crianças emigrantes
na sede da Renovar
a Mouraria

(Fonte: <https://bit.ly/2ygVaGE>).



A Renovar a Mouraria também realiza uma programação cultural voltada a promoção de artistas locais, além de oficinas de danças e outras onde disponibiliza o acesso gratuito à cultura (Renovar a Mouraria, n.d).

O segundo significado do design levantado por Manzini é o que ele denomina como “design especializado”. Nesse espectro estão os designers profissionais, pessoas que receberam algum tipo de formação, e que por isso, devem ser dotados de habilidades específicas e cultura de design (Manzini, 2015, 2016).

O design especializado para a produção de sentido que inclui a maioria das agências de comunicação e de design tradicionais, é aquele onde os designers usam seu conhecimento e ferramentas específicas para conceber e desenvolver produtos originais, serviços e artefactos comunicativos (Manzini, 2015).

Nesse contexto tradicional, existem aqueles que estão

preocupados com a visibilidade de seu trabalho, enquanto outros desenvolvem produtos e serviços com as expectativas atuais de qualidade, preços e sensibilidade ambiental, mesmo que não estejam totalmente comprometidos com uma visão orientada à sustentabilidade (Manzini, 2015).

Entretanto existem designers que atuam nesse cenário como ativistas de design junto a comunidades locais, cidades e regiões, construindo espaços de interação que visam “produzir mudanças em atitudes e comportamentos culturais” (Manzini, 2015).

São diversos os casos do género em todo o mundo, por exemplo, a “A Avó veio trabalhar” na cidade de Lisboa, iniciativa bastante divulgada pela comunicação social em Portugal.

Conduzido pela designer Susana António, uma das cofundadoras do projeto, é um atelier criativo para pessoas com mais de 65 anos, com o intuito de combater a solidão na terceira idade, e tem como objetivos: “Estimular o envelhecimento activo”, reforçar “a qualidade de vida durante o processo de envelhecimento”, “promover os labores tradicionais e o património imaterial da comunidade”, entre outros (Fermenta, 2014, p. 4).

O projeto que iniciou em 2014 continua ativo (Figura 23) e em franco crescimento, já possui espaço próprio (na rua do Poço dos Negros, 124, Lisboa) que funciona como loja e centro de formação, e atualmente atende cerca de 70 “avós” (Costa, 2014).

Figura 23

Atelier do Avó Veio
Trabalhar

(Fonte: <https://bit.ly/2pPRGGI> em 22/04/2014).



Outro exemplo do mesmo gênero é o “Design Possível”, que iniciou em 2004 em uma parceria entre duas universidades, conduzida pelo designer e professor Ivo Pons, da Universidade Presbiteriana Mackenzie em São Paulo, Brasil, e o professor Dr. Giuseppe Lotti da *Università degli Studi di Firenze*, localizada em Firenze na Itália (Pons, 2006).

O projeto tinha como objetivo inicial o desenvolvimento de uma linha de móveis, que seriam concebidos de forma cooperada, por um grupo de estudantes das duas universidades, e deveriam apresentar “características de produção e de materiais das ONGs brasileiras e das indústrias de móveis da região da Toscana” (Pons, 2006, p. 72).

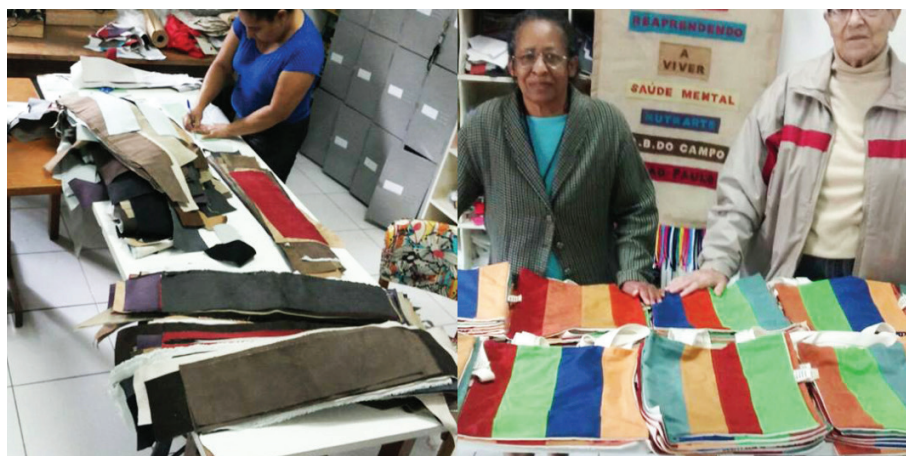
Hoje o Design Possível é uma associação sem fins lucrativos, com sede em São Paulo, que funciona num formato de rede, agregando diversas iniciativas cuja “linha condutora é a transformação positiva social e/ou ambiental” (Rede Design Possível, n.d.).

A rede é constituída por coletivos, grupos, empreendimentos, cooperativas, pessoas e empresas sociais que desenvolvem diversos projetos em várias regiões do Brasil (Rede Design Possível, n.d.) (Figura 24).

Figura 24

Desenvolvimento de kit para evento, trabalho em parceria com trabalhadores da Rede de Saúde Mental e Ecosol em São Paulo

(Fonte: <https://bit.ly/2RLiRyM> em 22/04/2014).



Já o design especializado orientado para a resolução de problemas é aquele normalmente exercido por agências de design compostas por equipas interdisciplinares que atuam tanto para o setor privado quanto público. Na última década, essas agências viram seu campo de atuação ampliado, influenciadas, por um lado, pela abordagem e a metodologia do design centrado no usuário e o co-design, mas também o design aberto e produção distribuída (Manzini, 2015).

Nessa estrutura, designers assumem o papel de catalisadores de amplos processos de design que envolvam diferentes públicos, visualizando os recursos disponíveis, além de possibilitar a participação ativa das partes interessadas (Manzini, 2015).

Um exemplo que evidencia essa abordagem é o projeto *Humanitarian Data Exchange* (HDX) desenvolvido pela Frog, empresa de design norte-americana em parceria com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, n.d.).

O HDX é uma plataforma que permite que trabalhadores da ONU, ONGs, governos e universidades melhorem radicalmente o compartilhamento de dados durante situações de catástrofes e epidemias (Frog design, n.d.).

Foi lançado em 2014 na epidemia do Ébola ocorrida em África e consolidado no terremoto no Nepal em abril de 2014. Está ativo e gera informações para as entidades que trabalham no campo em situações extremas (Figura 25).

Após apontar esses dois significados iniciais, Manzini (2015) alerta que devido à qualidade emergente do design e o facto desse lidar com questões complexas e uma variedade de possibilidades de solução, a resolução de problemas e a produção de sentido não podem ser separadas.

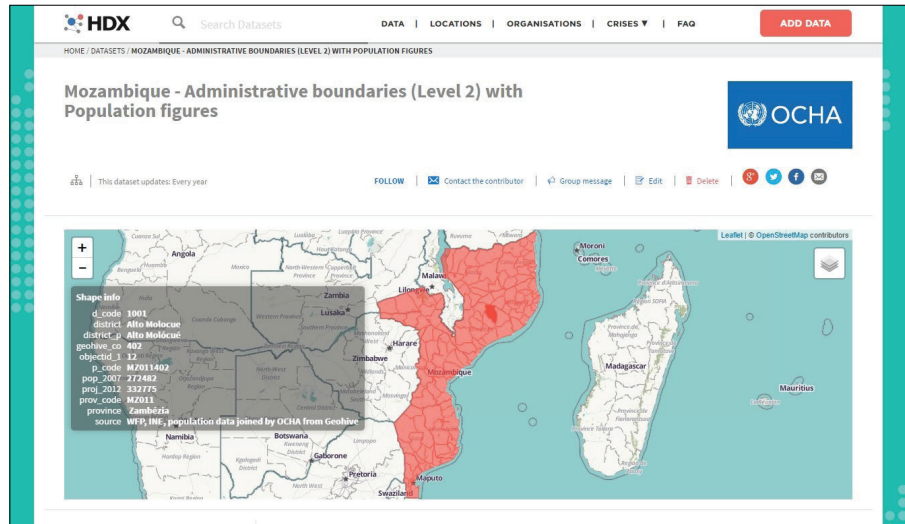
Isto vai ao encontro do último significado do design proposto por Manzini, fruto do processo de design que resulta da interação de uma variedade de disciplinas e partes interessadas - utilizadores finais e especialistas em design incluídos - que ele

denomina de co-design (Manzini, 2016).

Figura 25

Visualização de tela do HDX com informações sobre a área afetada pelo ciclone Dineo ocorrido em Moçambique em fevereiro de 2017

(Fonte: <https://bit.ly/2NlLt8T>).



Apesar dessa interpretação do co-design se aproximar da perspectiva de outros autores (Sanders & Stappers, 2008; Fuad-Luke, 2009), Manzini ressalta que sua noção de co-design é diferente porque se aproxima de um “diálogo social” onde “diferentes atores interagem de diferentes maneiras (da colaboração ao conflito) e em diferentes momentos (em tempo real ou *off-line*)³⁶” (Manzini, 2015, p. 49).

Manzini vai além e afirma que numa sociedade em rede, onde as pessoas estão facilmente ligadas pelas novas tecnologias de informação e de comunicação, independentemente do tempo ou distância física, todos os processos de design irão transformar-se em processos de co-design (Manzini, 2015).

Devido a esta conexão já é possível encontrar pessoas que podem aceder um conhecimento mais elaborado de design, podendo assim exercer com maior competência o “fazer design”. Entretanto, especialistas em design podem (e devem) atuar como catalisadores e mediadores de novos processos de design, dinamizando-os através de suas capacidades, saberes e valores

36 “...in which different actors interact in different ways (from collaborating to conflicting) and at different times (in real time or off-line).”

específicos, e da sua cultura.

2.6. Sobre a cultura de design

O antropólogo Clifford Geertz (1989), ao defender o seu conceito de cultura, afirmou que este era “essencialmente semiótico” (p. 4). Assim ele acreditava que o ser humano é um animal entrelaçado em suas teias de signos interpretáveis (símbolos), sendo elas o fundamento para a ideia de cultura.

Caso não fosse conduzido por “sistemas organizados de símbolos significantes”, a que Geertz chamava de “padrões culturais” o comportamento humano “seria virtualmente ingovernável, um simples caos de atos sem sentido e de explosões emocionais, onde a experiência não teria praticamente qualquer forma” (Geertz, 1989, p. 33).

A cultura, então, atravessa toda nossa experiência na sociedade. É ela que “diferencia o elemento “humano” na vida social daquilo que é biologicamente direcionado” (Hall, 2016, p. 33).

Em um contexto mais próximo das ciências sociais, com um viés “antropológico”, a palavra “cultura” se refere a tudo o que seja característico sobre o “‘modo de vida’ de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social”. Já em uma ênfase mais sociológica, também se refere aos “valores compartilhados” de um grupo ou de uma sociedade” (Hall, 2016, p. 16).

Deste modo a cultura remete a ideia de “significados compartilhados”, onde a linguagem é o meio comum pelo qual “damos sentido” as coisas, onde se produz o significado que compartilhamos uns com os outros (Hall, 2016).

Independente do tema, os “significados compartilhados” elencados por Hall, possuem uma grande diversidade e mais de uma maneira de representação ou interpretação. A cultura está relacionada a identidade, emoções e um senso de pertencimento,

bem como a um conjunto de conceitos e ideias (Hall, 2016).

A partir deste ponto de vista, toda e qualquer cultura deve ser compreendida como algo em construção, uma “produção incompleta de significado e valor, muitas vezes constituída por exigências e práticas incomensuráveis”³⁷ (Jarauta et al., 2013).

Então quando pensamos na possibilidade de uma “cultura de design” quais seriam os seus “significados compartilhados”? De que forma expressamos nossa identidade enquanto designers? Qual é a linguagem que dá sentido ao que fazemos?

Para explicitar o conceito adoto o significado mais abrangente da palavra “design”, que habitualmente é utilizada como sinónimo de projeto (Franzato, 2010). Portanto ao usar a “cultura de design” estarei abordando também o termo “cultura de projeto”.

Para Manzini (1995), o termo em italiano *Cultura del Progetto*, ou “cultura de projeto” em português, refere-se a todos os envolvidos no ato de planejar ou projetar - não apenas designers, mas todos os envolvidos em transformar uma idéia em realidade. “O termo é exclusivo para a Itália e denota uma atividade mais cooperativa do que aquela em que o designer atua como um indivíduo solitário” ³⁸ (Manzini, 1995, p. 221).

De acordo com Vassão (2008), a cultura de projeto se configura como o espaço sociotécnico característico onde arquitetos, designers, artistas plásticos atuam através do projeto. Para ele esse espaço “se distingue da engenharia, que procura por métodos explícitos para a produção de objetos industriais ou da construção civil, ou ainda da informática e da interatividade mediada por computadores” (Vassão, 2008, p. 251).

O antropólogo Adam Drazin (2013) afirma que a cultura

37 “...producción Incompleta de significado y valor, a menudo constituida por exigencias y prácticas Incomensurables.”

38 “...the term is unique to Italy and denotes a more cooperative activity than one in which the designer acts as a lone individual.”

de design é um espaço simbólico representado por práticas distintas, lugares e determinada cultura material (Drazin apud Gunn, 2013). O que por exemplo poderia nos remeter a performance do *design thinking* na maneira em que o espaço de criação é constituído através de grandes mesas, quadros brancos, canetas, *post-its*, mapas mentais, e as formas de atuação que dali emergem.

Outro olhar para a cultura de design é aquele que a encara como uma forma de entender e interferir no mundo, e assim determinar futuros possíveis.

Para Manzini esta forma está conectada ao saber construído em situações de projeto nas “arenas de design” e é fruto da capacidade de “análise crítica e reflexão, com a qual especialistas em design produzem conhecimento, visões e critérios de qualidade que podem ser concretizados em propostas viáveis”³⁹ (Manzini, 2016, p.54).

Já o teórico Guy Julier apresenta a cultura de design como uma nova abordagem que organiza diversos modos de reflexão sobre o design, transcendendo as limitações de outros campos, como a cultura material e visual (Buchanan, Doordam & Margolin, 2006; Fuad-Luke, 2009).

Em seu livro *The culture of design*, Julier (2014) afirma ser importante estudar a cultura de design como um campo acadêmico de investigação e também como um fenómeno na sociedade.

Para ele a palavra “design” funciona como verbo e substantivo, pois denota as atividades de planeamento e elaboração, bem como o que resulta desses processos. Entretanto, o termo “cultura de design” também chega a ser um adjetivo, já que indica as qualidades pelas quais o design é praticado, ou seja, os modos como ele são empreendidos, “mas também as formas como é

39 “...design is a capacity for critical analysis and reflection, with which design experts produce knowledge, visions, and quality criteria that can be made concrete in feasible proposals.”

vivido, percebido, compreendido e encenado na vida cotidiana”⁴⁰ (Julier, 2014, “Design Culture as an object of study”, para. 3).

A relevância do estudo da cultura de design cresceu com a importância que a prática do design vem adquirindo ao longo dos últimos anos, pois a atividade deixou de ser apenas um “valor agregado” aplicado a objetos do cotidiano e estendeu seu papel “ao planejamento e modelagem de interfaces digitais em jogos e sites de computador, a espaços de lazer e varejo de grande escala e até mesmo à criação da imagem pública de um país” ⁴¹(Julier, 2014, “Design Culture”, para. 3).

Isso refletiu também no surgimento de uma série de periódicos profissionais e sessões especializadas em jornais e revistas de variadas linhas editoriais, aliada a criação de disciplinas acadêmicas de história do design e estudos em design em universidades, que por consequência deram origem a periódicos acadêmicos e circuitos de conferências e especialistas específicos (Julier, 2014).

Ao mesmo tempo, é notável o interesse de acadêmicos de outras disciplinas nas ciências humanas e sociais, que se alimentaram no território do design.

Os estudos sobre consumo e desenvolvimento, além do surgimento dos “estudos de ciência e tecnologia” que investigam as inter-relações da sociedade, cultura, política e inovação tecnológica acabaram por incorporar o design em suas análises (Julier, 2014).

Este caráter interdisciplinar se relaciona com a forma como a própria prática do design se reconfigurou. Para Julier o design “passou de uma atividade de resolução de problemas para uma de processamento de problemas” ⁴²(Julier, 2014, “Design Culture”,

40 ...the ways that it is lived, perceived, understood and enacted in everyday life.

41 “...to the planning and shaping of digital interfaces in computer games and websites, to large-scale leisure and retail spaces and even to the creation of a country’s public image.”

42 “...It has shifted from being a problem-solving activity to a problem-processing one.”

para. 7).

Esse fenômeno é observado na atuação das empresas de design de maior porte, que antes eram focadas em trabalhos especializados e hoje podem oferecer “materiais, fabricação, software e especialistas em ‘futuros’ de maneira conjunta, com as grandes ideias fluindo dessa química”⁴³ (Hollington, 1998, p. 63 apud Julier, 2014, “Design Culture”, para. 7).

Muitas delas expandiram sua “entrega” além dos objetos, imagens e espaços, para oferecer investigação, serviços e relacionamentos mais duradouros onde as tradicionais fronteiras entre o design gráfico, de produto e interiores se diluíram.

Isto pode ser observado nos estúdios de design gráfico que expandiram sua atuação para cuidar de todas as manifestações de uma marca através do *branding* e outras que atuavam com o design de produtos e hoje atuam também com design de ambientes e serviços.

Julier oferece algumas interpretações para compreender a cultura de design através de uma gama de abordagens que explicam a sua existência em vários níveis, mapeando algumas das suas qualidades como objeto de estudo (Buchanan et al., 2006).

A primeira delas é a “cultura de design como um processo”. Que é a abordagem mais comum e decorre da crítica oriunda da arquitetura e do design. Ela explora as influências do contexto de desenvolvimento de um projeto (Julier, 2006, 2014). De forma mais específica seria a cultura que emerge do universo de relações com um determinado “cliente”.

Julier relembra o termo em italiano *la cultura di progetto*, onde a palavra *progetto* expressa algo mais abrangente do que simplesmente dar forma a algo, mas se estende a totalidade

43 “...together materials, manufacturing, software and ‘future’ specialists, with the big ideas flowing from that chemistry.”

da realização de um projeto: desde a criação e negociação com clientes, a organização do estúdio, a entrega do objeto de design e sua posterior produção (Julier, 2006, 2014).

Nessa abordagem há um interesse nos sistemas de negociação, que em sua maioria, são verbais e influenciam a definição dos artefactos de design. Nesse sentido o processo do projeto é percebido como o resultado de “uma rede de conhecimentos e práticas cotidianas que cercam o designer” ⁴⁴(Calvera, 2000 apud Julier, 2006, 2014, “Design Culture as process”, para. 7).

A segunda abordagem apresentada por Julier seria a “cultura de design como prática informada pelo contexto”, que amplia a primeira ao incluir as normas coletivas originadas pelas práticas compartilhadas em determinados contextos geográficos e pode ocorrer de duas maneiras (Julier, 2006, 2014).

A primeira se relaciona com as características de um lugar que são capazes de produzir ações específicas, seja pela capacidade de aceder as matérias-primas e tecnologias, os fatores culturais que afetam as relações comerciais, o clima, os modos locais de troca, entre outros.

Já a segunda se relaciona com a ideia de “plataforma de comunicação” onde a cultura de design atua como um fórum que conecta atores, muitas vezes através das TIC, legitimando suas ações.

A terceira abordagem seria a da “cultura de design organizacional ou atitudinal”. Ela encaixa no universo das “indústrias criativas” que adotam estruturas flexíveis e horizontais, baseadas no trabalho colaborativo, e numa política de inovação onde a estética é o reflexo da ética da organização.

Está apoiada numa postura organizacional ou atitudinal que transfere os valores específicos da organização para o que ela entrega, seria o “capital cultural” de uma empresa - sua facilidade

44 “...by a network of everyday knowledge and practices that surround the designer.”

de qualificar, criticar e, assim, entregar distinção e diferenciação”⁴⁵(Julier, 2006, 2014, “Design Culture as organizational or attitudinal”, para. 1). Nesta abordagem reside a ideia da cultura de design como patrimônio de marca.

A quarta abordagem é chamada de “cultura de design como agência”. Também possui caráter atitudinal, porém direciona seus objetivos, práticas e impacto do design para benefícios com maior foco social e ambiental (Julier, 2014).

É uma cultura de design “comprometida”, pois atua como um agente de mudança (Fuad-Luke, 2009). Sua abordagem está situada em um “modo de fazer as coisas”, orientado para modificar as práticas daqueles que normalmente não são protagonistas da cultura de design. É uma prática de design “enculturada” por se esforçar em direção a “um fundamento moral mais elevado” (Julier, 2014, “Design Culture as agency”, para. 1).

Para Bruce Mau isso exige que o designer tenha um discurso focado para as questões públicas e uma maior responsabilidade pessoal em seus projetos; ao mesmo tempo, “estar entusiasmado com o efeito de código aberto do projeto cultural de design”⁴⁶(Mau, Leonard, & Institute without Boundaries, 2004, p. 18).

A quinta abordagem da cultura de design é a do “valor difundido, mas diferenciado”. Ela envolve a prática dentro de um ambiente particularizado e vai além das noções tradicionais de “excelência”, “inovação” ou “melhor prática”, possibilitando a criação de um ambiente específico e criativo (Julier, 2014).

Seria uma espécie de “rótulo de distinção” (Julier, 2006) fornecido pelo design. Está presente na política de criação de *Design districts* ou *Design cities*, assim como eventos regulares que tentam disseminar a cultura de design como um vetor de

45 “...the ‘cultural capital’ of a company - its facility to qualify, critique and thus deliver distinction and differentiation.”

46 “...it is thrilled by the open-source effect of the cultural project of design.”

desenvolvimento socioeconômico das indústrias criativas.

Por último temos a abordagem da cultura de design “como disciplina académica”. Aqui Julier pergunta como pode o seu objeto de estudo a ‘cultura de design’ (em letras minúsculas) ser voltado para o desenvolvimento de uma disciplina académica a ‘Cultura de Design’ (em letras maiúsculas).

Ele usou como elemento balizador uma avaliação do campo de estudo relacionado: o da Cultura Visual, por estar firmemente estabelecida como uma disciplina académica em universidades da Europa e das Américas. Entretanto para Julier, adotar a Cultura de Design como uma disciplina académica requer um outro tipo de sensibilidade que difere daquela da Cultura Visual (Julier, 2014).

Pois em um primeiro caso, força a pessoa a ir além da posição enfraquecida do observador isolado ou alienado, que é oprimido pelas imagens. Em vez disso, “uma investigação da Cultura de Design traça uma cartografia que expõe e analisa as ligações de artefactos que constituem fluxos de informação e os espaços entre eles”⁴⁷ (Julier, 2014, “Models for studying design culture”, para. 9).

Em segundo lugar, enquanto alguém pode se debruçar sobre artefactos individuais, a busca do entendimento da Cultura de design requer que estes sejam vistos de forma relacional com outros artefactos, processos e sistemas. E por último, pode ser mobilizada não apenas como análise, mas como “um modo generativo que produz novas sensibilidades, atitudes, abordagens e processos intelectuais dentro do design”⁴⁸ (Julier, 2014, “Models for studying design culture”, para. 9).

Dentre todas as abordagens expostas por Julier a que mais

47 “...instead, a Design Culture enquiry traces a cartography that exposes and analyses the linkages of artefacts that constitute information flows and the spaces between them.”

48 “...a generative mode that produces new sensibilities, attitudes, approaches and intellectual processes within design.”

se adequa a esta investigação é a da “cultura de design como agência”.

Pois o desafio que se apresentou foi o de verificar como os “modos de fazer” do design especializado, suas práticas e formas de ver o mundo, poderiam ser transferidos para “não designers” e assim potencializar o poder de ação do design difuso, na busca de soluções para problemas sociais vivenciados no território investigado. Esta é uma visão de design comprometida com valores morais orientados para o bem comum, temática que aprofundarei no próximo capítulo.

Nesse sentido, a investigação-ação foi conduzida com o interesse de transferir uma cultura de design às comunidades investigadas, que assim pudesse funcionar como um agente de transformação contínua do contexto de suas vidas, incentivando-as a buscar a mudança de suas realidades através da prática projetual em “modo-beta”, através de micro intervenções que possam proporcionar a reflexão e o conhecimento necessário para a sustentabilidade dessas iniciativas.

2.7. Referências bibliográficas do capítulo

- Alexiou, K. (2010). Coordination and emergence in design. *CoDesign*, 6(2), 75-97. Obtido em: <https://doi.org/10.1080/15710882.2010.493942>
- Archer, B. (1979). *Design as a discipline*. *Design Studies*, 1(1), 17-20. Obtido em: [https://doi.org/10.1016/0142-694X\(79\)90023-1](https://doi.org/10.1016/0142-694X(79)90023-1)
- Badke-Schaub, P., Roozenburg, N., & Cardoso, C. (2010, october). *Design thinking: a paradigm on its way from dilution to meaninglessness*. In *Proceedings of the 8th Design Thinking Research Symposium (DTRS8)* (pp. 39–49).
- Bannon, L. J., & Ehn, P. (2012). Design matters in participatory design. In J. Simonsen, & T. Robertson (Eds.), *Routledge International Handbook of Participatory Design* (1 st edition, pp. 37- 63). London, UK: Routledge. Obtido em: <http://doi.org/10.4324/9780203108543.ch3>
- Bar-Yam, Y. (1997). *Dynamics of complex systems*. Addison-Wesley.
- Bergamin, M. de A. (2015). Juventude, trabalho e cultura periférica: a experiência da agência Popular de Cultura solano trindade. *Cadernos Adenauer*, XVI(1), 141–159. Obtido em: <http://www.kas.de/wf/doc/16495-1442-5-30.pdf>
- Björgvinsson, E., Ehn, P., & Hillgren, P.-A. (2012). Design Things and *Design Thinking*: Contemporary Participatory Design Challenges. *Design Issues*, 28(3), 101–116.
- Brown, T. (2008). *Design Thinking*. *Harvard Business Review*, 85–92. Obtido em: <https://www.ideo.com/post/design-thinking-in-harvard-business-review>
- Brown, T. (2009). *Change by Design: How Design Thinking Transforms Organizations and Inspires Innovation*. New

York, NY: Harper Collins Publishers.

- Brown, T., & Wyatt, J. (2010). *Design Thinking for Social Innovation*. Obtido em https://ssir.org/articles/entry/design_thinking_for_social_innovation.
- Bonsiepe, G. (2011). *Design, cultura e sociedade* (1st ed.). São Paulo, SP: Blucher.
- Bouffleur, R. N. (2006) *A questão da gambiarra: formas alternativas de desenvolver artefatos e suas relações com o design de produtos* (Dissertação de mestrado, FAU/USP). Obtido em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-24042007-150223/pt-br.php>
- Bucciarelli, L. L. (1994). *Designing engineers*. MIT Press.
- Buchanan, R. (1992). *Wicked Problems in Design Thinking*. *Design Issues*, 8(2), 5-21. doi:10.2307/1511637
- Buchanan, R., Doordan, D., & Margolin, V. (2006). Introduction. *Design Issues*, 22(3), 1–3. Obtido em: <https://doi.org/10.1162/desi.2006.22.3.1>
- Canaltech (n.d.). *O que significa dizer que um software ou produto está em versão beta?* Obtido em: <https://canaltech.com.br/produtos/O-que-significa-dizer-que-um-software-ou-produto-esta-em-versao-beta/> Acedido em: 1 jul. 2018.
- Cardoso, R. (2012). *Design Para Um Mundo Complexo* (1st ed.). São Paulo, SP: Cosac Naify.
- Clarke, A. J. (2011). *Design anthropology: object culture in the 21st century*. Switzerland, AG: Springer.
- Cross, N. (1982). *Designerly ways of knowing*. *Design Studies*, 3(4), 221–227. Obtido em: [https://doi.org/10.1016/0142-694X\(82\)90040-0](https://doi.org/10.1016/0142-694X(82)90040-0)
- Cross, N. (1984) *Developments in Design Methodology*. Chichester, UK: John Wiley & Sons Ltd.
- Cross, N. (1986). *The Development of Design Methodology in*

- Architecture, Urban Planning and Industrial Design. In R. Trappl (Ed.), *Cybernetics and Systems '86: Proceedings of the Eighth European Meeting on Cybernetics and Systems Research* (pp. 173–180), organized by the Austrian Society for Cybernetic Studies, held at the University of Vienna, Austria. Dordrecht, NA: Springer Netherlands. Obtido em: http://doi.org/10.1007/978-94-009-4634-7_23
- Cross, N. (1990). The nature and nurture of *design ability*. *Design Studies*, 11(3), 127-140. Obtido em: [http://doi.org/10.1016/0142-694X\(90\)90002-T](http://doi.org/10.1016/0142-694X(90)90002-T)
- Cross, N. (1995). Discovering *Design Ability*. In R. Buchanan & V. Margolin (Eds.), *Discovering Design: Explorations in Design Studies* (1st ed., pp. 105-120). Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Cross, N. (1999). Natural intelligence in design. *Design Studies*, 20(1), 25–39. Obtido em: [http://doi.org/10.1016/S0142-694X\(98\)00026-X](http://doi.org/10.1016/S0142-694X(98)00026-X)
- Cross, N. (2001). *Designerly Ways of Knowing: Design Discipline Versus Design Science*. *Design Issues*, 17(3), 49-55. Obtido em: <http://doi.org/10.1162/074793601750357196>
- Cross, N. (2006). *Designerly Ways of Knowing*. London, UK: Springer-Verlag. Obtido em: <http://doi.org/10.1007/1-84628-301-9>
- Cross, N. (2011). *Design thinking: understanding how designers think and work* [e-book]. Oxford, UK: Berg Publishers.
- Cross, N., Dorst, K., & Roozenburg, N. (1992). *Research in design thinking*. Delft, NWO: Delft University Press. Obtido em: <https://repository.tudelft.nl/islandora/object/uuid:83a0d981-d053-4944-90af-3d165b9d079e?collection=n=research>
- Churchman, C. (1967). Guest Editorial: *Wicked Problems*. *Management Science*, 14(4), B141-B142. Obtido em: <http://www.jstor.org/stable/2628678>

- Costa, L. O. (2014, Setembro, 30). Quando a idade é um super-poder | Famílias. *O Público*. Lisboa, PT. Obtido em: <https://www.publico.pt/2017/09/30/local/noticia/a-avo-veio-trabalhar-1787174>
- Davies, R. (1985). *A Psychological Enquiry into the Origination and Implementation of Ideas* (Master Thesis, The University of Manchester). Obtido em: https://www.librarysearch.manchester.ac.uk/permalink/44MAN_INST/8pfhc8/alma9921219024401631
- Davis, S. B., & Gristwood, S. (2016). The Structure of Design Processes: ideal and reality in Bruce Archer's 1968 doctoral thesis. In *DRS 2016: Future-Focused Thinking* (pp. 2593–2611). Brighton, UK: *Design Research Society*. Obtido em: <https://doi.org/10.21606/drs.2016.240>
- De Bono Holanda, J., & van Dijk, J. (2017). *Gambiarra Meets Design Thinking: Scaffolding Embodied Creativity in a Design Lab*. Paper presented at Student Interaction Design Research Conference, SIDeR 2017, Delft, Netherlands.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Obtido em: <https://www.priberam.pt/dlpo/gambiarra> Acedido em: 12 fev. 2018.
- Dorst, K. (2011). The core of 'design thinking' and its application. *Design Studies*, 32(6), 521-532.
- Dorst, K., & Cross, N. (2001). Creativity in the design process: co-evolution of problem-solution. *Design Studies*, 22(5), 425-437.
- Drazin, A. (2013). The social life of concepts in design anthropology. In W. Gunn, T. Otto, & R. C. Smith (Eds.), *Design anthropology: theory and practice* (pp. 33–50). London: Bloomsbury Academic. Obtido em: http://ls-tlss.ucl.ac.uk/course-materials/ANTH7021_68804.pdf
- Escola de Jornalismo Énois e data_labe. (2017, Nov. 29). Conexão Quebrada. *Nexo Jornal*. Obtido em: <https://>

www.nexojournal.com.br/especial/2017/11/29/Conexão-Quebrada.

- Ehn, P. (2008, october). Participation in design things. In *Proceedings of the Tenth Anniversary Conference on Participatory Design 2008*, 1, 92-101. Obtido em: <http://doi.org/10.1145/1795234.1795248>
- Fermenta, A. (2014). Avó veio trabalhar - ficha de candidatura programa BIP-ZIP. *BIP-ZIP*. Lisboa, PT. Obtido em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2014>
- Finizola, F. (2010). *Tipografia vernacular urbana uma análise dos letreiramentos populares* (1st ed.). São Paulo, SP: Blucher.
- Frankel, L., & Racine, M. (2010, july). The Complex Field of Research: for Design, through Design, and about Design. In *Proceedings of the International Conference of the Design Research Society*. Montreal, CA.
- Franzato, C. (2010). O design estratégico no diálogo entre cultura de projeto e cultura de empresa. *Strategic Design Research Journal*, 3(3), 89-96. Obtido em: <http://doi.org/10.4013/sdrj.2010.33.03>
- Franzato, C. (2016). *Design como articulador de uma inovação social*. Obtido em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6611-carlo-franzato>
- Frog Design (n.d.). Case Study - Un-Ocha-Humanitarian-Data-Exchange. *Frog*. Obtido em: <https://www.frogdesign.com/work/un-ocha-humanitarian-data-exchange.html>
- Fruta Feia (n.d.). Projecto. *Fruta Feia*. Obtido em: <https://frutafeia.pt/pt/projecto>
- Fuad-Luke, A. (2009). *Design Activism. Beautiful strangeness for a sustainable world*. London, UK: Earthscan.
- Fuller, R. B. (1969). *Operating manual for spaceship earth*. New York, NY: Pocket Books.

- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas* (1st ed.). Rio de Janeiro, RJ: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.
- Gedenryd, H. (1998). *How designers work*. Lund, SWE: Lund University Cognitive Studies 75.
- Gregory, S. (1979). *Design studies— the new capability*. *Design Studies*, 1(1), 2. Obtido em: [https://doi.org/10.1016/0142-694X\(79\)90018-8](https://doi.org/10.1016/0142-694X(79)90018-8)
- Hall, S. (2016). *Cultura e Representação* (1st ed.). Rio de Janeiro, RJ: Editora Apicuri/PUC-Rio.
- Jarauta, F., Medina, P., Marín, I. V., Vega, B., Oosterman, A., Andujar, D. G., ... Manzini, E. (2014). *Cuadernos de Diseño 4: Diseño de procesos*. (F. Jarauta & P. Medina, Eds.). Madrid, ES: IED Madrid.
- Jen, N. (2018). *Design Thinking Is B.S.* Obtido em: <https://www.fastcompany.com/90166804/design-thinking-is-b-s>
- Jones, J. C. (1980). ... in the dimension of time. Thoughts about the context of designing. *Design Studies*, 1(3), 172–176. Obtido em: [https://doi.org/10.1016/0142-694X\(80\)90025-3](https://doi.org/10.1016/0142-694X(80)90025-3)
- Julier, G. (2006). From Visual Culture to Design Culture. *Design Issues*, 22(1), 64–76. Obtido em: <http://doi.org/10.1162/074793606775247817>
- Julier, G. (2014). *The Culture of Design* (3rd ed.). London, UK: Sage Publications.
- Lawson, B. (1980). *How designers think*. London, UK: Architectural Press.
- Levin, P. H. (1966). *Decision making in urban design*. *Building Research Station Note EN 51166*, BRS. Watford, UK: Developments in Design Methodology.
- Lloyd, P., McDonnell, J., & Cross, N. (2007). *Analysing design behaviour: the design thinking research symposia series*. Obtido em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/>

[download?doi=10.1.1.670.3079&rep=rep1&type=pdf](#)

- Magalhães, A. (1997). *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira.
- Maldonado, T. (1970). *La speranza progettuale: Ambiente e società* (Nuovo Politecnico 35). Turim, IT: Einaudi.
- Manzini, E. (1995). Prometheus of the everyday: The ecology of the artificial and the designer's responsibility. In R. Buchanan & V. Margolin (Eds.), *Discovering Design: Explorations in Design Studies* (pp. 219-243). Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Manzini, E. (2008). *Design para a inovação social e sustentabilidade* (1st ed.). Rio de Janeiro, RJ: E-papers.
- Manzini, E. (2015). *Design, when everybody designs: an introduction to design for social innovation*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Manzini, E. (2016). Design Culture and Dialogic Design. *Design Issues*, 32(1), 52-59. Obtido em: http://doi.org/10.1162/DESI_a_00364
- Manzini, E. & Tassinari, V. (2013). Sustainable qualities: powerful drivers of social change. In Robert Crocker & Steffen Lehmann (Eds.), *Motivating Change: Sustainable Design and Behaviour in the Built Environment* (1st ed., pp. 249–264). London, UK: Routledge.
- March, L. J. (1976). The Logic of Design. In L. J. March (Ed.), *The architecture of form*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Marples, D. (1960) *The decisions of engineering design*. London, UK: Institute of Engineering Designers.
- Martin, R. L. (2009). *The design of business: why design thinking is the next competitive advantage*. Boston, MA: Harvard Business Press.

- Mau, B., Leonard, J., & Institute without Boundaries. (2004). *Massive change*. Phaidon.
- Meroni, A. (Ed.). (2007). *Creative communities: people inventing sustainable ways of living* (1st ed.). Milano, IT: Poli Design.
- Miller, W. R. (2004). Definition of Design. In *Philosophy*. Obtido em: <http://www.wrmdesign.com/Philosophy/Documents/DefinitionDesign.htm> Acedido em: 10 ago. 2014.
- Miranda, S., Benedito, R., Capella, J., Di Bartolo, C., Montanari, R., Colonetti, A., Augé, M., Manzini, E., Giralt-Miracle, D., Gausa, M., & Neumarkt, A. (2013). Diseñar/proyectar el futuro. In F. Jarauta (Ed.), *Cuadernos de Diseño 1* (2nd ed.). Madrid, ES: Editorial IED. Obtido em: <https://iededitorial.com/editorial/cuadernos-de-diseno-1/>
- Murray, D. (1993). An Ethnographic Study Of Graphic Designers. In *Proceedings of the Third European Conference on Computer-Supported Cooperative Work 13–17 September 1993*, Milan, Italy ECSCW '93 (pp. 295–309). Dordrecht: Springer Netherlands. Obtido em: https://doi.org/10.1007/978-94-011-2094-4_20
- Nadler, G. (1980). A timeline theory of planning and design. *Design Studies*, 1(5), 299–307. Obtido em: [https://doi.org/10.1016/0142-694X\(80\)90064-2](https://doi.org/10.1016/0142-694X(80)90064-2)
- Norman, D. (2010). *Design Thinking: A Useful Myth*. Obtido em: <https://www.core77.com/posts/16790/design-thinking-a-useful-myth-16790>
- OCHA - United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (n.d.). Obtido em: <https://www.unocha.org/>
- Papanek, V. (1973). *Design for the Real World: Human Ecology and Social Change*. Toronto, CA, New York, NY, London, UK: Bantam Books.

- Polanyi, M. (1967). *The Tacit Dimension* (p. 4). New York, NY: Doubleday and Co.
- Pons, I. E. R. (2006, Setembro, 21). *Design possível: um estudo de caso exploratório em práticas educativas desenvolvido com ONGs* (2004 2005). (Dissertação de Mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie). Obtido em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2735>
- Público (2017). *Se a Uber não vai às favelas de São Paulo, os moradores criam a Ubra*. Obtido em: <https://www.publico.pt/2017/03/14/mundo/noticia/uber-nao-circula-na-periferia-de-sao-paulo-moradores-criam-a-ubra-1765172>
- Rede Design Possível (n.d.). *Sobre – Rede Design Possível*. Obtido em: <http://www.designpossivel.org/sitedp/sobre/>
- Renovar a Mouraria (n.d.). *A associação | Renovar a Mouraria*. Obtido em: <https://www.renovaramouraria.pt/associacao/>
- Rowe, P. G. (1987). *Design Thinking* (3rd ed.). Cambridge, UK: The MIT Press.
- Rittel, H. W. J., & Webber, M. M. (1973). Dilemmas in a General Theory of Planning. *Policy Sci*, 4, 155-169.
- Riul, M., Medeiros, C. H. M. F. de, Barbosa, A. V., & Santos, M. C. L. dos (2015). Design espontâneo e hibridismos: artefactos da cidade e artefactos do interior. *Estudos em Design*, 23(2), 59-74.
- Rocha, B. M. (2015) *Do it yourself* e improviso: por uma outra epistemologia da projeção: uma análise do processo de improvisação a partir do método de reflexão-em-ação. *V!RUS* [online], São Carlos, SP, (10). Obtido em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus10/?sec=4&item=2&lang=pt>> Acedido em: 13 mai. 2016.
- Rodrigues, D. (2013). *Naming: O Nome da Marca* (2nd ed.). Rio de Janeiro, RJ: 2ab.

- Sanders, E. B.-N., & Stappers, P. J. (2008). Co-creation and the new landscapes of design. *Co-design*, 4(1), 5–18. Obtido em: <http://doi.org/10.1080/15710880701875068>
- Santos, M. C. L. (2003). *Cidades de plástico e papelão: o habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio* (Tese de Livre-docência, FAU-USP). Obtido em: <https://bdpi.usp.br/item/001400495>
- Sennett, R. (2008). *The craftsman*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Schön, D. A. (1983). *The reflective practitioner: how professionals think in action*. Basic Books.
- Schön, D. (2003). *Educando o profissional reflexivo: Um novo design para o ensino e a aprendizagem* [E-book]. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Simon, H. (1969). *The sciences of the artificial* (1st ed.). Cambridge, UK: The MIT Press.
- Souza, F. (2017, Mar. 14). Uber veta bairros de SP e moradores da periferia criam a *Ubra*. *BBC News Brasil*. Obtido em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39225699>
- Stairs, D. (2002). Okuwangaala: The Persistent Vitality of the Vernacular. *Design Issues*, 18, 70-88. Obtido em: <http://doi.org/10.1162/074793602320223316>
- Stewart, S. C. (2011). Interpreting *Design Thinking*. *Design Studies*, 32(6), 515–520. Obtido em: <http://doi.org/10.1016/J.DESTUD.2011.08.001>
- Stolarski, A. (2005). Alexandre Wollner e a formação do design moderno no Brasil. In *Depoimentos sobre o design visual Brasileiro* (A. Doyle, Trad., pp. 1-112). São Paulo, SP: Cosac Naify.
- Stolarski, A. (2009). Afinal, O que é design? (Oh, não! De novo?!?). In J. de S. Leite (Ed.), *Revista D2B*, São Paulo, (6), 106.

- Stolarski, A. (2012). *Design e arte: campo minado, uma antologia de discursos comentados e uma proposta disciplinar*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo). Obtido em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-08082012-145751/pt-br.php>
- Stolterman, E. (2008). The nature of design practice and implications for interaction design research. *International Journal of Design*, 2(1), 55-65. Obtido em: <http://doi.org/10.1016/j.phymed.2007.09.005>
- Vassão, C. A. (2008, Abril 18). *Arquitetura livre: complexidade, metadesign e ciência nômade*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo). Obtido em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-17032010-140902/>
- Vinsel, L. (2017). *Design Thinking is Kind of Like Syphilis – It's Contagious and Rots Your Brains*. Obtido em: https://medium.com/@sts_news/design-thinking-is-kind-of-like-syphilis-its-contagious-and-rots-your-brains-842edo78af29
- Woodham, J. M. (2006). *A dictionary of modern design* (1st ed.). New York, NY: Oxford University Press.
- Wild, R. (2011). *Craft and Design in Latin America: Genuine or Artificial Exchange?* Obtido em: <http://rosaliewild.com/rosaliewild-genuineartificialexchange.pdf>

CAPÍTULO 03

SOBRE AS RESPONSABILIDADES DO DESIGN

3. Sobre as responsabilidades do Design

No início do século XX, a atividade do design consolidou-se como responsável pela configuração dos artefactos de modo que estes se tornassem mais atraentes e eficientes através de sua aparência e forma.

O mote “a forma segue a função”, popularizado por volta de 1930 foi o foco das atenções do trabalho do designer, durante muito tempo. Para Cardoso, a partir da década de 1960, o paradigma que se consolidou foi o da produção em massa: “tudo igual em grandes quantidades para todos” (Cardoso, 2014, p. 17).

A resposta às demandas reprimidas de “um público faminto por bens de consumo” no pós-guerra, foi o combustível necessário para que as demandas por produtos se elevassem às alturas nunca antes observadas, um momento onde os designers emprestaram seus talentos a um dos fenómenos mais questionáveis da história económica moderna: a obsolescência programada (Conway, 1973).

Este fenómeno fez com que bens “duráveis” passassem a ser promovidos, consumidos e descartados de acordo com os mesmos caprichos da moda, e suas “mudanças anuais de estilo”. Como afirmou Conway (1973, p. 6), na medida em que a vida útil do produto diminuía, “o papel do design industrial foi reduzido à ‘embalagem’ - para manipular os impulsos dos compradores, em vez de atender às necessidades dos utilizadores”.¹

A “embalagem” de Conway se assemelha ao conceito de “envoltório” abordado por Bonsiepe (2011). Nele, o autor critica o distanciamento gradual da ideia do design como “solução inteligente de problemas” para se aproximar “do efémero, da

1 “...the role of industrial design was diminished to ‘packaging’ — to manipulating buyers’ impulses rather than meeting users’ needs.”

moda e do rapidamente obsoleto, ao jogo estético-formal”² (Bonsiepe, 2006, p. 28; 2011, p. 18).

Para Bonsiepe esta aproximação do design com o efêmero era uma espécie de “boutiquezação”³ da atividade (Bonsiepe, 2006, p. 28) por associá-la a “objetos caros, pouco práticos, divertidos, com formas rebuscadas e gamas cromáticas chamativas”, objeto de uma “incessante busca pelo novo” (Bonsiepe, 2011, p. 18).

Esse apelo estético do design se apoia na ótica da indústria onde a ideia é de que de forma milagrosa esse mundo seria autorrenovável. Tony Fry (2011) afirmava que isso se deve pelo facto da produção industrial ocidental tornar muitos de seus processos “ambientalmente invisíveis”.

A verdadeira natureza performativa das coisas é ocultada - e a “beleza” esconde a “besta” (como o motor de combustão, o prédio de engenharia que exige grande manutenção, usinas de energia movidas a carvão e petróleo, usinas nucleares e metais tóxicos presentes nos componentes de muitos produtos eletrônicos). Para Fry (2011), as práticas de design existentes alimentam uma fome cada vez maior por produtos industrializados “elegantes”, mesmo que alguns sejam supostamente “verdes”, todos acabam por viajar em alta velocidade para um aterro sanitário.

A percepção desse tipo de manipulação do consumo exercida pelo design através da aparência (Bonsiepe, 2006, 2011; Shedroff, 2009; Fry, 2011), foi objeto de críticas a partir do final da década de 1960.

Em palestra proferida em 1958, o sociólogo C. Wright Mills dizia em tom irônico, que o padrão de consumo criado pela obsolescência seria “a grande chance” do designer ao formar uma espécie de “fraternidade” juntamente à “publicidade, ao conselho de relações públicas e ao pesquisador de mercado”, profissionais que “desenvolveram suas habilidades e pretensões para servir

2 “...and drawn nearer to the ephemeral, fashionable and quickly obsolete, to formal aesthetic play.”

3 Tradução livre do termo “boutiquization” utilizado pelo autor.

homens cujo ‘deus é a grande venda’” (Mills, 2009, p. 71).

Mills (2009) evidenciava o papel de manipulação do design através de “projetos tolos para necessidades tolas” e assim dizia que o designer:

projeta o próprio produto como se fosse uma publicidade, pois seu objetivo e sua tarefa - reconhecidos pelos mais francos - não é tanto fazer produtos melhores, mas fazer produtos que vendam melhor. Por marca e marca registrada, por slogan e embalagem, por cor e forma, ele dá ao artigo uma individualidade fictícia, transformando um pouco de lanolina e água numa maneira emulsificada de se tornar eroticamente abençoado; ocultando o peso e a qualidade do que está à venda; confundindo a escolha do consumidor e banalizando suas sensibilidades (Mills, 2009, p. 71).

Nesse sentido, o trabalho intelectual do designer tornava-se refém da moda que de maneira paralela produzia “estrelas” do design, fruto do fenômeno desse ciclo interminável de consumo do “novo”.

Um dos primeiros designers a criticar esse comportamento foi o britânico Ken Garland, que em 1963 escreveu um manifesto intitulado “*First Things First*” onde convocava designers, fotógrafos e estudantes que atuavam na indústria da publicidade a usar as suas competências de forma responsável, em vez de promoverem o consumo indiscriminado de “coisas triviais, como comida para cães ou cosméticos”⁴ (Roberts, 2009, p. 30).

Além de Garland, outros 21 profissionais assinaram o

4 “...para la promoción de cosas triviales, como comida para perros o cosméticos.”

manifesto que em janeiro de 1964 foi republicado na íntegra no jornal *The Guardian* por Tony Benn, deputado do Partido Trabalhista britânico, o que gerou repercussão na altura (Figura 26).

Figura 26

Manifesto “First things first”

(Fonte: <https://bit.ly/1DGZtY1>).



Garland evidenciava o esforço desperdiçado por aqueles que trabalhavam na indústria da publicidade, pois o pensamento para todos era que haviam chegado “a um ponto de saturação em que o anúncio de venda ao consumidor mais estridente não passa mais do que mero ruído”⁵ (Garland, 1964, para. 4).

Na altura, Garland convocava estes profissionais a usar o seu conhecimento para fins mais nobres, e assim projetar:

sinalização de ruas e edifícios, livros e periódicos, catálogos, manuais didáticos, fotografia industrial, material de suporte educativo, filmes, programas na

5 “...we have reached a saturation point at which the high pitched scream of consumer selling is no more than sheer noise.”

televisão, publicações científicas e industriais, e todos os outros meios de comunicação nos quais promovemos uma maior consciência do mundo, da cultura, educação e o comércio ⁶ (Garland, 1964, para. 4).

Entretanto as questões, não eram claras ou fáceis de serem resolvidas (Roberts, 2006). É possível notar certa contradição quando no fim do manifesto Garland dizia que apesar de tudo os profissionais não defendiam “a abolição da publicidade de alta pressão sobre o consumo: isto não é realizável”⁷ (Garland, 1964).

Em 1999, o manifesto foi renovado e dessa vez publicado na *Adbusters*, revista ativista canadiana, e de maneira quase simultânea em outras importantes publicações como: *Emigre*, *AIGA Journal of Graphic Design* (EUA), *Eye Magazine*, *Blueprint* (Inglaterra), *Form* (Alemanha) e *Items* (Holanda).

Além de Garland, esse novo documento foi endossado por nomes consagrados do design gráfico como: Milton Glaser, Steven Heller, Tibor Kalman, Zuzana Licko, Ellen Lupton, Rick Poynor, Lucienne Roberts, Erik Spiekermann, entre outros (Barnbrook et al., 1999).

Esses profissionais reafirmaram o mesmo sentimento de desconforto do primeiro manifesto, ao dizer que a maior parte do tempo e energia da profissão eram consumidos por coisas que, na melhor das hipóteses, não são importantes (Barnbrook et al., 1999).

O pensamento era que esta postura do design estaria a endossar um ambiente de mensagens comerciais prejudiciais a cultura dos “cidadãos-consumidores” e ao “discurso público”.

6 “There are signs for streets and buildings, books and periodicals, catalogues, instructional manuals, industrial photography, educational aids, films, television features, scientific and industrial publications and all the other media through which we promote our trade, our education, our culture and our greater awareness of the world.”

7 “We do not advocate the abolition of high pressure consumer advertising: this is not feasible.”

E assim eles propuseram “uma inversão das prioridades em favor de formas mais democráticas, duradouras e úteis de comunicação”⁸ (Barnbrook et al., 1999, para. 5).

Na esteira da crescente conscientização dos consumidores surgiram movimentos como o de “design responsável” ou o debate em torno de “produtos socialmente úteis”. O período que se seguiu ao “espírito de 68” relacionado aos distúrbios sociais e políticos ocorridos no ano de 1968, trouxe uma postura de questionar e reavaliar que também contaminou a profissão de design - ou pelo menos sua parte mais consciente (Whiteley, 1993, p. 94).

As preocupações ligadas ao meio-ambiente aumentavam, face à constatação dos efeitos devastadores da poluição, do desperdício, aliada à crise energética dos anos 1970. Uma realidade complexa, que trouxe inúmeras reflexões acerca do impacto causado pelo design na consolidação desses problemas.

A publicação de *Design for the Real World* [Design para o mundo Real] em 1971 pelo designer Victor Papanek, fez com que a temática do design responsável ganhasse relevância. O livro é considerado até hoje, um marco histórico para a visão de uma atuação socialmente responsável do designer na sociedade (Whiteley, 1993; Margolin & Margolin, 2002; Morelli, Jonas, & Munch, 2008; Manzini & Vezzoli, 2008; Cardoso, 2014; Ehn, Nilsson, & Topgaard, 2014).

Papanek (1973) destacou a responsabilidade moral do designer, ao afirmar de forma contundente, ainda no prefácio de seu livro, que “existem profissões mais prejudiciais que o design, mas bem poucas”⁹ (p. 14).

Mais a frente, ao tratar das responsabilidades sociais e morais do design, ele convidava todos que atuam na profissão a adotar

8 “We propose a reversal of priorities in favour of more useful, lasting and democratic forms of communication.”

9 “There are professions more harmful than industrial design, but only a very few of them.”

uma nova postura diante de sua produção:

Preciso concordar que o designer tem uma responsabilidade com a maneira que os produtos por ele projetado serão recebidos no mercado local. Mas esta é ainda uma visão estreita e antiquada. A responsabilidade do designer deve ir muito além destas considerações. Sua capacidade crítica social e moral deve ser posta em jogo muito antes dele começar a projetar, uma vez que ele tem que fazer um julgamento, um julgamento a priori, para saber se os produtos que lhe foram propostos a projetar ou redesenhar merecem a sua total atenção. Em outras palavras, observar se o seu projeto está do lado do bem social ou não¹⁰ (Papanek, 1973, p. 66).

Papanek conclamava os designers a buscar respostas para os problemas sociais presentes no mundo em lugar de uma atuação alinhada apenas por interesses comerciais. O autor acreditava ainda que os designers poderiam proporcionar soluções para sistemas e produtos focados no uso coletivo ou em comunidades, utilizando alternativas simples e tecnologias apropriadas. Sua ótica ia ao encontro de um design orientado para o ser humano, e propunha encontrar inspiração na experiência de outros países (especialmente aqueles em desenvolvimento), para melhor

10 “I must agree that the designer bears a responsibility for the way the products he designs are received at the market-place. But this is still a narrow and parochial view. The designer's responsibility must go far beyond these considerations. His social and moral judgement must be brought into play long before he begins to design, since he has to make a judgement, an a priori judgement at that, as to whether the products he is asked to design or redesign merit his attention at all. In other words, will his design be on the side of the social good or not.”

compreender e atender às necessidades da humanidade e sua relação com o design (Rodrigues, Franzato, & Almendra, 2016).

Desde então outros designers têm respondido ao chamado de Papanek, ao procurar desenvolver soluções de design para questões sociais, que envolvam “desde as necessidades de países em desenvolvimento até aquelas direcionadas a idosos, pessoas em situação de pobreza e portadores de deficiências” ¹¹(Margolin & Margolin, 2002, p. 24).

A Conferência Design Participation promovida pela Design Research Society, em 1971 (Cross, 1972) e o *Design for Need Symposium*, realizado em 1976 no *Royal College of Art* (Bicknell & McQuiston, 1977), também representaram dois importantes marcos de discussão em torno da responsabilidade do designers perante os graves problemas enfrentados na época, como afirmam diversos autores (Lee, 2006; Sanders & Stappers, 2008; Robertson & Simonsen, 2013; Patrocínio & Nunes, 2015; Del Gaudio, Franzato & Oliveira, 2016; Peruccio, 2017).

Na *Design Participation*, Nigel Cross alertava que os designers profissionais de todos os campos haviam falhado em assumir a responsabilidade dos efeitos colaterais adversos e prejudiciais de seus projetos, e que esses não deveriam ser mais tolerados e considerados inevitáveis, caso quiséssemos sobreviver ao futuro, e que protestos já indicavam que muitas pessoas não estavam mais dispostas a pagar o “preço do progresso” (Cross, 1972, p. 11).

Já Christopher Cornford, organizador do *Design for Need*, criticava a forma como designers usavam seus talentos para criar e promover “mimos supérfluos” que desperdiçavam recursos não renováveis; que poluíam cidades e o campo; incentivando o consumo e a “busca de status”; “que alienavam o homem da natureza e o homem do homem”¹²; e de forma simultânea e

¹¹ “...to develop programs of design for social need ranging from the needs of developing countries to the special needs of the aged, the poor, and the disabled.”

¹² “...that alienate man from nature and man from man.”

inadvertida permitiam que o excedentes desses “dispositivos” não fossem designados, para ajudar a diminuir a miséria dos “desgraçados da terra” (Cornford, 1977, p. 7).

Assim a visão ética do designer deveria envolver uma série de decisões que estão relacionadas desde os modos de produção até a maneira como a mensagem é criada para o cliente. Os designers Steven Heller e Veronique Vienne alertam para o impacto das escolhas rotineiras na atuação do designer ao afirmar que:

Um logotipo elegante pode legitimar o ilegítimo; uma bela embalagem pode aumentar as vendas de um produto inferior; um personagem comercial atraente pode convencer as crianças de que algo perigoso é essencial. O designer gráfico é tão responsável quanto os departamentos de marketing e publicidade pela propagação de uma mensagem ou ideia (Heller & Vienne, 2018, Introduction, para. 8)¹³.

Assim, o designer deve procurar um equilíbrio entre a responsabilidade social e sua liberdade individual (Roberts, 2009), tarefa que não é fácil quando muitos se confrontam com a necessidade de sobrevivência profissional e a impossibilidade de escolher os projetos onde atuar. Entretanto implica dizer que precisamos sempre buscar uma percepção crítica das consequências de nossa atividade.

Após tantos anos é possível afirmar que o impacto do design perante os problemas sociais e ambientais (que só se agravaram desde as reflexões dos anos 1960) contribuíram para uma severa

13 “An elegant logo can legitimize the illegitimate; a beautiful package can spike up the sales of an inferior product; an appealing trade character can convince kids that something dangerous is essential. The graphic designer is as accountable as the marketing and publicity departments for the propagation of a message or idea.”

degradação do planeta em que vivemos (Thackara, 2005; Manzini, 2008; Shedroff, 2009) e assim colocaram o designer como “parte do problema” (Manzini, 2008).

Entretanto, Manzini (2008) acredita que é possível transformar essa realidade já que na essência do design está a sua capacidade de interferir e “melhorar a qualidade do mundo” e assim poder torná-lo “parte da solução” à medida em que ele assuma uma visão ética de sua atuação.

O facto é que em muitas situações nos deparamos com efeitos positivos e negativos inesperados de nossa atuação. Entretanto quando pensamos em uma dimensão ética do design, ela está relacionada com a necessidade de construir uma consciência por parte dos designers ao reconhecer que o lado negativo de seu trabalho tem valor e impacto (Roberts, 2009).

Até aqui abordei a responsabilidade do design a partir de dois polos. O primeiro está apoiado na ideia de uma atuação ética no “mercado” a partir da consciência moral de seus atos. Já a segunda se refere a urgência de adotarmos uma prática de um design socialmente responsável.

De certo que o foco principal de atuação para a maioria dos designers, ao desenvolver produtos e mensagens para o consumo, continua sendo o mercado. Por outro lado, o principal objetivo de um design orientado para o “social” seria “a satisfação das necessidades humanas” (Margolin & Margolin, 2002, p. 25).

No entanto, Margolin & Margolin (2002) propõem que o “modelo de mercado” e o “modelo social” não estejam posicionados em lados opostos, mas sim como dois lados de uma mesma moeda. As diferenças seriam definidas pelas prioridades do problema ao invés de um método de produção ou distribuição.

Eles também enfatizam que muitos produtos que são desenvolvidos para o mercado acabam por atender, de maneira paralela, necessidades sociais, porém argumentam que o enfoque comercial não é eficaz ao cuidar de todas estas questões, visto que algumas delas estão relacionadas a uma parcela de pessoas que

não constituem uma classe de consumidores em sentido estrito (Margolin & Margolin, 2002).

Como o foco desta investigação está direcionado ao contexto urbano de bairros em situação de vulnerabilidade social, adotarei uma perspectiva de um design originalmente orientado para questões sociais.

3.1. A busca do “social” no design

Todo design pode ser entendido como “social” (Fuad-Luke, 2009; Scher 2012a; Armstrong, Bailey, Julier & Kimbell 2014) na medida em que é uma atividade que representa o instinto humano e um saber que torna possível materializar o mundo em que vivemos (Fuad-Luke, 2009).

Paula Scher, renomada designer e diretora da Pentagram, estúdio de design norte-americano, fez a mesma afirmação por acreditar que ao compartilharmos um mundo, tudo que acontece nele tem importância (Scher, 2012a, p. 63) e portanto tudo pode sofrer uma intervenção do design.

Scher considera que o design deve ampliar a expectativa do que pode ser e fazer ao fornecer para a nossa cultura “a melhor mensagem possível”. Ela nomeia essa visão como a de um “Design para o Bem Público” para diferenciar do design “para o público em geral”, que seria aquele direcionado a fins comerciais (Scher, 2012a, p. 63).

A forma na qual Scher acredita praticar um “design social” é através da oferta de serviços *pro bono* a clientes que não possam pagar por eles. Em troca ela pede total liberdade criativa (Quito, 2016), o que para ela seria uma forma de contribuir com a vida de “sua pequena cidade de Nova York” (Scher, 2012b).

Ela diz que “o objetivo de trabalhar de graça não é tanto para

distribuir as coisas, mas para recuperá-las”¹⁴ e continua ao afirmar que “dar algo às vezes te dá muito de volta. E eu não me refiro apenas a fama e reputação, mas a maneira como você se sente fazendo isso”¹⁵ (Quito, 2016, para. 3).

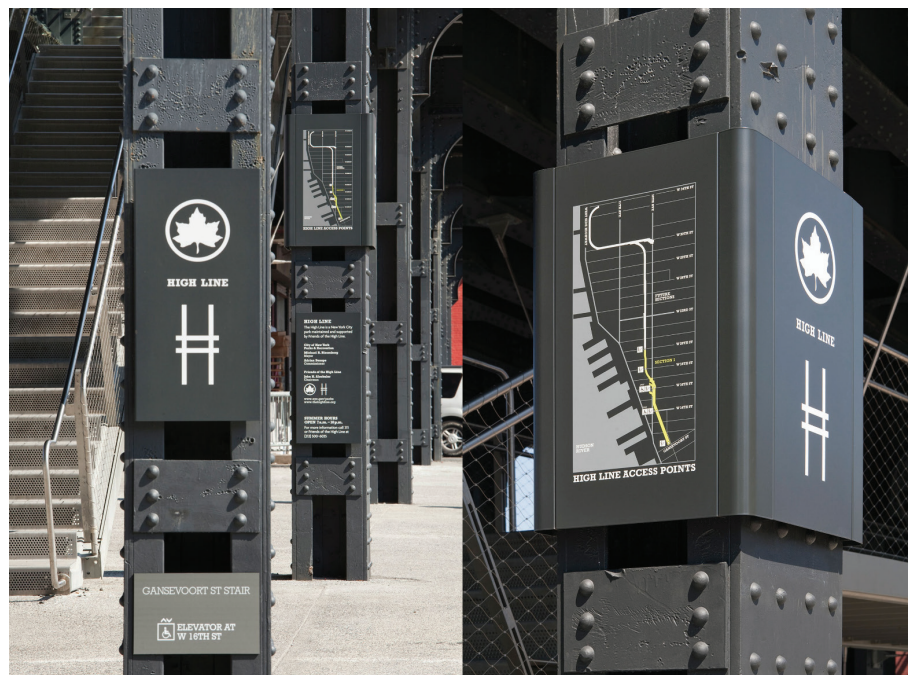
A mensagem de Scher demonstra uma consciência de que designers que alcançam certa notoriedade podem contribuir com seu tempo e cultura de design para promover reflexões e transformações em seu contexto de vida, devolvendo para a sociedade algo além de seu talento.

Scher e sua equipa da Pentagram desenvolveram alguns projetos *pro bono* para a cidade de Nova York, tais como: as identidades visuais para o *High Line Park* (Figura 27), para o Madison Square Park e para a praia de Rockaway, além de vários projetos de sinalização para o Departamento de Parques e Recreação de Nova York - *NYC Parks* (Scher, 2012b; Quito, 2016).

Figura 27

Parte do projeto de Identidade para o High Line Park em Nova York

(Fonte: <https://bit.ly/2DFHZ5N>)



14 “The point of working for free is not so much to give things away but to take things back.”

15 “And giving something away sometimes gives you so much back. And I don’t just mean fame and reputation, but the way you feel about doing it.”

Esta atuação garantiu-lhe uma cadeira na Comissão de Design da cidade, composta por 11 membros, que possui a função de aprovação de propostas de arte pública e monumentos em Nova York (Scher, 2012b; Quito, 2016).

Além dessa posição de conselheira, não é possível especificar o quanto a notoriedade desses projetos proporcionou à Paula Scher e a Pentagram, novos contratos com clientes corporativos que geraram grande retorno financeiro.

Entretanto, o trabalho *pro bono* ou voluntário é uma prática bastante comum em projetos com o foco social, humanitário e/ou cidadão. Seria uma forma híbrida que envolve tanto o interesse pelo propósito do “modelo social” aliada a capacidade de subsidiar o trabalho com o “modelo de mercado”, seja pela infraestrutura de estúdios de design e/ou arquitetura quanto de universidades.

Ainda abordarei a questão da sustentabilidade financeira do design com foco em questões sociais nos capítulos 5 e 6. Entretanto decidi antecipar a introdução desta temática por ela tangenciar toda esta investigação e exemplificar a enorme quantidade de nuances e propósitos deste “tipo” de design.

Além de “Design para o Bem Público”, termo utilizado por Scher (2012a) para denominar sua prática, existe uma infinidade de nomenclaturas adotadas pelos praticantes do design “social”, dentre elas: Design Centrado no Humano, Design Centrado em Pessoas, Design Comunitário, Design como Auxílio ao Desenvolvimento, Design Social, Design para o Impacto Social, Design para Inovação Social, Design para a Base da Pirâmide, Design Humanitário, Design Socialmente Responsável ou Design Socialmente Responsivo, Design para o Bem Social, Design para a Mudança Social, Design de Impacto, Design para o Impacto Social, Design para Inovação Social e Sustentabilidade, Design Ambiental Económico Social, Design Útil, Design para Transformação, Design para o Bem, Design para o Bem Público, Design para o Interesse Público, Prática baseada em Valores,

entre outros (Lasky, 2013; Veiga & Almendra, 2014; Davis, 2017).

Davis (2017) aponta ainda o uso dos termos co-design, design participativo e design para a inovação social, como sinónimos de design social, o que ao meu ver são práticas diferentes, as quais pretendo diferenciá-las adiante.

O certo é que esta diversidade de termos dificulta a construção de um diálogo claro entre os diversos atores, além da consolidação de um campo em torno do tema (Lasky, 2013; Veiga & Almendra, 2014; Davis, 2017).

Ao realizar um mapeamento detalhado destas nomenclaturas Veiga e Almendra (2014) afirmam que estes termos estão em práticas reais, e que não podem ser considerados de forma isolada por apresentarem várias semelhanças entre si, o que permite que sejam agrupados.

Desse modo, as autoras propõem que as diversas formas de atuação sejam agrupadas em três práticas principais, identificadas como: “sobrevivência”, “cidadania” e “política”. As diferenças entre elas são de ordem prática e são identificáveis na forma de resolver os problemas humanos:

as primeiras lidam diretamente com a resolução de problemas, as segundas visam ajudar a encontrar maneiras de capacitar e ativar as pessoas a resolver os próprios problemas, e a terceira prefere estar onde as principais decisões são moldadas e realizadas, que afetam não só o presente, mas também o futuro da sociedade¹⁶ (Veiga & Almendra, 2014, p. 578).

16 “...the first deals directly with solving problems, the second aims to help and find ways to empower and activate people to solve the problems themselves, and the third prefers being where the major decisions are shaped and made, which affect not only the present but also society’s future.”

Ao descrever o trabalho de campo desta investigação mais à frente, veremos que estas três práticas principais se interrelacionam quando atuamos em contextos de bairros vulneráveis.

Veiga e Almendra (2014) propõem ainda, que esta infinidade de termos, apesar de suas diferenças subteis, poderia ser unificada em uma única nomenclatura, a do “design social”, por configurarem como práticas que compartilham princípios “sociais”. Acreditam ainda que este seria a palavra com maior potencial para ser adotada como “termo guarda-chuva” por identificar de forma imediata “o domínio e âmbito da ação de design” além de ser “um termo holístico e aberto”.

Entretanto quando os termos “design” e “social” são utilizados em conjunto, o mais comum é relacioná-lo com a ideia do desenvolvimento de soluções para necessidades e/ou “problemas sociais” (Margolin & Margolin, 2002; Manzini apud Cipolla & Peruccio, 2008; Morelli, Jonas, & Munch, 2008; Hillgren, Seravalli, & Emilson, 2011; Armstrong, Bailey, Julier, & Kimbell, 2014; Veiga & Almendra, 2014; Heller, 2018).

Para a sociologia o termo “social” remete “a tudo que se relaciona com sistemas sociais, suas características e a participação das pessoas neles” (Johnson, 1997, “social”, para. 1).

Por sua vez, esses sistemas sociais são fruto da interdependência de dois ou mais atores sociais (pessoas, grupos, instituições e sociedades) que proporcionam uma interação mais ou menos estável dentro de um ambiente delimitado (Johnson, 1997; Abercrombie, Hill, & Turner, 2006).

Essas interações ocorrem dentro de uma estrutura, no compartilhamento de uma cultura onde os atores no sistema comungam padrões de valores, formas e práticas adequadas de comportamento (Johnson, 1997; Mills, 2000).

O que caracteriza o caráter “social” de um problema é o envolvimento de sistemas sociais que tenham a participação de pessoas (Johnson, 1997). Entretanto existem algumas questões

que dificultam a definição de um problema social (Abercrombie et al., 2006).

A primeira delas é que o problema social é relativo do ponto de vista cultural, já que aquilo que é considerado um “problema” para determinado grupo, pode não ser para outro. A segunda razão é que a natureza destes problemas altera ao longo do tempo influenciados por mudanças em leis e nos costumes. E por último “existe a dimensão política, já que a identificação de um ‘problema’ pode envolver um grupo no exercício do controle social sobre outro”¹⁷ (Abercrombie et al., 2006, p. 360).

Desse modo, os problemas sociais surgem da exposição da insatisfação experimentada por indivíduos e grupos dentro de suas realidades sociais através de manifestações relacionadas a algumas condições que são consideradas inconvenientes, porém superáveis (Tavares da Silva, 1967; Ritzer, 2005; Kornblum, Julian, & Smith, 2012; Leon-Guerrero, 2015).

Apesar do problema se tratar de uma realidade objetiva, sua definição depende de uma “visão” subjetiva. O que define um “problema” é justamente o compartilhamento desta “visão” por um determinado grupo na sociedade, ou seja, da construção social da realidade (Tavares da Silva, 1967; Kornblum et al., 2012; Leon-Guerrero, 2015).

Para Leon-Guerrero (2015), podemos considerar um problema social como “uma condição social ou padrão de comportamento que tem consequências negativas para os indivíduos, nosso mundo social ou nosso mundo físico”¹⁸ (p. 7).

A autora afirma ainda que os problemas sociais podem ameaçar nossas instituições sociais como a família (um caso de abuso sexual), a educação (o aumento do custo das propinas nas

17 “There is a political dimension, that the identification of a ‘problem’ may involve one group in the exercise of social control over another.”

18 “...a social condition or pattern of behavior that has negative consequences for individuals, our social world, or our physical world.”

universidades) ou a economia (o aumento do desemprego), entre outras. E os nossos mundos físico e social podem ser ameaçados por problemas relacionados à urbanização (falta de habitação, transporte público, etc.) e ao meio ambiente (poluição, mudanças climáticas, etc.) (Leon-Guerrero, 2015).

Aqui abre-se uma questão que discutirei ao longo deste trabalho, que é a necessidade de uma melhor compreensão desses problemas por parte dos designers, e a partir de qual perspectiva eles são definidos. O que envolve a dimensão política do problema, uma questão que acredito ser central para um design que se enuncia como “social”.

Para melhor compreender a definição dos problemas sociais para o design descrevo a experiência de Papanek (1973) em um bairro de Oslo, capital da Noruega.

Durante o mês de janeiro de 1969, Victor Papanek a convite de Roar Høyland, designer e professor norueguês, participou do desenvolvimento de um projeto em parceria com um grupo de estudantes da Escola Estadual de Design [atual *National College of Art and Design*] em Oslo. O objetivo era a construção de um *playground* em uma zona de cortiços num dos bairros menos privilegiados da cidade, região afetada pelo abandono e acúmulo de lixo (Papanek, 1973; Fallan, 2011).

Devido à repercussão e relevância social deste projeto, estudantes da Escola de Arquitetura [atual Escola de Arquitetura de Oslo], da Escola de Paisagem [Faculdade Norueguesa de Agricultura, Departamento de Arquitetura Paisagista] e da Universidade de Oslo se interessaram e se voluntariaram a trabalhar com os demais alunos da Escola Estadual de Design (Fallan, 2011).

Na altura, Papanek falava da dificuldade de manter o envolvimento dos alunos quando estes compreendiam que esse “tipo de design social é muito mais difícil do que criar outro bule

ou um saleiro perfeito”¹⁹ (Papanek, 1973, p. 313; Fallan, 2011).

Papanek relatava ainda que apesar de terem conseguido concluir em tempo útil o projeto de paisagismo, de design e um modelo tridimensional do terreno onde seria construído o playground, muitos foram os estudantes desencorajados e que desistiram da iniciativa (Papanek, 1973).

Relatou ainda que os alunos ficaram chocados ao descobrir que o quintal onde seria construído a área de lazer estava infestado de ratos e que as crianças brincavam com eles como se fossem animais de estimação, “algo como cães pequenos”²⁰ (Papanek, 1973, p. 313).

Na altura, o problema social identificado era a ausência de um espaço de lazer adequado para cerca de 70 crianças que viviam naquela zona, já que o mais próximo estava localizado a vários quilômetros de distância. Além dessa questão principal, ficou claro que eles deveriam pensar em soluções de higiene e saúde pública, devido aos enormes problemas causados pelo acúmulo de lixo encontrado no local (Papanek, 1973).

O processo envolveu entrevistas com os moradores, incluindo crianças e idosos, que ajudaram a definir as prerrogativas do projeto. Desse modo bancos e “cantos silenciosos” foram pensados para os idosos; um apartamento no pátio interno deveria ser transformado em uma área de serviço com uma ou duas máquinas de lavar, para que as mães pudessem lavar suas roupas, tomar café, “fofocar” e observar as crianças (Papanek, 1973, p. 316).

O projeto teve grande notoriedade na altura, ao ponto de alunos apresentarem a maquete com os resultados na rede de televisão norueguesa NRK (Figura 28).

Papanek e outros autores (Fallan, 2011; Lie, 2016) não

19 “...this type of social design is much more difficult than creating still another teapot or a perfect salt cellar.”

20 “...something along the order of small dogs.”

deixam claro se o projeto foi implementado ou não, entretanto Papanek relata as transformações ocorridas com os estudantes ao estabelecerem vínculos mais duradouros com os moradores que viviam naquela região. Esses acabaram por realizar exposições de filmes, teatro, poesia e “cantigas” que aconteciam no quintal em longas noites de verão (Papanek, 1973).

Figura 28

Um modelo do projeto do *playground* foi apresentado em um programa de TV exibido no dia 21 de fevereiro 1969 (Fonte: Lie, 2016)



Para Papanek, foi através deste envolvimento que os alunos chegaram a “um entendimento mais próximo e ‘operativo’ dos problemas das pessoas; as pessoas, por sua vez, assumiram um papel mais ativo na formação de seu próprio futuro e ganharam orgulho e identidade”²¹ (Papanek, 1973, p. 316).

Com esse exemplo descrito por Papanek, é possível visualizar uma característica essencial do design social, a necessidade de compreensão e definição dos problemas de design através da reflexão conjunta com aqueles que serão diretamente afetados pela solução, encarando a perspectiva de projetar não somente “para” mas também “com” as pessoas (Lee, 2006; Tan, 2008; Buscher, Hemment & Sangiorgi, 2008; Fuad-Luke, 2009;

21 “Through engaging in these activities, the students came to a closer and ‘operative’ understanding of the people’s problems; the people, in turn, assumed a more active role in shaping their own future and gained pride and identity.”

Robertson & Wagner, 2013; Robertson & Simonsen, 2013; Sanders & Stappers, 2008, 2014; Sanders, 2014).

Desse modo, o que caracterizaria o design social? Na conferência internacional *Changing the change* ocorrida em 2008 na cidade de Turim, Itália; Victor Margolin dizia que o design social teria como objetivo específico “a melhoria da qualidade de vida. Sendo responsável por resultados sociais e não simplesmente por trocas bem-sucedidas de Mercado”²² (Margolin apud Cipolla & Peruccio, 2008, p. 23).

Outros concordam com Margolin ao afirmar que o termo “design social”, remete ao desenvolvimento de um modelo social e um processo de design onde o objetivo é o de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade (Morelli, Jonas & Munch, 2008; Fuad-Luke, 2009).

Ainda na conferência *Changing the change*, Ezio Manzini apontou dois enfoques para o design social, sendo o primeiro o design com uma “obrigação explicitamente social”, onde alguns designers adquirem conhecimento para colaborar com profissionais de assistência social com o objetivo de solucionar “problemas sociais graves e específicos” (Manzini apud Cipolla & Peruccio, 2008, p. 23).

Já o segundo abrange aqueles que compartilham a cultura do design, todos os designers especialistas, independentemente de sua área de atuação. Para Manzini, os designers deveriam redefinir seus objetivos e serem reorientados para novas demandas sociais emergentes (Manzini apud Cipolla & Peruccio, 2008, p. 23).

Manzini afirma ainda que embora ambas abordagens sejam importantes, o maior desafio dos dias de hoje envolve a mais recente definição de design: “desenvolver conhecimento necessário para melhorar o bem-estar da sociedade, em direção

22 “Design aimed specifically at improving the quality of life. It is accountable to social results and not simply successful market exchange.”

à sustentabilidade”²³ (Manzini apud Cipolla & Peruccio, 2008, p. 23).

Fuad Luke (2009) discorre que o principal objetivo do design social seria melhorar a “qualidade social”, e ele a fundamenta a partir do conceito definido por De Leonardis (apud Morelli, 2007) como a “medida da capacidade que os cidadãos têm de participar na vida social e económica da sua comunidade em condições que melhoram tanto a sua riqueza individual quanto as condições de sua comunidade”²⁴ (Morelli, 2007, p. 6).

Os problemas do design social surgem a partir das relações dentro dos sistemas sociais, e desse modo acredito, assim como Paula Scher e Fuad-Luke, que todo design é “social” na medida em que as decisões de projeto dos designers afetam toda a sociedade.

Veiga e Almendra (2014) afirmam que a maioria dos problemas identificados na prática do design social são inerentes a “condição humana” e abrangem desde as necessidades específicas de indivíduos e comunidades vulneráveis do ponto de vista socioeconómico, até aqueles relativos a toda sociedade, mas também envolvem o enfrentamento dos “desafios complexos, globais, sistémicos, sociais, económicos, ambientais, culturais e políticos do nosso tempo”²⁵ (Veiga & Almendra, 2014, p. 578).

A perspetiva de design social adotada nesta investigação se alinha a visão de Veiga e Almendra ao virar o seu olhar para as questões que emergem em contextos de bairros vulneráveis do ponto de vista social, a partir de formas de projetar que utilizem a cooperação com aqueles que são diretamente afetados pelos problemas desses territórios.

23 “...to develop knowledge that is needed to improve the welfare of the whole society, as we move towards sustainability.”

24 “...measure of citizens’ capability of participating to the social and economic life of their community in conditions that improve both their individual wealth and the conditions of their community.”

25 “...the complex, global, systemic social, economical, environmental, cultural and political challenges of our time.”

3.2. Richard Sennett e os tipos de cooperação

Para investir em soluções para comunidades que sofrem com a vulnerabilidade social torna-se cada vez mais relevante procurar o caminho que alia a inovação social, o empreendedorismo e a colaboração entre designers e utilizadores, como forma de promover melhores ideias e resultados para novos produtos, sistemas produtos-serviços ou empreendimentos (Rodrigues, Franzato & Almendra, 2016).

Ao pensar em formas de projetar “com” as pessoas utilizo a perspectiva do sociólogo Richard Sennett e sua visão sobre a cooperação como um “ativo social particular na realização de tarefas práticas”²⁶ (Sennett, 2012).

A etimologia da palavra cooperação deriva do latim *cooperātīō-nis* que por sua vez remete a *cooperārīs*, que no latim significa “juntos”. Em português o verbo “cooperar” significa “operar ou obrar simultaneamente”, “colaborar”, onde o prefixo latino “co” é utilizado para indicar “contiguidade”, “companhia” e a palavra “*operārī*” significa “trabalhar” (Moniz, 2001; Cunha, 2010). Então em sua essência o significado de cooperação seria trabalhar ou operar “em companhia”.

Sennett (2012) define a cooperação “como uma troca em que os participantes se beneficiam do encontro”²⁷. Comportamento que é fácil de ser identificado porque “o apoio recíproco está nos genes de todos os animais sociais; eles cooperam para conseguir o que não podem alcançar sozinhos”²⁸ (Sennett, 2012, p. 5).

Para Sennett (2012), é a cooperação que permite concretizar as coisas no mundo, e é sua característica intrínseca de partilha que nos torna capaz de compensar nossas limitações individuais.

26 “... a particular social asset in doing practical work: cooperation.”

27 “Cooperation can be defined, drily, as an exchange in which the participants benefit from the encounter.”

28 “...because mutual support is built into the genes of all social animals; they cooperate to accomplish what they can’t do alone.”

Sennett denomina isto como “cooperação natural” e afirma que ela se dá porque:

...nós não podemos sobreviver sozinhos. A divisão do trabalho nos ajuda a multiplicar nossos poderes insuficientes, mas essa divisão funciona melhor quando é flexível, pois o próprio ambiente está em constante processo de mudança. As mudanças ambientais vão à frente dos comportamentos geneticamente padronizados; entre os animais sociais, nenhuma instituição, como a família, pode por si só garantir estabilidade²⁹ (Sennett, 2012, p. 71).

Entretanto, Sennett (2012) alerta que apesar da cooperação estar inserida nos nossos genes, ela é um ato complexo, que não pode estar amarrada a rotinas preestabelecidas, e que não existem fórmulas para construí-la; é necessário desenvolvê-la e aprofundá-la de forma constante. O que é notório principalmente quando interagimos com pessoas diferentes de nós; pois “com elas, a cooperação torna-se um grande esforço”³⁰ (Sennett, 2012, p. ix).

Isso se deve pelo facto que a cooperação e a competição, na maioria das vezes, convivem juntas, o que não indica algo ruim, desde que se alcance o “equilíbrio difícil”. Sennett exemplifica como isso é comum por exemplo na prática de esportes em equipe e na música com grupos e orquestras. Esta afirmação corrobora uma observação participante que fez parte de uma

29 “... we can’t survive alone. The division of labour helps us multiply our insufficient powers, but this division works best when it is supple, because the environment itself is in a constant process of change. Changes in the environment run ahead of genetically patterned behaviour; among social animals, no single institution, like the family, can guarantee stability.”

30 “...with them, cooperation becomes a demanding effort.”

grande parcela da vida do autor, já que ele também é músico (Sennett, 2012).

Para Sennett (2012), o alcance do equilíbrio se dá através da experiência do convívio, como acontece nos “ensaios, conversas, coligações, comunidades ou oficinas”³¹ que contribuem para contrabalançar o impulso destrutivo da competição (pp. 65-72).

Sennett afirma que a cooperação é feita de trocas, e ele as define em cinco categorias: as “altruísticas”, que implicam autossacrifício; as “ganha-ganha”, onde ambas as partes se beneficiam; as “diferenciadas”, nas quais os parceiros adquirem consciência de suas diferenças; as trocas de “soma zero”, que são aquelas onde uma das partes prevalece em detrimento da outra; e as trocas “tudo-para-um-só”, onde uma das partes anula a outra (Sennett, 2012).

Ele exemplifica que esse espectro de interação entre animais sociais abrange desde “a formiga operária, que oferece seu corpo como alimento para outras formigas, até o lobo, cujas trocas com as ovelhas são invariavelmente letais; já em termos humanos, o espectro vai de Joana d’Arc ao genocídio”³² (Sennett, 2012, p. 72).

Quando trata do primeiro tipo de troca, aquela baseada no altruísmo, Sennett alerta que é normal as pessoas precisarem de elogios pelas boas ações que realizam, e muitos são aqueles que os apreciam. Para o autor, a prática do real altruísmo é uma questão de doação, e se dá quando alguém se dispõe a agir ainda que não receba o devido reconhecimento dos outros. No altruísmo as recompensas de quem o pratica são internalizadas (Sennett, 2012).

Exemplos de altruísmo estão refletidos naqueles que de forma

31 “Rehearsals, conversations, coalitions, communities or workshops.”

32 “...this spectrum runs from the worker ant which offers up its body as food for other ants, to the wolf whose exchanges with sheep are invariably lethal; in human terms, the spectrum runs from Joan of Arc to genocide.”

espontânea, sem qualquer vínculo afetivo, saem em defesa de outra pessoa que esteja ferida ou ameaçada; ou outros que doam sangue com regularidade, que são formas de agir consideradas como altruísticas, já que aquele que age nem espera ou recebe algo em troca. Sennett diz que ao observar o cotidiano, concluiu que “as pessoas altruístas parecem ser dotadas de uma forte motivação interior” ³³(Sennett, 2012, p. 75).

De acordo com Sennett, o segundo tipo de trocas, chamadas de “ganha-ganha” são mais abertamente recíprocas. Os animais que constroem ninhos são um exemplo clássico desse tipo de troca, já que todos os membros compartilham o esforço e se beneficiam do resultado. Já entre humanos o exemplo mais comum do ganha-ganha está nos acordos de negócios em que todas as partes saem ganhando. Muitas vezes há competição para se chegar a um resultado, mas no final todos ganham alguma coisa (Sennett, 2012).

Assim como em outros animais, o comportamento padronizado também está presente nos genes dos humanos, entretanto é a cultura que influi de forma primordial na prática das trocas tipo ganha-ganha (Sennett, 2012).

Sennett (2012) alerta que a busca pelo equilíbrio entre competição e cooperação é necessária pois esta troca não acontece naturalmente. Nesse sentido as habilidades de negociação são essenciais para ajustar esse equilíbrio. Os diplomatas profissionais, conselheiros de carreira e ativistas comunitários são exemplos de tipos de pessoas habituadas com a troca ganha-ganha (Sennett, 2012).

O autor afirma que o exercício na negociação desempenhada pelo “bom negociador” é essencial pois é ela que proporciona:

desarmar o confronto quando as coisas estão a aquecer

33 “...in the everyday observation that altruistic people seem strongly motivated from within.”

ao ponto de um dos participantes ameaçar ir embora; pois trata de transmitir as verdades mais desagradáveis de forma indireta, para que um antagonista se disponha melhor a enfrentá-las³⁴ (Sennett, 2012, p. 76).

Um processo eleitoral é um exemplo de troca ganha-ganha, pois a formação das coalizões modernas se dá através da competição entre grupos partidários, para uma vez no poder “partilhar fatias da torta política”³⁵ (Sennett, 2012, p. 76).

É importante lembrar que este tipo de trocas, de maneira geral, é caracterizado mais como um processo aberto do que uma lista pura e simples de ganhos e perdas levada em conta quando se inicia a negociação. Por isso elas possuem um caráter de cooperação formal por estabelecer as regras do acordo com outras pessoas previamente, definindo o que receberemos dos parceiros, e como se chegará a um consenso.

As trocas ganha-ganha também são permeadas pela informalidade, a medida em que a definição dos elementos da transação pode ser influenciada por trocas informais, nas “brechas” onde as pessoas podem obter informações inesperadas e valiosas, através das “conversas de corredor”, que podem abrir novas perspectivas para a negociação (Sennett, 2012).

E é justamente no território dos encontros informais que reside o terceiro tipo de troca, denominadas como “diferenciadas”. Para Sennett, essas trocas acontecem, por exemplo, quando dois estranhos se encontram em um bar e falam de forma casual, adquirindo um entendimento pessoal mais perspicaz dos seus respectivos interesses, desejos e valores; o mesmo pode ocorrer em outros encontros que possibilitam a aproximação de pessoas

34 “...learns how to deflect confrontation when things are getting so hot that one of the participants threatens to drop out; he or she puts unpalatable home truths indirectly so that an antagonist more readily can face up to them.”

35 “...then sharing slices of the political pie once in power.”

que não possuem relações aprofundadas (Sennett, 2012).

A possibilidade de exposição das divergências que surge desse tipo de troca poderá estimular a autocompreensão, mesmo que essas pessoas não venham se encontrar novamente, e o fenômeno não possibilite sustentar uma relação duradoura, o encontro já terá cumprido o papel de gerar uma percepção mais reflexiva sobre a visão de mundo individual, uma autoaprendizagem que beneficia a todos.

Para Sennett (2012), a troca diferenciada é o lugar onde reside a “dialógica”, uma expressão técnica que indica a capacidade de ter atenção e receptividade ao que vem dos outros. A “dialógica” é uma palavra cunhada pelo crítico literário russo Mikhail Bakhtin para designar uma “discussão que não se resolve a partir da identificação de um terreno comum”³⁶ (Sennett, 2012, p. 19).

Embora não seja possível chegar a um acordo, através desse processo as pessoas poderão se tornar mais conscientes de seus próprios pontos de vista e ampliar a compreensão recíproca.

Na prática, a dialógica seria o desenvolvimento de um conjunto de habilidades, onde observamos de perto o que os outros dizem, interpretando a situação antes do ímpeto da resposta, ao buscar sentido “aos gestos e silêncios”, tanto quanto às declarações. Um exercício difícil, mas que poderá proporcionar uma interação mais rica, profunda e cooperativa (Sennett, 2012).

Para Sennett (2012), é importante diferenciar a dialógica de outro tipo de escuta atenta, a dialética. O processo da dialética ocorre através do jogo dos contrários, na procura de uma síntese que possa proporcionar chegar a um entendimento comum. Já a dialógica prevê uma perspectiva onde os pontos de vista e experiências se interrelacionam de forma aberta. A dialética é convergente e a dialógica é de caráter divergente.

36 “‘Dialogic’ is a word coined by the Russian literary critic Mikhail Bakhtin to name a discussion which does not resolve itself by finding common ground.”

A dialógica que emerge de uma conversa casual requer habilidade para se tornar uma troca com significado. Para isso é necessário abster-se de assertividade, em um ritual de reciprocidade que permite abrir espaço para olhar para a vida de outra pessoa, assim como ela possa olhar para a sua (Sennett, 2012).

E nesse sentido Sennett alerta para o que o filósofo britânico Bernard Williams nomeia com sarcasmo como “fetiche da afirmação”, o impulso de enfatizar um argumento como se seu conteúdo tivesse a maior importância para o mundo, prática muito comum no “diálogo familiar dos surdos” do debate político partidário (Sennett, 2012, p. 18).

Sennett (2012) exemplifica esse tipo de fetiche ao tratar de sua experiência como consultor do projeto falhado “Google Wave”, uma plataforma concebida com o objetivo de proporcionar “a cooperação online séria”, que foi descontinuada pela empresa no ano de 2010 (pp. 25-29).

Para Sennett, o que acontece nas discussões políticas feitas na internet, é que estas giram em torno de uma agressiva imposição de opiniões, em vez de uma real troca no debate, e cita o advogado e professor de Harvard, Cass Sustein, ao apontar que esse comportamento é um enorme arquipélago das formas de expressão “nós-contra-eles”. Sennett enfatiza ainda a necessidade de rompimento com os hábitos online que exemplificam o fetiche da afirmação; pois somente com uma conversa dialógica e exploratória seria possível ampliar a percepção da complexidade em torno das questões que surgem nestes ambientes (Sennett, 2012, p. 26).

Mais a frente, ao tratar do trabalho de campo realizado no bairro do Desterro em São Luís do Maranhão, demonstrarei o quanto o fetiche da afirmação pode ser prejudicial para a prática de trocas diferenciadas dialógicas.

Outro ponto do trabalho de Sennett (2012) que é especialmente importante para as discussões em torno das trocas dialógicas no

campo do design, está relacionado com o sentimento envolvido no exercício do que o autor chama de “boa escuta”.

Para Sennett quando a exercitamos, podemos ser envolvidos por dois sentimentos, a simpatia ou a empatia, e ambos são “impulsos cooperativos”. Para o autor, a simpatia é o que gera maior entusiasmo, já a empatia é mais pausada e exigente, pois requer que focalizemos a atenção fora de nós mesmos. Na troca dialógica, embora as pessoas não se encaixem perfeitamente “como peças em um quebra-cabeça”, podem extrair conhecimento e prazer das trocas (Sennett, 2012, p. 24).

Sennett afirma ainda que a sociedade moderna revela-se muito melhor na organização da troca dialética do que através da dialógica, mais capaz de se comunicar através da primeira do que pela segunda, e que esse contraste é mais evidente quando se trata da cooperação on-line (Sennett, 2012).

A quarta categoria de troca apontada por Sennett é denominada como “soma zero”. Ela também envolve algum tipo de cooperação e seu princípio elementar é o estabelecimento de regras básicas para uma disputa; “essas regras são fixadas antes de os grupos ou indivíduos entrarem em competição” ³⁷(Sennett, 2012, p. 83).

Nas trocas soma zero os benefícios de um indivíduo ou grupo se transformam em perda para outros, ela é bastante comum desde a infância, seja nas brincadeiras e jogos onde se faz necessário estabelecer as regras, passando pelos exames escolares e práticas esportivas, até os testes de aptidão ou realização individual. Assim também ocorre na vida adulta, nas avaliações de recursos humanos em empresas, nas negociações entre nações e também na prática religiosa, quando estas procuram converter pessoas em outras religiões (Sennett, 2012).

A troca de soma zero é caracterizada pelo “ganhar-perder” que

37 “...these rules are set before individuals or groups compete.”

ênfatiza a competição, entretanto a cooperação não é descartada entre indivíduos que estejam do mesmo lado da disputa. Já entre oponentes, ela também pode envolver algum tipo de cooperação, pois existe a necessidade de estabelecer as regras básicas para uma disputa.

Para Sennett (2012), nas trocas humanas de soma zero existe outro tipo de conexão entre oponentes. O ganhar-perder raramente é total e absoluto pois o vencedor sempre deixa alguma coisa para o perdedor. Isso se dá como uma forma de incentivo para que os perdedores se mostrem dispostos a continuar competindo.

Sennett alerta para um tipo de cegueira existente nas trocas de soma zero, presentes nas “consequências desmoralizantes nas salas de aula em que prevalecem os testes de soma zero ou ao recuo da produtividade nos escritórios quando a competição pela promoção se transforma em obsessão”³⁸ (Sennett, 2012, p. 85).

Sennett diz ainda que a cooperação e a competição possuem caráter e gestação simbólicos. Entretanto, ambas são enquadradas pela cooperação na medida em que os participantes necessitam estabelecer parcerias em algum nível no início da competição, para assim conseguir definir suas regras. Outro ponto importante é que os “vencedores” precisam aceitar que algum “resíduo” deverá ser deixado aos “derrotados” que funcione como um estímulo ao prosseguimento da competição, já que o egoísmo total impedir  a realização de novas disputas (Sennett, 2012, p. 85).

O último tipo de troca, chamada de “Tudo-ao-vencedor”, é a mais predatória de todas. Sennett cita que   possível observ -la no mundo animal no comportamento de lobos e jacarés que estão no topo da cadeia alimentar por serem predadores máximos e não terem competidores em igualdade de condições; “podem

38 “...blind to the demoralizing consequences in classrooms where zero-sum tests rule, or to the erosion of productivity in offices when competition for promotion becomes an obsession.”

tomar para si o que bem entenderem, quando bem entenderem — desde que não entrem em cena seres humanos”³⁹ (Sennett, 2012, p. 85).

Sennett alerta que nas sociedades humanas, as trocas do tipo tudo-ao-vencedor devem ser extintas a todo custo, pois elas englobam a lógica da guerra total e do genocídio. Já nos negócios estão presentes na prática do monopólio exercido por algumas corporações (Sennett, 2012). De maneira geral, essa é a lógica adotada por negócios de empresas da “nova economia”, como o Facebook, Google, Uber, Airbnb, etc.

Por fim, Sennett afirma que é necessário buscar o equilíbrio entre cooperação e competição, e isto ocorre com melhor qualidade no meio do espectro da troca, ou seja, através das trocas diferenciadas que utilizam a dialógica.

Como explicitarei mais a frente, o trabalho de cooperação no design participativo envolve vários tipos de trocas que em muitas ocasiões se intercalam. Estão no altruísmo do voluntariado, nas trocas ganha-ganha oriundas das negociações entre líderes comunitários e coletivos que atuam em práticas cidadãs; nas práticas soma zero que surgem com a necessária aproximação com o poder público, chegando as trocas tudo-para-um-só que emergem das agendas ocultas de alguns participantes.

Mas sem dúvida o tipo mais difícil e relevante de cooperação para esta investigação é aquele que surge do uso da habilidade dialógica nas trocas do tipo diferenciadas, pois exige a construção de um acordo em torno da divergência.

Este acordo implica em algum tipo de consenso, e como afirma Hamdi (2004) o consenso está no centro do trabalho participativo. Para isso, é preciso convergir os desejos e as polaridades entre as comunidades de interesse, minimizando o conflito, resolvendo diferenças, definindo objetivos comuns e

39 “...they can take whatever they like whenever they like – so long as human beings do not enter the picture.”

prioridades.

No entanto, existe um problema na procura do consenso total, pois este reduz a complexidade das questões ao tentar minimizar tudo a algo gerenciável. Para Hamdi (2004), o consenso total ocorre quando uma das partes concorda em suspender suas discordâncias a uma ideia ou proposta, o que na verdade pode ser contraproducente e contra-criativo no trabalho participativo, já que isso pode gerar um sentimento de “lavar as mãos”, como afirma o autor:

Permite àqueles que suspendem sua objeção, poderem estar confortáveis em sua auto-suficiência e não precisarem de outros, se afastarem em vez de se envolverem, admitir que tudo o que está na mesa para discussão e decisão não mudará muito a sua vida, o que muitas vezes é precisamente o propósito do planeamento⁴⁰ (Hamdi, 2004, “Challenge Consensus”, para. 1).

Para esse fim, é necessário o exercício de uma escuta aberta e atenta que possibilite a confluência de pontos de vista e a gestão cautelosa das discordâncias. O que procuro aqui é entender como a prática de projeto e o entendimento de uma cultura de design pode colaborar em iniciativas de design participativo.

40 “It enables those who suspend their objection, who may be comfortable in their self-sufficiency and have no need of others, to step aside rather than get involved, to admit that whatever is on the table for discussion and decision will not change their lives that much, which often is precisely the purpose of planning.”

3.3. Formas de cooperação no design

Nos últimos anos é cada vez mais comum, observar o aumento substancial de discussões sobre abordagens de design que utilizam a cooperação com utilizadores na tentativa de construir uma melhor compreensão dos problemas de design, e assim encontrar soluções com maior efetividade, sendo que muitas destas estão apoiadas no discurso do Design Thinking.

Entretanto não era este o cenário mais habitual no passado. Nos anos 1970, Nigel Cross, na conferência “Design Participation”, já alertava para o facto de que o utilizador raramente podia opinar nos processos de planeamento e design, e que o mais comum era que este só pudesse “protestar quando já é tarde demais” e complementava dizendo que:

Não só ele não é consultado nem mesmo sobre os desenvolvimentos propostos em sua própria vizinhança, mas o planeamento e a tomada de decisões em todos os níveis são muitas vezes deliberadamente mantidos em segredo⁴¹ (Cross, 1972, p. 11).

Cross (1972) então apontava para a necessidade de suprimir esse conflito através da participação daqueles que seriam afetados pela solução proposta nos processos de planeamento e design, através de novas abordagens de projeto.

Nesse sentido, a ideia de envolver o utilizador no processo de design vem sendo incorporada de diversas formas nas últimas décadas. E assim, o uso do prefixo latino “co” é adotado no design para designar a ideia de “projetar com” outras pessoas (Scrivener, Ball, & Woodcock, 2000; Scrivener, 2005; Buscher,

41 “Not only is he not consulted even about proposed developments in his own neighborhood, but planning and decision making at all levels are often deliberately kept secret.”

Hemment, & Sangiorgi, 2008; Sanders & Stappers, 2008; Fuad-Luke, 2009; Fuad-Luke, Hirscher & Moebus, 2015).

Dentro desse espectro dois termos se confundem, a co-criação e o co-design. De acordo com Sanders e Stappers (2008) a co-criação se refere a qualquer atitude de criatividade coletiva, ou seja, a criatividade que é compartilhada por duas ou mais pessoas. Já o co-design seria uma instância da co-criação, por ser um tipo de criatividade coletiva adotada ao processo de design.

As abordagens co-criativas emergiram de muitas áreas e domínios diferentes da ciência e do design. No princípio o envolvimento das pessoas na co-criação de ideias era passivo, já que as pessoas antes conhecidas como “utilizadores finais” só participavam de parte do processo, no entanto, essa participação tem aumentado já que cada vez mais elas vem sendo reconhecidas como “especialistas em sua própria experiência” (Sanders & Stappers, 2014, p. 24).

Para Fuad-Luke (2009), o ponto de partida do co-design é dar oportunidade de expressão àqueles que utilizarão a solução projetada, influenciando assim, o processo de desenvolvimento daquilo que será entregue; o que ofereceria uma oportunidade de definição coletiva do contexto e do problema, aumentando de forma significativa a eficácia do resultado de design.

Nesse sentido, o co-design se refere “à criatividade dos designers e pessoas que não são treinadas em design, trabalhando juntas no processo de desenvolvimento de design”⁴² (Sanders & Stappers, 2008, p. 6).

No co-design é necessário que o designer amplie sua percepção sobre o significado de projetar (e ser designer) a partir da adoção de novos métodos de projeto que permitam estabelecer uma parceria simétrica com outras partes interessadas, baseada na confiança mútua, compreensão e respeito. A essência do

42 “...creativity of designers and people not trained in design working together in the design development process.”

co-design está na possibilidade de convivência entre muitas vozes, que possivelmente serão discordantes (Scrivener, Ball, & Woodcock, 2000; Scrivener, 2005).

De acordo com Fuad-Luke et al. (2015), existem duas abordagens de co-design. Uma ‘aberta’ onde os processos e produtos são de “código aberto” e assim permitem que qualquer interessado interfira no processo de design, e uma outra ‘fechada’ onde apenas os participantes convidados e suas organizações “têm acesso à propriedade intelectual e sua exploração”⁴³ (Fuad-Luke et al., 2015, p. 24).

Os co-designers são designers especialistas, profissionais de outras áreas, designers amadores e cidadãos que juntos identificam problemas, necessidades e desafios, e assim desenvolvem uma síntese de projeto que permite estabelecer parâmetros para projetar a solução juntos (Fuad-Luke et al., 2015).

No co-design, a participação se constrói pela capacidade de estabelecer diálogo, de escutar, trocar ideias e compreender o outro, e esta compreensão é preponderante para definir caminhos e estratégias para enfrentar problemas que muitas vezes não estão claros ou mal formulados.

Para isso, o co-design precisa atuar de forma integradora incentivando a participação individual e coletiva, sendo uma poderosa tecnologia social para a concepção de soluções para problemas complexos.

Nesse caso o co-design é encarado como uma evolução do design centrado no utilizador que no passado era baseado em uma “perspetiva do especialista” (o designer especialista) que entrevistava utilizadores finais que em grande parte assumiam uma postura passiva no processo de design (Sanders & Stappers, 2008).

43 “...have access to the intellectual property and its exploitation.”

Segundo Manzini (2015) o co-design se refere a um amplo e multifacetado diálogo entre indivíduos e grupos que iniciam atividades de design “nos nós das redes” das quais fazem parte: “um diálogo social no qual diferentes atores interagem de diferentes maneiras (da colaboração ao conflito) e em diferentes momentos (em tempo real ou off-line)”⁴⁴ (Manzini, 2015, p. 49).

Para Scrivener (2000), o co-design abrange o design colaborativo, cooperativo, participativo, centrado no usuário, sócio-técnico e comunitário. Já Fuad-Luke (2009) coloca que o termo também abriga o design social e o metadesign, entre outras abordagens de design que incentivam a participação de diversas partes interessadas.

Sanders e Stappers (2008) apontam que o co-design assumiu dois caminhos concomitantes. O primeiro foi o do design centrado no utilizador (“utilizador como sujeito”) um fenómeno conduzido pelos EUA. Já o segundo seria a abordagem participativa (“utilizador como parceiro”) liderada por países do norte da Europa, onde o utilizador assumia uma postura mais ativa no processo de design.

Muitos dos projetos de design pioneiros que incentivavam a participação de utilizadores e outras partes interessadas, datam da década de 1970 e foram conduzidos em países escandinavos (Suchmann, 1988; Ehn, 1988, 1993; Bødker 1996; Pedersen & Buur, 2000; Sanders & Stappers, 2008; Bannon & Ehn, 2013; Robertson & Simonsen, 2013; Sanders & Stappers, 2014).

Essas iniciativas que procuravam motivar designers e trabalhadores foram a tônica de processos de design participativos para o desenvolvimento de novos sistemas para o ambiente de trabalho, em países como a Noruega, Finlândia, Suécia e Dinamarca (Ehn, 1988; Bødker 1996; Sanders & Stappers, 2008; Bannon & Ehn, 2013, Sanders & Stappers, 2014).

44 “... a social conversation in which different actors interact in different ways (from collaborating to conflicting) and at different times (in real time or off-line).”

De acordo com a cientista da computação Susanne Bødker, o que caracterizava os projetos escandinavos era uma abordagem baseada na investigação-ação, que explorava “a cooperação ativa entre investigadores e investigados”, onde os primeiros precisavam estabelecer um compromisso claro com os trabalhadores da organização com o objetivo de ajudar a melhorar a suas condições de trabalho (Bødker, 1996).

Nesses projetos, a transferência de valor deveria ser mútua, pois os resultados da investigação deveriam estar vinculados a entrega de algo relevante aos “investigados”, já que estes possuem “o mesmo direito de obter algo fora do projeto”⁴⁵ (Bødker, 1996, p. 218).

A abordagem dos países nórdicos ficou conhecida como design participativo (*Participatory design*), um processo orientado “para investigar, compreender, refletir, estabelecer, desenvolver e apoiar a aprendizagem mútua entre múltiplos participantes na ‘reflexão-em-ação’ coletiva”⁴⁶ (Robertson & Simonsen, 2013, p. 2).

No design participativo os participantes assumem ao mesmo tempo, as funções de designers e utilizadores, onde os primeiros precisam se esforçar para compreender os contextos dos problemas dos utilizadores, enquanto estes se esforçam para articular os objetivos desejados e aprender meios adequados para alcançá-los (Robertson & Simonsen, 2013).

Aqui cabe salientar a grande contribuição do investigador sueco Pelle Ehn (1988, 1993, 1997, 2000, 2010, 2013, 2014) professor emérito da Malmö University e do laboratório de investigação Medea da mesma instituição. Ehn vem atuando desde a década de 1970 em experiências que buscam aprimorar as práticas do design participativo nos países nórdicos.

45 “...the people with whom they work are equally entitled to get something out of the project.”

46 “...a process of investigating, understanding, reflecting upon, establishing, developing, and supporting mutual learning between multiple participants in collective ‘reflection-in-action’.”

O design participativo tem como um de seus marcos o projeto realizado entre 1971 e 1973 para o Sindicato dos Metalúrgicos da Noruega, chefiado pelo cientista da computação Kristen Nygaard um dos precursores da programação, análise e projeto orientados a objetos. Sua concepção de projeto era apoiada em um conceito de modelagem e sistemas direcionados a descrever, abstrair e simular fenômenos complexos da vida real (Ehn, 1988; Bannon & Ehn, 2013; Robertson & Simonsen, 2013).

A visão de Nygaard sobre projeto, objetos e sistemas exerceu forte influência em muitos investigadores no campo do design participativo, e o experimento norueguês influenciou o desenvolvimento de iniciativas similares com sindicatos da Suécia e Dinamarca (Bannon & Ehn, 2013).

A intenção na altura era dar apoio aos trabalhadores noruegueses na compreensão do funcionamento dos computadores e de suas aplicações, e assim tentar mudar a maneira como esses sistemas funcionavam ao permitir uma maior flexibilidade humana no seu uso (Bannon & Ehn, 2013).

A experiência de Nygaard foi preponderante para o surgimento dos primeiros projetos de design participativo com um foco claro em questões de design (Ehn, 1988; Bannon & Ehn, 2013).

Além de Nygaard, Pelle Ehn (1988) relata que também foi fortemente influenciado pelo trabalho de Paulo Freire, educador e pedagogo brasileiro que em 1968 publicou a obra “Pedagogia do oprimido” que trata do “método de conscientização”.

Para Ehn (1988), apesar de ser originalmente utilizado em um outro contexto, o de comunidades campesinas, a proposta de integração de uma epistemologia dialética e da teoria social como prática emancipatória de Freire foi preponderante pois centrava-se na “compreensão prática de que ‘estudantes’, ‘utilizadores’, etc. possuem contradições sociais, políticas e económicas, e suas

descobertas de formas de agir em situações opressivas”⁴⁷ (Ehn, 1988, p. 93).

Os conhecimentos de Nygaard e Freire, aliados as práticas de democracia industrial escandinava desenvolvidas no início dos anos 1970 constituíram a base de inspiração para o projeto DEMOS (Planeamento e controle democrático na vida profissional⁴⁸). Seu objetivo principal era desenvolver conhecimento sobre planeamento, controle e uso do computador que proporcionasse o aumento da democracia no espaço cotidiano dos trabalhadores (Carlsson, Ehn, Erlander, Perby, & Sandberg, 1978; Ehn, 1988).

Iniciado em 1975, o DEMOS teve a duração de 4 anos e foi financiado pela Fundação do Tricentenário do Banco da Suécia, pelo Fundo Sueco para o Ambiente de Trabalho e, já no seu final, pelo Centro Sueco para a Vida Profissional. A Confederação Sueca dos Sindicatos atuou como um grupo consultivo para o projeto ao fornecer dados sobre os trabalhadores (Ehn, 1988).

A intenção era que o conhecimento gerado no processo pudesse ajudar os trabalhadores perante negociações e ações judiciais, além de ser a base para o desenvolvimento de materiais educativos tanto para sindicatos como para escolas públicas (Carlsson et al., 1978).

O projeto DEMOS possuía uma conexão direta com os sindicatos e por isso seus métodos de investigação diferiam dos tradicionais, já que na época o habitual era que os processos investigativos fossem conduzidos por especialistas a pedido da gestão corporativa, sendo os resultados usados como base para decisões gerenciais das organizações, e não pelos trabalhadores que seriam diretamente afetados no dia a dia (Carlsson et al., 1978; Ehn, 1988).

47 “... on the practical understanding that ‘students’, ‘users’, etc. have of social, political and economic contradictions, and their discovery of ways for acting in oppressing situations.”

48 Democratic Planning and Control in Working Life.

Essa abordagem entrava em conflito com as necessidades dos trabalhadores, pois não transferiam o conhecimento necessário para avaliar as descobertas e recomendações dos especialistas e assim dar-lhes autonomia para contestá-las perante seus empregadores (Carlsson et al., 1978).

O método de trabalho do DEMOS foi orientado pela investigação-ação onde os próprios sindicatos locais, através do uso de “grupos de investigação”, conduziam estudos sobre as condições em seus locais de trabalho. Já os investigadores, participavam desses grupos como “pessoas-recurso” (*resource persons*) - onde o conhecimento acadêmico e o tempo destinado a investigação eram direcionados às demandas geradas pelos trabalhadores (Carlsson et al., 1978; Ehn, 1988).

Grupos de investigação foram iniciados em quatro empresas diferentes: uma oficina de reparos, um jornal, uma fábrica de metal e uma loja de departamentos, e eram constituídos por “alunos” e “professores” (Ehn, 1988).

O professor, investigador, designer, etc. precisava compartilhar a vida cotidiana de trabalho com os membros do grupo por algum tempo. Após a compreensão das questões apresentadas, eles atuavam formulando “temas generativos”, que eram constituídos por um conjunto de perguntas que pudessem ser úteis para gerar reflexão dentro dos grupos, a ideia era produzir um entendimento próprio da situação (Ehn, 1988).

Em seguida, as questões levantadas eram fundamentadas a partir da prática cotidiana dos trabalhadores, que em paralelo, geravam uma compreensão teórica da situação, baseada na reflexão social e histórica das circunstâncias apresentadas (Ehn, 1988).

O diálogo entre trabalhadores e “pessoas-recurso” era baseado nesses temas generativos e, no desdobramento do processo de aprendizado mútuo. Ehn (1988) exemplifica como isso ocorria na altura:

Por exemplo, um tema genérico sobre ‘nova tecnologia’ pode conter questões sobre habilidades, cooperação entre trabalhadores, controle do trabalho, ambiente de trabalho, qualidade do produto etc. Normalmente, eles serão formulados como efeitos contrastantes - habilidade artesanal versus trabalho desqualificado, etc.⁴⁹ (Ehn, 1988, p. 94).

Ehn (1988) atuou como uma “pessoa-recurso” na oficina de reparos e no jornal. Na primeira, o grupo de investigação desenvolveu alternativas para o planeamento da produção por computador e rejeitou um sistema baseado na divisão detalhada do trabalho e sugeriu um outro que pudesse apoiar o trabalho em grupo e o desenvolvimento de habilidades (Ehn, 1988).

Já no jornal, o grupo de investigação trabalhou na transição do método de impressão por composição de tipos móveis para o processamento de texto baseado em computador e a fotocomposição através do fotolito. Sendo que o foco da atuação estava centrado no impacto causado pelas mudanças no conteúdo do trabalho e na cooperação entre diferentes grupos de trabalhadores. O estudo gerou impacto significativo na alteração de planos gerenciais e técnicos para a gestão de pessoal, educação, investimentos, etc. (Ehn, 1988).

Pelle Ehn reconhece que o seu envolvimento no grupo de investigação do jornal foi preponderante para facilitar uma aproximação que proporcionou uma década de cooperação com sindicatos de trabalhadores gráficos em toda a Escandinávia, onde o foco foi o desenvolvimento de novas tecnologias para a indústria gráfica (Ehn, 1988).

49 “For example a generative theme on ‘new technology’ might contain questions about skills, cooperation between workers, control of the work, the work environment, quality of the product, etc. Typically they will be formulated as contrasting effects - craft-skill versus deskilled work, etc.”

E foi fruto dessa cooperação que surgiu o projeto UTOPIA (um acrônimo que nas línguas escandinavas significa Formação, Tecnologia e Produtos a partir da perspectiva da Qualidade do Trabalho) (Ehn, 1988; Suchman, 1988).

O projeto ocorreu entre os anos de 1981 e 1984, e foi patrocinado pelo Centro Sueco para a Vida Profissional e pelo Sindicato dos Trabalhadores Gráficos Nórdicos. Direcionado para atuar perante as mudanças tecnológicas ocorridas na altura e que impactaram de maneira significativa a indústria de jornais. O seu propósito era ir além de uma postura defensiva, orientada para a redução dos efeitos negativos da informatização no local de trabalho, propondo um experimento onde a nova tecnologia era utilizada para melhorar a eficácia das ferramentas e da organização do trabalho (Suchman, 1988).

Ehn (1988) aponta para uma mudança de abordagem de um caráter “reativo” baseado nos grupos de investigação, que foi adotada no projeto DEMOS, para um trabalho “proativo” no projeto de investigação e desenvolvimento UTOPIA.

O UTOPIA partia do princípio de oferecer uma alternativa que trazia autonomia para os trabalhadores gráficos que não podiam se opor à chegada da nova tecnologia. Já que para que pudessem defender seu ofício, eles também precisavam propor alternativas para as empresas onde atuavam.

O principal objetivo do projeto era contribuir para o desenvolvimento de ferramentas eficazes para a melhoria das habilidades dos trabalhadores gráficos. O que envolvia não somente o desenvolvimento da própria tecnologia, mas também das qualificações e do tipo de treinamento mais adequado (Ehn, 1988).

De acordo com Suchman (1988), o principal problema encontrado na época, estava relacionado ao impacto da informatização que restringia o envolvimento dos trabalhadores à defesa de questões habituais, como salários e segurança no emprego, já que os tecnólogos que estavam acima na hierarquia

decisória, eram resistentes e reduziam a participação dos trabalhadores no processo de desenvolvimento de novas tecnologias e rotinas de trabalho.

Os tecnólogos assinalavam que existia uma “ignorância tecnológica dos trabalhadores”, o que estabelecia um paradigma fundamentado na ideia de que existia uma “resistência dos trabalhadores à nova tecnologia como evidência de seu conservadorismo inato, enquanto permanecem cegos para a exclusão que cria essa resistência” ⁵⁰(Suchman, 1988, p. 179).

A experiência de Pelle Ehn e seus colegas com a investigação no ambiente sindical na década de 1970 estava direcionada para a compreensão da capacidade de influenciar na definição de novas tecnologias e na organização do trabalho em níveis locais, e com isso conseguir identificar uma série de problemas.

A questão principal era que os “graus de liberdade” disponíveis para projetar o conteúdo e a organização do trabalho com a tecnologia existente eram, com frequência, consideravelmente menores do que os exigidos para atender às demandas dos sindicatos (Ehn, 1988).

O foco do UTOPIA ainda estava no local de trabalho, entretanto foi necessário mudar a abordagem de investigação. Desse modo, foi necessário facilitar o apoio aos sindicatos locais em sua luta pela autonomia de interferir na tecnologia, treinamento e organização do trabalho, e por isso foi fundamental adotar uma estratégia ofensiva de longo prazo conduzida pelos sindicatos centrais (Ehn, 1988).

Esse cenário indicava que os sindicatos no nível central precisavam assumir a responsabilidade de trabalhar para soluções coletivas nas demandas locais, além de resguardar a atuação dos sindicatos dessas regiões.

50 “...workers’ resistance to new technology as evidence of their innate conservatism, while remaining blind to the exclusion that creates that resistance.”

A diferença entre os projetos DEMOS e UTOPIA residiu na forma condução do esforço de investigação. O primeiro estava concentrado no espaço de trabalho, e o segundo foi direcionado para ambientes de laboratórios de investigação e desenvolvimento.

Para que essa estratégia funcionasse foram selecionados trabalhadores gráficos habilidosos que ao mesmo tempo possuísem experiência sindical para atuar de forma conjunta com a equipe de design. Para tal foi estabelecido um compromisso em tempo parcial, para possibilitar que os trabalhadores pudessem realizar o cruzamento de suas experiências entre o ambiente do projeto UTOPIA e sua prática cotidiana de trabalho na indústria gráfica.

Ehn (1988) evidencia também que o acompanhamento atento dos sindicatos de trabalhadores gráficos da Escandinávia que contavam com um grupo formado por representantes da Suécia, Dinamarca, Finlândia e Noruega, foi essencial para criar uma cooperação mais estreita entre os países nórdicos e estabelecer uma abordagem proativa em relação ao impacto das novas tecnologias, e assim poder evitar a perda de qualificações e por consequência, os empregos na indústria gráfica.

Esses dois exemplos pioneiros do design participativo focado no desenvolvimento de sistemas apontam para uma prática com forte natureza política, vinculada a ideia de dar autonomia aos trabalhadores, o que indica uma diferença entre o caminho adotado pelos países nórdicos em detrimento àquele ocorrido nos Estados Unidos, onde a participação dos utilizadores tinha uma maior ênfase no auxílio ao desenvolvimento de produtos para o mercado.

Nesse sentido, Bannon e Ehn (2013) afirmam que o trabalho de Kristen Nygaard e seus colegas já indicava uma postura política mais explícita e distinta, inspirada nos projetos desenvolvidos pelo grupo de investigadores do Instituto Tavistock de Relações Humanas no Reino Unido, no pós-segunda guerra.

O Tavistock utilizava a investigação-ação para tentar alterar situações, e não somente estudá-las, a partir de uma perspectiva baseada na constituição de “sistemas sociotécnicos”. O conceito foi influenciado por diversos estudos e experiências que explicitaram a necessidade de vinculação dos sistemas sociais e técnicos em um único sistema.

A primeira influência veio de Lewis Mumford, historiador norte-americano que em 1937 escreveu “*Technics and Civilizations*” onde apresentava a perspectiva que a antropologia e a história cultural sugeriam que as culturas material e simbólica de uma sociedade estariam entrelaçadas em uma teia complexa de causalidade mútua (Trist, 1950 apud Trist, 1981).

Isso se deve ao facto de que “As escolhas tecnológicas feitas por uma sociedade são expressões críticas de sua visão de mundo. À medida em que novas tecnologias se desenvolvem, novas possibilidades sociais podem ou não ser adotadas”⁵¹ (Trist, 1981, p. 13).

Outro fator relevante para a fundamentação do conceito de sistemas sociotécnicos foram as experimentações ocorridas no front de batalha da segunda grande guerra, onde a tecnologia militar dava oportunidade para as formações de pequenos grupos, reconhecendo seu poder para tomar decisões flexíveis e permanecer coesos sob condições inesperadas.

Um dos fundadores do Tavistock, o psicólogo britânico Eric Trist participava das Juntas de Seleção do Gabinete de Guerra que na altura, buscava uma reformulação do papel dos oficiais de baixa patente e do tipo de relações (mais abertas e democráticas) mantidas entre eles e seus subordinados.

Na altura, as Juntas utilizavam o método de “grupos sem líder” do psicanalista Wilfried R. Bion (1946), que possibilitava o surgimento e rotatividade da liderança em uma variedade de

51 “The technological choices made by a society are critical expressions of its world view. As new technologies develop, new societal possibilities may or may not be taken up.”

configurações de grupo (Trist, 1981).

Anos depois no pós-guerra, Bion consolidou seu método ao introduzir grupos de terapia no Tavistock. Uma influência paralela foi a das experiências de Kurt Lewin, psicólogo alemão, um dos precursores da psicologia organizacional e do uso da investigação-ação no estudo das relações interpessoais e tomada de decisões em grupo.

As tradições de Bion e Lewin se fundiram no Tavistock. Onde Bion estava focado nos fatores inconscientes que obstruem a êxito de propósitos e na criatividade em grupo, enquanto Lewin concentrou-se no compromisso com a ação que emergia da participação e da superioridade de desempenho do modo democrático. Ambos buscaram enfatizar a capacidade que pequenos grupos tinham de se autorregular, um aspecto da teoria de sistemas que recebia atenção crescente à medida em que os estudos sobre cibernética se desenvolviam (Trist, 1981).

Entretanto, o Tavistock começa a desenvolver de facto o conceito “sociotécnico” a partir de 1949, como esforço de reconstrução da indústria britânica no pós-guerra, em um momento em que se fazia necessário a melhoria de qualidade de trabalho no setor de mineração de carvão. Na altura, o carvão era a principal fonte de energia no Reino Unido, por ter uma oferta abundante e barata (Trist, 1981).

Porém, a indústria do carvão havia sido recém-nacionalizada e enfrentava problemas, pois sua produtividade não aumentara com o incremento da mecanização e os trabalhadores estavam deixando as minas em grande número, atraídos por oportunidades mais vantajosas em outros setores fabris. Entre os que permaneceram na indústria, o índice de absenteísmo ficara na faixa dos 20% e as disputas trabalhistas aumentaram apesar das melhores condições de trabalho (Trist, 1981).

A Diretoria Nacional do Carvão, órgão criado pelo estado britânico para gerir a nacionalização, contratou o Tavistock para realizar um estudo comparativo entre duas minas, uma com alta

e outra com baixa produção e motivação.

Na altura, a abordagem sociotécnica utilizada pelo Tavistock, indicou a fragilidade da estratégia até então adotada por engenheiros que acreditavam ser mais importante adequar as pessoas às condições impostas pela tecnologia, e não o contrário. E nesse sentido, os investigadores do Tavistock não tinham como foco o design da tecnologia em si, mas em como a tecnologia seria introduzida e utilizada (Bannon & Ehn, 2013).

Para isso era necessário tratar os sistemas sociais e técnicos de forma conjunta. E isso foi feito a partir de uma reformulação conceitual proposta por um grupo de investigadores liderados por Eric Trist, que tratavam as organizações de trabalho como “sistemas” sociotécnicos, e não apenas sistemas sociais e técnicos isolados. O termo “sistema” foi incorporado como referência a “teoria dos sistemas abertos”, desenvolvida pelo biólogo/cibernetista Ludwig von Bertalanffy em 1950 (Bannon & Ehn, 2013).

Outro investigador do Tavistock, o psicólogo australiano Fred Emery, aprofundou o caráter “sistémico” da abordagem sociotécnica. Emery se apoiava na ideia de que um sistema de trabalho era formado por um sistema social e outro técnico que interagiam com um ambiente externo (tanto a organização na qual as pessoas estão trabalhando, quanto o ambiente no qual a empresa atua) e que esses subsistemas precisavam estar “em equilíbrio” para obter uma saída ideal para todo o sistema. (Bannon & Ehn, 2013).

O trabalho de campo do Tavistock foi realizado por seis bolsistas de pós-graduação que faziam parte do grupo de investigadores e que foram treinados para este propósito. Três haviam sido associados aos sindicatos e um deles, Ken Bamforth, era mineiro. Após um ano, os mesmos foram encorajados a visitar as indústrias a que foram vinculados e fazer um relatório sobre quaisquer novas percepções sobre o impacto do trabalho realizado (Trist, 1981).

E foi justamente Bamforth que encontrou conclusões significativas sobre o estudo junto a uma mina de carvão na região de South Yorkshire, Inglaterra.

Para Trist (1981), os resultados encontrados por Bamforth, permitiram desenvolver princípios que ajudariam a combinar as exigências dos sistemas social e técnico, estabelecendo novos paradigmas para o espaço de trabalho, entre eles:

1. O sistema de trabalho deveria compreender uma unidade básica, um conjunto de atividades constituídas em um todo funcional, e não somente funções individuais dispersas;

2. O grupo de trabalho adquiriu um valor adicional na manutenção do emprego individual;

3. A regulação interna do sistema deveria ocorrer a partir do grupo de trabalho ao invés da usual regulação externa conduzidas por supervisores;

4. O princípio de design utilizado e que havia sido desenvolvido por Fred Emery, era baseado na “redundância de funções” que através do incentivo ao desenvolvimento de múltiplas habilidades do indivíduo aumentava de forma exponencial o repertório de respostas do grupo. Era uma oposição a mecanicista “redundância de partes” presente na divisão do trabalho da teoria de Adam Smith, que reduzia o poder de ação do trabalhador. Por sua vez, a “redundância de funções” tinha caráter orgânico e ao aumentar o repertório a ser utilizado em situações diversas, proporcionava a otimização e flexibilidade adaptativa do sistema;

5. O sistema tratava o indivíduo como complementar à máquina e não como uma extensão dela;

6. É preciso aumentar a variedade tanto para o indivíduo quanto para a organização, atuando através de uma perspectiva multifuncional, em vez da diminuição ocorrida no modo burocrático convencional.

As conclusões de Trist e Bamforth apontaram que para

conseguir alcançar os objetivos esperados, era necessária a interdependência entre o sistema social (as partes interessadas) e sistema técnico (recursos materiais, físicos e tecnológicos).

A experiência do Tavistock trouxe a compreensão de que os indivíduos mudam seus valores e expectativas em relação aos papéis do trabalho à medida em que o processo histórico de uma sociedade se desenrola. Por outro lado, mudanças tecnológicas apresentam transformações de valores, estruturas cognitivas, estilos de vida, configurações de habitats e comunicação que alteram de maneira profunda uma sociedade e suas chances de sobrevivência. Nesse sentido, os fenômenos sociotécnicos são contextuais e organizacionais (Trist, 1981).

O que Trist e seus colegas constataram é que as organizações devem ser em sua essência sociotécnicas, pois dependem do funcionamento entrelaçado de seus meios físico e social, ou seja, trabalham na confluência entre um sistema humano e um outro não humano.

Como tratarei no capítulo 5, o uso da perspectiva democrática do design participativo aliado ao método da investigação-ação foi o caminho adotado para a compreensão das questões sociais encontradas. Observar os contextos apresentados como sistemas sociotécnicos foi primordial para o entendimento das forças e fragilidades que podem proporcionar a sustentabilidade do projeto nos bairros investigados.

3.4. Referências bibliográficas do capítulo

- Abercrombie, N., Hill, S., & Turner, B. S. (2006). *The Penguin dictionary of sociology* (5th ed.). London, UK: Penguin.
- Armstrong, L., Bailey, J., Julier, G., & Kimbell, L. (2014). *Social Design Futures: HEI Research and the AHRC*. Brighton, UK: Arts & Humanities Research Council; University of Brighton. Obtido em: <https://mappingsocialdesign.files.wordpress.com/2014/10/social-design-report.pdf>
- Baek, J. S., Meroni, A., & Manzini, E. (2015). A socio-technical approach to design for community resilience: A framework for analysis and design goal forming. *Design Studies*, 40, 60–84. Obtido em: <https://doi.org/10.1016/J.DESTUD.2015.06.004>
- Barnbrook, J., Bell, N., Blauvelt, A., Bockting, H., Bloom, I., Bretteville, S. L. de, ... Wilkinson, B. (1999). First Things First Manifesto 2000. *Eye Magazine*. Obtido em: <http://www.eyemagazine.com/feature/article/first-things-first-manifesto-2000> Acedido em: 7 abr. 2017.
- Bannon, L. J., & Ehn, P. (2013). Design matters in participatory design. In J. Simonsen & T. Robertson (Eds.), *Routledge International Handbook of Participatory Design* (1st ed., pp. 37–63). New York, NY: Routledge. Obtido em: <http://doi.org/10.4324/9780203108543.ch3>
- Binder, T., Brandt, E., Ehn, P., & Halse, J. (2015). Democratic design experiments: between parliament and laboratory. *CoDesign*, 11(3-4), 152-165. Obtido em: <https://doi.org/10.1080/15710882.2015.1081248>
- Bicknell, J., & McQuiston, L. (Eds.). (1977). *Design for need: the social contribution of design* (1st ed.). London, UK: ICSID by Pergamon Press.
- Bonsiepe, G. (2006). Design and Democracy. *Design Issues*, 22(2), 27–34. Obtido em: <https://doi.org/10.1162/>

desi.2006.22.2.27

- Bonsiepe, G. (2011). *Design, cultura e sociedade* (1st ed.). São Paulo, SP: Blucher.
- Bødker, S. (1996). Creating conditions for participation: Conflicts and resources in systems development. *Human-Computer Interaction*, 11, 215–236.
- Bødker, S., Ehn, P., Sjögren, D., & Sundblad, Y. (2000, october). *Co-operative Design — perspectives on 20 years with the Scandinavian IT Design Model*. Keynote presentation, Proc. NordiCHI 2000, Stockholm (Sweden). Obtido em: <https://www.lri.fr/~mbl/ENS/DEA-IHM/papers/Utopia.pdf>
- Björqvinnsson, E., Ehn, P., & Hillgren, P.-A. (2010). Participatory design and “democratizing innovation”. In *Proceedings of the 11th Biennial Participatory Design Conference on - PDC '10* (pp. 41–50). New York, NY: ACM Press.
- Buscher, M., Hemment, D., & Sangiorgi, D. (2008). *Everyday imagination, practices, systems: designing with people for systemic change*. Paper presented at Changing the Change conference, Turin, Italy.
- Cardoso, R. (2012). *Design Para Um Mundo Complexo* (1st ed.). São Paulo, SP; Cosac Naify.
- Carlsson, J., Ehn, P., Erlander, B., Perby, M.-L., & Sandberg, Å. (1978). Planning and control from the perspective of labour: A short presentation of the demos project. *Accounting, Organizations and Society*, 3(3–4), 249–260.
- Cipolla, C., & Peruccio, P. P. (Eds). (2008). *Changing the Change: Design, Visions, Proposals and Tools*. Turin, IT: Allemandi. Obtido em: <http://www.allemandi.com/university/etc.pdf>
- Conway, P. (1973). Industrial Design USA: Human Systems. *Design Quarterly*, 88, 5–40. Obtido em: <http://www.jstor.org/stable/4090828>

- Cornford, C. (1977). Introduction. In J. Bicknell & L. McQuiston (Eds.), *Design for Need* (pp. 7–8). London, UK: ICSID by Pergamon Press. Obtido em: <http://doi.org/https://doi.org/10.1016/B978-0-08-021500-6.50006-9>
- Cross, N. (Ed.) (1972). Design participation: In: *Proceedings of the Design Research Society's Conference DRS 1971* (1st ed.). London, UK: Academy Editions.
- Cunha, A. G. da. (2010). *Dicionário Etimológico da língua portuguesa* (4th ed.). São Paulo, SP: Lexicon.
- Davis, L. (2017, Outubro 03). *Palestra - Transformação Criativa: Design Social, por Lee Davis* [ficheiro em vídeo]. Obtido em: https://www.youtube.com/watch?v=mKuaJcLg_es&t=3s Acedido em: 5 fev. 2018.
- Del Gaudio, C., Franzato, C., & Oliveira, A. J. de. (2016). Hope against hope: tackling social design. *Journal of Design Research*, 14(2), 119-141. Obtido em: <http://doi.org/10.1504/JDR.2016.077009>
- Design History (n.d.). *The First Things First Manifesto*. [online] Obtido em: <http://www.designishistory.com/1960/first-things-first/> Acedido em: 5 dez. 2014.
- Ehn, P. (1988). *Work-Oriented Design of Computer Artifacts*. Umeå Universitet.
- Ehn, P. (1993). Scandinavian design: On participation and skill. In D. Schuler & A. Namioka (Eds.), *Participatory Design: Principles and Practices* (1st ed., pp. 41–77). New Jersey, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Ehn, P., & Löwgren, J. (1997). Design for Quality-in-use: Human-Computer Interaction Meets Information Systems Development. In M. G. Helander, T. K. Landauer, & P. V. Prabhu (Eds.), *The Handbook of Human-Computer Interaction* (2nd ed., pp. 299–313). Amsterdam: Elsevier Science.
- Ehn, P., Nilsson, E. M., & Topgaard, R. (2014). *Making futures:*

marginal notes on innovation, design, and democracy.
MIT Press Books.

- Fallan, K. (2011). "The 'Designer' - The 11th Plague": Design Discourse from Consumer Activism to Environmentalism in 1960s Norway. *Design Issues*, 27(4), 30–42.
- Ferreira, A. B. de H., Ferreira, M. B., & Anjos, M. dos. (2010). *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba, PR: Editora Positivo.
- Fry, T. (2011). *Design as politics*. Oxford, UK; New York, NY: Berg.
- Fuad-Luke, A. (2009). *Design Activism. Beautiful strangeness for a sustainable world*. London, UK: Earthscan.
- Fuad-Luke, A., Hirscher, A.-L., & Moebus, K. (Eds.). (2015). *Agents of Alternatives: Re-designing Our Realities* (1st ed.). Berlin: Agents of Alternatives.
- Garland, K. (1964). First things first manifesto. Obtido em: <http://www.kengarland.co.uk/KG-published-writing/first-things-first/> Acedido em: 7 abr. 2017.
- Giddens, A. (2003). *A Constituição da sociedade* (2nd ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Hamdi, N. (2004). *Small change: about the art of practice and the limits of planning in cities*. London, UK: Earthscan.
- Heller, C. (2018). Taking the Measurement of a New Approach to Very Old Challenges. In S. Heller & V. Vienne (Eds.), *Citizen Designer: Perspectives on Design Responsibility*. (2nd ed., n.p.). New York, NY: Allworth Press.
- Heller, S., & Vienne, V. (2018). *Citizen Designer: Perspectives on Design Responsibility* (2nd ed.). New York, NY: Allworth Press.
- Hillgren, P.-A., Seravalli, A., & Emilson, A. (2011). Prototyping and infrastructuring in design for social innovation. *Co-design*, 7(3/4), 169–183. Obtido em: <http://doi.org/10.10>

80/15710882.2011.630474

- IDEO.ORG, & Rockefeller Foundation. (2008). *Design for Social Impact: How-to Guide*. New York, NY: IDEO and Rockefeller Foundation.
- Johnson, A. G. (1997). *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica* (1st ed.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Kornblum, W., Julian, J., & Smith, C. D. (2012). *Social problems*. Pearson Education.
- Lasky, J. (2013). *Design and Social impact*. New York, NY: Cooper Hewitt, The Lemelson Foundation, and the National Endowment for the Arts. Obtido em: <https://www.cooperhewitt.org/publications/design-and-social-impact/>
- Leon-Guerrero, A. (2015). *Social problems: community, policy, and social action* (5th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Lie, I. K. (2016). “Make Us More Useful to Society!”: The Scandinavian Design Students’ Organization (SDO) and Socially Responsible Design, 1967–1973. *Design and Culture*, 8(3), 327–361. Obtido em: <https://doi.org/10.1080/17547075.2016.1223363>
- Margolin, V., & Margolin, S. (2002). A “Social Model” of Design: Issues of Practice and Research. *Design Issues*, 18(4), 24–30. Obtido em: <http://doi.org/10.1162/074793602320827406>
- Margolin, V., Bonsiepe, G., M’Rithaa, M. K., Er, A. H., Sen, A., Poovaiah, R., ... UNIDO. (2015). *Design e Desenvolvimento: 40 Anos Depois* (G. Patrocínio & J. M. N. Nunes, Eds.) (1st ed.). São Paulo, SP: Blucher.
- Manzini, E. (2008). *Design para a inovação social e sustentabilidade* (1st ed.). Rio de Janeiro, RJ: E-papers.
- Manzini, E. (2015). *Design, when everybody designs: an introduction to design for social innovation*. The MIT Press.

- Mills, C. W. (2000). *The sociological imagination*. New York, NY: Oxford University Press.
- Mills, C. W. (2009). *Sobre o Artesanato Intelectual e Outros Ensaio*s. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Moniz, F. F. de S. (2001). *Dicionário Latim-Português* (2nd ed.). Porto, PT: Porto Editora.
- Morelli, N. (2007). Social Innovation and New Industrial Contexts: Can Designers “Industrialize” Socially Responsible Solutions? *Design Issues*, 23(4), 3–21.
- Morelli, N., Jonas, W., & Munch, J. (2008). Product service systems and non-market oriented approach. In C. Cipolla & P. P. Peruccio (Eds.), *Changing the Change: Design, Visions, Proposals and Tools* (p. 17). Torino, IT: Allemandi.
- Murray, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G (2010). *The Open Book of Social Innovation*. The Young Foundation / NESTA.
- Papanek, V. (1973). *Design for the real world. Design for the Real World: Human Ecology and Social Change*. Toronto, CA/New York, NY/London, UK: Bantam Books.
- Pedersen, J., & Buur, J. (2000). Games and Movies: Towards Innovative Co-design with Users. In S. A. R. Scrivener, L. J. Ball, & A. Woodcock (Eds.), *Collaborative Design: Proceedings of Co-designing 2000* (1st ed., pp. 93–100). London, UK: Springer-Verlag.
- Peruccio, P. P. (2017). As redes do design: comunidade, microempresa e território. In L. Krucken, A. Mol, & D. Luz (Eds.), *Territórios criativos: Design para a valorização da cultura gastronômica e artesanal* (1st ed., pp. 47–59). Belo Horizonte, MG: Editora Atafona.
- Poynor, R. (2010). *First Things When Exactly? Response_Ability Presentations*. Obtido em: <http://www.response-abilityconference.com/presentations> Acedido em: 12 dez. 2017.

- Quito, A. (2016). “No free work” is the wrong advice for creative people: Career advice from graphic design legend Paula Scher. *Quartz*. Obtido em: <https://qz.com/817958/no-free-work-is-the-wrong-advice-for-creative-people-career-advice-from-graphic-design-legend-paula-scher/> Acedido em: 12 abr. 2018.
- Ritzer, G. (2005). *Encyclopedia of Social Theory* (Vol II). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.
- Roberts, L. (2009). *Good: ética en el diseño gráfico* (1st ed.). Barcelona, ES: Index Books.
- Robertson, T., & Simonsen, J. (2013). Participatory Design: an introduction. In T. Robertson & J. Simonsen (Eds.), *Routledge International Handbook of Participatory Design* (1st ed., pp. 1–17). New York, NY: Routledge
- Robertson, T., & Wagner, I. (2013). Ethics: engagement, representation and politics-in-action. In J. Simonsen & T. Robertson (Eds.), *Routledge International Handbook of Participatory Design* (1st ed., pp. 64–85). New York, NY: Routledge.
- Rodrigues, D., Franzato, C., & Almendra, R. (2016). Design Social: Fundamentos, tendências e contribuições para transformação social em processos de microplanejamento. In *Actas do 5º Encontro de Doutoramentos de Design* (pp. 214–221). Aveiro, PT: Universidade de Aveiro.
- Sanders, E. B.-N. (2014). Perspectives on Design in Participation. In C. Mareis, M. Held, & G. Joost (Eds.), *Wer Gestaltet die Gestaltung? Praxis, Theorie und Geschichte des Partizipatorischen Designs* (pp. 65–78). Verlag.
- Sanders, E. B.-N., & Stappers, P. J. (2008). Co-creation and the new landscapes of design. *Co-design*, 4(1), 5–18. Obtido em: <http://doi.org/10.1080/15710880701875068>
- Sanders, E. B.-N., & Stappers, P. J. (2014). *Convivial toolbox: generative research for the front end of design* (2nd ed.).

Amsterdam: BIS.

Sennett, R. (2012). *Together: The rituals, pleasures and politics of cooperation* (1st ed.). New Haven & London: Yale University Press.

Schuler, D., & Namioka, A. (1993). *Participatory design: Principles and practices. Participatory Design: Principles and Practices* (1st ed.). New Jersey, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Scrivener, S. A. (2005). Editorial. *Co-Design*, 1(1), 1–4.

Scrivener, S. A., Ball, L. J., & Woodcock, A. (Eds.). (2000). *Collaborative Design: Proceedings of CoDesigning 2000*. London, UK: Springer-Verlag. Obtido em: <https://doi.org/10.1007/978-1-4471-0779-8>

Shea, A. (2012). *Designing for social change: strategies for community-based graphic design* (1st ed.). Princeton Architectural Press.

Scher, P. (2012a, maio, 11). What design can do! (WDCD team, Interviewer). In *What design can do!* (pp. 62-63). Lenoir Schuring. Obtido em: https://issuu.com/whatdesigncando/docs/wdcd12_book_web_issuu Acedido em 12 abr. 2018.

Scher, P. (2012b, Maio 11). *Paula Scher - What Design Can Do 2012* [ficheiro em vídeo]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-oT3L-UC4iA&t=1030s> Acedido em: 12 abr. 2018.

Shedroff, N. (2009). *Design is the problem: the future of design must be sustainable*. New York, NY: Rosenfeld Media.

Suchman, L. (1988, abr.). Designing with the user: book review of Computers and democracy: a Scandinavian challenge. *ACM Transactions on Information Systems*, New York, NY, 6(2), 173–183.

Tan, L. (2008). Design in public sector services: insights into the designs of the time 2007 (Dott 07) public design commission projects. *Changing the Change*.

- Tavares da Silva, M. C. (1967). Reflexão sobre o conceito de problema social—I. *Análise Social*, 5(17), 5-22. Obtido em: <http://www.jstor.org/stable/41007851>
- Thackara, J. (2005). *In the Bubble: Designing in a Complex World*. London, UK: The MIT Press. Obtido em: <http://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- The Typographic Circle (2005). *Ken Garland | Just where do we go from here?* Obtido em: <https://www.typocircle.com/portfolio/ken-garland-just-where-do-we-go-from-here/> Acedido em: 12 jan. 2018.
- Trist, E., & Ontario Quality of Working Life Centre (1981). *The evolution of socio-technical systems: a conceptual framework and an action research program*. Toronto, CA: Ontario Quality of Working Life Centre.
- Vezzoli, C., & Manzini, E. (2008). *Design for environmental sustainability*. Milan, IT: Springer.
- Veiga, I., & Almendra, R. (2014). Social Design Principles and Practices. In Y.-K. Lim, K. Niedderer, J. Redström, E. Stolterman, & A. Valtonen (Eds.), *Proceedings of DRS 2014: Design's Big Debates* (pp. 572–283). Umeå, Sweden: Umeå Institute of Design, Umeå University. Obtido em: <http://www.drs2014.org/media/654353/0307-file1.pdf>
- Young, R. (2010) *Developments in service design thinking and practice*. In: *Embracing Complexity in Design* (pp. 161-175). New York, NY: Routledge.
- Whiteley, N. (1993). *Design for society*. London, UK: Reaktion Books.

CAPÍTULO 04

PREPARANDO O TRABALHO DE CAMPO

4. Preparando o trabalho de campo

No primeiro capítulo deste documento relatei o percurso que me influenciou na escolha do tema proposto. Já nos dois subsequentes pude aprofundar questões que perpassaram as minhas experiências como estudante e professor, e assim revisitar autores que influenciaram minha perspectiva sobre o pensamento e o papel social do design.

Neste quarto capítulo tratarei das bases que fundamentaram o trabalho desenvolvido no campo. Para isso, inicio aqui um processo de compreensão de como são formados os públicos de interesse em torno das questões sociais no design participativo, onde o contexto foi o de bairros vulneráveis das cidades de Lisboa (Portugal) e São Luís (Brasil).

Nesse sentido, surge a necessidade de entender como os empreendimentos apoiados em processos de design participativo iniciam, e a partir de que visão são construídas as suas questões, se estas são abertas ou fechadas, além de verificar qual o nível de participação daqueles que serão afetados de maneira direta pela solução proposta.

Outro ponto relevante é compreender como a cultura de design poderá conectar o design especialista com o design amador e assim potencializar a capacidade de identificar as questões, construir soluções, implementá-las e proporcionar a continuidade das mesmas.

Manzini indica que o nascimento e sobrevivência dessas iniciativas à longo prazo dependem de uma dinâmica complexa baseada em novas formas de organização que promovem inovações sociais na vida quotidiana, que são denominadas como Comunidades Criativas (Manzini, 2008, 2015).

Essas comunidades são formadas por “pessoas que, de forma colaborativa, inventam, aprimoram e gerenciam soluções inovadoras para novos modos de vida” (Meroni, 2007 apud Manzini, 2008, p. 64).

Manzini aponta ainda, que a participação direta e ativa dessas partes interessadas se dá através de interações diversas, que podem ser iniciadas “de baixo para cima” (*bottom-up*). Mas sua sustentabilidade depende com frequência do conhecimento gerado através da cooperação com outras organizações similares a partir de relacionamentos “entre pares” (*peer-to-peer*) e pela intervenção de instituições, organizações cívicas ou empresas que atuam com uma abordagem “de cima para baixo” (*top-down*) (Manzini, 2008).

Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) utilizam a metáfora das “abelhas” e “árvores” para explicar as interações que geram a inovação social. As “abelhas” seriam os indivíduos e pequenas organizações que possuem ideias e imaginação. Já as “árvores”, representam as instituições maiores que detêm poder e dinheiro, mas que de forma geral não são tão boas em pensar de forma inovadora. “Sozinhas, as abelhas não conseguem atingir o impacto. Por conta própria, as árvores acham difícil se adaptar”¹ (Murray et al., 2010, p. 125).

Os casos que influenciaram esta investigação e que foram relatados no capítulo 1, apresentaram cenários onde as questões e as estratégias para a busca das soluções tiveram interações e abordagens diversas.

No caso do Sustentar Desterro, o processo participado foi conduzido a partir de uma questão fechada, que utilizou uma abordagem “de cima para baixo” onde o SEBRAE-MA, que era o financiador da iniciativa, definiu previamente a solução que estaria enquadrada no âmbito do desenvolvimento económico, ao propor o projeto de uma marca territorial para o bairro.

Apesar do processo ter sido conduzido com efetiva participação dos moradores (o que acabou por proporcionar a aceitação unânime do resultado), estes pouco interferiram no desenvolvimento da ideia proposta, que ficou a cargo da

¹ “On their own, the bees can’t achieve impact. On their own, the trees find it hard to adapt.”

equipa de designers, e não tiveram qualquer autonomia para implementá-la, papel que supostamente seria do SEBRAE-MA.

O segundo projeto, o *DREAM:In* - Brasil e sua metodologia que procurava questões a partir da captação de sonhos, iniciou com a perspectiva de ser constituída por uma interação *bottom-up*, mas acabou por se configurar em uma abordagem *top-down*.

Como demonstrado no capítulo 1, na etapa chamada de “Conclave”, configurada como um workshop final para o desenvolvimento das ideias e propostas para possíveis investidores, mesmo com a tentativa de trazer parte dos “sonhadores” entrevistados para o processo, poucos foram aqueles que se habilitaram a participar do evento, e assim a perspectiva dos designers (que estavam em maioria) sobrepujou a dos que deveriam ser impactados pelas propostas.

Já o terceiro projeto que inspirou esta investigação, a iniciativa “A Batata precisa de você” foi conduzida desde o seu princípio, através de interações *bottom-up* e *peer-to-peer*. Com o propósito de ocupar o espaço do Largo do Batata, um grupo composto inicialmente por dez pessoas foi sendo ampliado à medida que novas questões sobre a melhor forma de ocupar o espaço eram levantadas.

Dentro destas três iniciativas relatadas, começo a demarcar o caminho a ser adotado no trabalho de campo desta investigação, através de dois dos vários princípios do projeto de ocupação do Largo da Batata.

O primeiro deles está relacionado ao “Direito à cidade” termo cunhado em 1968 pelo sociólogo Henri Lefebvre, conceito que estava apoiado no direito “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc” (Lefebvre, 2008, p. 139).

O que Lefebvre pregava era a ideia de que os cidadãos têm direitos, e estes não estão relacionados somente a infraestrutura e serviços necessários a vida urbana, mas também ao direito de

transformá-la, intervindo e inventando uma nova cidade a partir da vida cotidiana.

Nesse sentido, o trabalho realizado na região do Batata pelo coletivo “A batata precisa de você” representa de forma clara a perspectiva de Lefebvre ao propor formas de uso e ocupação do espaço público a partir da visão daqueles que utilizam o Largo.

O segundo conceito do projeto é o “Urbanismo Tático”, que se baseia em ações no ambiente urbano através de interações de baixo para cima (*bottom-up*), com baixo custo (*low-cost*), desenvolvidas e implementadas em tempo curto, e com baixa tecnologia (*low-tech*) e que adotam uma microescala de intervenção, com o objetivo de aprimorar uma pequena parte da cidade (Coletivo A batata precisa de você, 2015; Lydon & Garcia, 2012).

Para Lydon, Bartman, Garcia, Preston e Woudstra (2012) o Urbanismo Tático é um exercício de melhoria da habitabilidade das cidades que geralmente começa na escala da rua, do bloco ou da construção. Uma abordagem que permite o teste de novos conceitos por atores locais antes de assumir compromissos políticos e financeiros substanciais.

Em algumas situações essas ações poderão ser aceites por um maior número de pessoas e assim ser ratificadas pelo poder público, em outras são abandonadas sem que haja grandes prejuízos materiais e sociais. Lydon et al. (2012) colocam que essas ações são também conhecidas como “urbanismo guerrilheiro”, “urbanismo pop-up”, “reparação urbana” ou “urbanismo faça você mesmo (D.I.Y.)” (p. 1).

As ações de Urbanismo Tático têm “forte caráter político, uma vez que expõem carências de espaços públicos e demandas da população que vive ou passa por esses locais” (Coletivo A batata precisa de você, 2015, p. 22).

No entanto há diferenças significativas entre a abordagem do Urbanismo Tático e as das que pretendo trabalhar nos experimentos de campo desta investigação.

O Urbanismo Tático é geralmente conduzido pelo que Nogueira e Portinari (2016) denomina como “classe criativa”, aquela que engloba os arquitetos, designers e artistas. Já nesta investigação, pretendo observar como estes profissionais irão se relacionar de maneira horizontal com a criatividade que emerge daqueles que vivem em cenários de escassez como os do bairros a ser investigado, que utilizam os modos de fazer do design da gambiarra, amador e difuso.

Outro aspecto que se diferencia é que o foco de atuação do Urbanismo Tático está direcionado “a locais destinados ao lazer e à sociabilidade, tais como praças” e outros espaços de encontro (Nogueira & Portinari, 2016, p. 180).

Já no contexto desta investigação o objeto de intervenção se amplia para os modos de vida na escala do bairro, no espaço da vida quotidiana. O bairro que para Lefebvre (1978) é o “microcosmo do peão” que percorre um determinado espaço sem ter que usar um carro.

E é justamente nesse “raio de ação de um cidadão que se desloca a pé”, e dessa forma, quando trabalhamos na escala do bairro, estamos a atuar no nível onde “o espaço e o tempo dos habitantes tomam forma e significado no espaço urbano” (Lefebvre, 1978, pp. 201-202).

A vida de bairro não está fechada em si, pois é comum que seus moradores necessitem se deslocar para outras áreas para trabalhar, estudar ou procurar diversão, mas até mesmo “o mais citadino dos cidadãos” (Jacobs, 1961/2014, “Os usos dos bairros”, para. 15) se preocupa com as condições de vida da rua ou bairro onde mora, e por isso dependem da qualidade de vida nessa escala.

Jacobs afirma ainda que mesmo que aqueles que façam parte de uma vizinhança não tenham nada em comum além do facto de compartilharem um determinado espaço geográfico, ainda assim, se não cuidarem do bairro de forma adequada, poderão verificar que “esse espaço entrará em decadência. Por isso, não existe

um “eles” incrivelmente onisciente e dinâmico que assuma o comando e se encarregue da autogestão” (Jacobs, 2014, “Os usos dos bairros”, para. 16).

Entretanto, em muitas ocasiões os moradores perdem a capacidade de atuar de maneira coletiva, realidade presente em bairros vulneráveis, onde muitas vezes a necessidade de sobrevivência sobrepõe o interesse comum. Nesse sentido é importante observar como a cultura de design pode colaborar para a formação de públicos em torno de questões comuns.

De facto, uma das maiores vantagens de viver em uma cidade é poder constituir comunidades com interesses comuns. Entretanto, na teia da cidade, o bairro não é uma estrutura isolada ou autossuficiente (Jacobs, 1961/2014; Lefebvre, 1978), já que depende de forma intrínseca de outras mais amplas, como os municípios, o poder político e as instituições. O que exige contar com agentes que possuam acesso àqueles que detém o poder político e administrativo (Jacobs, 1961/2014).

O que implica atuar de forma política, no sentido definido por Bonsiepe (2011) como:

o domínio onde os membros de uma sociedade discutem e decidem o tipo de sociedade em que querem viver. A política vai muito além dos programas ou das orientações dos partidos políticos. O cuidado público é um dever político que deve ir além dos interesses momentâneos do governo - ou, pelo menos, deveria ser orientado além de programas de curta duração (p. 37).

Deleuze e Guattari (1996) nos lembra que “tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica” (p. 90). É importante especificar que “macro” e “micro” não

se relacionam “a grande e pequeno nem tampouco a Estado e sociedade em oposição a casais ou grupos pequenos” (Mejía, 2012, p. 3).

Para Rolnik (2006), “Macro” é a política no plano do “mapa”, onde “delineia-se o encontro dos territórios”, que cobre apenas a instância do visível. É nesse plano que “a individuação forma unidades e a multiplicidade, totalizações” (p. 60).

Já o “Micro” é a política do plano da “cartografia”, onde não há unidades na individuação. Ela reside na linha dos afetos não subjetivados (Rolnik, 2006; Mejía, 2012). E é nesse território que essa investigação pretende atuar, no âmbito da Micropolítica que se configura no:

redescobrimento dos pequenos coletivos, das tribos, das associações, do menor; é o retorno diverso do que já foi nossa sociedade; é a melhor alternativa para a constituição de um conjunto de multiplicidades singulares; é a possibilidade de articular a diferença sem intermediação; é a admissão de que o verdadeiro político é o sujeito que cuida de si e por isso pode cuidar dos outros (Trindade & Lauro, n.d., para. 14).

O que nos remete ao caráter micropolítico das experiências do design participativo escandinavo relatadas no capítulo 3. Nelas, Pelle Ehn e seus colegas buscavam gerar conhecimento necessário para ajudar os trabalhadores a equilibrar as estruturas de poder em suas negociações com os patrões.

Nesse sentido, os preceitos desta investigação se apoiam na constituição de sistemas sociotécnicos que apoiem as comunidades investigadas no âmbito micropolítico, a exercer o direito de intervir na realidade do bairro e da cidade em que vivem, perante as estruturas de poder instituídas.

É importante evidenciar que esse exercício micropolítico pretende incentivar a intervenção como um elemento de apoio às ações do Estado, e não como um substituto de suas atribuições. Situação paradoxal que segundo Nogueira e Portinari (2016) é comum no Urbanismo Tático.

Para os autores, ao mesmo tempo em que a abordagem incita cidadãos a agir em prol do espaço público, também proporciona o esvaziamento das responsabilidades do Estado, o que em uma perspectiva neoliberal, onde governos optam por uma agenda de austeridade, a ação coletiva de cidadãos poderá se tornar uma boa justificação para dispensar ao máximo suas funções, e assim ser “bastante conveniente que a sociedade civil cubra suas lacunas” (Nogueira & Portinari, 2016, p. 184).

Ao explorar o “micro”, me parece pertinente recuperar a ideia de “retrato de futuro” de Nadler (1980) ao trabalhar de maneira contínua através de ações implementáveis no espaço e no tempo, que possam gerar uma percepção de futuro possível.

Adoto aqui a perspectiva de “micro” não como grau de tamanho ou importância, mas sim no que se refere a realização, implementação de soluções possíveis em cenários com poucos recursos materiais e humanos.

Nesse sentido resgato de forma breve, uma experiência que vivi num dos créditos do doutoramento, mais especificamente na disciplina de Qualificação de Subúrbios Habitacionais, coordenada pela professora doutora Isabel Raposo, que ocorreu entre os meses de março e julho de 2015.

Nela foi proposta uma ação no Bairro da Torre, um bairro de barracas situado na freguesia de Camarate, concelho de Loures, distrito de Lisboa, Portugal. Que se encontra em terrenos próximos ao Aeroporto Militar de Figo Maduro e ao Aeroporto Internacional de Lisboa.

Existia na altura a intenção de propor pequenas intervenções que permitissem melhorar as precárias condições de vida dos moradores. A Torre é um bairro autoconstruído, habitado por

cerca de 41 famílias, que em sua maioria são de descendência africana ou cigana. A região sofre com a falta de acesso a saneamento básico, cenário onde a condição de vida é bastante insalubre (Figura 29).

Figura 29

Visita de reconhecimento por parte dos alunos de mestrado e doutoramento ao Bairro da Torre no dia 11 de abril de 2015

(Fonte: doutorando, 2015).



Na altura foi realizado um mapeamento das questões junto aos moradores, e a intenção era desenvolver propostas que pudessem ser implementadas no espaço temporal da disciplina e assim ajudassem a amenizar os problemas encontrados.

Através da observação e entrevistas foram identificados os modos de vida dos moradores e de que maneira viam as condições de habitação no Bairro da Torre. Três grupos foram identificados: Os Ciganos, os Cabo-Verdianos e os São Tomenses. E com eles as diversas tensões na convivência cotidiana.

A principal delas girava em torno do acesso ao único ponto de fornecimento de água e a divisão que era feita para pagar o seu uso. Após esta primeira fase de reconhecimento das necessidades, discussão e elaboração de sugestões, além da articulação com o poder público local, ficou evidente a necessidade de tentar viabilizar um espaço que pudesse amenizar as tensões entre as comunidades africana e cigana.

Outro ponto de consenso foi a necessidade de redução das condições de insalubridade das moradias do bairro. Desse modo foi definido que o grupo trabalharia para viabilizar junto aos moradores, na elaboração de um espaço coletivo de lazer e de biofiltros com bananeiras que pudessem servir como sistema de saneamento paliativo.

Participei em todas as intervenções realizadas no período da disciplina, entretanto não pude fazer uma análise aprofundada dos impactos já que naquela altura, o contexto me pareceu de extrema complexidade para ser utilizado como campo de investigação.

Foi nessa experiência que conheci Junia Ferrari, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, que na época sugeriu utilizar a *Conrincerca*² para basear o trabalho de investigação no Bairro da Torre.

A *Conrincerca* consiste no uso de metodologias de pesquisa que propõem conjugar a investigação crítica com a prática política (Roggero, 2010). Ela surge na década de 1970, dentro do Operaísmo italiano como método de “investigação militante”, a partir da união de alguns intelectuais e militantes que “decidiram produzir conhecimento formando redes transversais com a classe operária, imergindo na organização real dos trabalhadores dentro da fábrica *real* de sua época” (Cava, 2013, p. 20). Cenário que me remeteu ao design participativo escandinavo.

Foi a partir de conversas com a professora Junia sobre o meu tema de doutoramento que me aproximei do conceito de Microplaneamento e da obra: *Microplaneamento: práticas urbanas criativas*, organizada pelo arquiteto e urbanista Marcos Rosa (2013) e do significativo trabalho do urbanista Nabeel Hamdi junto a Organização das Nações Unidas.

A ideia do microplaneamento também se aproxima do

2 O termo italiano *Conrincerca* é traduzido no português para “Copesquisa”.

fundamento proposto por Ezio Manzini, que ao apontar o caminho para que ocorram grandes mudanças sistêmicas, as chamadas “macro-transformações”, é necessário incentivar as “micro-transformações”, as “inovações radicais introduzidas nos sistemas locais” (Manzini, 2007, p. 13).

Assim pretendo a seguir aprofundar o olhar sobre a estratégia de trabalhar em “modo-beta”, com a intenção de implantar uma melhoria contínua na realidade de bairros vulneráveis, através de “Microplanos” (Hamdi, 2004), caminho que me pareceu bastante atraente dentro dos contextos de escassez que pretendia investigar.

4.1. Microplaneamento: Dimensionando a ação

Ao utilizar a metáfora das “abelhas” e “árvores”, Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) apelam para a importância de construir alianças entre a micropolítica e a macropolítica. Entretanto é bastante habitual que isto não ocorra, já que nem sempre aqueles que detém o poder observam as demandas daqueles que serão afetados por suas decisões.

E isso ocorre seja pela falta de planeamento adequado quanto aos métodos adotados, que tendem a enfatizar uma abordagem de cima para baixo, ou por causa da ausência de tempo e recursos para realizar um processo participativo apropriado, ou ainda, pelo resultado da falta de uma metodologia de participação comunitária eficaz (Goethert & Hamdi, 1992).

Desse modo, o microplaneamento surgiu como alternativa para a identificação, preparação e execução de projetos ao nível local, em contextos com poucos recursos. Uma forma de organização democrática para incentivar a participação ativa daqueles que de maneira geral não são envolvidos nos processos de intervenção urbana.

O primeiro registo do termo aparece em 1988 no livro: *Making*

Micro-Plans: A Community Based Process in Programming and Development, publicação editada pelo Instituto de Desenvolvimento Económico do Banco Mundial, e escrita pelos urbanistas e então professores do MIT, Reinhard Goethert e Nabeel Hamdi para documentar experiências bem-sucedidas em comunidades do Sri Lanka e Chile. Posteriormente uma versão em espanhol foi publicada em 1992 (Goethert & Hamdi, 1992).

O microplaneamento se configura como um processo de design onde o desenvolvimento é baseado na experiência das comunidades, que permite a formulação e implementação de programas que promovam o sentido do comum, de um modo local, rápido e colaborativo. Ele se baseia na ideia que no nível comunitário existe consciência daquilo que funciona ou não para resolver os problemas, e o que na verdade falta é um fórum para a articulação das questões, um contexto que forneça a estrutura para particularizá-las, definir soluções e estabelecer algum consenso e colaboração (Goethert & Hamdi, 1992).

Um princípio básico do microplaneamento é que os seus métodos não são preestabelecidos e deixam espaço para improvisação. Nesse sentido, Marcos Rosa (2013), coloca que o seu conceito pode ser entendido como uma abordagem que engloba o exercício de experimentação como:

uma forma vital de abordar a complexidade crescente das cidades, à procura de novos tipos de planejamento alternativo, capazes de absorver o que emerge e é gerado pelos meios urbanos. Providenciar espaço para isto – o lugar do encontro – demanda uma valorização da descoberta de qualidades do espaço, além de sua reinterpretação. Esse viés de leitura elege a cidade como um laboratório e campo de experimentação. Novas conexões e redes estratégicas focam processos

locais abertos a táticas bottom up (de baixo para cima), experiências localizadas que carregam consigo a intenção de mudança dos locais. (p. 14).

O microplaneamento tem os seus métodos originados no campo da investigação-ação, e baseia-se na ideia de um processo de planeamento e implementação centrado nas pessoas, a partir de suas decisões. É também conhecido como “planeamento de baixo para cima”, “planeamento participativo” ou “planeamento local” (Coghlan & Brydon-Miller, 2014).

Suas bases estão na *Action Science* (Hamdi, 2004, 2010), área interdisciplinar que estuda as Ações, envolvendo diversos campos de investigação, tais como a psicologia experimental e cognitiva, neurociência cognitiva, filosofia, ciência do desporto e psicologia do desenvolvimento. Sua intenção é identificar o que as pessoas ou os animais fazem (e por que fazem) em circunstâncias variadas específicas. (Prinz, Beisert, & Herwig (Eds.), 2013).

Já para Coghlan e Brydon-Miller (2014), a Action Science tem suas bases nos estudos da teoria da ação desenvolvidos por Chris Argyris e Donald Schön, e estão fundamentados “na compreensão das pessoas como investigadores práticos que tentam alcançar seus objetivos construindo e testando teorias tácitas de ação”³ (p. 15)

O microplaneamento funciona como um “dimensionamento” da ação, baseado na ideia de instituir a capacidade de administrar localmente as decisões, além de atuar a partir delas, assim como implementar as tarefas advindas da mesma (Goethert & Hamdi, 1992).

Dimensionar aqui significa compreender quais são os

3 “Action Science is based on an understanding of people as practical inquirers who attempt to achieve their goals by building and testing tacit theories of action.”

recursos e o tempo necessários para realizar uma ação, ou seja, perceber qual seria o mínimo a ser feito para que algo aconteça, estabelecendo objetivos que possam ser alcançáveis. Para isso é necessário incentivar a organização das etapas a serem cumpridas, provendo ferramentas que permitam o rápido desenvolvimento de planos em comunidades de pequeno e médio porte, concebidos para possibilitarem ampla participação.

Assim, o microplaneamento incorpora várias técnicas rápidas e simples para a confecção de planos, além da sua execução e do seu acompanhamento, pressupondo a necessidade de um planeamento estratégico aliado a uma ação local espontânea.

É uma abordagem de projeto determinada pelas questões que surgem no decorrer do processo, onde cada ação, por sua vez, direciona quais serão as que virão a seguir, estabelecendo o programa em tempo real, ao invés da adoção de um programa pré-concebido.

Desse modo, o microplaneamento funciona como um procedimento de aprendizagem e capacitação contínua, construído para caminhar de forma paralela a sua implementação, seguindo os princípios do “aprender-a-fazer”, para em seguida colaborar para impulsionar o desenvolvimento local (Gómez, González, & Fernández, 2001).

Goethert e Hamdi (1992) explicitam que os pressupostos de seus métodos são apoiados no desafio de enfrentar quatro questões principais. A primeira delas está relacionada com a dificuldade de implementação, por haver falta de um enquadramento adequado para a articulação dos problemas, definição de soluções, além da construção de um consenso e trabalho em equipa.

A segunda refere-se ao nível de mediação entre organizações públicas e privadas, doadores e implementadores, além de políticas e projetos. Enquanto a terceira remete para a falta de incentivos para a produção de soluções locais não padronizadas, já que sempre existe uma predisposição a tentar usar ideias que

já deram certo em outros contextos.

A quarta e última está relacionada com a ausência de aprendizagem suficiente, e mesmo quando há, de forma geral acaba por levar muito tempo para conectá-la a prática, o que gera apenas relatórios ou manuais volumosos, que ninguém sabe muito bem como usá-los.

Através das experiências anteriores documentadas no capítulo 1, pude constatar que esta última questão é um dos principais motivos de um grande sentimento de frustração por parte dos moradores de comunidades que fizeram parte de iniciativas participativas. Sua causa está relacionada, de forma geral, com a sobreposição de soluções desenvolvidas e abandonadas, seja pela falta de interesse de quem as propõe, ou pela ausência de transferência de conhecimento e de instrumentos de articulação necessários para implementação dos projetos.

Isto constitui-se como uma grande barreira para entrada de novos designers e investigadores nas comunidades, além de gerar uma apatia e descrédito para o envolvimento em torno de novas iniciativas, o que usualmente é confirmada pela afirmação desiludida que ouvi em lugares diferentes: “Vocês de novo aqui?”.

O que ocorre é que alguns desses processos ao serem colocados em ação, deixam de fora as pessoas que serão afetadas pelos seus resultados. Portanto, o princípio do planejamento e do design participativo tem importância aqui de duas maneiras.

É importante do ponto de vista técnico como uma forma de aumentar a eficiência da criação, a produção, a administração e a posterior manutenção. E também do ponto de vista social, porque sem uma grande medida de auto-determinação, propriedade e controle, as pessoas geralmente estarão esperando um “salvador da pátria”, alguém que apareça e resolva todas os problemas apresentados.

A questão é que na maioria das vezes, esse alguém não aparece, o que causa desânimo e ressentimento, deteriorando os ambientes rapidamente no sentido físico, político e social

(Goethert & Hamdi, 1992).

Para Goethert e Hamdi (1992), o trabalho do microplaneamento tem seu foco em três perguntas amplas e familiares: O que está errado? O que eu poderia fazer para arranjar as coisas? Como isso seria feito? Seu método se assemelha a outros que tem o foco na “aprendizagem experimental” cíclicos que contam com fases de pesquisa, análise, síntese e realização (Franzato, 2011).

Goethert e Hamdi (1992) *definem* os procedimentos da abordagem do microplaneamento em cinco etapas de ação e análise que são interligadas, sendo elas:

1. Identificação de problemas;
2. Estratégias gerais para a solução de problemas;
3. Acordo sobre programas, ações de avaliação, opções e intercâmbio entre as prioridades;
4. Planeamento da implementação;
5. Acompanhamento e avaliação.

A primeira etapa está relacionada com a maneira como vemos e, portanto, “com a configuração física e social do local” (Goethert & Hamdi, 1992, p. 8). Implica documentação e análise: o que temos e como as coisas funcionam? Quais são os problemas, por que eles ocorrem e quem é afetado? Qual é a ordem de prioridades? Quais oportunidades implícitas estão ao alcance? (Goethert & Hamdi, 1992).

A segunda refere-se à estratégia: que abordagens serão adotadas, dados os recursos disponíveis, para resolver os problemas ou lidar com estes? As oportunidades serviram de base ou serão aproveitadas? Assim é necessário definir para cada abordagem geral, rotas alternativas, a fim de transformar estratégias gerais em ações específicas (Goethert & Hamdi, 1992).

Já a terceira aborda as ações: quais são e em que sentido elas refletem as prioridades? E para cada uma delas, como devem ser feitas as escolhas em relação a recursos financeiros, administração ou viabilidade técnica, entre outras?

A quarta etapa refere-se à melhor maneira de realizar cada tarefa. É nela que trabalhamos os “temas generativos” (Ehn, 1988), fazer certos tipos de perguntas que articulam um plano de ação para a implementação: como faremos, quais serão as tarefas, quem faz o quê, quando e como? (Goethert & Hamdi, 1992).

E por fim, quando a implementação começar, haverá uma agenda dupla para aqueles que estão envolvidos na implementação, particularmente as equipes técnicas e administrativas que deverão acompanhar e avaliar cada ação (Goethert & Hamdi, 1992).

Apesar de adotar etapas de trabalho semelhantes, em suas publicações mais recentes, Nabeel Hamdi (2004, 2010) utiliza o termo Planeamento de Ação Comunitária (*Community Action Planning*) para denominar o microplaneamento.

Foi possível verificar que nos casos conduzidos por Goethert e Hamdi (1992) o foco da abordagem está no uso do microplaneamento para as questões relacionadas a habitação e seus serviços vinculados, de forma mais precisa, na definição de conjuntos habitacionais.

Já o caminho adotado por Rosa (2013) está direcionado para a construção de “lugares para o encontro” (p. 16), espaços coletivos como jardins comunitários, parques infantis, centros culturais e de prática esportiva em locais que são carentes desse tipo de benfeitoria.

Apesar da abertura para o novo e o inusitado nos processos conduzidos por estes investigadores, e da estratégia de adotar micro intervenções, de certo modo já havia um direcionamento para questões “macro” como a habitação e espaços comunitários.

Nesta investigação, a intenção é utilizar o microplaneamento como estratégia de dimensionamento da ação, ao proporcionar a consciência do que pode ser implementado, com os recursos disponíveis em um espaço de tempo determinado, explorando não só os problemas, mas também as potencialidades.

Como frisei no capítulo introdutório, de certo havia a intenção de retomar o contato perdido com o bairro do Desterro, após o término do projeto Sustentar em 2008, e assim mais uma vez poder trabalhar junto aos seus moradores.

Entretanto, também existia a vontade de conhecer a realidade portuguesa, não com o intuito de estabelecer comparações, e sim compreender como eram constituídos os contextos de bairros vulneráveis em Portugal e as questões e soluções que emergem destes territórios. Entretanto a tarefa de escolher um bairro em Lisboa não foi fácil, já que na altura de minha chegada no mês de outubro de 2014, pouco conhecia da cidade.

No primeiro semestre de 2015, paralelo ao trabalho desenvolvido no Bairro da Torre, iniciei a procura por um sítio que pudesse servir como campo de investigação em Lisboa. A impressão que tinha até então, era que existia uma marcante semelhança entre Lisboa e São Luís, fruto da forte influência da arquitetura portuguesa, como assim afirma Figueiredo (2014): “construíam-se, em São Luís, edificações à semelhança da arquitetura lusitana, sobretudo daquela historicamente designada como pombalina” (p. 171).

Desse modo, explorar parte da região do centro histórico de Lisboa me pareceu o mais indicado. A procura foi baseada em áreas que possuísem semelhanças significativas com o centro histórico de São Luís, seja pelo traçado urbano, as características das moradias e problemas enfrentados. O que me fez identificar em um primeiro momento, os bairros do Intendente e Mouraria como potenciais territórios para a investigação.

Entretanto esse caminho logo se mostrou equivocado, tanto pelo facto da questão patrimonial não ser o foco desta investigação, quanto pelo evidente impacto do turismo agressivo que gerou o aumento da especulação imobiliária, e a consequente gentrificação, ainda em curso, nos bairros do centro de Lisboa, questões que também não pretendia adentrar.

No final de julho de 2015 fui contactado pela colega de

doutoramento Natália Plentz, para participar do projeto Kowork E5G, idealizado pela também doutoranda Inês Veiga, junto ao bairro do Alto da Cova da Moura, município da Amadora, distrito de Lisboa.

Na altura, a proposta era conduzir workshops de co-design para moradores do bairro, ao mesmo tempo que os doutorandos poderiam testar aspetos específicos de suas investigações. Essa oportunidade acabou por compor a base do trabalho de campo desenvolvido no bairro do Desterro em São Luís.

Considero hoje que a experiência no bairro da Cova da Moura serviu como uma preparação para o trabalho de campo desenvolvido no Desterro, já que na altura, nem todas as prerrogativas da investigação estavam claras. Foi a partir do projeto Kowork E5G que as bases do Laboratório de Design Social do Desterro foram constituídas.

4.2. O Kowork E5G

O Kowork E5G, foi um projeto de inclusão social e profissional financiado pelo Programa Escolhas Pontual do Alto Comissariado para as Migrações, Instituto Público vinculado à Presidência do Conselho de Ministros do Governo Português. Ele foi conduzido pelo Gabinete de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo - GIP da Associação Cultural Moinho da Juventude - ACMJ, situada no bairro do Alto da Cova da Moura, e responsável por inúmeras iniciativas socioculturais em benefício da comunidade.

O projeto foi criado para capacitar jovens que vivem no bairro a expandir oportunidades individuais e coletivas de emprego ou construir suas próprias ideias de negócios (Pinto, Rodrigues, Veiga, & Plentz, 2018).

Surgiu de uma parceria entre o Grupo de Estudos Socio-territoriais Urbanos e de Acção Local do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design - GESTUAL/CIAUD, vinculado à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

- FAUL, e o GIP / ACMJ.

Nesse contexto, a convite da FAUL e em colaboração com o GIP, um grupo de designers-investigadores formado por mim e pelos colegas doutorandos Inês Veiga, António Gorgel Pinto e Natália Plentz, conduziu workshops de co-design com a participação de jovens adultos (até 36 anos) residentes ou frequentadores desta área urbana. O projeto ocorreu no período entre setembro de 2015 e julho de 2016 na sede do GIP no bairro da Cova da Moura.

4.2.1. O bairro do Alto da Cova da Moura

O Bairro do Alto da Cova da Moura (Figura 30) está situado na região leste do concelho da Amadora, distrito de Lisboa, muito próximo a região de Benfica e entre as freguesias da Damaia e da Buraca, sendo a maior parte do seu território localizado nesta última (Sousa, 2005).

Figura 30

Localização do bairro da Cova da Moura

(Fonte: Google Maps, 2018).



Atualmente a Cova da Moura ocupa uma área de 16.5 hectares onde vivem cerca de 7000 residentes, delimitada por importantes eixos de circulação rodoviária: o IC 19 e o eixo ferroviário da Linha de Sintra que conecta Lisboa ao município de Sintra (Sousa, 2005; Godinho, 2010).

Os primeiros registos indicam que a ocupação do território inicia na década de 60, e seus habitantes eram provenientes de várias regiões de Portugal. Nessa altura, a área tinha seu uso marcado, em sua maioria, pela agricultura de subsistência e em outra parte pela presença de uma pedreira no terreno da antiga Quinta do Outeiro (Godinho, 2010).

O aumento populacional da Cova da Moura, ocorre na época da Revolução de Abril em 1974, e com o decorrente processo de descolonização. A vinda dos retornados/repatriados das ex-colónias portuguesas em África e as grandes transformações políticas e sociais contribuíram para escassez de habitação nas principais Áreas Metropolitanas do país, ocasionando o surgimento de diversos bairros de génese ilegal, em especial, nas cidades de Lisboa e Porto (Carvalho, 2010).

Já na segunda metade da década de 1970 e no início dos anos 1980, o contexto de pós-descolonização intensifica um movimento migratório de ocupação ilegal de terrenos na região do bairro, sobretudo por parte de famílias advindas de Cabo Verde, que constroem as suas moradas através de processos de autoconstrução, inicialmente marcadas pela precariedade, mas que ao longo dos anos vão sendo melhoradas (Sousa, 2005).

A denominação “Cova da Moura” está relacionada com o buraco (cova) deixado pela escavação na pedreira existente na quinta e a presença da família de nome Moura que na altura habitava as imediações da área (Godinho, 2010).

Dados da década de 1980, apontavam que naquela altura, sua população já era etnicamente heterogênea, formada em sua maioria por imigrantes cabo-verdianos que representavam cerca de 55% da população total; seguidos de 32% de migrantes do norte e centro de Portugal; 8% oriundos de Angola e 5% de portugueses que já residiam na Grande Lisboa (Horta, 2008 apud Carvalho, 2010).

A Cova da Moura é reconhecida como o maior bairro de imigração em Portugal, onde a pobreza e a exclusão social,

aliadas à falta de oportunidades económicas e o baixo nível de escolaridade, em geral, é ampliada pela forte característica de informalidade do bairro, questões que por sua vez, reforçam a sua grande vulnerabilidade social (Pinto et al., 2018).

Esse contexto contribui para que a Cova da Moura carregue um grande estigma. É comum ver o bairro ser apresentado pela comunicação social portuguesa como violento e vinculado ao tráfico de drogas, reforçando a ideia de uma “região problema”, uma “área proibida” (*no go area*) que não deve ser visitada (Wacquant, 2001, 2008; Malheiros, Mendes, Barbosa, Silva, & Schiltz, 2007).

Uma aura de perigo que relega a seus habitantes, uma imagem sempre retratada com distanciamento, e em “tons monocromáticos”, onde a vida social é reduzida a uma representação “exótica, improdutivo e brutal” (Wacquant, 2001, p. 7; 2008, p. 1), colocando-os em uma situação de invisibilidade social, fruto da condição de exclusão e desqualificação sócio-espacial do bairro.

Invisibilidade que no caso dos jovens moradores do bairro, os exclui do convívio social, já que mesmo quando esses estão envolvidos em “seus afetos e dramas pessoais, são percebidos como pessoas violentas e perigosas que, ao aproximarem-se de alguém que passa, provocam rejeição, medo e agressividade” (Malheiros et al., 2007, p. 200).

Ao trabalhar com os jovens estávamos conscientes do complexo contexto do território, porém movidos pela ideia de torná-los protagonistas do Kowork a partir de uma questão central: “o que pode o design fazer pela Cova da Moura” iniciamos a aplicação dos workshops de co-design na sede do GIP/ACMJ.

4.2.2. Os workshops de co-design

A fase inicial do Kowork foi estruturada através de workshops de curta duração que ocorreram em 13 encontros entre os meses

de setembro e novembro de 2015.

O objetivo era explorar “em termos conceituais e práticos o que é (e como funciona) a prática do design e ser designer”, além de munir o grupo de jovens com a informação necessária que permitissem o desenvolvimento das “capacidades criativas e uma visão empreendedora e cidadã sobre o seu futuro e a sua vida” (Rodrigues, Almendra & Franzato, 2016, “Workshops de design social”, para. 3).

Dois princípios desta investigação foram explorados no Kowork. O primeiro deles foi o *design ability*, adotado através do incentivo ao desenvolvimento das capacidades de projetar dos participantes ao se depararem com os problemas e potencialidades do bairro. Já o segundo foi o do microplaneamento como abordagem para dimensionar as questões apresentadas, entendendo sua complexidade e viabilidade de implementação.

Para gerar um claro entendimento do que é, e quais são as especificidades do processo de design, utilizamos o *Double Diamond design process*, modelo desenvolvido pelo Design Council em 2005 (Design Council, 2005).

Nele, trabalhamos com dois aspetos cognitivos da criatividade: o pensamento divergente e o convergente. Onde o primeiro é aquele que apresenta as novas ideias ou alternativas, e o segundo engloba a maneira de combiná-las em algo útil. Há aqui uma alternância entre ‘abrir’ (divergir) e ‘fechar’ (convergir), assim como no processo operacional do design (Valgeirsdottir & Onarheim, 2017).

O *Double Diamond* é dividido em quatro etapas (Figura 31). Sendo a primeira delas denominada como *Discover* (Descobrir), onde os participantes adquirem uma visão geral do problema. A segunda é chamada de *Define* (Definir) e consiste na análise das informações da fase anterior, utilizando o pensamento divergente para definir as melhores soluções (Design Council, 2015).

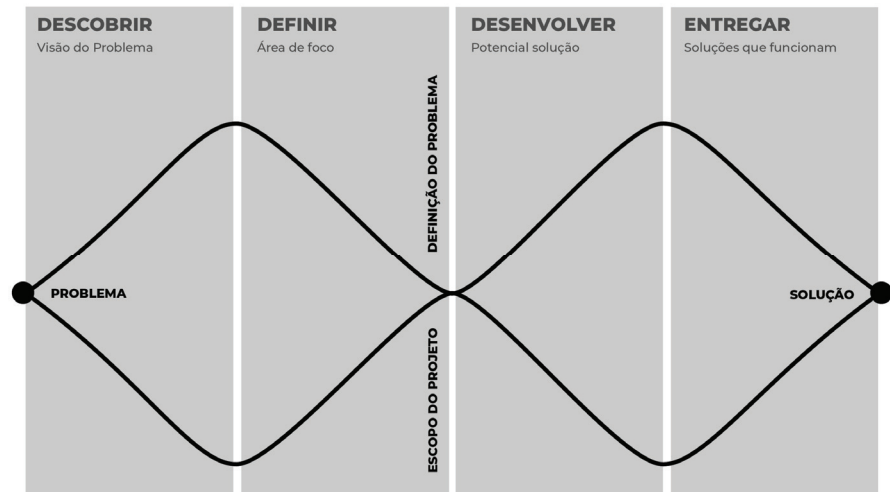
A terceira, *Develop* (Desenvolver), é onde as soluções são criadas, prototipadas e testadas, para assim refiná-las. Já a

última fase é chamada de *Deliver* (Entregar) onde o produto ou serviço resultante é finalizado e implementado (Design Council, 2015).

Figura 31

Modelo *Double Diamond*

(Adaptado de: Design Council, 2015).



A partir da questão: “o que pode ser melhorado no bairro”, convidamos os participantes a fazer uma reflexão aprofundada sobre os problemas e oportunidades presentes no bairro da Cova da Moura, para em seguida analisar as questões apresentadas, desenvolver soluções, prototipá-las, e assim escolher aquela que tivesse a melhor viabilidade de implementação (sem contar com qualquer recurso ou financiamento públicos), em um espaço delimitado de tempo.

O processo foi conduzido também com a intenção de que os próprios participantes pudessem prover dos meios para a implementação, sem que a princípio, houvesse financiamento estatal, incentivando uma perspectiva de autonomia. O que se mostrou ser uma utopia, como irei expor a seguir.

O primeiro encontro ocorreu no dia 28 de setembro de 2015, onde fomos apresentados pelos representantes do GIP ao grupo de jovens selecionados pelo Moinho da Juventude. Na ocasião cada um de nós expôs de forma breve as temáticas que vínhamos estudando e como usaríamos os cruzamentos das mesmas na

experiência do Kowork.

Nesse mesmo dia, propomos um pequeno desafio de projeto que proporcionasse uma percepção acerca de como o designer usa a criatividade para definir e buscar soluções para um problema. Sugeri o exercício *Egg drop Project*, experiência que havia experimentado quando ainda era estudante de design na UFMA. Nele é proposto a construção de uma estrutura que proteja um ovo de uma queda de uma determinada altura o mantendo intacto. Além de ajudar a melhorar a interação entre os participantes, a experiência serviu como base para uma discussão sobre como o designer lida com questões como tempo e escassez de materiais para solucionar um problema definido (Figura 32).

Figura 32

Exercício *Egg Drop Project*

(Fonte: Delano Rodrigues / António Gorgel Pinto, 2015).



Na mesma semana, já no dia 02 de outubro, apresentamos nossa visão sobre o design, e como a atuação do designer impacta o nosso cotidiano, citando exemplos de produtos, serviços e sistemas direcionados a questões sociais. Foi a partir desse encontro que comecei a fazer anotações com percepções sobre a experiência do Kowork. Estas não configuraram um diário de campo, pois tinham caráter pontual.

Nesse sentido, a atividade desse dia e do encontro subsequente em 05 de outubro, baseadas em aulas teóricas e debates sobre design, trouxe insatisfação aos participantes causando

esvaziamento do workshop. Na altura, ao conversar de maneira mais restrita com dois deles, um me relatou as seguintes questões: “Quando o curso iria iniciar? Quando eles iriam fazer algo? E que não sabia que a formação era de conversas”. Levei essa questão aos demais colegas de doutoramento, e então decidimos antecipar a parte prática do workshop e diluir o conteúdo teórico no decorrer dos demais encontros (Anotações de campo, 2015).

Partimos então para a aplicação do *Double Diamond*, e no dia 12 de outubro, os participantes elaboraram uma cartografia, que ia além do mapeamento do território, extraindo sentimentos e percepções sobre a vida cotidiana no bairro. Munidos de um mapa geográfico e de câmaras fotográficas incentivamos os jovens a localizar o problemas e potencialidades da Cova da Moura (Figura 33).

Figura 33

Fase de descoberta dos problemas e potencialidades da Cova da Moura

(Fonte: António Gorgel Pinto, 2015).



A partir disso, na fase de definição que ocorreu no dia 16 de outubro, os participantes analisaram as fotografias e elencaram as questões comuns que afetavam a qualidade de vida na Cova da Moura, e assim foram provocados a propor soluções. O acúmulo de lixo em diversos pontos do bairro, a falta de áreas de lazer, de sinalização de ruas, além da ausência de mobiliário urbano e de espaço para hortas foram apontados como as mais visíveis.

Outras questões foram colocadas, desde a falta de mobiliário

adequado para os moradores que vendiam frutas e hortaliças, assim como aquelas relacionadas com o desemprego e violência policial. Entretanto era necessário definir o que seria prioritário, compreendendo a complexidade inerente a cada uma das ideias, pensando naquelas que teriam maior viabilidade de implementação, além da escolha do local onde seria realizada a primeira intervenção no bairro (Figura 34).

Figura 34

A fase de definição das soluções para a Cova da Moura

(Fonte: António Gorgel Pinto, 2015).



Para entender melhor a complexidade de cada ideia, foram utilizadas ferramentas de análise de cenários como as de SWOT⁴ e 5W2H⁵ para facilitar a compressão dos recursos e tempo necessário para a implementação.

Ao utilizar a perspectiva de escala do microplaneamento, foi iniciada a busca por um local que pudesse configurar como uma experiência piloto, um ponto de partida para outras ações no bairro.

4 SWOT é uma sigla em inglês dos termos Strengths (pontos fortes), Weaknesses (pontos fracos), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças). Os pontos fortes e fracos, em geral, estão na própria organização, enquanto as oportunidades e as ameaças, na maioria dos casos, têm origem externa (Endeavor, 2015a).

5 (What) O que deve ser feito? (Why) Por que deve ser implementado? (Who) Quem é o responsável pela ação? (Where) Onde deve ser executado? (When) Quando deve ser implementado? (How) Como deve ser conduzido? (How much) Quanto vai custar a implementação? (Endeavor, 2015b).

A ideia escolhida pelos participantes passava pela construção de um espaço de lazer, que possibilitasse a convivência entre os moradores, através da colocação de bancos, bancas para vendas de produtos e um palco para apresentações culturais, o que acabaria por ser uma junção de várias ideias propostas.

O princípio era utilizar a improvisação como forma de ampliar a intervenção, e a partir de cada ação, identificar as ações subsequentes, possibilitando construí-la à medida que os participantes avaliavam o processo. Começar pequeno, com materiais reutilizados e melhorar o espaço a partir da percepção do seu valor.

O primeiro espaço escolhido é localizado em uma área de confluência entre as ruas do Colégio e do Girassol. Nele foram realizadas medições e os participantes imaginaram como ficaria a configuração do mesmo após a intervenção (Figura 35).

Figura 35

Levantamento do espaço para intervenção na Cova da Moura

(Fonte: António Gorgel Pinto, 2015).



Nesse mesmo dia, ao caminhar pelo bairro, passamos em frente a sede da associação de moradores do bairro, perguntei como a entidade trabalhava, e um dos jovens relatou: “ela não existe, vive fechada, não faz nada pelo bairro”, o que me fez pensar no vácuo de representatividade política na Cova da Moura (Anotações de campo, 2015).

No dia 19 de outubro, iniciamos o desenvolvimento da ideia, onde foram adotadas estratégias de prototipagem rápida, através da construção de maquetes de papelão cartonado com cola. Foi nesse dia também que questionamos o uso do espaço para apresentações de música, e chegamos a conclusão que este seria inadequado por estar muito próximo a várias casas, o que poderia ocasionar futuros conflitos relacionados com o barulho.

Então decidimos por realizar uma outra caminhada em busca de um novo espaço. A área escolhida pelo grupo de jovens para substituir a primeira opção, está localizada próximo a uma das entradas do bairro, que na altura estava ocupado por um carro utilitário avariado e com visível acumular de lixo. Também dava lugar para o estacionamento de poucos carros de moradores. Localizado na rua do Outeiro, ao lado da creche familiar que é gerida pela Associação Cultural Moinho da Juventude, possui fácil acesso a rede de transporte público (Figura 36).

Figura 36

Visita ao do espaço para intervenção na Cova da Moura

(Fonte: António Gorgel Pinto / Delano Rodrigues, 2015).



Após a definição do espaço retornamos ao processo de prototipagem que ainda envolveu os dias 23, 26 e 30 de outubro. Nessa etapa os participantes decidiram que as peças de mobiliário usariam paletes de madeira como recurso principal, já que na pesquisa de casos similares realizadas por eles com o recurso à pesquisa na internet, foram encontradas muitas

soluções baseadas nesse material (Figura 37).

Figura 37

Prototipagem de ideias para a intervenção na Cova da Moura

(Fonte: António Gorgel Pinto/Delano Rodrigues, 2015).



A prototipagem envolveu ainda o refinamento da ideia, onde eventualmente voltávamos a área de intervenção para refazer medições, conferir detalhes e estabelecer conversas com funcionários da creche e pessoas que circulavam no local. Contamos também com a colaboração da colega doutoranda da FAUL, Melissa Pozatti, que nos ajudou a produzir um desenho com o auxílio do programa Sketchup, possibilitando uma visão geral da intervenção, que seria essencial para uma apresentação futura para os possíveis parceiros da iniciativa (Figura 38).

Após a construção das maquetes e discussão em torno da viabilidade de implementação, o grupo de jovens chegou a uma proposta para intervenção no espaço que previa a construção de uma estrutura para dar apoio a eventos culturais, que incentivassem o surgimento de pequenos negócios locais (Figura 39).

Os encontros subsequentes, que ocorreram nos dias 06 e 09 de novembro de 2015, foram utilizados para a montagem de uma apresentação a ser realizada junto a direção da creche e para a articulação com outras partes que ajudariam a realizar a intervenção. Assim os colegas Inês Veiga e António Gorgel Pinto,

estabeleceram contato com uma empresa de gestão de resíduos, a EGEO, que se dispôs a fornecer as paletes sem qualquer custo, e também foram disponibilizados os demais materiais necessários à produção.

Figura 38

Refinamento da ideia para a intervenção na Cova da Moura

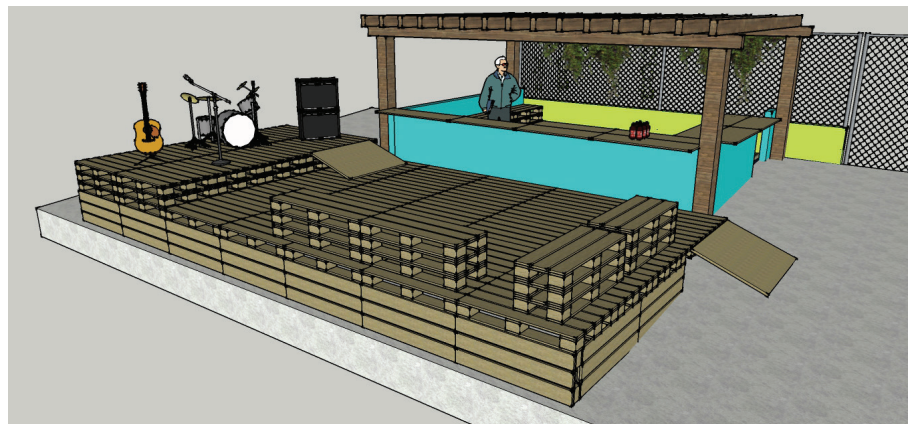
(Fonte: António Gorgel Pinto / Delano Rodrigues, 2015).



Figura 39

Desenho da solução para a intervenção na Cova da Moura

(Fonte: Natália Plentz / Melissa Pozatti, 2015).



No dia 13 de novembro realizamos a apresentação à direção da creche, que se mostrou bastante interessada no projeto, entretanto nos disseram que não tinha poder decisório e que o encaminharia para a direção do Moinho da Juventude. Nos relataram também que seria necessária a aprovação do proprietário daquela parte do terreno onde estavam estacionados os carros, no caso a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Ainda tivemos um encontro de trabalho com os participantes

no dia 16 de novembro, para alinhar os detalhes da continuidade do Kowork, e do planejamento da implementação da intervenção, que seria conduzida pelo GIP/ACMJ através da realização de uma oficina de marcenaria já anteriormente prevista, onde o mesmo grupo de jovens através de uma formação, construiriam as peças de mobiliário que fariam parte do espaço. Esta oficina estava prevista para o mês de março de 2016.

No dia 18 de novembro foi realizada uma confraternização de encerramento da fase de desenvolvimento do projeto, esse foi o meu último encontro com o grupo do Kowork (Figura 40).

Figura 40

Encontro de
confraternização
do Kowork

(Fonte: Delano
Rodrigues, 2015).



Na altura, ao conversar com alguns participantes, estes me relataram estarem satisfeitos com o processo, mas um deles me disse estar descrente com sua implementação futura, já que em outros momentos, iniciativas semelhantes haviam sido conduzidas por outros investigadores e que mesmo assim nada havia acontecido para melhorar a realidade do bairro (Anotações de campo, 2015).

Aguardamos até o início do ano de 2016 para retomar os contatos com o GIP, no entanto até o mês de maio ainda não havia qualquer resposta por parte da Santa Casa de Misericórdia

de Lisboa, o que nos levou a buscar informação adicional sobre a situação. Primeiro junto ao próprio GIP, e posteriormente com algumas pessoas que poderiam nos trazer uma melhor compreensão do cenário. Assim buscamos contato com um funcionário da Câmara da Amadora, um consultor do CNAI - Centro de Apoio ao Imigrante, que atua de forma regular no bairro e uma investigadora que também já trabalhou junto ao bairro da Cova da Moura.

Desenvolvemos algumas perguntas que atravessavam a história do bairro, seus problemas e potencialidades. As conversas foram conduzidas de maneira informal, já que as pessoas não se sentiram confortáveis em serem gravadas. Em todas as conversas foi colocada a questão da origem ilegal do bairro, e este estar localizado em um terreno privado com alto potencial imobiliário.

O funcionário da Câmara da Amadora afirmou que por esse motivo, nenhuma ação que “pudesse gerar novas ilegalidades” teria o apoio da Câmara. Ao perguntarmos o que seriam essas “ilegalidades”, nos respondeu que nada que tornasse o bairro atrativo a novas construções ilegais (Anotações de campo, 2016).

Já o funcionário do CNAI relatou que a postura silenciosa da Santa Casa vinha de uma percepção de que “quem está lá permanece”, mas nenhuma ação que melhorasse as condições do bairro seria incentivada pois essa “poderia trazer mais gente”. O incentivo a pequenos negócios também poderia provocar o possível interesse na venda de bebidas, o que pela Polícia de Segurança Pública não é visto de forma positiva, o que reforça o grande estigma que o bairro possui (Anotações de campo, 2016).

Ao visualizar as dificuldades que teríamos para implementar o projeto, decidimos contactar o GIP no mês de junho de 2016, com a proposta de finalizar de outra maneira a intervenção, já que se fazia necessário dar conhecimento do uso dos materiais fornecidos pela EGEO.

Assim, não mais adotaríamos a solução proposta, e sim

tentariamos executar pequenas intervenções em alguns locais do bairro. A proposta foi avaliada de forma positiva pelo GIP e uma reunião foi marcada para o dia 21 de julho onde alinharíamos os próximos passos. Entretanto esta foi desmarcada e voltamos a situação de espera.

Em 23 de setembro de 2016 foi veiculado um programa de televisão que apontava para a complexidade da realidade da Cova da Moura. A família Canas, proprietária de 80% do terreno onde está localizada a maior parte do bairro, assumiram publicamente a intenção de agir de forma mais efetiva através da justiça, contra o Estado Português, a Câmara da Amadora e empresas fornecedoras de serviços como a EDP - Energias de Portugal, e assim pressionar essas entidades por alguma compensação financeira (Rádio e Televisão de Portugal, 2016).

No programa foi exposta a situação paradoxal dos moradores que pagam o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) mas não possuem direito a posse do terreno, já que há mais de 40 anos a família proprietária contesta as ações de usucapião na justiça. É bastante comum que casas sejam demolidas quando proprietários idosos falecem.

A situação de espera por um resultado final e também a minha participação no Kowork se encerram em abril de 2017 com o convite dos colegas doutorandos António Gorgel Pinto e Inês Veiga para o fabrico de móveis e composteiras que utilizassem as paletes da EGEO, e assim dar retorno do uso a empresa patrocinadora e também pelo facto do armazenamento do material estar a ocupar espaço que necessitava ser libertado (Figura 41).

Já envolto nos desdobramentos do trabalho de campo no bairro do Desterro, o qual abordarei no capítulo seguinte, atuei apenas como voluntário e pude participar somente no dia 29 de abril de 2017, mas os colegas e alguns moradores da Cova da Moura continuaram o trabalho por mais dias.

Nesse dia perguntei a um integrante do GIP onde estariam

os participantes dos workshops do Kowork, que me respondeu: “foram à vida”, já que inclusive alguns deles já teriam saído do bairro por estarem a trabalhar em outros sítios (Anotações de campo, 2017). Para mim um fim bucólico para um processo que demonstrou ter potência, mas que foi se esvaziando à medida em que as diversas agendas foram emergindo.

Figura 41

Cartaz e resultados da oficina Kowork

(Fonte: Inês Veiga / António Gorgel Pinto, 2017).



No longo ciclo do Kowork, que no meu caso foi de catorze encontros no ano de 2015 e este último em 2017, pude notar que o tempo dos doutorandos e do GIP se contrapuseram com a urgência das vidas do grupo de jovens participantes.

Pela própria demanda organizacional do GIP, os encontros eram semanais e se estenderam por um longo período de tempo, o que ocasionou a evasão de participantes, seja aqueles que abandonaram o Kowork logo nas duas primeiras semanas, ou por outros que se mantiveram no processo até o fim, mas precisaram faltar diversos encontros devido a demandas familiares ou de trabalho temporário. Acredito que um processo mais compacto, poderia dirimir esse problema e torná-lo mais atraente para os participantes.

No início do Kowork, explicitamos que o objetivo principal

do grupo de doutorandos, era proporcionar uma formação aos participantes que construísse uma compreensão do que é o design, e como este poderia ajudá-los a pensar as questões que afetam o seu cotidiano, e em paralelo poderíamos usar a experiência para gerar reflexões para nossas investigações, um acordo que parecia claro para todas as partes na altura.

Entretanto, na medida em que percorremos o processo e todos os participantes ampliavam a consciência a respeito da realidade da Cova da Moura, penso que para alguns dos participantes, o acordo havia sido ampliado a partir da esperança de um novo futuro para o bairro, o que posso me incluir.

Apesar de anteriormente ter afirmado que a comparação entre as realidades do Brasil e Portugal não faria parte dos objetivos desta investigação, preciso relatar uma diferença que observei entre esses dois países, tanto na experiência do bairro da Torre, quanto na Cova da Moura.

Nelas tive a oportunidade de atuar junto a brasileiros e portugueses graças ao grande fluxo de estudantes de pós-graduação do Brasil ocorrido nos últimos anos. E nas duas experiências me deparei em dado momento, com o ímpeto de uma certa “subversão” dos processos pelos brasileiros, expressos em frases como: “vamos invadir esse terreno”, “porque precisamos de autorização da câmara se está claro que eles não ligam pra essa gente?” ou “podemos fazer isso cedo e quando descobrirem já está lá” (Anotações de campo, 2015, 2016).

Então nossos colegas portugueses nos alertavam que: “não é assim que as coisas acontecem por aqui” (Anotações de campo, 2015, 2016) que por um lado expressa uma consciência de cidadania ao referendar que o Estado precisa cumprir o seu papel, mas por outro constrói um cenário de imobilidade política que não altera as estruturas de poder, e ainda amplia a situação de invisibilidade das pessoas que vivem nesses territórios.

Já a postura subversiva por parte dos brasileiros se apoia na consciência da ineficácia do Estado em nosso país, que deixa

a maioria de seus cidadãos à margem do acesso a educação, saúde, saneamento, transporte, segurança e habitação. Assim, a subversão, ao mesmo tempo serve como um grito, uma reação de resistência a essa realidade esmagadora, mas de forma paradoxal serve também para ampliar a ausência do Estado.

A experiência na Cova da Moura me trouxe algumas questões: Não seria mais importante projetar a autonomia do que uma solução paliativa? Será que a atuação da academia nesses contextos dialoga com essa ideia de projeto emancipatório? O papel exercido pelas entidades não governamentais de assistência social que operam nesses territórios seria antagônico a essa perspectiva de autonomia?

Para isso é importante para os designers e investigadores que atuam no âmbito do Design Participativo em territórios vulneráveis, vislumbrar ir além e projetar o social e a política. Ao repensar o processo do Kowork, reflito sobre a condição de educador de design no contexto dessa experiência específica e recordo o pensamento de Paulo Freire (1974):

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (p. 39).

E aqui recupero o caráter político das experiências do design participativo escandinavo relatadas no capítulo 3, onde o compromisso expresso, era o de gerar conhecimento necessário para ajudar os trabalhadores a equilibrar as estruturas de poder em suas negociações com os patrões. O que no contexto dos bairros vulneráveis implicaria projetar espaços que viabilizem

o fortalecimento do exercício da micropolítica, criando instrumentos e estratégias de articulação e equilíbrio de forças com a macropolítica.

Seria trabalhar o “design e o político” num sentido de agência, de como o design deverá agir “como (uma das) forças direcionais que moldam a conduta humana e suas conseqüências materiais”⁶(Fry, 2003, p. 362).

Quanto ao papel da investigação acadêmica, devemos estar atentos para o risco de estarmos a usar as pessoas que vivem nesses contextos complexos, como laboratórios, com intuito principal de gerar os resultados esperados em nossas investigações e no tempo cronológico das mesmas. É urgente refletir o que deixamos de facto, e se o nosso trabalho prejudica mais do que colabora na transformação dessas realidades.

Já as organizações não governamentais que desenvolvem valioso trabalho nesses territórios, poderiam ir além e ajudar a romper as estruturas de poder estabelecidas, atuando de forma emancipatória?

Aqui encontramos também com paradoxo do trabalho social, que pode afetar tanto aqueles que atuam nas ONGs quanto os designers com o foco no Design Participativo e Social. Ao colaborarem de forma a eliminar a causa da qual o problema emerge, e se elas forem realmente bem-sucedidas nesse propósito, estariam extinguindo a própria necessidade de sua existência.

Toda a experiência e questões que emergiram no Kowork foram fundamentais para a preparação do trabalho de campo realizado no bairro do Desterro, que tratarei a seguir.

6 “...how design acts as (one of) the directional forces that shape human conduct and its material consequences.”

4.3. Referências bibliográficas do capítulo

- Bonsiepe, G. (2011). *Design, cultura e sociedade* (1st ed.). São Paulo, SP: Blucher.
- Carvalho, M. L. (2010). *O Desenvolvimento Local e a Imigração Cabo-verdiana: um olhar sobre a comunidade da Cova da Moura*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa). Obtido em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/5251/1/DISSERTAÇÃO%20Maria%20Livramento%20G.pdf>
- Cava, B. (2013, January). A copesquisa militante no autonomismo operaísta. *Revista Lugar Comum*, (37–38), 17–38. Obtido em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110503130649A%20copesquisa%20militante%20no%20autonomismo%20opera%C2%ADsta%20-%20Bruno%20Cava.pdf
- Coghlan, D., & Brydon-Miller, M. (Eds.). (2014). *The Sage Encyclopedia of Action Research. Action Learning: Research and Practice* (1st ed.). Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington DC: SAGE Reference.
- Coletivo “A batata precisa de você” (2015). *Ocupe Largo da Batata: Como fazer ocupações regulares no espaço público*. São Paulo, SP. Obtido em: <http://largodabatata.com.br/wp-content/uploads/2015/07/publicacaoFINALagosto2015.pdf>
- Deleuze, G; & Guattari, F. (1996). *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia* (v. 3, 1st ed.). São Paulo, SP: Editora 34.
- Design Council (2005). *A Study of the Design Process – The Double Diamond*. Obtido em: [https://www.designcouncil.org.uk/sites/default/files/asset/document/ElevenLessons_Design_Council%20\(2\).pdf](https://www.designcouncil.org.uk/sites/default/files/asset/document/ElevenLessons_Design_Council%20(2).pdf)
- Design Council (2015). *Design methods for developing services: An introduction to service design and a selection of service*

- design tools*. Obtido em: <https://www.designcouncil.org.uk/resources/guide/design-methods-developing-services>
- Ehn, P. (1988). *Work-Oriented Design of Computer Artifacts*. Umeå Universitet.
- Endeavor (2015a). *Ferramenta: Análise SWOT*. Obtido em: <https://endeavor.org.br/estrategia-e-gestao/ferramenta-analise-swot/>
- Figueiredo, M. (2014). Influência pombalina na morfologia urbana de São Luís do Maranhão. *Convergência Lusíada*, (32), 168-180.
- Franzato, C. (2011). O processo de inovação dirigida pelo design. Um modelo teórico. *REDIGE - Revista de Design, Inovação e Gestão Estratégica*. Obtido em: https://www.academia.edu/2510909/O_processo_de_inovacao_dirigida_pelo_design._Um_modelo_teorico
- Freire, P. (1974). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Fry, T. (2003) Design and the Political: Hot Debate. *Design Philosophy Papers*, 1(6), 361-362.
- Godinho, M. A. S. (2010). *Cova da Moura: bairro histórico em construção*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra). Obtido em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/14818>
- Goethert, R., & Hamdi, N. (1992). *La microplanificación: un proceso de programación y desarrollo con base en la comunidad* (1st ed.). Washington, DC: Banco Mundial.
- Gómez, R. O., González, R. M., & Fernández, G. R. (Eds.). (2001). *Herramientas de Planeamiento Participativo para la Gestión Local y el Hábitat* (1st ed.). La Habana, Cuba: Editorial Félix Varela.
- Gorgel Pinto, A., Rodrigues, D. C., Veiga, I., & Plentz, N. (2018). Ativismo Sociocultural Através da Educação e Prática de Design. Experiências no Bairro do Alto da Cova da Moura.

- In A. Gorgel Pinto, P. Reaes Pinto, & T. V. Furtado, (Eds.), *Cross Media Arts. Artes Sociais e Transdisciplinaridade - Social Arts and Transdisciplinarity* (pp. 274-287). Casal de Cambra, PT: Caleidoscópio. ISBN: 978-989-658-511-2.
- Hamdi, N. (2004). *Small change: about the art of practice and the limits of planning in cities*. London, UK: Earthscan.
- Hamdi, N. (2010). *The Placemaker's Guide to Building Community* (1st ed.). London, UK, Washington, DC: Earthscan.
- Jacobs, J. (1961). *The death and life of great American cities* (1st ed.). New York, NY: Vintage Books.
- Jacobs, J. (2014). *Morte e Vida de Grandes Cidades eBook: Jane Jacobs*. [E-reader] (3rd ed.). Rio de Janeiro, RJ: WMF Martins Fontes.
- Lefebvre, H. (1978). *De lo rural a lo urbano: Antologia preparada por Mario Gaviria* (4th ed.). Barcelona, ES: Edicions 62.
- Lefebvre, H. (2008). *O direito à cidade* (5th ed.). São Paulo, SP: Centauro Editora.
- Lydon, M., Bartman, B., Garcia, A., Preston, R., & Wouldstra, R. (2012). *Tactical Urbanism 2: Short-term Action for Long-term Change*. Obtido em: <https://issuu.com/streetplanscollabor> Acedido em 15 ago. 2017
- Lydon, M., & Garcia, A. (Eds.) (2012a). *Tactical Urbanism vol. 1: Short-term Action for Long-term Change*. Washington, DC: Island Press.
- Lydon, M., & Garcia, A. (Eds.) (2012b). *Tactical Urbanism vol. 2: Short-term Action for Long-term Change*. Washington: Island Press.
- Lydon, M., & Garcia, A. (Ed.). (2013). *Tactical Urbanism vol. 3: Casos Latinoamericanos*. Washington, DC: Island Press.
- Malheiros, J. M., Mendes, M., Barbosa, C. E., Silva, S. B., &

- Schiltz, A. (2007). *Espaços e expressões de conflito e tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa, PT: Observatório da Imigração.
- Manzini, E. (2015). *Design, when everybody designs: an introduction to design for social innovation*. The MIT Press.
- Manzini, E. (2008). *Design para a inovação social e sustentabilidade* (1st ed.). Rio de Janeiro, RJ: E-papers.
- Manzini, E. (2007). A laboratory of ideas: diffuse creativity and new ways of doing. In A. Meroni (Ed.), *Creative communities: People inventing sustainable ways of living* (1st ed., pp. 13–15). Milano, IT: Poli. Design.
- Mejía, R. E. (2012). Micropolíticas, cartografias e heterotopias urbanas: Derivas teórico-metodológicas sobre a aventura das (nas) cidades contemporâneas. *Revista Espaço Acadêmico*, (132), 1–9.
- Murray, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G. (2010). *The Open Book of Social Innovation*. The Young Foundation / NESTA.
- Nadler, G. (1980). A timeline theory of planning and design. *Design Studies*, 1(5), 299–307. Obtido em: [https://doi.org/10.1016/0142-694X\(80\)90064-2](https://doi.org/10.1016/0142-694X(80)90064-2)
- Nogueira, P., & Portinari, D. B. (2016, dez.). Urbanismo tático e a cidade neoliberal. *Arcos Design, Rio de Janeiro, RJ*, 9(2), 177-188. Obtido em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>
- Prinz, W., Beisert, M., & Herwig, A. (Eds.). (2013). *Action science: foundations of an emerging discipline* (1st ed). London, Cambridge, UK: MIT Press.
- Rádio e Televisão de Portugal (Produtor). (2016). *Terrenos da Cova da Moura só dão prejuízos* [Sexta às 9]. Lisboa, PT.
- Rodrigues, D., Franzato, C., & Almendra, R. (2016). Design

- Social: Fundamentos, tendências e contribuições para transformação social em processos de microplanejamento. In *Actas do Encontro de Doutoramentos de Design, Aveiro, Portugal*, 5, 214–221.
- Roggero, G. (2010, jan.-abr). Liberdade operaísta. *Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*, Rio de Janeiro, (30).
- Rolnik, S. (2006). *Cartografia sentimental: Transformações contemporâneas do desejo* (2nd ed.). Porto Alegre, RS: Editora UFRGS - Sulina.
- Rosa, M. L. (Ed.). (2013). *Microplanejamento: práticas urbanas criativas*. São Paulo, SP: Editora de Cultura.
- Sousa, S. (2005). *Iniciativa Bairros Críticos: Cova da Moura, Lagarteiro e Vale da Amoreira, Registos do processo*. Lisboa, PT.
- Tironi, M. (2017). Repensando la política desde el diseño (y el diseño desde la política). *Revista Diseña*, 11, 37-45. Obtido em: <https://www.revistadisena.com/repensando-la-politica-desde-el-diseno-y-el-diseno-desde-la-politica/>
- Trindade, R., & Lauro, R. (n.d.). *Micropolítica - Razão Inadequada*. Obtido em: <https://razaoinadequada.com/fundamentos/micropolitica/> Acedido em: 14 set. 2018.
- Valgeirsdottir, D., & Onarheim, B. (2017). Metacognition in Creativity: Process Awareness Used to Facilitate the Creative Process. In B. T. Christensen, L. J. Ball, & K. Halskov (Eds.), *Analysing Design Thinking: Studies of Cross-Cultural Co-Creation* (1st ed., pp. 215–228). London, UK: Taylor & Francis Group.
- Wacquant, L. (2008). Ghetto, Banlieue, Favela, et caetera: Tools for Rethinking Urban Marginality. In *Urban outcasts: a comparative sociology of advanced marginality* (1st ed., pp. 1–12). Cambridge, UK: Polity.

CAPÍTULO 05

EXPLORANDO O CAMPO

5. Explorando o campo

A definição do território a ser investigado ocorreu a partir da intenção de retomar o contato perdido com o bairro do Desterro, após o término do projeto Sustentar em 2008, e assim mais uma vez poder atuar junto aos seus moradores.

No final do ano de 2014, estabeleci contato com duas lideranças do bairro, que anteriormente estiveram vinculadas à União de Moradores do Centro Histórico de São Luís, entidade da sociedade civil que atua na proposição de melhorias na região.

Na altura, relatei minha intenção de utilizar o Desterro como campo do doutoramento. Fui bem-recebido, entretanto, como ainda não havia clareza dos rumos da investigação (o que ocorreu somente após a experiência da Cova da Moura), ficamos de conversar adiante.

Uma dessas lideranças confidenciou que haviam promessas de ações efetivas na região do bairro, e que a Subprefeitura do Centro Histórico afirmara que ainda no início daquele ano eles seriam comunicados sobre os planos da Prefeitura de São Luís (Informação verbal, 2014).

A experiência anterior no Sustentar Desterro havia me apresentado o grande potencial humano que estava represado pelas inúmeras desigualdades sociais causadas pelo estigma construído em torno dos seus moradores.

Esta investigação esteve desde o seu início apoiada na premissa de explorar a capacidade de designers amadores projetarem de forma conjunta com designers especialistas, em torno da procura de soluções para problemas complexos, a partir de uma cultura de design que possibilitasse a sustentabilidade do projeto no contexto de bairros vulneráveis.

Um caminho para a investigação onde considere que aqueles que vivem nesses territórios flutuam entre a vulnerabilidade e a potência, e que não devemos tratá-los como “vítimas indefesas” (Moser, 1998), já que essas pessoas possuem grande capacidade

de resiliência, com muitos recursos que podem torná-las agentes da solução (Manzini, 2015).

Quando abordo o termo “bairros vulneráveis”, adoto aqui o conceito de vulnerabilidade social proposto pelo Instituto de Pesquisa Económica Aplicada - IPEA, fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia do governo brasileiro. Através de suas investigações e análises, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento no Brasil (IPEA, n.d).

O IPEA é o órgão responsável pelo desenvolvimento do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e do Atlas da Vulnerabilidade Social (AVS) que conta com a parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU). Esses estudos dão suporte aos municípios e regiões metropolitanas brasileiras com indicadores que revelam os aspectos de vulnerabilidade social no território brasileiro (Costa, Santos, Marguti, Pirani, Pinto, Curi & Albuquerque; 2018).

O IPEA aborda o tema da “vulnerabilidade social” a partir de dois autores com visões distintas. A primeira referência é a perspectiva de “vulnerabilidade à desfiliação” do sociólogo francês Robert Castel (1994, 1998 apud Costa et al., 2018), que considera que a inserção dos indivíduos na sociedade se dá através do mundo do trabalho e das relações de proximidade, (relações familiares, de vizinhança e demais relações sociais e comunitárias).

Já a segunda perspectiva é proposta pela antropóloga britânica Caroline Moser, que nos anos 1990 atuou junto a outros investigadores, no desenvolvimento de inúmeros estudos para o Banco Mundial, os quais exploravam a temática da vulnerabilidade social.

Moser e seus colegas sustentavam o conceito de “vulnerabilidade de ativos”, a partir da compreensão de que as

situações de mal-estar social de indivíduos e famílias derivam da ausência de “ativos materiais e simbólicos” (emprego, moradia, capital humano, capital social, entre outros), ou da incapacidade para manejar adequadamente os ativos que possuem, diante de situações de risco (Moser, 1998 apud Costa et al., 2018).

O problema dessa segunda perspectiva é que ela desloca a responsabilidade pelo enfrentamento das questões inerentes a vulnerabilidade social, do poder público para os indivíduos, na medida em que estes devem dispor de capacidade de uso dos ativos que possuem, sem reconhecer a forma como estão expostos aos riscos inerentes de sua colocação em uma sociedade de mercado, que naturalmente, produz inserções desiguais através das formas de remuneração (assalariamento) (Costa et al., 2018).

A perspectiva adotada pelo IPEA refuta a visão de Moser, por acreditar que o diagnóstico das vulnerabilidades sociais devem ocorrer a partir de “processos sociais mais amplos contra os quais o indivíduo, por si só, não tem meios para agir e cujos rumos só o Estado, por meio de políticas públicas, tem condições de alterar” (Costa et al., 2018, p. 16).

Por fim, o trabalho do IPEA demonstra que o conceito de vulnerabilidade social é polissêmico. Suas diversas compreensões possuem virtudes e defeitos. Nesta tese, adota-se a perspectiva do instituto expressada por Costa e colegas (2018). Assim, entende-se que a vulnerabilidade social está relacionada a:

ausência ou à insuficiência de ativos que podem, em grande medida, ser providos pelo Estado, em seus três níveis administrativos (União, estados e municípios), constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional (Costa et al., 2018, p.16).

O IVS tem os seus dados apresentados por macrorregiões (cidades e regiões metropolitanas), organizados em três dimensões da vulnerabilidade social: a infraestrutura urbana do território; o capital humano dos domicílios inseridos neste território; e a formação da renda, o acesso ao trabalho e como são inseridos os residentes nesses domicílios (Costa et al., 2018).

Essas dimensões englobam diversos fatores que determinam as condições de vulnerabilidade social, dentre os quais: os contextos de trabalho e renda, o acesso a educação e saúde, condições de mobilidade, habitação e saneamento (Costa et al., 2018).

O conceito de vulnerabilidade social do IPEA serviu como base para a observação do contexto do bairro do Desterro no centro histórico de São Luís do Maranhão, sobre o qual me aprofundarei adiante.

A pesquisa de campo foi desenvolvida em dois períodos de 3 meses entre os anos de 2016 e 2017, quando utilizei uma metodologia de investigação intervencionista, a investigação-ação, a partir da perspectiva de Michel Thiollent:

Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 2011, p. 20).

O papel do investigador nesse tipo de investigação é ativo, tanto na análise dos problemas apresentados, quanto no acompanhamento e avaliação do desdobramento das ações que foram delineadas a partir dos problemas. Thiollent afirma que não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados, e os investigadores devem atuar “na própria

realidade dos fatos observados” (Thiollent, 2011, p. 22).

Thiollent (2011, p. 23) afirma ainda que a investigação-ação é uma metodologia da pesquisa social que é norteadada por alguns aspetos:

a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;

b) dessa interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob a forma de ação concreta;

c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nessa situação;

d) o objetivo da investigação-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;

e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;

f) a investigação não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos investigadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados (Thiollent, 2011, p. 23).

No método da investigação-ação, a coleta de dados utiliza diversos instrumentos, como a entrevista coletiva nos locais de moradia ou de trabalho e a entrevista individual em profundidade. Além dessas técnicas, podem ser aplicados questionários para gerar dados em maior escala. Alguns investigadores recorrem também a técnicas antropológicas, como a observação participante, diários de campo, histórias de vida, entre outros (Thiollent, 2011).

Dentre esses, além das entrevistas individuais em profundidade e as discussões e atas das reuniões, decidi adotar na primeira fase, em 2016, o registo de perceções em cadernos e na ferramenta de notas do telemóvel, além da base de dados gerada

em softwares de redes sociais como o Facebook e WhatsApp.

Na segunda fase, ocorrida em 2017, também utilizei como ferramenta de registo da evolução do processo o diário de campo, que ao final de cada dia era atualizado. Entretanto, após a análise do conteúdo gerado nesse diário, que descreve relatos envolvendo questões como tráfico de drogas, ameaças físicas, violência familiar e policial, optei por não disponibilizá-lo nos anexos desta tese.

O passo seguinte foi o alinhamento da investigação-ação com os propósitos da investigação em design. Em 2016 atuamos no bairro do Desterro com o uso do workshop como estratégia para a estruturar a investigação.

Binder (2007) afirma que esse é um modelo que ganhou atenção considerável, seja em workshops onde utilizadores e designers participam de forma colaborativa em atividades de projeto, ou naqueles onde muitas partes interessadas estão envolvidas, ou, ainda, na ênfase como um veículo de colaboração, e por último na investigação de design conduzida em um ambiente acadêmico.

Entretanto, Binder (2007) propõe que a investigação de design possa ser conduzida como um “laboratório para a mudança” (p. 2). E enfatiza que, mesmo que essa abordagem possa fazer uso extensivo do formato de workshop, a noção de um laboratório onde as partes interessadas exploram soluções de maneira aberta e colaborativa, através de um processo transparente e escalável, pode oferecer uma estrutura mais consistente para a investigação em design.

As duas etapas da investigação-ação foram apoiadas por fundamentos do microplaneamento, e em 2017 os conceitos de infraestruturação e *design things* também foram explorados, sobre os quais tratarei a frente.

O Laboratório de Design Social teve em seu início, um formato inspirado no conceito dos Laboratórios Vivos (*Living Labs* em inglês).

Os *Living Labs* são um modelo de cooperação onde os recursos e oportunidades são compartilhados com o foco na busca de respostas a problemas para, assim, proporcionar aos participantes o alcance de seus objetivos. São ambientes, onde pessoas (especialistas e não especialistas) interagem e trabalham de maneira ativa, projetando e implementando atividades experimentais cooperativas, que resultem em aprendizado coletivo e compreensão compartilhada (Boronowsky et al., 2006 apud Concilio & Riso, 2016).

Bannon e Ehn (2013) complementam afirmando que os *Living Labs* atuam com a crença no direito das pessoas à co-determinação das suas condições de vida e de trabalho, e com a consciência de como a participação pode levar a sistemas mais apropriados e utilizáveis, apoiados na utilização de diferentes modalidades de experimentação no desenvolvimento de soluções, além do valor de trabalhar com formas de prototipagem durante o processo de design. Eles enfatizam, ainda, que o principal ponto na abordagem dos *Living Labs* é a priorização da importância do papel dos utilizadores e dos contextos da vida real na inovação.

5.1. O bairro do Desterro

O Desterro está localizado na região do centro histórico de São Luís. A cidade surge em 1612, através de uma ocupação francesa que dura três anos até a retomada do território pela coroa portuguesa. O bairro faz parte do núcleo inicial da cidade, constituído pelo conjunto urbano que engloba também a Praia Grande (Figura 42), sendo que o primeiro foi o suporte residencial e portuário e o segundo, o grande centro comercial de São Luís até meados do século XX (São Luís, 2005).

Enquanto ao longo dos séculos XVIII e XIX a Praia Grande foi um bairro que abrigava os comerciantes portugueses, o Desterro era habitado por brasileiros, gente com ocupações menos nobres, geralmente relacionadas ao trabalho no porto, e outras funções diversas, tais como calafates, serralheiros, carpinteiros, práticos

e polieiros, dentre outras (São Luís, 2005).

Segundo um estudo realizado pela Prefeitura de São Luís no ano de 2005, o bairro do Desterro é formado por um conjunto de 398 casas distribuídas em 16 quadras, as quais, em sua maioria, têm características da arquitetura colonial portuguesa, ocupando uma área de cerca de 20 hectares (São Luís, 2005).

Figura 42

Localização do bairro do Desterro

(Fonte: *Google Maps*, 2018).



Becos, ladeiras, sobrados, solares e a presença significativa da azulejaria portuguesa constituem a visualidade do bairro. O Desterro já foi o palco da boemia da cidade de São Luís entre os anos de 1950 e 1970, “o lugar do meretrício, da noite nos quais os jovens eram iniciados e os governantes discutiam política nas casas de tolerância” (São Luís, 2005, p. 33; Noronha, Oliveira & Rodrigues, 2008).

Essa atividade noturna, junto à atividade pesqueira, possibilitou um destino para o bairro que difere do restante do centro histórico. Em 2005, 54% dos seus imóveis eram de uso residencial, contra os 6% nas demais áreas do centro histórico de São Luís (São Luís, 2005; Noronha et al., 2008).

Após a inauguração da ponte José Sarney sobre o rio Anil, em 1970, o eixo comercial começa a se deslocar para outras áreas da cidade, causando um esvaziamento gradativo do centro-histórico, que passou a sustentar o rótulo de marginal, violento, atrelado ao tráfico de drogas e também à manutenção da prostituição em

outros moldes. Uma imagem que não condiz com a realidade de todas as pessoas que ali moram (São Luís, 2005).

Na mesma altura, essa condição se agrava com a construção do porto do Itaqui, em uma outra região distante da cidade, que ocasionou a transferência da maior parte das atividades portuárias da região da Praia Grande e Desterro (São Luís, 2005).

Assim como a Cova da Moura, o Desterro também é conhecido como uma *no go area*, e carrega esse estigma desde a sua fundação. De bairro pobre que fornecia mão de obra para a região da Praia Grande, ficou posteriormente vinculado à prostituição e, nos dias de hoje, sofre com uma imagem ligada à violência, ao tráfico e ao consumo de drogas.

Ao retomar o contato com os moradores do bairro do Desterro quase oito anos depois, a percepção era que o estigma persistia. Muito disso era fruto da imagem pública de abandono, devido a crescente deterioração de muitas de suas construções históricas, ocasionada pelo esvaziamento da região do centro histórico, além da presença do tráfico e de utilizadores de drogas.

Entretanto, assim como constatado no ano de 2007 na ocasião do desenvolvimento do Projeto Sustentar, ainda era possível identificar um grande potencial cultural e criativo na comunidade do Desterro, expressado através das suas manifestações cotidianas.

Um cenário que combinava “demandas e oportunidades” (Manzini, 2008), sendo bastante favorável para a consolidação de comunidades criativas, onde as demandas são originadas a partir dos problemas da vida cotidiana e as oportunidades surgem das diversas combinações de três elementos básicos:

A existência (ou ao menos a memória) das tradições;
a possibilidade de utilizar (de uma forma apropriada)
uma série de produtos, serviços e infra-estruturas; a
existência de condições sociais e políticas favoráveis (ou

pelo menos capazes de aceitar) o desenvolvimento de uma criatividade difusa (Manzini, 2008, p. 65).

O Desterro preserva suas tradições, que estão expressas em diversas manifestações, tais como: os contadores de histórias, grupos de dança folclóricas, a culinária tradicional, a escola de samba Flor do Samba, fundada em 1939; a procissão dos Orixás, realizada no dia 08 de setembro, quando se comemora a fundação da cidade de São Luís, e as festas juninas.

Conta também com uma rede de pequenos serviços que englobam gráficas, empresas de comunicação visual, ateliês de pintura e artesanato, bares e lanchonetes, grupos de teatro, estúdios de gravação, entre outros.

No perímetro do bairro se encontram a Igreja de São José do Desterro, uma das mais antigas da cidade; órgãos públicos; a Faculdade de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão; uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA; a Escola de música do Bom Menino; além do Convento das Mercês, edificação de grande valor histórico e com forte apelo turístico (Figura 43).

Figura 43

Convento das Mercês.
(Fonte: Kartagener2,
Flickr, 2013).



No final de janeiro de 2015, foram iniciadas ações com o objetivo de diminuir os problemas relacionados ao tráfico e uso de drogas na região do bairro. Acredito que essas tinham relação com relato da liderança do bairro no mês anterior.

A primeira delas foi uma ação conjunta da Subprefeitura do Centro Histórico com a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), o Ministério Público do Estado e Polícia Militar do Maranhão (Figura 44).

Figura 44

Ação de desocupação de casarão na esquina das ruas da Palma e da Saúde no Desterro

(Fonte: “Operação conjunta”, 2015).



O objetivo, na altura, era retirar pessoas de uma casa abandonada localizada na esquina das ruas da Palma e da Saúde, no Desterro, que foi lacrada, em seguida, com tijolos (Figura 45).

A edificação, segundo informações da Polícia Militar do Maranhão, era um dos principais pontos de venda e consumo de drogas no Centro Histórico de São Luís. Dezenas de pessoas, em sua maioria utilizadores de crack, frequentavam irregularmente o local como refúgio, que também chegou a abrigar crianças e idosos em situação insalubre (“Operação conjunta”, 2015).

A desocupação foi a primeira etapa de uma ação que visava a sua reforma para dar lugar à “Casa do Bairro” do Desterro, onde seriam oferecidos diversos serviços aos moradores da

região, desde atendimentos médicos e a realização de cursos profissionalizantes, até abrigar o Conselho do bairro do Desterro e um pequeno auditório (“Operação conjunta”, 2015).

Figura 45

Casa abandonada localizada na esquina das ruas da Palma e da Saúde.

(Fonte: doutorando, 2015).



Em fevereiro de 2015, foi realizada uma outra operação para a retirada de construções irregulares da Praça do Pescador, também conhecido como “Inferninho”¹, região próxima ao Desterro.

Foi uma ação integrada de reordenamento urbano coordenada pela subprefeitura do Centro Histórico, em parceria com o governo do Estado do Maranhão e o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Figura 46).

O objetivo na altura era requalificar o espaço, que vinha sendo “ocupado pelo tráfico, prostituição infantil e elevado registro de casos de violência em decorrência do excessivo uso de álcool” (“Operação faz retirada”, 2015, p. 2).

Essa movimentação do Estado em torno da requalificação de

¹ O Inferninho é uma designação atribuída a uma região localizada na Praça do Pescador, considerada por alguns como sendo parte do bairro do Desterro. Já para outros faz parte da região do Portinho (Ferreira, 2012).

espaços na região do Desterro se constituía uma oportunidade para esta investigação, já que existiam articulações, tanto no âmbito da micropolítica quanto no da macropolítica, que poderiam servir como um estímulo para a participação em novos processos no bairro.

Figura 46

Ação de reordenamento urbano na Praça do Pescador

(Fonte: “Operação faz retirada”, 2015).



5.2. O Laboratório de Design Social do Desterro

A reaproximação com os moradores do bairro do Desterro, visando à realização do trabalho de campo, ocorreu na primeira quinzena do mês de dezembro de 2015.

Na altura estabeleci a proposta de realização de um “coletivo de ideias”, um espaço onde fosse possível formar uma rede de pessoas com interesse em pensar propostas de intervenção no bairro.

Apesar de nessa época o Kowork ainda estar em andamento, como ainda havia uma boa expectativa em torno da implementação do projeto, contactei duas lideranças do bairro e apresentei os resultados alcançados no processo participativo com os jovens da Cova da Moura.

A proposta era repetir o processo através de um workshop de design e colaboração, apoiado em um cronograma compacto, de

no máximo duas semanas seguidas, e este deveria contar com jovens que fossem residentes, estudantes ou trabalhassem no bairro do Desterro, com idade entre 15 e 25 anos, para assim englobar aqueles que estavam no ensino médio, e também outros que estivessem em um momento de inserção no mercado de trabalho.

A ideia era cruzar as expectativas de futuro individuais com a percepção da realidade do Desterro e, assim, incentivar o surgimento de iniciativas empreendedoras que envolvessem os jovens com o bairro.

Para isso, pedi a colaboração das lideranças no intuito de envolver os jovens do bairro, e eles pediram que voltasse a contatá-los no início do mês de janeiro.

No dia 06 de janeiro de 2016, procurei-os e apenas um deles me retornou com a informação. Relatou que apenas um jovem havia concordado em participar, mas que um outro morador que não se encaixava na faixa etária também gostaria de fazer o workshop. Estes se juntaram a um grupo de treze alunos e uma professora do curso técnico de artesanato do IFMA Centro Histórico.

O workshop ficou estruturado em seis encontros com cinco horas de duração, perfazendo 30 no total, que ocorreram nos dias 26, 28, 29 de janeiro e 01, 02 e 03 de fevereiro de 2016, em um espaço cedido pelo IFMA Centro Histórico em sua sede.

A ideia era que a partir dessa experiência fosse constituído o LABDES - Laboratório de Design Social do Desterro, um espaço para discussão e proposição de ideias para o bairro através da consolidação de uma cultura de design.

O objetivo do workshop foi o de proporcionar uma formação básica de design para o grupo de jovens, que possibilitasse o mapeamento das demandas e oportunidades do bairro, e a partir delas, estimular a formação de redes colaborativas entre o design amador e o especialista, que viabilizassem a implementação de pelo menos uma das ideias propostas.

A perspectiva da implementação seria influenciada pela abordagem do microplaneamento e, em um momento inicial, os seus recursos deveriam ser viabilizados pela própria rede de pessoas envolvidas, sem qualquer ajuda do Estado.

A proposição era desenvolver uma solução em modo beta, que pudesse ser aprimorada a partir dos vínculos sociais gerados no processo, estabelecendo uma consciência política nos participantes que fortalecesse o grupo nas futuras negociações no âmbito da macropolítica.

Retomando o pensamento de Sennett (2012) esse fortalecimento viria através da prática, experimentação e comunicação com os outros, onde o processo capacitaria o grupo a escolher o tipo de cooperação desejada e quais seriam os termos da troca entre todas as partes envolvidas.

O workshop foi iniciado no dia 26 de janeiro com a apresentação dos objetivos da investigação e das etapas do processo; logo em seguida, assim como no Kowork, foi realizado o exercício “*Egg drop Project*” (Figura 47).

Figura 47

Exercício *Egg Drop Project*

(Fonte: doutorando, 2016)



O segundo encontro ocorreu no dia 28 de janeiro, e o grupo foi convidado a refletir sobre o exercício do primeiro dia, analisando

como cada grupo agiu ao deparar com o problema, buscar uma solução e executá-la. Esse foi o ponto de partida para fazer uma apresentação sobre o processo do design e também sobre as várias vertentes que estão presentes em nosso cotidiano, culminando com o design social e participativo.

Foi também nesse encontro que os jovens conheceram o *Double Diamond* design process. Finalizamos o dia com a realização de um breve questionário com três questões: 1 - O que vocês conhecem do bairro do Desterro; 2 - O que o bairro do Desterro possui de melhor e 3 - Existe algo no bairro que precisa ser melhorado? Foram 16 questionários respondidos no total. Finalizamos esse encontro com a criação de um grupo do Facebook que serviria como canal de comunicação e registo de todas as etapas do processo.

No terceiro encontro, do dia 29 de janeiro, iniciamos a etapa da Descoberta do *Double Diamond*. Nela os participantes foram estimulados a desenvolver um mapeamento afetivo do bairro, ao andar pelo Desterro e, assim, compreender os modos de vida na escala da rua, conversar com os moradores e pessoas que trabalham na região, coletar histórias, percepções e sentimentos. E em paralelo realizar um registo fotográfico com seus telemóveis (Figura 48).

Figura 48

Participantes caminham pelo Desterro e realizam uma cartografia do bairro

(Fonte: doutorando, 2016).



A ideia aqui era confrontar as percepções dos participantes com aqueles que vivem no bairro. Ao retornar para o IFMA, retomamos as respostas do questionário respondido no encontro anterior. Ao verificarmos as respostas da primeira pergunta: O que vocês conhecem do bairro do Desterro, foi notável a quantidade de participantes que apenas conheciam o Convento das Mercês e o próprio IFMA.

Ao analisarmos as respostas, muitos disseram que não se sentiam seguros no bairro, em grande parte por orientação dos próprios pais, que diziam que a região do centro histórico era um lugar frequentado por “bandidos” e utilizadores de drogas. Nesse momento, os dois moradores que faziam parte do grupo colocaram que, apesar da necessidade de uma maior atenção com a segurança, o Desterro “era mais seguro do que muitos outros lugares da cidade” (anotações de campo, 2016).

Aproveitei o debate para contrapor as respostas com a experiência de caminhar e conversar com as pessoas do Desterro. Todos foram unânimes em dizer que se sentiram seguros e bem-recebidos no bairro.

Em seguida, coloquei uma impressão do *Google Maps* em grande formato, e todos foram convidados a marcar os locais que consideravam relevantes no Desterro. Aqueles que não moravam no bairro tiveram dificuldades em indicar os pontos com precisão e foram auxiliados pelos participantes moradores (Figura 49).

Então começamos a elencar tópicos que cruzavam as perguntas dos questionários com a experiência da caminhada pelo bairro (Figura 50).

O estigma relacionado com o tráfico de drogas, a degradação do casario colonial, a falta de infraestrutura de lazer, de posto de saúde, de acessos a creches e moradia, de limpeza urbana foram apontadas como problemas a serem enfrentados.

Em paralelo, os participantes elencaram oportunidades relacionadas à memória expressa nas histórias dos moradores, a beleza de seu acervo arquitetônico, e a riqueza das manifestações

culturais do bairro, expressas na dança, teatro, música e artesanato.

Figura 49

Participantes moradores mapeiam os pontos relevantes do Desterro

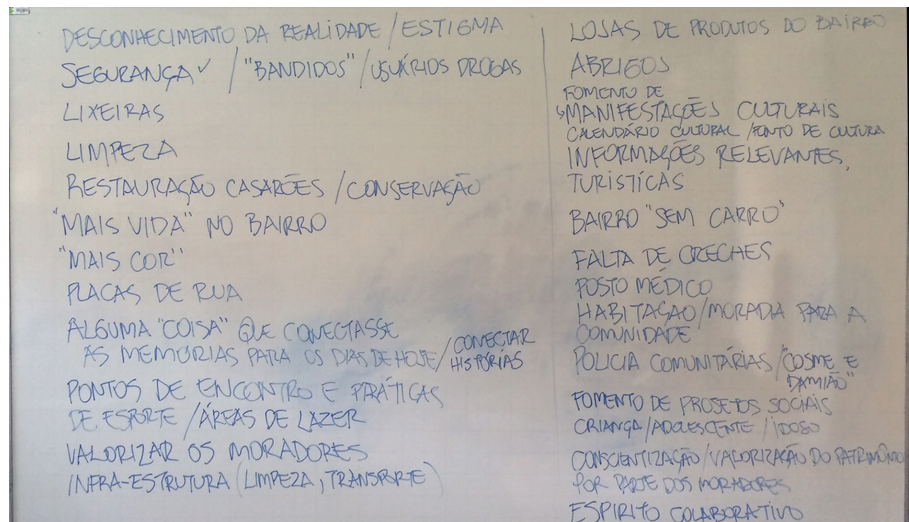
(Fonte: doutorando, 2016).



Figura 50

Conjunto de tópicos elencados no questionário e mapeamento afetivo do bairro do Desterro

(Fonte: doutorando, 2016).



Todas essas percepções compuseram a etapa de Definição do *Double Diamond*, e serviram para esclarecer pontos e pensar quais seriam as soluções mais adequadas para os problemas do bairro, além de como poderíamos potencializar o que ele tinha de melhor.

Já na etapa de Desenvolvimento, que ocorreu no dia 01 de fevereiro, foram discutidas soluções para as questões levantadas.

Assim como no Kowork, também usamos ferramentas de análise de cenários como as de SWOT e 5W2H para explorar a complexidade de cada ideia. Para isso, eles utilizaram um formulário previamente desenvolvido (Figura 51).

Figura 51

Formulário adaptado da técnica 5W2H

(Fonte: doutorando, 2016).

LABDES - DESTERRO NOME DA IDEIA:

Questões: O que aborda? Descreva a questão.

O que é? O que precisa ser feito?

Onde? Em qual lugar deve ser implementado

Como? Como deve ser implementado

Quem? Quem será envolvido na ação

As sete propostas apresentadas abordavam soluções para a valorização dos espaços do bairro através da colocação de lixeiras, construção de jardins e espaços de lazer, hortas comunitárias, criação de uma agenda cultural com as manifestações artísticas do Desterro e ações de segurança pública (Anexo 1).

Nesse mesmo dia, iniciamos a procura por lugares do bairro que teriam potencial para uma intervenção e, com o auxílio de imagens do *google maps*, especulamos como as ideias propostas se encaixariam nos espaços (Figura 52).

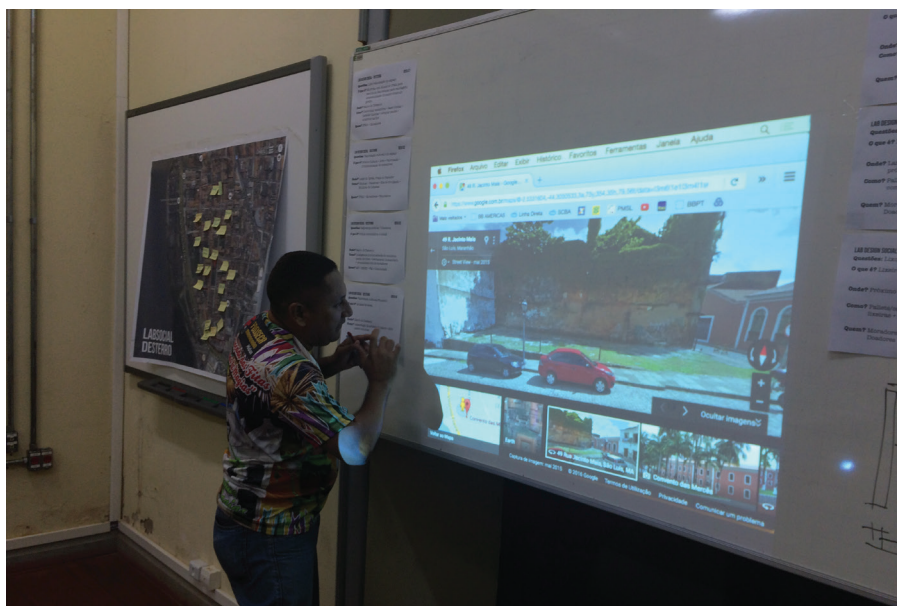
Aqui usamos a perspectiva de escala do microplaneamento, e pensamos também como o espaço poderia incentivar a participação comunitária, tornando-o um local de experiências e ponto de partida para outras transformações no bairro.

Com os locais potenciais escolhidos, realizamos mais uma caminhada onde os participantes moradores foram os guias e, assim, pudemos analisar qual deles seria mais adequado.

Figura 52

Participante morador fala de uma área potencial de intervenção

(Fonte: doutorando, 2016).



Foi então escolhida uma área localizada na esquina das ruas Jacinto Maia e 28 de Julho, no Desterro, local onde antes existia um casarão em estilo colonial que, segundo relatos de moradores, desabou há mais de 40 anos (Figura 53).

Figura 53

Área localizada na esquina das ruas Jacinto Maia e 28 de Julho no Desterro

(Fonte: doutorando, 2016).



Após algum consenso em torno do espaço, retornamos ao IFMA e então iniciamos o detalhamento da proposta de intervenção. Aqui utilizei uma abordagem generativa para

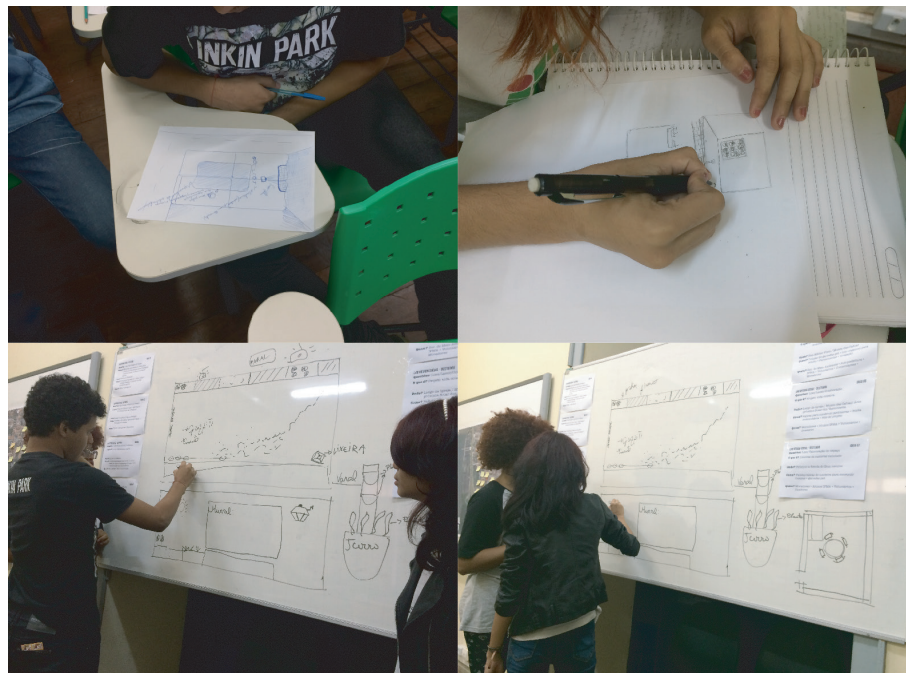
questionar como a área atenderia a algumas questões das ideias desenvolvidas e quais seriam os públicos afetados.

Logo em seguida, os participantes foram convidados a especular como seria a ocupação do espaço, recordando que era necessário, nesse primeiro momento, pensar em soluções que não envolvessem recursos estatais. Divididos em grupos eles desenvolveram esboços, que depois foram apresentados para todos os participantes (Figura 54).

Figura 54

Participantes especulam como o espaço poderá ser ocupado

(Fonte: doutorando, 2016).



Nesse momento atuei como pessoa-recurso, orientando detalhes técnicos de materiais e processos de construção mais adequados para o que estava sendo proposto.

Então realizamos pesquisas na internet e, como só havia um computador disponível, eles determinavam os tópicos de busca como: “lixeiros de material reciclável”, “jardineiras artesanais”, “bancos de praça artesanais”, “móveis de paletes”, etc. (Anotações de campo, 2016). E então discutíamos que tipo de artefactos eram mais adequados e inseríamos nos desenhos (Figura 55).

No dia 02 de fevereiro partimos para a etapa de Entrega. E

para isso, ao contrário do que havia sido feito no Kowork, onde recebemos o auxílio de outros doutorandos da FAUL para o refinamento da ideia, foi viabilizado um workshop do software *Sketchup* com 5h de duração, com a colaboração do designer e professor do UNICEUMA Leanjoelson Andrade.

Figura 55

Participantes pesquisam artefactos e discutem como estes poderiam compor o espaço escolhido

(Fonte: doutorando, 2016).



Então iniciamos com a apresentação dos esboços, explicitando como a solução foi estruturada para ser implementada, e definimos os materiais, em sua maioria madeira oriunda do reaproveitamento de paletes, e assim os participantes foram apresentados às funções da ferramenta e, de forma gradual, construíram layouts (Figura 56).

O último dia de workshop, 03 de fevereiro, serviu para finalizar os layouts, além de quantificar o material necessário para realizar a ação, e visualizar quem poderia ser parceiro potencial na implementação (Figura 57).

A proposta final abrangia a limpeza do terreno, a construção de mobiliário de convivência temporário, um micro-jardim, o preparo e pintura de uma das paredes para permitir a projeção de filmes para a comunidade, o que eles denominaram de “cine-

parede”, e de painéis com artistas de rua (Figuras 58 e 59).

Figura 56

Primeiro dia de workshop de *Sketchup*
(Fonte: doutorando, 2016).



Figura 57

Último dia de workshop para a
finalização da proposta
de intervenção
(Fonte: doutorando, 2016).



Para construir um cenário favorável a implementação, seriam necessárias a apresentação da proposta de intervenção para os moradores e a ampliação da rede de pessoas que pudessem

colaborar com as competências necessárias para a sua execução.

Figura 58

Proposta de intervenção para o espaço na esquina da rua 28 de julho no Desterro

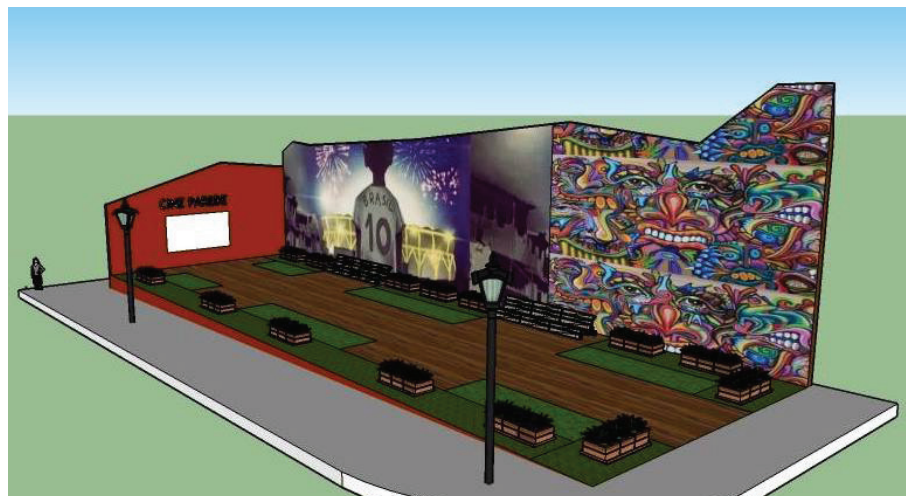
(Fonte: doutorando, 2016).



Figura 59

Último dia de workshop para a finalização da proposta de intervenção

(Fonte: doutorando, 2016).



O interessante foi verificar que, mesmo sem que os participantes do workshop do Desterro tenham conhecido a solução proposta pelo Kowork para a Cova da Moura, a ideia de intervenção no bairro guardava semelhanças quanto ao tipo de demanda por áreas que proporcionem o acesso a cultura, lazer e convivência, uma carência bastante comum em bairros vulneráveis.

Nesse mesmo dia, estruturamos a formação de um grupo

decisório que pudesse pensar em uma estratégia de aproximação com os demais moradores, para assim construir uma agenda de ocupação do espaço, além do planejamento da intervenção.

O workshop foi encerrado com uma expectativa positiva quanto à viabilidade da intervenção, e inclusive um dos participantes moradores relatou que “tudo daria certo, já que o terreno não tem dono” (Anotações de campo, 2016).

Devido à proximidade com o carnaval e em razão de grande parte dos moradores estarem envolvidos com o desfile da Escola Flor do Samba, ficamos então de acordar a data de apresentação para depois do dia 10 de fevereiro.

Retomamos o contato no dia 11 de fevereiro, quando ficou acordado que faríamos a apresentação no dia 22 do mesmo mês, no próprio espaço escolhido para a ação e assim teríamos alguns dias para desenvolver um convite e disseminá-lo junto aos moradores e possíveis parceiros.

A direção do IFMA Centro Histórico disponibilizou a impressão de alguns convites e, por orientação de um participante morador, visitamos casas de moradores e entregamos em mãos os impressos e reforçamos a importância de participação na apresentação (Figura 60).

Figura 60

Convite para apresentação do projeto (Fonte: doutorando, 2016).



No dia 22 de fevereiro de 2016 ocorreu a apresentação da proposta de intervenção desenvolvida no workshop, que contou com moradores, os participantes do workshop, representantes do IFMA, do Convento das Mercês e pessoas que trabalham na região. Foram disponibilizados cem convites, entretanto havia 25 pessoas presentes (Figura 61).

Figura 61

Apresentação do projeto

(Fonte: Fonseca Maranhão, 2016).



A proposta foi bem-recebida pelos presentes, sendo colocada a necessidade de constituir um grupo composto com lideranças do bairro, representantes de entidades interessadas no projeto, professores e alunos de universidades que possuem unidades no Centro Histórico e do IFMA Centro Histórico.

Também colocaram a necessidade de identificar quem detinha a posse do terreno e constituir um grupo de técnicos que pudesse realizar um detalhamento do espaço.

Para isso, além da página do Facebook, foi criada uma lista de emails para comunicar os próximos passos do projeto, e foi colocada a necessidade de apresentar a proposta para um grupo maior de moradores. Assim, foi sugerida uma nova apresentação no dia 26 de fevereiro para agregar novos participantes do bairro.

E foi nesse encontro do dia 26 que ocorreu a minha última reunião presencial, já que retornaria a Portugal no dia 03 de março. Essa reunião aconteceu na Casa do Bairro, que teria a sua inauguração oficial apenas alguns dias depois, em 07 de março, mas o espaço já vinha sendo utilizado pelos moradores no esforço de articulação do seu funcionamento.

Na ocasião, tivemos a presença de 17 pessoas, sendo que três delas eram do grupo de participantes do workshop, e os demais estavam divididos entre moradores, representantes da FUMPH - Fundação Municipal do Patrimônio Histórico, de ONG's e do IFMA (Figura 62).

Figura 62

Segunda reunião de apresentação do projeto

(Fonte: doutorando, 2016).



Juntamente com os participantes do workshop, repetimos a apresentação dos resultados e abrimos o espaço para o debate. Surgiram questionamentos sobre os interesses políticos do projeto, e se este estava vinculado a algum candidato ou partido político, o que foi negado por nós, reforçando o caráter micropolítico da intervenção e também os objetivos desta investigação (Anotações de campo, 2016).

Na altura, um representante de um grupo musical que

atua no bairro disse que o terreno era utilizado por eles para apresentações festivas “há muito tempo” e que a ação poderia prejudicá-los, e então reforçamos que nossa intenção era trazer melhorias ao espaço para abrigar todas as manifestações culturais, reafirmando que a proposta estava em construção e a intenção era que todos pudessem colaborar com novas ideias (Anotações de campo, 2016).

Foi cogitada, também, a possibilidade de uma ocupação “não-autorizada” com caráter artístico, para sensibilizar outras pessoas para o potencial do terreno. De pronto, três pessoas se dispuseram a colaborar para buscar recursos para realizar a pintura do mural de arte urbana (Anotações de campo, 2016).

Para finalizar a reunião, expliquei a minha necessidade de retorno a Lisboa devido ao prazo de três meses de permanência no Brasil concedido pela CAPES para o primeiro ciclo do trabalho de campo, e que as próximas reuniões seriam conduzidas por participantes do workshop.

Também me coloquei a disposição como pessoa-recurso, com minhas habilidades como designer, no desenvolvimento de todo o material visual necessário, além de assumir a função de relatoria dos próximos encontros, com o compromisso de envio de relatórios semanais para a lista de emails e para o grupo do Facebook.

Apesar de não fazer parte dos objetivos desta investigação, me pareceu pertinente entender qual tipo de contribuição as TIC teriam no processo de comunicação das ações e no envolvimento de novos participantes.

Além de viabilizar a minha observação, com as devidas limitações, a utilização dessas tecnologias pôde agilizar o processo ao permitir que as pessoas fossem comunicadas sobre as atividades e compartilhassem seus interesses e preocupações a respeito do projeto, além de constituir um vasto registo dos desdobramentos da investigação.

O primeiro boletim informativo foi divulgado no dia 01

de março de 2016, com os resultados da reunião de 26 de março, além de disponibilizar a primeira lista de contactos de interessados no planeamento da intervenção (Anexo 2).

Retornei à Lisboa, houve poucas interações por email e no grupo do Facebook, e ficou acordado que os boletins informativos seriam enviados sempre as terças-feiras, além da divulgação de informações e sugestões sobre o projeto.

As interações retornaram após o envio do boletim de 08 de março e ocorreram em sua maioria por email. Então foi proposta a convocação de uma reunião para o dia 11 de março, por parte de um dos responsáveis por viabilizar os recursos para o mural artístico. Outros se dispuseram a serem convocados para qualquer atividade, além de ter havido também a sugestão da criação de um grupo de WhatsApp, já que algumas pessoas não acessavam email e Facebook, facto que ocorreu no mesmo dia. E, por fim, e o representante do Convento das Mercês propôs o início da limpeza do espaço.

Pela indisponibilidade de acesso a internet, a reunião do dia 11 foi relatada por uma participante. Nela foram feitas sugestões de alterações no projeto, além da necessidade de inclusão de outros grupos vinculados ao bairro do Desterro (Figura 63).

Figura 63

Reunião do dia 11/03/16

(Fonte: Denis Cutrim, 2016).



A interação pelo grupo de WhatsApp foi intensa nos dias que se seguiram: entre 12 e 15 de março ele passou de 12 para 33 participantes. No dia 14 foi descoberto que o terreno da intervenção pertencia à fundação responsável pela gestão do Convento das Mercês mas, por se tratar de área tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, qualquer ação dependia de autorização do IPHAN.

Em 18 de março ocorreu a terceira reunião de organização da intervenção, já com um número maior de participantes, que incluía novas entidades, em sua maioria ONGs, onde foram apresentadas as alterações no projeto e foram programadas uma reunião com o IPHAN para o dia 21 e a limpeza do espaço para o dia 26 de março (Figura 64).

Figura 64

Reunião do dia 18/03/16

(Fonte: Maud Neiro-Vasquez, 2016).



Nesse mesmo dia os participantes decidiram que seria importante constituir uma agenda de eventos que possibilitasse “invadir o espaço”, dar uso prático, e que isso seria através de uma “ocupação sociocultural”, a ser coordenada por um dos parceiros, chamada de “Comunidade na praça”. Seu formato teria apresentações artísticas e atividades educativas e ocorreria no dia 02 de abril (Anotações de campo, 2016).

Apesar da rede de parceiros estar a aumentar, o que ampliava a possibilidade de implementação do projeto, a inserção de novos interessados deu início a uma fase onde as reuniões se tornaram mais longas, já que ficou acordado que cada grupo interessado

na intervenção teria um tempo para expor o seu trabalho através de apresentações orais e, assim, o grupo poderia definir como se daria a cooperação.

Foi nessa altura que comecei a receber mensagens privadas de pessoas a reclamar do desvirtuamento das discussões, já que havia uma necessidade de dar ênfase e protagonismo aos próprios projetos desses novos participantes, o que começou a gerar desinteresse por parte daqueles que haviam participado do workshop (Anotações de campo, 2016).

Aqui é importante colocar a questão de como estava se constituindo a liderança do projeto. Com a minha ausência física, ela vinha sendo assumida de forma orgânica por três participantes do workshop e uma liderança do bairro. O que me pareceu pertinente e natural na altura acabou por constituir em mais um ponto de conflito, como tratarei mais adiante.

A ação de limpeza do terreno e pintura da parede para a utilização no Cine-parede foi autorizada na reunião no dia 21 de março, na sede do IPHAN. Seguindo as normas do órgão, foi impedido qualquer tipo de escavação, além da necessidade de uso de tinta a base d'água.

A limpeza ocorreu no dia 26 de março e contou com a presença de um pequeno grupo de moradores e voluntários. A finalização da preparação da parede para receber as projeções foi adiada devido a uma intensa chuva (Figura 65).

No dia 30 de março foi realizada a quinta reunião para alinhar as ações de preparação do evento “Comunidade na praça”, definindo a finalização da pintura da parede no dia 01 de abril. Nela também ficou sugerida a estruturação de uma oficina de mobiliário para construir os móveis do espaço da Jacinto com a 28, onde um dos participantes do workshop propôs um formato de dois dias a ser realizado em um fim de semana a ser definido, e seria ministrada por um professor de design da universidade UniCEUMA (Anotações de campo, 2016).

A ação “Comunidade na praça” ocorreu no dia 02 de abril

de 2016 e foi coordenado pela Reds - Rede de Educação e Desenvolvimento Sustentável e com apoio da ONG Nave e outros voluntários.

Figura 65

Ação de limpeza no terreno - 18/03/16

(Fonte: Maud Neiro-Vasquez, 2016).



No evento foram realizadas diversas atividades, como um pequeno mercado de roupas customizadas, apresentação musical e teatro infantil, entretanto a programação precisou ser interrompida devido a uma forte chuva no local (Figura 66).

Figura 66

Ação "Comunidade na praça" - 02/04/16

(Fonte: Maud Neiro-Vasquez, 2016).



Através dos depoimentos do WhatsApp, foi possível perceber que a ação teve uma receção positiva, demonstrando o potencial de desdobramentos que a rede de parcerias poderia realizar neste espaço e demais áreas do bairro do Desterro.

Entretanto foi justamente nesse momento que os conflitos sobre o uso do espaço se iniciaram, assim como agendas ocultas que não estavam evidentes. Aquele que antes era considerado um espaço de passagem, com uso esporádico, passou a ser uma fonte de disputa.

É necessário colocar que há uma divisão histórica no Desterro. Ela surgiu com o estigma relacionado a zona de prostituição, popularmente chamada de “zona” ou “28”, porque no passado grande parte dos prostíbulos estavam localizados na rua 28 de julho.

Então existe uma divisão no bairro entre as regiões “de cima” e a “de baixo”, sendo a primeira a área que compreende as ruas onde antes existiam os “cabarés”, e mesmo que eles não existam mais, os seus moradores são estigmatizados pelos da região “de baixo” como “pessoas de baixo nível moral” (Ferreira, 2012, p. 36).

Já na área designada como “de baixo”, ou para muitos o “verdadeiro” Desterro, seus moradores se intitulam como gente “de família” e são classificados pelos moradores da região “de cima” como “pseudo-elitizados” e “pseudo-moralizados” (Ferreira, 2012, p. 36).

Não era possível determinar na altura se essa histórica divisão prejudicaria a intervenção no espaço. No entanto já havia relatos de participantes do workshop que evidenciavam um certo desinteresse da maioria dos moradores com as ações na esquina da Rua 28 com a Jacinto Maia (Anotações de campo, 2016).

As mensagens do WhatsApp diminuíram nos dias que seguiram e as reuniões que vinham acontecendo com uma periodicidade semanal tiveram sua primeira quebra, sendo que a próxima só ocorreu dez dias após a essa ação, no dia 12 de

abril. Nesse dia, realizei uma apresentação com um panorama das ações realizadas, desde a apresentação dos resultados do workshop no dia 22 de fevereiro até o evento “Comunidade na praça”.

Minha intenção na altura era tentar motivar o grupo rumo à continuidade da intervenção. Explicitei também a necessidade de definirmos um planejamento de ações para a implementação da ideia proposta pelos participantes do workshop, que havia sido alterada nas reuniões anteriores. Nessa mesma direção, apresentei dois novos parceiros, uma arquiteta e urbanista, investigadora da temática de intervenções lúdicas em espaços públicos, e mais um designer, que a partir desse momento iria colaborar com o material de divulgação e apoio da intervenção.

No mesmo dia um dos participantes relatou que havia a necessidade de uma maior integração entre os alunos do IFMA e os jovens do bairro do Desterro, pois alguns se “sentem excluídos” ou se “excluem” por acreditarem que não tem espaço na instituição de ensino (Anotações de campo, 2016).

Na altura, isso se devia ao facto dessa instituição de ensino pública presente no bairro há seis anos, ainda ser vista como inacessível aos jovens moradores, por estes desconhcerem o critério de seleção para ingressar na escola, o que passou a ser observado pela direção, desde então, com ações de aproximação com a comunidade do Desterro.

Na medida em que as reuniões aconteciam, os conflitos iam sendo evidenciados. Os principais relatos apontavam para divergências no modo de condução das reuniões, onde havia desvios de pautas ocasionadas pela necessidade de novos parceiros ou moradores tratarem questões alinhadas às suas agendas de interesse (Anotações de campo, 2016).

Isso se devia à visível ausência de um fórum de discussões institucional no bairro, já que a gestão da União de Moradores do Centro Histórico, entidade representativa dos bairros da Praia Grande, Desterro e Portinho, não vinha realizando assembleias e

nem correspondendo com as demandas urgentes da comunidade.

Durante o mês abril de 2016, foram realizadas mais duas ocupações artísticas, nos dias 16 e 30 de abril, com sessões do “Cine-parede” que foram direcionadas ao público infantil (Figura 67 e 68).

Figura 67

Sessão do “Cine Parede” - 16/04/16

(Fonte: Denis Cutrim, 2016).



Figura 68

Sessão do “Cine Parede” - 30/04/16

(Fonte: Maud Neiro-Vasquez, 2016).

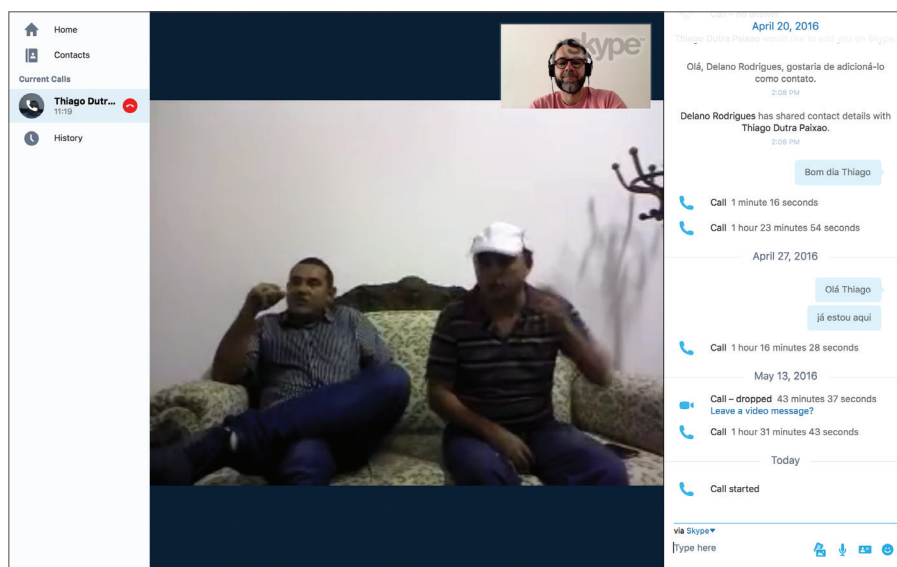


No dia 20 de abril foi realizada mais uma reunião para analisar a evolução do projeto e somente duas pessoas compareceram (Figura 69).

Figura 69

Reunião via Skype -
20/04/16

(Fonte: doutorando,
2016).



Apesar do esforço de duas lideranças envolvidas, poucos foram os moradores que se dispuseram a participar das reuniões e das ações desenvolvidas no espaço, fator que causou estranhamento e desânimo para os outros participantes, principalmente os que estavam envolvidos desde o workshop.

Um desses participantes confessou com descrença: “de que vale fazer essas coisas se não conseguimos trazer os moradores?” (Anotações de campo, 2016).

Já o grupo do WhatsApp, que chegou a contar com 68 participantes, sendo um espaço adequado a disseminação das notícias, onde as opiniões podiam ser expressas de forma livre, foi esvaziando de forma gradual e na altura contava com 33 inscritos.

Como ainda não existia um fórum on-line do bairro em softwares de redes sociais, muitos acabaram utilizando essas ferramentas para debater política partidária, religião, esportes, tratar de atividades diversas que ocorriam no Desterro, entre outros temas que fugiam dos objetivos da intervenção, fazendo com que muitos deixassem os grupos de WhatsApp e Facebook e, em paralelo, as reuniões presenciais.

No mês de maio, a fragmentação da rede já era bastante

evidente, seja pela diminuição de participantes e da frequência de encontros presenciais, assim como as discussões em torno da intervenção tornaram-se bastante dispersas nas redes sociais.

E foi nessa altura que a questão ética relacionada com o insucesso na implementação do Projeto Sustentar, em 2007, emergiu mais uma vez para mim. Era preciso entregar algum resultado do que havia sido proposto, pois uma outra situação de abandono poderia vir a fechar mais ainda as portas para oportunidades de cooperação futuras com os moradores do Desterro.

Por isso tornou-se essencial adotar uma postura mais ativa, que transcendia o papel de designer voluntário e observador participante, ao assumir a liderança de projeto, atuando para que a situação não caminhasse para um novo abandono projetual, o que poderia acarretar uma percepção negativa perante a comunidade, ao remeter à ideia expressa na fala de um moradores: “vem sempre gente prometer coisas aqui, mas nada muda” (Anotações de campo, 2016).

A estratégia adotada foi a de estabelecer contato individual com os participantes do workshop ainda envolvidos e também pedir a colaboração de professores e estudantes de design para cooperar com a implementação da ideia.

A nova reunião foi marcada para o dia 13 de maio de 2016, e o objetivo era que fossem definidos os próximos passos da intervenção. Então ficou acordado que o mobiliário para a intervenção do terreno na esquina das ruas Jacinto Maia com 28 de julho seria construído em uma oficina a ser oferecida para os moradores e demais participantes, sendo conduzida por um grupo de alunos e professores dos cursos de design e arquitetura do UniCEUMA e da UFMA.

Outras questões foram deliberadas. A primeira foi a necessidade de fazer um novo esforço de divulgação da ação perante a comunidade do Desterro, além da realização de uma campanha para angariar material, e por fim, foi definida a

data da oficina, que aconteceria entre os dias 29 a 31 de julho, estabelecendo-se mais de um mês para articulação (Figura 70).

Figura 70

Cartaz para angariar materiais para a oficina de mobiliário

(Fonte: Carlos Sales, 2016).



Nos meses de maio e junho de 2016 já era notável o distanciamento dos moradores, inclusive daqueles que haviam abraçado a proposta inicialmente. Apesar do esforço em estabelecer contato com as lideranças que apoiavam a ação, as

respostas eram evasivas e uma delas, que até então estava na linha de frente respondeu na altura: “conversamos quando você vier a São Luís” (Anotações de campo, 2016).

É importante salientar, conforme expus anteriormente, que algumas ações na área de segurança pública vinham sendo conduzidas pelo Governo do Estado, com o objetivo de diminuir o tráfico e consumo de drogas na região do Desterro, e por essa razão havia um clima de suspeição no bairro, inclusive sobre os interesses em torno da intervenção do LABDES.

Nos dias 10 e 24 de junho foram realizadas duas reuniões que contaram com apenas dois participantes cada. A última ocorreu em 13 de julho e nela foram definidos os detalhes para a realização da oficina de mobiliário. Foi marcante a ausência de moradores. Os participantes em sua maioria foram professores e alunos das universidades participantes, além de outras pessoas que se apresentaram como voluntários (Figura 71).

Figura 71

Última reunião antes da oficina de mobiliário

(Fonte: Thiago Dutra, 2016).



No dia 28 de julho, data que antecedeu a oficina de mobiliário, foi realizado um convite “porta a porta” para convidar os moradores.

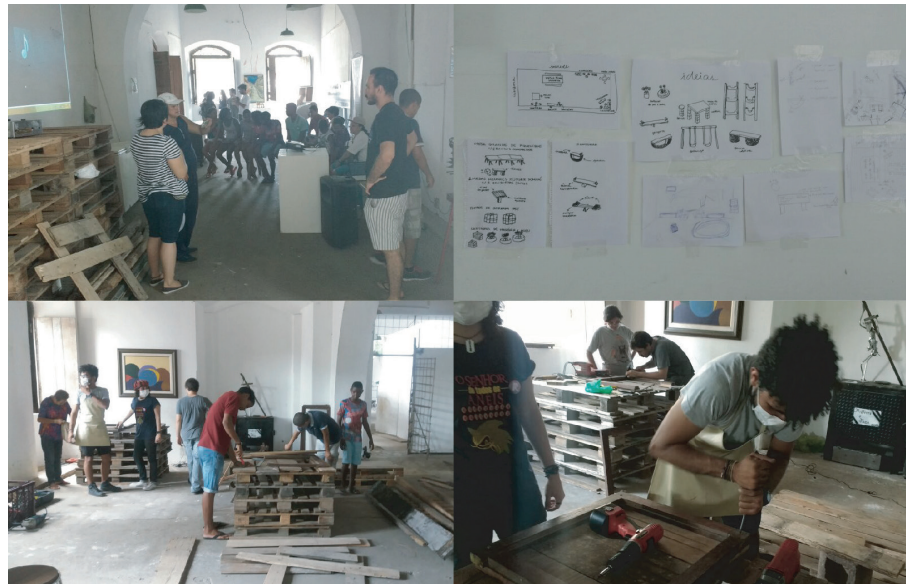
A oficina foi iniciada na tarde do dia 29 com a avaliação do material coletado e a reapresentação do projeto de intervenção

para os participantes, que necessitou ser redesenhado a partir do material disponibilizado na campanha de coleta. A maioria dos moradores que participaram eram crianças, e apenas uma das lideranças esteve presente nos três dias de oficina (Figura 72).

Figura 72

Oficina de mobiliário

(Fonte: Jaana Pinheiro, 2016).



Foram construídos mesas e bancos para jogos de carta e tabuleiro, prática bastante comum no bairro, além de estruturas para receber plantas, que foram posteriormente levadas até ao espaço da 28 de Julho com a Jacinto Maia (Figura 73).

Figura 73

Resultados da oficina de mobiliário

(Fonte: doutorando, 2016).



A continuidade da intervenção dependia de uma nova ação que serviria como primeira atividade de uso do mobiliário. Foi sugerido realizar um campeonato de jogos de damas.

Entretanto, segundo o relato de um morador, parte dos móveis foi destruída no dia seguinte as suas colocações no terreno, e o restante foi “levado por pessoas não identificadas” (anotações de campo, 2016). Dois dias após a oficina só restaram poucas peças do que havia sido construído (Figura 74).

Figura 74

Imagem dos móveis que restaram enviada por morador em 02/08/16

(Fonte: morador, 2016).



Durante os meses de janeiro e julho de 2016, foram realizadas 12 reuniões de planejamento, a ação de limpeza no terreno, quatro “ocupações socioculturais” e dois workshops; o de design e colaboração, e a oficina de mobiliário a partir de material reciclável (Figura 75).

Foram vários os problemas que emergiram durante todo o processo. O primeiro deles se refere às estratégias para o envolvimento e motivação de atores-chave, como moradores, especialistas e voluntários. O maior desafio foi estimular a participação sem que em um primeiro momento ganhos individuais tangíveis pudessem ser oferecidos.

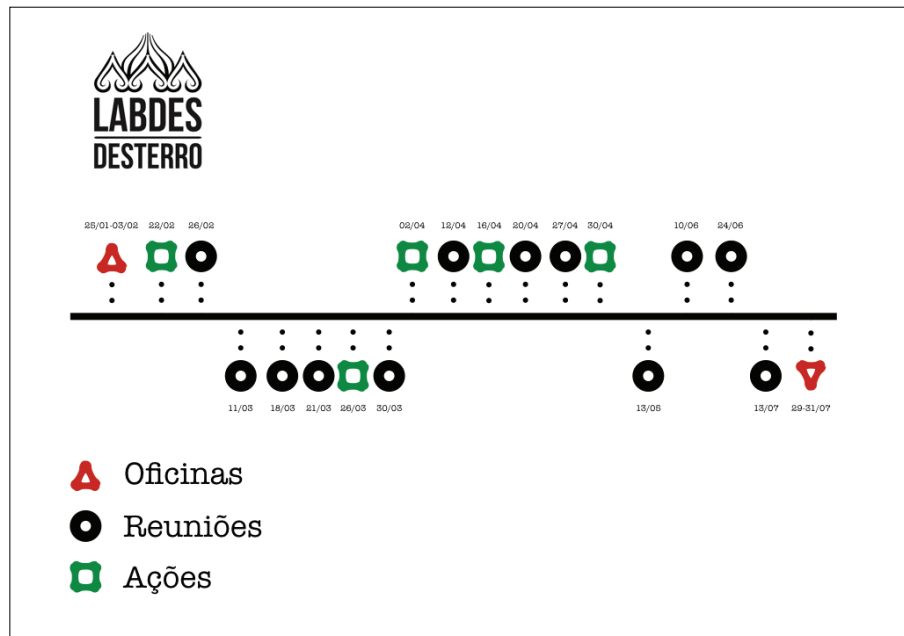
A ausência de lideranças institucionais que proporcionassem o debate das questões do bairro acabou por desvirtuar a agenda do LABDES com uma série de demandas difusas. Aqui cabe

salientar que, apesar dos inúmeros convites, os representantes da União de Moradores do Centro Histórico de São Luís nunca se dispuseram a participar do processo.

Figura 75

Diagrama de ações do LABDES em 2016

(Fonte: doutorando, 2016).



Além disso, não foi possível verificar o impacto das divisões históricas no âmbito micropolítico, e por isso faz-se necessário compreender como aqueles que se apresentam como lideranças são legitimados pela comunidade do Desterro.

5.3. Compreendendo os efeitos da intervenção

De acordo com o quadro apresentado, era necessário identificar as agendas ocultas e o funcionamento das dinâmicas micropolíticas no processo ocorrido entre janeiro e julho de 2016 no bairro Desterro para compreender o quanto estas influenciaram o nível de participação no LABDES.

Por agenda oculta, adoto a perspectiva de Zastrow (2008), um objetivo pessoal de um membro de um determinado grupo, que é desconhecido pelos demais participantes, podendo assim prejudicar os objetivos coletivos.

Para compreender os efeitos do processo e os motivos que levaram à destruição do mobiliário, em um primeiro momento foram aplicados questionários através de um formulário do Google com as pessoas que participaram dos encontros, que foram disponibilizados através de email, WhatsApp e Facebook.

O formulário ficou disponível durante os meses de novembro e dezembro de 2016 e abordou questões sobre a motivação e o nível de participação; como o LABDES foi apropriado pelos participantes e moradores; de que forma ele era visto e, por último, o que poderia ser melhorado. Apesar do projeto ter envolvido mais de cem pessoas, obtive apenas 17 respostas que apontaram para algumas questões (Anexo 3).

Apenas um morador respondeu o formulário, os outros demais trabalhavam, estudavam ou frequentavam o bairro para lazer. A grande maioria destes conheceu o projeto através das reuniões do projeto e apenas uma pessoa tomou conhecimento através das TIC.

Nas questões que abordavam a apropriação e objetivos do LABDES, a maioria apontou que era uma iniciativa que pretendia implementar melhorias para o Desterro e que este era concebido para os moradores do bairro. No entanto o único morador a responder o questionário relatou que o LABDES só trazia benefícios aos seus participantes, sem gerar melhorias para os moradores.

Quanto aos fatores que fizeram o LABDES parar suas atividades desde a oficina de mobiliário até aquela altura, as respostas apontaram a baixa participação de moradores como principal motivo. Também indicaram o desestímulo causado pela grande quantidade de encontros e a falta de uma liderança clara.

Quanto ao destino final do mobiliário, a maioria dos respondentes apontou para uma falha de comunicação do projeto com os moradores. Já o único morador indicou que existiam pessoas contrárias ao LABDES que estariam pressionando os moradores para não utilizarem os móveis.

Essa última resposta apontou para a necessidade de aprofundamento das questões que dificultaram a continuidade do LABDES. Para esta finalidade realizei entrevistas semiestruturadas em profundidade.

Identifiquei quatro grupos a serem entrevistados, a partir dos relatos coletados durante o processo participativo de 2016: os participantes, representantes de organizações participantes, as lideranças do Desterro que apoiaram o projeto, e, por último, um outro grupo, que denominei como “os outros moradores”, expressão recorrente usada por participantes para indicar pessoas que não tiveram interesse em participar do projeto.

O questionário estava estruturado com seis perguntas base:

1. Qual a sua relação e percepção a respeito do bairro do Desterro?
2. Qual a imagem que os outros têm do Desterro?
3. Quais foram suas motivações para participar do LABDES?
4. Você entendeu a proposta do LABDES?
5. Quais problemas levaram à destruição do mobiliário fabricado.
6. Após a sua participação no processo, quem você reconhece como liderança do LABDES e do bairro?

A ideia era realizar quatro entrevistas com cada grupo, perfazendo o total de dezesseis entrevistas. Entre os meses de fevereiro e março de 2017, foram realizadas onze entrevistas presenciais, já que cinco pessoas não se dispuseram a aceitar os convites.

Devido a temáticas como tráfico de drogas, assédio, ameaças e violência policial terem sido abordadas, não utilizarei os nomes dos entrevistados para preservar suas identidades.

Nas duas primeiras questões: Qual a sua relação e percepção a respeito do bairro do Desterro? E qual a imagem que os outros tem do Desterro? Foi marcante a diferença de percepções entre os

entrevistados que moravam e os outros que apenas estudavam, trabalhavam ou frequentavam de forma esporádica o bairro.

Uma liderança que reside há mais de 50 anos no Desterro fez uma crítica contundente ao modelo de preservação da memória do bairro conduzido pelo poder público e principalmente pelo IPHAN, ao dizer que esses privilegiam “a pedra” (uma metáfora para as edificações) em detrimento do “Patrimônio humano”, o que acarreta problemas significativos no acesso a habitação para as pessoas mais vulneráveis (Diário de campo, 2017).

Ele discorreu também sobre sua luta pessoal nessa questão, e tratou do receio de que moradores tradicionais fossem expulsos do bairro por falta de condições de arcarem com o preço dos alugueres.

As três lideranças entrevistadas falaram sobre o estigma da “zona de prostituição” na vida dos moradores. Tratam da falta de acesso a oportunidades de emprego e dos “atrativos” que o tráfico de drogas tem para o recrutamento de jovens, além da percepção pública de que o bairro é visto como uma “cracolândia”². Eles trataram também da ausência do poder público no monitoramento do tráfico e da necessidade de disponibilizar acesso a tratamento de saúde para utilizadores de drogas (Diário de campo, 2017).

Um dos jovens participantes também tratou da questão da presença do tráfico de drogas no Desterro. Relatou que vive no bairro desde a infância e que, graças ao esforço de sua mãe, ele e seus dois irmãos nunca se meteram com o “outro lado”. Também disse que infelizmente muitos jovens viraram traficantes, assaltantes, e até praticaram homicídios. De vinte garotos de sua geração de seu convívio próximo, a metade foi para o “lado errado” (Diário de campo, 2017).

Uma outra liderança discorreu sobre o potencial turístico

2 Termo utilizado no Brasil para indicar um local onde vários utilizadores de crack se reúnem para utilizar a droga.

do Centro Histórico, e do visível abandono do seu acervo arquitetônico. Ele continuou ao afirmar que existem imensas oportunidades ligadas às manifestações artísticas do Desterro, como a escola carnavalesca Flor do Samba, os grupos de Tambor e Bumba-meu-boi, e que essas atividades poderiam ser geradoras de renda (Diário de campo, 2017).

Muitos dos demais entrevistados expressaram admiração pelo bairro, discorrendo sobre a beleza de suas edificações e sobre seu aspeto acolhedor, mas que existe uma sensação de marcante abandono.

Os jovens participantes do LABDES que não moravam no bairro descreveram sua mudança de percepção após o laboratório. Um deles inclusive relatou que as pessoas teriam uma apreciação de que o Centro Histórico é perigoso e que seus pais, inclusive, acreditavam ser um lugar violento. Disse que preferia não caminhar para o lado do bairro, já que havia a percepção de ser violento, por causa de umas “pessoas estranhas, que pareciam marginalizadas”, “uns caras que andavam meio nus”, “consumidores de drogas” (Diário de campo, 2017).

Um outro relatou também que era bastante comum os estudantes fazerem apenas o trajeto entre o terminal de autocarros e a escola, já que diziam que a região era muito perigosa, apesar de não conhecer relatos de que algum aluno havia sido assaltado na região.

Todos os jovens participantes não moradores foram enfáticos em dizer que depois da participação do LABDES se sentiam mais seguros na região, e que agora inclusive gostavam de passear pelo Desterro.

No segundo bloco de perguntas que envolviam as motivações e o entendimento da proposta do LABDES, todos foram unânimes em apontar o laboratório como uma iniciativa que pretendia melhorar o Desterro.

Já no campo motivação, as lideranças colocaram que a princípio acreditavam que o projeto poderia envolver os

moradores com as questões mais relevantes do bairro, entretanto o Desterro tem divisões políticas que complicaram a sua implementação.

Um deles relatou que pessoas criticavam sem conhecer bem o LABDES, que existia desconfiança por parte dos moradores e que lideranças de outros grupos que não quiseram participar deveriam ter dado uma chance para saber como o laboratório funcionava, “que ninguém queria tomar nada de ninguém” (Diário de campo, 2017).

Disse ainda que se sentiu triste por ter que sair do espaço pela falta de conhecimento dos outros, que todos iriam usufruí-lo, que faria tudo de novo, mas não no mesmo espaço da rua 28 de julho.

Uma outra liderança expôs a sua visão sobre os embates micropolíticos relacionados com a questão da territorialidade. Indicou que a movimentação em torno do espaço da intervenção fez com que grupos sociais que antes não tinham interesse no seu uso passassem a vê-lo de outra forma, como um lugar a ser explorado. Discorreu também sobre os entraves com o IPHAN na questão referente às autorizações das ações no terreno (Diário de campo, 2017).

As lideranças falaram ainda da percepção de que havia uma espécie de boicote de membros da comunidade do Desterro, ideia também levantada por outros entrevistados que não moram no bairro.

Já os participantes não moradores apontaram como razões para a participação no LABDES, desde a curiosidade pela temática do design, passando pelo interesse em trabalhos coletivos e voluntariado, até a admiração que tinham pela região do Centro Histórico.

Em contrapartida, vários foram os entrevistados não moradores que se sentiram desmotivados em determinados momentos do LABDES, pela percepção de que havia maior interesse em dar andamento à intervenção por parte de pessoas de fora, em detrimento daquelas que viviam no Desterro.

Um dos entrevistados vinculado a uma das instituições que apoiaram o LABDES relatou que sentiu falta de uma maior participação por parte dos moradores e recordou que, mesmo tendo sido realizadas comunicações porta a porta, a cada ação, os moradores não participavam das atividades.

Relatou ainda que, em dado momento, até a Casa do Bairro realizou um esforço para motivar os jovens e adultos do Desterro, mas é notório o baixo interesse em atividades que não sejam de lazer, e disse acreditar que isso se deve aos contextos familiares instáveis (Diário de campo, 2017).

Um outro entrevistado que trabalha em uma instituição localizada no Desterro reconheceu que qualquer participação em projetos coletivos é dificultada pela vulnerabilidade social expressa na precariedade das moradias, nos problemas de higiene e segurança, na falta de água, e na falta de acesso a serviços de saúde, além de muitas famílias não possuírem qualquer tipo de renda.

Discorreu também sobre a realidade da maioria dos jovens do bairro, que vivem em situação de grande fragilidade, onde alguns sofrem com a exploração sexual, muitos abandonaram os estudos e estão com grande defasagem escolar, além daqueles que acabam por se envolver com o tráfico e a prostituição.

Algumas entrevistas também apontaram para um possível desinteresse ou reserva na participação, ocasionado por uma relação de assistencialismo entre o tráfico de drogas e algumas famílias, e por isso alguns entrevistados se sentiam receosos em fazer críticas públicas que pudessem confrontar essa situação.

Já o terceiro bloco de perguntas explorava os problemas que levaram a destruição do mobiliário, e aqueles relacionados com o reconhecimento das lideranças do LABDES e do Desterro.

Dois entrevistados falaram da existência de uma cultura assistencialista que dificulta trabalhos coletivos no bairro, já que os moradores esperam que o governo ou instituições externas ao bairro “faça por elas” (Diário de campo, 2017).

Um outro entrevistado que trabalha em uma instituição localizada no Desterro tratou de sua descrença na possibilidade de ações com fins coletivos no bairro porque as “pessoas se camuflam”, já que todos os trabalhos precisam passar pelas lideranças, mas elas em muitas ocasiões pedem contrapartidas pessoais em detrimento do coletivo (Diário de campo, 2017).

Relatou ainda que as lideranças do bairro deixaram de participar em ações do LABDES devido ao surgimento de demandas individuais que sobrepuseram as coletivas, além de abordar que os conflitos sobre política partidária são muito evidentes no Desterro.

Dois entrevistados abordaram que a causa desses conflitos se deve ao acirramento político no bairro devido às eleições de 2014, com a posse de um novo governador em janeiro de 2015, que mudou a direção da Fundação que administra o Convento das Mercês, instituição que desenvolve um papel assistencial no bairro através de formações e do financiamento da Escola de Música do Bom Menino das Mercês.

Quatro entrevistados relataram o descontentamento com o facto de que na medida em que as ações como o “Cine Parede” aconteciam, o trabalho de organização recaía em um grupo reduzido de quatro ou cinco pessoas, sobrecarregando-as.

Quanto à questão da liderança, um entrevistado relatou a ausência de uma liderança clara e colocou que pessoas do bairro questionaram o envolvimento e as intenções do doutorando, “que não seria uma pessoa de fora que iria determinar as coisas do bairro”. Disse ainda que, apesar do doutorando estar presente “virtualmente”, os jovens participantes sentiram-se abandonados e que ao mesmo tempo havia uma percepção de que se sentiam cobrados por demandas de uma pessoa que nem sequer estava no dia a dia das ações (Diário de campo, 2017).

Nessa mesma direção, um dos jovens participantes relatou “que os jovens esperavam uma liderança”, que eles estavam tentando aprender, que não tinham todas as informações

necessárias, que se houvesse um canal para tirar dúvidas teriam conseguido conduzir melhor o processo (Diário de campo, 2017).

Um outro entrevistado relatou que a utilização das ferramentas de redes sociais do LABDES em 2016 foi truncada, por questões que ela não conseguiu identificar na altura. Que as reuniões presenciais foram perdendo o sentido à medida em que os objetivos iniciais foram sendo trocados por outras questões colocadas nas reuniões, e que depois ficou sabendo que alguns moradores foram assediados a sair do projeto.

Nesse sentido, quatro entrevistados relataram terem sido ameaçados de forma direta por pessoas ligadas ao tráfico, o “pessoal do movimento”, que alertavam ser “melhor deixar as coisas como estavam, que o terreno tinha dono” (Diário de campo, 2017).

Um ponto crítico das entrevistas foi o facto de muitos dos entrevistados identificarem a legitimidade de apenas uma das três lideranças do bairro que estavam envolvidas com o LABDES e apontarem outras duas que nem sequer se colocaram no processo. Houve tentativas de entrevistá-las, porém não fui recebido.

As entrevistas apontaram para várias questões que não foram identificadas no decorrer do processo participativo de 2016. A insalubridade e precariedade das moradias é uma delas, já que em muitos casos são formadas por cortiços que alojam várias famílias, reflexo do desemprego e da precariedade dos rendimentos, o que acaba por influenciar nos cenários familiares instáveis, no abandono escolar e no envolvimento de jovens com o tráfico de drogas.

Outro problema observado está relacionado com o vácuo de liderança do projeto causado pela minha ausência na implementação da intervenção, condição imposta à investigação pelas regras da bolsa CAPES, que exigia a residência em Portugal e que eu indicasse um tempo fixo de trabalho de campo, que no caso foi definido em dois períodos de 3 meses.

A principal intenção da utilização das TIC era de diminuir os efeitos de minha ausência física em São Luís, e elas foram fundamentais no esforço de divulgação, gestão das ações e observação do processo. Porém, ficou notório para mim que, apesar de ferramentas como o WhatsApp e o Facebook serem atraentes ao proporcionarem agilidade na comunicação, elas não são capazes de ajudar a estabelecer relações aprofundadas para a cooperação.

O grupo de WhatsApp acabou por ser um espaço onde os conflitos foram ampliados pelo “fetiche da afirmação” (Sennett, 2012), tema tratado no capítulo 3, já que em muitas situações a plataforma era utilizada para enfatizar posicionamentos conflituosos que haviam sido debatidos nas reuniões.

É importante salientar que, após a escolha do local de intervenção, a condução do processo teve seu foco em reduzir qualquer conflito em torno do espaço. Isso se deu tanto no âmbito das devidas autorizações legais quanto na ordem das relações afetivas, onde, segundo moradores e as lideranças envolvidas com o LABDES, estaríamos autorizados a agir no terreno da rua 28 de julho, já que este até então era utilizado, de maneira esporádica, como estacionamento ou para a realização de ensaios de um grupo de carnaval.

As reuniões de planejamento que foram abertas a qualquer interessado no processo, e que tinham como função primordial possibilitar o acesso a recursos humanos e materiais que permitissem a implementação do projeto, acabaram por serem contaminadas por demandas e agendas diversas, fruto de um problema semelhante ao ocorrido na Cova da Moura: o esvaziamento do papel institucional das associações de bairro.

As ameaças sofridas por alguns participantes refletiram nos conflitos de poder existentes no Desterro, que, naquele momento, perpassavam pelo papel político exercido no bairro pelo Convento das Mercês. Essa dinâmica que a primeira vista não foi identificada, pela incapacidade de medir os impactos que

as mudanças macropolíticas causariam no âmbito micropolítico, acabou por ser a principal causa de instabilidade no processo.

Nesse sentido, a manutenção da condição de vulnerabilidade da maioria dos moradores é utilizada como motor de uma cultura clientelista e assistencialista, praticada tanto pelo Estado quanto por outros agentes, o que dificulta a inserção de qualquer proposta que possa gerar autonomia.

Vários foram os entrevistados que, por desconhecerem as agendas ocultas do processo, apontaram o desinteresse dos moradores como o principal elemento dificultador das ações e intervenção no espaço na esquina das ruas 28 de julho com Jacinto Maia.

Entretanto, justificar os problemas enfrentados no percurso do LABDES a partir do desinteresse ou acomodação dos moradores do Desterro me parece incorrer em uma análise frágil, que em muitos casos reforça preconceitos e o estigma das pessoas que vivem no bairro.

Para uma melhor percepção do contexto era necessário que os participantes do LABDES alcançassem um nível maior de conscientização, como apontou Freire (1980), transpondo “a esfera espontânea” da assimilação, para chegar “a uma esfera crítica” na qual a realidade se dá como algo palpável, e o indivíduo “assume uma posição epistemológica” (p. 55).

Nesse sentido, o papel exercido por mim ao conduzir o processo do LABDES deveria transcender a posição do observador que está diante da realidade como um especialista que dita caminhos ou regras, ou como diria Freire (1980, p. 55), “uma posição falsamente intelectual”.

Como aprofundarei mais a frente, todas as questões que emergiram na primeira fase do LABDES decorrem da ausência do Estado em prover direitos básicos dos moradores do Desterro, como aqueles relacionados com a habitação, lazer, saúde e educação. Nesse sentido, além de projetar soluções para os efeitos dessa ausência, é necessário ir além e projetar o espaço

democrático onde poderemos exercer o político através da práxis do design.

5.4. A Assembleia Projetual: construindo o espaço para exercer o político

Quando os participantes do LABDES exploraram os problemas e potencialidades do Desterro, os jovens escolheram projetar um espaço que atendia a uma demanda latente por áreas que permitam o acesso ao lazer e à cultura. E, assim, acreditamos na altura, que usar a potência criativa de seus moradores, expressa nas diversas manifestações artísticas existentes no bairro, seria o caminho ideal para minimizar conflitos no âmbito da micropolítica.

Entretanto, ao adotar uma postura que tentava minimizar os conflitos e não uma outra que os assimilassem, acabamos por intensificá-los e nos tornamos objeto e não agentes do jogo político, distanciando o design da política.

Como coloca Tironi (2017), precisamos entender que o design e a política “não são domínios opostos e ontologicamente estáveis” e, assim, temos que explorar “sua capacidade de co-produzir o social e implantar novas questões políticas”³ (p. 37).

O desafio colocado para investigação após a primeira fase do trabalho de campo, ocorrida em 2016, foi o de transcender o foco principal nas soluções para os problemas, e potencialização das oportunidades, para pensar em como constituir um espaço onde, através do “político”, pudéssemos interferir na “política”.

Com intuito de esclarecer essa visão, é preciso distinguir o “político” e a “política”, na perspectiva do conceito de “pluralismo agonístico” da cientista política Chantal Mouffe (1999, 2000,

3 “En lugar de entender el diseño y la política como dominios contrapuestos y ontológicamente estables, creemos relevante revitalizar el impulso político del diseño, esto es, su capacidad para co-producir lo social y desplegar nuevos asuntos políticos.”

2015).

Para a autora, o conceito tenta combater um problema crucial na política democrática moderna, que é como transformar antagonismo em agonismo. Mouffe (2000) aponta que o objetivo da política democrática deve ser o de fornecer a estrutura onde “os conflitos possam assumir a forma de um confronto agonístico entre adversários, em vez de se manifestarem como uma luta antagônica entre inimigos”⁴ (p. 117).

Nesse sentido, o “político” seria a dimensão do antagonismo que assume diferentes formas que emergem em diversas relações sociais na sociedade, ou seja, a micropolítica. Já a “política” refere-se ao conjunto de experiências, discursos e instituições que atuam para tentar “estabelecer uma certa ordem e organizar a convivência humana em condições que são sempre potencialmente conflitantes porque são afetadas pela dimensão do ‘político’”⁵ (Mouffe, 1999, p. 754; 2000, p. 101), constituindo o território da macropolítica.

Para Mouffe (2000), a política objetiva a criação de um “nós” em um contexto de conflito e diversidade, e isso se dá pela definição de um “eles”. A autora afirma, ainda, que a democracia pluralista não se apoia na superação da oposição nós/eles, que seria algo impossível de ser alcançado, mas em uma maneira diferente de estabelecê-la.

No “pluralismo agonístico”, o objetivo da política democrática é construir o “eles” de tal maneira que “não seja mais percebido como um inimigo a ser destruído, mas como um ‘adversário’, ou seja, alguém cujas ideias combatemos, mas cujo direito de defendê-las não é questionado”⁶ (Mouffe, 2000, pp. 101-102).

4 “...which conflicts can take the form of an agonistic confrontation among adversaries instead of manifesting themselves as an antagonistic struggle between enemies.”

5 “...that seek to establish a certain order and to organize human coexistence in conditions that are always potentially conflictual because they are affected by the dimension of ‘the political’.”

6 “...it is no longer perceived as an enemy to be destroyed, but as an ‘adversary’, that is, somebody whose ideas we combat but whose right to defend those ideas we do not put into question.”

Essa proposta assume que o antagonismo é um tipo de luta entre inimigos, enquanto o agonismo seria a luta entre adversários. Para Mouffe (2000), um adversário pode ser considerado um inimigo, mas um “inimigo legítimo”, do tipo que podemos estabelecer questões em comum, e isso só é possível ao compartilhar “princípios ético-políticos da democracia liberal: liberdade e igualdade” (p. 102).

O que Mouffe (2000) combate é que a perspectiva da democracia deliberativa está apoiada na necessidade da existência de consenso e na recusa do confronto, o que pode levar à apatia e à insatisfação com a participação política. A autora não discorda da necessidade de estabelecer algum consenso na democracia pluralista. Entretanto, esse seria um tipo de “consenso conflituoso”, possível apenas através de visões múltiplas, diferentes e conflitantes.

Essa visão agonística já foi apropriada por autores do design como Disalvo (2010, 2012); Binder, De Michels, Ehn, Jacucci, Linde & Wagner (2011); Björgvinsson, Ehn & Hillgren (2010, 2012a); Bannon & Ehn (2013); DiSalvo, Clement & Pipek (2013); Koskinen (2016).

A maioria dos autores apoiam-se na possibilidade da construção de “espaços públicos agonísticos” (Bannon & Ehn, 2013), e indicam que esse modelo estaria muito alinhado com o ideal inicial do design participativo escandinavo, que se empenhava na democracia em espaços de trabalho (Binder et al., 2011; Björgvinsson et al., 2010, 2012a, 2012b).

A ideia em torno desses espaços é proporcionar uma pluralidade de visões, que permitam desafiar as estruturas de poder estabelecidas, ao instituir “constituições” que ajudem a converter o conflito entre inimigos a controvérsias construtivas entre “adversários” que possuem questões de interesse opostas, entretanto aceitam outros pontos de vista como “legítimos” (Mouffe, 2000; Björgvinsson et al., 2012b).

Os autores envolvidos na discussão em torno da construção

de espaços democráticos pluralistas, também se apropriam dos conceitos de “coisas de design” (Ehn, 2008; Binder et al., 2011; Hillgren, Seravalli & Emilson, 2011; Björgvinsson et al., 2012b; Bannon & Ehn, 2013; Ehn, Nilsson & Topgaard, 2014) e da “infraestruturação” (Ehn, 2008; DiSalvo, 2009; Hillgren, et al., 2011, Björgvinsson et al., 2012b; Bannon & Ehn, 2013; Dantec & DiSalvo, 2013; Ehn et al., 2014; Karasti, 2014; Manzini, 2015; Saad-Sulonen, Eriksson, Halskov, Karasti & Vines, 2018).

As “coisas de design” (*design things*) baseiam-se na interpretação da palavra “Thing” exposta no trabalho do filósofo Martin Heidegger (1967). Ele resgata o sentido original da antiga palavra germânica “Dinge”, que designava um certo tipo de assembleia, uma discussão, um assunto; tal como quando “esclarecemos as coisas em algum lugar” (Heidegger, 1967, p. 4).

Ingold (2012) entende a visão da coisa de Heidegger “como uma reunião no significado antigo da palavra: um lugar onde as pessoas se reúnem para resolver suas questões” (p. 29). E continua ao propor a ideia de um “parlamento de fios” ao pensar cada participante desse espaço com um modo de vida particular que tecem fios através das questões de interesse.

As “Coisas” nas sociedades nórdicas e germânicas pré-cristãs, eram as assembleias, rituais e lugares onde as decisões políticas eram tomadas e os conflitos resolvidos (Ehn, 2008; Binder et al., 2011).

O filósofo Bruno Latour ao propor a “filosofia das coisas” (Latour, 2005; Binder et al., 2011; Björgvinsson et al., 2012), diferencia a “coisa”, um objeto expulso da esfera política, da “Coisa” como “a questão que une as pessoas porque as divide”⁷ (Latour, 2005, p. 14).

Já a infraestruturação (*infrastructuring*) está baseada na ideia da construção de infraestruturas sociotécnicas que

7 “...that brings people together because it divides them.”

permitam a cooperação. Fazendo uma analogia, seria como os trilhos de uma ferrovia ou o cabeamento de redes da Internet, que não são recriadas a cada uso, mas “‘imersas em’ em outras estruturas sócio-materiais, só acessíveis através da adesão a uma comunidade de prática específica⁸” (Ehn, 2008, “Meta-design and infrastructuring”, para. 7).

A infraestruturação está ligada a processos de design que criam “condições efetivamente favoráveis para vários projetos de vida e diversas organizações colaborativas”⁹ (Manzini, 2015, p. 151), o que implica uma visão de longo prazo e um design de natureza processual (Manzini, 2015; Saad-Sulonen, Eriksson, Halskov, Karasti & Vines, 2018).

Nessa perspectiva, a infraestruturação é um processo contínuo onde as fronteiras habituais entre projeto, uso, implementação, manutenção, redesenho e ajustes tornam-se confusas (Karasti & Baker, 2008; Bannon & Ehn, 2013; Saad-Sulonen et al., 2018), o que acaba por misturar os papéis entre o designer e o utilizador.

Assim, a infraestruturação é uma forma específica de design participativo que desenvolve e fornece recursos e experiências sócio-materiais, a fim de constituir vínculos capazes de formar públicos em torno de questões de interesse comum (Dantec & DiSalvo, 2013).

Para Ehn et al. (2014), projetar as condições sociais do processo participativo é o núcleo da infraestruturação, e isso se dá através da construção de relacionamentos de longo prazo, combinando atores que possuam recursos complementares.

Desse modo, a infraestruturação seria então um instrumento que facilitaria a “Coisificação”¹⁰ de espaços agonísticos ao proporcionar a base social e técnica necessária para que elas

8 “... ‘sunk into’ other socio-material structures and only accessible by membership in a specific community-of-practice.”

9 “... to create favorable conditions for various life projects and various collaborative organizations.”

10 Tradução livre do termo thinging adotado por Pelle Ehn e demais autores.

sejam sustentáveis no tempo.

A dialógica exposta por Sennett (2012), conceito explorado no capítulo 3, assim como a infraestruturação, as “coisas de design” e o agonismo, trouxeram perspectivas relevantes para se pensar em como proporcionar as condições sociotécnicas adequadas para o desenvolvimento do trabalho de campo.

Entretanto, os casos apresentados pelos inúmeros autores citados neste subcapítulo, como por exemplo a rica experiência de Pelle Ehn e seus colegas com *Living Labs* na cidade de Malmö na Suécia, ou o trabalho desenvolvido por Carl DiSalvo junto ao *Georgia Institute of Technology*, diferem da realidade brasileira e do bairro do Desterro, pela quantidade de recursos materiais e tecnológicos, além do acesso a financiamentos, sejam eles públicos ou privados.

A histórica prática clientelista dos políticos não colaborou para a melhoria da realidade de vida dos moradores do bairro do Desterro, ou, como um deles afirmou: “quando está perto da eleição eles vêm aqui e prometem mundos e fundos, e depois somem” (Anotações de campo, 2016).

Assim, a segunda fase do trabalho de campo no Desterro, teve seu foco na tentativa de estabelecer um espaço democrático onde pudéssemos aprofundar o político a partir da prática de projeto, ou melhor, através do aprendizado de cultura de design.

Para isso, o uso do termo assembleia pareceu-me pertinente, no sentido de um lugar onde as questões que importam são debatidas, mas também onde se especula o caminho para algum entendimento, através da construção de soluções passíveis de implementação, mesmo que essas não tragam respostas definitivas, mas que mesmo assim mantenham a energia em direção à conscientização da realidade objetiva.

O formato dessa assembleia não se aproxima dos moldes dos parlamentos onde é exercida a política de representantes. Mas, inspirado nas antigas “Coisas”, seria um lugar simbólico (por não ser necessariamente físico), que é aberto a multiplicidade

de vozes, e montada (como um quebra-cabeça) quando surgem questões complexas de interesse comum.

Nessa direção, a educação em cultura de design e sua capacidade de análise crítica e reflexão servirão como o suporte para dar a autonomia para aqueles que serão diretamente afetados, tanto por elaborar um juízo crítico das alternativas propostas por quem detém o poder, como para “dar a possibilidade de escolher o próprio caminho” (Freire, 1980/2016, p. 47).

Isso implica em possibilitar o entendimento e o conhecimento necessários para interferir no mundo e, assim, determinar futuros possíveis, o que está relacionado ao saber construído em situações de projeto.

Um projeto é a forma comum de alinhar recursos humanos e tecnológicos para alcançar certos resultados. Projetos são coisas que têm objetivos, prazos, entregas, etc. (Ehn, 2008; Björgvinsson et al., 2012). Já para Bonsiepe (2011), o projeto “se refere à dimensão antropológica da criação e formação de artefacto materiais e simbólicos” (p. 25).

O antropólogo Gilberto Velho, em seu livro “Projeto e Metamorfose” (1994), apropria-se da noção do sociólogo Alfred Schütz, para quem o “projeto” seria “a conduta organizada para atingir finalidades específicas” (p. 40). Velho (1994) elenca a complexidade do conceito ao afirmar que “os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios” (p. 46).

Velho (1994) acreditava, ainda, que o percurso de vida das pessoas ganhava consistência a partir do planejamento de projetos com objetivos claros, e a realização destes dependia “do jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos”, a partir do que ele chamava de “campo de possibilidades” (p. 47).

O autor entendia o “campo de possibilidades” como “dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos”. Ele considerava que o conceito ajudava a compreender

“trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades” (Velho, 1994, p. 28).

Um ponto do trabalho de Velho que é relevante para essa investigação refere-se à relação do *projeto* individual com os projetos coletivos, já que para o autor um projeto “não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham” (Velho, 1994, p. 41).

Para Velho, o projeto e a ação em torno dele, estão sempre vinculados a outros projetos e condutas observáveis “no tempo e no espaço”. Portanto, é preciso compreender o nível de abertura das redes sociais onde os indivíduos estão inseridos (Velho, 2013).

As noções de “projeto” e “campo de possibilidades” (Velho, 1994, 2013) trazem uma perspectiva que acredito ser importante: a impossibilidade de pensar em projetos coletivos sem observar aqueles ligados aos indivíduos, o que nos ajuda a lidar com as agendas ocultas individuais que muitas vezes atropelam os objetivos coletivos.

Outro conceito importante reside na divisão do espaço social de Henri Lefebvre (1970/2003) em dois mundos de prática, onde um “espaço concreto” é sobreposto pelo “espaço abstrato”. O primeiro seria o espaço do “habitar, do “vivido”, “do ser humano”; já o segundo se refere ao espaço da “visão, da geometria”, do “papel e tinta” (p. 182).

A perspectiva de Lefebvre critica a posição dos especialistas (designers, arquitetos e urbanistas) que olham para os objetos de seus trabalhos “de cima e de longe”, reduzindo a experiência do cotidiano para depois retornar à escala da vida real convencidos de que a capturaram, construindo um sentimento ilusório de afirmação, de um retorno ao espaço vivido, em uma postura que parece “iluminada”, mas na verdade é “cega”. E o autor conclui:

Como podemos pôr um fim a essa ideo-lógica

de substituição, oculta sob argumentos técnicos, justificados por habilidades profissionais, sem a rebelião da experiência vivida, do cotidiano, da práxis? Os técnicos e especialistas que “agem” não sabem que seu chamado espaço objetivo é ideo-lógico e repressivo (Lefebvre, 1970/2003, p. 183)¹¹.

Como pude observar nos bairros da Torre, Cova da Moura e Desterro, o cenário de vulnerabilidade social impõe a urgência da sobrevivência, que afeta as relações sociais e prejudica o trabalho coletivo e a prática do projeto. Cito outra vez a marcante indagação de um dos moradores da Cova da Moura ao dizer: “Quando o curso iria iniciar? Quando eles iriam fazer algo? E que não sabia que a formação era de conversas” (Anotações de campo, 2015).

Aqui trago dois aspetos complexos que precisam ser gerenciados no trabalho do design participativo: o tempo e a esperança. Pois o tempo dos designers e investigadores não é o mesmo das pessoas que vivem nesses territórios. O dos primeiros é aquele relativo aos períodos das disciplinas universitárias, dos financiamentos para investigações e projetos sociais e seus relatórios de conclusão. Já o das pessoas é o tempo da vida, que não pode ser gerenciado, que se articula entre a urgência da sobrevivência e o infinito da esperança.

E, ao tratar de esperança, na ausência dela, sem a utopia, não há desejo de mudança, e os designers e investigadores precisam ter compromisso com ela.

A ideia de Assembleias Projetuais se apropria da complexidade

¹¹ “...How can we put an end to this ideo-logic of substitution, hidden beneath technical arguments, justified by professional skills, without the rebellion of lived experience, of the everyday, of praxis? The technicians and specialists who “act” are unaware that their so-called objective space is in fact ideo-logic and repressive.”

tempo versus esperança e o seu maior desafio é possibilitar a construção da infraestrutura sociotécnica necessária que possibilite sua sustentabilidade temporal.

A Assembleia Projetual é um espaço simbólico, montado a partir de questões de interesse comum, onde designers especialistas e amadores se juntam a outras partes interessadas para dialogar e projetar soluções, imaginar e prototipar ideias, definir objetivos no tempo, buscar recursos para realizá-los, ao mesmo tempo em que desenvolvem vínculos entre as pessoas e a assembleia.

5.5. O LABDES como assembleia projetual

O novo processo de envolvimento com o LABDES foi iniciado em 21 de dezembro de 2016. Na altura visitei uma das lideranças que haviam participado de forma ativa do processo conduzido nesse mesmo ano. Relatei que iria reiniciar as atividades do LABDES com alguns ajustes e, mesmo que eu não tivesse feito qualquer convite, recebi de imediato a resposta dele que “era melhor não se envolver com isso”, pois ainda estava sob o efeito das ameaças do processo anterior e acreditava que era melhor ajudar de outra forma.

Então sugeri que eu procurasse a gestão da Casa do Bairro, pois a entidade já havia conseguido um nível de proximidade com a comunidade do Desterro, o que facilitaria o envolvimento dos moradores.

No mesmo dia marquei um encontro para 26 de dezembro. Na conversa, que contou com três representantes da entidade, apresentei os resultados e problemas enfrentados na primeira fase do LABDES, além de expôr minhas intenções com esta nova etapa.

Então expressei meu desejo de contar com a ajuda da Casa do Bairro para envolver os jovens moradores do bairro, o que de pronto foi aceito. Três dias depois, me retornaram com uma

lista de dez nomes, então ficou acordado que realizaríamos a apresentação do LABDES no dia 05 de janeiro de 2017, naquele mesmo local. Importante lembrar que o processo ocorreria de forma conjunta com a aplicação das entrevistas apresentadas no subcapítulo 5.3.

O projeto foi apresentado para um grupo de doze jovens moradores dos bairros do Desterro e Praia Grande, dentre os quais nove deles eram egressos do programa “Vira Vida”, desenvolvido pelo SENAI – Serviço Nacional da Indústria do Maranhão. Segundo a sua descrição, “é um programa de inclusão socioprodutiva que promove a restituição de direitos a adolescentes e jovens em vulnerabilidade social” (SESI, S.d).

A apresentação contou também com três funcionários da Casa do Bairro, sendo um deles morador do Desterro. A conversa foi marcada por boa interação entre os participantes. Foram feitas perguntas sobre a abordagem, o funcionamento, os possíveis ganhos pessoais e coletivos, se era um curso, se haveria certificação por participação, entre outras (Figura 76).

Figura 76

Apresentação do
LABDES - 05/01/17

(Fonte: Raybi Desterro,
2017).



Nesse encontro, havia a curiosidade de entender exatamente o que faríamos, e como a ideia era construir o espaço para possibilitar nossas discussões, comecei a introduzir o conceito de uma “assembleia de fazer coisas”, expondo o facto de no

nordeste brasileiro ser bastante comum o uso da palavra “coisar” no sentido de refletir, imaginar, preparar e agir. É uma maneira não erudita, que pode substituir qualquer outro verbo, mas que sempre indica uma ação de pôr algo em prática.

Então ficou definido que começaríamos em duas semanas, tempo necessário para viabilizar um espaço para a realização das assembleias e tentar motivar mais jovens no grupo. Na reunião, os participantes decidiram criar um grupo de WhatsApp para facilitar a comunicação e divulgar ações.

Como o grupo da primeira fase já havia se tornado um espaço de divulgação de eventos do Desterro, renomeei-o para “Bairro do Desterro”, e o grupo criado pelos jovens assumiu o nome “LABDES - Desterro - Coisar”.

Houve pouca interação nos cinco dias seguintes, até eu confirmar que o IFMA Centro Histórico cederia o local para assembleias, apesar de não ter a confirmação de qual sala usaríamos. No mesmo dia, um jovem saiu do grupo e outro disse não ser possível continuar no LABDES por ter começado a trabalhar como vendedor de uma loja de eletrodomésticos.

Até o dia 17 de janeiro não houve qualquer interação no grupo e então fui até o Desterro para tentar estabelecer contacto com alguns moradores a procura de auxílio com os jovens. Ao caminhar pelo bairro encontrei uma das moradoras mais antigas, conversamos sobre o projeto, e ela me diz: “meu filho, qualquer coisa que se faça aqui tem que ter o lanche dos meninos, sem lanche ninguém vai” (diário de campo, 2017). Eu confirmei que desde o início havíamos combinado que as assembleias contariam com o lanche e então pedi sua ajuda para tentar motivar os jovens a participarem do LABDES. Ela se propôs a ajudar.

No mesmo dia, apesar da falta de resposta sobre o espaço do IFMA, decidi não contactar o Convento das Mercês como “plano B”, com receio de que os problemas enfrentados em 2016 pudessem se repetir caso tivéssemos um vínculo inicial com a entidade.

No dia seguinte resolvi ligar para o IFMA, e fiquei com a sensação de que haviam esquecido da demanda. Pediram para retomar o contato no dia 20 de janeiro para ter uma definição do local.

Na visita ao IFMA, a diretora me apresentou um prédio auxiliar da escola, que não possuía ar-condicionado, mas me parece muito interessante, e eu aceitei de imediato o espaço. Já eram dez dias sem interação no grupo do WhatsApp, então enviei imagens da sala onde aconteceriam as assembleias e um cronograma de trabalho com oito encontros entre os dias 31 de janeiro e 16 de fevereiro, baseado no que os jovens haviam repassado. Apenas um dos participantes interagiu com um “emoticon” de positivo.

Dois dias depois, visitei a SEMCAS, órgão que geria a Casa do Bairro, para expressar a minha preocupação com a pouca interação dos jovens no grupo do WhatsApp. Uma das funcionárias me disse que “é difícil mesmo”, que era preciso persistir e aguardar, e sugeriu que eu colocasse ela e o funcionário, que é morador, no grupo (Diário de campo, 2017).

O funcionário morador passa a interagir no grupo do WhatsApp, e então decidi procurá-lo para conhecê-lo melhor. No encontro, relatei minha preocupação com a falta de interação, ele disse que iria me ajudar no “corpo-a-corpo”, e tentaria investigar se havia algo de errado (Diário de campo, 2017).

Utilizei o tempo de espera para trabalhar no material para as assembleias. Além das ferramentas utilizadas na primeira fase, utilizei como inspiração o toolkit *Development Impact and You: Practical tools to support and trigger social innovation*, desenvolvido pela Nesta, organização de Inovação que atua no Reino Unido (Nesta, n.d., 2014).

A ideia aqui era ter algumas ferramentas disponíveis que proporcionassem interação, e que caso necessário, seriam acionadas nos encontros, e assim como na primeira fase do LABDES, ficariam disponíveis para download no grupo do

Facebook (Figuras 77 e 78).

Figura 77

Ferramenta FOFA/
SWOT

(Fonte: doutorando,
2017).

ANÁLISE DE DESAFIOS - FOFA (SWOT - STRENGTHS, WEAKNESSES, OPPORTUNITIES, THREATS)

Como podemos ultrapassar as barreiras para concretizar nossa ideia?

O que está dentro do LABDES

FORÇAS (aquilo que ajuda e precisa ser potencializado)	FRAQUEZAS (aquilo que atrapalha e precisa ser melhorado)
O que está fora do LABDES	AMEAÇAS (O que precisamos fortalecer)

LABDES DESTERRO

Figura 78

Mapa de partes
interessadas
(Stakeholders)

(Fonte: doutorando,
2017).

MAPA DE PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

Pessoas e organizações que podem influenciar na concepção e implementação da ideia.

A. Partes impactadas
B. Partes a serem envolvidas
C. Partes a serem esclarecidas

Partes estratégicas

01. _____
02. _____
03. _____
04. _____
05. _____
06. _____
07. _____
08. _____
09. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____

LABDES DESTERRO

Na noite do dia 25 de janeiro, pedi a confirmação dos jovens no grupo do WhatsApp, através de um formulário do google docs, onde eles deveriam incluir nome e email para que todos os materiais das assembleias pudessem ser enviados, entretanto não houve interação. Utilizei os recursos da TIC e verifiquei que

todos leram a mensagem.

Chega o dia 31 de janeiro, data da primeira assembleia, que aconteceria às 14 horas, eu e o funcionário da Casa do Bairro aguardamos por duas horas e nenhum jovem aparece. Então decidimos que no dia seguinte iríamos de casa em casa, verificar se ainda existia a possibilidade deles participarem.

Nos encontramos às 11h da manhã e iniciamos as visitas. Passamos por oito casas, e em seis delas os jovens ainda dormiam. Dois deles justificaram que esqueceram da assembleia. A mãe de outro avisou que o filho havia conseguido um trabalho e não estava em casa no momento. Outro justificou que tinha um trabalho temporário como cobrador em uma empresa de contabilidade na parte da tarde, além de estudar à noite, e por isso não conseguiu ir. Três deles confirmam que iriam no próximo dia. Na última casa visitada, a jovem disse que estava procurando emprego e que preferia priorizar isso a participar do LABDES.

Cinco das casas visitadas eram insalubres, com infiltrações visíveis. Algumas delas tinham apenas um quarto que abrigava várias pessoas. No fim da tarde resolvi ligar para um jovem que não havíamos encontrado e que, até o momento, era o que mais havia interagido em nosso grupo do WhatsApp.

Ao encontrá-lo, conversamos sobre o não comparecimento das pessoas na primeira assembleia. Ele falou que, por ser músico, estava gravando naquela tarde e por isso não tinha ido, diz que às vezes “pinta algo de repente, uma graninha a mais” (Diário de campo, 2017).

Ele relatou que “a galera ainda não entendeu a proposta do Laboratório”, “as pessoas não valorizam o bairro”, “elas pensam em ir embora”, e que quando havia alguma iniciativa que propunha melhorias para o bairro “as pessoas sempre esperam pra ver o que vai rolar”, antes de se envolverem. Nesse dia penso que “o tempo das coisas, não é o tempo da investigação” (Diário de campo, 2017).

No dia 02 de fevereiro, a assembleia deveria iniciar às 14h, porém os jovens começaram a chegar às 15h20. Com apenas cinco participantes pensei ser mais produtivo conversarmos sobre o formato do LABDES e as dificuldades que eles enfrentavam para participarem, fizemos um lanche e enviamos uma foto no WhatsApp, no entanto não houve qualquer interação por parte dos outros jovens. Marcamos um novo encontro dois dias depois (Figura 79).

Figura 79

Assembleia dia
02/02/17

(Fonte: doutorando,
2017).



Chega o dia 04 de fevereiro, e somente dois jovens compareceram a assembleia. Passamos a discutir uma nova estratégia para ampliar a rede a outros jovens que tivessem interesse nas questões do bairro. Um dos jovens propõe me acompanhar em uma divulgação no bairro.

Refiz o calendário das assembleias para o período entre 11 e 21 de fevereiro e criei uma nova peça para as redes sociais, então começamos a divulgá-la no mesmo dia (Figura 80).

Eles foram convidados a preencher um formulário constando nome, idade, uma breve descrição pessoal, e quais seriam as motivações e expectativas para participarem do Laboratório de Design Social do Desterro. Logo em seguida todos falaram sobre o que escreveram.

Figura 80

Material de divulgação
do LABDES

(Fonte: doutorando,
2017).



Após esse momento de apresentações, expus os objetivos da investigação, e meu papel como investigador e participante no processo. Em seguida, apresentei, de forma breve, conceitos de design social, a relação entre design amador e especialista.

O processo foi conduzido em forma de debate, privilegiado pela configuração da sala em formato de “U”, onde o investigador não estaria posicionado como um orador ou professor (Figura 81).

Figura 81

Primeira assembleia
do LABDES

(Fonte: doutorando,
2017).



O próximo passo foi definir a nossa “constituição”. Início expondo a necessidade de estabelecermos o compromisso de implementarmos uma das propostas desenvolvidas até o fim do mês de março. Um jovem morador expõe seu desconforto com a possibilidade de algum político usar a iniciativa para benefício próprio, enfatizando que deveríamos evitar que isso ocorresse. Um outro jovem coloca a necessidade de respeitarmos a vontade dos moradores. Relato também que, durante o processo, poderemos incluir novos “artigos” a qualquer momento.

O resultado do encontro foi bastante satisfatório e a primeira impressão era que poderíamos ter desdobramentos interessantes. Sugeri a entrada de todos no grupo do WhatsApp e enviei as fotos do dia na tentativa de motivar os demais jovens, ao demonstrar que o processo estava a acontecer e que estávamos abertos a recebê-los.

No dia seguinte, para valorizar o grupo que iniciou o processo, fiz uma peça de divulgação onde utilizei a “soma” dos nomes dos inscritos, coloquei a peça no grupo do Facebook e do WhatsApp, além de criar a página do Instagram (Figura 82).

Figura 82

Material de divulgação do LABDES para redes sociais

(Fonte: doutorando, 2017).



Acompanhei os desdobramentos da postagem durante o fim de semana e não houve qualquer interação dos jovens do primeiro grupo.

A segunda assembleia aconteceu no dia 14 de fevereiro e contou com 14 participantes. Iniciamos com um desafio projetual: a sala foi dividida em três grupos, e cada um deles precisaria projetar um banco que suportasse duas pessoas sentadas ao mesmo tempo, e utilizariam somente papelão, sem cola ou fitas adesivas em um período de duas horas. O objetivo era construí-lo com a menor quantidade de material possível, no menor espaço de tempo.

Eles deveriam também deveriam refletir sobre o que estavam fazendo, pois quando apresentassem e testassem o resultado, teriam que descrever o processo até chegarem à solução, como escolheram o caminho criativo adotado, e porque o banco havia

ou não alcançado os objetivos do projeto (Figura 83).

Figura 83

Desafio projetual
construção de banco
de papelão

(Fonte: doutorando,
2017).

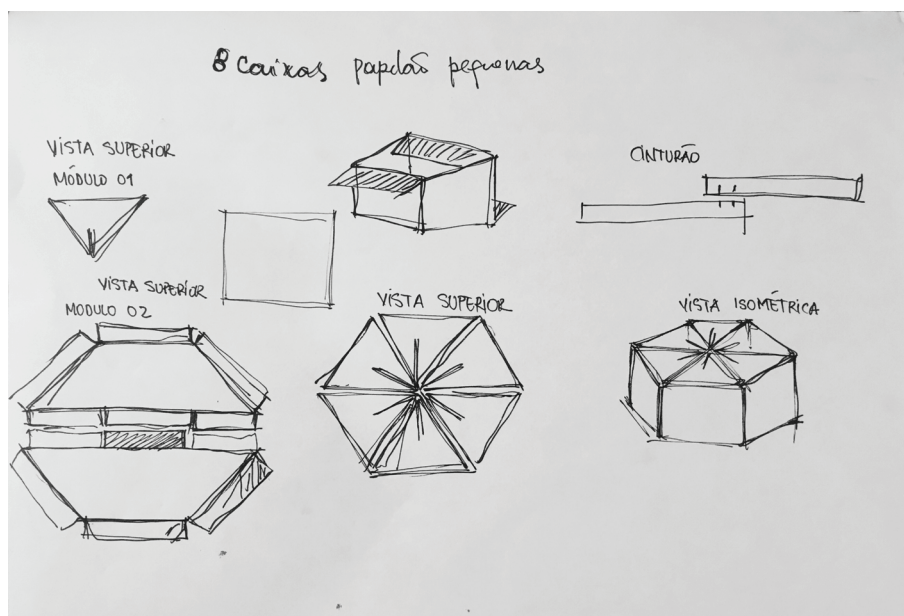


A maioria dos grupos adotou a estratégia de garantir o material necessário para a atividade. Apenas um deles decidiu primeiro estruturar uma ideia para o desafio através de desenhos esquemáticos, para depois realizar a escolha do material (Figura 84).

Figura 84

Desenhos
desenvolvidos por
grupo participante
do desafio projetual -
banco de papelão

(Fonte: doutorando,
2017).



E foi justamente essa a proposta que foi escolhida como a melhor solução, pela compreensão de todos de que havia atendido aos requisitos do projeto. Importante frisar que esse grupo contava com a presença de um arquiteto recém formado, alguém que já tinha experiência projetual.

O exercício funcionou como uma ponte para conversarmos sobre o processo de design a partir do modelo *The double diamond design process*, e, assim, entender que, apesar da maioria ter adotado uma abordagem de design amador, ela guardava semelhanças com a do design especialista. .

O principal ponto evidenciado pela maioria foi o facto do grupo melhor avaliado ter “parado para pensar antes de fazer”. Aproveitamos essa consideração para conversarmos sobre o princípio da “Reflexão na ação” de Donald Schön.

Fechamos a segunda assembleia, e reforcei a necessidade de comunicarmos nossas atividades através de nossas contas do Instagram e Facebook. Pedi auxílio para essa demanda e duas participantes se comprometeram em ajudar. Então foi criado um grupo adicional no WhatsApp para gerenciar a comunicação.

A terceira assembleia aconteceu no dia 16 de fevereiro e contou com 11 participantes. Iniciei pedindo que todos escrevessem suas percepções sobre o Laboratório e o Desterro. Em seguida, pedi que formassem quatro grupos e dialogassem sobre os resultados. A intenção aqui era verificar se o conceito do LABDES havia sido internalizado, para que na próxima assembleia, a de mapeamento, eles o usassem quando estivessem interagindo com os moradores do bairro.

Já as percepções sobre o Desterro tinham a função de verificar se havia diferenças entre a visão dos participantes moradores e aqueles que apenas estudavam, ou frequentavam o bairro de maneira eventual. Esse processo de entendimento das percepções internas seria confrontado com o das pessoas que vivem no bairro, após o mapeamento a ser realizado na próxima assembleia (Figuras 85, 86, 87 e 88).

Figura 85

Percepções dos participantes sobre o LABDES e o Desterro - Grupo 01

(Fonte: doutorando, 2017).

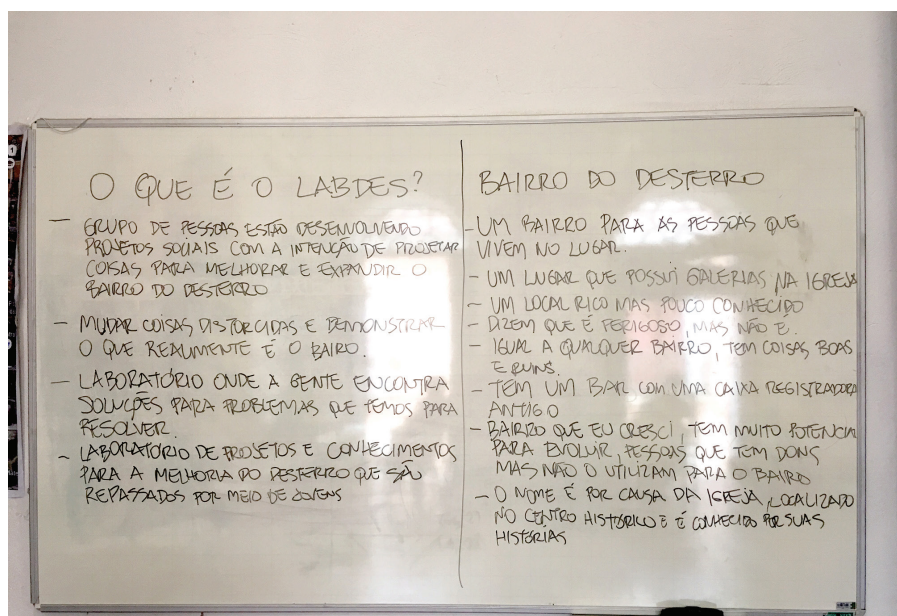


Figura 86

Percepções dos participantes sobre o LABDES e o Desterro - Grupo 02

(Fonte: doutorando, 2017).

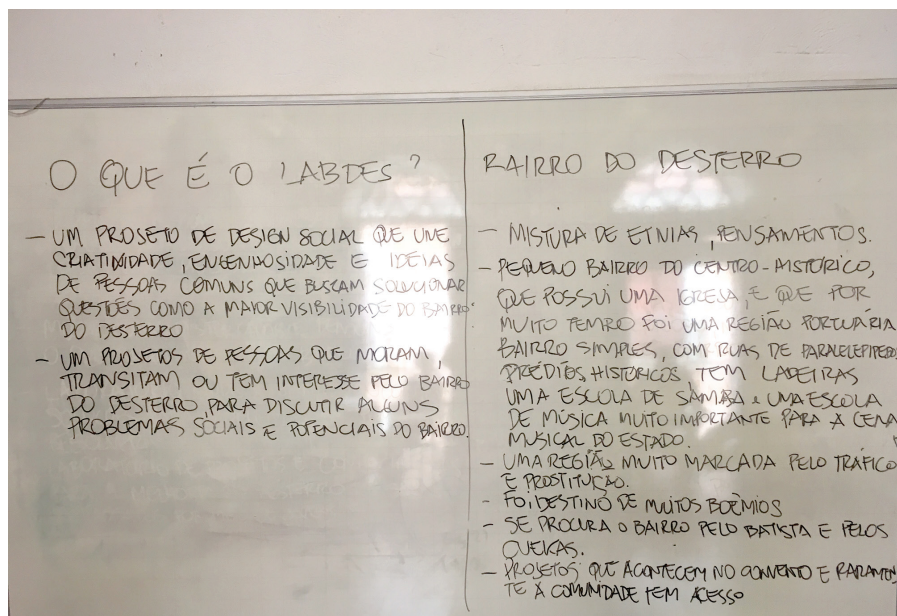


Figura 87

Percepções dos participantes sobre o LABDES e o Desterro - Grupo 03

(Fonte: doutorando, 2017).

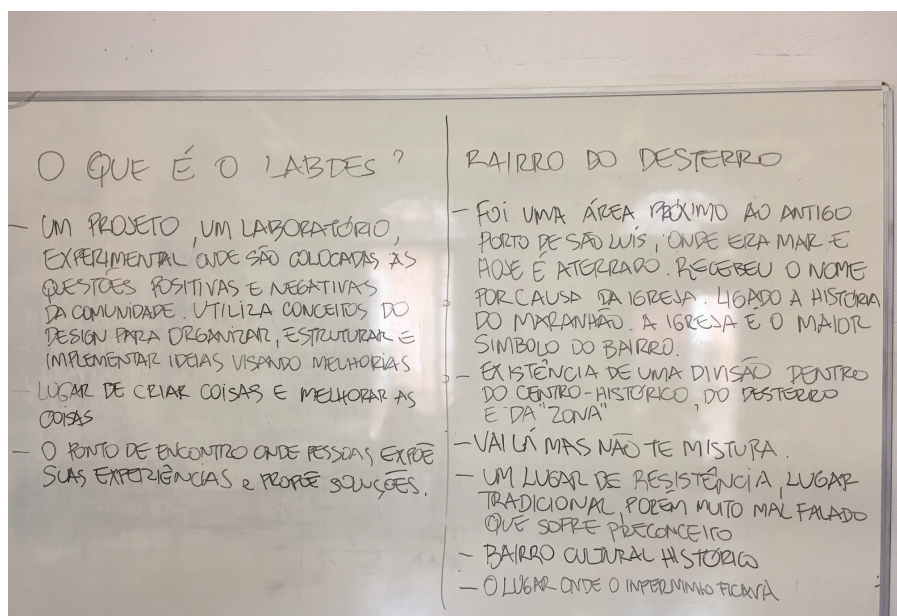
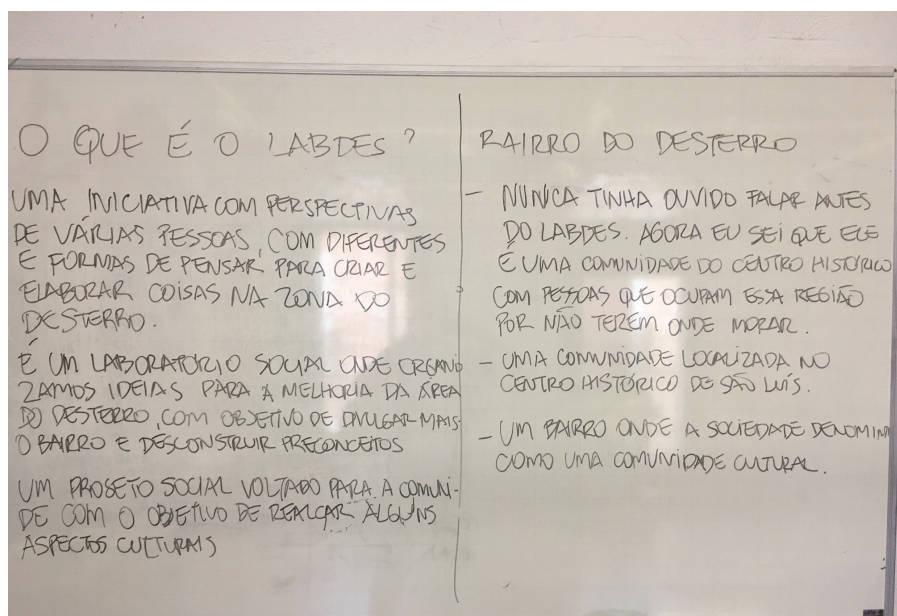


Figura 88

Percepções dos participantes sobre o LABDES e o Desterro - Grupo 04

(Fonte: doutorando, 2017).



A quarta assembleia ocorreu no dia 20 de fevereiro e também contou com 11 participantes. Foi um dia com bastante chuva o que dificultou a chegada de alguns jovens. Iniciamos o mapeamento de problemas e oportunidades do Desterro. Discutimos algumas formas de abordagem para as conversas com os moradores, reforçando o que foi discutido sobre o LABDES na assembleia anterior.

Os jovens foram convidados a caminhar pelo bairro em duplas ou trios, munidos com o mapa impresso da região, câmara fotográfica ou telemóveis. A intenção ao atuarem em grupo era que, quando alguém estivesse conversando com os moradores, outros pudessem anotar ou fotografar detalhes da situação e, assim, tentar captar melhor as percepções daqueles que vivem e trabalham no bairro

Pedi para que tentassem equilibrar os grupos com pessoas que se sentissem confortáveis em conversar com os moradores e outros que gostassem mais de fotografar e realizar anotações. A ideia era que os participantes percorressem as ruas do bairro e marcassem pontos que considerassem relevantes por indicarem oportunidades a serem potencializadas, ou problemas que necessitassem de algum tipo de intervenção (Figura 89).

Figura 89

Jovens participantes caminham pelo Desterro e conversam com moradores

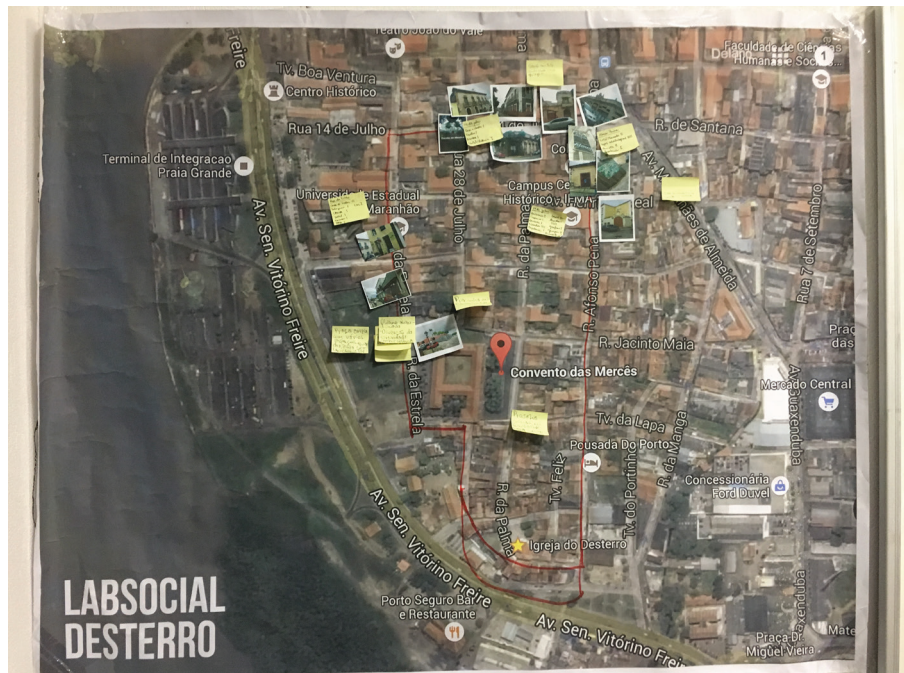
(Fonte: doutorando, 2017).



Precisamos retornar ao IFMA devido à chuva. Pedi então que eles repassassem as imagens que captaram com seus dispositivos para o único integrante que possuía um computador portátil, para que elas pudessem ser impressas e inseridas no mapa do bairro (Figura 90).

Figura 90

Mapeamento de problemas e oportunidades do bairro do Desterro
(Fonte: doutorando, 2017).



Em seguida, os participantes começaram a descrever as suas observações sobre a experiência. No campo dos problemas, eles escutaram relatos de insegurança por falta de policiamento, ausência de espaços de lazer e atendimento médico, a insalubridade e falta de acesso a moradias, além da deterioração do casario colonial.

Já as oportunidades identificadas estavam relacionadas com a presença do IFMA, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, do Convento da Mercês, ateliês de artesanato, a Escola de Música do Maranhão e inúmeros bares e cafés.

No dia seguinte, 21 de fevereiro, chegamos à quinta assembleia, que no calendário original seria a última, entretanto o processo de caráter dialógico necessitava de mais tempo e precisaríamos ampliar o números de encontros. Outro dia de chuvas intensas em

São Luís. Como todos os participantes dependiam de transporte público, somente seis deles conseguiram chegar à assembleia. Os participantes também relataram a dificuldade de manter os encontros durante a semana, em razão de alguns estarem realizando estágios profissionais ou trabalhos temporários.

Recebemos a visita de Jana Lopes, arquiteta, investigadora e participante ativa da primeira etapa do LABDES em 2016, que relatou sua experiência com o Laboratório, além de analisarmos juntos os problemas e oportunidades. Encontramos semelhanças entre os cenários de 2016 e 2017.

Iniciamos a discussão sobre a fase de prototipagem. Apresentei as ferramentas de análise (SWOT e o 5W2H) e o mapa de partes interessadas. Os jovens demonstraram dificuldades, simulei uma ideia fictícia e fui preenchendo cada um dos formulários. Eles pareceram entender, mas notei que havia resistência em usá-los. Ao perguntar o porquê, disseram que preferiam falar a escrever “nesses papéis”, entretanto reforcei que, ao preenchê-los, eles estariam exercitando a reflexão, e que isto nos ajudaria na análise do nível de complexidade das ideias que iremos trabalhar.

Estimulei o uso dos formulários, vou de mesa em mesa para ajudar, e digo que dessa forma fica mais fácil para eles começarem a formular as ideias em cima dos problemas e oportunidades.

Formamos dois grupos que começaram a discutir as ideias. Como já estávamos no fim de tarde, os seis participantes presentes sugeriram uma assembleia extra para o dia seguinte, para continuarmos a formular as ideias. Coloco, então, que precisávamos nos ater ao facto de que a quantidade de pessoas começava a reduzir a cada encontro, e que era necessário avaliarmos a frequência dos encontros e qual seria o dia mais adequado para fazê-los, evitando assim o esvaziamento das assembleias.

Nos encontramos no dia seguinte e apenas quatro pessoas compareceram. Com o quórum pequeno e a proximidade das festas de carnaval, que mobilizavam grande parte dos moradores

do Desterro, nos dedicamos a fazer um formulário do google com algumas questões para ter uma melhor apreciação sobre o dia e horário mais adequados para realizar as próximas assembleias. As questões eram as seguintes:

1. Quais são as suas dificuldades para participar das assembleias?
2. Qual seria o dia da semana mais adequado para realizar as assembleias?
3. Quais seriam os horários dos encontros?
4. E por último, um espaço adicional para sugestões.

Até a manhã do dia 24 de fevereiro nove questionários haviam sido respondidos. Os resultados apontaram os sábados a tarde como a melhor opção para realizar as assembleias. No mesmo dia contactei a diretora pedagógica do IFMA, que diz não era possível ceder a sala nas tardes dos sábados, devido a questões de segurança, mas que os encontros poderiam ser realizados nas manhãs. Então definimos no WhatsApp o dia 04 de março para a próxima assembleia, o primeiro sábado após o carnaval.

Ao chegar o dia 04 de março, a assembleia conta com dez participantes. Recebemos também a visita de Kadu Vassoler e Deuza Brabo, integrantes do movimento ativista Reocupa; e de Filipe Aquino, sociólogo e consultor do SEBRAE-MA, pessoas que haviam demonstrado interesse em participar através do Facebook e Instagram. Eles se colocaram à disposição para colaborar com o LABDES.

Apresentamos o formato e objetivos do Laboratório e um dos jovens participantes fez uma explanação do que já foi realizado. Os visitantes precisaram ir embora e então retornamos à fase de prototipagem.

Disponibilizei os formulários e, junto com as ideias sugeridas nas duas assembleias anteriores, chegamos a oito propostas que abordavam diversas temáticas, desde algumas relacionadas ao bairro do Desterro até outras direcionadas ao próprio Laboratório

de Design Social (Anexo 4).

A primeira ideia, denominada “Rua da Palma viva”, tratava da questão do acúmulo de lixo e do abandono das construções históricas do período colonial português, onde a ideia era “dar outra vida” a um trecho da rua da Palma, entre as ruas da Saúde e Jacinto Maia, e com isso valorizar o espaço.

Já a segunda, chamada de “Arte no Desterro”, tinha como principal objetivo dar espaço aos artistas da música, teatro, danças, entre outras manifestações, que vivem ou trabalham no Desterro, através da realização de pequenas apresentações culturais na área do largo da Igreja do Desterro.

A terceira ideia, a “Desterro sem repressão”, tratava da questão da violência policial sofrida com frequência, pelos jovens negros do bairro. Em razão de ser uma temática delicada, um dos jovens pediu que essa proposta não fosse divulgada antes de ser realizada uma discussão mais aprofundada com os demais moradores.

A quarta proposta tratou da questão de como levar as ideias do LABDES para os moradores. Chamada de “Espaço totem”, seria viabilizada através da construção de uma estrutura lúdica que pudesse gerar curiosidade aos moradores e, desse modo, os convidasse a interagir com o LABDES.

A quinta proposta, as “Hortas lúdicas”, propunha a ideia de construir uma horta comunitária no mesmo espaço da ação de 2016. Então expus minha posição contrária, por entender que o local havia sido usado para acirrar os conflitos existentes no bairro.

A sexta tratava da realização de eventos da economia criativa no bairro. Chamada de “Feira de trocas”, funcionaria no formato de feira de venda, troca e doação de produtos usados.

A sétima ideia, a “Comunicar e engajar”¹², tentava resolver

12 Engajar no sentido de empenhar-se em dada atividade ou empreendimento.

um dos principais problemas do LABDES: como fazer as ideias se conectarem às pessoas interessadas em colaborar através do desenvolvimento de uma aplicação para telemóveis.

Já a última, chamada de “Para todo mundo saber”, tentaria resolver o problema de comunicação das ações realizadas pela Casa do Bairro do Desterro, que de forma usual, ocorriam através do boca a boca entre moradores, tática que infelizmente não consegue alcançar todas as pessoas do bairro.

Então distribui novamente os formulários das ferramentas de SWOT e Mapa de Partes interessadas. No entanto, eles continuaram resistentes em usá-las. Sugeri então que pudessem fazer os seus próprios formulários. Eles responderam que preferiam discutir as ideias de forma verbal e assim chegariam a um consenso sobre qual delas consideravam a menos complexa e viável para implementação, até o primeiro final de semana do mês de abril.

Após aproximadamente uma hora e meia eles chegaram ao consenso de que a ideia “Rua da Palma Viva” seria a mais viável de implementação no período apresentado. Sugeriram que poderíamos inclusive visitar o local naquele momento, o que acabamos por fazer (Figura 91).

Figura 91

Jovens observando o local da possível intervenção

(Fonte: doutorando, 2017).

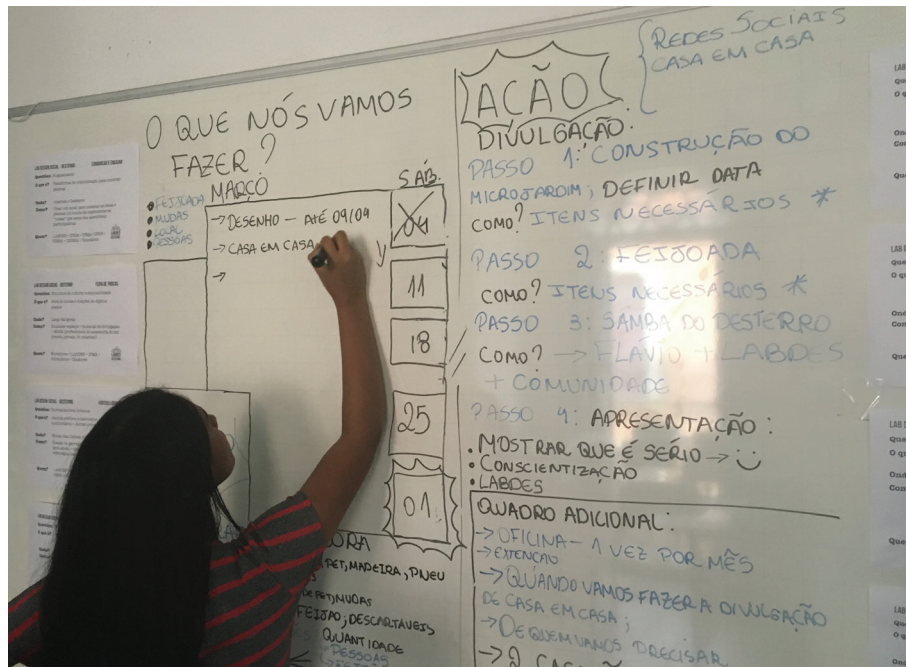


Convidei então duas das participantes que pareciam mais incomodadas em usar os formulários, a ir ao quadro e esquematizar o que pensavam a respeito da ideia escolhida. Em um primeiro momento pareceram não saber como agir, então interagi fazendo perguntas sobre questões que discutimos na fase de mapeamento dos problemas e oportunidades. As jovens começaram a desenhar uma espécie de “canvas” no quadro branco, e dei total liberdade para que elas pensassem na melhor forma de organizar as informações (Figura 92).

Figura 92

Jovem desenha alternativa aos formulários apresentados

(Fonte: doutorando, 2017).



Como já estávamos perto do fim da assembleia, pedi a elas que organizassem as informações para que todos pudessem compreendê-las e, em seguida, disponibilizasse-as no grupo do WhatsApp. Concordamos de nos encontrarmos no próximo sábado, dia 11 de março.

O grupo do WhatsApp passou por dias de bastante interação, entretanto com pouca evolução nas atividades programadas. Já era possível identificar os participantes que assumiam um papel de liderança no processo.

Depois de quatro dias e algumas conversas privadas com as

duas, cobrei novamente o novo formulário, que até então não havia sido enviado. Uma delas me enviou incompleto, então fiz algumas colocações para que ela pudesse finalizá-lo e enviá-lo ao WhatsApp, no grupo os demais brincam dizendo que era o “canvas das meninas” (Figura 93).

Figura 93

O “canvas das meninas”

(Fonte: Petúnia Galvão, 2017).

O QUE VAMOS FAZER? Vamos construir um micro-jardim utilizando dois casarões da rua da Palma, juntamente com a criação de um painel artístico participativo que será apresentado a comunidade no dia da feijoada (01/04) que contará com a participação do Samba do Desterro.	COMO FAZER? Passo 1: Construção do micro-jardim Passo 2: Feijoada Passo 3: Samba do desterro Passo 4: Apresentação do LABDES	QUANDO? Desenho – até dia 09/03 Casa em casa – de 06 a 10/03 Apresentação do desenho – 11/03 Coleta – de 11 a 17/03 Preparação Jardim – de 18 a 29/03 Limpeza e pintura – 30 ou 31/03 Samba e inauguração – 01/04
O QUE PRECISAMOS? Para o jardim: garrafas pet, madeira (paletes, caixotes), grades, encaixe de ferro + mudas + terra + pneus Para a feijoada: feijão, arroz, carne, farofa, refri, descartáveis Adicionais: tinta para parede e materiais para o painel + lona Limpeza: vassouras + andaimes + saco	DE QUEM PRECISAMOS? Desenhista Encanador Artistas Dona Rita Alguém para fazer a feijoada Voluntários para a limpeza e construção e painel	PROBLEMAS E ALTERNATIVAS Conteúdo do painel será fixo ou temporário Como proteger os materiais da chuva? Como regar as plantas quando não tiver chuva? Quantidade de pessoas + quantidade da feijoada

VOCÊ PODE NOS AJUDAR?

No WhatsApp, sugeri que os participantes assumissem funções operacionais e, ao mesmo tempo, pedi que pensassem em outras pessoas de seus círculos pessoais, que pudessem nos ajudar a viabilizar os recursos apontados no “canvas das meninas”, com o foco para os itens: “O que precisamos?” e “De quem precisamos?”.

Uma das jovens se ofereceu para fazer uma peça de divulgação e repassá-la via Facebook e Instagram. Perguntei também se alguém poderia fazer um desenho esquemático da ideia “Rua da Palma Viva” para que fosse apresentado às lideranças do bairro e moradores da área onde ocorreria a ação. Sugeri o nome do participante que é arquiteto, e um outro participante se dispõe a ajudar (Diário de campo, 2017).

Antes da próxima assembleia passei a visitar o bairro todos os dias para conversar com pessoas conhecidas. Visitei a casa do jovem morador participante, que vinha sendo um dos mais atuantes, e conversamos sobre os próximos passos do LABDES.

Relembrei os problemas que enfrentamos na primeira fase do laboratório e perguntei se seria possível construir uma ponte com as outras lideranças do bairro que foram resistentes no passado. A intenção era evitar que a ação fosse rechaçada e ele se comprometeu com essa demanda.

Ao sair de sua casa, encontrei um técnico do IPHAN. Por ser uma pessoa que conhecia há algum tempo, apresentei a ideia da ação para a rua da Palma. A pessoa me alertou que uma atividade desse gênero deveria passar por um processo de autorização. Perguntei, por curiosidade, quanto tempo teríamos que esperar caso fossemos tramitar o pedido no órgão, e recebi a resposta que “em seis, oito meses em média”. Infelizmente não temos esse tempo. O técnico sugeriu que a ação ocorresse em um fim de semana, pois durante a semana os técnicos poderiam ser convocados e pedir a sua paralisação. E completa que para todos os efeitos, “não sabe de nada” (Diário de campo, 2017).

O técnico ainda lembrou que no local da intervenção, estava prevista a construção de habitações sociais, e que a obra deveria ter sido iniciada há algum tempo. Essa informação traz um outro caráter para a intervenção, pois poderíamos explorar essa questão com uma abordagem ativista.

Há bastante interação no WhatsApp. alguns participantes enviaram sugestões sobre como fazer os jardins, e outra finalizou o anúncio para convocar mais participantes (Figura 94).

Deleguei algumas demandas de divulgação para serem executadas até o fim do dia para as participantes responsáveis por essa demanda, entretanto nada foi realizado, e eu mesmo assumi as tarefas. É comum que isso ocorra, pois sempre é necessário lembrá-los de cada atividade.

Dia 11 de março, chegamos à oitava assembleia do LABDES, que contou com 10 participantes, onde iremos desenhar a proposta. Ficamos por algum tempo conversando em frente à entrada do IFMA a espera dos demais participantes, quando uma das lideranças do Desterro passa caminhando. Conversei com ela

e apresentei os jovens que falam sobre a ação dos dias 01 e 02 de abril na rua da Palma, ela se ofereceu para buscar material e fazer a feijoada de confraternização da ação (Figura 95).

Figura 94

Anúncio de convocação desenvolvido por participante

(Fonte: Petúnia Galvão, 2017).



Figura 95

Conversa com a liderança do bairro

(Fonte: doutorando, 2017).



Visitamos o local da ação para tirar algumas fotos e verificar se algo mudou, constatamos que havia mais lixo do que antes. Decidimos trabalhar no detalhamento do “canvas das meninas”, já que o cronograma pré-estabelecido não havia sido cumprido.

Perguntei o porquê de termos excedidos os prazos estabelecidos pelo consenso do grupo. O grupo se cala diante da questão.

Então relembrei o principal compromisso que estava em nossa constituição, de entregarmos algo palpável aos moradores. Também relatei a conversa com o técnico do IPHAN, do facto do espaço da intervenção ser destinado a habitação social que há anos foi prometida à comunidade, porém nunca entregue. Alertei para o caráter “ilegal” da ação, já que não teríamos tempo para pedir autorizações.

Sinto que as expressões mudam, eles demonstraram motivação e um dos jovens moradores relatou que: “deixaremos o lugar muito melhor do que ele está” (Diário de campo, 2017).

Sugeri então trabalharmos no desenvolvimento do layout das ideias a partir da análise do canvas e das fotografias, para assim refazermos o cronograma e dividir as atividades entre o grupo. Fizemos uma projeção da foto do local e eles começaram a discutir o que precisava ser realizado para a implementação da ideia (Figura 96).

Figura 96

Participantes discutem detalhes da intervenção

(Fonte: doutorando, 2017).



Os participantes decidiram realizar os desenhos interferindo diretamente nas fotografias, por acreditarem ser mais rápido e

eficaz. Assim, à medida em que iam sugerindo possibilidades, eles elaboravam o desenho, outros usaram seus telemóveis para pesquisar ideias de intervenção similares na internet, ao mesmo tempo em que as compartilhavam no grupo do WhatsApp.

Pela primeira vez noto uma integração entre aqueles que estavam na assembleia e os demais membros que não puderam comparecer. Foram sugeridas as possíveis cores das paredes, as configurações dos vasos suspensos, além do levantamento do material necessário para realizar a ação (Figura 97).

Figura 97

No primeiro quadro, local onde irá ocorrer a intervenção. Nos demais, as sugestões de intervenção no espaço

(Fonte: doutorando, 2017).



Eles propuseram um novo encontro, três dias depois, para coletar as medidas das fachadas dos casarões que iriam sofrer a intervenção, no dia 14 de março.

Dia 14 de março, nona assembleia do LABDES, com onze participantes. Os jovens foram até o local da intervenção para tirar medidas e finalizar os esboços. Discutiram o formato das estruturas e chegaram a algumas conclusões sobre materiais, formas de montagem e de tratamento das plantas.

Definiram também que realizariam um vídeo convocando as pessoas para a ação. Um jovem participante morador se ofereceu para fazer o texto e apresentá-lo. Outros vídeos mais rápidos

foram feitos solicitando a ajuda de pessoas que possuísem conhecimentos específicos necessários para a ação.

Após a assembleia, a atividade foi intensa no WhatsApp, com troca de imagens e sugestões. As conversas se estenderam pela madrugada.

Dia 18 de março, décima assembleia, com nove participantes. A única que não pude participar por estar doente. Pedi que me fizesse um relato do que ocorreu. Através do WhatsApp, vi que a movimentação era intensa. Dois artistas urbanos convidados por participantes compareceram à assembleia com sugestões de murais a serem pintados no dia e sugeriram fazer uma oficina com os moradores, onde as memórias do bairro seriam utilizadas como referência para as criações. Eles também se comprometeram em disponibilizar o material necessário para realizá-los.

O restante do tempo da assembleia foi utilizado para realizar o vídeo de convocação para o evento “Rua da Palma Viva”. Eles realizaram a filmagem em frente ao local onde aconteceria a ação e me enviaram uma prévia por WhatsApp. Entretanto, vi que o vídeo não ficou com boa qualidade de som. Contacto uma ex-aluna da UFMA, que trabalhava com produção e edição de vídeo, e ela concordou em realizá-lo.

Dia 21 de março, ocorreu a décima primeira assembleia do LABDES, com sete participantes. Faltavam apenas dez dias para a ação e fizemos um checklist dos recursos que já havíamos conseguido. Constatamos que 90% do que precisávamos ainda não havia sido realizado. Aproveitei para falar da importância dos formulários que não utilizamos e quanto eles poderiam ajudar-nos a visualizar os gaps da intervenção. Sugeri então que poderíamos tentar organizar as ideias preenchendo-os.

Mostrei o mapa de partes interessadas, no entanto mais uma vez há resistência, e um dos jovens disse que o formulário “parecia uma prova de matemática”. Não entendo e pergunto o porquê, eles me responderam dizendo que era muito complicado

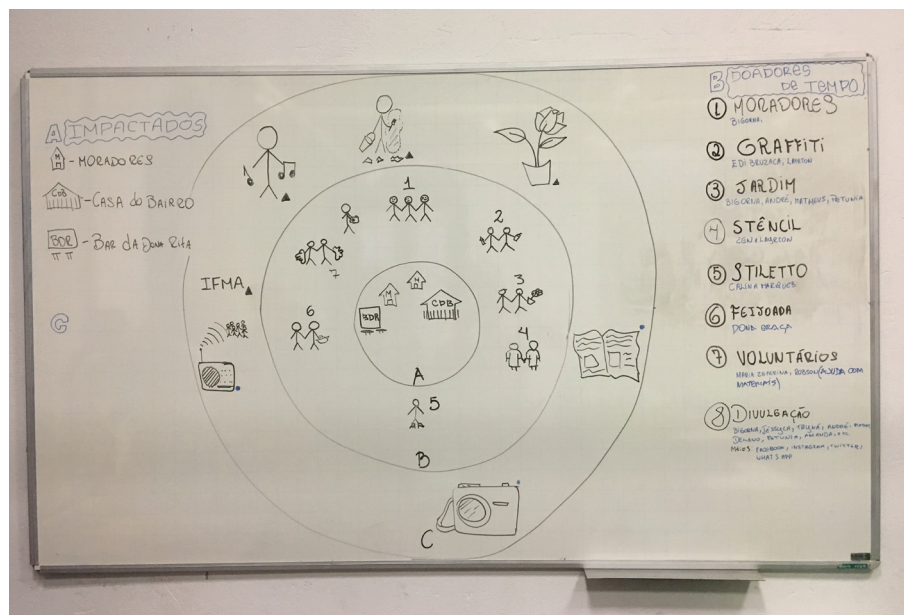
de compreender (Diário de campo, 2017).

Expliquei novamente o conteúdo do mapa e o quanto ele seria necessário. Eles disseram então que iriam desenhar um novo e eu passo a observá-los. Então um jovem que aparentava timidez até então assumiu o quadro e começou a desenhar ícones relacionados com cada demanda e uma outra participante o ajudou escrevendo legendas.

O mapa desenhado por eles era mais lúdico, no entanto demandava demasiado tempo e também não ampliava a compreensão daquele já estava desenvolvido. Porém, a atividade gera bastante interação. É bom vê-los como “donos da situação” (Figura 98).

Figura 98

Mapa de partes interessadas desenhados pelos jovens participantes
(Fonte: doutorando, 2017).



Na manhã do dia seguinte, os jovens visitaram a casa de uma pessoa que faria a doação de parte das plantas para a ação. A interação no grupo do WhatsApp era intensa ao colocar as imagens das plantas, no entanto a grande maioria dos materiais que necessitávamos ainda não haviam sido obtidos.

Um professor do IFMA escreveu ofícios para ajudar na procura de apoiadores que pudessem doar material e colocou-se a disposição, com seu carro, para visitar empresas desde que

algum jovem o acompanhasse para explicar a ação. Expus isso no WhatsApp e ninguém se colocou como voluntário.

Ainda no mesmo dia, encontramos a liderança que ficou responsável pela feijoada e ela disse já ter a quantidade de feijão necessária, porém não tinha os demais ingredientes. Os vídeos de divulgação ficam prontos e são disponibilizados no Instagram¹³ e Facebook.

Restam apenas oito dias para a ação e ainda nos falta a maioria dos recursos materiais. Decidi agir para tentar conseguir o material da pintura. Procurei alguns amigos que atuavam na área da construção civil e pedi que tentassem conseguir sobras de tinta. Eles disseram ser possível.

Os vídeos das redes sociais alcançaram boa repercussão, inclusive com pessoas oferecendo ajuda e doações. No entanto não havia qualquer interação com quem fazia as perguntas. Decidi responder-lhes.

Necessitávamos de um ponto de fornecimento de energia, uma participante se junta a uma apoiadora da ação e decidem visitar o bar que estava localizado à frente ao local da ação, para pedir apoio na cessão do uso de energia. Porém a moradora condiciona a ajuda à pintura da sua fachada. A jovem participante explica que isso não seria possível sem que as outras pessoas do LABDES fossem consultadas.

A jovem participante me repassou a informação e pensei ser mais adequado buscar o apoio da Casa do Bairro, já que o nosso foco estava em objetivos coletivos e não individuais.

Assim como na primeira fase, o excesso de interação no WhatsApp causou desorganização na tomada de decisão, em um momento que resta apenas uma semana para a ação. Sugeri a criação de uma conta da ferramenta Trello, software gratuito

13 https://www.instagram.com/p/BSCDX0GBmD8/?utm_source=ig_web_copy_link e https://www.instagram.com/p/BSBp5TtB8Bk/?utm_source=ig_web_copy_link

de planejamento, que possuía uma interface bastante intuitiva. Nele coloquei abas com aquilo que precisávamos fazer, o que estávamos fazendo e o que já havia sido realizado.

Chegamos ao dia 25 de março, décima segunda assembleia do LABDES, que contou com treze participantes. Falta somente uma semana para a ação e necessitávamos realizar um checklist do que ainda precisava ser realizado.

Como sugerido no dia anterior, fiz uma apresentação das funcionalidades do Trello para que começássemos a organizar as demandas da ação. Senti que a resistência para a utilização de ferramentas de suporte ainda era grande; eles preferiam organizar as informações no quadro branco. Fiz uma consideração sobre a responsabilidade da ação e que deveríamos avançar com as demandas de forma objetiva.

A última atividade da assembleia foi a visita à rua da Palma para apresentar os esboços aos moradores da área, atividade que ocupou o restante da manhã. Os jovens combinaram um último encontro na tarde do dia 28 de março para fechar os últimos detalhes da ação.

Na manhã do dia 27 de março, recebi uma mensagem da liderança perguntando se estava tudo certo para a feijoada e a pintura do bar. Surpreendi-me com a notícia da pintura, pois isso não havia sido acordado. Então fui para o bairro para conversar sobre a situação com a liderança, que me sugeriu conversar com a dona do bar.

Fui até o bar para dialogar com a dona, que me afirmou que a jovem havia prometido que faríamos a pintura, e sustento que isso não era possível. Sugeri que ela comprasse a tinta, e inclusive ofereci uma boleia para essa finalidade, mas que a pintura estaria condicionada a um número maior de participantes. Ela me respondeu: “tudo bem, pelo menos economizo algum dinheiro”. A sua pouca resistência me deixou com a impressão de que sua intenção era fazer um blefe, entretanto pensei que não precisávamos de um conflito com pessoas da comunidade

antes da ação (Diário de campo, 2017).

As discussões no WhatsApp se intensificaram, os jovens realizavam o checklist das atividades que precisavam ser realizadas por lá mesmo. Eles não se apropriaram do Trello. As conversas se prolongaram pela madrugada, entretanto elas estavam focadas apenas em recursos humanos e não nos materiais. Na medida em que novas pessoas se colocavam para ser voluntárias, eram incluídas no grupo de WhatsApp pelos participantes.

Dia 28 de março, décima terceira assembleia do LABDES, com 10 participantes. Ainda não tínhamos o material necessário para a pintura. Até o momento, os jovens não usaram os canais oficiais de comunicação para pedir o que necessitávamos. Fiz uma pequena exposição sobre a responsabilidade que tínhamos com a comunidade do bairro, por vários moradores já terem confirmado presença. Apesar de minhas preocupações, notei que eles se sentiam bem tranquilos em relação ao sucesso da ação.

Abri mais uma vez a plataforma do Trello na frente deles, organizo as demandas, e utilizei como exemplo as minhas atividades realizadas, entretanto ninguém demonstrou interesse em usá-la. Conversamos sobre a situação da pintura do bar e chegamos à decisão conjunta de que a realizaríamos após a limpeza dos casarões, caso houvesse pessoas suficientes.

Enquanto uns discutiam detalhes, sigo com mais dois jovens para a Casa do Bairro. A intenção era conversar sobre a cessão do ponto de energia para que não ficássemos dependentes da situação do bar. A coordenadora nos garante a utilização da energia e também o uso de uma sala de apoio, do banheiro e da área externa para servir a feijoada. No início da noite recebemos a notícia de que o Reocupa iria ceder a sua estrutura de som e um DJ para a ação.

Reforcei a necessidade dos jovens comunicarem a ação nos canais do LABDES. Uma das pessoas que interagiu no Instagram doa duas latas de tinta. Voltei a contactar amigos

que prometeram doar as tintas, eles confirmam a doação. A movimentação estava acentuada no WhatsApp. E já contamos com as tintas, plantas e o material para construir os suportes dos jardins. Ainda precisávamos de arroz, pratos e talheres, rolos de pintura, pincéis e fitas adesivas.

Dois dias antes da ação a movimentação era intensa no WhatsApp. Entretanto verifiquei que a estratégia de comunicação que havia sido estabelecida no início, e contava com as duas jovens participantes, não chegou a ser colocada em prática. Nessa altura nos faz falta o conhecimento técnico sobre o uso dos softwares de redes sociais.

Chegamos a 31 de março, dia que antecedeu a ação. Fizemos mais uma vez o checklist e notamos que ainda nos faltavam recursos materiais. Um dos participantes doa o arroz e outra, os pratos e talheres descartáveis para a feijoada. Fui buscar as tintas, consigo que um outro amigo doe o restante dos materiais para pintura.

Antes do final da tarde, através da divulgação boca a boca, a ação começou a ter alguma repercussão e coletivos de arte se oferecem para cooperar. Um grupo de Permacultura também confirma presença para ajudar com as plantas e conseguimos todo o material necessário.

Segui para o Desterro após buscar as doações, com o intuito de visitar três lideranças do bairro, reforço o convite para evento e dois confirmam presença. Vou até a casa de dois dos moradores mais antigos para pedir que visitem a ação, e um deles diz que: “essas coisas são para gente jovem” (Diário de campo, 2017).

Chega o dia 01 de abril, início da ação “Rua da Palma Viva”. Eu, um jovem morador participante e seu tio chegamos às oito horas da manhã. Aguardamos meia hora e decidimos iniciar o trabalho de limpeza. O sol apareceu, um bom sinal após dois dias nublados.

Dois moradores passam na frente da ação e, curiosos, perguntam o que estava a ocorrer, expliquei e aproveitei para

convidá-los. O pessoal do coletivo de Permacultura chega às 9h e começa a trabalhar na construção dos vasos e preparo das plantas (Figura 99).

Figura 99

Mapa de partes interessadas desenhados pelos jovens participantes

(Fonte: doutorando, 2017).



Logo em seguida os integrantes do Reocupa chegam e iniciam a montagem do som. A maioria das pessoas chegou após as 10h. A movimentação foi intensa e muitos moradores observam sem participar. Os artistas do graffiti chegam para realizar a oficina com os moradores, e assim idealizar os murais do casarão, mas não havia quórum para isso. Eles acabaram por se envolver com a limpeza.

Por volta das 11 horas, chega uma das lideranças mais conhecidas do bairro, que faz parte do grupo “os outros moradores”, e foi uma das pessoas que não aceitou ser entrevistado. Não o conhecia, ele cumprimentou os moradores, observou a ação e perguntou se precisávamos de alguma ajuda, ofereceu outra escada e pediu para alguém buscá-la.

No turno da tarde a movimentação era intensa e vários moradores já estavam envolvidos com a ação, inclusive três dos jovens que decidiram não participar do LABDES. Por volta das 14 horas, as fachadas já estão limpas e iniciamos a pintura (Figura 100).

A dona do bar observava a pintura dos casarões e começou

a reclamar em voz alta que ainda não havíamos começado o trabalho em seu bar, pedi que ela esperasse um pouco mais. Conversei com algumas pessoas sobre a demanda e então destacamos um grupo para pintar a fachada do bar, entretanto a situação gerou bastante desconforto entre os participantes por estarmos desviando dos objetivos coletivos.

Figura 100

No primeiro quadro, trabalho de pintura dos casarões. Nos demais, movimentação dos participantes e construção dos vasos para o jardim

(Fonte: Priscila Santiago, 2017).



Uma liderança também conversa com a dona do bar, e pede calma pois “tudo se resolve”, ela relatou estar feliz com a movimentação. No entanto diz que precisava ir embora “porque os moradores irão iniciar a ocupação” (Diário de campo, 2017).

É a primeira vez que fico sabendo que, ao mesmo tempo em que realizávamos a ação, parte dos moradores que faziam parte de um movimento da comunidade do Desterro que lutava pelo direito à habitação estavam ocupando um prédio público abandonado em outra rua, muito próximo dali. Minha reflexão na altura foi que nós do LABDES não havíamos conseguido nos aproximar da questão principal que afetava o Desterro, o acesso à habitação.

Por volta das 16 horas, os artistas iniciaram a pintura dos murais no primeiro casarão, enquanto outros pintavam a base

do segundo. Um dos artistas escreve “Fora temer” em uma das fachadas. Vivíamos a fase pós impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e era bastante comum encontrar essa frase nas paredes de várias cidades do Brasil.

Dois jovens participantes moradores me procuram e demonstram indignação com a frase, e dizem que havíamos combinado de não envolvermos políticos no LABDES. Tento então explicar que não havia ganho político em torno da ação, que era apenas uma expressão de protesto, e que resolveríamos isso depois, eles concordaram. O trabalho continuou até às 18h30, quando começa a chover forte, e o grupo decide concluir no dia seguinte (Figura 101).

Figura 101

Início do trabalho de pintura dos murais de graffiti

(Fonte: Priscila Santiago, 2017).



Havia bastante entusiasmo entre os participantes, e todos se confraternizaram pelos resultados do trabalho. Parecia que havíamos chegado a uma realização capaz de gerar a energia necessária para a continuidade do LABDES.

Entretanto por volta das 22h30, um dos jovens participantes moradores que havia reclamado sobre a frase “Fora Temer” pergunta: “Gente o foco do projeto não era para a melhoria do

bairro?” E uma outra pessoa concorda ao dizer: “obviamente”, o jovem continua:

Então um cara não sei de onde ele é, essa cara fez uma merda que pode prejudicar o projeto, sabe o lado do direito do prédio que estamos fazendo a intervenção? Esse abençoado botou uma pichação com a frase FORA TEMER, falamos no grupo que não ia ter nada sobre política ou alguma manifestação parecido. Então venho avisar que devemos urgentemente tirar aquela frase, por que isso pode sujar o nosso nome” (Diálogo WhatsApp, 2017).

Outros concordam com o jovem e demonstram indignação com a situação. Em seguida, pessoas ligadas aos coletivos de artistas defendem a liberdade de expressão e tudo o que havíamos realizado, e que sentiram-se ofendidas com a reclamação dos jovens.

Minha primeira reação foi dizer que no dia seguinte apagaríamos a frase, o que acaba por gerar mais conflito no grupo. O mal-estar está instalado e alguns jovens me cobram, em conversas privadas, o compromisso firmado nas assembleias do LABDES.

A discussão prolonga-se até aproximadamente 3h da madrugada, pensei mais uma vez que o WhatsApp não era o canal adequado para esse tipo de discussão, e que deveria ter convocado uma assembleia no momento que a questão emergiu, pois não há como se esquivar do conflito.

No segundo dia da ação, 02 de abril, os trabalhos ocorreram a partir das 13h, com um número bem menor de participantes. Não houveram mais comentários sobre a questão que avançou pela madrugada do dia anterior.

O trabalho estendeu-se até o fim da tarde, entretanto precisei seguir para o aeroporto para retornar a Portugal, e por isso não tive a oportunidade de acompanhar a finalização da ação. Porém, observava a repercussão no grupo do WhatsApp. Havia grande satisfação e entusiasmo entre moradores e participantes do LABDES com o resultado do “Rua da Palma Viva” (Figura 102).

A segunda fase do LABDES contou com treze assembleias que antecederam a ação e, quando comparada com a primeira etapa, é possível afirmar que o processo proporcionou uma melhor qualidade dos vínculos entre os participantes, entretanto estes não foram capazes de proporcionar a sustentabilidade do projeto através da participação ao longo do tempo (Figura 103).

Figura 102

Resultado final do
“Rua da Palma Viva”

(Fonte: Maria Zeferina,
2017).



O conceito de Assembleia Projetual não está apoiado em um modelo de permanência, em um local fixo ou tempo determinado, porém o vínculo entre as pessoas e a assembleia é o que proporciona que ela seja montada quando surgem questões de interesse comum.

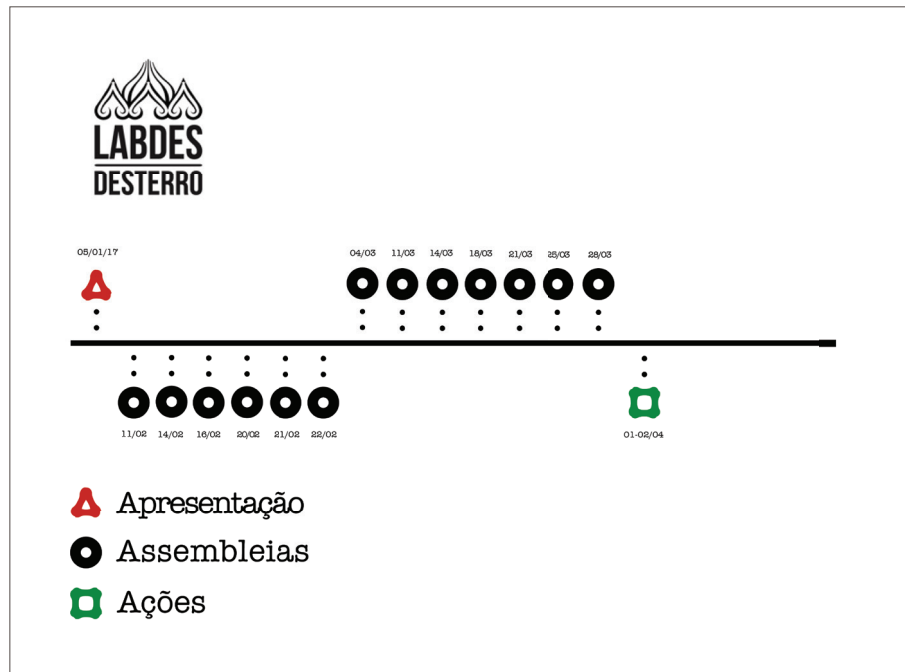
De certo modo, esse papel poderia ser exercido pelas associações de bairro, que, no caso específico dessa investigação,

viviam momentos de fragilidade institucional, tanto no bairro do Alto da Cova da Moura quanto no Desterro.

Figura 103

Diagrama de ações do LABDES em 2017

(Fonte: doutorando, 2017).



Apesar do trabalho das associações de bairro ter em sua essência um caráter voluntário, os seus objetivos estão apoiados na necessidade da defesa, perante o poder público, dos direitos e interesses comuns de um grupo de pessoas que vivem em um território delimitado.

Esse caráter voluntário também é observado em diversos coletivos ativistas que estão alinhados a propósitos específicos mas que, em muitos casos, precisam, em algum momento, buscar financiamentos que proporcionem a construção e permanência de um corpo decisório.

O Kowork e o LABDES foram apoiados em um voluntariado acadêmico que depende dos prazos estabelecidos para as investigações. Nesses dois casos específicos, os objetivos eram transferir o conhecimento de design necessário para a prática de projeto, o que não foi possível, apesar de, como disse um dos jovens participantes do LABDES: “depois da experiência do laboratório, nunca mais farei as coisas do mesmo jeito” (Diário

de campo, 2017).

Quanto ao voluntariado tradicional, aquele baseado em pessoas que vêm e vão ao sabor do tempo de suas vidas, depender dele é um risco pois, apesar das boas intenções, as prioridades da vida privada nos convocam a deixar os objetivos comuns para quando seja possível ou, como diz o ditado: “Cada um é que sabe onde seu sapato aperta”.

Não nos esqueçamos que, na maioria das vezes, o incentivo ao voluntariado comunitário por aqueles que detém o poder vem disfarçado de um desejo de “lavar as mãos” quanto à função de prover um estado de bem-estar social através de ações voluntárias locais, o que justifica o desânimo dos moradores dos bairros investigados, pois como afirma Sennett (2012): “Quando o dinheiro é retirado de uma comunidade local, fica cada vez mais difícil conseguir que as pessoas sejam voluntárias” (p. 252)¹⁴.

Desde o dia seguinte ao “Rua da Palma Viva”, estabeleci conversas reservadas com os participantes que atuaram de forma mais efetiva no processo, na tentativa de observar os efeitos da ação.

Os meses que se seguiram após a segunda fase do LABDES foram de esvaziamento gradual do laboratório. E isso começou a ocorrer logo no dia 03 de abril. Dois jovens participantes me disseram não ser possível continuar devido ao facto de seus familiares terem vinculado o “Rua da Palma Viva” à ocupação realizada por moradores em um prédio localizado na rua da Estrela.

A confusão ocorreu por causa de uma matéria veiculada em um jornal de grande circulação em São Luís, que divulgou, na mesma página, a intervenção da rua da Palma e a ocupação da rua da Estrela, que ocorreram no mesmo dia (Figura 104).

14 “...When money is stripped out of a local community, it becomes ever harder to get people to volunteer.”

Figura 104

Matérias veiculadas
no Jornal O Imparcial -
03/04/17

(Fonte: doutorando,
2017).



A ocupação, que tinha caráter provisório, era um protesto contra um aviso de despejo de cerca de vinte famílias que viviam em um casarão localizado na mesma rua. Muitos desses moradores reivindicam moradia na região do Desterro há mais de 40 anos (“Moradores do centro”, 2017).

Ao ler a matéria sobre a ocupação ativista da comunidade do Desterro pelo Direito a habitação, penso como seria se o LABDES tivesse sido convocado para colaborar com os moradores, seja na composição de artefactos de design que comunicassem a causa, ou em melhorias na edificação que possibilitassem a permanência temporária no espaço.

Ao mesmo tempo, a hipotética colaboração poderia inviabilizar grande parte dos participantes, em sua maioria com idade menor de 18 anos.

Graças ao apoio de dois jovens participantes, foi possível realizar entrevistas para avaliar a percepção de cinco moradores do Desterro em relação à ação “Rua da Palma Viva”.

Todos os moradores entrevistados avaliaram de forma positiva a ação. Entretanto, a percepção da esperança por dias melhores pode ser sintetizada pelo relato de um deles:

Olha, meu amigo, aqui tá difícil. Para dar uma melhorada aqui, no centro histórico, o poder público tem de olhar de uma forma mesmo com carinho pra cá. Você sabe que tem um projeto de habitação pra cá e o poder público largou de mão ...e para mudar a situação aqui do bairro tem que habitar o centro histórico. ...essas atitudes de vocês são plausíveis, bato palma, gostei, mas que aqui está abandonado, está ...rapaz, vou te falar a verdade, como o centro histórico tá abandonado, vocês que são jovens e já viraram a situação de vocês aí, essa parte de habitação aí vocês tem que tomar frente aí, porque eu já larguei de mão (Entrevista morador Desterro, 2017).

Quanto à questão da sustentabilidade projetual quando trabalhamos em contextos de bairros vulneráveis, a experiência que elaborei demonstra que abordagens especialistas não são sustentáveis, pois os processos e as técnicas usadas não são assimilados pelos demais atores que participam da atividade projetual. Os workshops permitiram comprovar a relutância dos participantes em escrever suas considerações nos formulários de planejamento das ações, dando preferência pelo diálogo livre. O uso de processos e técnicas especialistas pode até ser considerado excludente, contrário ao alcance de uma participação verdadeira.

Outro ponto relevante é que o tempo praticado nas abordagens especialistas adotadas por designers e investigadores, na maioria das vezes, é outro, radicalmente diferente daquele que

se relaciona à vida desses bairros e dessas comunidades, o que prejudica a sustentabilidade do projeto participado em tais contextos, além de não proporcionar uma aproximação entre a micropolítica e a micropolítica.

Foi ao pensar nessas questões que, após o trabalho de campo, realizei um estudo de caso que aborda a relação entre o Ateliermob, empresa de design e arquitetura portuguesa; as associações de moradores dos bairros Prodac Norte e Sul, na freguesia de Marvila em Lisboa; e a Câmara Municipal de Lisboa.

O caso a ser apresentado no próximo capítulo aponta para possibilidades que podem colaborar com a sustentabilidade do projeto participado no contexto de bairros vulneráveis.

5.7. Referências bibliográficas do capítulo

- Bannon, L. J. & Ehn, P. (2013). Design matters in participatory design. In J. Simonsen & T. Robertson (Ed.), *Routledge International Handbook of Participatory Design* (pp. 37-63). Routledge.
- Binder, T. (2007). Why design: labs? In *Design Inquiries*. Stockholm: Nordes Conference.
- Binder, T., De Michels, G., Ehn, P., Jacucci, J., Linde, P., & Wagner, I. (2011). *Design things*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Björgvinsson, E., Ehn, P., & Hillgren, P.-A. (2012a). Agonistic participatory design: working with marginalised social movements. *CoDesign*, 8(2-3), 127-144.
- Björgvinsson, E., Ehn, P., & Hillgren, P.-A. (2012b). *Design Things* and Design Thinking: Contemporary Participatory Design Challenges. *Design Issues*, 28(3), 101-116.
- Björgvinsson, E., Ehn, P., & Hillgren, P.-A. (2010). Participatory design and “democratizing innovation”. In Proceedings of the 11th Biennial Participatory *Design Conference on – PDC 10*, 41-50.
- Bonsiepe, G. (2011). *Design, Cultura e Sociedade*. São Paulo, SP: Blucher.
- Concilio, G. & Rizzo, F. (Org.) (2016). *Human Smart Cities: Rethinking the Interplay between Design and Planning (Urban and Landscape Perspectives)*. Milan/Bologna, IT: Springer.
- Costa, M. A., Santos, M. P. G. dos, Marguti, B., Pirani, N., Pinto, C. V. da S., Curi, R. L. C., ... & Albuquerque, C. G. de. (2018). *Vulnerabilidade Social no Brasil: Conceitos, Métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras*. Brasília, DF/Rio de Janeiro, RJ: IPEA.

- Dantec, C. L. & DiSalvo, C. (2013). *Infrastructuring and the Formation of Publics in Participatory Design*. *Social Studies of Science*, 43(2), 241–264.
- DiSalvo, C. (2012). *Adversarial Design* (1st ed.). Cambridge, MA: MIT Press.
- DiSalvo, C. (2010). Design, Democracy and Agonistic Pluralism. *Proceedings of the Design Research Society Conference 2010*, 1, 366–371.
- DiSalvo, C. (2009). Design and the Construction of Publics. *Design Issues*, 25(1), 48–63.
- DiSalvo, C., Clement, A., & Pipek, V. (2013). Communities: Participatory Design for, with and by communities. In J. Simonsen & T. Robertson (Ed.), *Routledge International Handbooks Handbook of Participatory Design* (pp. 188–209). Routledge.
- Ehn, P. (2008, october). Participation in *design things*. *PDC 08 - Proceedings of the Tenth Anniversary Conference on Participatory Design 2008*, 1, 92–101.
- Ehn, P., Nilsson, E. M., & Topgaard, R. (Eds.) (2014). *Making futures: marginal notes on innovation, design, and democracy* (1st ed., pp. 1–13). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Ferreira, M. M. G. (2012). “Quando a história acaba e a memória fica”: uma etnografia do centro histórico de São Luís (1st ed.). São Luís, MA: Café & Lápis Editora.
- Freire, P. (2016). *Conscientização*. São Paulo, SP: Cortez Editora.
- Freire, P. (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo, SP: Cortez e Moraes.
- Heidegger, M. (1967). *What is a thing?* South Bend, IN: Gateway Editions.
- Hillgren, P.-A., Seravalli, A., & Emilson, A. (2011). Prototyping

- and *infrastructuring* in design for social innovation. *CoDesign*, 7(3/4), 169–183.
- Ingold, T. (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 18(37), 25–44.
- IPEA. (n.d.). *Sobre o Ipea - Quem Somos*. Obtido em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68 Acedido em: 05 fev. 2018.
- Karasti, H. (2014). Infrastructuring in participatory design. *Proceedings of the 13th Participatory Design Conference on Research Papers – PDC 14*, 141–150.
- Karasti, H., & Baker, K. S. (2008). Community Design – Growing One's Own Information. *Proceedings of the Participatory Design Conference - PDC 2008*, 2, 220–223.
- Koskinen, I. (2016). Agonistic, Convivial, and Conceptual Aesthetics in New Social Design. *Design Issues*, 32(3), 18–29.
- Latour, B. (2005). From Realpolitik to Dingpolitik or How to Make Things Public. In B. Latour & P. Weibel (Eds.), *Making Things Public-Atmospheres of Democracy* (1st ed., pp. 14–31). Cambridge, MA: ZKM/MIT Press.
- Lefebvre, H. (1970/2003). *The Urban Revolution* (1st ed.). Minneapolis / London, UK: The University of Minnesota Press.
- Manzini, E. (2015). *Design, When Everybody Designs. An Introduction to Design for Social Innovation*. Cambridge, MA/London, UK: The MIT Press.
- Manzini, E. (2008). *Design para a inovação social e sustentabilidade*. Rio de Janeiro, RJ: E-Papers.
- Mendes, L. (2017). Gentrificação turística em Lisboa: Impactos do alojamento local na resiliência e sustentabilidade social do centro histórico. Poder Local, *Revista de Administração*

Democrática, 1(155), 58–73.

Moradores do centro ocupam prédio abandonado. (2017, April 3). *O Imparcial*.

Moser, C. O. N. (1998). The asset vulnerability framework: Reassessing urban poverty reduction strategies. *World Development*, 26(1), 1–19.

Mouffe, C. (2015). Agonism, Democracy and Design. In J. Boelen & V. Sacchetti (Eds.), *Designing everyday life* (pp. 44–48). London, UK: Park Books.

Mouffe, C. (2000). *The Democratic Paradox* (1st ed.). London, UK: Verso.

Mouffe, C. (1999). *Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism?* *Social Research*, 66 (Prospects for Democracy).

Nesta. (2014). *Development Impact and You*. Obtido em: <https://diytoolkit.org/media/DIY-Toolkit-Full-Download-A4-Size.p>

Nesta. (n.d.). *About*. Obtido em: <https://www.nesta.org.uk/about-us/>

Noronha, R., Oliveira, H., & Rodrigues, C. D. (2008). *Lugares comuns: a marca territorial do Desterro, identidade e etnografia*. Obtido em: <https://www.academia.edu/5539676/Lugares_comuns_a_marca_territorial_do_Desterro_identidade_e_etnografia>. Acedido em 3 fev. 2014.

Nova, N. (2014). *Beyond Design Ethnography: How designers practice ethnographic research*. Genève: SHS (Berlin) & HEAD.

Operação conjunta desarticula maior ponto de venda de crack no Centro Histórico de São Luís (2015, January 31). *O Imparcial*.

Operação faz retirada de barracas irregulares no bairro do Desterro (2015, February 21). *O Imparcial*, Caderno

Urbano.

- Saad-Sulonen, J., Eriksson, E., Halskov, K., Karasti, H., & Vines, J. (2018). Unfolding participation over time: temporal lenses in participatory design. *CoDesign*, 14(1), 4–16.
- São Luís (2005). *Desterro: um bairro além dos mapas*. São Luís, MA: QG Qualidade Gráfica e Editora.
- Sennett, R. (2012). *Together: The Rituals, Pleasures and Politics of Cooperation* (1st ed.). New Haven & London, UK: Yale University Press.
- SESI - Serviço Social da Indústria. (n.d.). *Vira Vida: O Programa*. Conselho Nacional do Sesi. Obtido em: <http://conselhonacionaldosesi.org.br/desenvolvimento-humano-ambiental/vira-vida/vira-vida/> Acedido em: 7 jan. 2017.
- Tironi, M. (2017). Repensando la política desde el diseño (y el diseño desde la política). *Revista Diseña*, 11, 37-45.
- Thiollent, M. (2011). *Metodologia da pesquisa-ação* (18 ed). São Paulo, SP: Cortez.
- Velho, G. (2013). *Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas – Ensaio* [Edição do Kindle]. Rio de Janeiro, RJ: Expresso Zahar.
- Velho, G. (1994). *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Coleção Antropologia Social (3. ed.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Zastrow, C. (2008). *Trabajo social con grupos* (6. ed). Madrid, ES: Paraninfo Cengage Learning.

CAPÍTULO 06

OLHANDO PARA O FUTURO DO DESIGN PARTICIPATIVO EM BAIRROS VULNERÁVEIS

6. Olhando para o futuro do design participativo em bairros vulneráveis

Em novembro de 2017, fui convidado pelo professor Doutor João Paulo Martins, responsável pela Unidade Curricular “Práticas Profissionais” da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, para apresentar aos alunos do Curso de Doutoramento em Design uma síntese desta investigação até aquela altura.

Ao expor todas as dificuldades enfrentadas no trabalho de campo, a sala foi tomada por um certo sentimento de desânimo, o qual sintetizado na frase do Professor João Paulo: “um trabalho árduo que nos traz uma perspectiva de pessimismo para o design participativo nesses contextos” (Anotações de campo, 2017).

Na época, os meus sentimentos eram os mesmos: pessimismo, impotência e desânimo. Pois, apesar de experiências anteriores indicarem a insustentabilidade do design participativo em bairros vulneráveis, havia de minha parte a expectativa de encontrar caminhos que revertissem esse cenário.

Ao sair da apresentação, tive o impulso de tentar desenvolver uma outra experiência de campo em Portugal. Vinha observando desde 2016 os trabalhos realizados pela Junta de Freguesia de Carnide, principalmente as ações em Padre Cruz, o maior bairro social da Península Ibérica, onde na altura residiam cerca de 5.500 pessoas (Banha, 2016).

Havia acompanhado a primeira edição do Muro - Festival de Arte Urbana, que ocorreu no Bairro Padre Cruz em maio de 2016 (Banha, 2016 ; Capucho, 2016). E, ao conversar com moradores da região, notei uma grande expectativa relacionada aos possíveis desdobramentos que o evento poderia trazer à imagem do bairro (anotações de campo, 2016).

Na altura, Carnide vinha sendo, já há algum tempo, a Junta de Freguesia que mais aprovava projetos no Programa de Orçamento Participativo da CML - Câmara Municipal de Lisboa

(“Carnide volta a ganhar”, 2017), o que poderia vir a ser um cenário interessante para o estabelecimento de parcerias para a investigação. No entanto, fui rapidamente demovido da ideia de ampliar a investigação de campo, devido a não haver mais tempo hábil para realizá-la.

Paralelo a isso, desde a minha chegada a Portugal, ao explorar o objeto desta investigação, sempre cruzei com projetos contemplados pelo Programa BIP/ZIP – Parcerias Locais da CML, o que gerou grande curiosidade sobre o Programa.

Projetos coordenados pela designer portuguesa Susana António, como o “A Avó veio trabalhar” (citado no capítulo 2) e o “Projecto Remix”, realizado no bairro do Armador, na freguesia de Marvila, em Lisboa (“Projecto Remix”, 2011), além daqueles conduzidos pela Associação Renovar a Mouraria (também citado no capítulo 2), são exemplos de iniciativas vencedoras de concursos BIP/ZIP.

Lançado em 2011, o BIP/ZIP é um programa anual que, através de apoio monetário, incentiva o surgimento de parcerias entre pelo menos duas entidades que se comprometam, no espaço de um ano, com a concepção, apresentação e desenvolvimento de projetos de pequenas intervenções locais, que proporcionem melhorias em um bairro da cidade de Lisboa classificado pelos órgãos da CML como Bairro de Intervenção Prioritária (BIP) ou Zona de Intervenção Prioritária (ZIP).

As parcerias poderiam ser estabelecidas entre juntas de freguesia, associações locais, coletivos, organizações não-governamentais e até grupos informais. O Programa BIP-ZIP exige que a candidatura de projetos atenda às seguintes questões (Câmara Municipal de Lisboa, 2013a):

- fomento da cidadania e da auto-organização dos moradores;
- contribuição para uma imagem positiva dos territórios onde se desenvolvem;

- criação de um clima favorável ao empreendedorismo e à capacidade de iniciativa local.

A “Carta dos BIP/ZIP” serviu como base para o programa e propôs um prognóstico para requalificação dos “bairros de intervenção prioritária” de Lisboa e surgiu no âmbito dos objetivos do Programa Local de Habitação da cidade de Lisboa no final do ano de 2009 (Programa Local de Habitação de Lisboa, 2010).

A primeira tarefa do estudo que originou a Carta foi a construção do conceito de Bairro de Intervenção Prioritária, trabalhado a partir da definição de “Bairro Crítico”¹, anteriormente utilizada em conjugação com a pesquisa de indicadores socioeconómicos, urbanísticos e ambientais. Dessa maneira, evoluiu-se depois para as definições mais objetivas de Bairros de Intervenção Prioritária e Zonas de Intervenção Prioritária (Programa Local de Habitação de Lisboa, 2010).

Foi através da curiosidade gerada pelo programa BIP/ZIP que cheguei aos projetos do Ateliermob, empresa de arquitetura, paisagismo, design e urbanismo constituída em 2005, na cidade de Lisboa.

Em 12 de março de 2015, acompanhei um debate sobre os trabalhos do Ateliermob realizado no Mob - Espaço Associativo no bairro dos Anjos, em Lisboa. Na altura, o arquiteto Tiago Mota Saraiva, sócio da empresa, apresentou diversos casos iniciados no período pós-crise de 2008, entre eles os projetos da cozinha comunitária Terras da Costa, localizada na região da Costa da Caparica, Almada; e outro, que envolveu as Associações de moradores dos bairros Prodac Norte e Sul (anotações de campo, 2015).

¹ “espaços urbanos que, pela concentração de problemas sociais, pelo desfavorecimento e menor capacitação das suas populações, pela concentração de grupos mais vulneráveis às diferentes formas de discriminação, pelo estigma social que lhes anda associado e pelo bloqueio de oportunidades (...) constituem o mais urgente desafio em termos de promoção da cidadania e da coesão social (...)” (Programa Local de Habitação de Lisboa, 2010, p.6)

Na altura, me impressionou a frase: “nós do Ateliermob trabalhamos com projetos de arquitetura e design social, mas não fazemos voluntariado”. E o interlocutor (ou arquiteto) continuou dizendo que “precisavam pagar as contas, sobreviver”, e por isso estavam preocupados em descobrir formas de financiar projetos de arquitetura e design em momentos de crise (anotações de campo, 2015).

A postura política da empresa estava refletida no memorial “Trabalhar com os 99%”, que apontava para caminhos para atuação no cenário de crise financeira vivido em Portugal:

Com o mercado imobiliário em ebulição, é descuido declarar que não tenha trabalho para a arquitetura em Portugal. O problema não é a falta de trabalho, mas sim a falta de meios para pagar o trabalho de um profissional qualificado. Este é nosso ponto de partida. Os arquitetos devem desempenhar um papel mais significativo na vida das pessoas. Os arquitetos devem ser vistos como uma ferramenta para melhorar as condições de vida da população.

Como os arquitetos podem trabalhar com as pessoas que não têm dinheiro – e que nem terão num futuro próximo – para pagar pelo nosso trabalho? Está é a questão emergente.

Parece que só poderíamos ter sucesso colocando os profissionais de arquitetura no epicentro, organizando e gerindo os processos financeiros e de financiamento. Até hoje, o processo de construção tem sido um relacionamento entre três partes – o proprietário,

designers e construtores -, agora, porém, deve surgir uma quarta parte: o financiador (Holanda, 2012, n.p).

Ao conhecer essa visão, vislumbrei que a perspectiva do Ateliermob poderia dar respostas a questão da sustentabilidade financeira para profissionais de design e arquitetura que pretendessem atuar na área social, entretanto na época havia a necessidade de cumprir com o cronograma de trabalho de campo.

No final de 2017, estabeleci contacto com o arquiteto Tiago Mota Saraiva com o intuito de conhecer casos do Ateliermob que pudessem contribuir com os objetivos desta investigação. Na altura, era importante compreender as formas de atuação da empresa, que possui presença marcante na área da arquitetura e do design social. Também era fundamental o entendimento do papel de instrumentos de financiamento estatal como o BIP/ZIP para, assim, visualizar um cenário mais otimista para o design participativo em bairros afetados pela vulnerabilidade social.

Utilizei como instrumento o estudo de caso, por ser o método preferencial para o entendimento de eventos contemporâneos, “quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados” (Yin, 2015, p.13).

As técnicas de investigação adotadas foram a análise de matérias veiculadas na comunicação social portuguesa e entrevistas com pessoas que tivessem envolvimento direto nos eventos (Yin, 2015).

No caso específico foram entrevistados o arquiteto Tiago Mota Saraiva, sócio do Ateliermob; Miguel Sousa Ferreira, presidente da Associação de Moradores do Prodac Norte; e, José Augusto Silva, presidente da Associação de Moradores do Vale do Fundão - Prodac Sul.²

2 As transcrições estão disponíveis no anexo 5.

6.1. A relação entre Ateliermob e os bairros Prodac

O estúdio Ateliermob inicia sua trajetória em 2005, composto por quatro sócios, com o seu foco inicial voltado para a participação em concursos públicos, caminho natural para aqueles que “não tinham pais ricos ou grandes contactos no mundo privado” (T. M. Saraiva, comunicação pessoal, 18 fev. 2018).

Com os efeitos visíveis da crise de 2008 em Portugal, começava a decrescer a oferta de concursos. Já a partir de 2010 quase não havia oferta de trabalho nesse segmento, e os sócios do Ateliermob, Andreia Salavessa e Tiago Mota Saraiva, começaram a considerar a ideia de emigrar para um outro país.

Foi nessa altura que a empresa adotou uma outra forma de atuação, desviando o foco dos concursos para as candidaturas a financiamentos, pois constatou que havia “imenso trabalho de arquitetura a ser feito, não está é dinheiro disponível para o pagar”(T. M. Saraiva, comunicação pessoal, 18 fev. 2018).

A ideia era criar uma espécie de gabinete técnico de apoio à população, já que os sócios entendiam como uma demanda crescente o atendimento às pessoas impactadas pela crise de 2008, que vinham entregando suas casas aos bancos pela impossibilidade de arcar com os seus financiamentos, optando pela escolha de moradias menores que necessitariam de adaptações. E foi assim que os sócios do Ateliermob contactaram a CML, a procura de formas de viabilizar financiamento para a proposta do gabinete técnico (T. M. Saraiva, comunicação pessoal, 18 fev. 2018).

Entretanto, a Câmara apontou para uma outra demanda, referente à regularização de casas na freguesia de Marvila, especificamente nos bairros Prodac. E foi a partir da mediação da CML que o Ateliermob e as Associações de moradores do Prodac Norte e Prodac Sul conseguiram estabelecer contacto.

Ao entrevistar o arquiteto Tiago Mota Saraiva em fevereiro de 2018, além de entender o modelo de sustentabilidade financeira do Ateliernob, que possibilita que a empresa atue no segmento de arquitetura e design social, era importante também compreender as estratégias adotadas para a prática de projetos participados.

A Prodac, sigla para Associação de Produtividade na Autoconstrução, foi uma cooperativa criada em 1968 por iniciativa da Cáritas Portuguesa³ e da UCIDT - União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho. Teve sua origem em um processo participado para o realojamento dos moradores do Bairro Chinês, ocorrido entre os anos de 1970 e 1974 (Rebolo, 2016).

Naquela altura, o Bairro Chinês era o maior bairro de barracas da zona oriental da cidade. Estava localizado na antiga Quinta Marquês de Abrantes, em Marvila, e contava com mais de 2000 barracas e cerca de dez mil pessoas. O processo foi estruturado em 3 fases, onde seriam construídas 1.283 habitações, porém menos da metade foi entregue, apenas 585 delas, correspondentes às duas primeiras fases (Rebolo, 2016).

O processo ocorreu nos últimos anos do Estado Novo em Portugal. Com a Revolução de 25 de abril de 1974, e os planos diretores que se seguiram na cidade de Lisboa, a zona onde está localizado o bairro Prodac continuava identificada como área verde, e todos os contactos realizados entre os moradores e os técnicos da CML eram marcados por uma relação litigiosa, já que os últimos diziam que o bairro estava construído em terreno ilegal e por isso deveria ser demolido (T. M. Saraiva, comunicação pessoal, 18 fev. 2018).

E foi devido a essa situação que, passados mais de 40 anos, os moradores que ainda não tinham suas habitações regularizadas, intercederam junto à CML, para a obtenção dos títulos de propriedade devidos pelos terrenos onde os fogos

3 Organização de ação social ligada a igreja católica.

foram autoconstruídos na Quinta do Vale do Fundão nos anos 1970 (Agência Lusa, 2016; “Bairros Prodac Sul e Norte”, 2016).

O primeiro contacto ocorreu entre os representantes da Associação de Moradores do Prodac Norte e a CML, onde os primeiros exigiram que a Câmara deveria fornecer as plantas do edificado para a regularização das habitações. No entanto, essas plantas não existiam e o órgão responsável não tinha como realizar o levantamento necessário para desenhá-las (M. S. Ferreira, comunicação pessoal, 24 maio 2018).

Os moradores necessitavam de apoio financeiro para o desenvolvimento das plantas, pois, como relatou Ferreira, (comunicação pessoal, 24 maio 2018) “uma planta de arquitetura é um valor elevado, e as pessoas com vulnerabilidades não tinham esses valores” (Anexo 5).

Na época foi sugerido que eles concorressem ao concurso do BIP/ZIP do ano de 2012. Entretanto, antes os representantes da Associação ainda contactaram a Ordem dos Arquitectos de Portugal na tentativa que este órgão disponibilizasse arquitetos para desenvolverem as plantas, mas a ordem não estava habilitada a participar do programa BIP/ZIP (M. S. Ferreira, comunicação pessoal, 24 maio 2018).

E foi através da Ordem dos Arquitectos e da Vereadora Paula Marques que os representantes da Associação chegaram ao Ateliermob. Ao contactar o arquiteto Tiago Mota Saraiva, foi explicada a necessidade das plantas e, em seguida, foi realizado um levantamento preliminar que deu subsídios para a construção do documento de candidatura ao programa BIP/ZIP (M. S. Ferreira, comunicação pessoal, 24 maio 2018).

O objetivo geral descrito na ficha de candidatura foi o seguinte:

Propõe-se a realização dos trabalhos inerentes ao licenciamento de todas as casas do Bairro Prodac Norte. Aos moradores no bairro, que o construíram na

década de 70, nunca foi reconhecida a titularidade das suas casas. Pretende-se com este processo, e após o projecto de loteamento de iniciativa municipal que lhe abriu portas, regularizar a situação de todos os 88 lotes (Associação de Moradores do Bairro da Prodac Norte, 2012, p. 4).

Os moradores participaram da construção da proposta de candidatura, fornecendo informação e ideias. Segundo Ferreira (comunicação pessoal, 24 maio 2018), foram “4 ou 5 reuniões” para construir a proposta, mas foi o Ateliermob o responsável por desenvolvê-la e submetê-la ao concurso BIP-ZIP em 2012. O acordo entre as partes foi baseado em uma relação “ganha-ganha”, já que todos seriam beneficiados se o projeto fosse aceito.

A candidatura foi selecionada para receber o valor de 50.000 euros e o processo de regularização foi iniciado com 70 das 88 casas, já que alguns moradores estavam incompatibilizados com a Associação por não serem associados ou não acreditarem no processo (T. M. Saraiva, comunicação pessoal, 18 fev. 2018).

Foi então realizada uma assembleia junto aos demais moradores para comunicar o projeto e abrir a inscrição aos interessados. Como estratégia de pertencimento ao processo, foi estabelecido um sistema de coparticipação onde cada proprietário pagaria 50 euros, o equivalente a 10% do valor total de 500 euros a ser pago pela regularização de cada habitação.

O repasse ao Ateliermob era realizado pela Associação de Moradores do Prodac Norte, que gerenciou tanto os valores obtidos pela CML quanto aqueles recebidos pelos moradores. Para Saraiva (2018), “foi importante serem eles a pagarem os 50 euros para se sentirem que nós éramos arquitetos deles”.

Alguns dos moradores que decidiram inicialmente por não participarem do processo, ao visualizarem o seu andamento, acabaram por voltar atrás e pagar o valor integral de 500 euros

para verem suas casas regularizadas.

O processo de regularização necessitou de muita negociação com a CML e foi permeado de grande burocracia e termos de responsabilidade. Muito disso ocorreu devido à Câmara nunca ter passado por uma situação semelhante. Inclusive, durante o processo, os arquitetos da CML diziam que era impossível levá-lo a frente, que seria necessário demolir parte das casas. Entretanto, desde o início a equipa do Ateliermob assumiu o compromisso perante os moradores de que isso não aconteceria (T. M. Saraiva, comunicação pessoal, 18 fev. 2018).

O levantamento e desenho das casas ocorreu durante o ano de 2012, e foi realizado por equipas de 3 arquitetos que visitavam cada habitação do bairro Prodac Norte.

Ainda em 2012, o projeto concorreu e venceu o prémio *Future Cities*, da Bienal de Arquitetura de Veneza, juntamente com outros dois concorrentes do Brasil e Itália (Pinto, 2012).

O prémio teve boa repercussão na comunicação social em Portugal (Agência Lusa, 2012; Pinto, 2012; T. M. Saraiva, comunicação pessoal, 18 fev. 2018), o que causou enorme visibilidade para o Bairro da Prodac na mídia, como afirma Saraiva (2018):

E em determinada altura o processo da Prodac começa que não nunca ninguém disse que tinha sabido o que era a Prodac, era um bairro completamente ignorado, no Vale do Fundão, ninguém sabia, de um momento para o outro, tinha imensa gente a perguntar: o que é isso da Prodac? Tinha imensa gente a querer saber, e é a própria Câmara a perceber que aquilo era um exemplo (T. M. Saraiva, comunicação pessoal, 18 fev. 2018).

Ainda em 2012 foi iniciado o processo de regularização das

habitações do Prodac Sul. Entretanto, por se tratar de um espaço muito maior, não foi possível submetê-lo a uma candidatura do BIP/ZIP.

Eram 458 plantas de habitações a serem desenvolvidas, o que envolvia um investimento próximo a 400.000 euros. Então, os representantes da Associação de Moradores do Vale do Fundão - Prodac Sul contactaram a CML e verificaram que havia um fundo de apoio para esse tipo de trabalho (Silva, 2018).

Nesse caso, o projeto foi submetido ao RAAML - Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa, um instrumento de financiamento da CML para o “combate à pobreza, apoio às pessoas sem-abrigo ou com deficiência, envelhecimento, famílias, interculturalidade, igualdade, promoção da saúde, intervenção na prostituição” (Câmara Municipal de Lisboa, 2013b).

Mesmo assim não era possível disponibilizar o valor total em apenas um ano, e assim a associação submeteu a candidatura por 3 anos seguidos. Só o processo do levantamento das habitações do Prodac Sul durou cerca de um ano e meio, e o processo completo ocorreu entre 2012 e 2015 (J. A. Silva, comunicação pessoal, 25 maio 2018; T. M. Saraiva, comunicação pessoal, 18 fev. 2018).

De início, inscrevem-se 452 das 458 habitações. O alto índice ocorreu devido à repercussão do processo em andamento no Prodac Norte, que acabou por gerar grande interesse por parte dos moradores do Prodac Sul (T. M. Saraiva, comunicação pessoal, 18 fev. 2018).

Para Saraiva (comunicação pessoal, 18 fev. 2018), ambos os bairros têm associações bastante atuantes e, no caso do Prodac Sul, as assembleias anuais de prestação de contas chegam a ter mais de 200 pessoas. Já no Prodac Norte, ele recorda que na primeira reunião foram registados representantes de 55 das 88 casas.

O processo de levantamento das casas gerou grande proximidade da equipa do Ateliermob com os moradores dos

dois bairros, que iam participando do dia-a-dia da vida das pessoas e, próximo do fim da visita às habitações, diziam: “Já vão se embora? E já ajudávamos as pessoas a preencher coisas da segurança social, as vezes só porque a senhora não conseguia ler bem, porque não o sei o que” (T. M. Saraiva, comunicação pessoal, 18 fev. 2018).

Então, os moradores começaram a apresentar novas necessidades de arquitetura para o espaço público dos bairros. O Ateliernob propôs a realização de uma assembleia para que os moradores pudessem relatar as demandas, aquilo que deveria ser melhorado.

No começo os moradores insistiam muito na mudança das tampas de esgoto nas ruas que estavam já muito antigas, em detrimento de guardas, corrimãos e escadas que já estavam muito deterioradas, o que exigiu um processo de convencimento de quais eram as demandas mais urgentes (T. M. Saraiva, comunicação pessoal, 18 fev. 2018).

Novos debates deram origem a outras candidaturas ao BIP-ZIP tanto no Prodac Norte quanto no Prodac Sul, como veremos a seguir.

É importante salientar que as duas associações de bairro foram criadas especificamente para solucionar a regularização das habitações nos dois bairros, como mesmo afirma Saraiva (comunicação pessoal, 18 fev. 2018) ao relatar o que os moradores diziam: “isso é só para nós regularizarmos as casas, sermos proprietários das casas e depois fechamos a associação que não damos para isto, que dá imenso trabalho”.

Entretanto, ao encontrar-se uma solução para o problema referente à regularização das habitações, a partir do entendimento construído sobre o trabalho do Ateliernob e a partir da cultura de design envolvida, isso tudo aliado à compreensão das dinâmicas de financiamento da CML, tais mecanismos fizeram com que os moradores retomassem a esperança de outro futuro para os bairros e, a partir disso, planeassem questões comuns.

A resolução do problema que afetava a vida privada das famílias em um processo que permitiu que todos o visualizassem como uma questão coletiva estabeleceu um novo acordo de confiança entre a micropolítica e a macropolítica.

6.2. Construindo questões comuns

Após o processo de levantamento e desenvolvimento das plantas das habitações da Prodac Norte realizado entre os anos de 2012 e 2013, havia o desejo de continuidade por parte dos moradores, e assim, no dia 3 de março de 2013 foi realizada uma assembleia na qual ficaram definidas um conjunto de 9 reivindicações que deu origem a uma nova candidatura ao BIP-ZIP, contendo as seguintes demandas (Associação de Moradores do Bairro da Prodac Norte, 2013):

- a) Melhoria das condições de acessibilidade. Construção de rampas, requalificação de escadas e aplicação de corrimãos. Vários acidentes, relacionados com esta questão, têm ocorrido no bairro;
- b) Construção de um parque infantil;
- c) Atribuição e marcação de lugares de estacionamento para moradores;
- d) Requalificação da iluminação pública. Substituição dos candeeiros ou dos seus suportes visto que a maioria dos focos de iluminação pública estão fixos directamente nas fachadas das casas;
- e) Consolidação e limpeza das sarjetas;
- f) Requalificação dos pontos de acesso e tampas de esgoto; g) Requalificação dos espaços ajardinados do

bairro;

h) Recuperação, consolidação e pintura de muros;

i) Repavimentação e recuperação de pavimentos.

Na mesma assembleia, houve o entendimento prévio de que caso a candidatura fosse selecionada, que não seria possível cobrir todas as necessidades da proposta, ficou deliberado então que em caso de aprovação da candidatura, todos os trabalhos seriam orçamentados e através de uma nova assembleia, os moradores decidiriam a ordem de prioridade de sua execução (Associação de Moradores do Bairro da Prodac Norte, 2013; T. M. Saraiva, comunicação pessoal, 18 fev. 2018).

A candidatura denominada como “Prodac Norte - Fora de portas” foi aprovada com o valor de 50.000 euros, e assim se deu uma nova fase na relação entre os moradores com a equipa do Ateliermob. Um processo semelhante também foi encaminhado no bairro da Prodac Sul. O processo foi construído para que a execução das demandas escolhidas fosse realizada pelos próprios moradores da Prodac Norte, e assim foi determinado que 50% do valor seria direcionado a bolsas para trabalhadores e os outros 50% para materiais e os honorários da equipa do Ateliermob (T. M. Saraiva, comunicação pessoal, 18 fev. 2018).

Paralelo a isso, o Ateliermob intermediou apoios junto a empresas que pudessem proporcionar descontos na compra de matéria-prima de melhor qualidade, na cessão de equipamentos e consultoria no uso de materiais por parte de técnicos especializados (T. M. Saraiva, comunicação pessoal, 18 fev. 2018).

Na assembleia de definição de prioridades, ficou definido que seriam realizadas a reabilitação de pavimentos, a regularização das superfícies de rampas e escadas, a reposição das guardas e a pintura de todos os muros do bairro (Figuras 105 e 106).

Os trabalhos foram realizados pelos moradores selecionados pela Associação de Moradores e pagos através de bolsas que

chegaram a 800 euros por mês (T. M. Saraiva, comunicação pessoal, 18 fev. 2018).

Figura 105

Moradores da Prodac Norte a trabalhar na requalificação do bairro

(Fonte: Nelson_D'Aires, 2013).



Figura 106

Moradores da Prodac Norte a trabalhar na requalificação do bairro

(Fonte: Nelson_D'Aires, 2013).



Essa solução atacava o maior problema social dos bairros Prodac, observado na altura do trabalho da regularização das casas pela equipa do Ateliermob: o crescimento do desemprego devido aos cortes do governo português, que afetavam diretamente os mais jovens, já que os idosos se mantinham com suas respectivas reformas, com o hábito de trazer cabazes de suas

terras de origem ou manter uma pequena horta para subsistência (T. M. Saraiva, comunicação pessoal, 18 fev. 2018).

Os efeitos das transformações entre 2013 e 2014 aumentaram a autoestima dos moradores, o sentimento de pertencimento, a preocupação com a manutenção do espaço público e de suas próprias casas. E por isso muitos “decidiram fazer obras de melhoria nas fachadas das suas habitações no seguimento desta intervenção” (ArchDaily Brasil, 2017).

O mesmo processo veio a ser replicado junto à Prodac Sul em 2014. No dia 12 de Abril, ocorreu uma Assembleia de Moradores que contou com a participação de cerca de 300 pessoas, com o intuito de fornecer subsídios para a construção de uma candidatura ao Bip/Zip 2014.

Inspirados nos resultados da experiência no Bairro da Prodac Norte, foi conduzido um processo de escolha das intervenções prioritárias com grande participação dos moradores, dando origem a uma extensa lista de demandas (ArchDaily Brasil, 2017).

O objetivo principal era proporcionar melhorias no espaço público do Bairro da Prodac Sul a partir de um processo participado que também utilizaria a estratégia de remuneração através de bolsas para trabalhadores locais. A assembleia deu origem à seguinte lista de necessidades de intervenção (Associação de Moradores do Bairro da PRODAC Sul, 2014):

- a) Requalificação de escadas, rampas e aplicação de corrimãos;
- b) Requalificação e manutenção dos espaços ajardinados;
- c) Repavimentação e recuperação pontual de pavimentos danificados e calçadas;
- d) Remoção de troncos de árvores resultantes do seu

- corte e plantação de novas espécies;
- e) Trabalhos de manutenção geral dos espaços públicos;
- f) Recuperação, consolidação e pintura de muros;
- g) Criação de novos passeios;
- h) Colocação de mais áreas de mesas e cadeiras no espaço público;
- i) Construção de mais áreas para jogos de crianças, alternativas ao parque infantil;
- j) Recuperação do campo de jogos;
- l) Estabelecimento de percursos de acesso universal e eliminação de barreiras e obstáculos.

A proposta foi contemplada pelo BIP/ZIP no mês de julho de 2014, e, assim como no Prodac Norte, havia a consciência de que não seria possível cobrir todas as intervenções com o valor de 50.000 euros.

Desse modo, as 11 intervenções iniciais que constavam na proposta foram reduzidas para 8. Em 15 de novembro de 2014, foi realizada uma nova assembleia para escolha do projeto a ser implementado (Ateliermob, 2015).

Dessa vez o processo foi apoiado por projetos esquemáticos que, além de demonstrarem as características de cada intervenção, também apontavam a estimativa de custo a ser investido. Cada morador podia votar em três propostas para que, assim, fosse definido um ranking (Figuras 107, 108, 109 e 110).

O projeto mais votado obteve 70 votos e o menos votado, 44. Ao contrário de todas as expectativas da equipa do Ateliermob, a proposta escolhida foi a construção de um anfiteatro onde os moradores pudessem fazer concertos e reuniões do bairro, além da melhoria de muros e pavimentos (Ateliermob, 2015; ArchDaily Brasil, 2017).

Figura 107

Morador da Prodac Sul a visualizar as propostas de intervenção

(Fonte: Nelson_D'Aires, 2014).



Figura 108

Ficha de votação de propostas

(Fonte: Nelson_D'Aires, 2014).

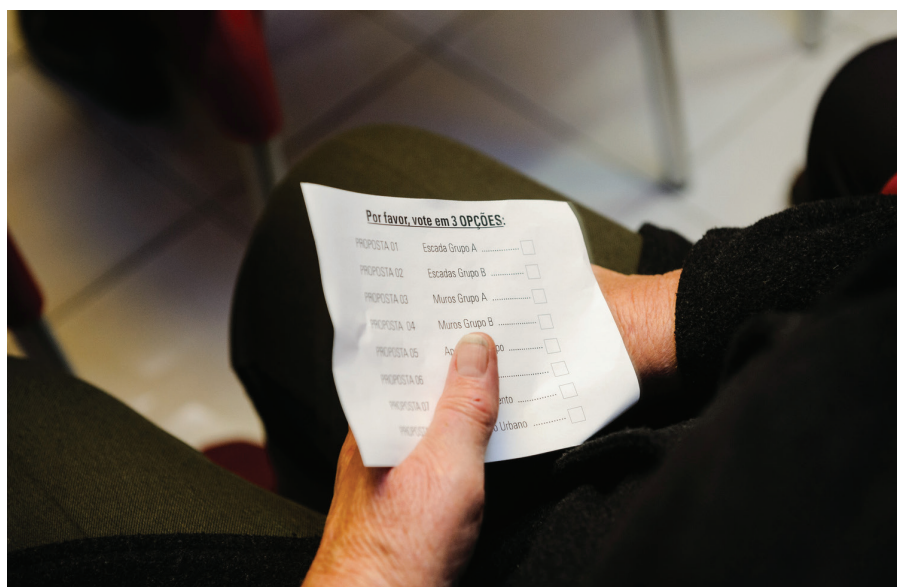


Figura 109

Votação de propostas
para intervenção
na Prodac Sul

(Fonte: Valter Vinagre,
2014).



Figura 110

Votação de propostas
para intervenção
na Prodac Sul

(Fonte: Nelson_D'Aires,
2014).



E ficou definido pelos moradores que as propostas que ficaram em 2º, 3º e 4º lugares seriam objeto de uma nova candidatura ao BIP/ZIP no ano seguinte, para que assim fosse possível garantir o seu financiamento.

O Ateliermob desenvolveu o projeto do anfiteatro de forma a aproveitar a topografia inclinada do terreno, situando-se a área de palco na zona mais baixa. A sua implantação resolveu uma segunda questão, a ausência de uma ligação direta entre as partes mais alta e mais baixa do jardim do bairro, o que se realizou a partir de uma nova escadaria construída paralelamente ao auditório (ArchDaily Brasil, 2017).

O processo de construção foi conduzido de forma semelhante ao da Prodac Norte, através da seleção de moradores que foram remunerados com bolsas pela Associação (Figura 111).

Figura 111

Moradores trabalham na construção do anfiteatro na Prodac Sul

(Fonte: Nelson_D'Aires, 2014).



O Ateliermob intermediou novamente descontos na compra de material, a cessão de equipamentos e a formação dos trabalhadores. O anfiteatro foi inaugurado em 30 de julho de 2015, com a presença de moradores, representantes da CML e convidados (Figura 112).

O espaço desde então vem sendo utilizado para encontros,

reuniões da associação e a tradicional festa do Magusto (J. A. Silva, comunicação pessoal, 25 maio 2018).

Figura 112

Inauguração
do anfiteatro
na Prodac Sul

(Fonte: Nelson_D'Aires,
2014).



Os dois bairros Prodac ganharam destaque na comunicação social portuguesa e de outros países. É comum a realização de visitas programadas por parte de arquitetos, paisagistas, investigadores portugueses e estrangeiros, devido ao interesse em conhecer os resultados do processo participativo que levou à regularização das habitações e às obras no bairro, e o anfiteatro tornou-se símbolo desse movimento, como mesmo afirma Silva (2018):

Visitamos o bairro e depois paramos ali para fazer uma espécie de resumo das coisas que foram vistas, e da história do bairro, pois esta é uma história muito bonita, muito bonita, muito importante também, porque não é fácil nos dias de hoje, que uma associação de moradores seja capaz de levar um processo desses até a constituição, ou seja, até a posse da propriedade pelo

morador (J. A. Silva, comunicação pessoal, 25 maio 2018).

Segundo Saraiva (2018), só para o Bairro da Prodac Sul foram conseguidos cerca de 800.000 euros em financiamento ao longo de 4 anos, o que pode ser considerado muito significativo para os padrões da cidade de Lisboa. E isso possibilitou a constituição de um fundo para a associação, o que permitiu a construção de uma sede, algo impensável antes.

Em 2014, a associação de moradores da Prodac Norte elaborou uma candidatura ao BIP/ZIP para a melhoria de outras áreas: os seus muros de fronteira e um anfiteatro ao ar livre. Entretanto, esta candidatura não foi aprovada (Associação de Moradores do Bairro da Prodac Norte, 2015).

Em 2015 houve uma nova tentativa, que dessa vez obteve sucesso, sendo esta a terceira vez que o bairro recebia um financiamento do BIP/ZIP. A obra foi iniciada em 2016, e mais uma vez todo o processo participativo foi conduzido envolvendo a estratégia de remuneração de moradores e apoios de empresas (Figura 113).

Figura 113

Obras do anfiteatro
na Prodac Norte

(Fonte: Valter Vinagre,
2016).



Na altura das últimas entrevistas realizadas para este estudo de caso em maio de 2018, a obra do anfiteatro da Prodac Norte estava quase que totalmente concluída, restando apenas detalhes de acabamentos e iluminação (Figura 114).

Figura 114

Obras do anfiteatro na Prodac Norte

(Fonte: doutorando, 2018).



O caso da relação entre Ateliermob e os bairros Prodac traz perspectivas otimistas para a relação entre os territórios da micropolítica e da macropolítica. Além de provar que o trabalho do design social não pode se abster dos embates da política.

O Ateliermob, mais do que se preocupar com os aspetos técnicos inerentes a sua atividade, sempre esteve atuante nas arenas da micropolítica, ao incentivar a continuidade dos trabalhos das associações de bairro; mas também nas da macropolítica, ao exercer um papel de mediador e negociador dos interesses dos moradores com a Câmara Municipal de Lisboa, além de usar o seu capital social ao articular apoios com empresas privadas.

Outro ponto relevante do Ateliermob está no exercício contínuo de comunicação de sua atuação profissional e política, seja através de seu site que funciona como um portal de iniciativas

participativas, ou através dos diversos artigos de opinião de seu sócio Tiago Mota Saraiva, que aborda com frequência as temáticas do direito à cidade e direito à habitação.

A participação do Ateliermob em prémios internacionais permite que tanto o trabalho da empresa como as histórias das comunidades ganhem visibilidade, o que facilita o surgimento de novas parcerias.

A função essencial do estado como financiador através de um mecanismo como o BIP/ZIP, com o seu modelo multiplicador de pequenas iniciativas de inovação social tem vindo a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento local de áreas vulneráveis.

Tive a oportunidade de conhecer alguns designers portugueses que participaram de projetos contemplados pelo BIP/ZIP, entretanto não foi possível averiguar o impacto deste edital público como gerador de empregos a designers que se interessam em atuar na área social, já que até 2018 não consegui encontrar estudos que abordassem o tema.

Em 2018 já haviam passados 6 anos de parceria entre o Ateliermob e as associações de bairro da Prodac. Apesar de o último concurso a ser contemplado ter sido o da Prodac Norte em 2015, os moradores ainda mantinham uma relação de proximidade com o Ateliermob, como mesmo afirma o senhor Miguel Ferreira (2018):

Ficou um relacionamento bom, só que a gente agora nem temos contactado muito, não temos concluído nenhum projeto, temos um pendente que este do anfiteatro, que está por terminar, e pronto, estamos à espera que a Câmara nos dê a resposta da conclusão daquele bocado que está ali, para podermos continuar. Mas a relação tem sido de concordância,

temos uma relação boa, quando queremos alguma coisa contactamos com eles, quando eles precisam de alguma coisa nos contactam, e a relação com o Ateliermob é considerável.

De certo, devido a proximidade dos dois bairros, o processo participado de um acabava por influenciar o outro. Apesar de Saraiva (2018) colocar como uma das desvantagens do BIP-ZIP o facto de colocar bairros vizinhos em competição pelos mesmos financiamentos.

Em 2018, Tiago Mota Saraiva relatou que o desafio naquela altura era justamente construir uma proposta conjunta com as duas associações, já que existe uma divisão histórica entre elas, pois os moradores da Prodac Norte que estão em menor quantidade, temem que as decisões fossem tomadas a partir dos desejos de uma maioria imposta pelo maior número de habitantes da Prodac Sul.

A ideia na época era construir uma proposta conjunta que enfrentassem o problema vivido pelos moradores dos dois bairros, a ausência de isolamento térmico das habitações, projeto esse que estava a ser pensado em conjunto pelo Ateliermob e as duas associações.

Desse modo, o caso Ateliermob e bairros Prodac apresenta caminhos para a constituição de Assembleias Projetuais por disseminar uma cultura de design que permite ampliar o campo de possibilidades, e que se apropria da complexidade do tempo de projeto em contextos de bairros vulneráveis, além de construir uma infraestrutura sociotécnica necessária que possibilita a sustentabilidade do projeto participado.

6.3. Referências bibliográficas do capítulo

Agência Lusa (2016). Câmara de Lisboa regulariza 460 casas em Marvila após mais de 40 anos de espera. *Público*. Obtido em: <https://www.publico.pt/2016/12/16/local/noticia/camara-de-lisboa-regulariza-460-casas-em-marvila-apos-mais-de-40-anos-de-espera-1755145>

Agência Lusa (2012). Atelier português entre os vencedores do Prémio Future Cities, em Veneza. *RTP Notícias*. Obtido em: https://www.rtp.pt/noticias/cultura/atelier-portugues-entre-os-vencedores-do-premio-future-cities-em-veneza_n583015

ArchDaily Brasil. (2017). *Prodac / ateliermob*. Obtido em: <https://www.archdaily.com.br/br/806043/prodac-ateliermob>
Acedido em: 7 jan. 2018

Associação de Moradores do Bairro da PRODAC Norte. (2015). *Ficha de candidatura - Programa BIP/ZIP 2015*. Lisboa, PT: Grupo de Trabalho dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) - Câmara Municipal de Lisboa. Obtido em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2013>

Associação de Moradores do Bairro da PRODAC Norte. (2013). *Ficha de candidatura - Programa BIP/ZIP 2013*. Lisboa, PT: Grupo de Trabalho dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) - Câmara Municipal de Lisboa. Obtido em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2012>

Associação de Moradores do Bairro da PRODAC Norte. (2012). *Ficha de candidatura - Programa BIP/ZIP 2012*. Lisboa, PT: Grupo de Trabalho dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) - Câmara Municipal de Lisboa. Obtido em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2012>

Associação de Moradores do Bairro da PRODAC Sul. (2014). *Ficha de candidatura - Programa BIP/ZIP 2014*. Lisboa, PT: Grupo de Trabalho dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) - Câmara Municipal de Lisboa. Obtido em: <http://>

bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2014

Ateliernob (2015). *Anfiteatro ao ar livre*. Obtido em: <https://ateliernob.blogs.sapo.pt/anfiteatro-ao-ar-livre-open-air-467656>
Acedido em: 7 jan. 2018

Bairros Prodac Sul e Norte - Solução encontrada para processo com 40 anos (2016, December 15). *Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local / Câmara Municipal de Lisboa*. Obtido em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/index.htm?no=151000101521:122016>

Banha, I. (2016). O maior bairro social da Europa transformado em galeria a céu aberto. *Diário de Notícias*. Obtido em <https://www.dn.pt/sociedade/o-maior-bairro-social-da-europa-transformado-em-galeria-a-ceu-aberto-5110311.html>

Câmara Municipal de Lisboa. (2013a). *Dentro de ti ó cidade - Energia BIP-ZIP*. Desdobrável da exposição “Dentro de Ti ó Cidade” - Energia BIP-ZIP. Lisboa, PT. Obtido em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1373915027Q2gCQ9ak7Ki17PO5.pdf>

Câmara Municipal de Lisboa. (2013b). *Lisboa: Uma Cidade Para as Pessoas*. Lisboa, PT. Obtido em: https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/af_publicacao_antcosta_web_short/51

Capucho, J. (2016). Arte urbana mudou a cara do maior bairro social da Europa. *Diário de Notícias*. Obtido em: <https://www.dn.pt/sociedade/arte-urbana-mudou-a-cara-do-maior-bairro-social-da-europa-5176254.html>

Cristino, S. (2017, 1 dez.). Carnide volta a ganhar Orçamento Participativo, desta vez com três projectos. *O Corvo*. Obtido em: <https://ocorvo.pt/carnide-volta-a-ganhar-orcamento-participativo-desta-vez-com-tres-projectos/> Acedido em: 15 ago. 2017.

Holanda, M. de (2012). Bienal de Veneza 2012: Prêmio Future Cities: “Working with the 99%” / ateliernob. *ArchDaily*. Obtido em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-69567/bienal->

de-veneza-2012-premio-future-cities-working-with-the-99-porcento-ateliernob Acedido em: 18 out. 2015.

Pinto, M. C. (2012). Ateliernob vence prémio Future Cities na Bienal de Veneza. *Público*. Obtido em: <https://www.publico.pt/2012/08/30/p3/noticia/ateliernob-vence-premio-future-cities-na-bienal-de-veneza-1814156>

Programa Local de Habitação de Lisboa. (2010). *Carta dos BIP/ZIP: Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa - Metodologia de identificação e construção da cartados BIP/ZIP*. Lisboa, PT. Obtido em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1296666539S9jVV2bd4Fg17IH7.pdf>

Projecto Remix: empowerment da comunidade (2011, April 21) Obtido em: <https://susanaantonio.com/post/4806090638/remix>

Rebolo, J. M. T. (2016). *O Realojamento do Bairro Chinês em Marvila Participação e Autoconstrução como processo – o caso da Prodac (1970-1974)*. (Tese de doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa). Obtido em: <http://hdl.handle.net/10071/13723>

Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planeamento e métodos* (5th ed.). Porto Alegre, PT: Bookman.

CAPÍTULO 07

CONSIDERAÇÕES FINAIS

7. Considerações finais

Esta investigação foi motivada por inquietações que surgiram de maneira gradual na trajetória do doutorando e atravessam as questões da responsabilidade social do trabalho do designer e de sua efetividade como agente no desenvolvimento de soluções para problemas complexos que, em muitas situações, são decorrentes de sua própria atuação.

Parte da crítica sobre a atuação do designer em processos participativos de projeto nos contextos de bairros vulneráveis, que surge a partir da imagem de eficácia construída em torno do novo *design thinking*, e da decorrente proliferação de variados métodos e ferramentas que foram comunicados como facilitadores de processos participados e que podem ser adaptados a qualquer realidade de projeto.

Muito dessa imagem sobre o *design thinking* advém de um esforço de relações públicas por parte de consultorias de design norte americanas que construíram uma narrativa de performance apoiada em ambientes preparados para sugerir essa suposta eficácia, com espaços modulares, quadros brancos, canetas coloridas e os *post-its* – instrumentos estes que acabaram por se tornar um símbolo do movimento.

Nesses ambientes, há uma prática corrente do uso de tool kits, canvas, cartões de métodos e outros instrumentos que, na maioria dos casos, são vendidos como facilitadores de processos. Entretanto, em muitas ocasiões, essa ferramentalização do design está apoiada na suposta redução da complexidade de questões que nem sempre podem ser simplificadas.

Já o trabalho de campo expôs resultados que foram fundamentados a partir de um levantamento bibliográfico, apresentando inúmeras questões sobre a sustentabilidade do design participativo nos contextos de bairros em situação de vulnerabilidade social, as quais deram origem a esta tese, intitulada ***O Design em Assembleias projetuais: desafios***

e alternativas para a sustentabilidade do projeto participado em bairros vulneráveis.

A partir da questão de investigação inicial – **Como pode a cultura de design proporcionar a sustentabilidade do design participativo em comunidades de bairros vulneráveis?** – o trabalho de campo foi conduzido com fundamento no método da investigação-ação, e realizado no bairro do Desterro, região do centro-histórico de São Luís, Maranhão, Brasil, durante os anos de 2016 e 2017.

Nele, foi possível confirmar que o trabalho do design participativo em contextos de bairros em situação de vulnerabilidade é um desafio difícil de ser vencido. O principal problema é sua sustentabilidade, já que a sua manutenção no longo prazo não está a ser garantida, tanto pela ausência de infraestruturas social e técnica adequadas, quanto pela falta de formas de financiamento que permitam sustentar tais estruturas no tempo, de forma a estabelecer os vínculos necessários para manter a esperança na atividade projetual.

Em seguida, foi desenvolvido um estudo de caso que aborda a experiência participativa do Ateliernob em conjunto com as comunidades dos Bairros Prodac Norte e Sul, junta de Marvila, Lisboa, e os efeitos dos instrumentos de financiamento público da Câmara Municipal de Lisboa na construção de pontes entre a micropolítica e macropolítica.

A partir dessas experiências, foi possível evidenciar algumas questões e tecer reflexões a respeito do papel do designer no campo do design social e participativo, além de apontar caminhos para o desenvolvimentos de iniciativas participativas em bairros vulneráveis.

7.1. Resultados alcançados

Entre as subquestões apresentadas no capítulo introdutório desta investigação, a primeira delas está relacionada com **a forma como é realizado o diagnóstico dos problemas e oportunidades de projeto, e se estes surgem a partir de demandas reais daqueles que serão impactados pelas intervenções.**

Desde o início do trabalho de campo, houve uma preocupação constante em procurar instrumentos que facilitassem a escuta atenta dessas demandas através de processos com interações *bottom-up*, o que permitiu o acesso a muitas das questões de interesse da comunidade do Desterro.

Entretanto, ficou evidente que a demanda principal, relacionada com o direito à habitação, não foi acessada devido às limitações de tempo impostas pelo calendário da investigação, que não permitiram o estabelecimento dos vínculos necessários para construir a confiança. Em contrapartida, o caso Ateliernob/Prodac/CML apresentou caminhos interessantes para a construção desse vínculo.

Quando tratamos de relações construídas através do meio acadêmico, em situações em que sejam possíveis entregas pontuais, é preciso que estas sejam pautadas pela responsabilidade ética da entrega completa daquilo que foi acordado no início do projeto, e que canais de apoio sejam estabelecidos até que a comunidade consiga implementar a ideia. Ou seja, devemos assumir que o tempo do projeto deve estar alinhado com o tempo da vida das pessoas.

Aqui também nos abre uma nova questão que está relacionada com o paradoxo do trabalho social, já que a atuação do designer nesse campo, e sua colaboração para encontrar soluções para as questões que se apresentam nele, poderá, em alguns casos, ocasionar a diminuição ou o desaparecimento do objeto de seu trabalho. Tal situação envolve, em muitos casos, uma postura

fraudulenta e cínica perante essas realidades. Isso ocorre quando há a consciência do projetista sobre a possibilidade de encontrar uma solução eficaz para a questão apresentada e ele, mesmo assim, decide protelá-la ao vislumbrar benefícios financeiros.

Pude observar esse problema na atuação de muitas ONG's, que, mesmo sabendo dos reais problemas de uma determinada comunidade, adiam a sua solução para, assim, manter um vínculo apoiado na dependência, o que possibilita novas oportunidades de trabalho.

Esse é um caminho a ser evitado e, para tanto, a responsabilidade ética do trabalho do design social e participativo deve estar ancorada na ideia de que gente não é laboratório, e, por isso, não devemos utilizar o contexto de vida das pessoas que vivem nessas comunidades para somente gerar resultados para a nossa atuação como profissionais, professores ou investigadores.

Essa desejada postura implica em abandonar uma lógica de projeto que tenha começo, meio e fim, para adotar uma outra que possibilite a **continuidade dos processos**, a difusão do conhecimento do design e a construção de uma autonomia por parte das pessoas que serão impactadas por nossa atuação, o que consiste na necessidade de apoiar os projetos de vida das pessoas com as pessoas, e não apesar delas, no exercício de uma postura política e ativista.

Tal continuidade depende tanto da capacidade de viabilizar recursos que permitam a sua implementação – como assim faz o Ateliernob – quanto da predisposição para prover condições que auxiliem as pessoas a projetar e, assim, construir sua autonomia.

Já quando falamos de problemas complexos, que exigem longos processos, é preciso que as ações não estejam limitadas ao tempo de uma investigação de doutoramento ou a uma unidade curricular. É necessário que elas estejam vinculadas a um grupo ou laboratório de investigação que abrace uma causa, uma visão para uma determinada realidade, e que sua continuidade seja priorizada pelos interesses das comunidades investigadas.

Esse vínculo é essencial pois, mesmo que este trabalho esteja disperso no tempo, intervenções diversas podem permitir que sua perenidade ao longo de um período extenso consolide transformações relevantes, que desenvolvam um histórico de relações que proporcione explorar a dimensão política do design.

Essa dimensão, seja na atuação profissional ou acadêmica, deve procurar o encontro da micropolítica com a macropolítica através do **desenvolvimento da capacidade de adoção de instrumentos de diálogo burocrático, legal e político**. Isso implica ser mais do que projetista, mas também tradutor de dinâmicas que permitam o acesso a recursos externos como financiamentos públicos e apoios privados.

Essa capacidade de tradução da burocracia institucional infelizmente não é ensinada na universidade e, por isso, tanto os professores quanto os investigadores do design social e participativo devem realizar um esforço para construir meios de inserir esse conhecimento no âmbito do ensino universitário, abrindo um espaço para o diálogo entre os processos criativos e os reprodutivos.

Como vimos no caso Ateliermob/Prodac/CML, foi justamente essa capacidade de tradução que possibilitou a sustentabilidade do design participativo no contexto daquele bairro por tantos anos, e também proporcionou um espaço para a assimilação de uma cultura de design aberta às possibilidades do encontro do design especialista e amador.

Essa tradução não se limita aos recursos, mas também deve ser estendida aos processos do design, ao facilitar **o acesso adequado do pensamento do design a designers amadores** – pensamento esse que deve estar refletido na forma como são documentados os projetos e investigações, através de uma linguagem perceptível a outros públicos, que não estejam habituados com a cultura do design.

Aqui cabe uma crítica às ferramentas utilizadas pelo novo *design thinking*, pois, apesar delas poderem ser facilitadoras de

processos, podem configurar uma violência simbólica quando tratamos dos contextos de urgência presentes nos bairros vulneráveis, uma vez que podem expressar uma postura superior e autoritária perante o conhecimento tácito das pessoas que vivem nessas comunidades. Tais ferramentas devem, então, ser utilizadas como apoio ao processo, e não como o processo em si.

Quanto à questão que se refere **à possibilidade de designers sobreviverem financeiramente ao atuar na área do design social**, a trajetória do Ateliernob também traz respostas a isso, tanto por sua capacidade de tradução quanto pela comunicação.

Desde 2017, venho seguindo as notícias geradas pela newsletter e pelo site do Ateliernob, percebendo sua capacidade de comunicar a causa e o trabalho da empresa. Isso, aliado à participação em prêmios internacionais, aumentou de forma significativa a visibilidade das questões relacionadas ao direito à cidade em Lisboa.

Esse modelo exige grande esforço de documentação e articulação, mas também proporcionou a aproximação dos profissionais do Ateliernob com diversas arenas da política – o que possibilitou o surgimento de novas oportunidades de trabalho, além da ampliação da rede de parcerias em torno do design e arquitetura social em Portugal.

Na academia, apesar de nossas obrigações e de todos os expedientes que elas envolvem, devemos tentar perseguir uma proposta de comunicação semelhante, mais dinâmica, que não esteja restrita ao universo de nossos pares, em nossos seminários, simpósios e eventos do gênero. Essa “outra” postura deve possibilitar nossa aproximação de outros agentes da sociedade, em um momento de grande ataque ao papel das universidades e da ciência.

Ao refletir sobre os impactos do LABDES no Desterro, me recordo que, em dezembro de 2018, ao caminhar com uma das lideranças do bairro pela rua da Palma, local da última

intervenção, expressei meu desalento pela não continuidade do LABDES e cheguei a pedir desculpas a ele por não ter conseguido sustentar o laboratório. Ato contínuo, recebi a seguinte resposta: “não há porque pedir desculpas Delano, sempre fica algo, veja, já não jogam mais lixo aqui nesse lugar” (Anotações de campo, 2018).

Apesar do LABDES não ter desenvolvido outras ações, os acordos estabelecidos foram cumpridos e o terreno onde ocorreu a primeira intervenção, que antes não tinha uso regular, passou a ser utilizado pelos moradores com frequência. Já a ação na rua da Palma proporcionou dinâmicas diferenciadas, trocas, aprendizado, educação, cultura, diversão e, principalmente, vínculos entre os jovens do bairro, que poderão colaborar com o surgimento de outras iniciativas.

A minha relação com o bairro continuará, assim como a intenção de retomar o LABDES ou outros projetos com os seus moradores. Para isso, existe a real necessidade de expandir minha atuação acadêmica para outras arenas das micro e macropolítica.

7.2. Desdobramentos futuros

Os resultados encontrados nesta tese abriram algumas perspectivas de atuação futura. A primeira delas está relacionada com a minha atividade como professor do Curso de Design da Universidade Federal do Maranhão.

No âmbito do ensino, pretendo adotar os processos aplicados nesta investigação nas unidades curriculares de projeto, direcionando-as às demandas sociais. Em um primeiro momento, vejo uma aproximação com as comunidades da região Itaqui-Bacanga, área onde está localizada a UFMA e que apresenta baixos índices de desenvolvimento humano na cidade de São Luís.

Já no que chamamos no Brasil como extensão universitária – o canal de ação da universidade junto à sociedade que possibilita

a disseminação do conhecimento gerado nos âmbitos do ensino e da investigação – pretendo estruturar um projeto de cultura de design que, proporcione em seu início, uma maior compreensão de nossa atividade por parte da comunidade universitária, e, a partir dessa experiência de aproximação e da constituição de uma rede de saberes interdisciplinares com outros cursos, estendê-lo a demandas da cidade de São Luís.

No âmbito da investigação, pretendo divulgar os resultados desta tese em periódicos e eventos científicos e, além disso, colaborar para o estabelecimento de uma comunidade científica em torno da temática do design social e participativo e sua relação com o direito à cidade.

Para isso, será necessário identificar iniciativas e parceiros, em outras universidades, que possibilitem a criação de fóruns, seminários e redes dedicados ao tema.

Pretendo, também, trabalhar para fortalecer os laços da UFMA com a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e outras instituições de investigação em Portugal, com um especial interesse em continuar a compreender os instrumentos de financiamento público como o BIP/ZIP, e o seu impacto para o design social e para a inserção e sobrevivência de profissionais que atuem na área.

Minha permanência por quatro anos em Lisboa e a observação dos casos financiados pelo BIP/ZIP me apresentaram um olhar sobre a área do design social em Portugal, assim como conhecer a atuação do Ateliemob me levou a encontrar outros casos implementados na Europa. Ainda, essa vivência me permitiu o levantamento bibliográfico que me apresentou com profundidade a perspectiva histórica dos países nórdicos a respeito do tema.

Por fim, minha intenção – motivada pela descoberta de que o educador, pedagogo e filósofo brasileiro Paulo Freire, que antes do doutoramento já era uma grande referência e inspiração para mim, foi um dos pilares do design participativo escandinavo – é de uma aproximação com as epistemologias sul-americanas e

africanas, já que muitas das questões dessas realidades me são desconhecidas. Ademais, essa conexão poderá proporcionar novas descobertas e parcerias futuras.

CAPÍTULO 08

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

8. Referências bibliográficas

- Abercrombie, N., Hill, S., & Turner, B. S. (2006). *The Penguin dictionary of sociology* (5th ed.). London, UK: Penguin.
- Agência Lusa (2016). Câmara de Lisboa regulariza 460 casas em Marvila após mais de 40 anos de espera. Público. Obtido em: <https://www.publico.pt/2016/12/16/local/noticia/camara-de-lisboa-regulariza-460-casas-em-marvila-apos-mais-de-40-anos-de-espera-1755145>
- Agência Lusa (2012). Atelier português entre os vencedores do Prémio Future Cities, em Veneza. RTP Notícias. Obtido em: https://www.rtp.pt/noticias/cultura/atelier-portugues-entre-os-vencedores-do-premio-future-cities-em-veneza_n583015
- ArchDaily Brasil. (2017). *Prodac / ateliermob*. Obtido em: <https://www.archdaily.com.br/br/806043/prodac-ateliermob> Acedido em: 7 jan. 2018
- Alexiou, K. (2010). Coordination and emergence in design. *CoDesign*, 6(2), 75-97. Obtido em: <https://doi.org/10.1080/15710882.2010.493942>
- Archer, B. (1979). Design as a discipline. *Design Studies*, 1(1), 17-20. Obtido em: [https://doi.org/10.1016/0142-694X\(79\)90023-1](https://doi.org/10.1016/0142-694X(79)90023-1)
- Armstrong, L., Bailey, J., Julier, G., & Kimbell, L. (2014). *Social Design Futures: HEI Research and the AHRC*. Brighton, UK: Arts & Humanities Research Council; University of Brighton. Obtido em: <https://mappingsocialdesign.files.wordpress.com/2014/10/social-design-report.pdf>
- Associação de Moradores do Bairro da PRODAC Norte. (2015). *Ficha de candidatura - Programa BIP/ZIP 2015*. Lisboa, PT: Grupo de Trabalho dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) - Câmara Municipal de Lisboa. Obtido em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2013>

- Associação de Moradores do Bairro da PRODAC Norte. (2013). *Ficha de candidatura - Programa BIP/ZIP 2013*. Lisboa, PT: Grupo de Trabalho dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) - Câmara Municipal de Lisboa. Obtido em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2012>
- Associação de Moradores do Bairro da PRODAC Norte. (2012). *Ficha de candidatura - Programa BIP/ZIP 2012*. Lisboa, PT: Grupo de Trabalho dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) - Câmara Municipal de Lisboa. Obtido em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2012>
- Associação de Moradores do Bairro da PRODAC Sul. (2014). *Ficha de candidatura - Programa BIP/ZIP 2014*. Lisboa, PT: Grupo de Trabalho dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) - Câmara Municipal de Lisboa. Obtido em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2014>
- Ateliermob (2015). *Anfiteatro ao ar livre*. Obtido em: <https://ateliermob.blogs.sapo.pt/anfiteatro-ao-ar-livre-open-air-467656> Acedido em: 7 jan. 2018
- Badke-Schaub, P., Roozenburg, N., & Cardoso, C. (2010, october). Design thinking: a paradigm on its way from dilution to meaninglessness. In *Proceedings of the 8th Design Thinking Research Symposium (DTRS8)* (pp. 39–49).
- Baek, J. S., Meroni, A., & Manzini, E. (2015). A socio-technical approach to design for community resilience: A framework for analysis and design goal forming. *Design Studies*, 40, 60–84. Obtido em: <https://doi.org/10.1016/J.DESTUD.2015.06.004>
- Bairros Prodac Sul e Norte - Solução encontrada para processo com 40 anos (2016, December 15). *Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local / Câmara Municipal de Lisboa*. Obtido em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/index.htm?no=151000101521:122016>

- Banha, I. (2016). O maior bairro social da Europa transformado em galeria a céu aberto. *Diário de Notícias*. Obtido em <https://www.dn.pt/sociedade/o-maior-bairro-social-da-europa-transformado-em-galeria-a-ceu-aberto-5110311.html>
- Bannon, L. J., & Ehn, P. (2013). Design matters in participatory design. In J. Simonsen & T. Robertson (Eds.), *Routledge International Handbook of Participatory Design* (1st ed., pp. 37–63). New York, NY: Routledge.
- Barnbrook, J., Bell, N., Blauvelt, A., Bockting, H., Bloom, I., Bretteville, S. L. de, ... Wilkinson, B. (1999). First Things First Manifesto 2000. *Eye Magazine*. Obtido em: <http://www.eyemagazine.com/feature/article/first-things-first-manifesto-2000> Acedido em: 7 abr. 2017.
- Bar-Yam, Y. (1997). *Dynamics of complex systems*. Addison-Wesley.
- Bergamin, M. de A. (2015). Juventude, trabalho e cultura periférica: a experiência da agência Popular de Cultura solano trindade. *Cadernos Adenauer*, XVI(1), 141–159. Obtido em: <http://www.kas.de/wf/doc/16495-1442-5-30.pdf>
- Bicknell, J., & McQuiston, L. (Eds.). (1977). *Design for need: the social contribution of design* (1st ed.). London, UK: ICSID by Pergamon Press.
- Binder, T. (2007). Why Design: Labs? *Nordes*, (2). Obtido em <https://archive.nordes.org/index.php/n13/article/view/171/154>
- Binder, T., Brandt, E., Ehn, P., & Halse, J. (2015). Democratic design experiments: between parliament and laboratory. *CoDesign*, 11(3-4), 152-165. Obtido em: <https://doi.org/10.1080/15710882.2015.1081248>
- Binder, T., De Michels, G., Ehn, P., Jacucci, J., Linde, P., & Wagner, I. (2011). *Design things*. Cambridge, MA: The

MIT Press.

- Björgvinsson, E., Ehn, P., & Hillgren, P.-A. (2012a). Agonistic participatory design: working with marginalised social movements. *CoDesign*, 8(2–3), 127–144.
- Björgvinsson, E., Ehn, P., & Hillgren, P.-A. (2012b). Design Things and Design Thinking: Contemporary Participatory Design Challenges. *Design Issues*, 28(3), 101–116.
- Björgvinsson, E., Ehn, P., & Hillgren, P.-A. (2010). Participatory design and “democratizing innovation”. In *Proceedings of the 11th Biennial Participatory Design Conference on - PDC '10* (pp. 41–50). New York, NY: ACM Press.
- Bødker, S. (1996). Creating conditions for participation: Conflicts and resources in systems development. *Human-Computer Interaction*, 11, 215–236.
- Bødker, S., Ehn, P., Sjögren, D., & Sundblad, Y. (2000, october). *Co-operative Design – perspectives on 20 years with the Scandinavian IT Design Model*. Keynote presentation, Proc. NordiCHI 2000, Stockholm (Sweden). Obtido em: <https://www.lri.fr/~mbl/ENS/DEA-IHM/papers/Utopia.pdf>
- Bonsiepe, G. (2011). *Design, cultura e sociedade* (1st ed.). São Paulo, SP: Blucher.
- Bonsiepe, G. (2006). Design and Democracy. *Design Issues*, 22(2), 27–34. Obtido em: <https://doi.org/10.1162/desi.2006.22.2.27>
- Bonsiepe, G. (1992). *Teoria e prática do design industrial: elementos para um manual crítico* (1st ed.). Lisboa, PT: Centro Português de Design.
- Bonsiepe, G. (1985). *El diseño de la Periferia: Debates y experiencias* (1st ed.). Barcelona, ES: Editorial Gustavo Gili.
- Bouffleur, R. N. (2006) *A questão da gambiarra: formas alternativas de desenvolver artefatos e suas relações*

- com o design de produtos* (Dissertação de mestrado, FAU/USP). Obtido em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-24042007-150223/pt-br.php>
- Bourdieu, P. (1997). *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Brown, T. (2008). Design Thinking. *Harvard Business Review*, 85–92. Obtido em: <https://www.ideo.com/post/design-thinking-in-harvard-business-review>
- Brown, T. (2009). *Change by Design: How Design Thinking Transforms Organizations and Inspires Innovation*. New York, NY: Harper Collins Publishers.
- Brown, T., & Wyatt, J. (2010). *Design Thinking for Social Innovation*. Obtido em https://ssir.org/articles/entry/design_thinking_for_social_innovation.
- Bucciarelli, L. L. (1994). *Designing engineers*. MIT Press.
- Buchanan, R. (1992). Wicked Problems in Design Thinking. *Design Issues*, 8(2), 5-21. doi:10.2307/1511637
- Buchanan, R., Doordan, D., & Margolin, V. (2006). Introduction. *Design Issues*, 22(3), 1–3. Obtido em: <https://doi.org/10.1162/desi.2006.22.3.1>
- Bueno, B. I. (2015) *Monumentos Históricos do Maranhão: Reflexão, atualização e análise crítica - 1979 a 2015* (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação não publicado). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA.
- Buscher, M., Hemment, D., & Sangiorgi, D. (2008). *Everyday imagination, practices, systems: designing with people for systemic change*. Paper presented at Changing the Change conference, Turin, Italy.
- Câmara Municipal de Lisboa. (2013a). *Dentro de ti ó cidade - Energia BIP-ZIP*. Desdobrável da exposição “Dentro de Ti ó Cidade” - Energia BIP-ZIP. Lisboa, PT. Obtido em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/>

documentos/1373915027Q2gCQ9ak7Ki17PO5.pdf

Câmara Municipal de Lisboa. (2013b). *Lisboa: Uma Cidade Para as Pessoas*. Lisboa, PT. Obtido em: https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/af_publicacao_antcosta_web_short/51

Cambridge Analytica acedeu a dados de 87 milhões de utilizadores. (4 abr. 2018). *Público Jornal*. Obtido em <https://www.publico.pt/2018/04/04/tecnologia/noticia/cambridge-analytica-acedeu-a-dados-de-87-milhoes-de-utilizadores-1809156>

Canaltech (n.d.). *O que significa dizer que um software ou produto está em versão beta?* Obtido em: <https://canaltech.com.br/produtos/O-que-significa-dizer-que-um-software-ou-produto-esta-em-versao-beta/> Acedido em: 1 jul. 2018.

Capucho, J. (2016). Arte urbana mudou a cara do maior bairro social da Europa. *Diário de Notícias*. Obtido em: <https://www.dn.pt/sociedade/arte-urbana-mudou-a-cara-do-maior-bairro-social-da-europa-5176254.html>

Cardoso, R. (2012). *Design Para Um Mundo Complexo* (1st ed.). São Paulo, SP: Cosac Naify.

Carlsson, J., Ehn, P., Erlander, B., Perby, M.-L., & Sandberg, Å. (1978). Planning and control from the perspective of labour: A short presentation of the demos project. *Accounting, Organizations and Society*, 3(3-4), 249-260.

Carvalho, M. L. (2010). *O Desenvolvimento Local e a Imigração Cabo-verdiana: um olhar sobre a comunidade da Cova da Moura*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa). Obtido em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/5251/1/DISSERTAÇÃO%20Maria%20Livramento%20G.pdf>

“Casa do Bairro” inicia atividades sociais no bairro do Desterro (2016, March 7). *O Imparcial*. Obtido em <https://>

- oimparcial.com.br/cidades/2016/03/casa-do-bairro-inicia-atividades-sociais-no-bairro-do-desterro/ Acedido em: data 08 abr. 2016
- Castells, M. (2014). *Redes de Indignação e Esperança. Movimentos Sociais na Era da Internet* (2nd ed.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Castells, M. (2000). *A sociedade em rede*. (v. 1, 8. ed. totalmente revista e ampliada). São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Castro, L. R. de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Revista de Sociologia e Política*, 16(30), 253–268.
- Cava, B. (2013, January). A copesquisa militante no autonomismo operaísta. *Revista Lugar Comum*, (37–38), 17–38. Obtido em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110503130649A%20copesquisa%20militante%20no%20autonomismo%20opera%C2%ADsta%20-%20Bruno%20Cava.pdf
- Celaschi, F. (2008). Design as Mediation Between Areas of Knowledge: The integration of knowledge in the training of contemporary designers. In C. Germak (Ed.), *Uomo al centro del progetto Design per un nuovo umanesimo / Man at the Centre of the Project Design for a New Humanism* (1st ed., p. 171). Torino, IT: Umberto Allemandi & C.
- Charleaux, J. P. (2017). O que foram, afinal, as Jornadas de Junho de 2013. E no que elas deram. *Nexo Jornal*. Obtido em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>
- Churchman, C. (1967). Guest Editorial: *Wicked Problems*. *Management Science*, 14(4), B141-B142. Obtido em: <http://www.jstor.org/stable/2628678>
- Cipolla, C., & Peruccio, P. P. (Eds). (2008). *Changing the Change: Design, Visions, Proposals and Tools*. Turin,

- IT: Allemandi. Obtido em: <http://www.allemandi.com/university/ctc.pdf>
- Clarke, A. J. (2011). *Design anthropology: object culture in the 21st century*. Switzerland, AG: Springer.
- Coghlan, D., & Brydon-Miller, M. (Eds.). (2014). *The Sage Encyclopedia of Action Research. Action Learning: Research and Practice* (1st ed.). Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington DC: SAGE Reference.
- Coletivo “A batata precisa de você.” (2015). *Ocupe Largo da Batata: Como fazer ocupações regulares no espaço público*. São Paulo, SP. Obtido em: <http://largodabatata.com.br/wp-content/uploads/2015/07/publicacaoFINALagosto2015.pdf>
- Concilio, G. & Rizzo, F. (Org.) (2016). *Human Smart Cities: Rethinking the Interplay between Design and Planning (Urban and Landscape Perspectives)*. Milan/Bologna, IT: Springer.
- Conde 6ºN-Design (1995). *Projeto de candidatura - 6º Encontro Nacional de Estudantes de Design*.
- Costa, M. A., Santos, M. P. G. dos, Marguti, B., Pirani, N., Pinto, C. V. da S., Curi, R. L. C., ... & Albuquerque, C. G. de. (2018). *Vulnerabilidade Social no Brasil: Conceitos, Métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras*. Brasília, DF/Rio de Janeiro, RJ: IPEA.
- Cristino, S. (2017, 1 dez.). Carnide volta a ganhar Orçamento Participativo, desta vez com três projectos. *O Corvo*. Obtido em: <https://ocorvo.pt/carnide-volta-a-ganhar-orcamento-participativo-desta-vez-com-tres-projectos/> Acedido em: 15 ago. 2017.
- Cross, N. (2011). *Design thinking: understanding how designers think and work* [e-book]. Oxford, UK: Berg Publishers.
- Cross, N. (2006). *Designerly Ways of Knowing*. London, UK:

- Springer-Verlag. Obtido em: <http://doi.org/10.1007/1-84628-301-9>
- Cross, N. (2001). Designerly Ways of Knowing: Design Discipline Versus Design Science. *Design Issues*, 17(3), 49-55. Obtido em: <http://doi.org/10.1162/074793601750357196>
- Cross, N. (1999). Natural intelligence in design. *Design Studies*, 20(1), 25-39. Obtido em: [http://doi.org/10.1016/S0142-694X\(98\)00026-X](http://doi.org/10.1016/S0142-694X(98)00026-X)
- Cross, N. (1995). Discovering Design Ability. In R. Buchanan & V. Margolin (Eds.), *Discovering Design: Explorations in Design Studies* (1st ed., pp. 105-120). Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Cross, N. (1990). The nature and nurture of design ability. *Design Studies*, 11(3), 127-140. Obtido em: [http://doi.org/10.1016/0142-694X\(90\)90002-T](http://doi.org/10.1016/0142-694X(90)90002-T)
- Cross, N. (1986). The Development of Design Methodology in Architecture, Urban Planning and Industrial Design. In R. Trappl (Ed.), *Cybernetics and Systems '86: Proceedings of the Eighth European Meeting on Cybernetics and Systems Research* (pp. 173-180), organized by the Austrian Society for Cybernetic Studies, held at the University of Vienna, Austria. Dordrecht, NA: Springer Netherlands. Obtido em: http://doi.org/10.1007/978-94-009-4634-7_23
- Cross, N. (1984) *Developments in Design Methodology*. Chichester, UK: John Wiley & Sons Ltd.
- Cross, N. (1982). Designerly ways of knowing. *Design Studies*, 3(4), 221-227. Obtido em: [https://doi.org/10.1016/0142-694X\(82\)90040-0](https://doi.org/10.1016/0142-694X(82)90040-0)
- Cross, N. (Ed.) (1972). Design participation: In: *Proceedings of the Design Research Society's Conference DRS 1971* (1st ed.). London, UK: Academy Editions.
- Cross, N., Dorst, K., & Roozenburg, N. (1992). *Research in design thinking*. Delft, NWO: Delft University Press.

- Obtido em: <https://repository.tudelft.nl/islandora/object/uuid:83aod981-d053-4944-90af-3d165b9d079e?collection=research>
- Conway, P. (1973). Industrial Design USA: Human Systems. *Design Quarterly*, 88, 5–40. Obtido em: <http://www.jstor.org/stable/4090828>
- Cornford, C. (1977). Introduction. In J. Bicknell & L. McQuiston (Eds.), *Design for Need* (pp. 7–8). London, UK: ICSID by Pergamon Press. Obtido em: <http://doi.org/https://doi.org/10.1016/B978-0-08-021500-6.50006-9>
- Costa, L. O. (2014, Setembro, 30). Quando a idade é um superpoder | Famílias. *O Público*. Lisboa, PT. Obtido em: <https://www.publico.pt/2017/09/30/local/noticia/a-avo-veio-trabalhar-1787174>
- Cunha, A. G. da. (2010). *Dicionário Etimológico da língua portuguesa* (4th ed.). São Paulo, SP: Lexicon.
- Dantec, C. L. & DiSalvo, C. (2013). Infrastructuring and the Formation of Publics in Participatory Design. *Social Studies of Science*, 43(2), 241–264.
- Davies, R. (1985). *A Psychological Enquiry into the Origination and Implementation of Ideas* (Master Thesis, The University of Manchester). Obtido em: https://www.librarysearch.manchester.ac.uk/permalink/44MAN_INST/8pfhc8/alma9921219024401631
- Davis, C. M. et al. (2014). *Projeto DREAM-IN Brasil: Design and Social Impact: A Cross-Sectoral Agenda for Design Education, Research, and Practice*. New York, NY: The Smithsonian's Cooper-Hewitt, National Design Museum.
- Davis, L. (2017, Outubro 03). *Palestra - Transformação Criativa: Design Social, por Lee Davis* [ficheiro em vídeo]. Obtido em: https://www.youtube.com/watch?v=mKuaJcLg_es&t=0s&list=PLQ8wQgBR7sc58q1FxMDHsHBgGZuhmd1P2&index=19 Acedido em: 5 fev. 2018.

- Davis, S. B., & Gristwood, S. (2016). The Structure of Design Processes: ideal and reality in Bruce Archer's 1968 doctoral thesis. In *DRS 2016: Future-Focused Thinking* (pp. 2593–2611). Brighton, UK: Design Research Society. Obtido em: <https://doi.org/10.21606/drs.2016.240>
- De Bono Holanda, J., & van Dijk, J. (2017). *Gambiarra Meets Design Thinking: Scaffolding Embodied Creativity in a Design Lab*. Paper presented at Student Interaction Design Research Conference, SIDEr 2017, Delft, Netherlands.
- Deleuze, G; & Guattari, F. (1996). *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia* (v. 3, 1st ed.). São Paulo, SP: Editora 34.
- Del Gaudio, C., Franzato, C., & Oliveira, A. J. de. (2016). Hope against hope: tackling social design. *Journal of Design Research*, 14(2), 119-141. Obtido em: <http://doi.org/10.1504/JDR.2016.077009>
- Design Council (2015). *Design methods for developing services: An introduction to service design and a selection of service design tools*. Obtido em: <https://www.designcouncil.org.uk/resources/guide/design-methods-developing-services>
- Design Council (2005). *A Study of the Design Process – The Double Diamond*. Obtido em: [https://www.designcouncil.org.uk/sites/default/files/asset/document/ElevenLessons_Design_Council%20\(2\).pdf](https://www.designcouncil.org.uk/sites/default/files/asset/document/ElevenLessons_Design_Council%20(2).pdf)
- Design History (n.d.). *The First Things First Manifesto*. [online] Obtido em: <http://www.designishistory.com/1960/first-things-first/> Acedido em: 5 dez. 2014.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Obtido em: <https://www.priberam.pt/dlpo/gambiarra> Acedido em: 12 fev. 2018.
- DiSalvo, C. (2012). *Adversarial Design* (1st ed.). Cambridge, MA: MIT Press.
- Disalvo, C. (2010). Design, Democracy and Agonistic Pluralism. *Proceedings of the Design Research Society Conference*

2010, 1, 366–371.

DiSalvo, C. (2009). Design and the Construction of Publics. *Design Issues*, 25(1), 48–63.

DiSalvo, C., Clement, A., & Pipek, V. (2013). Communities: Participatory Design for, with and by communities. In J. Simonsen & T. Robertson (Eds.), *Routledge International Handbooks Handbook of Participatory Design* (pp. 188–209). Routledge.

Dorst, K. (2011). The core of ‘design thinking’ and its application. *Design Studies*, 32(6), 521–532.

Dorst, K., & Cross, N. (2001). Creativity in the design process: co-evolution of problem-solution. *Design Studies*, 22(5), 425–437.

Drazin, A. (2013). The social life of concepts in design anthropology. In W. Gunn, T. Otto, & R. C. Smith (Eds.), *Design anthropology: theory and practice* (pp. 33–50). London: Bloomsbury Academic. Obtido em: http://ls-tlss.ucl.ac.uk/course-materials/ANTH7021_68804.pdf

Escola de Jornalismo Énois e data_labe. (2017, Nov. 29). Conexão Quebrada. *Nexo Jornal*. Obtido em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2017/11/29/Conexão-Quebrada>.

Ehn, P. (2008, october). Participation in design things. In *Proceedings of the Tenth Anniversary Conference on Participatory Design 2008*, 1, 92–101. Obtido em: <http://doi.org/10.1145/1795234.1795248>

Ehn, P. (1993). Scandinavian design: On participation and skill. In D. Schuler & A. Namioka (Eds.), *Participatory Design: Principles and Practices* (1st ed., pp. 41–77). New Jersey, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Ehn, P. (1988). *Work-Oriented Design of Computer Artifacts*. Umeå Universitet.

Ehn, P., & Löwgren, J. (1997). Design for Quality-in-use:

- Human-Computer Interaction Meets Information Systems Development. In M. G. Helander, T. K. Landauer, & P. V. Prabhu (Eds.), *The Handbook of Human-Computer Interaction* (2nd ed., pp. 299–313). Amsterdam: Elsevier Science.
- Ehn, P., Nilsson, E. M., & Topgaard, R. (Eds.) (2014). *Making futures: marginal notes on innovation, design, and democracy* (1st ed., pp. 1–13). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Endeavor (2015a). *Ferramenta: Análise SWOT*. Obtido em: <https://endeavor.org.br/estrategia-e-gestao/ferramenta-analise-swot/>.
- Endeavor. (2015b). *Ferramenta: 5W2H: Aprenda a responder às perguntas certas de Gestão dos Projetos*. Obtido em: <https://endeavor.org.br/5w2h-aprenda-responder-perguntas-certas-de-gestao-dos-projetos/> Acedido em: 01 fev. 2017.
- Fallan, K. (2011). “The ‘Designer’ - The 11th Plague”: Design Discourse from Consumer Activism to Environmentalism in 1960s Norway. *Design Issues*, 27(4), 30–42.
- Fermenta, A. (2014). Avó veio trabalhar - ficha de candidatura programa BIP-ZIP. *BIP-ZIP*. Lisboa, PT. Obtido em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2014>
- Ferreira, A. B. de H., Ferreira, M. B., & Anjos, M. dos. (2010). *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba, PR: Editora Positivo.
- Ferreira, M. M. G. (2012). “Quando a história acaba e a memória fica”: uma etnografia do centro histórico de São Luís (1st ed.). São Luís, MA: Café & Lápis Editora.
- Figueiredo, M. (2014). Influência pombalina na morfologia urbana de São Luís do Maranhão. *Convergência Lusíada*, (32), 168-180.
- Finizola, F. (2010). *Tipografia vernacular urbana uma análise*

dos letreiramentos populares (1st ed.). São Paulo, SP: Blucher.

Fórum, R. R. (2013). SP: veja como foi o 50 protesto contra o aumento das tarifas. *Revista Fórum*. Obtido em <https://www.revistaforum.com.br/sp-acompanhe-aqui-o-50-protesto-contr-o-aumento-das-tarifas/>

Frankel, L., & Racine, M. (2010, july). The Complex Field of Research: for Design, through Design, and about Design. In *Proceedings of the International Conference of the Design Research Society*. Montreal, CA.

Franzato, C. (2016). Design como articulador de uma inovação social. *Revista IHU Online*, (493). Obtido em <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6611-carlo-franzato>

Franzato, C. (2011). O processo de inovação dirigida pelo design. Um modelo teórico. *REDIGE - Revista de Design, Inovação e Gestão Estratégica*. Obtido em: https://www.academia.edu/2510909/O_processo_de_inovacao_dirigida_pelo_design._Um_modelo_teorico

Franzato, C. (2010). O design estratégico no diálogo entre cultura de projeto e cultura de empresa. *Strategic Design Research Journal*, 3(3), 89-96. Obtido em: <http://doi.org/10.4013/sdrj.2010.33.03>

Freire, P. (2016). *Conscientização*. São Paulo, SP: Cortez Editora.

Freire, P. (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo, SP: Cortez e Moraes.

Freire, P. (1974). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Frog Design (n.d.). Case Study - Un-Ocha-Humanitarian-Data-Exchange. *Frog*. Obtido em: <https://www.frogdesign.com/work/un-ocha-humanitarian-data-exchange.html>

Fruta Feia (n.d.). Projecto. *Fruta Feia*. Obtido em: <https://frutafeia.pt/pt/projecto>

- Fry, T. (2011). *Design as politics*. Oxford, UK; New York, NY: Berg.
- Fry, T. (2003) Design and the Political: Hot Debate. *Design Philosophy Papers*, 1(6), 361-362.
- Fuad-Luke, A. (2009). *Design Activism. Beautiful strangeness for a sustainable world*. London, UK: Earthscan.
- Fuad-Luke, A., Hirscher, A.-L., & Moebus, K. (Eds.). (2015). *Agents of Alternatives: Re-designing Our Realities* (1st ed.). Berlin: Agents of Alternatives.
- Fuller, R. B. (1969). *Operating manual for spaceship earth*. New York, NY: Pocket Books.
- Garland, K. (1964). First things first manifesto. Obtido em: <http://www.kengarland.co.uk/KG-published-writing/first-things-first/> Acedido em: 7 abr. 2017.
- Germak, C., & De Giorgi, C. (2008). Design dell'esplorazione (Exploring Design). In C. Germak (Ed.), *Uomo al centro del progetto Design per un nuovo umanesimo / Man at the Centre of the Project Design for a New Humanism* (1st ed., p. 171). Umberto Allemandi & C.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas* (1st ed.). Rio de Janeiro, RJ: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.
- Gedenryd, H. (1998). *How designers work*. Lund, SWE: Lund University Cognitive Studies 75.
- Giddens, A. (2003). *A Constituição da sociedade* (2nd ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (Quarta). São Paulo, SP: Atlas.
- Godinho, M. A. S. (2010). *Cova da Moura: bairro histórico em construção*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra). Obtido em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/14818>
- Goethert, R., & Hamdi, N. (1992). *La microplanificación: un*

- proceso de programación y desarrollo con base en la comunidad* (1st ed.). Washington, DC: Banco Mundial.
- Goldenberg, M. (2011). *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais* (1st ed.). Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Gómez, R. O., González, R. M., & Fernández, G. R. (Eds.). (2001). *Herramientas de Planeamiento Participativo para la Gestión Local y el Hábitat* (1st ed.). La Habana, Cuba: Editorial Félix Varela.
- Gorgel Pinto, A., Rodrigues, D. C., Veiga, I., & Plentz, N. (2018). Ativismo Sociocultural Através da Educação e Prática de Design. Experiências no Bairro do Alto da Cova da Moura. In A. Gorgel Pinto, P. Reaes Pinto, & T. V. Furtado, (Eds.), *Cross Media Arts. Artes Sociais e Transdisciplinaridade - Social Arts and Transdisciplinarity* (pp. 274-287). Casal de Cambra, PT: Caleidoscópio. ISBN: 978-989-658-511-2.
- Gregory, S. (1979). Design studies— the new capability. *Design Studies*, 1(1), 2. Obtido em: [https://doi.org/10.1016/0142-694X\(79\)90018-8](https://doi.org/10.1016/0142-694X(79)90018-8)
- Gunn, W., Otto, T., & Smith, R. C. (2013). *Design Anthropology: Theory and Practice*. London, UK: Bloomsbury Academic.
- Hall, S. (2016). *Cultura e Representação* (1st ed.). Rio de Janeiro, RJ: Editora Apicuri/PUC-Rio.
- Hamdi, N. (2010). *The Placemaker's Guide to Building Community* (1st ed.). London, UK, Washington, DC: Earthscan.
- Hamdi, N. (2004). *Small change: about the art of practice and the limits of planning in cities*. London, UK: Earthscan.
- Heidegger, M. (1967). *What is a thing?* South Bend, IN: Gateway Editions.
- Heller, C. (2018). Taking the Measurement of a New Approach to Very Old Challenges. In S. Heller & V. Vienne (Eds.), *Citizen Designer: Perspectives on Design Responsibility*.

- (2nd ed., n.p.). New York, NY: Allworth Press.
- Heller, S., & Vienne, V. (2018). *Citizen Designer: Perspectives on Design Responsibility* (2nd ed.). New York, NY: Allworth Press.
- Hillgren, P.-A., Seravalli, A., & Emilson, A. (2011). Prototyping and infrastructuring in design for social innovation. *Co-design*, 7(3/4), 169–183. Obtido em: <http://doi.org/10.1080/15710882.2011.630474>
- Holanda, M. de (2012). Bienal de Veneza 2012: Prêmio Future Cities: “Working with the 99%” / ateliermob. ArchDaily. Obtido em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-69567/bienal-de-veneza-2012-premio-future-cities-working-with-the-99-porcento-ateliermob> Acedido em: 18 out. 2015.
- IDEO.ORG, & Rockefeller Foundation. (2008). *Design for Social Impact: How-to Guide*. New York, NY: IDEO and Rockefeller Foundation.
- Ingold, T. (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 18(37), 25–44.
- IPEA. (n.d.). *Sobre o Ipea - Quem Somos*. Obtido em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68 Acedido em: 05 fev. 2018.
- Jacobs, J. (2014). *Morte e Vida de Grandes Cidades*. eBook: Jane Jacobs. [E-reader] (3rd ed.). Rio de Janeiro, RJ: WMF Martins Fontes.
- Jacobs, J. (1961). *The death and life of great American cities* (1st ed.). New York, NY: Vintage Books.
- Jarauta, F., Medina, P., Marín, I. V., Vega, B., Oosterman, A., Andujar, D. G., ... Manzini, E. (2014). *Cuadernos de Diseño 4: Diseño de procesos*. (F. Jarauta & P. Medina, Eds.). Madrid, ES: IED Madrid.
- Jen, N. (2018). *Design Thinking Is B.S.* Obtido em: <https://www.>

- fastcompany.com/90166804/design-thinking-is-b-s
- Johnson, A. G. (1997). *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica* (1st ed.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Jones, J. C. (1980). ... in the dimension of time. Thoughts about the context of designing. *Design Studies*, 1(3), 172–176. Obtido em: [https://doi.org/10.1016/0142-694X\(80\)90025-3](https://doi.org/10.1016/0142-694X(80)90025-3)
- Julier, G. (2006). From Visual Culture to Design Culture. *Design Issues*, 22(1), 64–76. Obtido em: <http://doi.org/10.1162/074793606775247817>
- Julier, G. (2014). *The Culture of Design* (3rd ed.). London, UK: Sage Publications.
- Karasti, H. (2014). Infrastructuring in participatory design. *Proceedings of the 13th Participatory Design Conference on Research Papers - PDC '14* (pp. 141–150).
- Karasti, H., & Baker, K. S. (2008). Community Design – Growing One's Own Information. *Proceedings of the Participatory Design Conference - PDC 2008*, 2, 220–223.
- Kornblum, W., Julian, J., & Smith, C. D. (2012). *Social problems*. Pearson Education.
- Koskinen, I. (2016). Agonistic, Convivial, and Conceptual Aesthetics in New Social Design. *Design Issues*, 32(3), 18–29.
- Lasky, J. (2013). *Design and Social impact*. New York, NY: Cooper Hewitt, The Lemelson Foundation, and the National Endowment for the Arts. Obtido em: <https://www.cooperhewitt.org/publications/design-and-social-impact/>
- Latour, B. (2008). *A Cautious Prometheus?* Keynote Lecture for the Networks of Design Meeting of the Design History Society Falmouth, Cornwall, 3rd September 2008.
- Latour, B. (2005). From Realpolitik to Dingpolitik or How

- to Make Things Public. In B. Latour & P. Weibel (Eds.), *Making Things Public-Atmospheres of Democracy* (1st ed., pp. 14–31). Cambridge, MA: ZKM/MIT Press.
- Lawson, B. (1980). *How designers think*. London, UK: Architectural Press.
- Lefebvre, H. (2008). *O direito à cidade* (5th ed.). São Paulo, SP: Centauro Editora.
- Lefebvre, H. (1970/2003). *The Urban Revolution* (1st ed.). Minneapolis / London, UK: The University of Minnesota Press.
- Lefebvre, H. (1978). *De lo rural a lo urbano: Antologia preparada por Mario Gaviria* (4th ed.). Barcelona, ES: Edicions 62.
- Leon, E. (2015). *Um laboratório de design na periferia, o caso de Canasvieiras*. Lisboa, PT: Design Policies; Between Dictatorship and Resistance (The Radical Designist). Obtido em <https://docplayer.com.br/20104373-Um-laboratorio-de-design-na-periferia-o-caso-de-canasvieiras.html>
- Leon-Guerrero, A. (2015). *Social problems: community, policy, and social action* (5th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Levin, P. H. (1966). *Decision making in urban design. Building Research Station Note EN 51166, BRS*. Watford, UK: Developments in Design Methodology.
- Lie, I. K. (2016). “Make Us More Useful to Society!”: The Scandinavian Design Students’ Organization (SDO) and Socially Responsible Design, 1967–1973. *Design and Culture*, 8(3), 327–361. Obtido em: <https://doi.org/10.1080/17547075.2016.1223363>
- Lloyd, P., McDonnell, J., & Cross, N. (2007). *Analysing design behaviour: the design thinking research symposia series*. Obtido em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.670.3079&rep=rep1&type=pdf>

- Lydon, M., & Garcia, A. (Ed.). (2013). *Tactical Urbanism vol. 3: Casos Latinoamericanos*. Washington, DC: Island Press.
- Lydon, M., & Garcia, A. (Eds.) (2012a). *Tactical Urbanism vol. 1: Short-term Action for Long-term Change*. Washington, DC: Island Press.
- Lydon, M., & Garcia, A. (Eds.) (2012b). *Tactical Urbanism vol. 2: Short-term Action for Long-term Change*. Washington: Island Press.
- Magalhães, A. (1997). *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira.
- Maldonado, T. (1970). *La speranza progettuale: Ambiente e società* (Nuovo Politecnico 35). Turim, IT: Einaudi.
- Malheiros, J. M., Mendes, M., Barbosa, C. E., Silva, S. B., & Schiltz, A. (2007). *Espaços e expressões de conflito e tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa, PT: Observatório da Imigração.
- Manzini, E. (2016). Design Culture and Dialogic Design. *Design Issues*, 32(1), 52-59. Obtido em: http://doi.org/10.1162/DESI_a_00364
- Manzini, E. (2015). *Design, when everybody designs: an introduction to design for social innovation*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Manzini, E. (2008). *Design para a inovação social e sustentabilidade* (1st ed.). Rio de Janeiro, RJ: E-papers.
- Manzini, E. (2007). A laboratory of ideas: diffuse creativity and new ways of doing. In A. Meroni (Ed.), *Creative communities: People inventing sustainable ways of living* (1st ed., pp. 13–15). Milano, IT: Poli. Design.
- Manzini, E. (1995). Prometheus of the everyday: The ecology of the artificial and the designer's responsibility. In R. Buchanan & V. Margolin (Eds.), *Discovering Design: Explorations in Design Studies* (pp. 219-243). Chicago,

IL: University of Chicago Press.

- Manzini, E. & Tassinari, V. (2013). Sustainable qualities: powerful drivers of social change. In Robert Crocker & Steffen Lehmann (Eds.), *Motivating Change: Sustainable Design and Behaviour in the Built Environment* (1st ed., pp. 249–264). London, UK: Routledge.
- March, L. J. (1976). The Logic of Design. In L. J. March (Ed.), *The architecture of form*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Margolin, V., Bonsiepe, G., M’Rithaa, M. K., Er, A. H., Sen, A., Poovaiah, R., ... UNIDO. (2015). *Design e Desenvolvimento: 40 Anos Depois* (G. Patrocínio & J. M. N. Nunes, Eds.) (1st ed.). São Paulo, SP: Blucher.
- Margolin, V., & Margolin, S. (2002). A “Social Model” of Design: Issues of Practice and Research. *Design Issues*, 18(4), 24–30. Obtido em: <http://doi.org/10.1162/074793602320827406>
- Marguti, B. O., Pinto, C. V. da S., Rocha, B. N., Costa, M. A., & Curi, R. L. C. (2018). *A nova plataforma de Vulnerabilidade Social: primeiros resultados do Índice de Vulnerabilidade Social para a série histórica da PNAD (2011-2015) e desagregações por sexo, cor e situação de domicílios*. Rio de Janeiro, RJ: IPEA. Obtido em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180515_relatorio_institucional_a_nova_plataforma_da_vulnerabilidade_social.pdf
- Marples, D. (1960) *The decisions of engineering design*. London, UK: Institute of Engineering Designers.
- Martin, R. L. (2009). *The design of business: why design thinking is the next competitive advantage*. Boston, MA: Harvard Business Press.
- Mau, B., Leonard, J., & Institute without Boundaries. (2004). *Massive change*. Phaidon.
- Mejía, R. E. (2012). Micropolíticas, cartografias e heterotopias

- urbanas: Derivas teórico-metodológicas sobre a aventura das (nas) cidades contemporâneas. *Revista Espaço Acadêmico*, (132), 1–9.
- Mendes, L. (2017). Gentrificação turística em Lisboa: Impactos do alojamento local na resiliência e sustentabilidade social do centro histórico. *Poder Local, Revista de Administração Democrática*, 1(155), 58–73.
- Meroni, A. (Ed.). (2007). *Creative communities: people inventing sustainable ways of living* (1st ed.). Milano, IT: Poli Design.
- Miller, W. R. (2004). Definition of Design. In *Philosophy*. Obtido em: <http://www.wrmdesign.com/Philosophy/Documents/DefinitionDesign.htm> Acedido em: 10 ago. 2014.
- Mills, C. W. (2009). *Sobre o Artesanato Intelectual e Outros Ensaaios*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Mills, C. W. (2000). *The sociological imagination*. New York, NY: Oxford University Press.
- Miranda, S., Benedito, R., Capella, J., Di Bartolo, C., Montanari, R., Colonetti, A., Augé, M., Manzini, E., Giralt-Miracle, D., Gausa, M., & Neumarkt, A. (2013). Diseñar/proyectar el futuro. In F. Jarauta (Ed.), *Cuadernos de Diseño 1* (2nd ed.). Madrid, ES: Editorial IED. Obtido em: <https://iededitorial.com/editorial/cuadernos-de-diseno-1/>
- Moniz, F. F. de S. (2001). *Dicionário Latim-Português* (2nd ed.). Porto, PT: Porto Editora.
- Moradores do centro ocupam prédio abandonado. (2017, April 3). *O Imparcial*.
- Morelli, N. (2007). Social Innovation and New Industrial Contexts: Can Designers “Industrialize” Socially Responsible Solutions? *Design Issues*, 23(4), 3–21.
- Morelli, N., Jonas, W., & Munch, J. (2008). Product service systems and non-market oriented approach. In C. Cipolla & P. P. Peruccio (Eds.), *Changing the Change: Design*,

- Visions, Proposals and Tools (p. 17). Torino, IT: Allemandi.
- Moser, C. O. N. (1998). The asset vulnerability framework: Reassessing urban poverty reduction strategies. *World Development*, 26(1), 1–19.
- Mouffe, C. (2015). Agonism, Democracy and Design. In J. Boelen & V. Sacchetti (Eds.), *Designing everyday life* (pp. 44–48). London, UK: Park Books.
- Mouffe, C. (2000). *The Democratic Paradox* (1st ed.). London, UK: Verso.
- Mouffe, C. (1999). Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism? *Social Research*, 66 (Prospects for Democracy).
- Movimento Passe Livre - São Paulo. (2013). Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (Coleção Tinta Vermelha). São Paulo, SP: Boitempo Editorial.
- Murray, D. (1993). An Ethnographic Study Of Graphic Designers. In *Proceedings of the Third European Conference on Computer-Supported Cooperative Work 13–17 September 1993*, Milan, Italy ECSCW '93 (pp. 295–309). Dordrecht: Springer Netherlands. Obtido em: https://doi.org/10.1007/978-94-011-2094-4_20
- Murray, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G (2010). *The Open Book of Social Innovation*. The Young Foundation / NESTA.
- Nadler, G. (1980). A timeline theory of planning and design. *Design Studies*, 1(5), 299–307. Obtido em: [https://doi.org/10.1016/0142-694X\(80\)90064-2](https://doi.org/10.1016/0142-694X(80)90064-2)
- Nesta. (2014). Development Impact and You. Obtido em: <https://diytoolkit.org/media/DIY-Toolkit-Full-Download-A4-Size.p>
- Nesta. (n.d.). About. Obtido em: <https://www.nesta.org.uk/about-us/>

- Nogueira, P., & Portinari, D. B. (2016, dez.). Urbanismo tático e a cidade neoliberal. *Arcos Design*, Rio de Janeiro, RJ, 9(2), 177-188. Obtido em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>
- Norman, D. (2010). *Design Thinking: A Useful Myth*. Obtido em: <https://www.core77.com/posts/16790/design-thinking-a-useful-myth-16790>
- Noronha, R., Oliveira, H., & Rodrigues, D (2008). Lugares comuns: a marca territorial do Desterro, identidade e etnografia. *AcademiaEdu*. Obtido em: <https://www.academia.edu/5539676/Lugares_comuns_a_marca_territorial_do_Desterro_identidade_e_etnografia>. Acedido em 3 fev. 2014.
- Nova, N. (2014). *Beyond Design Ethnography: How designers practice ethnographic research*. Genève: SHS (Berlin) & HEAD.
- OCHA - United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (n.d.). Obtido em: <https://www.unocha.org/>
- Operação conjunta desarticula maior ponto de venda de crack no Centro Histórico de São Luís (2015, January 31). *O Imparcial*.
- Operação faz retirada de barracas irregulares no bairro do Desterro (2015, February 21). *O Imparcial*, Caderno Urbano.
- Papanek, V. (1973). *Design for the Real World: Human Ecology and Social Change*. Toronto, CA, New York, NY, London, UK: Bantam Books.
- Pedersen, J., & Buur, J. (2000). Games and Movies: Towards Innovative Co-design with Users. In S. A. R. Scrivener, L. J. Ball, & A. Woodcock (Eds.), *Collaborative Design: Proceedings of Co-designing 2000* (1st ed., pp. 93–100). London, UK: Springer-Verlag.

- Peruccio, P. P. (2017). As redes do design: comunidade, microempresa e território. In L. Krucken, A. Mol, & D. Luz (Eds.), *Territórios criativos: Design para a valorização da cultura gastronômica e artesanal* (1st ed., pp. 47–59). Belo Horizonte, MG: Editora Atafona.
- Pinto, M. C. (2012). Ateliermob vence prêmio Future Cities na Bienal de Veneza. *Público*. Obtido em: <https://www.publico.pt/2012/08/30/p3/noticia/ateliermob-vence-premio-future-cities-na-bienal-de-veneza-1814156>
- Polanyi, M. (1967). *The Tacit Dimension* (p. 4). New York, NY: Doubleday and Co.
- Pons, I. E. R. (2006, Setembro, 21). *Design possível: um estudo de caso exploratório em práticas educativas desenvolvido com ONGs* (2004 2005). (Dissertação de Mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie). Obtido em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2735>
- Prinz, W., Beisert, M., & Herwig, A. (Eds.). (2013). *Action science: foundations of an emerging discipline* (1st ed). London, Cambridge, UK: MIT Press.
- Programa Local de Habitação de Lisboa. (2010). *Carta dos BIP/ZIP: Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa - Metodologia de identificação e construção da cartados BIP/ZIP*. Lisboa, PT. Obtido em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1296666539S9jVV2bd4Fg17IH7.pdf>
- Projecto Remix: empowerment da comunidade (2011, April 21) Obtido em: <https://susanaantonio.com/post/4806090638/remix>
- Público (2017). *Se a Uber não vai às favelas de São Paulo, os moradores criam a Ubra*. Obtido em: <https://www.publico.pt/2017/03/14/mundo/noticia/uber-nao-circula-na-periferia-de-sao-paulo-moradores-criam-a-ubra-1765172>
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada,

- & FJP - Fundação João Pinheiro. (2013). *O índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro*. Brasília, DF: PNUD, IPEA e FJP. Obtido em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal_pt.pdf
- Poynor, R. (2010). *First Things When Exactly? Response Ability Presentations*. Obtido em: <http://www.responseabilityconference.com/presentations> Acedido em: 12 dez. 2017.
- Quito, A. (2016). “No free work” is the wrong advice for creative people: Career advice from graphic design legend Paula Scher. *Quartz*. Obtido em: <https://qz.com/817958/no-free-work-is-the-wrong-advice-for-creative-people-career-advice-from-graphic-design-legend-paula-scher/> Acedido em: 12 abr. 2018.
- Rádio e Televisão de Portugal (Produtor). (2016). *Terrenos da Cova da Moura só dão prejuízos* [Sexta às 9]. Lisboa, PT.
- Rebolo, J. M. T. (2016). *O Realojamento do Bairro Chinês em Marvila Participação e Autoconstrução como processo – o caso da Prodac (1970-1974)*. (Tese de doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa). Obtido em: <http://hdl.handle.net/10071/13723>
- Rede Design Possível (n.d.). *Sobre – Rede Design Possível*. Obtido em: <http://www.designpossivel.org/sitedp/sobre/>
- Renovar a Mouraria (n.d.). *A associação | Renovar a Mouraria*. Obtido em: <https://www.renovaramouraria.pt/associacao/>
- Rittel, H. W. J., & Webber, M. M. (1973). Dilemmas in a General Theory of Planning. *Policy Sci*, 4, 155-169.
- Ritzer, G. (2005). *Encyclopedia of Social Theory* (Vol II). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.
- Riul, M., Medeiros, C. H. M. F. de, Barbosa, A. V., & Santos, M. C. L. dos (2015). Design espontâneo e hibridismos: artefactos da cidade e artefactos do interior. *Estudos em*

Design, 23(2), 59-74.

Roberts, L. (2009). *Good: ética en el diseño gráfico* (1st ed.). Barcelona, ES: Index Books.

Robertson, T., & Simonsen, J. (2013). Participatory Design: an introduction. In T. Robertson & J. Simonsen (Eds.), *Routledge International Handbook of Participatory Design* (1st ed., pp. 1–17). New York, NY: Routledge

Robertson, T., & Wagner, I. (2013). Ethics: engagement, representation and politics-in-action. In J. Simonsen & T. Robertson (Eds.), *Routledge International Handbook of Participatory Design* (1st ed., pp. 64–85). New York, NY: Routledge.

Rocha, B. M. (2015) Do it yourself e improviso: por uma outra epistemologia da projeção: uma análise do processo de improvisação a partir do método de reflexão-em-ação. *V!RUS* [online], São Carlos, SP, (10). Obtido em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus10/?sec=4&item=2&lang=pt>> Acedido em: 13 mai. 2016.

Rodrigues, D. (2013). *Naming: O Nome da Marca* (2nd ed.). Rio de Janeiro, RJ: 2ab.

Rodrigues, D., Franzato, C., & Almendra, R. (2016). Design Social: Fundamentos, tendências e contribuições para transformação social em processos de microplanejamento. In *Actas do Encontro de Doutoramentos de Design, Aveiro, Portugal*, 5, 214–221.

Roggero, G. (2010, jan.-abr). Liberdade operaísta. *Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*, Rio de Janeiro, (30).

Rolnik, S. (2006). *Cartografia sentimental: Transformações contemporâneas do desejo* (2nd ed.). Porto Alegre, RS: Editora UFRGS - Sulina.

Roncolato, M. (2018). O uso ilegal de dados do Facebook

- pela Cambridge Analytica. E o que há de novo. *Nexo Jornal*. Obtido em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/19/O-uso-ilegal-de-dados-do-Facebook-pela-Cambridge-Analytica.-E-o-que-h%C3%A1-de-novo>
- Rosa, M. L. (Ed.). (2013). *Microplanejamento: práticas urbanas criativas*. São Paulo, SP: Editora de Cultura.
- Rowe, P. G. (1987). *Design Thinking* (3rd ed.). Cambridge, UK: The MIT Press.
- Saad-Sulonen, J., Eriksson, E., Halskov, K., Karasti, H., & Vines, J. (2018). Unfolding participation over time: temporal lenses in participatory design. *CoDesign*, 14(1), 4–16.
- Sanders, E. B.-N. (2014). Perspectives on Design in Participation. In C. Mareis, M. Held, & G. Joost (Eds.), *Wer Gestaltet die Gestaltung? Praxis, Theorie und Geschichte des Partizipatorischen Designs* (pp. 65-78). Verlag.
- Sanders, E. B.-N., & Stappers, P. J. (2014). *Convivial toolbox: generative research for the front end of design* (2nd ed.). Amsterdam: BIS.
- Sanders, E. B.-N., & Stappers, P. J. (2008). Co-creation and the new landscapes of design. *Co-design*, 4(1), 5–18. Obtido em: <http://doi.org/10.1080/15710880701875068>
- Santos, M. C. L. (2003). *Cidades de plástico e papelão: o habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio* (Tese de Livre-docência, FAU-USP). Obtido em: <https://bdpi.usp.br/item/001400495>
- São Luís (2005). *Desterro: um bairro além dos mapas*. São Luís, MA: QG Qualidade Gráfica e Editora.
- Scher, P. (2012a, maio, 11). What design can do! (WDCD team, Interviewer). In *What design can do!* (pp. 62-63). Lenoir Schuring. Obtido em: https://issuu.com/whatdesigncando/docs/wdcd12_book_web_issuu Acedido em 12 abr. 2018.
- Scher, P. (2012b, Maio 11). *Paula Scher - What Design Can*

- Do 2012* [ficheiro em vídeo]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-oT3L-UC4iA&t=1030s> Acedido em: 12 abr. 2018.
- Schön, D. A. (2003). *Educando o profissional reflexivo: Um novo design para o ensino e a aprendizagem* [E-book]. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Schön, D. A. (1983). *The reflective practitioner: how professionals think in action*. Basic Books.
- Schuler, D., & Namioka, A. (1993). *Participatory design: Principles and practices. Participatory Design: Principles and Practices* (1st ed.). New Jersey, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Scrivener, S. A. (2005). Editorial. *Co-Design*, 1(1), 1–4.
- Scrivener, S. A., Ball, L. J., & Woodcock, A. (Eds.). (2000). *Collaborative Design: Proceedings of CoDesigning 2000*. London, UK: Springer-Verlag. Obtido em: <https://doi.org/10.1007/978-1-4471-0779-8>
- Sennett, R. (2012). *Together: The rituals, pleasures and politics of cooperation* (1st ed.). New Haven, CT & London, UK: Yale University Press.
- Sennett, R. (2008). *The craftsman*. New Haven, CT: Yale University Press.
- SESI - Serviço Social da Indústria. (n.d.). Vira Vida: O Programa. *Conselho Nacional do SESI*. Obtido em: <http://conselhonacionaldosesi.org.br/desenvolvimento-humano-ambiental/vira-vida/vira-vida/> Acedido em: 7 jan. 2017.
- Shea, A. (2012). *Designing for social change: strategies for community-based graphic design* (1st ed.). Princeton Architectural Press.
- Shedroff, N. (2009). *Design is the problem: the future of design must be sustainable*. New York, NY: Rosenfeld Media.
- Simon, H. (1969). *The sciences of the artificial* (1st ed.).

- Cambridge, UK: The MIT Press.
- Simonsen, J. & Robertson, T. (2012). *Routledge International Handbook of Participatory Design*. London, UK: Routledge.
- Smith, R.C., Vangkilde, K., Kjærsgaard, M., Otto, T., Halse, J., & Binder, T. (2016). *Design Anthropological Futures*. London, UK: Bloomsberry.
- Sousa, S. (2005). Iniciativa Bairros Críticos: Cova da Moura, Lagarteiro e Vale da Amoreira. *Registos do processo*. Lisboa, PT.
- Souza, F. (2017, Mar. 14). Uber veta bairros de SP e moradores da periferia criam a Ubra. *BBC News Brasil*. Obtido em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39225699>
- Stairs, D. (2002). Okuwangaala: The Persistent Vitality of the Vernacular. *Design Issues*, 18, 70-88. Obtido em: <http://doi.org/10.1162/074793602320223316>
- Stewart, S. C. (2011). Interpreting Design Thinking. *Design Studies*, 32(6), 515–520. Obtido em: <http://doi.org/10.1016/J.DESTUD.2011.08.001>
- Stolarski, A. (2012). *Design e arte: campo minado, uma antologia de discursos comentados e uma proposta disciplinar*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo). Obtido em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-08082012-145751/pt-br.php>
- Stolarski, A. (2009). Afinal, O que é design? (Oh, não! De novo?!?). In J. de S. Leite (Ed.), *Revista D2B*, São Paulo, (6), 106.
- Stolarski, A. (2005). Alexandre Wollner e a formação do design moderno no Brasil. In *Depoimentos sobre o design visual Brasileiro* (A. Doyle, Trad., pp. 1-112). São Paulo, SP: Cosac Naify.
- Stolterman, E. (2008). The nature of design practice and

- implications for interaction design research. *International Journal of Design*, 2(1), 55-65. Obtido em: <http://doi.org/10.1016/j.phymed.2007.09.005>
- Suchman, L. (1988, abr.). Designing with the user: book review of Computers and democracy: a Scandinavian challenge. *ACM Transactions on Information Systems*, New York, NY, 6(2), 173–183.
- Tan, L. (2008). Design in public sector services: insights into the designs of the time 2007 (Dott 07) public design commission projects. *Changing the Change*.
- Tavares da Silva, M. C. (1967). Reflexão sobre o conceito de problema social—I. *Análise Social*, 5(17), 5-22. Obtido em: <http://www.jstor.org/stable/41007851>
- Thackara, J. (2005). *In the Bubble: Designing in a Complex World*. London, UK: The MIT Press. Obtido em: <http://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- The Typographic Circle (2005). *Ken Garland | Just where do we go from here?* Obtido em: <https://www.typocircle.com/portfolio/ken-garland-just-where-do-we-go-from-here/> Acedido em: 12 jan. 2018.
- Thiollent, M. (2011) *Metodologia da Pesquisa-Ação* (18th ed.). São Paulo, SP: Cortez Editora.
- Tironi, M. (2017). Repensando la política desde el diseño (y el diseño desde la política). *Revista Diseña*, 11, 37-45. Obtido em: <https://www.revistadisena.com/repensando-la-politica-desde-el-diseno-y-el-diseno-desde-la-politica/>
- Trindade, R., & Lauro, R. (n.d.). *Micropolítica - Razão Inadequada*. Obtido em: <https://razaoinadequada.com/fundamentos/micropolitica/> Acedido em: 14 set. 2018.
- Trist, E., & Ontario Quality of Working Life Centre (1981). *The evolution of socio-technical systems: a conceptual framework and an action research program*. Toronto, CA: Ontario Quality of Working Life Centre.

- Valgeirsdottir, D., & Onarheim, B. (2017). Metacognition in Creativity: Process Awareness Used to Facilitate the Creative Process. In B. T. Christensen, L. J. Ball, & K. Halskov (Eds.), *Analysing Design Thinking: Studies of Cross-Cultural Co-Creation* (1st ed., pp. 215–228). London, UK: Taylor & Francis Group.
- Vassão, C. (2010). *Metadesign: Ferramentas, Estratégias e Ética para a Complexidade* (1st ed.). São Paulo, SP: Blucher.
- Vassão, C. A. (2008, April 18). *Arquitetura livre: complexidade, metadesign e ciência nômade*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo). Obtido em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-17032010-140902/>
- Veiga, I., & Almendra, R. (2014). Social Design Principles and Practices. In Y.-K. Lim, K. Niedderer, J. Redström, E. Stolterman, & A. Valtonen (Eds.), *Proceedings of DRS 2014: Design's Big Debates* (pp. 572–283). Umeå, Sweden: Umeå Institute of Design, Umeå University. Obtido em: <http://www.drs2014.org/media/654353/0307-file1.pdf>
- Velho, G. (2013). *Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas – Ensaio* [Edição do Kindle]. Rio de Janeiro, RJ: Expresso Zahar.
- Velho, G. (1994). *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Coleção Antropologia Social (3. ed.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Vezzoli, C., & Manzini, E. (2008). *Design for environmental sustainability*. Milan, IT: Springer.
- Vinsel, L. (2017). *Design Thinking is Kind of Like Syphilis — It's Contagious and Rots Your Brains*. Obtido em: https://medium.com/@sts_news/design-thinking-is-kind-of-like-syphilis-its-contagious-and-rots-your-brains-842edo78af29
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (5th ed.). Porto Alegre, PT: Bookman.

- Young, R. (2010) Developments in service design thinking and practice. In: *Embracing Complexity in Design* (pp. 161-175). New York, NY: Routledge.
- Wacquant, L. (2008). Ghetto, Banlieue, Favela, et caetera: Tools for Rethinking Urban Marginality. In *Urban outcasts: a comparative sociology of advanced marginality* (1st ed., pp. 1–12). Cambridge, UK: Polity.
- Whiteley, N. (1993). *Design for society*. London, UK: Reaktion Books.
- Wild, R. (2011). *Craft and Design in Latin America: Genuine or Artificial Exchange?* Obtido em: <http://rosaliewild.com/rosaliewild-genuineartificialexchange.pdf>
- Woodham, J. M. (2006). *A dictionary of modern design* (1st ed.). New York, NY: Oxford University Press.
- Zastrow, C. (2008). *Trabajo social con grupos* (6. ed). Madrid, ES: Paraninfo Cengage Learning.

ANEXOS

ANEXOS

- 01 - As ideias da primeira fase - LABDES 2016
- 02 - Lista de contatos interessados em participar do LABDES
- 03 - Formulários de avaliação da ação LABDES - 2016
- 04 - As ideias da segunda fase - LABDES 2017
- 05 - Entrevistas - Caso Ateliermob - 2018

LAB DESIGN SOCIAL - DESTERRO

IDEIA 01

Questões: Lixo/valorização do espaço.

O que é? Multirão com alunos do IFMA para coleta de lixo/seleção para reciclagem/conscientização morador/construir jardim.

Onde? Bairro do Desterro

Como? Comunicar moradores + fazer coletas + instalar lixeiras + comprar mudas + construir jardim

Quem? IFMA + Moradores

LAB DESIGN SOCIAL - DESTERRO

IDEIA 02

Questões: Valorização cultural e do espaço.

O que é? Evento Cultura + Arte + Valorização + Conscientização de moradores

Onde? Largo da Igreja, Praça do Pescador

Como? Oficinas + Palestras + Site de divulgação + Multirão de Limpeza

Quem? IFMA + Moradores + Voluntários

LAB DESIGN SOCIAL - DESTERRO

IDEIA 03

Questões: Segurança pública / Cidadania

O que é? Polícia comunitária e cidadã

Onde? Bairro do Desterro

Como? Inteligência policial através de monitoramento de vídeo + treinamento humanitário + proximidade com os moradores

Quem? MP + SESEP + PM + Comunidade

LAB DESIGN SOCIAL - DESTERRO

IDEIA 04

Questões: Valorização cultural/Fomento

O que é? Artistas da terra

Onde? Bairro do Desterro

Como? Capacitação de artistas do bairro + Atividades culturais

Quem? Sec. de Cultura + Cias de Dança + Teatro + Cinema + Fotografia

LAB DESIGN SOCIAL - DESTERRO

IDEIA 05

Questões: Lixo/Lazer/Cultura/Colaboração

O que é? Jardim público colaborativo + Horta comunitária + Jantar comunitário

Onde? Rua Afonso Pena / Museu das Cafuas

Como? Doação de garrafas pet + lixo orgânico para adubo + Ferramentas + Irrigação

Quem? Sec. de Meio Ambiente + Sub-prefeitura + IFMA + Voluntários + Comerciantes + Moradores

LAB DESIGN SOCIAL - DESTERRO

IDEIA 06

Questões: Lixo/Lazer/Colaboração

O que é? Projeto vida coletiva

Onde? Largo da Igreja / Museu das Cafuas/ Área próxima Solar dos Vasconcelos.

Como? Pallets para construir jardineiras + Horta comunitária + Site do projeto

Quem? Moradores + Alunos IFMA + Voluntários + Doadores

LAB DESIGN SOCIAL - DESTERRO

IDEIA 07

Questões: Lixo/Valorização do espaço

O que é? Lixeiras de material reciclado

Onde? Próximo a Escola do Bom menino

Como? Pallets/caixas de madeira para construir
lixeiros + garrafas pet

Quem? Moradores + Alunos IFMA + Voluntários +
Doadores

REDE DE COLABORAÇÃO - LABORATÓRIO DE DESIGN SOCIAL DO DESTERRO

PROJETO OCUPAÇÃO SOCIAL - ÁREA ESQUINA DAS RUAS JACINTO MAIA/28 DE JULHO



CONVENTO DAS MERCÊS

Moisés Matias (projeto “Centro Histórico Sustentável”) - moises_matias@ig.com.br / 988 883 372
Paulo Melo (Diretor) - andrelobao710@gmail.com / 981 457 891

CASA DO BAIRRO

Ivan Madeira - ivan.madeira@bol.com.br / 982 753 010

DESTERRO

Carlos Magno Rocha (bloco Cuekas) - magno_sax@hotmail.com / 988 066 410
Danilo Santos - 3221 8679
Denis Cutrim Lima - denis_desterro@hotmail.com / 981 859 305
Fonseca Maranhão (participante oficina DS) - fonsecamaranhaosi@hotmail.com / 988 801 934
Maria da Graça Ferreira - 988 532 511
Maria de Jesus Costa - aprosma@hotmail.com / 987 547 228
Maria Rita - 988 400 134
Milenna Pinheiro - mariadagracaspinheiro93@gmail.com / 987 304 047
Valkiria Viégas (participante oficina DS) - valviagas@hotmail.com

FUMPH - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Cidvan Santos - cidvansantos.fumph@gmail.com / 988 193 693
Maristela Sena - sena.maristela@gmail.com / 999 740 228

IFMA - CENTRO HISTÓRICO

Carlos Alexandre Amaral Araújo (Diretor do IFMA - CH) - carlosalexandre@ifma.edu.br / 988 151 770
Laécio Fontenele (aluno/ participante oficina DS) - laecio_sf@hotmail.com / 991 377 702
Maud Neiro-Vazquez (professora/participante oficina DS) - maudenv@gmail.com / 983 400 050 / 982 093 001
Robson de Melo (professor) - robsondemelo@ifma.edu.br / 988 315 878
Stefanne Carla (aluna/participante oficina DS) - stefannecarla@hotmail.com / 981 548 588

REDE DE COLABORAÇÃO - LABORATÓRIO DE DESIGN SOCIAL DO DESTERRO

PROJETO OCUPAÇÃO SOCIAL - ÁREA ESQUINA DAS RUAS JACINTO MAIA/28 DE JULHO



IFMA - CENTRO HISTÓRICO

Valquíria Viégas (Instrutora/participante oficina DS) - valviegas@hotmail.com

Wanessa Costa (aluna/participante oficina DS) - wanessa_ellen19@hotmail.com / 983 310 424

IPHAN

Ana Paula Fogaça (arquiteta) - afogaca@gmail.com

Danielle Faccin (Arquiteta) - daniellefaccin@gmail.com

Tayana Figueiredo (Arquiteta) - ntayana@gmail.com

PRODUÇÃO CULTURAL / OCUPAÇÃO ARTÍSTICA

André Lobão (Artes Cênicas / Diretor Cine-Teatro da Cidade) - andrelobao710@gmail.com / 981 457 891

Gleyzer Azevedo (Produção de TV/Portal Cultural TV Assembléia) - capturaproducoes@gmail.com / 981 859 305

Urias de Oliveira (Artes Cênicas / Casa do Sol Cia de Artes) - casadosolciadeartes@gmail.com / 991 868 778

OCUPAÇÃO URBANA / ARTE URBANA (GRAFITE)

Deuza Brabo - deuzabr@yahoo.com.br / 981 152 863

Kadu Vassoler - kadu.vassoler@gmail.com / 11 989 959

Maria Zeferina - zeferina@estudiocuco.com / 3221 3322

UFMA / LABORATÓRIO DE DESIGN SOCIAL DO DESTERRO

Delano Rodrigues (professor/designer) - delanorodrigues@gmail.com / 98 91211314(whatsapp) / +351 911 913 143/
delanorodrigues(skype)

OUTROS COLABORADORES

Everardo Rodrigues Júnior(Advogado/Assessoria Jurídica) - contato@everardojr.com.br / 991 837 529

Maria Gardênia Lima - 61 987 358 263

LAB DESIGN SOCIAL - DESTERRO

RUA DA PALMA VIVA

Questões: Lixo/valorização do espaço.

O que é? Multirão com alunos do IFMA e voluntários para recolha e seleção de lixo para reciclagem/Construção de micro-jardim.

Onde? Rua da Palma - entre Saúde e Jacinto Maia

Como? Comunicar moradores + limpeza do espaço + pintar paredes + stencil + mensagens + micro-jardins + bancos para sentar

Quem? LABDES + IFMA +
Moradores + Voluntários



LAB DESIGN SOCIAL - DESTERRO

ARTE NO DESTERRO

Questões: Valorização cultural do bairro.

O que é? Pocket shows + Evento Cultural + Arte + culinária + circo + teatro + brechó

Onde? Largo da Igreja/ Praça da igreja

Como? Mapear artistas do bairro(música, teatro, culinária, etc) + comunicar moradores + divulgar evento + montar infra

Quem? IFMA + LABDES + Moradores + artistas + voluntários



LAB DESIGN SOCIAL - DESTERRO

DESTERRO SEM REPRESSÃO

Questões: Segurança pública / Cidadania

O que é? Polícia comunitária e cidadã

Onde? Bairro do Desterro

Como? Inteligência policial e vídeo monitoramento eficiente + treinamento humanitário + proximidade com os moradores (Cosme e Damião) + análise dos espaços “permissivos” para delitos.

Quem? MP + SESEP + PM + Comunidade



LAB DESIGN SOCIAL - DESTERRO

ESPAÇO TOTEM

Questões: Mobilizar para implementar ideias

O que é? Criar estrutura lúdica portátil que irá funcionar como elemento identificador das assembleias participativas criativas.

Onde? Bairro do Desterro

Como? Desenvolver estrutura de materiais recicláveis que seja desmontável e permita criar empatia e sinalizar o LABDES para os moradores do Desterro.

Quem? LABDES + moradores + IFMA + voluntários



LAB DESIGN SOCIAL - DESTERRO

HORTAS LÚDICAS

Questões: Hortas/jardins urbanos

O que é? Jardim público colaborativo + Horta comunitária + Jantar comunitário

Onde? Museu das Cafuas/Solar Vasconcelos

Como? Doação de garrafas pet + lixo orgânico para adubo + mudas + Ferramentas + estratégias para irrigação

Quem? LABDES + IFMA + Voluntários + ONGS + Moradores



LAB DESIGN SOCIAL - DESTERRO

FEIRA DE TROCAS

Questões: Economia da cultura/sustentabilidade

O que é? Feira de trocas e doações de objetos usados

Onde? Largo da Igreja

Como? Sinalizar espaços + material de divulgação + Midia (profissionais de assessoria de imprensa, jornais, tv, internet)

Quem? Moradores + LABDES + IFMA + Voluntários + Doadores



LAB DESIGN SOCIAL - DESTERRO

COMUNICAR E ENGAJAR

Questões: Engajamento

O que é? Plataforma de comunicação para conectar pessoas

Onde? Internet e Desterro

Como? Criar um canal para conectar as ideias e pessoas no intuito de implementar as “coisas” que saem das assembleias participativas

Quem? LABDES + IFMA + UFMA + UNDB + UEMA + CEUMA + Voluntários



LAB DESIGN SOCIAL - DESTERRO

PRA TODO MUNDO SABER

Questões: Comunicar ações da Casa do Bairro

O que é? Formas para sinalizar os serviços da Casa do Bairro para toda a comunidade.

Onde? Casa do Bairro e pontos de fluxo de pessoas

Como? Painéis que permitam inserir atividades realizadas na Casa do Bairro

Quem? LABDES + IFMA + Moradore + Voluntários + Doadores



Transcrição entrevista - Sr. José Augusto Silva

Presidente da Associação de Moradores do Vale do Fundão - PRODAC Sul

25/05/2019

JAS - Sou José Augusto Silva, sou presidente da associação de moradores e autorizo que essa gravação sirva para o que interessar mais ao Delano

DR - Senhor José Augusto, gostaria que o senhor começasse falando um pouco sobre o senhor, gostaria de perceber a sua relação com o bairro do Prodac Sul. Então se pudesse me contar um pouco da sua história de vida aqui no bairro, o que o senhor chegou aqui, o que fez durante a sua vida e que o que tem feito agora.

JAS - A minha relação com o bairro, eu sou filho aqui do bairro, portanto nasci aqui ou seja, assim no bairro, aqui ao lado e depois viemos transferidos pra esta urbanização.

DR - Era o antigo bairro Chinês?

JAS - Exatamente, era um bairro onde se acantonavam, faço o termo, as pessoas que vinham à procura do melhor qualidade de vida em Lisboa nos anos 60, por aí, daí para a frente.

DR - Do país inteiro?

JAS - Sim, do país inteiro, mas da minha região, foi a região do norte, portanto Beira Alta, Trás-os-Montes é a grande é o maior número de população que vinha parar aqui na zona Oriental de Lisboa de Lisboa.

Era um bairro degradado, e houve uma fase das nossas vidas aqui em que a câmara municipal de Lisboa decidiu construir habitação, com melhor posição, para as pessoas poderem habitar, pronto constituímos uma cooperativa, tudo organizado pela Câmara Municipal de Lisboa e, por uma entidade que depois constituiu em Cooperativa que era a Prodac, começava a abordar as pessoas com alguma dificuldade, as pessoas aderiram com alguma dificuldade, porque havia muitas dúvidas, se quem vinha era para ficar com o dinheiro que as pessoas davam em troca da cotização e...

E então com essa dúvida, a câmara teve alguma dificuldade, então existia assistentes sociais, pessoas com alguma capacidade de dialogo com a população, que era uma população do mundo rural, e com uma dificuldade de entendimento, e até o que seria uma cooperativa, quer dizer naquela época...

DR - Deixe-me perguntar, o senhor tinha que idade naquela altura?

JAS - Eu tinha 16 anos, 16, 17 anos quando isto começou em 1968.

DR - Então o senhor nasceu no norte e veio pra cá...

JAS - Sim, sim eu nasci em Viseu, e vim com 13 anos para cá. Nessa altura já estava por aqui a volta de 5 a 6 anos, já conhecia razoavelmente a cidade por que trabalhava e, o

meu trabalho era distribuição ao domicílio na cidade, conhecia muita gente, conheci muito lugar e convivia mais com as pessoas, então não estava sujeito a trabalhar dentro de uma empresa onde estava muito limitado, contactaria com uma ou duas pessoas, e dificuldade na relação.

Eu andava na rua, portanto e estava em contacto com os clientes, o que me deu alguma capacidade, alguma aprendizagem.

Quando estas pessoas apareceram aqui no bairro, eu que era o representante da minha casa, a minha mãe era mulher solteira, mãe solteira, e eu fui quem tive a responsabilidade, embora ainda jovem, nem sequer tinha maioridade, mas fui eu quem comecei a aproximar os mais adultos para ver o que é que eles faziam, o que é que eles entendiam do processo...

Porque eu de cooperativas também não sabia nada. Aliás o regime fascista não aceitava que as pessoas constituíssem cooperativa, neste caso aqui foi uma exceção, aceitaram a cooperativa, e agora já não funciona acabou, terminou.

DR - E ela foi constituída em que ano, o senhor se lembra quando? mais ou menos?

JAS - ela foi constituída aproximadamente, foi constituída em 1969, 1970, e terminou em 78, ou seja, faliu em 78.

E o objetivo da cooperativa e câmara, acabaram o primeira fase tiveram que organizar grupos de pessoas que quisessem aderir ao processo de cooperativa, isto é que se fizessem sócios da cooperativa, e pagar se uma cota na altura era 300 escudos, cada um tinha que pagar 300 escudos, fosse uma família numerosa ou não, cada pessoa que se candidatava tinha que pagar 300 escudos.

DR - Cada pessoa?

JAS - Cada pessoa que representava sempre uma família. Ou seja, o cabeça de casal, mas a família podia ter 10 pessoas, não está bem em questão, pagava sempre só um que pagava 300 escudos, não era pouco. Não foi fácil porque nós estávamos a pagar também uma renda aos arrendatários do terreno, que era uma quinta e, a quinta era dos proprietários que já não estavam a viver cá.

Tinham caseiros que abusaram provavelmente da posse da propriedade e, que estavam a receber eles o dinheiro, ora como é que nós íamos para 300 escudos a cooperativa e ter que pagar ainda renda aos arrendatários onde tínhamos a barraca na altura.

Então a câmara municipal entrou em campo, mandou a polícia por isso acompanhou-nos, fomos juntos dos feitores, os que eram, os que diziam os donos, os proprietários dos terrenos e avisou, estas pessoas de associarem a cooperativa, automaticamente deixam de pagar a renda a esse proprietários dos terrenos, e ficam apenas ligadas à cooperativa.

Ora isso que foi uma grande vantagem, pois assim a gente pagávamos de um lado e já não tínhamos que pagar a renda.

DR - E continuaram morando lá?

JAS - Sim, até que o bairro fosse construído, o bairro foi construído em 3 anos, em 70 já tinham formado a volta 30 grupos com 21 pessoas, ou seja 21 cabeça-de-casal, ou seja, cada grupo tinha 21 famílias e, cada para uma dessas 21 famílias estava a ser construída uma casa desse lado. Só que havia 26 grupos, o que dava 240, qualquer coisa habitações.

Depois que foram constituídos os grupos, quando começou haver essa hipótese de termos habitação aqui, começou uma grande correria a cooperativa, porque viram que havia possibilidade de ter uma casa e sair do barracado.

DR - As casas foram construídas entre 70 e 73?

JAS - Começou em 1970 e 1973 estava tudo pronto.

DR Então na altura o senhor trabalhava com essas entregas, e acompanho esse processo. E nesse processo foi feito algum tipo de treinamento para entender o que era cooperativa?

JAS - Sim, faziam-se reuniões, por grupo, ou seja, aqui construíram umas casas em alvenaria, no centro do bairro Chinês, e então chamavam de os centros, centro número 01, 02 e 03. E convidavam cada grupo de 21 pessoas a vir a reuniões para saber todas as informações necessárias, e ao mesmo tempo receber alguma informação de como comportar-se aqui numa cooperativa.

Numa habitação que era muito diferente daquela que tínhamos no bairro Chinês e, as informações que davam é: não pode trazer as galinhas, não pode ter cabras e ovelhas, porque tinha aquele espaço numa quinta, e ali guardava-se coelhos, tanto quando for para ali não vai ter nada disso, era uma espécie de educação geral.

DR - Mas isso não gerou confusão?

JAS - Não, por incrível que pareça, não houve confusão nenhuma com isso, porque as pessoas percebiam porque embora viessem da aldeia, elas sabiam que havia necessidade de haver alguma higiene pronto, até porque vinha à procura melhor condição de vida aqui em Lisboa, eram na altura, na aldeia, já viam o mundo de forma um pouco diferente, tanto que os mais atrasados ficavam aldeia sempre, os mais desenvolvidos, que tinham mais perspectiva de vida diferente, vieram à procura de condição aqui.

Pronto, chegavam aqui e já não era difícil entender que numa casa dessa ter galinhas ou coelhos não era normal, portanto houve alguma informação, mas nada assim muito especial mas se trocava informação que não podiam ter aqui, nem aqui a volta não podiam cultivar.

DR - Hoje são quantas casas aqui? Começou e foi ampliado o número?

JAS - Hoje são 458 aqui neste bairro, quer dizer 458 cabeça de casal na altura, aderiram à Cooperativa.

DR - Isso no intervalo 70 e 73 foram construídas todas as casas?

JAS - Sim, na altura destes 21 grupos que havia, que dava já dava 400, porque 21 de 21 pessoas, dá 440, aqui eram 21 grupos de 21 pessoas. Tinha sempre a cabeça de casal, porque às vezes pode ser então que eram 7 ou mais em uma casa. As casas eram depois distribuída em função do número do agregado familiar. Uma família que tinha só duas

peessoas que uma casa tipo 1, com só um quarto e uma sala. Uma casa para uma família com 4 pessoas, numa casa tipo 2. Se fosse filhos, ou seja masculino e feminino, uma casa tipo 3, um quarto para o pai e a mãe, um para o filho e ou outro da filha, e assim por aí fora, até casa tipo 4.

Era o máximo que tiveram, a casa tipo 4, ou seja 4 quartos. Entretanto alterou o sistema de renda pagamento que era em escudos e que agora eles que se pagam em euros, e a renda não chega a renda a 5 €.

DR - Até hoje estão a pagar renda?

JAS - Alguns já não estão a pagar, o processo que estamos a desenvolver a propriedade que tem a posse de quem habita a casa já fez, com que alguns tivessem as escrituras, a posse da propriedade e hoje já não paga a renda, a casa já era nossa, agora que nós estamos a tratar da posse do terreno, ou seja, já estávamos a viver numa casa que era nossa, num terreno que era da câmara, e agora o que estamos a tratar da posse plena da propriedade.

Os não têm ainda estão a tratar do processo,

DR - E senho sempre viveu no bairro? Se casou? Constituiu família?

JAS - Sim, sim. Era solteiro, pode ficar com uma pequena história aí para si pois pode contar lá na aula. Foi assim eu acompanhei o processo até aos 19 anos quando tinha 20, quase 20 anos, fui para a guerra, fui para a tropa. A partir daí desliguei, deixei a entrega da minha casa, e a minha família, porque na altura as mulheres não podiam ser Cabeça de Casal, não podiam representar a família. Em lado nenhum, Então deixei um homem que respondesse, um familiar meu, para durante o tempo em que eu estive ausente, para ele assumir a palavra em representação da minha mãe, em qualquer reunião, de acordo com a minha mãe, a minha mãe que acompanhava, mas não podia assinar, responsabilizar-se por nada, de maneira que eu fui e 70 para a guerra Colonial, vivendo em barraca ainda, e em 73 já vim ocupar uma casa nova.

Eu fui a guerra e quando recebo uma habitação condigna.

DR - E ainda mesma casa onde senhor vive hoje?

JAS - Não é a mesma casa, essa casa hoje é dos meus familiares, meus irmãos, estão a viver lá eu entretanto, adquirir uma outra propriedade aqui. Mas estou aqui no bairro mesmo.

DR - Então o senhor adquiriu de uma outra pessoa?

JAS - Sim, de uma outra pessoa, isso é outra pessoa, um familiar foi pra aldeia, reformou, e fizemos um acordo e portanto fiquei com a propriedade dele. Hoje tudo legal, tudo direito.

DR - Quando o senhor retornou da guerra veio para trabalhar, trabalhou de que?

JAS - fui empregado de balcão, vendia eletrodomésticos, no comércio. Depois saí de empregado de balcão, aprendi muito atendia muitas pessoas e isso também dá uma certa bagagem, e depois mais tarde o comércio começou a ficar com alguma dificuldade e eu saí para trabalhar com uma grande empresa. A Nacional, fábrica de bolachas,

massas, farinhas uma empresa grande e trabalha lá tem que provar, e trabalhei lá até reformar.

DR - O senhor se reformou em que ano?

JAS - Eu me reformei em 2006, aliás 2006 fui me embora com indemnização, por que houve uma reestruturação da empresa, reduziram muito pessoal, indenizaram as pessoas, eu, a minha seção também fechou e tive que vir embora, depois recebi o seguro desemprego e, logo em seguida fui para a reforma. Tanto desde 2006 que não trabalho.

DR - Então, e como se aproxima dessa questão do associativismo, foi a partir dessa experiência com a cooperativa?

JAS - Foi por obrigação, é assim nós, diziam aqui que o bairro era nosso, ok? Mas nós não tínhamos qualquer documentos, ou planta da habitação.

Só que tínhamos de pagarmos a taxa de habitação a câmara municipal de Lisboa, não tínhamos mais nada em nosso nome.

E de cada vez que íamos a câmara falar sobre a degradação do bairro, ou seja, das habitações, dos arruamentos, da iluminação pública, do espaço público, a Câmara dizia, mas o bairro não é da câmara, a câmara não trata de nada, é vocês é que têm que tratar, o bairro é vosso, e não é assim, não temos nada, qualquer documento que diga que o bairro é nosso.

Então começamos a desenvolver um processo, constituir as várias associações, foram caindo. Acompanhei esses meus amigos nas várias reuniões na câmara, e acompanhei mas como o observador, quer dizer pronto, era uma pessoa que queria resolver o problema, interessara-me.

DR - Mas havia outras associações?

JAS - Antes do nós houve associações, houve vontade sempre de resolver o problema só que nunca conseguiram chegar lá.

E então até que uma vez não havia Associação, e era necessário tratar o problema do bairro, continuar o processo, que já tinha sido iniciado, era apenas um esboço, mas havia início do trabalho no sentido de regularização do Bairro. Perante a câmara e então chegou a minha vez e, com a necessidade, que havia necessidade disso, e constituímos aqui a Associação, e falamos primeiro da responsabilidade que era constituir a Associação, do trabalho mais ou menos, o trabalho que tínhamos que fazer e então partição para fazer esse trabalho, estamos hoje em uma fase adiantada, estamos numa fase de escritura da propriedade já.

DR - E o senhor começou isso, em que ano?

JAS - começamos isto em 2003 e a associação foi fundada no dia 8 de março de 2004.

Em 2003 começamos constituindo comissão, preparação para uma nova associação, para valorizar o bairro, e em 2004, e em 8 de março de 2004 constituímos a associação. E desde aí para cá temos começamos o trabalho. E o que é que foi feito primeiro? Tivemos que fazer, o bairro estava numa zona de ninguém, construíram esse bairro numa zona verde.

Quando nós íamos a Câmara, nos diziam sempre, este bairro está numa situação precária vai ser demolido. E vocês vão ter que aguardar até ir para o outro bairro.

DR - Precária? Não me parece?

JAS - Não precário porque estava numa condição, eram situação irregular, ou melhor, não se trata de um bairro ilegal, pois foi a câmara quem nos deu os terrenos quem financiou, quem colaborou, portanto não há aqui um problema de ilegalidade, há problema de falta de regularização do processo, compraram a quinta e nesta quinta construíram o bairro, mas esta quinta é uma Zona Verde.

Constituíram o que chamam Plano Diretor Municipal, o PDM de Lisboa foi constituído no final dos anos 80, para início em meados de 90, mas esqueceram que havia este bairro dentro da cidade Lisboa, e não incluíram no plano diretor municipal da cidade, logo este bairro estava fora da malha urbana cidade, diziam então, não estava está numa zona verde se vai ter que sair dali.

DR - Que absurdo...

JAS - Parece absurdo mas era isto e falamos com eles do património, e o património de Lisboa diziam sempre tem que aguardar, aguardar, já havia 30 e tal anos quase 40, nós não paramos.

E então chegou uma altura em que junto a Câmara Municipal de Lisboa, com muita pressão, movimentamos muita gente, contactamos todas as forças políticas, explicamos nossas razões e mais tarde então a Câmara Municipal de Lisboa chegou à conclusão de que devia incluir este espaço no plano diretor Municipal, portanto procederam em conformidade com um processo, que é a suspensão do plano diretor Municipal para esta área, para incluir esta área de zona verde na malha urbana da Cidade, hoje somos considerado uma zona urbana. E pronto, levaram, roubaram espaço, um bocado de espaço de zona verde da cidade, mas ela já não era zona verde da cidade, ela já era zona urbana aqui, o bairro foi construído com todas as regras de saneamento.

Portanto, o que estava aqui, não estava nada temporário porque não tinha saneamento, acho até um bairro espetacular, construído na altura com estas condições, está muito bem, o que quer dizer que nos faltava era saber de quem era esse bairro, quem tinha o direito, e nós tínhamos um contrato que dizia que passados 12 ou 24 anos a propriedade passaria através escritura pública para a posse, de quem habitava o fogo.

Isso nunca mais estava a acontecer, está hoje a acontecer através do trabalho que nós fizemos, uma de nossa reuniões tinha 200 pessoas, já não é normal hoje, uma assembleia que o seja, aparecer lá, 200, 300 pessoas.

A associação quando se propõe a eleição, a eleita com 180, 200 votos, 200 pessoas votam na associação, as pessoas vão lá para votar na associação por compreenderem a importância da Associação, para a resolução do problema que tinham em mãos, e pronto. Se é tudo sobre a consciência que as pessoas, do funcionamento, de cumprir algum exercício de cidadania, não sei, e não quero dizer que sejas só por isso.

Mas é assim, as pessoas iam ter lá para lutar pelo o que é deles. As pessoas que vão as assembleias e participam nesta reuniões vão porque sabem que estamos a tratar da sua

propriedade, que é a sua habitação, tanto de qualquer forma acreditam na associação que está a dirigir os trabalhos portanto...

DR - O senhor é o presidente desde 2004?

JAS - Sim, eu queria sair.

DR - E não deixam?

JAS - Não, não é assim. É assim, eu quando vim para aqui ainda não tinha cabelos brancos e hoje estou quase careca e, eu não queria, mas é assim, mas nós somos pessoas de idade, já com idade, portanto temos na volta dos 60 anos e por aí, entre os 60 e 64, alguns com 70 anos, pessoas que temos a noção do que é a responsabilidade de trabalho desses e levamos até final.

Como eu quero desistir, mas o outro pressiona, não vai embora agora, como é que eu não fico? Vamos fazer pressão uns sobre os outros, e vamos continuar aqui.

Isto também tem a ver com alguma capacidade que alguns de nós no grupo da Associação, tem dinamizar o grupo, criar dinâmicas de grupo, de incentivar o trabalho que é necessário, de alertar da necessidade de continuarmos este trabalho, e de até o final.

Dizer que já agora que a gente está a recolher os louros, mais tarde os louros, isto é, um obrigado, não é que ninguém está aqui a ganhar dinheiro, ninguém, estou aqui para minha propriedade também, preciso de ter a minha casa no meu nome, preciso ter uma herança para deixar aos meus filhos, eu não posso deixar de uma propriedade fica aqui ao abandono porque eu fui descuidado, isso tenho consciência, esta consciência advém de muitas coisas, muita gente vai conhecendo de um lado para o outro, quando falamos com muita gente.

E também há uma questão que já agora e depois sabe, o que é importante para aqui, mas aconteceu uma coisa neste país com o 25 de Abril.

Muito importante, haverá quem goste, normal, não sei, a grande maioria das pessoas quando se deu o 25 de abril, tiveram de acordo com o 25 de Abril, era um regime opressor, e durante muito tempo não podemos praticar exercícios de liberdade.

E depois a possibilidade disso é muito importante para nós, hoje as pessoas que têm a minha idade, que viveram um tempo espetacular neste país, onde foi possível propor e discutir coisas, estar de acordo, estar em desacordo, mas continuar a vida e é assim que tem que ser.

Se tivéssemos todos de acordo com tudo, isto se calhar estávamos todos sentados no mesmo sítio, portanto foi muito importante, aprendi muito nesse tempo para cá e fundamental perceber que um só não chega a lado nenhum, portanto e quando eu digo grupo é constituído as pessoas para fazer benfeitorias é esse o objetivo quando falo constituir um grupo, nas reuniões, nas nossa reuniões de associação participa muito, quase todos os moradores e...

E depois fazemos um trabalho no bairro de abordar pessoa a pessoa, quando tem alguma informação explicando o pormenor, o que é necessário fazer quando ela não tem uma explicação das assembleias, as pessoas vão a assembleia, e passado uns dias e já

não sabe lá o que foi dito e nós perguntamos quando encontramos, então nós levamos essa informação, portanto somos filhos do bairro..

.. e o que quero dizer quando somos filhos do bairro é, nós acompanharmos este processo desde crianças, quando eu vim com 13 anos, eu sai da escola um ano ou dois, lá do norte onde não havia nada disto.

Portanto hoje temos noção de responsabilidade, da importância que tem entregar a propriedade, ou seja as pessoas comprem, adquirem propriedade do terreno e ficam com um habitação amanhã, deixando um legado para os nossos filhos.

DR - E nesse processo de 2004 para cá, que tipo de benfeitorias foram feitas aqui?

JAS - Assim, o bairro foi construído com todas as condições, tem um centro de dia, tem uma escola, tem uma creche.

Portanto aqui o bairro, é um bairro com 458 habitações é um bairro com tudo muito juntinho, muito próximo, espaço de jardinagem tem, arruamentos também, os autocarros, transporte, o bairro foi construído com todos os pormenores.

Mais tarde no bairro houveram algumas condições de degradação das casas, como era de ninguém, ninguém reparava nada, e hoje cada um começa a reparar a sua habitação, quem faz obras aqui é quem tem que fazer obras já faziam antes da propriedade ser sua, mas hoje que ouvem as condições de no futuro muito próximo a propriedade ser sua, toda a gente começa, em colaboração com vizinhos, vizinhos do bloco, um dia um repara um telhado, outro repara as canalizações, outro pinta.

É conforme a necessidade da melhoria a realizar, mas o que se está fazendo aqui, o resto tudo funciona muito bem aqui.

DR - Então vamos a aproximação com o Ateliernob, com o Tiago e a equipa dele, como é que isso aconteceu?

JAS - Aconteceu o seguinte. Eu disse que não havia qualquer documento de posse do morador. Ou seja, eu vivia nesta casa, não tinha qualquer documento, eu tinha a taxa, o recibo da taxa que eu pagava a Câmara Municipal de Lisboa, que era a garantia em que eu vivia cá, a habitação não tinha planta.

Nem havia um projeto qualquer que fosse da construção da habitação, como é que isto foi feito, foram perguntar.

Então esperem um projeto, não há nada ou quem viu, quem fez, como é que fez, como é que foi, como é que surgiu, havia uma planta de uma única habitação, e por exemplo e construíram a primeira casa, essa era a planta que cada um vinha visitar para saber a casa se teria no futuro.

Depois construir uma casa tipo 2, as pessoas que tinham direito a uma casa tipo 2, a única planta que tinha era, ir visitar a casa tipo 2 e com os olhos deles viam a casa, mas não tinham qualquer documento, papel nenhum, não havia planta, nada, ninguém tinha. Um do outro ia ver a casa T3, a mesma coisa, quem queria uma casa tipo 3, ia lá mostra-me lá então, não tens documento da casa, então era quase visitar um andar modelo.

Iam ver o modelo de casa que iriam ter, e então chegava lá e viam a casa. Ora quando foi necessário tratar do problema da regularização do Bairro, e vemos que as pessoas que não tinham a planta de tipo de casa que habitavam.

Como ninguém tinha planta nenhuma, ninguém conseguia descrever tanta coisa, o que é que aconteceu, em reuniões com a câmara chegamos à conclusão que afinal era preciso vir fazer aqui algum trabalho no bairro, e tinha a ver com a capacidade da câmara, porque só ela tinha essa capacidade para realizar. Primeiro era preciso fazer o loteamento do bairro, esse metros quadrados de terreno, não sabíamos quantas eram tipo 3, e algumas alterações foram sendo sendo feitas, por abuso, ao longo do tempo, mas também ninguém conseguiu.

Então a câmara em colaboração com Associação decidiu lançar-se a este trabalho pelo loteamento, projeto e planta de cada habitação do Bairro. Nós não tínhamos dinheiro para isso.

Como não tínhamos dinheiro para isso, tínhamos necessidade concorrer aos apoios da câmara, através do RAAML, Regime de atribuição de apoios do município de Lisboa, era essa sigla assim, tanto era a área de apoio que nos candidatamos, quando nos candidatamos a esse processo, e com esse processo, tinha as plantas nas habitações, ou seja fazer 458 plantas das habitações, era muito dinheiro, sei lá, 400.000 € se calhar, parece, então não conseguimos fazer isso.

Então em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, vimos que havia um fundo de apoio para estes trabalhos, então concorremos com um determinado valor a esse apoio.

E então o que é que aconteceu não podemos fazer isso de primeira, logo de uma vez, tivemos que nos candidatar durante 3 anos, porque não podia obter apoio superior a um determinado valor, como era um valor superior a 400.000 €, nós tivemos que nos candidatar por 3 anos, ou seja este processo de feitura das plantas, de projeto, dessas habitações durou 3 anos.

Então foi tudo feito com apoio desta área da câmara.

DR - O projeto aconteceu quando?

JAS - O projeto aconteceu a partir de 2012 até 2015, terminou essa fase. O que é que acontecia a Câmara, cada morador dava uma coparticipação de apenas 50 €, a câmara pagava o resto.

E foi assim, foi através deste processo que nos aproximamos do Atelier...

DR - Então foi a Câmara que apresentou o Atelier.

JAS - Não, a Câmara, nós nos candidatamos a Câmara, depois a Câmara diante disso tem que apresentar um projeto, mas a Câmara não faz projeto, não faziam nada disso, éramos nós que tínhamos que apresentar este projeto, e um projeto que tivesse cabimento, por isso especificamente, o que é que estávamos a fazer, e então não sabemos quem, não tínhamos como chegar lá.

Numa reunião da Câmara Municipal de Lisboa onde os vários intervenientes e candidatos as áreas para tratar disto, nós encontramos o Atelier, encontramos lá alguém numa reunião de Câmara, foi assim...

Num dia, numa reunião para todos que queriam se candidatar a este projeto, para explicar que é que tem que ter, o que é que deve apresentar, como é que tem que fazer, até que data, quem é quem, e que quem é que apresenta, quem é o responsável, questões para suportar a candidatura e nessa reunião, eu não sabia, fui como observador, que eu e os meus amigos aqui da associação, não sabíamos como desenrascarmos, então aguardamos ali por alguém que dissesse alguma coisa, ou alguém que falou e eu percebi que a pessoa era entendida nesta matéria. E então essa pessoa encaminhou para outra pessoa, que depois acabou por levar ao Ateliermob e foi assim, a partir daí, dessa reunião de esclarecimentos, fiquei esclarecido, e também consegui encontrar alguém que me ajudasse a fazer o projeto de candidatura.

Foi uma coisa espetacular porque, porque a nossa relação com o Ateliermob a partir daí ficou muito, muito próxima, portanto foi o Ateliermob que esteve conosco durante todo o processo, até hoje, aqui no bairro.

Ainda temos essa relação, claro, quando há alguma coisa aqui para fazer, que é da competência do arquitetura, ou até dar algumas outras informações que nos possam ajudar a candidaturas à projetos, há sempre alguém que dá uma ajuda e nós recorremos, tudo a custo zero por parte da associação, portanto a associação não paga qualquer custo ao Atelier...

DR - Então o Atelier sempre busca uma forma de financiar o projeto.

JAS - Mas depois o projeto é financiado por aqui, pronto, a associação tem aquela coparticipação, mas isso é tudo negociado sempre, e comunicado à câmara, todo o processo, nunca ninguém pagou aqui mais que 50 €, só pagaram 50 € morador para ter este processo.

À câmara paga-se a taxa de habitação normal, o máximo 4,90 € por mês, de resto pagam as cotas a Associação, os moradores pagam as suas cotas, são 12 € por ano, paga 1 € por mês cada morador, para ter este trabalho feito, e os rendimentos destes pagamentos de cotas, está em balancete, temos o técnico oficial de contas, portanto toda a contabilidade organizada, toda a documentação organizada, só pagamos ou recebemos contra-faturas.

Portanto tudo em conformidade com o que o técnico oficial de contas nos apresenta. Portanto somos uma associação legal, não há aqui qualquer coisa que seja, porque tudo o que fizermos tem que ter uma fatura, e normalmente tudo o que pagamos e em cheque, tem rasto portanto, dá-me sempre uma cópia ao oficial de contas, e damos a fatura relativa a despesa desse cheque sempre.

Portanto, de restos, recebimentos não temos, temos as cotas, que tem uma outra contabilidade que apresentamos, mas que não contam para finanças.

Portanto as cotas são um fundo para a realizações da Associação com os seus moradores. Por exemplo, se associação quiser fazer, vou ser um pouco caricato, a Associação quer meter um Santo António aqui no jardim.

Faz-se uma reunião, diz aos moradores, podem ter lá o que preferem o São Pedro, e os moradores vão decidir através do processo de auscultação, qual é o santo ali. Custa 300 € pronto, a associação realiza aquele trabalho constrói prepara fica ali, custou 300 €. mas que tiver a realizar a obra passa sua fatura dessa despesa, ou seja, depois vai para a

contabilidade, mas esse contabilidade relacionada com a utilização, não tem efeito nas finanças, mas temos que dar conta de que temos os valores, que são da receitas de cotas.

No fundo nós damos, toda a informação para as finanças, tanto do dinheiro no banco, todos os depósitos que temos são manifestados às finanças, e as finanças pois vão ver que x de euros que a associação tem, correspondem a cotização, não entram para o pagamento de alguma coisa às finanças.

DR - Perfeito então ouve esse processo de início de regularização das casas, através dessas plantas que foram desenvolvidas pelo Ateliernob, portanto é uma questão que influencia o coletivo entretanto tem aí uma decisão que é de carácter individual também, porque é de cada família, e todos concordaram na época? Teve alguém que não quis fazer?

JAS - Menos cinco, só cinco não aceitaram. Um por embirração, quatro por incompreensão, não entendem e vivem sós, então depois quando morrer isto fica para a Câmara, não quero saber e tal, não querem tratar, são pessoas solitárias, portanto não tem família, não tem herdeiro, pelo menos herdeiros diretos, para um familiar, meu sobrinho, um primo, qualquer coisa por aí, então não quero entrar, não vou ter que ir, eu também agora já tenho 70 anos, não quero, não vou querer propriedade, fica assim quando eu morrer fica para a Câmara Municipal de Lisboa, ou quem quiser que trate, eu não vou tratar.

Portanto, pagam a sua renda, para as suas coisas, portanto eu acho mal, mas não se consegue fazer entender o processo e a importância que tem ficar com a habitação em nome da pessoa, e até podia ser um familiar, olha tenho uma coisinha ali depois quando eu morrer deixo-te a propriedade para ti, assim não, fica para a Câmara de Lisboa ou fica para que a associação tenha mais um trabalho para decidir a quem é que aquilo vai ser atribuído, por exemplo uma pessoa do bairro que esteja com dificuldade aí, provavelmente nós da Associação e a Câmara Municipal Lisboa chegaremos à conclusão de quem é a pessoa que tenha condições ou a necessidade de ir ocupar um espaço daqueles, mas com a condição de essa pessoa vai ter que realizar o processo, que outra senhora devia ter realizado antes, a senhora ou o companheiro, porque ela vai ter que depois fazer a planta, apresentar a propriedade adquirida propriedade, ficar com propriedade, portanto depois resolver tudo isso aí.

DR - Quero perceber então, isso era uma decisão individual, e como que isso evoluiu para a questão mais coletiva do Anfiteatro, como é que o processo se deu e saiu dessa questão de ter feito o desenvolvimento das Plantas das casas, para pensar, vamos fazer algo para o bairro.

JAS - Isto é tudo simples, não é mesmo tudo na vida não é muito difícil, pensar um bocado as coisas, vão uma coisa vai chegando à outra, quer dizer nós vamos ter que avançar.

Então o que aconteceu foi o seguinte, nós achávamos que o bairro tinha necessidade de ter um espaço onde as pessoas se reunissem publicamente não tínhamos aqui nada, nós tínhamos apenas um salão da coletividade que é pequeno, leva 200, 300 pessoas ali

muito juntinhas, que é uma coletividade, tanto para a prática de desporto que abre para várias atividades culturais também.

DR - Como é que se chama lá?

JAS - Coletividade Oriental, não é o Clube Oriental de Lisboa, esse é um clube de divisões superiores, diferente deste que é clube de bairro.

E então o que é que aconteceu, porque não tínhamos espaço, houve a possibilidade de concorrermos a um apoio da Câmara Municipal de Lisboa, para melhoramento do espaço público.

DR - Mas foi uma coisa que partiu dos moradores? Da associação?

JAS - Foi da associação, é assim há a possibilidade de nos candidatar-mos na Câmara Municipal de Lisboa para melhoramento do espaço público, por exemplo, bom então Associação quer candidatar-se alguma coisa? foi assim que surgiu a ideia?

DR - Mas foi o mesmo programa? O RAAML?

JAS - Não, então agora é BIP-ZIP,

DR - Conheço esse, não conhecia o outro, bairro de intervenção prioritária, zona de intervenção de intervenção prioritária.

JAS - E então pronto, a Associação não está a fazer nada, não estamos aqui, temos aqui alguma condição, o bairro está aqui a pedir que se faça alguns melhoramentos, vamos ver da possibilidade de construir um Anfiteatro e umas escadas da ligação da zona sul do bairro a zona norte do bairro, porquê mas também essas escadas que fazem ligação com a parte de baixo com a lá de cima, a atravessar o Jardim, já que muitas pessoas faziam o carroiro público por meio do jardim em cima.

JAS - Falamos aqui com o Atelier, vieram aqui visitar, ver a condição para ver se havia condição, e então apresentamos uma candidatura, com colaboração, com a ajuda preciosa do Ateliernob para construir aqui o Anfiteatro e uma escada de ligação da cota sul a cota norte do Bairro.

E pronto, foi o que ficou.

DR - Depois o senhor pode me mostrar?

JAS - Sim, vamos ver, podemos ir ver. Temos que ver temos feito ali alguns encontros, reuniões, a Câmara quando vem encontramo-nos ali, naquele espaço, pomos ali uma aparelhagem de som, e é lá naquele espaço que realizamos o Magusto, que nos concentramos.

Quando vem alguém, arquitetos, paisagistas que visitam o bairro, estrangeiros que vem para cá portanto, que vem que vem visitar o bairro, explicamos algumas coisas aqui e normalmente fazemos algo naquele local.

Visitamos o bairro e depois paramos ali para fazer uma espécie de resumo das coisas que foram vistas, e da história do bairro, pois esta é uma história muito bonita, muito bonita, muito importante também, porque não é fácil nos dias de hoje, que uma

associação de moradores ser capaz de levar um processo desses até a constituição e, ou seja, até a posse da propriedade pelo morador.

Não é fácil, e nós com a colaboração câmara, com a colaboração do Ateliermob, com o nosso esforço, com o recorrer de alguns familiares que eu tenho que estão na área da advocacia e na área do direito, fomos sempre informando, e tivemos que recorrer muito ao exterior, então pronto, um trabalho importantíssimo, trabalho de pormenor, mas que conseguimos dentro da lei, quanto sentimos dificuldade, perguntamos, pedimos ajuda, pedimos informação nunca partimos para nada a aventura, não é isso até gostamos de algumas aventuras, mas ponderadas sempre com cuidado, para não estragar o que é das pessoas, e o que está feito, não prejudicar.

Mas ali ainda acerca do anfiteatro criaram-se algumas condições especiais, primeiro a câmara também tem isso como não um fim, mas também com algum objetivo, que é proporcionar alguma condição de trabalho a pessoas que têm emprego precário.

A constituição deste Anfiteatro aqui, andamos aqui 3 meses, 2 meses e qualquer coisa, 10 pessoas aqui do bairro que estavam no desemprego foram chamadas para trabalhar aqui e tiveram, todos ganhavam o mesmo valor e fizeram este trabalho.

Este trabalho foi feito pelos moradores do bairro, ganhando uma parte do apoio que a câmara atribuía para a construção para aquisição de materiais necessários, e uma parte para contribuir para pagar aos moradores que estavam neste trabalho.

E agora corremos a pessoas que tinham estavam desemprego de longa duração e outros que não tinham qualquer emprego, e qualquer receita, estavam já estava fora, já não tinha o subsidio de desemprego.

E essas pessoas que trabalharam aqui, dois meses, dois meses e meio, e tiveram um rendimento. E estiveram aqui a volta de umas 12 pessoas, tiveram o rendimento, tiveram alguma vantagem para as suas casas, para dar de comer aos seus filhos, para dar alguma coisa, se calhar para pagar o telefone, água, luz, não faço ideia, mas também se calhar para comer.

DR - Todos os moradores que trabalharam moram no bairro?

JAS - todos os moradores neste bairro, fizemos questão de ser assim, porque era importante que fosse, e outra coisa que temos a falar que é, como é que se vão constituindo, como é que isto vai avançando, como é que vai haver no grupo, pessoas que se interessam por esses trabalhos, essa foi uma grande dinâmica aqui, vou dar só como exemplo, quiseram roubar cimento daqui. Nós deixávamos o cimento aqui na rua e deixava os materiais, e alguma vez um desses moradores que estava em um grupo queria vir aqui assaltar, e esse morador disse, ali vocês não vão, nós estamos a trabalhar e aquilo é do bairro, vocês ali não levam nada, nem que lá vai, ou seja, o maior pilantra, pode ser o maior defensor da coisa pública, que também lhe interessa.

Naquela situação complicada que eu não admiro de forma alguma, não gosto disso, acho que as pessoas deviam ter uma forma de vida razoável na sociedade, sem prejudicar ninguém.

Mas no meio dessa gente toda que anda perdida, ainda vai haver alguns que não são para deitar fora, quer dizer, este foi um deles, um grupo de queria vir roubar ali os

materiais, ele disse não, ali vocês não vão, porque aquilo ali é do bairro, eu trabalho lá e não e não no fundo da constituição tem muito a ver com isso também, nem todas as pessoas compreendem isto assim.

Eu percebo isto assim. E porque também percebo porque é que alguns vão ter na marginalidade, é claro ninguém lhes disse para ir para lá, eles deviam ter juízo, mas enfim, acontece tanta coisa no percurso de vida que se calhar alguns, vão ser mesmo empurrados para lá.

Mas aqui constitui-se essa dinâmica, e construímos, e hoje já agora, se alguém do Ateliernob vier cá visitar o bairro, pode visitar o bairro à vontade, podes chegar à porta de cada um, e pedir um copo de água ou um sanduíche que era conhecido e de certeza que não vai ser negado.

Mais se vier aqui alguém e perguntar onde é que é a Associação de Moradores, haverá de ter sempre um morador que vai dizer onde é, que quer falar com alguém da Associação de Moradores, haverá sempre alguém que está ali, que irá falar.

DR - Quando eu cheguei aqui uma senhora falou, precisas de alguma coisa? Queria falar com senhor José Augusto, e ela respondeu, ele não está aqui, está ali.

JAS - Isto tem a ver com a nossa vida aqui, nós somos desde pequeninos, aqui eu conheço toda a gente desde pequenino, desde muito jovem eu vivo com esta gente toda, é a minha família.

DR - É como se fosse uma pequena cidade dentro de Lisboa.

JAS - Isto é uma aldeia dentro da cidade, isto está aqui é uma aldeia dentro da cidade de Lisboa, funciona como uma aldeia, você quer deixar suas chaves, você sai deixa as chaves com o vizinho, vem o homem da Luz, vem o homem da água, veio o correio, seja o que for. Alguém que vem aqui o aflito precisa de qualquer coisa, não tem o telefone vai pedir a vizinha, liga pra fulano, é assim que se faz aqui. Toda a gente aqui se conhece, toda a gente que entra neste bairro, não é de cá, se tiver alguém na janela, sabe que essa pessoa é forasteiro, não é do Bairro.

Aqui tudo é muito familiar, muito próximo aqui ninguém tem problema, os meus filhos, que agora você já sabe, são homens feitos, pronto os filhos deles, os meus netos.

Quando os meus filhos tinham a idade dos meus netos, qualquer pessoa que passava com o carro que era aqui do bairro e os via, dizia, entrar aí no carro para ir para casa.

Isso me dá um gosto tremendo.

DR - E nesse processo para chegar o resultado do Anfiteatro foram necessário muitos encontros?

JAS - Sim, foram muitos, primeiro na câmara com o processo de candidatura. Esse foi importantíssimo. Depois informação de quem se candidata, quem representa, quem vai ficar responsável, enfim apresentar todos os dados da Associação necessário ao processo, se a Associação está legalizada perante a Segurança Social e as finanças e tudo o mais deste processo.

Isto o processo para apresentar na Câmara, depois a constituição do projeto, quer dizer ou seja passar para o papel estas ideias, foi preciso ir muitas vezes ao Ateliernob. Sei lá quatro ou cinco vezes digo, eu mas depois nessas quatro ou cinco vezes foi para preparar especificamente depois foi preciso ir lá algumas vezes, olhe faltava estes problemas, isto aqui, veja lá se pode passar por cá para tratar, e então era para assinar mais um documento daqui para enviar para a câmara.

Olhe agora uma reunião na câmara é grande e para toda a cidade, depois concluído o projeto e era apresentar, aguardamos a candidatura, quando tínhamos o projeto foi discutido em Assembleia.

Foi dito em Assembleia, que íamos receber XY de euros, com o objetivo de construirmos um anfiteatro e umas escadas de ligação do bairro, pronto as pessoas foram à reunião e falamos nós, falou o representante da Câmara, representante do Bip Zip, neste caso, e falaram também os arquitectos para esclarecer o que nós não sabíamos explicar.

Então tem que ser dito as pessoas como é que ia ser construído, que condição, que segurança. E mostraram uma maquete não sei o que, mais este já com o esboço do que seria o futuro Anfiteatro e a escadaria que estava ali, quer dizer foi o processo com o desenho apresentado, foi fixado para ver o que é que estávamos a falar.

E de tudo o que ia se dizendo ali, o que é que iria resultar.

DR - Mas o processo de constituição do projeto, que tenho trabalhado diretamente, foi o senhor e mais alguém daqui da associação?

JAS - Foi a associação, com o conhecimento dos moradores, fomos dando conhecimento o que é que estávamos a planear.

Quando chegamos a parte mais avançada de candidatura mesmo, foi aquela assembleia que fizemos, que os moradores dissessem que não queriam ficava sem efeito o projeto, não ia para a frente, não queremos o anfiteatro, nós queremos um chafariz por exemplo,

Mas também só entrava no projeto uma ideia que tivesse sentido para o para o bip-zip, não podíamos apresentar uma candidatura, não vamos construir ali um lago, não isso não faz parte, então o vosso projeto não é aprovado, pronto, e para o ano preparem outro.

Mas foi aprovado pela maioria das pessoas, então era dinheiro que vinha a fundo perdido praticamente, não os moradores não iam ter prejuízo nenhum, eu vou fazer um espaço para poder reunirem-se, encontrarem-se ali, era isso.

DR - E dentro dessa experiência que o senhor teve com ateliernob, se o senhor fosse dizer o que o senhor entende por projeto, o que o senhor diria? A ideia de projetar por exemplo.

JAS - Primeiro tem que ver o que é que pretende para ali, o que é possível projetar pra ali, o que temos em vista na altura, mas nós depois corremos sempre pra quem tem esse entendimento também, tenho ideias, o que é que queres fazer e neste caso, há sempre algo a acontecer na câmara que despertam curiosidade para as oportunidades de construir, de realizar, e depois vai encontrar sempre muita gente quer dizer aquilo ali numa reunião de Câmara, é um mundo, aparecem ali todas as pessoas entendidas nas

mais diversas matérias, que a gente pode fazer perguntas, e se a gente pergunta e não está ninguém.

Alguém sempre encaminha para algum lado, para ver como pode sair, e como pode melhorar a ideia que tenho, reconstruir, como fazer alguma coisa, portanto isso normalmente nós fizemos, foi quase sempre, quase sempre com o Ateliernob, porque são pessoas espetaculares e, acho que são pessoas que têm uma perspectiva de trabalho muito diferente daquilo que se vê, é muito lá, para já pessoas muito abertas muito abertas, muito práticas, quando dizemos alguma coisa, dizemos logo, passamos por aí, ou se é rápido pode passar por cá, quer dizer temos uma relação muito próxima, uma relação de trabalho que acaba agora também por ser uma relação de amizade, entre as pessoas.

Nós não temos aqui nada para dar para ninguém, nós aqui temos é aquilo, alguma coisa que a nossa humanidade, tem que tratar as pessoas bem, porque elas merecem que sejam tratadas bem, pra já são pessoas que nos visitam, todos gostamos que venham cá, venham e que no futuro possam conversar, é porque não sentiram que não perderam nada aqui, pois não ganham nada aqui, pois se não nos tiram nada, já não é mal.

DR - E esse processo do anfiteatro começou quando? O senhor se lembra o ano?

JAS - 2013, 2014. Porque assim nós nos candidatamos em 2013, e o projeto só avança...

Candidatamos em 2013 e os valores só vem em 2014, ou seja, a candidatura é apresentada até 30 de junho ou qualquer coisa aí. Então estamos nas férias, só se sabe o resultado da candidatura se é aprovado ou não lá para outubro.

Depois toda a burocracia, entretanto até ao natal por ai assim, vão dizer olha a partir de tal data vais receber uma tranche, uma primeira tranche.

É muito importante dizer é que os valores que não são atribuídos só são atribuídos por tranches em função da obra a realizar, ou seja, uma primeira tranche será de 25% e depois vem alguém da Câmara responsável por esta área de trabalho visitar a obra, para saber se a obra corresponde aos 25% do valor que foi atribuído e, depois de fazer essa visita, vai para a Câmara faz o relatório, e diz se pode seguir a segunda tranche. Depois...

Quer dizer também isto não há espaço tempo, não para, não para, nós estamos sempre bem, eles vem visitar e vê-se.

A obra correspondente a 25% da tranche, então podemos avançar, quando voltar cá outra vez, sim está 80% do total da obra outra vez correspondente a segunda tranche.

E vão visitando sempre assim até ao final, antes de virem a última tranche só é entregue a Associação neste caso, se a obra estiver realizada, o que também pressupõe que se Associação tiver alguma despesa, tenha alguma capacidade para suportar até a última tranche, ou seja, suponhamos que a última seja de 50000 €, não, não é. 10.000 € se calhar, 10000 €. Se Associação tiver que gastar 5000 €, ou se puder dizer aos fornecedores, nós se puder a partir de tal data pagamos.

Nós já jogamos com os dois, já nos conhecem e sabem que nós garantimos o custo da despesa e, então nós vamos adiantando, então dizemos para aguardar até, logo que o

dinheiro venha da Câmara, nós pagamos a entidade que nos forneceu os materiais, ou aos trabalhadores que trabalharam e que ainda não receberam. Portanto..

DR - Quem paga os trabalhadores é a associação?

JAS - A associação paga os trabalhadores, exatamente.

A tranche vem na totalidade para associação, a associação paga as despesas do que tem, dos materiais, tudo contra faturas, sempre com faturas e aos trabalhadores pagam também, e assim assinam uma pequena declaração. Ahh... é claro, a Câmara também quer saber quantos trabalhadores estiveram, qual a condição deles de empregado, desempregado, condição deles, se são pessoas com alguma condição, de vida, financeira ou se são pessoas que tem trabalho, são pessoas que eram presidiárias, se são pessoas que eram delinquentes, se são pessoas que se metem na droga, pessoas que vivem aí de alguma forma enfim uma situação delicada, a Câmara quer saber dessas pessoas todas e, a Câmara interessasse que nós tenhamos em atenção essas pessoas, os que reunirem as condições para poderem trabalhar conosco, a Câmara faz questão que nós tenhamos em atenção essas pessoas...

Se serve, serve, também não vamos trazer pessoas aqui as costas, se serve, pode trabalhar, mas vou lhe dar um exemplo, fica aí gravado não sei...

DR - O senhor quer que eu para a gravação agora?

JAS - Não, não, mas é assim eu vou dizer, a minha companheira passava aqui no bairro a caminho do trabalho dela passa aqui, aqui nesta rua por aí acima e houve duas pessoas que interpelaram, e perguntar: nós somos muito amigos do seu marido, ele é uma excelente, mas só, estamos um bocado desacreditadas porque ele dá trabalho a drogados e ladrões.

Ficou um bocado, um bocado à rasca para responder, eles acham que meu marido dá trabalho a drogados e ela disse, isto é problema complicado, quer dizer, também não teve um entendimento muito grande a questão e foi apanhada de surpresa, à minha casa estou a casa à noite e falou comigo, estou um bocado chateada porque disseram-me isso lá em cima na rua, as vizinhas disseram assim, que tu que trazes aí drogados e presidiários, e ladrões aí, e dá trabalho e tal, eu disse olha que vamos fazer assim, as pessoas que façam essa pergunta, tu dizes, olhe se são ladrões e então dá-lhe a trabalhar a sua casa está segura.

Se são drogados também, enquanto andam por aí à procura de droga, estão ocupados, estão a trabalhar, ganham o dinheiro, não dão outras despesas e, não andam aí a assaltar ninguém, é isso que vais dizer.

Bem e esta a forma como e a quem te faz essa pergunta na rua, foi isso que eu disse.

Sim, andam lá, um é presidiário, foi esse tal que disse, vocês hoje não mexem nada porque ali...

E os outros já não davam ouvidos porque estavam aí a fumaça, distraída, pois claro, embarcará, e então foi assim que expliquei, duas coisas, primeiro estão ocupadas, você está seguro.

E depois tiram ali uma receita para não terem que recorrer a pilhagem e do dia-a-dia na rua, portanto no fundo se calhar era uma forma boa de ocupar as pessoas, estas que estão dispostas a trabalhar desde que faça o trabalho, eu não me importo tanto.

Foi um pouco que aconteceu com estas pessoas, mas também porque a Câmara também nos foi dando algumas informações nesse sentido, portanto pessoas com dificuldade, não diz obviamente, vocês chamem os delinquentes e façam um grupo deles e tal, não não é isso, integrar também pessoas, no fundo reintegrar pessoas na condição de trabalho, um meio que garganta alguma sustentabilidade.

Não é preciso ser técnico para perceber isto, não é preciso estudo especial para isso.

DR - Sim, sei não evidente que não é preciso.

Mais uma pergunta para finalizar

Em relação a esse processo todo, entre o desenvolvimento do projeto, apresentação para o BIP-ZIP, a construção, durou quanto tempo se lembra?

A construção acabou quando?

JAS - foi até julho antes de sair férias, perdão foi até 15 de setembro de 2014, sim.

Eu vou lhe vou ser muito prático neste caso, assim, nós prepararmos o projeto, para entregar até maio, até junho, do ano 13.

Soubemos o resultado do projeto em outubro, o resultado isto é, foi tido em conta, vai agora para o júri que vai decidir se tem condições de ser aprovado ou não.

Em dezembro recebemos a informação que o projeto foi aprovado e foi atribuída a verba X muito próxima daquilo que a gente propunha.

Em fevereiro recebemos a informação que vai ser desbloqueado uma verba uma tranche relativa ao projeto tal, no valor tal, para começarem as obras.

Em maio, abril no princípio de abril, meados, começamos as obras.

Em maio, junho e julho, obras, depois férias.

Mês de agosto foi férias e depois ali no dia 15 setembro foi a apresentação daqui da obra da conclusão do projeto.

Não foi esses meses todos a trabalhar, depois fomos de férias em julho, mês de agosto foi férias até o dia 15 setembro, foi apresentado ali a conclusão do projeto.

DR - Percebi, e o futuro? Em relação com, com o Ateliermob, existe algum alinhamento?

JAS - Existe, nós tentamos sempre o Ateliermob propor conosco, nas candidaturas que nós apresentamos a Câmara Municipal de Lisboa.

Quando falo aqui, parece que a nossa relação é só com a Câmara Municipal de Lisboa, é mesmo.

Nossa relação aqui é com a Câmara de Lisboa porque nós somos uma associação que tem como primeiro objetivo, a regularização do bairro, não tem como objetivo fazer mais seja aquilo que for.

Mas no meio desse tempo todo, nós podemos fazer muitas outras coisas que não sendo o primeiro objetivo, são também importantes, que se façam, portanto colaboraram com muita coisa que seja necessária para o bairro. E candidatamos sempre a projetos que a Câmara Municipal de Lisboa ponha a concurso, portanto o BIP-ZIP, nós candidatamos BIP-ZIP no ano passado, não foi tida em conta a nossa proposta.

Era para requalificar os muros exteriores do bairro, ou seja, estão degradados, falta pintura, dá um aspecto de relaxo, desmazelo, e nós queríamos rebocar e pintar os muros, exteriores ao bairro.

Porque, é uma segunda candidatura, porque na primeira candidatura nós recuperamos toda a escadaria e corrimãos, e muros interiores do bairro, que estavam muito degradados e, também conseguimos com um projeto, com uma candidatura ao BIP-ZIP portanto este ano não apresentamos candidatura, mas estamos ligados a uma outra questão, que é a trienal de Lisboa.

Que é um trabalho de arquitetura, relacionado com arquitetura e que pretendem mostrar sempre algumas questões e trabalhos que tem alguma importância para nessa área e então e, então contactaram-nos, o que tem no bairro, também souberam alguma coisa que foi aqui realizando, e estamos a colaborar com eles, no sentido de eles virem aqui visitar o bairro, e nós explicarmos o que é que foi feito, o que é que pretendemos ainda fazer, o que é que ainda falta fazer, portanto é porque este ano BIP-ZIP, que é um projeto da câmara que ajuda a algumas obras de recuperação, melhoramento dos bairros, este não é propriamente um bairro, nem uma zona degradada, felizmente...

Mas está integrado a estas malhas urbanas, onde há algumas questões a merecer tratamento e, aqui há algumas delas que não, não é por isso que vai considerar-se que é um bairro degradado, embora haja algumas questões aqui, que mereçam tratamento.

Por exemplo, os espaços interiores, no meio das casas, entre habitações, começava que o bairro teria que ter (inaudível) mas uma rua passa pelo meio do bairro, depois por detrás são onde passa-se, estaciona-se, são áreas pedonais praticamente, e estão bastante degradadas, o piso, falta alcatrão, o piso degradado.

Queríamos também candidatar-mos essa questão, mas essa questão não entra no plano, no BIP-ZIP é uma área tem que ser tratada em direito pela Câmara Municipal Lisboa e com a área que superintende aqui os arruamentos, e aí pronto.

Estamos a tratar disso, diretamente com Câmara e, a ver se estas questões se resolvem também, se é possível realizar um melhoramento que é necessário aqui, são só algumas coisas que temos que temos em mãos, também há uma questão que estamos aqui a tratar, e apresentamos um projeto a Câmara e a Junta de Freguesia, que é o reordenamento do trânsito.

Estacionamentos, alguns parques que existem aqui que estão degradados e recuperados podem dar um bom parque para estacionar, tudo devidamente ordenado, portanto foi apresentado também a junta o ano passado, e estamos à espera que a Junta seja capaz de reunir alguma condição para vir aqui fazer esse trabalho, também fizemos este

trabalho de ordenamento do trânsito, não é propriamente um estacionamento, com a colaboração do Ateliermob.

DR - Ok, o senhor me esclareceu bastante coisa.

JAS - Sim, há muitas coisas que aqui foram um bocado repetidas, mas assim, não sou assim um catedrático nestas coisas, que dizer, este é o nosso trabalho aqui, o trabalho do bairro, trabalho das pessoas aqui que se interessam pelo seu espaço, se nós não fizermos este trabalho, ninguém vai fazer por nós, temos que ser nós a fazer.

Porque é que sou eu, pois é sempre assim, porque é que apareceu aquela pessoa ali, pois porque se interessou e agora está lá agarrado, não é para lá agarrada, está agarrada mas não está presa, mas não vai desistir de fazer o que é importante fazer aqui, porque é importante para ela também, é importante para mim, é importante para nós.

E depois é um prazer também recebermos aqui pessoas, pronto, que vem perguntar então, mas como é que fizeram isso, e que é isto que aconteceu? Como é que isto foi? Portanto se no fundo se estas informações, se este trabalho, se estas pessoas que estão aqui, se contribuíram para que em outro sítio qualquer, se possa criar um embrião para fazer alguma coisa de útil também é muito importante, é muito bom para nós.

DR - Sim, é isto que estamos em busca, muito obrigado.

JAS - Nada, estamos as ordens.

Transcrição entrevista - Sr. Miguel Sousa Ferreira

Presidente da Associação de Moradores do PRODAC Norte

24/05/2019

DR - Sr. Miguel, primeiro gostaria que o sr. Se identificasse e me desse autorização para utilizar as informações dessa entrevista na minha investigação de doutoramento na Faculdade de Arquitetura.

MSF - Eu chamo-me ele Miguel Sousa Ferreira moro na Rua Bento Mântua, 14 e autorizo essa gravação para o seu doutorado.

DR - vamos começar, primeiro gostaria comesse a falar um pouco sobre o senhor, uma breve história pessoal, de como o Sr. chegou aqui ao bairro, o seu trabalho, há quanto tempo vive no bairro, fale um pouco sobre sua vida.

MSF - A relação com Prodac, eu nasci no bairro chinês era o de havia as barracas que que era onde moradores que estão aqui no bairro viviam.

DR - Quando foi isso?

MSF - foi em 1970, eu nasci em 1970 mas já havia barracas em 1960 qualquer coisa

Depois criaram esse grupo de autoconstrução que era uma espécie de empresa para mediante os moradores que viviam naquelas barracas terem uma casas em condições mais dignas de viver. Juntamente com a câmara, a autoconstrução dirigiu-se a Câmara pediu-lhes o terreno, estas áreas todas era tudo quintas.

E pediu-se o terreno para fazer a construção das casas para os seus associados. Pagava-se uma quota mensal e eles prontos depois disso começaram a fazer, pediram empréstimo e começaram a fazer a construção das habitações.

Chegado algum tempo depois de construirem, porem as placas, os telhados, os acabamentos foram feitos pelas próprias pessoas que as casas eram adquiridas.

A Prodac chamou os moradores do bairro chinês mais ou menos vizinhança para ficarem perto uns próximos dos outros, para continuarem a vivência que tinham no pé das barracas.

E o que é que acontece, quando as pessoas para juntaram-se, quiseram ficar mais perto mais das outras, e mediante do que eles achavam que tinham que acabar as suas habitações, havia material de primeira, segunda, e terceira, e cada um escolhia o que queria e pagava mediante, do que escolhia e foi assim que eles terminaram as suas habitações para depois poder ir viver para junto delas.

Eu vivo no bairro desde o início desde 1972, quando foi entregue aos moradores, vivo aqui já há 44, 45 anos e nós mediante esta situação as pessoas que pronto, que foram tentando, no contrato tinham com a prodac era o fim de 12 anos, as habitações eram deles, mediante que a Prodac faliu e para a câmara junto com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para que os associados não ficassem sem as suas habitações

financiaram e tomaram conta do resto do faltava para poder cumprir as habitações e mediante isso que se foi prosseguindo tudo este envolvimento do bairro.

DR - Então aos moradores que vivem aqui, eles vivem já há 45 anos?

MSF - Já há 45 anos, porque pronto quase todos eles são todos pessoas que vieram das barracas que, um ou outra que não seja porque depois houve alguém que cedeu a habitação, mas do resto quase todos, 95% ou 97% são ainda moradores das antigas barracas

DR - E o senhor atualmente faz o que? além de ser presidente da associação, o senhor está envolvido com o que?

MSF - Eu trabalho com o ramo de mudanças, estive agora 4 anos até a fazer serviço de vogal na Junta Freguesia Marvila, terminou o mandato aí já era Presidente da associação, porque eu quando comecei aqui a vir a Associação...

Havia outros presidentes, tendo em conta que um dos presidentes faleceu, consegui pois ficaram a tomar conta outro presidente, houve eleições e a gente depois conseguimos, e fiquei como presidente desde 2008 e foi daí que digo sempre aproximando cada vez mais da Associação e dentro dos métodos que é que tinha que ser resolvido as situações, tenho de ir sempre juntamente a câmara com essas situações para podermos cada vez mais concluir o processo final da legalização com o bairro.

DR - Então me fale mais um pouco como o senhor se envolveu com a Associação, quando se deu? De que forma aconteceu? Como iniciou o interesse do senhor de lidar com as questões coletivas do bairro?

MSF - eu muito ou nada vinha aqui a Associação, a minha mãe fazia parte da direção da Associação com mais outros moradores já com a uma certa idade, e depois foram me convidando para vir cá beber um café, conviver aqui um bocado, eu fui me aproximando...

E dado essa altura que houve o falecimento do presidente, aí eles acharam que, aqui pronto, queriam que eu fosse eu que que assumisse a presidência. E eu disse-lhe que era um bocado complicado porque era a primeira vez que estava a me envolver nestas situações em que pronto, fizemos eleições, e fiquei com presidente desde 2008, e foi desde daí que comecei a me envolver cada vez mais, porque também tinha comigo pessoas que eram interessados em resolver situações do bairro.

DR - Então desde 2008 o senhor está como presidente? Como funciona a escolha?

MSF - Desde 2008, comecei como auxiliar e aí pronto, como acontece a situação do senhor falecer, foi preciso entrar mais membros para Associações, e fazer uma comissão enquanto até houver as eleições, e depois era para ser, na altura outro que era pra ser o presidente e ele diz que não, pronto fica para eu, ser eu o presidente e ele ficou como vice-presidente e foi daí que nos envolvemos cada vez mais, foi essa situação que seria melhor maneira para podermos resolver mediante da câmara as situações do Bairro.

DR - Mas o que é que levou o senhor assim a aceitar esse convite, foi esse envolvimento emocional anterior da sua mãe com a associação?

MSF - não foi o envolvimento, e prontos foi um convite para estar aqui e depois acho que mediante das pessoas que estavam cá, antes de eu fazer parte da associação, acharam que eu devia de ter da mesma e convidaram-me. Eu aceitei, como era para ficar no lugar, até mais mais de vogal, mas eles depois acharam mediante de minha capacidade de e do meu envolvimento, que podia ser uma mais-valia para associação ficar como presidente.

DR - Ok, agora falando especificamente da relação da Associação com o Ateliermob, com o Tiago Saraiva gostaria de perceber melhor como se deu a aproximação quem procurou quem, quando foi isso? O senhor lembra desses detalhes?

MSF - O nosso envolvimento com o Ateliermob, foi o seguinte nós da Associação junto a Câmara Municipal de Lisboa, exigimos que a câmara deveria ter as plantas do edificado e a câmara não tinha as plantas. Como o agora o atual primeiro-ministro, anteriormente o doutor António Costa como presidente da Câmara Municipal de Lisboa e a vereadora Ana Sara Brito concluímos que teria que se fazer as plantas do edificado que não existiam na Câmara para se poder fazer a legalização do Bairro.

Mediante esse envolvimento, tendo em conta que a Câmara começou por lançar o programa Bip Zip foi a única maneira, que a gente podia fazer as plantas, porque uma planta de arquitetura é um valor elevado, e as pessoas com vulnerabilidades não tinham esses valores.

Mediante a câmara criaram esse programa BIP-ZIP, concorremos porque temos ter um parceiro para já de uma entidade de arquitetura para fazer os desenhos e a gente na altura para entrar contactamos uma equipa de advogados.

DR - Antes de falar com o Tiago?

MSF - antes falamos com uma equipa de advogados por causa de vermos qual é a situação para a gente podia fazer isso ou não. Mas antes nós também falamos com a ordem dos arquitectos que eram para ver se disponibilizavam arquitetos para fazerem as plantas, mas como a ordem dos arquitectos não podia entrar no programa BIP-ZIP. recomendamos-nos o ateliermob...

DR - Então foi a ordem dos arquitectos que os colocou em contacto como Ateliermob?

MSF - Foi a ordem dos arquitectos e agora atual vereadora Paula Marques que conheci na ordem dos arquitetos que era o Tiago Mota Saraiva que tinha o Ateliermob que também já havia de fazer alguns trabalhos para a Câmara e eles nos recomendaram. E a gente contactámos o Tiago Mota Saraiva e tivemos com eles pronto, explicamos o que era, e eles vieram o local verificar e vimos com eles o que é que é preciso fazer... e fizemos o programa BIP-ZIP para podermos avançar para a legalização das plantas e foi aí que a gente, tivemos o intercâmbio entre o Tiago Mota Saraiva, com o Ateliermob, com a Associação para podermos termos algum benefício com os desenhos que eles tinham que fazer sobre as plantas das habitações.

DR - e Esse foi um processo demorado? complicado?

MSF - Sim, fizemos o processo do programa e conseguimos que fosse aprovado, depois de aprovado, contactamos o Ateliermob, nosso parceiro foi comunicado que tínhamos ganho o projeto, e avançamos com ele para para fazer, pronto convocamos os moradores

quem queria fazer o valor da planta da casa era valores mais reduzidos e comunicamos aos moradores eles comparecessem na Associação e foram se escrevendo e fomos fazendo mediante aquilo que é possível, fomos fazendo as plantas das habitações para depois esse processo ser entregue na câmara para eles começarem a verificar as habitações e as plantas para a sua legalização.

DR - E para escrever o projeto BIP-ZIP houve alguma algum tipo de assessoria e alguém ajudou escrever um projeto?

MSF - Houve, pronto, foi o Ateliermob que melhor que ninguém ele como é que sabe como é que se faz as plantas, e isso tudo foi assessoria deles que fizeram todo o projeto entre nós, o que se deve fazer, a sustentabilidade, essas coisas tudo, o que é preciso do projeto foram eles que nos auxiliaram em tudo.

DR - Então quem escreveu o projeto para a câmara foi o ateliermob?

MSF - Sim, foram eles que viram se escrever, a entregar, e juntamente conosco a gente dizia o que o que é que tinha que colocar e pronto, foi isso que foram eles que nos ajudaram.

DR - Então foram eles que a auxiliaram com essa parte técnica para participar do processo do BIP-ZIP...

MSF - Sim, parte técnica..

DR - Então foi uma relação onde se der certo todo mundo ganhava, se não desse certo...

MSF - Sim, ficava sem efeito, se tentaria outra vez.

DR - Ok e nesse processo todo que foi chamado a participar? Quem participava das reuniões? As primeiras era só o senhor e o ateliermob como é que funcionava?

MSF - Aqui a gente tínhamos, éramos nós a direção, presidente, vice, secretária e juntamente com o Tiago Mota Saraiva vemos o que é que é necessário para podermos concluir a candidatura o programa.

DR - Então a o restante dos moradores entraram depois que o projeto foi aprovado?

MSF - Sim, restante dos moradores foram depois envolvidos em assembleia para explicarmos que tínhamos ganho o projeto, depois o projeto e depois pronto eles participaram, pra quem quiser se inscrever para fazer a planta da sua habitação para depois mais tarde quando quiseres fazer a legalização já ter a planta, que era uma coisa que não existia

DR - E o senhor tinha ideias de quantos encontros foram? Aproximado.

MSF - Tivemos 4, 5 reuniões que a gente tivemos com o Ateliermob para concluir o processo no programa BIP-ZIP

DR - e depois de aprovado?

MSF - Reunimos em uma assembleia de moradores e explicamos a situação, o que se podia fazer, quem estava interessado e que não estava e foi desde aí que tivemos uma assembleia e depois foi o contacto das pessoas se dirigirem a Associação para preencher documentação para para fazer

DR - E esse foi um projeto que apesar de ter sido decidido por todos os moradores que compõem a associação ele tinha um caráter individual porque deveria interferir individualmente em cada casa né?

MSF - isso.

DR - Mas é eu pergunto para o senhor em relação ao outro projeto, que teve o projeto do aqui do Anfiteatro, porque o meu interesse na investigação é justamente nas questões coletivas. Por mais que aqui no caso das plantas, a decisão fosse coletiva, o impacto muitas vezes era mais individual, na vida individual das famílias, de cada família tanto que eu soube que algumas pessoas escolheram não participar ou pagaram por fora né?

MSF - Sim, sim,

DR - Então em relação a essa continuidade, essa possibilidade de fazer um segundo projeto que é o caso, não sei se há outros, o senhor pode me falar se há outro, então direcionado para questões que impactaram a todos como comunidade, como é que se deu o processo..

MSF - o processo se deu, o primeiro processo, o primeiro pedido por causa das plantas tendo em conta como não havia. Já depois fizemos no ano a seguir fizemos outro projeto compreendendo o programa BIP-ZIP que aí já foi para requalificar área pública do bairro com escadas, colocar corrimões em zonas de perigo, colocarmos redes onde uma criança poderia cair, qualificar passeio, qualificar muros que aí já envolveu todo o bairro.

Depois desse projeto quando trabalharam moradores, pessoas novas que fizeram, foram eles que qualificaram as escadas, que pintaram, que limpavam, que qualificaram o bairro do que se arranjou.

Depois desse é que concorremos o BIP-ZIP do anfiteatro que fizemos na mesma coisa deste do bairro, marcamos uma assembleia que tínhamos, ia haver o bip Zip, e o que é que os moradores acharam que devia se fazer no bairro os moradores disseram que era qualificar as escadas, colocar os Corrimões em zona de perigo, pintar os Muros porque...

DR - Então essa demanda surgiu de uma assembleia?

MSF - de uma assembleia-geral de sócios moradores, para ver o que é que eles davam sugestão pra fazer, sugeriram parque de estacionamento, mas tendo em conta que o bairro tem zonas limitadas, era mais forte que a gente foi e depois debatemos em concorrer com aquilo que a gente achava que era mais visível e que pudesse dar resultado na sua conclusão.

DR - Então logo após esse processo das plantas, isso surgiu como? Como se deu a continuação do trabalho? ou nesse processo de desenho plantas, ao caminhar pelo bairro o próprio Atelier identificou as demandas e repassou para a associação, como surgiu a ideia? Ou foi na própria assembleia que a coisa aconteceu?

MSF - O que surgiu foi a gente por cada ano tinha que criar um projeto, e a gente mediante depois das plantas, vamos verificar juntamente com o Ateliermob, até mesmo

quando vou fazer as plantas que havia Se calhar aqui uns melhoramentos do espaço público que se podia fazer.

E o que falamos depois com os moradores, e o que falamos com os moradores era o que eles assim achavam de a gente colocar um projeto para requalificar o bairro, sendo que a câmara, como não vinha requalificar nada do espaço público, nós o que acharam em concordância com os que estavam presentes que deveria de qualificar o bairro. Dar uma melhoria, dar uma pintura, dar mais visibilidade ao bairro, que é uma coisa que estava muito de degradada depois de muitos anos.

Foi nessas conversas que a gente depois a seguir concorremos todos os anos, como todos os anos há um BIP-ZIP, todos os anos concoríamos a um projeto novo, mas quando estava a terminar um a gente tentava logo irmos procurando o que é que podemos concorrer para o ano a seguir.

DR - Mas, isso era definido sempre na assembleia?

MSF - Sim, sim a gente vinha, mas depois a gente que a gente vai fazer para qualificar o bairro, a seguir vamos fazer, vamos tentar arranjar, quando sugeriu a parte do Anfiteatro, O ateliermob sugeriu se calhar fizesse um Anfiteatro, para quê?

Porque como a gente tem que aqui a Associação, e a sede é limitada, é pequena, não temos espaço, onde a gente amanhã, às vezes tem conviver com todos os moradores, com os que apareçam, pensamos aqui que o espaço é um bocado restrito, e o que ele sugeriu foi fazer um Anfiteatro junto aquela parede, e vamos fazer o projeto, vamos concorrer, pode ser que a gente não consiga ganhar...

Porque é uma zona que a gente ficava com a parte de cima que temos do anfiteatro, como mediante esplanada depois dessa situação, quando precisássemos de fazer alguma coisa, fazer alguma algum evento ou qualquer coisa, já tínhamos um espaço para fazer o evento que nós não temos, se calhar tinha que fazer um evento, tinha que pedi um salão de festas a Junta de Freguesia de Marvila

DR - E esse foi o terceiro?

MSF - Foi o terceiro projeto...

DR - Então foram seguidos?

MSF- Tem sido seguidos. Então a gente pronto achamos que deveria esse passo, concorremos, fizemos. Está em fase de acabamento, mas acabamento mas mas foi assim que sugeriu. Como o espaço era reduzido, e quando havia os aniversários, vinha as pessoas, vinha cá os dirigentes da câmara, vinha o Ateliermob, vinha gente da Junta, o espaço era reduzido para a gente ter aqui muita população, e foi que sugeriu tendo em conta que o espaço tava aqui um bocado abandonado, liquidamos e tentamos naquele espaço criar o Anfiteatro para fazer isso.

DR - Perfeito...

MSF - Temos uma zona de lazer mais confortável, com mais espaço, para podermos também ter mais moradores aqui para conviver no seu dia-a-dia.

DR - e isso foi definido sempre assembleias...

MSF - sempre em assembleias

DR - e depois o Atelier, desenhava sugestões e trazia de novo, e foram vários encontros?

MSF - Foram vários encontros, tivemos o primeiro encontro trouxeram logo um esboço do que era mais ou menos. Depois eu mando uma demonstração as pessoas foram ver e acharam muito bonito e sim senhor vamos fazer, e pronto, e foi assim que a gente conseguiu e tem feito os projetos aqui no bairro, para requalificar o bairro.

DR - E a demanda anterior da requalificação dos passadiços enfim, ela se deu porque as pessoas numa assembleia disseram, olha vamos fazer isso primeiro?

MSF - Sim, temos que requalificar primeiro o bairro, temos que fazer sempre um projeto de cada vez, não temos de estar a pensar um outro que o valor é limitado, e por isso para ora bem se a gente consegue fazer isto com este valor. E vamos ver o que é que se calhar nós fazemos, se ganhamos, fazemos, se não ganhamos tentamos um ano a seguir. E tem sido assim ganhamos num ano, ganhamos num outro, e temos sempre beneficiados com alguns projetos que temos concorrido para qualificar o bairro.

DR - Percebi, e dentro desse processo o seu compreendeu se, o senhor fosse me dizer assim, me dá um conceito, descrever do que seria um projeto. O que é um projeto para o senhor?

MSF - Um projeto para mim, no meu entender é o seguinte, um conjunto de pessoas que se juntam para ver o que é que faz falta no bairro, para poderes depois tentar verificar para dar mais vida, melhoria, mais acontecimento ao bairro, dar melhores vidas, melhores acessos para quê, para o futuro não haja, tantos problemas, que tinha, como havia antigamente aqui no bairro.

DR - E nesse processo de relação com ateliermob quando se estava pensando nas ideias vocês puderam participar do processo, dizer queremos desse jeito, queremos assim e tal...

MSF - Sim, sim...

DR - Então foi um processo em conjunto, participado?

MSF - Sim, sim, participado, eles sugeriram, eles deram uma sugestão de arquitetura, eles desenharam e a gente depois pode se calhar daquele lado fica assim, fica melhor assim, assim ele faziam, mas depois vinham cá e era mediante que entra em consonância connosco e com os moradores para ver se achavam ficava melhor assim, a maneira melhor mas ele sempre com concordâncias em tudo.

DR - Perfeito, e senhor acredita que, é porque existe uma história do Prodac de participação, se fala muito da forma como o bairro foi construído, existe um histórico anterior, e o senhor acha que isso influenciou nesse processo? Ou Já foi uma nova história, uma outra geração, ou a história anterior influenciou.

MSF - Sim, influenciou porque, como diz já vem, um projeto participado já vem de trás, foi feito naqueles anos aquilo que as pessoas achavam que era melhor, e depois daí para a frente, mediante um dia entre as pessoas foram vendo, verificando e foram melhorando as coisas para quê os dias de hoje seja melhor habitação, melhor espaço público, melhor com tudo.

DR - E o senhor achou que esse processo, foi complicado entre os moradores, a gente sabe que trabalhar com muita gente em qualquer lugar sempre há divergências, discordâncias, enfim, mas para aproximar as pessoas, para colocar as pessoas dentro do processo, foi complicado chamar as pessoas participar?

MSF - Não, não foi complicado chamar, nem participar, é como dizes e é verdade, não podemos, não se pode agradar a todos, nem todos concordam com o mesmo, mas desde que a maioria concorde e aprove que seja aquilo, é aquilo que a gente pretende fazer.

A gente claro, mas por nós, ora bem, por nós ficamos todos os moradores e todos os associados, aqueles que estão presentes, e são perante os presentes, votam, concordam ou não concordam, mas se pela maioria tem concordado, tem-se feito as coisas e tem sido concordado.

DR - Existe um hábito de se fazer assembleias? é recorrente? Ou só quando surge uma questão?

MSF - É assim, pronto, as assembleias que a gente faz, são assembleias anuais, quando é a apresentação do relatório de contas, e quando é as eleições, mas quando há esses projetos nós fazemos assembleias extraordinárias, que chamamos os moradores, o que é que eles acham, o que é que se deve fazer, mediante que há um programa que nos pode vir a favorecer em algumas coisas e alguma melhoria do Bairro.

E a gente concorda, sempre chamamos eles também para participarem.

DR - E como é que se dá a sobrevivência da Associação? assim, é que deve haver algum tipo de custo, mesmo que pequeno, isso é dividido entre todos?

MSF - A sobrevivência da Associação, antigamente era dividido por o apoio que Junta dava, por alguns Associados que participavam, e nós tendo em conta que é natural, pois para conseguir fazer face as despesas, já que será usado água, luz, telefone, nós criamos este espaço que abrimos espaço comum mini-bar para os Associados, para que possamos também angariar algum dinheiro, para suportar essas despesas, e algumas despesas que é preciso fazer no bairro, mas é mediante este pequeno bar que nós conseguimos que a Associação sobreviva.

DR - Então esse bar que dá a sustentabilidade financeira da Associação, e é que existem pessoas que trabalham? recebem? trabalham de forma voluntária? Como é que se dá isso?

MSF - Temos pessoas que trabalham de forma voluntária, porque agora tendo em conta que a maior parte das pessoas que fazem parte da associação trabalham, tem o seu próprio emprego, para a gente poder que os moradores possam vir beber café à hora de almoço, e à noite ou mais um bocado à tarde, temos que ter aqui uma pessoa, e essa pessoa quem sabe remunerada para poder estar aqui...

DR - Essa pessoa não existe então?

MSF - Não, não, ela está, só que tem o horário que abre ao meio-dia e meia e fecha as 15, depois abre às 20:00 e fecha às 22:00, porque é mais ou menos o horário.

DR - E é um morador daqui?

MSF - Sim, é um morador do Bairro. Porque todas essa gente são pessoas daqui. Aqui já são pessoas com alguma idade avançada, e elas retraem-se em casa, e para ver se a gente consegue tirar de casa para ir lá muito retidos, criamos e temos isto para que eles possam vir aqui beber um café, conversar um bocadinho com os outros, jogarem às cartas, dominó, estão entretidos um bocado, até depois então pronto, vão pra casa, para o mercado, pois as pessoas mais um bocadinho que sai dos seus empregos, vem beber um café, ficam aqui um bocadinho na associação.

DR - Como é que chama aqui?

MSF - Bar da Associação Moradores Prodac Norte.

DR - Nesses processos do BIP/ZIP, quando aconteceu o primeiro, o senhor lembra do ano?

MSF - 2012, primeiro 2012-2013

DR - é o seguintes?

MSF - depois o segundo foi 2013-2014, 2015-2016.

DR - Então foram três vezes?

MSF - é isso, três projetos.

DR - 2012-2013 - regularização das plantas, 2013-2014 - requalificação do espaço público e 2015-2016 - Anfiteatro, é isso?

MSF - Sim, sim..

DR - E é que ficou dessa relação? O senhor sempre está em contacto com o ateliermob, existe encontros marcados? Como é que se dá a relação? O que ficou

MSF - Ficou um relacionamento bom, só que a gente agora nem temos contactado muito, não temos concluído nenhum projeto, temos um pendente que este do Anfiteatro, que está por terminar, e pronto estamos à espera que a câmara nos dê a resposta da conclusão daquele bocado que está ali, para podermos continuar. Mas a relação tem sido de concordância, temos uma relação boa, quando queremos alguma coisa contactamos com eles, quando eles precisam de alguma coisa nos contactam, e a relação com o Ateliermob é considerável.

DR - E já existe alguma coisa, já se pensa em um outro projeto?

MSF - Sim, já pensamos um projeto, mas o projeto que a gente está a pensar, será um bocado complicado para realizar com o BIP-ZIP, porque tendo em conta que o Tiago nos sugeriu, tem que ter fundos maiores, e é um bocado complicado por ser feito.

DR - E o que seria?

MSF - Seria Programa energético para o bairro.

DR - Energia solar? sustentável?

MSF - Tentar fazer o isolamento térmico para as habitações.

DR - Ahh, ok, percebi, conforto térmico.

MSF - E o Tiago que sempre ainda ai com os projetos. Com esse projeto ele é que vai sugerir o que ele acha, que a gente tem que fazer. Vamos lá concorrer, pode ser que se ganhe.

DR - Mas as primeiras ideias surgiram da comunidade por exemplo, o processo das plantas.

MSF - Foi entre Associação e a Câmara. A câmara não tinha as plantas e tinham que fazer e a única maneira de fazer foi nesta situação.

DR - Ai já a requalificação foi uma coisa entre Associação e o Ateliermob.

MSF- Sim.

DR - E assim tem sido agora o restante dos projetos...

MSF - Sim, entre a Associação e o Ateliermob

DR - E então isso acabou dando uma autonomia para essa relação, aquilo que foi iniciado pela câmara, hoje vocês já levam as coisas para.

MSF - Sim, sim.

DR - Interessante. Bem, era isso muito obrigado, o senhor é bem objetivo, a coisa funciona bem né. Se depois se surgir alguma coisa, uma dúvida posso ligar para senhor?

MSF - Sim, sim, se não atender é porque estou no trabalho ou qualquer coisa. Não tem problema é só telefonar ou qualquer coisa obrigado.

Transcrição entrevista

Tiago Mota Saraiva - Ateliermob

07/02/18

TMS - É possível gravar pelo computador?

DR - Mas é capaz de ter aquela coisa de identificação da voz. Sei pelo pelo Google Talk é possível gravar, fazer uma conferência, é possível gravar automaticamente para o Youtube, mas eu nunca nunca fiz. As pessoas que tenho entrevistado não tem computador

TMS - Enfim.

DR - Vamos começar aqui. Me diz somente, me dá só uma noção de tempo, aqui são 11:40.

TMS - Sim deixa-me ver, meio-dia, meio-dia e dez está bem, certo? Ok? vamos ter cá o almoço e as pessoas daqui também vem almoçar para aqui na sala.

DR - Minha investigação trata da questão da sustentabilidade dos design participativo, então na minha experiência em Lisboa com a Cova da Moura e lá em São Luís do Maranhão. Eu tentei instituir laboratórios de projeto com jovens desses bairros

TMS - Sustentabilidade no tempo?

DR - No tempo e no...

TMS - no seu financiamento.

DR - SIM. Então é aquelas questões que eu te coloquei no e-mail. Desde a questão relacionada com a própria sobrevivência desses jovens que querem entrar no mercado de trabalho e que muitas vezes terão um trabalho precário. E iniciar um processo sem que haja uma espécie de bolsa para mantê-los ali focados no processo, é bem complicado.

Eu particularmente não conheço casos que tenham se sustentado assim, só pela tua vontade de causar uma mudança na região onde se vive. Até porque muitos desses jovens também esperam muitas vezes sair dali, daquela realidade.

Não sei se já ouviu falar sobre presentismo. Um autor, historiador, me veio agora. Historiador chamado, François Zartog. Ele tem analisado o comportamento dos jovens depois da queda do muro de Berlim e essa questão da relação com o fazer. E ele fala do regime de historicidade e do presentismo.

A verdade eu descobri recentemente devido a uma inquietação minha, sobre a necessidade desses grupos que eu tive contato, uma urgência do fazer, sem planejar,

fazer algo a gente precisa fazer esse presente, inventar. E aí acaba caindo na perspectiva de fazer algo que é...

TMS - fazer por fazer...

DR - Sim, algo que às vezes não atinge a questão de facto daquele local e.

Ele fala sobre essa questão do regime de historicidade, do presentismo. Eu posso te passar esse coisa, se for do interesse. Eu vi que algumas pessoas no Brasil estão usando esse autor para justificar as ocupações efêmeras, e o impacto dessas ações. Não só criticar por ser efêmero e se tentar entender o comportamento e vê o que pode ser potencializado nisso né. É porque acho que tanto eu quanto você, a gente conversou, nós temos uma visão muito mais ligada a questão de classe, da vulnerabilidade. É uma questão predominante...

O que eu notei nesses bairros, o que eles querem, há muita expectativa. Trabalhando, dando workshops básicos de design. Para que eles pudessem entender como funciona o design. Porque também eu faço uma crítica do Design Thinking. Da proliferação dos tool kits que não são assimilados por essas pessoas. Dessas coisas ligadas a mudança social, *social change*, não sei se tu já viu pela internet, vários kits.

TMS - Sim, sim, *Urban Action*.

DR - exatamente esses que dizem que são utilizados e, que eu vejo que eles não tem interesse pelo menos com esses jovens que eu trabalhei. Para os alunos de design, meus alunos acham o máximo usar naquele momento da aplicação, acham ótimo, mas depois é assim, até para eles usarem com quem ele estão projetando, isso não tem tanto apelo concreto.

E não sei se eu te comentei isso que eu estava usando alguns *canvas*, gráficos, queria que eles os preenchessem, e aí um jovem falou para mim, que aquilo parecia uma prova de matemática, então disse pra ele fazer de uma forma mais fácil, aí ele foi para o quadro desenhou de forma livre mesmo, sem compromisso...

Então venho analisando essas questões do design participativo, de como criar estruturas sociotécnicas para que os grupos consigam articular demandas com o poder público. Que eu vejo que é uma coisa que você faz, que o Atelier faz, a intenção não é torná-los arquitetos e designers, mas é ter um conhecimento mínimo daquele processo para que eles futuramente venham a discutir o projeto, e não só isso, saber buscar um profissional no futuro, como já deve ter acontecido no seu trabalho qualquer coisa e depois a própria comunidade conseguiu identificar uma outra demanda...

TMS - Sim, sim, sim.

DR - Dentro dessa perspectiva, voltando a questão do caso, se existir um caso onde foi feito esse processo, e depois a comunidade voltou a te procurar, seria um caso muito

interessante para mim, porque isso já mostra que ficou a algo dentro da estrutura sociotécnica entendeu? E isso é um preâmbulo do que do que eu pretendo investigar.

Então a gente começa hoje, queria te pedir que falasse um pouco da história do Atelier como ele iniciou, e se existem esses casos né, que foram iniciados pelo Atelier enfim, e depois a comunidade voltou a procurá-los, então basicamente é falar um pouco sobre o início, um breve histórico. A formação da equipa que vocês trabalham e o que é esse valor que vocês evidenciam tanto que é criar, projetar com os outros 99%.

TMS - Como é que está a explicar, nós começamos aqui o caminho em 2005 ,embora já trabalhássemos antes em conjunto. Os quatro, quatro pessoas que formaram o Atelier, mas depois houve duas que saíram, trabalhavam noutro lugar e ao se passar 2 anos saíram, já que tinham um contrato, com uma vida mais organizada portanto fiquei eu e a Andreia.

E nós nos focamos no início nos concursamentos públicos como aqui era normal, no fundo as pessoas que não tinham pais ricos ou grandes contactos do mundo privado, iam para concursos públicos nos ateliês jovens. E com um pouco de concursos públicos nós começamos por ter trabalho, ganhamos alguns, tínhamos bons resultados e isto foi até 2008, digamos, onde começa a decrescer muito o nível de concursos públicos, ainda mantemos contratos públicos em execução mas depois muita coisa foi acabando, vai até 2010.

DR - Eram só vocês dois a trabalhar?

TMS - Em 2008, não, éramos mais ou menos 4, havia outros dois que trabalham conosco, depois a partir de 2010.

2010 é um ano muito mal porque nós não temos, estamos com pouco trabalho, muito pouco trabalho, em que também comecei a considerar a possibilidade de migrar, de deixar o país, mas também começamos a desenvolver esta ideia de que há imenso trabalho de arquitetura a ser feito, não está é dinheiro disponível para pagar, quando começamos a transformar a coisa de que antigamente tínhamos concursos públicos para, vamos fazer candidaturas de financiamentos.

A primeira ideia era mesmo criar uma espécie de gabinete técnico de apoio à população. Havia, estamos a começar o processo, nem era tanto dos despejos, naquele momento eram muito pessoas que entregavam as casas aos bancos, que tinham de um dia para outro, mudar para casas mais pequenas, famílias grandes que precisavam ir para casas mais pequenas e isso tinha necessidade de arquitetura e nós podíamos fazer um gabinete que desse apoio.

E propusemos isso à Câmara e, a Câmara diz espera, espera, nós temos aqui uma associação de moradores provavelmente que necessita de apoio técnico e cruzamos isso, e apresentam-nos com a Associação de Moradores da Prodac Norte e Prodac Sul eram duas diferentes.

O Bairro da Prodac são bairros feitos nos anos 70 ainda antes da revolução, e para pessoas que vinham, são bairros autoconstruídos. Embora seja autoconstrução. Com pré-fabricação, uma autoconstrução com o desenho base, autoconstrução assistida.

Embora durante o tempo do fascismo fosse uma coisa, ou seja, o nome do lugar para onde o bairro do Prodac Sul está, é no Vale Fundão.

Vale do Fundão que é mesmo para não ser visto, que eles viviam em bairros de barracas que era o Bairro do Chinês, eram colocados ali, os bairros de barracas estavam a fazer uma cinta em torno da cidade de Lisboa, portanto era um problema ao desenvolvimento imobiliário.

O Estado Novo queria limpar esses bairros de barracas para permitir a expansão da cidade, e nessa medida eles são enquadrados nesta operação.

No bairro da Prodac Norte é a primeira fase constroem-se 88 casas, são casas unifamiliares pois no bairro da Prodac Sul já são edifícios com 4 fogos também autoconstruídos e já são 453.

Ora isto foi nos anos 70 depois vem a revolução. Vieram os primeiros *masterplan*, os primeiros planos diretores de Lisboa, em que aquela zona aparece, era identificada como área verde e a relação que eles tinham com os técnicos da Câmara, os arquitetos da câmara, que diziam que aquilo era para demolir.

Você tem uma relação muito litigante e inicialmente, e basicamente nós entramos a prestar assessoria técnica para a regularização do bairro.

Como o bairro tem condições, as casas tem boas condições de habitabilidade, portanto as casas são modestas em termos de área, de pé direito, mas tem boas condições de habitabilidade. E esse processo que ainda hoje decorre, de regularização agora por exemplo, nós primeiro começamos pelo bairro da PRODAC Norte.

Em que depois nós fazemos de acordo com um plano que a Câmara tinha feito antes mas os arquitetos da Câmara tinham decidido que todas as casas deviam adaptar-se, um terço das casas tinha que ter demolições, e nós dizemos que isso era impensável.

O que... o que conseguimos fazer o fundo não só o plano de regularização, que ainda está em curso porque demora algum tempo, depois tivemos que fazer uma retificação ao plano que a Câmara havia feito, foram vários processos de luta ao longo deste tempo.

Mas começamos com um Bip/Zip, começamos com a 50.000 €, seja com as pessoas a pagarem pelo processo de regularização, cada pessoa pagava só 50 €.

Foi em 2012, o que implicava nós visitarmos todas as casas fazer uma equipa de fazer, equipas de 3 arquitetos para fazer o levantamento das casas, fazer o desenho das casas.

Construir o processo já era uma coisa assim cheios de termos de responsabilidade. Cheios de imensa coisa burocrática que tinha de entregar para construir o processo e, pronto, e a coisa foi sendo e, muito isto foi também sendo muito negociado com a Câmara, pois a Câmara nunca tinha tido um processo desse, semelhante a esse, muitas coisas muitas, por exemplo.

Todos os arquitetos da Câmara, quando íamos avançando, diziam que isso, era impossível outros diziam que o projeto é que era, que as outras pessoas tinham que demolir parte de casas, nós fizemos muita batalha, nós assumimos desde o início perante os moradores.

Que em primeiro lugar, nós éramos, isso também foi importante serem eles a pagarem os 50 € para se sentirem que nós éramos arquitetos deles. Embora 50 €, a licença de todo o processo de regularização eles tinham de contribuir também, embora o processo todo custasse 600 €, 50 € era pago por eles, para ter assim uma, pago Associação de moradores que nos pagavam a nós.

DR - Como se chegou a esse valor?

Chegou-se era um nível coparticipação de, eu acho que era 10% era 500 € então...

DR - Quem determinou isso foi a Câmara?

TMS - Não, isso quando nós fizemos a candidatura com a Associação de Moradores, nós dissemos que achávamos que era bom que as pessoas percebessem desde o início, que pagassem, o que é que vocês acham que é o mínimo que as pessoas devem pagar.

Eles acharam bem, pois foi um bocadinho de discussão na Associação de moradores e um foi logo perguntar a Câmara como foi o processo, ou seja, depois queria saber o que é que estavam a pagar também, não era aquela coisa dos miúdos que andavam ali, não estavam a ser pagos portanto eram exigentes também para conosco, estás a perceber?

DR - E eles tinham a ideia, noção que o projeto custava muito mais?

TMS - Tinha um porquê. 4 ou 5 ficaram de fora, estavam incompatibilizados com a associação de moradores, e quiseram fazer diretamente conosco estes processos, pagaram diretamente para nós, nós dissemos que estes 500 € era o valor para fazer uma casa, para a regularização de uma casa.

Se as pessoas vierem durante o período de financiamento só pagam 50 €. Se vierem depois ou se não quiserem através da Associação de Moradores, porque através da Associação de Moradores implicava estar inscrito na Associação, então pagam 500. percebes?

DR - Então existiram essas pessoas que pagaram 500 €?

TMS - Sim, sim, sobretudo gente que não acreditava no processo e quando começa a ver a regularização das casas pensaram: espera aí.

Atenção que o bairro é um bairro que não é um bairro digamos... É um bairro que tem muitos reformados, com reformas que dá para aguentar, eles, não... não é um bairro onde tu vês, é gente que tem rendimento regular, na sua maioria, sobretudo os mais velhos, o problema ali era os mais novos esses sim, estavam com trabalho muito precarizado, ou seja eram pessoas já com...

É exagerado dizer-te algumas posses, mas não te diria que são as classes mais desfavorecidas, ou seja, já foram, já viveram em barracas, percebes?

Mas depois tiveram um processo de pós 25 de abril. Há muitos no bairro da Prodac, há 3 motoristas da Câmara de Lisboa, do presidente de Câmara, do vereador, moram lá, ou seja, tem rendimento regular, tem um salário regular ganharam 1000 €, se calhar por mês. Portanto só para se perceber o contexto.

Começamos a fazer o bairro da Prodac Norte, no ano a seguir começamos a da Prodac Sul, só processo do levantamento da Prodac Sul durou um ano e meio é muito mais complexo e isso na prodac Norte quem.

O processo inicia com 70 casas das 88. Na Prodac Sul escrevem-se das 458 escrevem-se logo 452 ou 450 tentar alguma porque já tinha visto que estava a correr estava de fato aconteceu do lado e portanto, há muita gente a inscrever-se logo no princípio mesmo assim nós fizemos mais ou menos a mesma coisa de um lado e do outro.

O que aconteceu quando nós terminamos e a gente entregamos todos os processos para a Câmara. Estamos bem, terminamos, chamamos para máximo lá para fazer uma assembleia e ver o ponto da situação.

Ambos os bairros tem uma associação de moradores bastante forte, fazem assembleias, quer dizer no sul, assembleias com 200, 300 pessoas sempre regularmente, no caso anualmente, digamos assim, para a aprovação das contas, sei que tem grande mobilização lá.

No caso do norte eu lembro que na primeira reunião que nós tivemos registamos representantes de 55 das 88 casas. Portanto estava bastante representado.

E depois daquilo é levantado a questão, porque nós na altura, nós vamos entrando dentro da casa das pessoas, tivemos lá equipa durante muito tempo. Então eles diziam: Já vão se embora? e já ajudávamos as pessoas a preencher coisas da segurança social, as vezes só porque a senhora não conseguia ler bem, porque não o sei o que, percebes?

Então já vão se embora? Não, não, nós temos mais necessidades de arquitetura, temos mais aqui no espaço público...

E nós temos uma assembleia dizendo, então digam lá, vamos fazer a lista das coisas todas que vocês, que vocês acham que deve ser mudada, desde coisas que nós dizemos bem, isto não é, isto é uma coisa que nós não vamos dizer a Câmara, por exemplo...

Eles insistiam muito na mudança das tampas de esgoto, nas ruas, que estavam já muito antigas, mas por outro lado, guardas, corrimão, escadas que estavam todas muito estragadas, portanto isso tudo...

Nós pegamos naquele bolo, e candidatamos a outro financiamento e ganhamos. Sendo que esse outro financiamento tinha uma componente que era

DR - Também era BIP/ZIP?

TMS - Neste caso sim, também BIP/ZIP, era pra outra coisa, neste caso já não era para regularização das casas, no segundo ano da Prodac Norte, já foi 50% era para pagar o trabalho de moradores, os outros 50% era materiais, os nossos honorários e...

Isso e portanto o que é que nós fazíamos era a constituição da Bolsa de trabalhadores, pagos.

Fazíamos, pedimos vários apoios a várias empresas.

Sobre... para fornecerem alguns materiais que seriam preciso, por exemplo, escadas de betão pedimos a SECIL para não só fazer perceber que era uma dinâmica social, projeto social, que fizeram 40% acho eu, ainda de desconto, no material como também a prestar apoio técnico que nós fazíamos uma espécie direção técnica da obra

DR - Vocês funcionavam como uma espécie de mediadores?

É, e com também os engenheiros da SECIL, também irem lá dizer como as pessoas iriam fazer o cimento e como é que fugiu usar as várias...

SECIL, é a maior empresa de betão acho eu em Portugal.

Betão, Cimentos

DR - E eles pediram alguma contrapartida em termos de imagem?

TMS - Eles inicialmente não ligaram até haver um administrador que está num jantar...

Onde alguém o vereador da Câmara na altura ele fala muito bem sobre os processos que estávamos a fazer no bairro da Prodac, e ele o bairro da Prodac isso não é estranho, e vai ver e havia esse pedido de financiamento e eles na altura fizeram foi isso, eram que mantinha o preço e dava o material melhor.

Portanto foi uma dinâmica porreira que foi se criando com a SECIL assim também a CIM que é das pinturas também entrou logo e assim inicialmente quando abrimos as bolsas, ninguém se inscreveu, ficamos em pânico.

DR - Mas eram bolsas para trabalhar na construção? Vocês já tinham identificado que existiam pessoas que trabalhavam na construção?

TMS - Não era que trabalhassem na construção, mas havia muito desemprego, você já estava a ver, nós durante o período em que fomos lá fazer a regularização das casas, o grande problema social que notamos era: estamos na altura dos cortes do governo aqui, muito agressivo e nós notamos que os mais velhos mais ou menos se mantinham, havia ali uma economia, seja com a comida que traziam da terra, ou a pequena horta que tinha ali de subsistência.

E porque também já tinham habituado em viver muito pior. O grande problema era na nossa geração ou seja por exemplo nós víamos gente que já tinha saído do bairro mas depois se divorciava e tinha que voltar para a casa dos pais, e que tinha de volta ao mesmo quarto, mas sei mas já ocupava mais espaço, me lembro que tinha um pai que queria falar comigo, “tá vendo ali ainda está a dormir até ao meio-dia, não faz nada para encontrar emprego e não sei quê, agora foi se divorciar” as crises estavam dentro de casa entre gerações, e nós o que nós podemos fazer foi tentar fazer um processo que envolvesse esta malta que nunca tinha construído.

DR - Então houve aí uma espécie de capacitação?

TMS - Sim, a ideia era essa e depois...Mas então existia a bolsa e um valor para a capacitação. valor para pra essa capacitação que estava incluído na metade do financiamento.

DR - Ok, existia a bolsa e existia também um valor para capacitação?

TMS - Assim capacitação no sentido de formação era uma coisa que nós obrigávamos as empresas que forneciam os materiais a dizer como é que se aplicava, como é que fazia.

DR - Isso convertia em algum tipo de documento formal?

TMS - Não, pois em sua maioria ninguém queria ser construtor, pois ninguém queria seguir àquela vida.

DR - Era uma coisa temporária.

TMS - Era, foi muito pela questão de dar-lhes um outro rendimento, dar-lhes um pouco mais de rendimento. Porque no fundo se eles trabalhassem, eu acho que se eles trabalhassem, se eu bem me recordo, se eles trabalhassem um mês ganhavam 800 € para eles era muito muito significativo era quase o que recebiam por 2 meses, mas a

maioria estava no subsídio desemprego, mas pronto, uma das coisas, primeiro ninguém se escreveu.

Porque estavam no subsídio desemprego e não sei o que, e pensavam que teriam que passar recibos verdes, tinham que documentar, foi um problema em que nós identificamos.

Sáímos batendo as portas das pessoas: então não te escreveste porque é que não estás a te escrever? Ah pois tem... chamamos a Câmara, chamamos a Associação de Moradores, sentamos a mesa e dissemos: meus amigos isso vai ter que se resolver, ninguém está a inscrever porque como é óbvio as pessoas não vão abdicar por 2 meses de trabalho do subsídio desemprego, ou não vão do rendimento social de inserção, e encontrou-se uma ideia que era, a Câmara só tinha dito que nós só teríamos de garantir que o dinheiro sai da Associação de Moradores para os moradores e nós propusemos, então tudo bem, então os moradores fazem um documento a dizerem que receberam x da Associação de Moradores.

DR - E não há impostos nisso?

TMS - Não há impostos, foi uma forma de informalmente contornar a coisa.

DR - Isso foi tudo definido de maneira informal, não houve nenhuma documentação ali, de autorização formal?

TMS - Não, não podia haver. Aqui o posicionamento do município foi sempre, isso vai ser um problema depois se as finanças investigarem o processo, mas as pessoas, é um risco das pessoas. Mas a única coisa que a câmara tem de garantir é que o dinheiro que é dado a Associação de Moradores, ahh, nós construímos o processo mas era a Associação de Moradores que recebia o dinheiro e depois nos pagava. Isso também era uma das coisas que é importante, para ele sentirem que nós somos, estamos a trabalhar para eles e não para a Câmara. Isto às vezes também...

DR - Mas assim, a relação entre Associação e as pessoas que trabalharam no processo. Por exemplo, eu posso falar sobre isso no trabalho, eu posso citar essa situação? isso pode causar algum problema?

TMS - Isso pode, pode causar...Acho que podes causar...

DR - Porque seria interessante, porque houve uma desburocratização do processo que não é comum.

TMS - Exatamente, exatamente.

Não e teve, porque aquilo foi a determinada altura no meio deste processo todo, nós, esta na ideia de trabalhar com 99%. Nós candidatamos a um financiamento,

candidatamos a um prémio que estava no âmbito de uma coisa da bienal de Veneza de 2012 e ganhamos.

Isso teve um impacto enorme aqui em Portugal, na mídia, teve assim impacto enorme demos um monte de entrevistas, não sei o que.

E em determinada altura o processo da Prodac começa que não, nunca ninguém disse que tinha sabido o que era a Prodac, era um bairro completamente ignorado, no Vale do Fundão, ninguém sabia, de um momento para o outro, tinha imensa gente a perguntar: o que é isso da Prodac? Tinha imensa a gente a querer saber, e é a própria Câmara a perceber que aquilo era um exemplo, a quantidade de vezes que a Câmara me convida e a Associação de Moradores para fazer visitas ao bairro de gente que vem de fora do país, vem imenso, e já fiz 20 apresentações do bairro da Prodac, do processo do trabalho que fizemos, tudo isso.

DR - Do ponto de vista estratégico o que é para vocês se inscreverem nesses prémios Concursos?

TMS - Dá-nos visibilidade, dá-nos...

DR - Mas dá trabalho também, trabalho no sentido de trazer novos projetos...

TMS - Sim, sim, nós já tivemos por exemplo este projeto da Quinta do Ferro veio porque um, aliás um proprietário da Quinta do Ferro, uma entrevista que eu dei a SIC bateu aqui à porta no dia a seguir, viu o nosso nome na internet, morada, bateu aqui à porta disse eu queria que fizesse a mesma coisa que estão a fazer naquele bairro...

Fizessem a mesma coisa neste bairro e como é que a gente pode montar isto, e pronto no caso da Prodac Sul que era um bairro muito maior, fizemos com outro financiamento, não fizemos com o BIP/ZIP, ou melhor o processo de regularização não fizemos, fizemos com um fundo Municipal diferente, uma candidatura diferente, e depois também se deram exatamente a mesma coisa, uma assembleia e eles disseram bem agora que vocês concluíram esse processo nos queremos aqui aquilo que fizeram lá em cima no Norte. Bem, foi porreiro porque muita das bolsas.

Nós tivemos ali, três, quatro anos em que entre março e julho as pessoas sabiam que iam ter trabalho arranjar as coisas do Bairro e pago.

DR - E o processo foi da mesma forma?

TMS - foi com uma nuance diferente, era um bairro maior, e portanto seja se nós na Prodac Norte nós conseguimos fazer com um BIP/ZIP tudo.

Nós no caso da Prodac Sul que é muito mais imenso, tínhamos um valor que não dava para BIP/ZIP, e então o que é que nós fizemos, construímos 8 grupos de projeto.

Tipo. Todas escadas e rampas da zona sul do bairro, todas escadas e rampas na zona norte, paredes, muro, portanto tudo isso....

Fizemos 8 projetos, e desses 8 projetos fizemos uma apresentação, e dissemos este custa X, custa Y, Z, em materiais.

E sendo que isto somado aos nossos honorários nunca pode ultrapassar os 25000 € por que os 25000 € que restam, é para trabalhar, para vos pagar o trabalho.

Tanto que é que fez uma votação em que cada pessoa podia votar em três propostas e chegou-se ao fim com um ranking dos 8 projetos e o que foi muito porreiro foi que, a proposta mais votada teve 80 e tal votos e a menos votada teve 40, isso tanto nos serviu para dizer que tudo isso faz sentido fazer.

Porque mesmo o mais baixo teve 40 e tal votos...

Portanto vê-se interesse que seja feito, não é uma coisa que ficou fora, portanto nós começamos no primeiro ano começaram as primeiras...

DR - Mas tudo isso conduzido por uma só associação?

TMS - sim sim, conduzido pela Associação do Prodac Sul e conosco.

DR - No BIP/ZIP sempre tem que ter uma associação ligada, não é isso? E a associação poderia trabalhar as 8 áreas, como que funciona isso?

TMS - Era, A Prodac é este bairro tudo só que nós só conseguimos fazer... Ou seja, Agrupamos em projetos, por exemplo, pediram estacionamento, pediram um plano de estacionamento para entregar ao Município, custa isto.

Fazer um pequeno Anfiteatro para as pessoas se reunirem com uma escada que liga as cotas de Altas e baixas do Bairro.

Esse foi o projeto que ganhou ao contrário de todas as nossas expectativas, nós não pensávamos de facto em ganhar e depois no primeiro ano fizemos só essa, o Anfiteatro onde eles podem reunir fazer lá concertos.

E no segundo ano conseguimos obter financiamento para cumprir, portanto no fundo que nós dizíamos ao BIP-ZIP era: nós já fizemos o processo participativo, e este ano vamos cumprir o que ficou em primeiro e segundo lugar, no ano que vem cumprimos terceiro, quarto e quinto.

Estás a ver foi e depois quando chegamos aos últimos já não tivemos financiamento.

DR - Mas os últimos foram realizados do mesmo jeito ou não?

TMS - Ainda não, os últimos ainda estão por realizar, os últimos não, faltam dois e agora já não sei te dizer qual é... falta dois, mas há um que um projeto da Câmara eventualmente o apanha, que é uma zona periférica do bairro, para resolver aquilo, e outro tem a ver com o muros que ficaram ainda por pintar, mas entretanto.

Eu não sei, entretanto a própria Associação de Moradores que de momento para o outro, todos os financiamentos nós, por exemplo, em financiamento nós conseguimos para a Prodac Sul 800.000 €. Ao longo de 4 anos que é muito significativo, e eles lá, e eles começaram a ficar com um fundo maneiro na própria associação, e então eu acho que através do fundo lhe permitiu construir uma sede.

Porque eles diziam no início do processo, diziam: isso é só para nós regularizarmos as casas, sermos proprietários das casas e depois fechamos a associação que não damos para isto, que dá imenso trabalho. E não, e a coisa foi, eles nunca nem pensaram em ter sede, e agora tem sede...

DR - Mas Associação existia antes?

TMS - Existia mas só para legalizar as casas, ela surgiu só para isso em 2005, só para legalizar as casas.

Tanto e a ideia dos seus dirigentes iniciais, eles nos disseram isso, taxativamente, nós queremos só legalizar as casas, e depois arrumamos as botas. Nós achávamos uma pena, mas a coisa ficou, eles agora tem sede, já conseguiram obter financiamento para arranjar a sede, que é uma das casas, que estava abandonada, portanto aquilo criou uma dinâmica porreira.

DR - Então agora qual é o objetivo?

TMS - Nós gostávamos, ainda não conseguimos financiamento para isso. Que era pensar aqueles dois bairros sempre, sempre...

O BIP-ZIP tem vantagens e desvantagens. Uma das desvantagens na minha ótica é que põe em competição bairros vizinhos. Quando isto está, repara, a rivalidade entre norte e o sul vem desde há muitos, muitos anos, desde o início.

Porque os que ficaram, os do Prodac Norte, chamam-se Prodac primeira fase, são os primeiros que orgulhosamente ficaram com a casa, e uma casa unifamiliar portanto moradia, os outros já foram viver para prédios. Portanto nunca se conseguiu juntar as duas Associações de moradores.

Porque os do Norte são menos: Diziam não, depois ficamos com os do sul a mandarem sobre nós, nós não queremos.

E os objetivos que em determinada altura nós aqui também, não sabes atravessar. É nós temos de acabar isto com um projeto que reúna as duas. Consiga juntar as duas

Associações de moradores, e que tenha uma escala maior, e que tenha a ver com a primeira coisa que tentamos, o que estamos a tentar, e que não foi financiado pelo BIP-ZIP, ficou muito mal classificado era ter conseguido com 50.000 €.

Construir um projeto de candidatura para financiamento comunitário para obras a serem realizadas no bairro, sobretudo no âmbito das questões de sustentabilidade, ou seja, aquelas casas são muito frias, porque tem as paredes de betão, são estreitas, nós queríamos mudar o sistema, que pudesse todas as pessoas ter acesso é que a sua casa melhorar em termos térmicos.

Queríamos durante um ano BIP-ZIP, desenhar um projeto que pudéssemos candidatar a um projeto maior europeu, de bairro de emissões zero também, eles dizem que sim...

É, portanto... Mas isso é um projeto que veio da nossa parte, pois nós dizemos a vocês podem melhorar muito as condições de vida das casas ainda hoje. E isso pode ser financiado, com pouco investimento de vossa parte.

Tanto ainda estamos aqui a ver como é que consigo, como é que nós conseguimos financiar nosso trabalho. Foi construída a candidatura que é uma criatura pesada.

DR - quanto tempo temos?

TMS - Diz-me que horas são?

DR - 12h20.

TMS - Rapaz, tenho que ir andando, desculpa. Tentei mais focarmos no Prodac, vê se te interessa

DR - Interessa, interessa mas eu me interesso mais nas questões que propiciaram caminhos para o comum. Eu sei que passaste o início, nessa questão de regularização individual das casas, Mas eu gostaria de saber, por exemplo, tenho curiosidade sobre sobre as situações onde eles pensaram questões e procuram questões comuns ok.

TMS - Eu acho que é o caso, que é o nosso primeiro exemplo, percebes? É o primeiro de tudo, este faz como por exemplo, depois venha a Quinta do ferro, os moradores falar connosco, faz com que também se começa a criar e dinâmica de interessante, é o primeiro *case study* nosso.

DR - Acho que também dá também para analisar a evolução com um tempo, nessas relações, eu acho que aqui é bem bem levante aí eu te pergunto como é que a gente podia continuar assim essa conversa.

TMS - Mas há muita coisa publicada sobre essa coisa do Prodac, já há uma tese sobre a falar daqui, uma tese de doutoramento perfeita. É João Rebolo.

• 45:26 - 45:42

Que é muito sobre o processo de construção.

DR - Mais aí no caso não é sobre o trabalho de vocês? é sobre a história do bairro...

TMS- Sim é sobre a história do bairro, outro enquadramento.

Depois deixa-me ver se há alguma festa agora, eles tem uma festa que é muito importante que nós vamos sempre, tanto no norte como no sul que é o Magusto, que é em novembro, é outubro mas tem os anos do aniversário da associação que eu acho que em junho no norte.

• 46:06 - 46:14

No sul não sei quando é, eu não sei se celebra mas em março costumam sempre haver uma assembleia de moradores.

• 46:16 - 46:20

Depois também te posso passar os os contactos deles.

DR - vou precisar...

TMS - mas tenho que dar uma palavrinha primeiro, por exemplo do norte é muito desconfiado, tratou muito mal o João Rebolo, porque ali também o João começou ali a puxar muito sobre coisa.

Mas acho que começou, houve ali uma situação qualquer, que eu disse que ele vinha mandado por não sei quem, e ele foi teve ali o momento tensão no bairro, começou a pedir as pessoas os documentos, os contratos iniciais...

DR - não, isso não é meu interesse...

TMS - não, sei. Eu tenho só tenho só que ligar primeiro só para como até mesmo.

DR - quero mais entender o que que eles, como eles entendem a ideia de projeto...

TMS - Sim. depois o Miguel que é o presidente da Associação do Norte foi das obras que fez lá no bairro.

Também se decide lançar uma candidatura à junta de freguesia.

• 47:40 - 48:08

Junta de Freguesia, repara, Junta de Freguesia de Marvila, na altura era uma das maiores de Lisboa, e envolve todos os Bairros sociais da área de Marvila. Ele ficou com a pasta durante 4 anos com a pasta dos espaços públicos e aquilo foi engraçado. E eu gosto muito da mulher dele, que é a verdadeira líder do Bairro. Que a pessoa que nunca

está sentada nas mesas, nunca está, está sempre cá atrás, mas na assembleia tem um poder, quando ela fala ali é muito importante.

DR - Certo, maravilha. Então eu vou procurar a tese. E vocês já escreveram alguma coisa?

TMS - Há alguma coisa já, há coisas escritas seja no nosso site, seja espalhado por aí, já falamos tantas vezes da Prodac, vais encontrar também no reportagens no Público também no.

Temos um vídeo que na altura foi feito por uma malta de vídeo que nos acompanhou, no início, durante um mês. E depois aquilo nunca deu num documentário, só deu naquele pequeno vídeo, acho que o vídeo da primeira assembleia que nós fazemos no Prodac Norte.

E é porreiro dever está no nosso Vimeo.

Porque as dúvidas todas, com as pessoas serem super agressivas, com o que é que diz: o que os arquitetos vem aqui fazer? Vem desenhar as minhas casas? As minhas casas já estão construídas, o que estamos a pagar? Esta foi, ela era uma das grandes opositoras da associação. Não se inscreveu no processo pela associação e também na altura ela.

Começou a pedir para reunir aqui, e vem reunir connosco, e percebe que nós explicamos o que estávamos a fazer. Então tudo bem eu quero fazer convosco. Mas pela associação só paga 50 euros.

Não quero ter nada a ver com eles. Alias é uma das pessoas do vídeo que fala mais inflamado, fica muito nervosa. Agora tenho ali o processo dela já concluído para entregar. Nós recebemos aqui ela, não quis que fosse mandar para o bairro.

DR - vou falar sobre esse processo individual, entretanto, vai ser um preâmbulo para entrar no comum.

TMS - Ela, mas acho que tu tens a história do comum da construção é muito interessante e termos de lógica, porque eles construíram o bairro por exemplo, o bairro Prodac Sul é um bairro com 453 casas, eles construíram em um ano, aos fins de semana.

ahh, havia aqui uma fábrica que produzia as peças de betão, nós só tínhamos sabiam que tínhamos que pedir 2 dias no trabalho, quando era para fazer a laje, o fim de semana...

DR - Isso quando? Foi um processo de mutirão?

TMS - Ano 1970, antes do 25 de abril, 73, nossa 73.

Não, aquilo era um processo ordenado pelo estado. Portanto o estado, depois vê isso melhor na tese do João Rebolo, era uma Cooperativa de autoconstrução que tinha a Santa Casa de Misericórdia, mas que no meio desse processo todo, que era fazer portanto, tecnicamente, fazer as estruturas e as pessoas faziam o resto. Depois ali um processo a meio que alguém foge com o dinheiro, o dinheiro desaparece e são as próprias pessoas que têm de bancar a coisa.

DR - E isso foi antes do SAAL?

TMS - Antes do SAAL. Depois há duas versões. Há uns que dizem que as pessoas do SAAL estiveram ali a ver aquele processo para o fazer a seguir e também há outra...

DR - Outros investigadores estudaram isso?

TMS - Não não.

Eles, ele falam isso. Sobretudo malta da associação de moradores da Prodac Sul, que é mais politizada, e mas também já ouvi a tese de que não aquilo, aquele exemplo era dito como exemplo do Estado Novo, das casas do estado novo, casas do fascismo,

Por exemplo, em Lisboa. Há uma rejeição da autoconstrução. O SAAL tem várias, é muito diferente no Porto, Lisboa e no Algarve. Algarve é autoconstrução. Lisboa não, porque há uma reivindicação das assembleias, e a está registado é muito engraçado, a dizer: não, não, nós temos que ter casas como a burguesia. Queremos casas com um construtor e queremos casas como a burguesia. E nós não queremos autoconstrução, nós não temos nada aqui a fazer as nossas casas, nós temos o nosso trabalho, as casas tem que ser construídas pelo estado.

O que é uma consciência também muito interessante, do papel do estado mas, mas pronto, acho que para aquilo tem vários níveis do comum, tem vários momentos.

DR - Então se calhar tem mais isso no Prodac Sul.

TMS - Tem que ver os dois, acho que são indissociáveis. Aquilo eu acho que o Estado Novo os deu aqueles terrenos para não estarem ali muito visíveis, e pronto.

DR - Perfeito.

TMS - mas olha eu tenho eu tenho que ligar para o João Miguel por conta de uma obra que ainda estamos a acabar, Miguel Ferreira do norte.

DR - E o da prodac Sul?

TMS - José Augusto.

DR - Ok tá bem.

Transcrição entrevista - Sr. Miguel Sousa Ferreira

Presidente da Associação de Moradores do PRODAC Norte

24/05/2019

DR - Sr. Miguel, primeiro gostaria que o sr. Se identificasse e me desse autorização para utilizar as informações dessa entrevista na minha investigação de doutoramento na Faculdade de Arquitetura.

MSF - Eu chamo-me ele Miguel Sousa Ferreira moro na Rua Bento Mântua, 14 e autorizo essa gravação para o seu doutorado.

DR - vamos começar, primeiro gostaria comesse a falar um pouco sobre o senhor, uma breve história pessoal, de como o Sr. chegou aqui ao bairro, o seu trabalho, há quanto tempo vive no bairro, fale um pouco sobre sua vida.

MSF - A relação com Prodac, eu nasci no bairro chinês era o de havia as barracas que que era onde moradores que estão aqui no bairro viviam.

DR - Quando foi isso?

MSF - foi em 1970, eu nasci em 1970 mas já havia barracas em 1960 qualquer coisa

Depois criaram esse grupo de autoconstrução que era uma espécie de empresa para mediante os moradores que viviam naquelas barracas terem uma casas em condições mais dignas de viver. Juntamente com a câmara, a autoconstrução dirigiu-se a Câmara pediu-lhes o terreno, estas áreas todas era tudo quintas.

E pediu-se o terreno para fazer a construção das casas para os seus associados. Pagava-se uma quota mensal e eles prontos depois disso começaram a fazer, pediram empréstimo e começaram a fazer a construção das habitações.

Chegado algum tempo depois de construirem, porem as placas, os telhados, os acabamentos foram feitos pelas próprias pessoas que as casas eram adquiridas.

A Prodac chamou os moradores do bairro chinês mais ou menos vizinhança para ficarem perto uns próximos dos outros, para continuarem a vivência que tinham no pé das barracas.

E o que é que acontece, quando as pessoas para juntaram-se, quiseram ficar mais perto mais das outras, e mediante do que eles achavam que tinham que acabar as suas habitações, havia material de primeira, segunda, e terceira, e cada um escolhia o que queria e pagava mediante, do que escolhia e foi assim que eles terminaram as suas habitações para depois poder ir viver para junto delas.

Eu vivo no bairro desde o início desde 1972, quando foi entregue aos moradores, vivo aqui já há 44, 45 anos e nós mediante esta situação as pessoas que pronto, que foram tentando, no contrato tinham com a prodac era o fim de 12 anos, as habitações eram deles, mediante que a Prodac faliu e para a câmara junto com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para que os associados não ficassem sem as suas habitações

financiaram e tomaram conta do resto do faltava para poder cumprir as habitações e mediante isso que se foi prosseguindo tudo este envolvimento do bairro.

DR - Então aos moradores que vivem aqui, eles vivem já há 45 anos?

MSF - Já há 45 anos, porque pronto quase todos eles são todos pessoas que vieram das barracas que, um ou outra que não seja porque depois houve alguém que cedeu a habitação, mas do resto quase todos, 95% ou 97% são ainda moradores das antigas barracas

DR - E o senhor atualmente faz o que? além de ser presidente da associação, o senhor está envolvido com o que?

MSF - Eu trabalho com o ramo de mudanças, estive agora 4 anos até a fazer serviço de vogal na Junta Freguesia Marvila, terminou o mandato aí já era Presidente da associação, porque eu quando comecei aqui a vir a Associação...

Havia outros presidentes, tendo em conta que um dos presidentes faleceu, consegui pois ficaram a tomar conta outro presidente, houve eleições e a gente depois conseguimos, e fiquei como presidente desde 2008 e foi daí que digo sempre aproximando cada vez mais da Associação e dentro dos métodos que é que tinha que ser resolvido as situações, tenho de ir sempre juntamente a câmara com essas situações para podermos cada vez mais concluir o processo final da legalização com o bairro.

DR - Então me fale mais um pouco como o senhor se envolveu com a Associação, quando se deu? De que forma aconteceu? Como iniciou o interesse do senhor de lidar com as questões coletivas do bairro?

MSF - eu muito ou nada vinha aqui a Associação, a minha mãe fazia parte da direção da Associação com mais outros moradores já com a uma certa idade, e depois foram me convidando para vir cá beber um café, conviver aqui um bocado, eu fui me aproximando...

E dado essa altura que houve o falecimento do presidente, aí eles acharam que, aqui pronto, queriam que eu fosse eu que que assumisse a presidência. E eu disse-lhe que era um bocado complicado porque era a primeira vez que estava a me envolver nestas situações em que pronto, fizemos eleições, e fiquei com presidente desde 2008, e foi desde daí que comecei a me envolver cada vez mais, porque também tinha comigo pessoas que eram interessados em resolver situações do bairro.

DR - Então desde 2008 o senhor está como presidente? Como funciona a escolha?

MSF - Desde 2008, comecei como auxiliar e aí pronto, como acontece a situação do senhor falecer, foi preciso entrar mais membros para Associações, e fazer uma comissão enquanto até houver as eleições, e depois era para ser, na altura outro que era pra ser o presidente e ele diz que não, pronto fica para eu, ser eu o presidente e ele ficou como vice-presidente e foi daí que nos envolvemos cada vez mais, foi essa situação que seria melhor maneira para podermos resolver mediante da câmara as situações do Bairro.

DR - Mas o que é que levou o senhor assim a aceitar esse convite, foi esse envolvimento emocional anterior da sua mãe com a associação?

MSF - não foi o envolvimento, e prontos foi um convite para estar aqui e depois acho que mediante das pessoas que estavam cá, antes de eu fazer parte da associação, acharam que eu devia de ter da mesma e convidaram-me. Eu aceitei, como era para ficar no lugar, até mais mais de vogal, mas eles depois acharam mediante de minha capacidade de e do meu envolvimento, que podia ser uma mais-valia para associação ficar como presidente.

DR - Ok, agora falando especificamente da relação da Associação com o Ateliermob, com o Tiago Saraiva gostaria de perceber melhor como se deu a aproximação quem procurou quem, quando foi isso? O senhor lembra desses detalhes?

MSF - O nosso envolvimento com o Ateliermob, foi o seguinte nós da Associação junto a Câmara Municipal de Lisboa, exigimos que a câmara deveria ter as plantas do edificado e a câmara não tinha as plantas. Como o agora o atual primeiro-ministro, anteriormente o doutor António Costa como presidente da Câmara Municipal de Lisboa e a vereadora Ana Sara Brito concluímos que teria que se fazer as plantas do edificado que não existiam na Câmara para se poder fazer a legalização do Bairro.

Mediante esse envolvimento, tendo em conta que a Câmara começou por lançar o programa Bip Zip foi a única maneira, que a gente podia fazer as plantas, porque uma planta de arquitetura é um valor elevado, e as pessoas com vulnerabilidades não tinham esses valores.

Mediante a câmara criaram esse programa BIP-ZIP, concorremos porque temos ter um parceiro para já de uma entidade de arquitetura para fazer os desenhos e a gente na altura para entrar contactamos uma equipa de advogados.

DR - Antes de falar com o Tiago?

MSF - antes falamos com uma equipa de advogados por causa de vermos qual é a situação para a gente podia fazer isso ou não. Mas antes nós também falamos com a ordem dos arquitectos que eram para ver se disponibilizavam arquitetos para fazerem as plantas, mas como a ordem dos arquitectos não podia entrar no programa BIP-ZIP. recomendamos-nos o ateliermob...

DR - Então foi a ordem dos arquitectos que os colocou em contacto como Ateliermob?

MSF - Foi a ordem dos arquitectos e agora atual vereadora Paula Marques que conheci na ordem dos arquitetos que era o Tiago Mota Saraiva que tinha o Ateliermob que também já havia de fazer alguns trabalhos para a Câmara e eles nos recomendaram. E a gente contactámos o Tiago Mota Saraiva e tivemos com eles pronto, explicamos o que era, e eles vieram o local verificar e vimos com eles o que é que é preciso fazer... e fizemos o programa BIP-ZIP para podermos avançar para a legalização das plantas e foi aí que a gente, tivemos o intercâmbio entre o Tiago Mota Saraiva, com o Ateliermob, com a Associação para podermos termos algum benefício com os desenhos que eles tinham que fazer sobre as plantas das habitações.

DR - e Esse foi um processo demorado? complicado?

MSF - Sim, fizemos o processo do programa e conseguimos que fosse aprovado, depois de aprovado, contactamos o Ateliermob, nosso parceiro foi comunicado que tínhamos ganho o projeto, e avançamos com ele para para fazer, pronto convocamos os moradores

quem queria fazer o valor da planta da casa era valores mais reduzidos e comunicamos aos moradores eles comparecessem na Associação e foram se escrevendo e fomos fazendo mediante aquilo que é possível, fomos fazendo as plantas das habitações para depois esse processo ser entregue na câmara para eles começarem a verificar as habitações e as plantas para a sua legalização.

DR - E para escrever o projeto BIP-ZIP houve alguma algum tipo de assessoria e alguém ajudou escrever um projeto?

MSF - Houve, pronto, foi o Ateliermob que melhor que ninguém ele como é que sabe como é que se faz as plantas, e isso tudo foi assessoria deles que fizeram todo o projeto entre nós, o que se deve fazer, a sustentabilidade, essas coisas tudo, o que é preciso do projeto foram eles que nos auxiliaram em tudo.

DR - Então quem escreveu o projeto para a câmara foi o ateliermob?

MSF - Sim, foram eles que viram se escrever, a entregar, e juntamente conosco a gente dizia o que o que é que tinha que colocar e pronto, foi isso que foram eles que nos ajudaram.

DR - Então foram eles que a auxiliaram com essa parte técnica para participar do processo do BIP-ZIP...

MSF - Sim, parte técnica..

DR - Então foi uma relação onde se der certo todo mundo ganhava, se não desse certo...

MSF - Sim, ficava sem efeito, se tentaria outra vez.

DR - Ok e nesse processo todo que foi chamado a participar? Quem participava das reuniões? As primeiras era só o senhor e o ateliermob como é que funcionava?

MSF - Aqui a gente tínhamos, éramos nós a direção, presidente, vice, secretária e juntamente com o Tiago Mota Saraiva vemos o que é que é necessário para podermos concluir a candidatura o programa.

DR - Então a o restante dos moradores entraram depois que o projeto foi aprovado?

MSF - Sim, restante dos moradores foram depois envolvidos em assembleia para explicarmos que tínhamos ganho o projeto, depois o projeto e depois pronto eles participaram, pra quem quiser se inscrever para fazer a planta da sua habitação para depois mais tarde quando quiseres fazer a legalização já ter a planta, que era uma coisa que não existia

DR - E o senhor tinha ideias de quantos encontros foram? Aproximado.

MSF - Tivemos 4, 5 reuniões que a gente tivemos com o Ateliermob para concluir o processo no programa BIP-ZIP

DR - e depois de aprovado?

MSF - Reunimos em uma assembleia de moradores e explicamos a situação, o que se podia fazer, quem estava interessado e que não estava e foi desde aí que tivemos uma assembleia e depois foi o contacto das pessoas se dirigirem a Associação para preencher documentação para para fazer

DR - E esse foi um projeto que apesar de ter sido decidido por todos os moradores que compõem a associação ele tinha um caráter individual porque deveria interferir individualmente em cada casa né?

MSF - isso.

DR - Mas é eu pergunto para o senhor em relação ao outro projeto, que teve o projeto do aqui do Anfiteatro, porque o meu interesse na investigação é justamente nas questões coletivas. Por mais que aqui no caso das plantas, a decisão fosse coletiva, o impacto muitas vezes era mais individual, na vida individual das famílias, de cada família tanto que eu soube que algumas pessoas escolheram não participar ou pagaram por fora né?

MSF - Sim, sim,

DR - Então em relação a essa continuidade, essa possibilidade de fazer um segundo projeto que é o caso, não sei se há outros, o senhor pode me falar se há outro, então direcionado para questões que impactaram a todos como comunidade, como é que se deu o processo..

MSF - o processo se deu, o primeiro processo, o primeiro pedido por causa das plantas tendo em conta como não havia. Já depois fizemos no ano a seguir fizemos outro projeto compreendendo o programa BIP-ZIP que aí já foi para requalificar área pública do bairro com escadas, colocar corrimões em zonas de perigo, colocarmos redes onde uma criança poderia cair, qualificar passeio, qualificar muros que aí já envolveu todo o bairro.

Depois desse projeto quando trabalharam moradores, pessoas novas que fizeram, foram eles que qualificaram as escadas, que pintaram, que limparam, que qualificaram o bairro do que se arranjou.

Depois desse é que concorremos o BIP-ZIP do anfiteatro que fizemos na mesma coisa deste do bairro, marcamos uma assembleia que tínhamos, ia haver o bip Zip, e o que é que os moradores acharam que devia se fazer no bairro os moradores disseram que era qualificar as escadas, colocar os Corrimões em zona de perigo, pintar os Muros porque...

DR - Então essa demanda surgiu de uma assembleia?

MSF - de uma assembleia-geral de sócios moradores, para ver o que é que eles davam sugestão pra fazer, sugeriram parque de estacionamento, mas tendo em conta que o bairro tem zonas limitadas, era mais forte que a gente foi e depois debatemos em concorrer com aquilo que a gente achava que era mais visível e que pudesse dar resultado na sua conclusão.

DR - Então logo após esse processo das plantas, isso surgiu como? Como se deu a continuação do trabalho? ou nesse processo de desenho plantas, ao caminhar pelo bairro o próprio Atelier identificou as demandas e repassou para a associação, como surgiu a ideia? Ou foi na própria assembleia que a coisa aconteceu?

MSF - O que surgiu foi a gente por cada ano tinha que criar um projeto, e a gente mediante depois das plantas, vamos verificar juntamente com o Ateliermob, até mesmo

quando vou fazer as plantas que havia Se calhar aqui uns melhoramentos do espaço público que se podia fazer.

E o que falamos depois com os moradores, e o que falamos com os moradores era o que eles assim achavam de a gente colocar um projeto para requalificar o bairro, sendo que a câmara, como não vinha requalificar nada do espaço público, nós o que acharam em concordância com os que estavam presentes que deveria de qualificar o bairro. Dar uma melhoria, dar uma pintura, dar mais visibilidade ao bairro, que é uma coisa que estava muito de degradada depois de muitos anos.

Foi nessas conversas que a gente depois a seguir concorremos todos os anos, como todos os anos há um BIP-ZIP, todos os anos concoríamos a um projeto novo, mas quando estava a terminar um a gente tentava logo irmos procurando o que é que podemos concorrer para o ano a seguir.

DR - Mas, isso era definido sempre na assembleia?

MSF - Sim, sim a gente vinha, mas depois a gente que a gente vai fazer para qualificar o bairro, a seguir vamos fazer, vamos tentar arranjar, quando sugeriu a parte do Anfiteatro, O ateliermob sugeriu se calhar fizesse um Anfiteatro, para quê?

Porque como a gente tem que aqui a Associação, e a sede é limitada, é pequena, não temos espaço, onde a gente amanhã, às vezes tem conviver com todos os moradores, com os que apareçam, pensamos aqui que o espaço é um bocado restrito, e o que ele sugeriu foi fazer um Anfiteatro junto aquela parede, e vamos fazer o projeto, vamos concorrer, pode ser que a gente não consiga ganhar...

Porque é uma zona que a gente ficava com a parte de cima que temos do anfiteatro, como mediante esplanada depois dessa situação, quando precisássemos de fazer alguma coisa, fazer alguma algum evento ou qualquer coisa, já tínhamos um espaço para fazer o evento que nós não temos, se calhar tinha que fazer um evento, tinha que pedi um salão de festas a Junta de Freguesia de Marvila

DR - E esse foi o terceiro?

MSF - Foi o terceiro projeto...

DR - Então foram seguidos?

MSF- Tem sido seguidos. Então a gente pronto achamos que deveria esse passo, concorremos, fizemos. Está em fase de acabamento, mas acabamento mas mas foi assim que sugeriu. Como o espaço era reduzido, e quando havia os aniversários, vinha as pessoas, vinha cá os dirigentes da câmara, vinha o Ateliermob, vinha gente da Junta, o espaço era reduzido para a gente ter aqui muita população, e foi que sugeriu tendo em conta que o espaço tava aqui um bocado abandonado, liquidamos e tentamos naquele espaço criar o Anfiteatro para fazer isso.

DR - Perfeito...

MSF - Temos uma zona de lazer mais confortável, com mais espaço, para podermos também ter mais moradores aqui para conviver no seu dia-a-dia.

DR - e isso foi definido sempre assembleias...

MSF - sempre em assembleias

DR - e depois o Atelier, desenhava sugestões e trazia de novo, e foram vários encontros?

MSF - Foram vários encontros, tivemos o primeiro encontro trouxeram logo um esboço do que era mais ou menos. Depois eu mando uma demonstração as pessoas foram ver e acharam muito bonito e sim senhor vamos fazer, e pronto, e foi assim que a gente conseguiu e tem feito os projetos aqui no bairro, para requalificar o bairro.

DR - E a demanda anterior da requalificação dos passadiços enfim, ela se deu porque as pessoas numa assembleia disseram, olha vamos fazer isso primeiro?

MSF - Sim, temos que requalificar primeiro o bairro, temos que fazer sempre um projeto de cada vez, não temos de estar a pensar um outro que o valor é limitado, e por isso para ora bem se a gente consegue fazer isto com este valor. E vamos ver o que é que se calhar nós fazemos, se ganhamos, fazemos, se não ganhamos tentamos um ano a seguir. E tem sido assim ganhamos num ano, ganhamos num outro, e temos sempre beneficiados com alguns projetos que temos concorrido para qualificar o bairro.

DR - Percebi, e dentro desse processo o seu compreendeu se, o senhor fosse me dizer assim, me dá um conceito, descrever do que seria um projeto. O que é um projeto para o senhor?

MSF - Um projeto para mim, no meu entender é o seguinte, um conjunto de pessoas que se juntam para ver o que é que faz falta no bairro, para poderes depois tentar verificar para dar mais vida, melhoria, mais acontecimento ao bairro, dar melhores vidas, melhores acessos para quê, para o futuro não haja, tantos problemas, que tinha, como havia antigamente aqui no bairro.

DR - E nesse processo de relação com ateliermob quando se estava pensando nas ideias vocês puderam participar do processo, dizer queremos desse jeito, queremos assim e tal...

MSF - Sim, sim...

DR - Então foi um processo em conjunto, participado?

MSF - Sim, sim, participado, eles sugeriram, eles deram uma sugestão de arquitetura, eles desenharam e a gente depois pode se calhar daquele lado fica assim, fica melhor assim, assim ele faziam, mas depois vinham cá e era mediante que entra em consonância connosco e com os moradores para ver se achavam ficava melhor assim, a maneira melhor mas ele sempre com concordâncias em tudo.

DR - Perfeito, e senhor acredita que, é porque existe uma história do Prodac de participação, se fala muito da forma como o bairro foi construído, existe um histórico anterior, e o senhor acha que isso influenciou nesse processo? Ou Já foi uma nova história, uma outra geração, ou a história anterior influenciou.

MSF - Sim, influenciou porque, como diz já vem, um projeto participado já vem de trás, foi feito naqueles anos aquilo que as pessoas achavam que era melhor, e depois daí para a frente, mediante um dia entre as pessoas foram vendo, verificando e foram melhorando as coisas para quê os dias de hoje seja melhor habitação, melhor espaço público, melhor com tudo.

DR - E o senhor achou que esse processo, foi complicado entre os moradores, a gente sabe que trabalhar com muita gente em qualquer lugar sempre há divergências, discordâncias, enfim, mas para aproximar as pessoas, para colocar as pessoas dentro do processo, foi complicado chamar as pessoas participar?

MSF - Não, não foi complicado chamar, nem participar, é como dizes e é verdade, não podemos, não se pode agradar a todos, nem todos concordam com o mesmo, mas desde que a maioria concorde e aprove que seja aquilo, é aquilo que a gente pretende fazer.

A gente claro, mas por nós, ora bem, por nós ficamos todos os moradores e todos os associados, aqueles que estão presentes, e são perante os presentes, votam, concordam ou não concordam, mas se pela maioria tem concordado, tem-se feito as coisas e tem sido concordado.

DR - Existe um hábito de se fazer assembleias? é recorrente? Ou só quando surge uma questão?

MSF - É assim, pronto, as assembleias que a gente faz, são assembleias anuais, quando é a apresentação do relatório de contas, e quando é as eleições, mas quando há esses projetos nós fazemos assembleias extraordinárias, que chamamos os moradores, o que é que eles acham, o que é que se deve fazer, mediante que há um programa que nos pode vir a favorecer em algumas coisas e alguma melhoria do Bairro.

E a gente concorda, sempre chamamos eles também para participarem.

DR - E como é que se dá a sobrevivência da Associação? assim, é que deve haver algum tipo de custo, mesmo que pequeno, isso é dividido entre todos?

MSF - A sobrevivência da Associação, antigamente era dividido por o apoio que Junta dava, por alguns Associados que participavam, e nós tendo em conta que é natural, pois para conseguir fazer face as despesas, já que será usado água, luz, telefone, nós criamos este espaço que abrimos espaço comum mini-bar para os Associados, para que possamos também angariar algum dinheiro, para suportar essas despesas, e algumas despesas que é preciso fazer no bairro, mas é mediante este pequeno bar que nós conseguimos que a Associação sobreviva.

DR - Então esse bar que dá a sustentabilidade financeira da Associação, e é que existem pessoas que trabalham? recebem? trabalham de forma voluntária? Como é que se dá isso?

MSF - Temos pessoas que trabalham de forma voluntária, porque agora tendo em conta que a maior parte das pessoas que fazem parte da associação trabalham, tem o seu próprio emprego, para a gente poder que os moradores possam vir beber café à hora de almoço, e à noite ou mais um bocado à tarde, temos que ter aqui uma pessoa, e essa pessoa quem sabe remunerada para poder estar aqui...

DR - Essa pessoa não existe então?

MSF - Não, não, ela está, só que tem o horário que abre ao meio-dia e meia e fecha as 15, depois abre às 20:00 e fecha às 22:00, porque é mais ou menos o horário.

DR - E é um morador daqui?

MSF - Sim, é um morador do Bairro. Porque todas essa gente são pessoas daqui. Aqui já são pessoas com alguma idade avançada, e elas retraem-se em casa, e para ver se a gente consegue tirar de casa para ir lá muito retidos, criamos e temos isto para que eles possam vir aqui beber um café, conversar um bocadinho com os outros, jogarem às cartas, dominó, estão entretidos um bocado, até depois então pronto, vão pra casa, para o mercado, pois as pessoas mais um bocadinho que sai dos seus empregos, vem beber um café, ficam aqui um bocadinho na associação.

DR - Como é que chama aqui?

MSF - Bar da Associação Moradores Prodac Norte.

DR - Nesses processos do BIP/ZIP, quando aconteceu o primeiro, o senhor lembra do ano?

MSF - 2012, primeiro 2012-2013

DR - é o seguintes?

MSF - depois o segundo foi 2013-2014, 2015-2016.

DR - Então foram três vezes?

MSF - é isso, três projetos.

DR - 2012-2013 - regularização das plantas, 2013-2014 - requalificação do espaço público e 2015-2016 - Anfiteatro, é isso?

MSF - Sim, sim..

DR - E é que ficou dessa relação? O senhor sempre está em contacto com o ateliermob, existe encontros marcados? Como é que se dá a relação? O que ficou

MSF - Ficou um relacionamento bom, só que a gente agora nem temos contactado muito, não temos concluído nenhum projeto, temos um pendente que este do Anfiteatro, que está por terminar, e pronto estamos à espera que a câmara nos dê a resposta da conclusão daquele bocado que está ali, para podermos continuar. Mas a relação tem sido de concordância, temos uma relação boa, quando queremos alguma coisa contactamos com eles, quando eles precisam de alguma coisa nos contactam, e a relação com o Ateliermob é considerável.

DR - E já existe alguma coisa, já se pensa em um outro projeto?

MSF - Sim, já pensamos um projeto, mas o projeto que a gente está a pensar, será um bocado complicado para realizar com o BIP-ZIP, porque tendo em conta que o Tiago nos sugeriu, tem que ter fundos maiores, e é um bocado complicado por ser feito.

DR - E o que seria?

MSF - Seria Programa energético para o bairro.

DR - Energia solar? sustentável?

MSF - Tentar fazer o isolamento térmico para as habitações.

DR - Ahh, ok, percebi, conforto térmico.

MSF - E o Tiago que sempre ainda ai com os projetos. Com esse projeto ele é que vai sugerir o que ele acha, que a gente tem que fazer. Vamos lá concorrer, pode ser que se ganhe.

DR - Mas as primeiras ideias surgiram da comunidade por exemplo, o processo das plantas.

MSF - Foi entre Associação e a Câmara. A câmara não tinha as plantas e tinham que fazer e a única maneira de fazer foi nesta situação.

DR - Ai já a requalificação foi uma coisa entre Associação e o Ateliernob.

MSF- Sim.

DR - E assim tem sido agora o restante dos projetos...

MSF - Sim, entre a Associação e o Ateliernob

DR - E então isso acabou dando uma autonomia para essa relação, aquilo que foi iniciado pela câmara, hoje vocês já levam as coisas para.

MSF - Sim, sim.

DR - Interessante. Bem, era isso muito obrigado, o senhor é bem objetivo, a coisa funciona bem né. Se depois se surgir alguma coisa, uma dúvida posso ligar para senhor?

MSF - Sim, sim, se não atender é porque estou no trabalho ou qualquer coisa. Não tem problema é só telefonar ou qualquer coisa obrigado.

Transcrição entrevista - Sr. José Augusto Silva

Presidente da Associação de Moradores do Vale do Fundão - PRODAC Sul

25/05/2019

JAS - Sou José Augusto Silva, sou presidente da associação de moradores e autorizo que essa gravação sirva para o que interessar mais ao Delano

DR - Senhor José Augusto, gostaria que o senhor comesse falando um pouco sobre o senhor, gostaria de perceber a sua relação com o bairro do Prodac Sul. Então se pudesse me contar um pouco da sua história de vida aqui no bairro, o que o senhor chegou aqui, o que fez durante a sua vida e que o que tem feito agora.

JAS - A minha relação com o bairro, eu sou filho aqui do bairro, portanto nasci aqui ou seja, assim no bairro, aqui ao lado e depois viemos transferidos pra esta urbanização.

DR - Era o antigo bairro Chinês?

JAS - Exatamente, era um bairro onde se acantonavam, faço o termo, as pessoas que vinham à procura do melhor qualidade de vida em Lisboa nos anos 60, por aí, daí para a frente.

DR - Do país inteiro?

JAS - Sim, do país inteiro, mas da minha região, foi a região do norte, portanto Beira Alta, Trás-os-Montes é a grande é o maior número de população que vinha parar aqui na zona Oriental de Lisboa de Lisboa.

Era um bairro degradado, e houve uma fase das nossas vidas aqui em que a câmara municipal de Lisboa decidiu construir habitação, com melhor posição, para as pessoas poderem habitar, pronto constituímos uma cooperativa, tudo organizado pela Câmara Municipal de Lisboa e, por uma entidade que depois constituiu em Cooperativa que era a Prodac, começava a abordar as pessoas com alguma dificuldade, as pessoas aderiram com alguma dificuldade, porque havia muitas dúvidas, se quem vinha era para ficar com o dinheiro que as pessoas davam em troca da cotização e...

E então com essa dúvida, a câmara teve alguma dificuldade, então existia assistentes sociais, pessoas com alguma capacidade de dialogo com a população, que era uma população do mundo rural, e com uma dificuldade de entendimento, e até o que seria uma cooperativa, quer dizer naquela época...

DR - Deixe-me perguntar, o senhor tinha que idade naquela altura?

JAS - Eu tinha 16 anos, 16, 17 anos quando isto começou em 1968.

DR - Então o senhor nasceu no norte e veio pra cá...

JAS - Sim, sim eu nasci em Viseu, e vim com 13 anos para cá. Nessa altura já estava por aqui a volta de 5 a 6 anos, já conhecia razoavelmente a cidade por que trabalhava e, o

meu trabalho era distribuição ao domicílio na cidade, conhecia muita gente, conheci muito lugar e convivia mais com as pessoas, então não estava sujeito a trabalhar dentro de uma empresa onde estava muito limitado, contactaria com uma ou duas pessoas, e dificuldade na relação.

Eu andava na rua, portanto e estava em contacto com os clientes, o que me deu alguma capacidade, alguma aprendizagem.

Quando estas pessoas apareceram aqui no bairro, eu que era o representante da minha casa, a minha mãe era mulher solteira, mãe solteira, e eu fui quem tive a responsabilidade, embora ainda jovem, nem sequer tinha maioridade, mas fui eu quem comecei a aproximar os mais adultos para ver o que é que eles faziam, o que é que eles entendiam do processo...

Porque eu de cooperativas também não sabia nada. Aliás o regime fascista não aceitava que as pessoas constituíssem cooperativa, neste caso aqui foi uma exceção, aceitaram a cooperativa, e agora já não funciona acabou, terminou.

DR - E ela foi constituída em que ano, o senhor se lembra quando? mais ou menos?

JAS - ela foi constituída aproximadamente, foi constituída em 1969, 1970, e terminou em 78, ou seja, faliu em 78.

E o objetivo da cooperativa e câmara, acabaram o primeira fase tiveram que organizar grupos de pessoas que quisessem aderir ao processo de cooperativa, isto é que se fizessem sócios da cooperativa, e pagar se uma cota na altura era 300 escudos, cada um tinha que pagar 300 escudos, fosse uma família numerosa ou não, cada pessoa que se candidatava tinha que pagar 300 escudos.

DR - Cada pessoa?

JAS - Cada pessoa que representava sempre uma família. Ou seja, o cabeça de casal, mas a família podia ter 10 pessoas, não está bem em questão, pagava sempre só um que pagava 300 escudos, não era pouco. Não foi fácil porque nós estávamos a pagar também uma renda aos arrendatários do terreno, que era uma quinta e, a quinta era dos proprietários que já não estavam a viver cá.

Tinham caseiros que abusaram provavelmente da posse da propriedade e, que estavam a receber eles o dinheiro, ora como é que nós íamos para 300 escudos a cooperativa e ter que pagar ainda renda aos arrendatários onde tínhamos a barraca na altura.

Então a câmara municipal entrou em campo, mandou a polícia por isso acompanhou-nos, fomos juntos dos feitores, os que eram, os que diziam os donos, os proprietários dos terrenos e avisou, estas pessoas de associarem a cooperativa, automaticamente deixam de pagar a renda a esse proprietários dos terrenos, e ficam apenas ligadas à cooperativa.

Ora isso que foi uma grande vantagem, pois assim a gente pagávamos de um lado e já não tínhamos que pagar a renda.

DR - E continuaram morando lá?

JAS - Sim, até que o bairro fosse construído, o bairro foi construído em 3 anos, em 70 já tinham formado a volta 30 grupos com 21 pessoas, ou seja 21 cabeça-de-casal, ou seja, cada grupo tinha 21 famílias e, cada para uma dessas 21 famílias estava a ser construída uma casa desse lado. Só que havia 26 grupos, o que dava 240, qualquer coisa habitações.

Depois que foram constituídos os grupos, quando começou haver essa hipótese de termos habitação aqui, começou uma grande correria a cooperativa, porque viram que havia possibilidade de ter uma casa e sair do barracado.

DR - As casas foram construídas entre 70 e 73?

JAS - Começou em 1970 e 1973 estava tudo pronto.

DR Então na altura o senhor trabalhava com essas entregas, e acompanho esse processo. E nesse processo foi feito algum tipo de treinamento para entender o que era cooperativa?

JAS - Sim, faziam-se reuniões, por grupo, ou seja, aqui construíram umas casas em alvenaria, no centro do bairro Chinês, e então chamavam de os centros, centro número 01, 02 e 03. E convidavam cada grupo de 21 pessoas a vir a reuniões para saber todas as informações necessárias, e ao mesmo tempo receber alguma informação de como comportar-se aqui numa cooperativa.

Numa habitação que era muito diferente daquela que tínhamos no bairro Chinês e, as informações que davam é: não pode trazer as galinhas, não pode ter cabras e ovelhas, porque tinha aquele espaço numa quinta, e ali guardava-se coelhos, tanto quando for para ali não vai ter nada disso, era uma espécie de educação geral.

DR - Mas isso não gerou confusão?

JAS - Não, por incrível que pareça, não houve confusão nenhuma com isso, porque as pessoas percebiam porque embora viessem da aldeia, elas sabiam que havia necessidade de haver alguma higiene pronto, até porque vinha à procura melhor condição de vida aqui em Lisboa, eram na altura, na aldeia, já viam o mundo de forma um pouco diferente, tanto que os mais atrasados ficavam aldeia sempre, os mais desenvolvidos, que tinham mais perspectiva de vida diferente, vieram à procura de condição aqui.

Pronto, chegavam aqui e já não era difícil entender que numa casa dessa ter galinhas ou coelhos não era normal, portanto houve alguma informação, mas nada assim muito especial mas se trocava informação que não podiam ter aqui, nem aqui a volta não podiam cultivar.

DR - Hoje são quantas casas aqui? Começou e foi ampliado o número?

JAS - Hoje são 458 aqui neste bairro, quer dizer 458 cabeça de casal na altura, aderiram à Cooperativa.

DR - Isso no intervalo 70 e 73 foram construídas todas as casas?

JAS - Sim, na altura destes 21 grupos que havia, que dava já dava 400, porque 21 de 21 pessoas, dá 440, aqui eram 21 grupos de 21 pessoas. Tinha sempre a cabeça de casal, porque às vezes pode ser então que eram 7 ou mais em uma casa. As casas eram depois distribuída em função do número do agregado familiar. Uma família que tinha só duas

peessoas que uma casa tipo 1, com só um quarto e uma sala. Uma casa para uma família com 4 pessoas, numa casa tipo 2. Se fosse filhos, ou seja masculino e feminino, uma casa tipo 3, um quarto para o pai e a mãe, um para o filho e ou outro da filha, e assim por aí fora, até casa tipo 4.

Era o máximo que tiveram, a casa tipo 4, ou seja 4 quartos. Entretanto alterou o sistema de renda pagamento que era em escudos e que agora eles que se pagam em euros, e a renda não chega a renda a 5 €.

DR - Até hoje estão a pagar renda?

JAS - Alguns já não estão a pagar, o processo que estamos a desenvolver a propriedade que tem a posse de quem habita a casa já fez, com que alguns tivessem as escrituras, a posse da propriedade e hoje já não paga a renda, a casa já era nossa, agora que nós estamos a tratar da posse do terreno, ou seja, já estávamos a viver numa casa que era nossa, num terreno que era da câmara, e agora o que estamos a tratar da posse plena da propriedade.

Os não têm ainda estão a tratar do processo,

DR - E senho sempre viveu no bairro? Se casou? Constituiu família?

JAS - Sim, sim. Era solteiro, pode ficar com uma pequena história aí para si pois pode contar lá na aula. Foi assim eu acompanhei o processo até aos 19 anos quando tinha 20, quase 20 anos, fui para a guerra, fui para a tropa. A partir daí desliguei, deixei a entrega da minha casa, e a minha família, porque na altura as mulheres não podiam ser Cabeça de Casal, não podiam representar a família. Em lado nenhum, Então deixei um homem que respondesse, um familiar meu, para durante o tempo em que eu estive ausente, para ele assumir a palavra em representação da minha mãe, em qualquer reunião, de acordo com a minha mãe, a minha mãe que acompanhava, mas não podia assinar, responsabilizar-se por nada, de maneira que eu fui e 70 para a guerra Colonial, vivendo em barraca ainda, e em 73 já vim ocupar uma casa nova.

Eu fui a guerra e quando recebo uma habitação condigna.

DR - E ainda mesma casa onde senhor vive hoje?

JAS - Não é a mesma casa, essa casa hoje é dos meus familiares, meus irmãos, estão a viver lá eu entretanto, adquirir uma outra propriedade aqui. Mas estou aqui no bairro mesmo.

DR - Então o senhor adquiriu de uma outra pessoa?

JAS - Sim, de uma outra pessoa, isso é outra pessoa, um familiar foi pra aldeia, reformou, e fizemos um acordo e portanto fiquei com a propriedade dele. Hoje tudo legal, tudo direito.

DR - Quando o senhor retornou da guerra veio para trabalhar, trabalhou de que?

JAS - fui empregado de balcão, vendia eletrodomésticos, no comércio. Depois saí de empregado de balcão, aprendi muito atendia muitas pessoas e isso também dá uma certa bagagem, e depois mais tarde o comércio começou a ficar com alguma dificuldade e eu saí para trabalhar com uma grande empresa. A Nacional, fábrica de bolachas,

massas, farinhas uma empresa grande e trabalha lá tem que provar, e trabalhei lá até reformar.

DR - O senhor se reformou em que ano?

JAS - Eu me reformei em 2006, aliás 2006 fui me embora com indemnização, por que houve uma reestruturação da empresa, reduziram muito pessoal, indenizaram as pessoas, eu, a minha seção também fechou e tive que vir embora, depois recebi o seguro desemprego e, logo em seguida fui para a reforma. Tanto desde 2006 que não trabalho.

DR - Então, e como se aproxima dessa questão do associativismo, foi a partir dessa experiência com a cooperativa?

JAS - Foi por obrigação, é assim nós, diziam aqui que o bairro era nosso, ok? Mas nós não tínhamos qualquer documentos, ou planta da habitação.

Só que tínhamos de pagarmos a taxa de habitação a câmara municipal de Lisboa, não tínhamos mais nada em nosso nome.

E de cada vez que íamos a câmara falar sobre a degradação do bairro, ou seja, das habitações, dos arruamentos, da iluminação pública, do espaço público, a Câmara dizia, mas o bairro não é da câmara, a câmara não trata de nada, é vocês é que têm que tratar, o bairro é vosso, e não é assim, não temos nada, qualquer documento que diga que o bairro é nosso.

Então começamos a desenvolver um processo, constituir as várias associações, foram caindo. Acompanhei esses meus amigos nas várias reuniões na câmara, e acompanhei mas como o observador, quer dizer pronto, era uma pessoa que queria resolver o problema, interessara-me.

DR - Mas havia outras associações?

JAS - Antes do nós houve associações, houve vontade sempre de resolver o problema só que nunca conseguiram chegar lá.

E então até que uma vez não havia Associação, e era necessário tratar o problema do bairro, continuar o processo, que já tinha sido iniciado, era apenas um esboço, mas havia início do trabalho no sentido de regularização do Bairro. Perante a câmara e então chegou a minha vez e, com a necessidade, que havia necessidade disso, e constituímos aqui a Associação, e falamos primeiro da responsabilidade que era constituir a Associação, do trabalho mais ou menos, o trabalho que tínhamos que fazer e então partição para fazer esse trabalho, estamos hoje em uma fase adiantada, estamos numa fase de escritura da propriedade já.

DR - E o senhor começou isso, em que ano?

JAS - começamos isto em 2003 e a associação foi fundada no dia 8 de março de 2004.

Em 2003 começamos constituindo comissão, preparação para uma nova associação, para valorizar o bairro, e em 2004, e em 8 de março de 2004 constituímos a associação. E desde aí para cá temos começamos o trabalho. E o que é que foi feito primeiro? Tivemos que fazer, o bairro estava numa zona de ninguém, construíram esse bairro numa zona verde.

Quando nós íamos a Câmara, nos diziam sempre, este bairro está numa situação precária vai ser demolido. E vocês vão ter que aguardar até ir para o outro bairro.

DR - Precária? Não me parece?

JAS - Não precário porque estava numa condição, eram situação irregular, ou melhor, não se trata de um bairro ilegal, pois foi a câmara quem nos deu os terrenos quem financiou, quem colaborou, portanto não há aqui um problema de ilegalidade, há problema de falta de regularização do processo, compraram a quinta e nesta quinta construíram o bairro, mas esta quinta é uma Zona Verde.

Constituíram o que chamam Plano Diretor Municipal, o PDM de Lisboa foi constituído no final dos anos 80, para início em meados de 90, mas esqueceram que havia este bairro dentro da cidade Lisboa, e não incluíram no plano diretor municipal da cidade, logo este bairro estava fora da malha urbana cidade, diziam então, não estava está numa zona verde se vai ter que sair dali.

DR - Que absurdo...

JAS - Parece absurdo mas era isto e falamos com eles do património, e o património de Lisboa diziam sempre tem que aguardar, aguardar, já havia 30 e tal anos quase 40, nós não paramos.

E então chegou uma altura em que junto a Câmara Municipal de Lisboa, com muita pressão, movimentamos muita gente, contactamos todas as forças políticas, explicamos nossas razões e mais tarde então a Câmara Municipal de Lisboa chegou à conclusão de que devia incluir este espaço no plano diretor Municipal, portanto procederam em conformidade com um processo, que é a suspensão do plano diretor Municipal para esta área, para incluir esta área de zona verde na malha urbana da Cidade, hoje somos considerado uma zona urbana. E pronto, levaram, roubaram espaço, um bocado de espaço de zona verde da cidade, mas ela já não era zona verde da cidade, ela já era zona urbana aqui, o bairro foi construído com todas as regras de saneamento.

Portanto, o que estava aqui, não estava nada temporário porque não tinha saneamento, acho até um bairro espetacular, construído na altura com estas condições, está muito bem, o que quer dizer que nos faltava era saber de quem era esse bairro, quem tinha o direito, e nós tínhamos um contrato que dizia que passados 12 ou 24 anos a propriedade passaria através escritura pública para a posse, de quem habitava o fogo.

Isso nunca mais estava a acontecer, está hoje a acontecer através do trabalho que nós fizemos, uma de nossa reuniões tinha 200 pessoas, já não é normal hoje, uma assembleia que o seja, aparecer lá, 200, 300 pessoas.

A associação quando se propõe a eleição, a eleita com 180, 200 votos, 200 pessoas votam na associação, as pessoas vão lá para votar na associação por compreenderem a importância da Associação, para a resolução do problema que tinham em mãos, e pronto. Se é tudo sobre a consciência que as pessoas, do funcionamento, de cumprir algum exercício de cidadania, não sei, e não quero dizer que sejas só por isso.

Mas é assim, as pessoas iam ter lá para lutar pelo o que é deles. As pessoas que vão as assembleias e participam nesta reuniões vão porque sabem que estamos a tratar da sua

propriedade, que é a sua habitação, tanto de qualquer forma acreditam na associação que está a dirigir os trabalhos portanto...

DR - O senhor é o presidente desde 2004?

JAS - Sim, eu queria sair.

DR - E não deixam?

JAS - Não, não é assim. É assim, eu quando vim para aqui ainda não tinha cabelos brancos e hoje estou quase careca e, eu não queria, mas é assim, mas nós somos pessoas de idade, já com idade, portanto temos na volta dos 60 anos e por aí, entre os 60 e 64, alguns com 70 anos, pessoas que temos a noção do que é a responsabilidade de trabalho desses e levamos até final.

Como eu quero desistir, mas o outro pressiona, não vai embora agora, como é que eu não fico? Vamos fazer pressão uns sobre os outros, e vamos continuar aqui.

Isto também tem a ver com alguma capacidade que alguns de nós no grupo da Associação, tem dinamizar o grupo, criar dinâmicas de grupo, de incentivar o trabalho que é necessário, de alertar da necessidade de continuarmos este trabalho, e de até o final.

Dizer que já agora que a gente está a recolher os louros, mais tarde os louros, isto é, um obrigado, não é que ninguém está aqui a ganhar dinheiro, ninguém, estou aqui para minha propriedade também, preciso de ter a minha casa no meu nome, preciso ter uma herança para deixar aos meus filhos, eu não posso deixar de uma propriedade fica aqui ao abandono porque eu fui descuidado, isso tenho consciência, esta consciência advém de muitas coisas, muita gente vai conhecendo de um lado para o outro, quando falamos com muita gente.

E também há uma questão que já agora e depois sabe, o que é importante para aqui, mas aconteceu uma coisa neste país com o 25 de Abril.

Muito importante, haverá quem goste, normal, não sei, a grande maioria das pessoas quando se deu o 25 de abril, tiveram de acordo com o 25 de Abril, era um regime opressor, e durante muito tempo não podemos praticar exercícios de liberdade.

E depois a possibilidade disso é muito importante para nós, hoje as pessoas que têm a minha idade, que viveram um tempo espetacular neste país, onde foi possível propor e discutir coisas, estar de acordo, estar em desacordo, mas continuar a vida e é assim que tem que ser.

Se tivéssemos todos de acordo com tudo, isto se calhar estávamos todos sentados no mesmo sítio, portanto foi muito importante, aprendi muito nesse tempo para cá e fundamental perceber que um só não chega a lado nenhum, portanto e quando eu digo grupo é constituído as pessoas para fazer benfeitorias é esse o objetivo quando falo constituir um grupo, nas reuniões, nas nossa reuniões de associação participa muito, quase todos os moradores e...

E depois fazemos um trabalho no bairro de abordar pessoa a pessoa, quando tem alguma informação explicando o pormenor, o que é necessário fazer quando ela não tem uma explicação das assembleias, as pessoas vão a assembleia, e passado uns dias e já

não sabe lá o que foi dito e nós perguntamos quando encontramos, então nós levamos essa informação, portanto somos filhos do bairro..

.. e o que quero dizer quando somos filhos do bairro é, nós acompanharmos este processo desde crianças, quando eu vim com 13 anos, eu sai da escola um ano ou dois, lá do norte onde não havia nada disto.

Portanto hoje temos noção de responsabilidade, da importância que tem entregar a propriedade, ou seja as pessoas comprem, adquirem propriedade do terreno e ficam com um habitação amanhã, deixando um legado para os nossos filhos.

DR - E nesse processo de 2004 para cá, que tipo de benfeitorias foram feitas aqui?

JAS - Assim, o bairro foi construído com todas as condições, tem um centro de dia, tem uma escola, tem uma creche.

Portanto aqui o bairro, é um bairro com 458 habitações é um bairro com tudo muito juntinho, muito próximo, espaço de jardinagem tem, arruamentos também, os autocarros, transporte, o bairro foi construído com todos os pormenores.

Mais tarde no bairro houveram algumas condições de degradação das casas, como era de ninguém, ninguém reparava nada, e hoje cada um começa a reparar a sua habitação, quem faz obras aqui é quem tem que fazer obras já faziam antes da propriedade ser sua, mas hoje que ouvem as condições de no futuro muito próximo a propriedade ser sua, toda a gente começa, em colaboração com vizinhos, vizinhos do bloco, um dia um repara um telhado, outro repara as canalizações, outro pinta.

É conforme a necessidade da melhoria a realizar, mas o que se está fazendo aqui, o resto tudo funciona muito bem aqui.

DR - Então vamos a aproximação com o Ateliernob, com o Tiago e a equipa dele, como é que isso aconteceu?

JAS - Aconteceu o seguinte. Eu disse que não havia qualquer documento de posse do morador. Ou seja, eu vivia nesta casa, não tinha qualquer documento, eu tinha a taxa, o recibo da taxa que eu pagava a Câmara Municipal de Lisboa, que era a garantia em que eu vivia cá, a habitação não tinha planta.

Nem havia um projeto qualquer que fosse da construção da habitação, como é que isto foi feito, foram perguntar.

Então esperem um projeto, não há nada ou quem viu, quem fez, como é que fez, como é que foi, como é que surgiu, havia uma planta de uma única habitação, e por exemplo e construíram a primeira casa, essa era a planta que cada um vinha visitar para saber a casa se teria no futuro.

Depois construir uma casa tipo 2, as pessoas que tinham direito a uma casa tipo 2, a única planta que tinha era, ir visitar a casa tipo 2 e com os olhos deles viam a casa, mas não tinham qualquer documento, papel nenhum, não havia planta, nada, ninguém tinha. Um do outro ia ver a casa T3, a mesma coisa, quem queria uma casa tipo 3, ia lá mostra-me lá então, não tens documento da casa, então era quase visitar um andar modelo.

Iam ver o modelo de casa que iriam ter, e então chegava lá e viam a casa. Ora quando foi necessário tratar do problema da regularização do Bairro, e vemos que as pessoas que não tinham a planta de tipo de casa que habitavam.

Como ninguém tinha planta nenhuma, ninguém conseguia descrever tanta coisa, o que é que aconteceu, em reuniões com a câmara chegamos à conclusão que afinal era preciso vir fazer aqui algum trabalho no bairro, e tinha a ver com a capacidade da câmara, porque só ela tinha essa capacidade para realizar. Primeiro era preciso fazer o loteamento do bairro, esse metros quadrados de terreno, não sabíamos quantas eram tipo 3, e algumas alterações foram sendo sendo feitas, por abuso, ao longo do tempo, mas também ninguém conseguiu.

Então a câmara em colaboração com Associação decidiu lançar-se a este trabalho pelo loteamento, projeto e planta de cada habitação do Bairro. Nós não tínhamos dinheiro para isso.

Como não tínhamos dinheiro para isso, tínhamos necessidade concorrer aos apoios da câmara, através do RAAML, Regime de atribuição de apoios do município de Lisboa, era essa sigla assim, tanto era a área de apoio que nos candidatamos, quando nos candidatamos a esse processo, e com esse processo, tinha as plantas nas habitações, ou seja fazer 458 plantas das habitações, era muito dinheiro, sei lá, 400.000 € se calhar, parece, então não conseguimos fazer isso.

Então em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, vimos que havia um fundo de apoio para estes trabalhos, então concorremos com um determinado valor a esse apoio.

E então o que é que aconteceu não podemos fazer isso de primeira, logo de uma vez, tivemos que nos candidatar durante 3 anos, porque não podia obter apoio superior a um determinado valor, como era um valor superior a 400.000 €, nós tivemos que nos candidatar por 3 anos, ou seja este processo de feitura das plantas, de projeto, dessas habitações durou 3 anos.

Então foi tudo feito com apoio desta área da câmara.

DR - O projeto aconteceu quando?

JAS - O projeto aconteceu a partir de 2012 até 2015, terminou essa fase. O que é que acontecia a Câmara, cada morador dava uma coparticipação de apenas 50 €, a câmara pagava o resto.

E foi assim, foi através deste processo que nos aproximamos do Atelier...

DR - Então foi a Câmara que apresentou o Atelier.

JAS - Não, a Câmara, nós nos candidatamos a Câmara, depois a Câmara diante disso tem que apresentar um projeto, mas a Câmara não faz projeto, não faziam nada disso, éramos nós que tínhamos que apresentar este projeto, e um projeto que tivesse cabimento, por isso especificamente, o que é que estávamos a fazer, e então não sabemos quem, não tínhamos como chegar lá.

Numa reunião da Câmara Municipal de Lisboa onde os vários intervenientes e candidatos as áreas para tratar disto, nós encontramos o Atelier, encontramos lá alguém numa reunião de Câmara, foi assim...

Num dia, numa reunião para todos que queriam se candidatar a este projeto, para explicar que é que tem que ter, o que é que deve apresentar, como é que tem que fazer, até que data, quem é quem, e que quem é que apresenta, quem é o responsável, questões para suportar a candidatura e nessa reunião, eu não sabia, fui como observador, que eu e os meus amigos aqui da associação, não sabíamos como desenrascarmos, então aguardamos ali por alguém que dissesse alguma coisa, ou alguém que falou e eu percebi que a pessoa era entendida nesta matéria. E então essa pessoa encaminhou para outra pessoa, que depois acabou por levar ao Ateliermob e foi assim, a partir daí, dessa reunião de esclarecimentos, fiquei esclarecido, e também consegui encontrar alguém que me ajudasse a fazer o projeto de candidatura.

Foi uma coisa espetacular porque, porque a nossa relação com o Ateliermob a partir daí ficou muito, muito próxima, portanto foi o Ateliermob que esteve conosco durante todo o processo, até hoje, aqui no bairro.

Ainda temos essa relação, claro, quando há alguma coisa aqui para fazer, que é da competência do arquitetura, ou até dar algumas outras informações que nos possam ajudar a candidaturas à projetos, há sempre alguém que dá uma ajuda e nós recorremos, tudo a custo zero por parte da associação, portanto a associação não paga qualquer custo ao Atelier...

DR - Então o Atelier sempre busca uma forma de financiar o projeto.

JAS - Mas depois o projeto é financiado por aqui, pronto, a associação tem aquela coparticipação, mas isso é tudo negociado sempre, e comunicado à câmara, todo o processo, nunca ninguém pagou aqui mais que 50 €, só pagaram 50 € morador para ter este processo.

À câmara paga-se a taxa de habitação normal, o máximo 4,90 € por mês, de resto pagam as cotas a Associação, os moradores pagam as suas cotas, são 12 € por ano, paga 1 € por mês cada morador, para ter este trabalho feito, e os rendimentos destes pagamentos de cotas, está em balancete, temos o técnico oficial de contas, portanto toda a contabilidade organizada, toda a documentação organizada, só pagamos ou recebemos contra-faturas.

Portanto tudo em conformidade com o que o técnico oficial de contas nos apresenta. Portanto somos uma associação legal, não há aqui qualquer coisa que seja, porque tudo o que fizermos tem que ter uma fatura, e normalmente tudo o que pagamos e em cheque, tem rasto portanto, dá-me sempre uma cópia ao oficial de contas, e damos a fatura relativa a despesa desse cheque sempre.

Portanto, de restos, recebimentos não temos, temos as cotas, que tem uma outra contabilidade que apresentamos, mas que não contam para finanças.

Portanto as cotas são um fundo para a realizações da Associação com os seus moradores. Por exemplo, se associação quiser fazer, vou ser um pouco caricato, a Associação quer meter um Santo António aqui no jardim.

Faz-se uma reunião, diz aos moradores, podem ter lá o que preferem o São Pedro, e os moradores vão decidir através do processo de auscultação, qual é o santo ali. Custa 300 € pronto, a associação realiza aquele trabalho constrói prepara fica ali, custou 300 €. mas que tiver a realizar a obra passa sua fatura dessa despesa, ou seja, depois vai para a

contabilidade, mas esse contabilidade relacionada com a utilização, não tem efeito nas finanças, mas temos que dar conta de que temos os valores, que são da receitas de cotas.

No fundo nós damos, toda a informação para as finanças, tanto do dinheiro no banco, todos os depósitos que temos são manifestados às finanças, e as finanças pois vão ver que x de euros que a associação tem, correspondem a cotização, não entram para o pagamento de alguma coisa às finanças.

DR - Perfeito então ouve esse processo de início de regularização das casas, através dessas plantas que foram desenvolvidas pelo Ateliernob, portanto é uma questão que influencia o coletivo entretanto tem aí uma decisão que é de carácter individual também, porque é de cada família, e todos concordaram na época? Teve alguém que não quis fazer?

JAS - Menos cinco, só cinco não aceitaram. Um por embirração, quatro por incompreensão, não entendem e vivem sós, então depois quando morrer isto fica para a Câmara, não quero saber e tal, não querem tratar, são pessoas solitárias, portanto não tem família, não tem herdeiro, pelo menos herdeiros diretos, para um familiar, meu sobrinho, um primo, qualquer coisa por aí, então não quero entrar, não vou ter que ir, eu também agora já tenho 70 anos, não quero, não vou querer propriedade, fica assim quando eu morrer fica para a Câmara Municipal de Lisboa, ou quem quiser que trate, eu não vou tratar.

Portanto, pagam a sua renda, para as suas coisas, portanto eu acho mal, mas não se consegue fazer entender o processo e a importância que tem ficar com a habitação em nome da pessoa, e até podia ser um familiar, olha tenho uma coisinha ali depois quando eu morrer deixo-te a propriedade para ti, assim não, fica para a Câmara de Lisboa ou fica para que a associação tenha mais um trabalho para decidir a quem é que aquilo vai ser atribuído, por exemplo uma pessoa do bairro que esteja com dificuldade aí, provavelmente nós da Associação e a Câmara Municipal Lisboa chegaremos à conclusão de quem é a pessoa que tenha condições ou a necessidade de ir ocupar um espaço daqueles, mas com a condição de essa pessoa vai ter que realizar o processo, que outra senhora devia ter realizado antes, a senhora ou o companheiro, porque ela vai ter que depois fazer a planta, apresentar a propriedade adquirida propriedade, ficar com propriedade, portanto depois resolver tudo isso aí.

DR - Quero perceber então, isso era uma decisão individual, e como que isso evoluiu para a questão mais coletiva do Anfiteatro, como é que o processo se deu e saiu dessa questão de ter feito o desenvolvimento das Plantas das casas, para pensar, vamos fazer algo para o bairro.

JAS - Isto é tudo simples, não é mesmo tudo na vida não é muito difícil, pensar um bocado as coisas, vão uma coisa vai chegando à outra, quer dizer nós vamos ter que avançar.

Então o que aconteceu foi o seguinte, nós achávamos que o bairro tinha necessidade de ter um espaço onde as pessoas se reunissem publicamente não tínhamos aqui nada, nós tínhamos apenas um salão da coletividade que é pequeno, leva 200, 300 pessoas ali

muito juntinhas, que é uma coletividade, tanto para a prática de desporto que abre para várias atividades culturais também.

DR - Como é que se chama lá?

JAS - Coletividade Oriental, não é o Clube Oriental de Lisboa, esse é um clube de divisões superiores, diferente deste que é clube de bairro.

E então o que é que aconteceu, porque não tínhamos espaço, houve a possibilidade de concorrermos a um apoio da Câmara Municipal de Lisboa, para melhoramento do espaço público.

DR - Mas foi uma coisa que partiu dos moradores? Da associação?

JAS - Foi da associação, é assim há a possibilidade de nos candidatar-mos na Câmara Municipal de Lisboa para melhoramento do espaço público, por exemplo, bom então Associação quer candidatar-se alguma coisa? foi assim que surgiu a ideia?

DR - Mas foi o mesmo programa? O RAAML?

JAS - Não, então agora é BIP-ZIP,

DR - Conheço esse, não conhecia o outro, bairro de intervenção prioritária, zona de intervenção de intervenção prioritária.

JAS - E então pronto, a Associação não está a fazer nada, não estamos aqui, temos aqui alguma condição, o bairro está aqui a pedir que se faça alguns melhoramentos, vamos ver da possibilidade de construir um Anfiteatro e umas escadas da ligação da zona sul do bairro a zona norte do bairro, porquê mas também essas escadas que fazem ligação com a parte de baixo com a lá de cima, a atravessar o Jardim, já que muitas pessoas faziam o carroiro público por meio do jardim em cima.

JAS - Falamos aqui com o Atelier, vieram aqui visitar, ver a condição para ver se havia condição, e então apresentamos uma candidatura, com colaboração, com a ajuda preciosa do Ateliermob para construir aqui o Anfiteatro e uma escada de ligação da cota sul a cota norte do Bairro.

E pronto, foi o que ficou.

DR - Depois o senhor pode me mostrar?

JAS - Sim, vamos ver, podemos ir ver. Temos que ver temos feito ali alguns encontros, reuniões, a Câmara quando vem encontramo-nos ali, naquele espaço, pomos ali uma aparelhagem de som, e é lá naquele espaço que realizamos o Magusto, que nos concentramos.

Quando vem alguém, arquitetos, paisagistas que visitam o bairro, estrangeiros que vem para cá portanto, que vem que vem visitar o bairro, explicamos algumas coisas aqui e normalmente fazemos algo naquele local.

Visitamos o bairro e depois paramos ali para fazer uma espécie de resumo das coisas que foram vistas, e da história do bairro, pois esta é uma história muito bonita, muito bonita, muito importante também, porque não é fácil nos dias de hoje, que uma

associação de moradores ser capaz de levar um processo desses até a constituição e, ou seja, até a posse da propriedade pelo morador.

Não é fácil, e nós com a colaboração câmara, com a colaboração do Ateliermob, com o nosso esforço, com o recorrer de alguns familiares que eu tenho que estão na área da advocacia e na área do direito, fomos sempre informando, e tivemos que recorrer muito ao exterior, então pronto, um trabalho importantíssimo, trabalho de pormenor, mas que conseguimos dentro da lei, quanto sentimos dificuldade, perguntamos, pedimos ajuda, pedimos informação nunca partimos para nada a aventura, não é isso até gostamos de algumas aventuras, mas ponderadas sempre com cuidado, para não estragar o que é das pessoas, e o que está feito, não prejudicar.

Mas ali ainda acerca do anfiteatro criaram-se algumas condições especiais, primeiro a câmara também tem isso como não um fim, mas também com algum objetivo, que é proporcionar alguma condição de trabalho a pessoas que têm emprego precário.

A constituição deste Anfiteatro aqui, andamos aqui 3 meses, 2 meses e qualquer coisa, 10 pessoas aqui do bairro que estavam no desemprego foram chamadas para trabalhar aqui e tiveram, todos ganhavam o mesmo valor e fizeram este trabalho.

Este trabalho foi feito pelos moradores do bairro, ganhando uma parte do apoio que a câmara atribuía para a construção para aquisição de materiais necessários, e uma parte para contribuir para pagar aos moradores que estavam neste trabalho.

E agora corremos a pessoas que tinham estavam desemprego de longa duração e outros que não tinham qualquer emprego, e qualquer receita, estavam já estava fora, já não tinha o subsidio de desemprego.

E essas pessoas que trabalharam aqui, dois meses, dois meses e meio, e tiveram um rendimento. E estiveram aqui a volta de umas 12 pessoas, tiveram o rendimento, tiveram alguma vantagem para as suas casas, para dar de comer aos seus filhos, para dar alguma coisa, se calhar para pagar o telefone, água, luz, não faço ideia, mas também se calhar para comer.

DR - Todos os moradores que trabalharam moram no bairro?

JAS - todos os moradores neste bairro, fizemos questão de ser assim, porque era importante que fosse, e outra coisa que temos a falar que é, como é que se vão constituindo, como é que isto vai avançando, como é que vai haver no grupo, pessoas que se interessam por esses trabalhos, essa foi uma grande dinâmica aqui, vou dar só como exemplo, quiseram roubar cimento daqui. Nós deixávamos o cimento aqui na rua e deixava os materiais, e alguma vez um desses moradores que estava em um grupo queria vir aqui assaltar, e esse morador disse, ali vocês não vão, nós estamos a trabalhar e aquilo é do bairro, vocês ali não levam nada, nem que lá vai, ou seja, o maior pilantra, pode ser o maior defensor da coisa pública, que também lhe interessa.

Naquela situação complicada que eu não admiro de forma alguma, não gosto disso, acho que as pessoas deviam ter uma forma de vida razoável na sociedade, sem prejudicar ninguém.

Mas no meio dessa gente toda que anda perdida, ainda vai haver alguns que não são para deitar fora, quer dizer, este foi um deles, um grupo de queria vir roubar ali os

materiais, ele disse não, ali vocês não vão, porque aquilo ali é do bairro, eu trabalho lá e não e não no fundo da constituição tem muito a ver com isso também, nem todas as pessoas compreendem isto assim.

Eu percebo isto assim. E porque também percebo porque é que alguns vão ter na marginalidade, é claro ninguém lhes disse para ir para lá, eles deviam ter juízo, mas enfim, acontece tanta coisa no percurso de vida que se calhar alguns, vão ser mesmo empurrados para lá.

Mas aqui constitui-se essa dinâmica, e construímos, e hoje já agora, se alguém do Ateliernob vier cá visitar o bairro, pode visitar o bairro à vontade, podes chegar à porta de cada um, e pedir um copo de água ou um sanduíche que era conhecido e de certeza que não vai ser negado.

Mais se vier aqui alguém e perguntar onde é que é a Associação de Moradores, haverá de ter sempre um morador que vai dizer onde é, que quer falar com alguém da Associação de Moradores, haverá sempre alguém que está ali, que irá falar.

DR - Quando eu cheguei aqui uma senhora falou, precisas de alguma coisa? Queria falar com senhor José Augusto, e ela respondeu, ele não está aqui, está ali.

JAS - Isto tem a ver com a nossa vida aqui, nós somos desde pequeninos, aqui eu conheço toda a gente desde pequenino, desde muito jovem eu vivo com esta gente toda, é a minha família.

DR - É como se fosse uma pequena cidade dentro de Lisboa.

JAS - Isto é uma aldeia dentro da cidade, isto está aqui é uma aldeia dentro da cidade de Lisboa, funciona como uma aldeia, você quer deixar suas chaves, você sai deixa as chaves com o vizinho, vem o homem da Luz, vem o homem da água, veio o correio, seja o que for. Alguém que vem aqui o aflito precisa de qualquer coisa, não tem o telefone vai pedir a vizinha, liga pra fulano, é assim que se faz aqui. Toda a gente aqui se conhece, toda a gente que entra neste bairro, não é de cá, se tiver alguém na janela, sabe que essa pessoa é forasteiro, não é do Bairro.

Aqui tudo é muito familiar, muito próximo aqui ninguém tem problema, os meus filhos, que agora você já sabe, são homens feitos, pronto os filhos deles, os meus netos.

Quando os meus filhos tinham a idade dos meus netos, qualquer pessoa que passava com o carro que era aqui do bairro e os via, dizia, entrar aí no carro para ir para casa.

Isso me dá um gosto tremendo.

DR - E nesse processo para chegar o resultado do Anfiteatro foram necessário muitos encontros?

JAS - Sim, foram muitos, primeiro na câmara com o processo de candidatura. Esse foi importantíssimo. Depois informação de quem se candidata, quem representa, quem vai ficar responsável, enfim apresentar todos os dados da Associação necessário ao processo, se a Associação está legalizada perante a Segurança Social e as finanças e tudo o mais deste processo.

Isto o processo para apresentar na Câmara, depois a constituição do projeto, quer dizer ou seja passar para o papel estas ideias, foi preciso ir muitas vezes ao Ateliernob. Sei lá quatro ou cinco vezes digo, eu mas depois nessas quatro ou cinco vezes foi para preparar especificamente depois foi preciso ir lá algumas vezes, olhe faltava estes problemas, isto aqui, veja lá se pode passar por cá para tratar, e então era para assinar mais um documento daqui para enviar para a câmara.

Olhe agora uma reunião na câmara é grande e para toda a cidade, depois concluído o projeto e era apresentar, aguardamos a candidatura, quando tínhamos o projeto foi discutido em Assembleia.

Foi dito em Assembleia, que íamos receber XY de euros, com o objetivo de construirmos um anfiteatro e umas escadas de ligação do bairro, pronto as pessoas foram à reunião e falamos nós, falou o representante da Câmara, representante do Bip Zip, neste caso, e falaram também os arquitectos para esclarecer o que nós não sabíamos explicar.

Então tem que ser dito as pessoas como é que ia ser construído, que condição, que segurança. E mostraram uma maquete não sei o que, mais este já com o esboço do que seria o futuro Anfiteatro e a escadaria que estava ali, quer dizer foi o processo com o desenho apresentado, foi fixado para ver o que é que estávamos a falar.

E de tudo o que ia se dizendo ali, o que é que iria resultar.

DR - Mas o processo de constituição do projeto, que tenho trabalhado diretamente, foi o senhor e mais alguém daqui da associação?

JAS - Foi a associação, com o conhecimento dos moradores, fomos dando conhecimento o que é que estávamos a planear.

Quando chegamos a parte mais avançada de candidatura mesmo, foi aquela assembleia que fizemos, que os moradores dissessem que não queriam ficava sem efeito o projeto, não ia para a frente, não queremos o anfiteatro, nós queremos um chafariz por exemplo,

Mas também só entrava no projeto uma ideia que tivesse sentido para o para o bip-zip, não podíamos apresentar uma candidatura, não vamos construir ali um lago, não isso não faz parte, então o vosso projeto não é aprovado, pronto, e para o ano preparem outro.

Mas foi aprovado pela maioria das pessoas, então era dinheiro que vinha a fundo perdido praticamente, não os moradores não iam ter prejuízo nenhum, eu vou fazer um espaço para poder reunirem-se, encontrarem-se ali, era isso.

DR - E dentro dessa experiência que o senhor teve com ateliernob, se o senhor fosse dizer o que o senhor entende por projeto, o que o senhor diria? A ideia de projetar por exemplo.

JAS - Primeiro tem que ver o que é que pretende para ali, o que é possível projetar pra ali, o que temos em vista na altura, mas nós depois corremos sempre pra quem tem esse entendimento também, tenho ideias, o que é que queres fazer e neste caso, há sempre algo a acontecer na câmara que despertam curiosidade para as oportunidades de construir, de realizar, e depois vai encontrar sempre muita gente quer dizer aquilo ali numa reunião de Câmara, é um mundo, aparecem ali todas as pessoas entendidas nas

mais diversas matérias, que a gente pode fazer perguntas, e se a gente pergunta e não está ninguém.

Alguém sempre encaminha para algum lado, para ver como pode sair, e como pode melhorar a ideia que tenho, reconstruir, como fazer alguma coisa, portanto isso normalmente nós fizemos, foi quase sempre, quase sempre com o Ateliernob, porque são pessoas espetaculares e, acho que são pessoas que têm uma perspectiva de trabalho muito diferente daquilo que se vê, é muito lá, para já pessoas muito abertas muito abertas, muito práticas, quando dizemos alguma coisa, dizemos logo, passamos por aí, ou se é rápido pode passar por cá, quer dizer temos uma relação muito próxima, uma relação de trabalho que acaba agora também por ser uma relação de amizade, entre as pessoas.

Nós não temos aqui nada para dar para ninguém, nós aqui temos é aquilo, alguma coisa que a nossa humanidade, tem que tratar as pessoas bem, porque elas merecem que sejam tratadas bem, pra já são pessoas que nos visitam, todos gostamos que venham cá, venham e que no futuro possam conversar, é porque não sentiram que não perderam nada aqui, pois não ganham nada aqui, pois se não nos tiram nada, já não é mal.

DR - E esse processo do anfiteatro começou quando? O senhor se lembra o ano?

JAS - 2013, 2014. Porque assim nós nos candidatamos em 2013, e o projeto só avança...

Candidatamos em 2013 e os valores só vem em 2014, ou seja, a candidatura é apresentada até 30 de junho ou qualquer coisa aí. Então estamos nas férias, só se sabe o resultado da candidatura se é aprovado ou não lá para outubro.

Depois toda a burocracia, entretanto até ao natal por ai assim, vão dizer olha a partir de tal data vais receber uma tranche, uma primeira tranche.

É muito importante dizer é que os valores que não são atribuídos só são atribuídos por tranches em função da obra a realizar, ou seja, uma primeira tranche será de 25% e depois vem alguém da Câmara responsável por esta área de trabalho visitar a obra, para saber se a obra corresponde aos 25% do valor que foi atribuído e, depois de fazer essa visita, vai para a Câmara faz o relatório, e diz se pode seguir a segunda tranche. Depois...

Quer dizer também isto não há espaço tempo, não para, não para, nós estamos sempre bem, eles vem visitar e vê-se.

A obra correspondente a 25% da tranche, então podemos avançar, quando voltar cá outra vez, sim está 80% do total da obra outra vez correspondente a segunda tranche.

E vão visitando sempre assim até ao final, antes de virem a última tranche só é entregue a Associação neste caso, se a obra estiver realizada, o que também pressupõe que se Associação tiver alguma despesa, tenha alguma capacidade para suportar até a última tranche, ou seja, suponhamos que a última seja de 50000 €, não, não é. 10.000 € se calhar, 10000 €. Se Associação tiver que gastar 5000 €, ou se puder dizer aos fornecedores, nós se puder a partir de tal data pagamos.

Nós já jogamos com os dois, já nos conhecem e sabem que nós garantimos o custo da despesa e, então nós vamos adiantando, então dizemos para aguardar até, logo que o

dinheiro venha da Câmara, nós pagamos a entidade que nos forneceu os materiais, ou aos trabalhadores que trabalharam e que ainda não receberam. Portanto..

DR - Quem paga os trabalhadores é a associação?

JAS - A associação paga os trabalhadores, exatamente.

A tranche vem na totalidade para associação, a associação paga as despesas do que tem, dos materiais, tudo contra faturas, sempre com faturas e aos trabalhadores pagam também, e assim assinam uma pequena declaração. Ahh... é claro, a Câmara também quer saber quantos trabalhadores estiveram, qual a condição deles de empregado, desempregado, condição deles, se são pessoas com alguma condição, de vida, financeira ou se são pessoas que tem trabalho, são pessoas que eram presidiárias, se são pessoas que eram delinquentes, se são pessoas que se metem na droga, pessoas que vivem aí de alguma forma enfim uma situação delicada, a Câmara quer saber dessas pessoas todas e, a Câmara interessasse que nós tenhamos em atenção essas pessoas, os que reunirem as condições para poderem trabalhar conosco, a Câmara faz questão que nós tenhamos em atenção essas pessoas...

Se serve, serve, também não vamos trazer pessoas aqui as costas, se serve, pode trabalhar, mas vou lhe dar um exemplo, fica aí gravado não sei...

DR - O senhor quer que eu para a gravação agora?

JAS - Não, não, mas é assim eu vou dizer, a minha companheira passava aqui no bairro a caminho do trabalho dela passa aqui, aqui nesta rua por aí acima e houve duas pessoas que interpelaram, e perguntar: nós somos muito amigos do seu marido, ele é uma excelente, mas só, estamos um bocado desacreditadas porque ele dá trabalho a drogados e ladrões.

Ficou um bocado, um bocado à rasca para responder, eles acham que meu marido dá trabalho a drogados e ela disse, isto é problema complicado, quer dizer, também não teve um entendimento muito grande a questão e foi apanhada de surpresa, à minha casa estou a casa à noite e falou comigo, estou um bocado chateada porque disseram-me isso lá em cima na rua, as vizinhas disseram assim, que tu que trazes aí drogados e presidiários, e ladrões aí, e dá trabalho e tal, eu disse olha que vamos fazer assim, as pessoas que façam essa pergunta, tu dizes, olhe se são ladrões e então dá-lhe a trabalhar a sua casa está segura.

Se são drogados também, enquanto andam por aí à procura de droga, estão ocupados, estão a trabalhar, ganham o dinheiro, não dão outras despesas e, não andam aí a assaltar ninguém, é isso que vais dizer.

Bem e esta a forma como e a quem te faz essa pergunta na rua, foi isso que eu disse.

Sim, andam lá, um é presidiário, foi esse tal que disse, vocês hoje não mexem nada porque ali...

E os outros já não davam ouvidos porque estavam aí a fumaça, distraída, pois claro, embarcará, e então foi assim que expliquei, duas coisas, primeiro estão ocupadas, você está seguro.

E depois tiram ali uma receita para não terem que recorrer a pilhagem e do dia-a-dia na rua, portanto no fundo se calhar era uma forma boa de ocupar as pessoas, estas que estão dispostas a trabalhar desde que faça o trabalho, eu não me importo tanto.

Foi um pouco que aconteceu com estas pessoas, mas também porque a Câmara também nos foi dando algumas informações nesse sentido, portanto pessoas com dificuldade, não diz obviamente, vocês chamem os delinquentes e façam um grupo deles e tal, não não é isso, integrar também pessoas, no fundo reintegrar pessoas na condição de trabalho, um meio que garganta alguma sustentabilidade.

Não é preciso ser técnico para perceber isto, não é preciso estudo especial para isso.

DR - Sim, sei não evidente que não é preciso.

Mais uma pergunta para finalizar

Em relação a esse processo todo, entre o desenvolvimento do projeto, apresentação para o BIP-ZIP, a construção, durou quanto tempo se lembra?

A construção acabou quando?

JAS - foi até julho antes de sair férias, perdão foi até 15 de setembro de 2014, sim.

Eu vou lhe vou ser muito prático neste caso, assim, nós prepararmos o projeto, para entregar até maio, até junho, do ano 13.

Soubemos o resultado do projeto em outubro, o resultado isto é, foi tido em conta, vai agora para o júri que vai decidir se tem condições de ser aprovado ou não.

Em dezembro recebemos a informação que o projeto foi aprovado e foi atribuída a verba X muito próxima daquilo que a gente propunha.

Em fevereiro recebemos a informação que vai ser desbloqueado uma verba uma tranche relativa ao projeto tal, no valor tal, para começarem as obras.

Em maio, abril no princípio de abril, meados, começamos as obras.

Em maio, junho e julho, obras, depois férias.

Mês de agosto foi férias e depois ali no dia 15 setembro foi a apresentação daqui da obra da conclusão do projeto.

Não foi esses meses todos a trabalhar, depois fomos de férias em julho, mês de agosto foi férias até o dia 15 setembro, foi apresentado ali a conclusão do projeto.

DR - Percebi, e o futuro? Em relação com, com o Ateliernob, existe algum alinhamento?

JAS - Existe, nós tentamos sempre o Ateliernob propor conosco, nas candidaturas que nós apresentamos a Câmara Municipal de Lisboa.

Quando falo aqui, parece que a nossa relação é só com a Câmara Municipal de Lisboa, é mesmo.

Nossa relação aqui é com a Câmara de Lisboa porque nós somos uma associação que tem como primeiro objetivo, a regularização do bairro, não tem como objetivo fazer mais seja aquilo que for.

Mas no meio desse tempo todo, nós podemos fazer muitas outras coisas que não sendo o primeiro objetivo, são também importantes, que se façam, portanto colaboraram com muita coisa que seja necessária para o bairro. E candidatamos sempre a projetos que a Câmara Municipal de Lisboa ponha a concurso, portanto o BIP-ZIP, nós candidatamos BIP-ZIP no ano passado, não foi tida em conta a nossa proposta.

Era para requalificar os muros exteriores do bairro, ou seja, estão degradados, falta pintura, dá um aspecto de relaxo, desmazelo, e nós queríamos rebocar e pintar os muros, exteriores ao bairro.

Porque, é uma segunda candidatura, porque na primeira candidatura nós recuperamos toda a escadaria e corrimãos, e muros interiores do bairro, que estavam muito degradados e, também conseguimos com um projeto, com uma candidatura ao BIP-ZIP portanto este ano não apresentamos candidatura, mas estamos ligados a uma outra questão, que é a trienal de Lisboa.

Que é um trabalho de arquitetura, relacionado com arquitetura e que pretendem mostrar sempre algumas questões e trabalhos que tem alguma importância para nessa área e então e, então contactaram-nos, o que tem no bairro, também souberam alguma coisa que foi aqui realizando, e estamos a colaborar com eles, no sentido de eles virem aqui visitar o bairro, e nós explicarmos o que é que foi feito, o que é que pretendemos ainda fazer, o que é que ainda falta fazer, portanto é porque este ano BIP-ZIP, que é um projeto da câmara que ajuda a algumas obras de recuperação, melhoramento dos bairros, este não é propriamente um bairro, nem uma zona degradada, felizmente...

Mas está integrado a estas malhas urbanas, onde há algumas questões a merecer tratamento e, aqui há algumas delas que não, não é por isso que vai considerar-se que é um bairro degradado, embora haja algumas questões aqui, que mereçam tratamento.

Por exemplo, os espaços interiores, no meio das casas, entre habitações, começava que o bairro teria que ter (inaudível) mas uma rua passa pelo meio do bairro, depois por detrás são onde passa-se, estaciona-se, são áreas pedonais praticamente, e estão bastante degradadas, o piso, falta alcatrão, o piso degradado.

Queríamos também candidatar-mos essa questão, mas essa questão não entra no plano, no BIP-ZIP é uma área tem que ser tratada em direito pela Câmara Municipal Lisboa e com a área que superintende aqui os arruamentos, e aí pronto.

Estamos a tratar disso, diretamente com Câmara e, a ver se estas questões se resolvem também, se é possível realizar um melhoramento que é necessário aqui, são só algumas coisas que temos que temos em mãos, também há uma questão que estamos aqui a tratar, e apresentamos um projeto a Câmara e a Junta de Freguesia, que é o reordenamento do trânsito.

Estacionamentos, alguns parques que existem aqui que estão degradados e recuperados podem dar um bom parque para estacionar, tudo devidamente ordenado, portanto foi apresentado também a junta o ano passado, e estamos à espera que a Junta seja capaz de reunir alguma condição para vir aqui fazer esse trabalho, também fizemos este

trabalho de ordenamento do trânsito, não é propriamente um estacionamento, com a colaboração do Ateliermob.

DR - Ok, o senhor me esclareceu bastante coisa.

JAS - Sim, há muitas coisas que aqui foram um bocado repetidas, mas assim, não sou assim um catedrático nestas coisas, que dizer, este é o nosso trabalho aqui, o trabalho do bairro, trabalho das pessoas aqui que se interessam pelo seu espaço, se nós não fizermos este trabalho, ninguém vai fazer por nós, temos que ser nós a fazer.

Porque é que sou eu, pois é sempre assim, porque é que apareceu aquela pessoa ali, pois porque se interessou e agora está lá agarrado, não é para lá agarrada, está agarrada mas não está presa, mas não vai desistir de fazer o que é importante fazer aqui, porque é importante para ela também, é importante para mim, é importante para nós.

E depois é um prazer também recebermos aqui pessoas, pronto, que vem perguntar então, mas como é que fizeram isso, e que é isto que aconteceu? Como é que isto foi? Portanto se no fundo se estas informações, se este trabalho, se estas pessoas que estão aqui, se contribuíram para que em outro sítio qualquer, se possa criar um embrião para fazer alguma coisa de útil também é muito importante, é muito bom para nós.

DR - Sim, é isto que estamos em busca, muito obrigado.

JAS - Nada, estamos as ordens.

Transcrição entrevista

Tiago Mota Saraiva - Ateliermob

07/02/18

TMS - É possível gravar pelo computador?

DR - Mas é capaz de ter aquela coisa de identificação da voz. Sei pelo pelo Google Talk é possível gravar, fazer uma conferência, é possível gravar automaticamente para o Youtube, mas eu nunca nunca fiz. As pessoas que tenho entrevistado não tem computador

TMS - Enfim.

DR - Vamos começar aqui. Me diz somente, me dá só uma noção de tempo, aqui são 11:40.

TMS - Sim deixa-me ver, meio-dia, meio-dia e dez está bem, certo? Ok? vamos ter cá o almoço e as pessoas daqui também vem almoçar para aqui na sala.

DR - Minha investigação trata da questão da sustentabilidade dos design participativo, então na minha experiência em Lisboa com a Cova da Moura e lá em São Luís do Maranhão. Eu tentei instituir laboratórios de projeto com jovens desses bairros

TMS - Sustentabilidade no tempo?

DR - No tempo e no...

TMS - no seu financiamento.

DR - SIM. Então é aquelas questões que eu te coloquei no e-mail. Desde a questão relacionada com a própria sobrevivência desses jovens que querem entrar no mercado de trabalho e que muitas vezes terão um trabalho precário. E iniciar um processo sem que haja uma espécie de bolsa para mantê-los ali focados no processo, é bem complicado.

Eu particularmente não conheço casos que tenham se sustentado assim, só pela tua vontade de causar uma mudança na região onde se vive. Até porque muitos desses jovens também esperam muitas vezes sair dali, daquela realidade.

Não sei se já ouviu falar sobre presentismo. Um autor, historiador, me veio agora. Historiador chamado, François Zartog. Ele tem analisado o comportamento dos jovens depois da queda do muro de Berlim e essa questão da relação com o fazer. E ele fala do regime de historicidade e do presentismo.

A verdade eu descobri recentemente devido a uma inquietação minha, sobre a necessidade desses grupos que eu tive contato, uma urgência do fazer, sem planejar,

fazer algo a gente precisa fazer esse presente, inventar. E aí acaba caindo na perspectiva de fazer algo que é...

TMS - fazer por fazer...

DR - Sim, algo que às vezes não atinge a questão de facto daquele local e.

Ele fala sobre essa questão do regime de historicidade, do presentismo. Eu posso te passar esse coisa, se for do interesse. Eu vi que algumas pessoas no Brasil estão usando esse autor para justificar as ocupações efêmeras, e o impacto dessas ações. Não só criticar por ser efêmero e se tentar entender o comportamento e vê o que pode ser potencializado nisso né. É porque acho que tanto eu quanto você, a gente conversou, nós temos uma visão muito mais ligada a questão de classe, da vulnerabilidade. É uma questão predominante...

O que eu notei nesses bairros, o que eles querem, há muita expectativa. Trabalhando, dando workshops básicos de design. Para que eles pudessem entender como funciona o design. Porque também eu faço uma crítica do Design Thinking. Da proliferação dos tool kits que não são assimilados por essas pessoas. Dessas coisas ligadas a mudança social, *social change*, não sei se tu já viu pela internet, vários kits.

TMS - Sim, sim, *Urban Action*.

DR - exatamente esses que dizem que são utilizados e, que eu vejo que eles não tem interesse pelo menos com esses jovens que eu trabalhei. Para os alunos de design, meus alunos acham o máximo usar naquele momento da aplicação, acham ótimo, mas depois é assim, até para eles usarem com quem ele estão projetando, isso não tem tanto apelo concreto.

E não sei se eu te comentei isso que eu estava usando alguns *canvas*, gráficos, queria que eles os preenchessem, e aí um jovem falou para mim, que aquilo parecia uma prova de matemática, então disse pra ele fazer de uma forma mais fácil, aí ele foi para o quadro desenhou de forma livre mesmo, sem compromisso...

Então venho analisando essas questões do design participativo, de como criar estruturas sociotécnicas para que os grupos consigam articular demandas com o poder público. Que eu vejo que é uma coisa que você faz, que o Atelier faz, a intenção não é torná-los arquitetos e designers, mas é ter um conhecimento mínimo daquele processo para que eles futuramente venham a discutir o projeto, e não só isso, saber buscar um profissional no futuro, como já deve ter acontecido no seu trabalho qualquer coisa e depois a própria comunidade conseguiu identificar uma outra demanda...

TMS - Sim, sim, sim.

DR - Dentro dessa perspectiva, voltando a questão do caso, se existir um caso onde foi feito esse processo, e depois a comunidade voltou a te procurar, seria um caso muito

interessante para mim, porque isso já mostra que ficou a algo dentro da estrutura sociotécnica entendeu? E isso é um preâmbulo do que do que eu pretendo investigar.

Então a gente começa hoje, queria te pedir que falasse um pouco da história do Atelier como ele iniciou, e se existem esses casos né, que foram iniciados pelo Atelier enfim, e depois a comunidade voltou a procurá-los, então basicamente é falar um pouco sobre o início, um breve histórico. A formação da equipa que vocês trabalham e o que é esse valor que vocês evidenciam tanto que é criar, projetar com os outros 99%.

TMS - Como é que está a explicar, nós começamos aqui o caminho em 2005 ,embora já trabalhássemos antes em conjunto. Os quatro, quatro pessoas que formaram o Atelier, mas depois houve duas que saíram, trabalhavam noutro lugar e ao se passar 2 anos saíram, já que tinham um contrato, com uma vida mais organizada portanto fiquei eu e a Andreia.

E nós nos focamos no início nos concursamentos públicos como aqui era normal, no fundo as pessoas que não tinham pais ricos ou grandes contactos do mundo privado, iam para concursos públicos nos ateliês jovens. E com um pouco de concursos públicos nós começamos por ter trabalho, ganhamos alguns, tínhamos bons resultados e isto foi até 2008, digamos, onde começa a decrescer muito o nível de concursos públicos, ainda mantemos contratos públicos em execução mas depois muita coisa foi acabando, vai até 2010.

DR - Eram só vocês dois a trabalhar?

TMS - Em 2008, não, éramos mais ou menos 4, havia outros dois que trabalham conosco, depois a partir de 2010.

2010 é um ano muito mal porque nós não temos, estamos com pouco trabalho, muito pouco trabalho, em que também comecei a considerar a possibilidade de migrar, de deixar o país, mas também começamos a desenvolver esta ideia de que há imenso trabalho de arquitetura a ser feito, não está é dinheiro disponível para pagar, quando começamos a transformar a coisa de que antigamente tínhamos concursos públicos para, vamos fazer candidaturas de financiamentos.

A primeira ideia era mesmo criar uma espécie de gabinete técnico de apoio à população. Havia, estamos a começar o processo, nem era tanto dos despejos, naquele momento eram muito pessoas que entregavam as casas aos bancos, que tinham de um dia para outro, mudar para casas mais pequenas, famílias grandes que precisavam ir para casas mais pequenas e isso tinha necessidade de arquitetura e nós podíamos fazer um gabinete que desse apoio.

E propusemos isso à Câmara e, a Câmara diz espera, espera, nós temos aqui uma associação de moradores provavelmente que necessita de apoio técnico e cruzamos isso, e apresentam-nos com a Associação de Moradores da Prodac Norte e Prodac Sul eram duas diferentes.

O Bairro da Prodac são bairros feitos nos anos 70 ainda antes da revolução, e para pessoas que vinham, são bairros autoconstruídos. Embora seja autoconstrução. Com pré-fabricação, uma autoconstrução com o desenho base, autoconstrução assistida.

Embora durante o tempo do fascismo fosse uma coisa, ou seja, o nome do lugar para onde o bairro do Prodac Sul está, é no Vale Fundão.

Vale do Fundão que é mesmo para não ser visto, que eles viviam em bairros de barracas que era o Bairro do Chinês, eram colocados ali, os bairros de barracas estavam a fazer uma cinta em torno da cidade de Lisboa, portanto era um problema ao desenvolvimento imobiliário.

O Estado Novo queria limpar esses bairros de barracas para permitir a expansão da cidade, e nessa medida eles são enquadrados nesta operação.

No bairro da Prodac Norte é a primeira fase constroem-se 88 casas, são casas unifamiliares pois no bairro da Prodac Sul já são edifícios com 4 fogos também autoconstruídos e já são 453.

Ora isto foi nos anos 70 depois vem a revolução. Vieram os primeiros *masterplan*, os primeiros planos diretores de Lisboa, em que aquela zona aparece, era identificada como área verde e a relação que eles tinham com os técnicos da Câmara, os arquitetos da câmara, que diziam que aquilo era para demolir.

Você tem uma relação muito litigante e inicialmente, e basicamente nós entramos a prestar assessoria técnica para a regularização do bairro.

Como o bairro tem condições, as casas tem boas condições de habitabilidade, portanto as casas são modestas em termos de área, de pé direito, mas tem boas condições de habitabilidade. E esse processo que ainda hoje decorre, de regularização agora por exemplo, nós primeiro começamos pelo bairro da PRODAC Norte.

Em que depois nós fazemos de acordo com um plano que a Câmara tinha feito antes mas os arquitetos da Câmara tinham decidido que todas as casas deviam adaptar-se, um terço das casas tinha que ter demolições, e nós dizemos que isso era impensável.

O que... o que conseguimos fazer o fundo não só o plano de regularização, que ainda está em curso porque demora algum tempo, depois tivemos que fazer uma retificação ao plano que a Câmara havia feito, foram vários processos de luta ao longo deste tempo.

Mas começamos com um Bip/Zip, começamos com a 50.000 €, seja com as pessoas a pagarem pelo processo de regularização, cada pessoa pagava só 50 €.

Foi em 2012, o que implicava nós visitarmos todas as casas fazer uma equipa de fazer, equipas de 3 arquitetos para fazer o levantamento das casas, fazer o desenho das casas.

Construir o processo já era uma coisa assim cheios de termos de responsabilidade. Cheios de imensa coisa burocrática que tinha de entregar para construir o processo e, pronto, e a coisa foi sendo e, muito isto foi também sendo muito negociado com a Câmara, pois a Câmara nunca tinha tido um processo desse, semelhante a esse, muitas coisas muitas, por exemplo.

Todos os arquitetos da Câmara, quando íamos avançando, diziam que isso, era impossível outros diziam que o projeto é que era, que as outras pessoas tinham que demolir parte de casas, nós fizemos muita batalha, nós assumimos desde o início perante os moradores.

Que em primeiro lugar, nós éramos, isso também foi importante serem eles a pagarem os 50 € para se sentirem que nós éramos arquitetos deles. Embora 50 €, a licença de todo o processo de regularização eles tinham de contribuir também, embora o processo todo custasse 600 €, 50 € era pago por eles, para ter assim uma, pago Associação de moradores que nos pagavam a nós.

DR - Como se chegou a esse valor?

Chegou-se era um nível coparticipação de, eu acho que era 10% era 500 € então...

DR - Quem determinou isso foi a Câmara?

TMS - Não, isso quando nós fizemos a candidatura com a Associação de Moradores, nós dissemos que achávamos que era bom que as pessoas percebessem desde o início, que pagassem, o que é que vocês acham que é o mínimo que as pessoas devem pagar.

Eles acharam bem, pois foi um bocadinho de discussão na Associação de moradores e um foi logo perguntar a Câmara como foi o processo, ou seja, depois queria saber o que é que estavam a pagar também, não era aquela coisa dos miúdos que andavam ali, não estavam a ser pagos portanto eram exigentes também para conosco, estás a perceber?

DR - E eles tinham a ideia, noção que o projeto custava muito mais?

TMS - Tinha um porquê. 4 ou 5 ficaram de fora, estavam incompatibilizados com a associação de moradores, e quiseram fazer diretamente conosco estes processos, pagaram diretamente para nós, nós dissemos que estes 500 € era o valor para fazer uma casa, para a regularização de uma casa.

Se as pessoas vierem durante o período de financiamento só pagam 50 €. Se vierem depois ou se não quiserem através da Associação de Moradores, porque através da Associação de Moradores implicava estar inscrito na Associação, então pagam 500. percebes?

DR - Então existiram essas pessoas que pagaram 500 €?

TMS - Sim, sim, sobretudo gente que não acreditava no processo e quando começa a ver a regularização das casas pensaram: espera aí.

Atenção que o bairro é um bairro que não é um bairro digamos... É um bairro que tem muitos reformados, com reformas que dá para aguentar, eles, não... não é um bairro onde tu vês, é gente que tem rendimento regular, na sua maioria, sobretudo os mais velhos, o problema ali era os mais novos esses sim, estavam com trabalho muito precarizado, ou seja eram pessoas já com...

É exagerado dizer-te algumas posses, mas não te diria que são as classes mais desfavorecidas, ou seja, já foram, já viveram em barracas, percebes?

Mas depois tiveram um processo de pós 25 de abril. Há muitos no bairro da Prodac, há 3 motoristas da Câmara de Lisboa, do presidente de Câmara, do vereador, moram lá, ou seja, tem rendimento regular, tem um salário regular ganharam 1000 €, se calhar por mês. Portanto só para se perceber o contexto.

Começamos a fazer o bairro da Prodac Norte, no ano a seguir começamos a da Prodac Sul, só processo do levantamento da Prodac Sul durou um ano e meio é muito mais complexo e isso na prodac Norte quem.

O processo inicia com 70 casas das 88. Na Prodac Sul escrevem-se das 458 escrevem-se logo 452 ou 450 tentar alguma porque já tinha visto que estava a correr estava de fato aconteceu do lado e portanto, há muita gente a inscrever-se logo no princípio mesmo assim nós fizemos mais ou menos a mesma coisa de um lado e do outro.

O que aconteceu quando nós terminamos e a gente entregamos todos os processos para a Câmara. Estamos bem, terminamos, chamamos para máximo lá para fazer uma assembleia e ver o ponto da situação.

Ambos os bairros tem uma associação de moradores bastante forte, fazem assembleias, quer dizer no sul, assembleias com 200, 300 pessoas sempre regularmente, no caso anualmente, digamos assim, para a aprovação das contas, sei que tem grande mobilização lá.

No caso do norte eu lembro que na primeira reunião que nós tivemos registamos representantes de 55 das 88 casas. Portanto estava bastante representado.

E depois daquilo é levantado a questão, porque nós na altura, nós vamos entrando dentro da casa das pessoas, tivemos lá equipa durante muito tempo. Então eles diziam: Já vão se embora? e já ajudávamos as pessoas a preencher coisas da segurança social, as vezes só porque a senhora não conseguia ler bem, porque não o sei o que, percebes?

Então já vão se embora? Não, não, nós temos mais necessidades de arquitetura, temos mais aqui no espaço público...

E nós temos uma assembleia dizendo, então digam lá, vamos fazer a lista das coisas todas que vocês, que vocês acham que deve ser mudada, desde coisas que nós dizemos bem, isto não é, isto é uma coisa que nós não vamos dizer a Câmara, por exemplo...

Eles insistiam muito na mudança das tampas de esgoto, nas ruas, que estavam já muito antigas, mas por outro lado, guardas, corrimão, escadas que estavam todas muito estragadas, portanto isso tudo...

Nós pegamos naquele bolo, e candidatamos a outro financiamento e ganhamos. Sendo que esse outro financiamento tinha uma componente que era

DR - Também era BIP/ZIP?

TMS - Neste caso sim, também BIP/ZIP, era pra outra coisa, neste caso já não era para regularização das casas, no segundo ano da Prodac Norte, já foi 50% era para pagar o trabalho de moradores, os outros 50% era materiais, os nossos honorários e...

Isso e portanto o que é que nós fazíamos era a constituição da Bolsa de trabalhadores, pagos.

Fazíamos, pedimos vários apoios a várias empresas.

Sobre... para fornecerem alguns materiais que seriam preciso, por exemplo, escadas de betão pedimos a SECIL para não só fazer perceber que era uma dinâmica social, projeto social, que fizeram 40% acho eu, ainda de desconto, no material como também a prestar apoio técnico que nós fazíamos uma espécie direção técnica da obra

DR - Vocês funcionavam como uma espécie de mediadores?

É, e com também os engenheiros da SECIL, também irem lá dizer como as pessoas iriam fazer o cimento e como é que fugiu usar as várias...

SECIL, é a maior empresa de betão acho eu em Portugal.

Betão, Cimentos

DR - E eles pediram alguma contrapartida em termos de imagem?

TMS - Eles inicialmente não ligaram até haver um administrador que está num jantar...

Onde alguém o vereador da Câmara na altura ele fala muito bem sobre os processos que estávamos a fazer no bairro da Prodac, e ele o bairro da Prodac isso não é estranho, e vai ver e havia esse pedido de financiamento e eles na altura fizeram foi isso, eram que mantinha o preço e dava o material melhor.

Portanto foi uma dinâmica porreira que foi se criando com a SECIL assim também a CIM que é das pinturas também entrou logo e assim inicialmente quando abrimos as bolsas, ninguém se inscreveu, ficamos em pânico.

DR - Mas eram bolsas para trabalhar na construção? Vocês já tinham identificado que existiam pessoas que trabalhavam na construção?

TMS - Não era que trabalhassem na construção, mas havia muito desemprego, você já estava a ver, nós durante o período em que fomos lá fazer a regularização das casas, o grande problema social que notamos era: estamos na altura dos cortes do governo aqui, muito agressivo e nós notamos que os mais velhos mais ou menos se mantinham, havia ali uma economia, seja com a comida que traziam da terra, ou a pequena horta que tinha ali de subsistência.

E porque também já tinham habituado em viver muito pior. O grande problema era na nossa geração ou seja por exemplo nós víamos gente que já tinha saído do bairro mas depois se divorciava e tinha que voltar para a casa dos pais, e que tinha de volta ao mesmo quarto, mas sei mas já ocupava mais espaço, me lembro que tinha um pai que queria falar comigo, “tá vendo ali ainda está a dormir até ao meio-dia, não faz nada para encontrar emprego e não sei quê, agora foi se divorciar” as crises estavam dentro de casa entre gerações, e nós o que nós podemos fazer foi tentar fazer um processo que envolvesse esta malta que nunca tinha construído.

DR - Então houve aí uma espécie de capacitação?

TMS - Sim, a ideia era essa e depois...Mas então existia a bolsa e um valor para a capacitação. valor para pra essa capacitação que estava incluído na metade do financiamento.

DR - Ok, existia a bolsa e existia também um valor para capacitação?

TMS - Assim capacitação no sentido de formação era uma coisa que nós obrigávamos as empresas que forneciam os materiais a dizer como é que se aplicava, como é que fazia.

DR - Isso convertia em algum tipo de documento formal?

TMS - Não, pois em sua maioria ninguém queria ser construtor, pois ninguém queria seguir àquela vida.

DR - Era uma coisa temporária.

TMS - Era, foi muito pela questão de dar-lhes um outro rendimento, dar-lhes um pouco mais de rendimento. Porque no fundo se eles trabalhassem, eu acho que se eles trabalhassem, se eu bem me recordo, se eles trabalhassem um mês ganhavam 800 € para eles era muito muito significativo era quase o que recebiam por 2 meses, mas a

maioria estava no subsídio desemprego, mas pronto, uma das coisas, primeiro ninguém se escreveu.

Porque estavam no subsídio desemprego e não sei o que, e pensavam que teriam que passar recibos verdes, tinham que documentar, foi um problema em que nós identificamos.

Saímos batendo as portas das pessoas: então não te escreveste porque é que não estás a te escrever? Ah pois tem... chamamos a Câmara, chamamos a Associação de Moradores, sentamos a mesa e dissemos: meus amigos isso vai ter que se resolver, ninguém está a inscrever porque como é óbvio as pessoas não vão abdicar por 2 meses de trabalho do subsídio desemprego, ou não vão do rendimento social de inserção, e encontrou-se uma ideia que era, a Câmara só tinha dito que nós só teríamos de garantir que o dinheiro sai da Associação de Moradores para os moradores e nós propusemos, então tudo bem, então os moradores fazem um documento a dizerem que receberam x da Associação de Moradores.

DR - E não há impostos nisso?

TMS - Não há impostos, foi uma forma de informalmente contornar a coisa.

DR - Isso foi tudo definido de maneira informal, não houve nenhuma documentação ali, de autorização formal?

TMS - Não, não podia haver. Aqui o posicionamento do município foi sempre, isso vai ser um problema depois se as finanças investigarem o processo, mas as pessoas, é um risco das pessoas. Mas a única coisa que a câmara tem de garantir é que o dinheiro que é dado a Associação de Moradores, ahh, nós construímos o processo mas era a Associação de Moradores que recebia o dinheiro e depois nos pagava. Isso também era uma das coisas que é importante, para ele sentirem que nós somos, estamos a trabalhar para eles e não para a Câmara. Isto às vezes também...

DR - Mas assim, a relação entre Associação e as pessoas que trabalharam no processo. Por exemplo, eu posso falar sobre isso no trabalho, eu posso citar essa situação? isso pode causar algum problema?

TMS - Isso pode, pode causar...Acho que podes causar...

DR - Porque seria interessante, porque houve uma desburocratização do processo que não é comum.

TMS - Exatamente, exatamente.

Não e teve, porque aquilo foi a determinada altura no meio deste processo todo, nós, esta na ideia de trabalhar com 99%. Nós candidatamos a um financiamento,

candidatamos a um prémio que estava no âmbito de uma coisa da bienal de Veneza de 2012 e ganhamos.

Isso teve um impacto enorme aqui em Portugal, na mídia, teve assim impacto enorme demos um monte de entrevistas, não sei o que.

E em determinada altura o processo da Prodac começa que não, nunca ninguém disse que tinha sabido o que era a Prodac, era um bairro completamente ignorado, no Vale do Fundão, ninguém sabia, de um momento para o outro, tinha imensa gente a perguntar: o que é isso da Prodac? Tinha imensa a gente a querer saber, e é a própria Câmara a perceber que aquilo era um exemplo, a quantidade de vezes que a Câmara me convida e a Associação de Moradores para fazer visitas ao bairro de gente que vem de fora do país, vem imenso, e já fiz 20 apresentações do bairro da Prodac, do processo do trabalho que fizemos, tudo isso.

DR - Do ponto de vista estratégico o que é para vocês se inscreverem nesses prémios Concursos?

TMS - Dá-nos visibilidade, dá-nos...

DR - Mas dá trabalho também, trabalho no sentido de trazer novos projetos...

TMS - Sim, sim, nós já tivemos por exemplo este projeto da Quinta do Ferro veio porque um, aliás um proprietário da Quinta do Ferro, uma entrevista que eu dei a SIC bateu aqui à porta no dia a seguir, viu o nosso nome na internet, morada, bateu aqui à porta disse eu queria que fizesse a mesma coisa que estão a fazer naquele bairro...

Fizessem a mesma coisa neste bairro e como é que a gente pode montar isto, e pronto no caso da Prodac Sul que era um bairro muito maior, fizemos com outro financiamento, não fizemos com o BIP/ZIP, ou melhor o processo de regularização não fizemos, fizemos com um fundo Municipal diferente, uma candidatura diferente, e depois também se deram exatamente a mesma coisa, uma assembleia e eles disseram bem agora que vocês concluíram esse processo nos queremos aqui aquilo que fizeram lá em cima no Norte. Bem, foi porreiro porque muita das bolsas.

Nós tivemos ali, três, quatro anos em que entre março e julho as pessoas sabiam que iam ter trabalho arranjar as coisas do Bairro e pago.

DR - E o processo foi da mesma forma?

TMS - foi com uma nuance diferente, era um bairro maior, e portanto seja se nós na Prodac Norte nós conseguimos fazer com um BIP/ZIP tudo.

Nós no caso da Prodac Sul que é muito mais imenso, tínhamos um valor que não dava para BIP/ZIP, e então o que é que nós fizemos, construímos 8 grupos de projeto.

Tipo. Todas escadas e rampas da zona sul do bairro, todas escadas e rampas na zona norte, paredes, muro, portanto tudo isso....

Fizemos 8 projetos, e desses 8 projetos fizemos uma apresentação, e dissemos este custa X, custa Y, Z, em materiais.

E sendo que isto somado aos nossos honorários nunca pode ultrapassar os 25000 € por que os 25000 € que restam, é para trabalhar, para vos pagar o trabalho.

Tanto que é que fez uma votação em que cada pessoa podia votar em três propostas e chegou-se ao fim com um ranking dos 8 projetos e o que foi muito porreiro foi que, a proposta mais votada teve 80 e tal votos e a menos votada teve 40, isso tanto nos serviu para dizer que tudo isso faz sentido fazer.

Porque mesmo o mais baixo teve 40 e tal votos...

Portanto vê-se interesse que seja feito, não é uma coisa que ficou fora, portanto nós começamos no primeiro ano começaram as primeiras...

DR - Mas tudo isso conduzido por uma só associação?

TMS - sim sim, conduzido pela Associação do Prodac Sul e conosco.

DR - No BIP/ZIP sempre tem que ter uma associação ligada, não é isso? E a associação poderia trabalhar as 8 áreas, como que funciona isso?

TMS - Era, A Prodac é este bairro tudo só que nós só conseguimos fazer... Ou seja, Agrupamos em projetos, por exemplo, pediram estacionamento, pediram um plano de estacionamento para entregar ao Município, custa isto.

Fazer um pequeno Anfiteatro para as pessoas se reunirem com uma escada que liga as cotas de Altas e baixas do Bairro.

Esse foi o projeto que ganhou ao contrário de todas as nossas expectativas, nós não pensávamos de facto em ganhar e depois no primeiro ano fizemos só essa, o Anfiteatro onde eles podem reunir fazer lá concertos.

E no segundo ano conseguimos obter financiamento para cumprir, portanto no fundo que nós dizíamos ao BIP-ZIP era: nós já fizemos o processo participativo, e este ano vamos cumprir o que ficou em primeiro e segundo lugar, no ano que vem cumprimos terceiro, quarto e quinto.

Estás a ver foi e depois quando chegamos aos últimos já não tivemos financiamento.

DR - Mas os últimos foram realizados do mesmo jeito ou não?

TMS - Ainda não, os últimos ainda estão por realizar, os últimos não, faltam dois e agora já não sei te dizer qual é... falta dois, mas há um que um projeto da Câmara eventualmente o apanha, que é uma zona periférica do bairro, para resolver aquilo, e outro tem a ver com o muros que ficaram ainda por pintar, mas entretanto.

Eu não sei, entretanto a própria Associação de Moradores que de momento para o outro, todos os financiamentos nós, por exemplo, em financiamento nós conseguimos para a Prodac Sul 800.000 €. Ao longo de 4 anos que é muito significativo, e eles lá, e eles começaram a ficar com um fundo maneiro na própria associação, e então eu acho que através do fundo lhe permitiu construir uma sede.

Porque eles diziam no início do processo, diziam: isso é só para nós regularizarmos as casas, sermos proprietários das casas e depois fechamos a associação que não damos para isto, que dá imenso trabalho. E não, e a coisa foi, eles nunca nem pensaram em ter sede, e agora tem sede...

DR - Mas Associação existia antes?

TMS - Existia mas só para legalizar as casas, ela surgiu só para isso em 2005, só para legalizar as casas.

Tanto e a ideia dos seus dirigentes iniciais, eles nos disseram isso, taxativamente, nós queremos só legalizar as casas, e depois arrumamos as botas. Nós achávamos uma pena, mas a coisa ficou, eles agora tem sede, já conseguiram obter financiamento para arranjar a sede, que é uma das casas, que estava abandonada, portanto aquilo criou uma dinâmica porreira.

DR - Então agora qual é o objetivo?

TMS - Nós gostávamos, ainda não conseguimos financiamento para isso. Que era pensar aqueles dois bairros sempre, sempre...

O BIP-ZIP tem vantagens e desvantagens. Uma das desvantagens na minha ótica é que põe em competição bairros vizinhos. Quando isto está, repara, a rivalidade entre norte e o sul vem desde há muitos, muitos anos, desde o início.

Porque os que ficaram, os do Prodac Norte, chamam-se Prodac primeira fase, são os primeiros que orgulhosamente ficaram com a casa, e uma casa unifamiliar portanto moradia, os outros já foram viver para prédios. Portanto nunca se conseguiu juntar as duas Associações de moradores.

Porque os do Norte são menos: Diziam não, depois ficamos com os do sul a mandarem sobre nós, nós não queremos.

E os objetivos que em determinada altura nós aqui também, não sabes atravessar. É nós temos de acabar isto com um projeto que reúna as duas. Consiga juntar as duas

Associações de moradores, e que tenha uma escala maior, e que tenha a ver com a primeira coisa que tentamos, o que estamos a tentar, e que não foi financiado pelo BIP-ZIP, ficou muito mal classificado era ter conseguido com 50.000 €.

Construir um projeto de candidatura para financiamento comunitário para obras a serem realizadas no bairro, sobretudo no âmbito das questões de sustentabilidade, ou seja, aquelas casas são muito frias, porque tem as paredes de betão, são estreitas, nós queríamos mudar o sistema, que pudesse todas as pessoas ter acesso é que a sua casa melhorar em termos térmicos.

Queríamos durante um ano BIP-ZIP, desenhar um projeto que pudéssemos candidatar a um projeto maior europeu, de bairro de emissões zero também, eles dizem que sim...

É, portanto... Mas isso é um projeto que veio da nossa parte, pois nós dizemos a vocês podem melhorar muito as condições de vida das casas ainda hoje. E isso pode ser financiado, com pouco investimento de vossa parte.

Tanto ainda estamos aqui a ver como é que consigo, como é que nós conseguimos financiar nosso trabalho. Foi construída a candidatura que é uma criatura pesada.

DR - quanto tempo temos?

TMS - Diz-me que horas são?

DR - 12h20.

TMS - Rapaz, tenho que ir andando, desculpa. Tentei mais focarmos no Prodac, vê se te interessa

DR - Interessa, interessa mas eu me interesso mais nas questões que propiciaram caminhos para o comum. Eu sei que passaste o início, nessa questão de regularização individual das casas, Mas eu gostaria de saber, por exemplo, tenho curiosidade sobre sobre as situações onde eles pensaram questões e procuram questões comuns ok.

TMS - Eu acho que é o caso, que é o nosso primeiro exemplo, percebes? É o primeiro de tudo, este faz como por exemplo, depois venha a Quinta do ferro, os moradores falar connosco, faz com que também se começa a criar e dinâmica de interessante, é o primeiro *case study* nosso.

DR - Acho que também dá também para analisar a evolução com um tempo, nessas relações, eu acho que aqui é bem bem levante aí eu te pergunto como é que a gente podia continuar assim essa conversa.

TMS - Mas há muita coisa publicada sobre essa coisa do Prodac, já há uma tese sobre a falar daqui, uma tese de doutoramento perfeita. É João Rebolo.

• 45:26 - 45:42

Que é muito sobre o processo de construção.

DR - Mais aí no caso não é sobre o trabalho de vocês? é sobre a história do bairro...

TMS- Sim é sobre a história do bairro, outro enquadramento.

Depois deixa-me ver se há alguma festa agora, eles tem uma festa que é muito importante que nós vamos sempre, tanto no norte como no sul que é o Magusto, que é em novembro, é outubro mas tem os anos do aniversário da associação que eu acho que em junho no norte.

• 46:06 - 46:14

No sul não sei quando é, eu não sei se celebra mas em março costumam sempre haver uma assembleia de moradores.

• 46:16 - 46:20

Depois também te posso passar os os contactos deles.

DR - vou precisar...

TMS - mas tenho que dar uma palavrinha primeiro, por exemplo do norte é muito desconfiado, tratou muito mal o João Rebolo, porque ali também o João começou ali a puxar muito sobre coisa.

Mas acho que começou, houve ali uma situação qualquer, que eu disse que ele vinha mandado por não sei quem, e ele foi teve ali o momento tensão no bairro, começou a pedir as pessoas os documentos, os contratos iniciais...

DR - não, isso não é meu interesse...

TMS - não, sei. Eu tenho só tenho só que ligar primeiro só para como até mesmo.

DR - quero mais entender o que que eles, como eles entendem a ideia de projeto...

TMS - Sim. depois o Miguel que é o presidente da Associação do Norte foi das obras que fez lá no bairro.

Também se decide lançar uma candidatura à junta de freguesia.

• 47:40 - 48:08

Junta de Freguesia, repara, Junta de Freguesia de Marvila, na altura era uma das maiores de Lisboa, e envolve todos os Bairros sociais da área de Marvila. Ele ficou com a pasta durante 4 anos com a pasta dos espaços públicos e aquilo foi engraçado. E eu gosto muito da mulher dele, que é a verdadeira líder do Bairro. Que a pessoa que nunca

está sentada nas mesas, nunca está, está sempre cá atrás, mas na assembleia tem um poder, quando ela fala ali é muito importante.

DR - Certo, maravilha. Então eu vou procurar a tese. E vocês já escreveram alguma coisa?

TMS - Há alguma coisa já, há coisas escritas seja no nosso site, seja espalhado por aí, já falamos tantas vezes da Prodac, vais encontrar também no reportagens no Público também no.

Temos um vídeo que na altura foi feito por uma malta de vídeo que nos acompanhou, no início, durante um mês. E depois aquilo nunca deu num documentário, só deu naquele pequeno vídeo, acho que o vídeo da primeira assembleia que nós fazemos no Prodac Norte.

E é porreiro dever está no nosso Vimeo.

Porque as dúvidas todas, com as pessoas serem super agressivas, com o que é que diz: o que os arquitetos vem aqui fazer? Vem desenhar as minhas casas? As minhas casas já estão construídas, o que estamos a pagar? Esta foi, ela era uma das grandes opositoras da associação. Não se inscreveu no processo pela associação e também na altura ela.

Começou a pedir para reunir aqui, e vem reunir connosco, e percebe que nós explicamos o que estávamos a fazer. Então tudo bem eu quero fazer convosco. Mas pela associação só paga 50 euros.

Não quero ter nada a ver com eles. Alias é uma das pessoas do vídeo que fala mais inflamado, fica muito nervosa. Agora tenho ali o processo dela já concluído para entregar. Nós recebemos aqui ela, não quis que fosse mandar para o bairro.

DR - vou falar sobre esse processo individual, entretanto, vai ser um preâmbulo para entrar no comum.

TMS - Ela, mas acho que tu tens a história do comum da construção é muito interessante e termos de lógica, porque eles construíram o bairro por exemplo, o bairro Prodac Sul é um bairro com 453 casas, eles construíram em um ano, aos fins de semana.

ahh, havia aqui uma fábrica que produzia as peças de betão, nós só tínhamos sabiam que tínhamos que pedir 2 dias no trabalho, quando era para fazer a laje, o fim de semana...

DR - Isso quando? Foi um processo de mutirão?

TMS - Ano 1970, antes do 25 de abril, 73, nossa 73.

Não, aquilo era um processo ordenado pelo estado. Portanto o estado, depois vê isso melhor na tese do João Rebolo, era uma Cooperativa de autoconstrução que tinha a Santa Casa de Misericórdia, mas que no meio desse processo todo, que era fazer portanto, tecnicamente, fazer as estruturas e as pessoas faziam o resto. Depois ali um processo a meio que alguém foge com o dinheiro, o dinheiro desaparece e são as próprias pessoas que têm de bancar a coisa.

DR - E isso foi antes do SAAL?

TMS - Antes do SAAL. Depois há duas versões. Há uns que dizem que as pessoas do SAAL estiveram ali a ver aquele processo para o fazer a seguir e também há outra...

DR - Outros investigadores estudaram isso?

TMS - Não não.

Eles, ele falam isso. Sobretudo malta da associação de moradores da Prodac Sul, que é mais politizada, e mas também já ouvi a tese de que não aquilo, aquele exemplo era dito como exemplo do Estado Novo, das casas do estado novo, casas do fascismo,

Por exemplo, em Lisboa. Há uma rejeição da autoconstrução. O SAAL tem várias, é muito diferente no Porto, Lisboa e no Algarve. Algarve é autoconstrução. Lisboa não, porque há uma reivindicação das assembleias, e a está registado é muito engraçado, a dizer: não, não, nós temos que ter casas como a burguesia. Queremos casas com um construtor e queremos casas como a burguesia. E nós não queremos autoconstrução, nós não temos nada aqui a fazer as nossas casas, nós temos o nosso trabalho, as casas tem que ser construídas pelo estado.

O que é uma consciência também muito interessante, do papel do estado mas, mas pronto, acho que para aquilo tem vários níveis do comum, tem vários momentos.

DR - Então se calhar tem mais isso no Prodac Sul.

TMS - Tem que ver os dois, acho que são indissociáveis. Aquilo eu acho que o Estado Novo os deu aqueles terrenos para não estarem ali muito visíveis, e pronto.

DR - Perfeito.

TMS - mas olha eu tenho eu tenho que ligar para o João Miguel por conta de uma obra que ainda estamos a acabar, Miguel Ferreira do norte.

DR - E o da prodac Sul?

TMS - José Augusto.

DR - Ok tá bem.